



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**DANIEL WELTON ARRUDA CABRAL**

**JUVENTUDES, *APARTHEIDS* E SEMÂNTICAS DO MEDO:  
SENTIDOS E VIVÊNCIAS EMOCIONAIS URBANAS A PARTIR DA  
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

**FORTALEZA**

**2021**

DANIEL WELTON ARRUDA CABRAL

JUVENTUDES, *APARTHEIDS* E SEMÂNTICAS DO MEDO:  
SENTIDOS E VIVÊNCIAS EMOCIONAIS URBANAS A PARTIR DA  
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C118j Cabral, Daniel Welton Arruda.  
Juventudes, apartheids e semânticas do medo : Sentidos e vivências emocionais urbanas a partir da  
psicologia histórico-cultural / Daniel Welton Arruda Cabral. – 2021.  
424 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 0, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Prof. Dr. Zulmira Áurea Cruz Bomfim.

1. Violência urbana. 2. Medo. 3. Periferia. 4. Desigualdade social. 5. Afetividade. I. Título.

CDD

---

DANIEL WELTON ARRUDA CABRAL

JUVENTUDES, *APARTHEIDS* E SEMÂNTICAS DO MEDO:  
SENTIDOS E VIVÊNCIAS EMOCIONAIS URBANAS A PARTIR DA  
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 26/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Bader Burihan Sawaia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

---

Prof. Dr. Israel Rocha Brandão  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Veriana Fátima Rodrigues Colaço  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha tia-avó Maria Alice, falecida em 2016,  
que era como uma segunda mãe para mim.

E a todos os jovens invisibilizados,  
estigmatizados e, muitas vezes, criminalizados  
das periferias do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

É difícil não esquecer ninguém nestes agradecimentos, posto que foram muitos os que me apoiaram, não só neste momento como ao longo da caminhada que me trouxe até aqui, assim peço desculpas àqueles que minha descuidada memória acabar não contemplando.

Começo pela minha orientadora, Zulmira Bomfim, a quem sou grato pela confiança, acolhimento e respeito às formas de pensar, desde o início de nossa caminhada juntos, e pela sua serenidade e tranquilidade, sempre reconfortante em momentos de ansiedade.

Aos membros da banca Israel Brandão e Veriana Colaço, pelas colaborações assertivas em minha qualificação, que me abriram os olhos e foram imprescindíveis para definir os caminhos tomados, e pela disponibilidade que sempre encontrei em ambos. A João Paulo Barros, além das colaborações e disponibilidade, pela sua peculiar gentileza e cuidado, convidando-me a firmar parceria com o projeto “Re-Tratos da Juventude”, engrandecedor e fundamental para o contato com o campus do Grande Bom Jardim. E a Bader Sawaia, por ter aceitado participar desta banca - sua obra serviu-me de inspiração e garantiu-me diversos *insights*, tornando-se muito relevante para este estudo.

A todos os autores que li e utilizei nessa jornada, que não apenas permitiram que estruturasse e ampliasse meu conhecimento sobre a temática explorada, mas também muitas vezes modificaram minha visão sobre o mundo.

A Renata Façanha, minha esposa, cujo apoio foi fundamental em todas as etapas do doutorado, dando opinião, incentivando e esperando-me nos momentos difíceis de busca de conciliação entre trabalho, estudo, família e vida social. Agradeço também o apoio na pandemia e a paciência de conviver com alguém que, por vezes, “só falava na tese”. E à sua família, em especial a Naísa, Marcus, Laercio e Regina.

À minha irmã, Marcelle Cabral Costa, por ser desde a minha infância uma grande parceira de todos os momentos, pelas dicas de texto, pelas longas conversas e por ser um suporte para mim. Ao meu cunhado, Fernando Costa, pela disponibilidade e amizade de sempre, e aos meus sobrinhos queridos, Petrus, Grazy, Sara e Morgana.

À minha mãe, Coeli Arruda, por ter me levado para o universo “psi” desde muito novo, inspirando-me na escolha da minha carreira, e ao meu pai, Wilton Cabral. Ambos me incentivaram a buscar realizar meus sonhos e projetos, e compreenderam as ausências no tempo em que tive de conciliar a escrita desta tese com todas as outras demandas da vida. E a toda a minha família ampliada, tios, tias, primos e primas.

A Zelfa, Reginaldo Parente, Janaína, Fábio Pacheco, Cícera Mônica, Luiza, e a todos os antigos e novos amigos do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da Universidade Federal do Ceará (Locus – UFC), sempre disponíveis e colaborativos, criando um ambiente acadêmico afetivo e cheio de bons encontros.

A Laisa Forte, Liana Souto e a todos os demais membros do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades (Vieses), pessoas extremamente acolhedoras e que me trataram quando lá estive como se fosse de casa.

A todos da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Senador Osires Pontes, especialmente a Kaio Lima e à diretora, Adriana Vieira.

A Joaquim, Diego, Joyce e a todos do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), pelo apoio e disponibilidade.

Aos meus diversos amigos que, de diferentes maneiras e em diferentes momentos, apoiaram-me na jornada até o doutorado e pelo tempo que se estendeu, fizeram indicações ou trocaram ideias sobre a tese por canais os mais variados, desde WhatsApp a mesas de bar, ou simplesmente me ajudaram a relaxar nos momentos tensos da vida e especialmente compreenderam meus vários sumiços e furos nos últimos dois anos: Fabíola Fernandes, Camila Peixoto, Alty de Meneses, Karla Peixoto, Tatiana Rodrigues, Fernanda Souza, Jéssica Rodrigues, Mara Beatriz, Samila Andrade, Natasha Barrocas, Christina Sutter, Elton Gurgel, Wanne Belmino, Aline Mendes, Irving Marcelino, Alexandre (Mike), Franzé Moraes, Juliana Pessoa, Davi Albuquerque, Virgínia Uchôa, Luiz Lacerda, Franzé Moraes, Ceíça Vasconcelos, Bruno Freire, Cleide Madeiro, Melina Aragão, Ana Carolina Santos, Tiago Winston, Maria Leidiane. E aos sempre presentes parceiros do Monte Castelo: Hamilton Daniel, Ronaldo Furtado, Leandro Lélis, Amaral Junior, Hernani Monteiro e Renata Nunes.

Em especial a todos os adolescentes que toparam participar desta pesquisa, via de regra, com muita disponibilidade e empolgação em ajudar. Muitíssimo obrigado!

## RESUMO

O Brasil é um dos países com maiores índices de homicídio do mundo, e a concentração das ocorrências vem sendo ampliada nas metrópoles nordestinas, em especial nas duas últimas décadas, vitimando populações cada vez mais jovens e produzindo medo. Em Fortaleza, apenas no primeiro semestre de 2020, foram ceifadas 409 vidas adolescentes. Esta tese investigou as implicações psicossociais dos medos urbanos nos adolescentes-jovens (15 a 19 anos) da cidade de Fortaleza, a partir de dois recortes: território (centro e periferia) e gênero. Utilizamos uma abordagem multimétodo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, um questionário para aferir os medos urbanos e o Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA). Diversos estudos vêm atestando o crescimento dos medos urbanos em diferentes locais do mundo, mesmo onde os índices de violência vêm decrescendo, indicando que o risco real e o medo não estão necessariamente correlacionados. Apesar disso, grande parte dos estudos brasileiros exploram os medos urbanos como consequência exclusiva da violência. Constatamos que, além dos riscos reais, aspectos culturais têm sido responsáveis pelo aumento do medo, que leva à ampliação da segregação e gera um *apartheid* na cidade de Fortaleza, fazendo com que os adolescentes dos territórios centrais e periféricos praticamente não se encontrem fora de relações subalternizadas ou de temor. As adolescentes do gênero feminino de ambos os territórios apresentaram um entrelaçamento de temores de violência sexual, verbal e física. Os adolescentes do gênero masculino do centro manifestaram apenas medo de ser assaltado e de ser assassinado, temores presentes em todos os grupos participantes. Os adolescentes da periferia acumularam outros medos, tais como o de ser “confundido” com um “envolvido” com facções de drogas; de que fizessem mal a alguém de sua família; de ser atingido por bala perdida; da polícia; e de “desandar”, os dois últimos presentes apenas no gênero masculino. Especialmente neste território, o temor tem impelido alguns adolescentes a se enclausurar, contribuindo para gerar sofrimentos como crises de choro constantes; depressão; tristeza profunda; automutilação; tentativas de suicídios; desorganização mental; ansiedade; crises de raiva intensas. Apesar de os adolescentes da periferia terem sofrido mais experiências de violência, os adolescentes do centro apresentaram mais temores ansiosos, sem objeto definido. Tal ansiedade mostrou-se relacionada com ideias inadequadas e estigmatizadas sobre os moradores da periferia, reproduzidas ideologicamente e disseminadas por uma cultura de medo, produtora de uma série de paixões tristes, que estão na gênese das práticas de *apartheid*. A força de difusão do medo mostrou-se decorrente de sua eficácia em exprimir ansiedades culturais profundas. Os altos índices de violência da cidade têm ocasionado, nas populações menos



vulneráveis, a equivocada ideia de que todos os cidadãos correm os mesmos riscos, o que tem maximizado o índice de ansiedade dessa população, ampliando movimentos de autodefesa, produtores de segregação. Isso tem gerado um ciclo em que violência, segregação e medo se retroalimentam, com efeitos danosos especialmente na periferia, como a desintegração de laços sociais e o surgimento de relações de inimizade, produzindo *apartheids* intraperiféricos, nos quais adolescentes têm sido assassinados apenas por cruzar os limites de seu bairro.

**Palavras-chave:** violência urbana; medo; periferia; desigualdade social; afetividade.

## ABSTRACT

Brazil is one of the countries with the highest homicide rates in the world, and the concentration of occurrences has been amplified in the northeastern cities, especially in the last two decades, victimizing still more younger populations and producing fear. In Fortaleza, only in the first semester of 2020, 409 teenage lives were taken. This thesis investigated the psychosocial implications of urban fears in teenagers (15 to 19 years old) in the city of Fortaleza, based on 2 cutouts: territory (center and periphery) and gender. We used a multi-method approach with the application of semi-structured interviews, a questionnaire to measure urban fears and the Generating Instrument of Affective Maps (GIAM). Several studies have been attesting to the growth of urban fears in different parts of the world, even where violence rates have been decreasing, indicating that real risk and fear are not necessarily correlated. Nevertheless, a large part of Brazilian studies explore urban fears as the exclusive consequence of violence. We find that, besides the real risks, cultural aspects have been responsible for the increase in fear, which leads to the expansion of segregation and generates apartheid in the city of Fortaleza, causing adolescents in the central and peripheral territories to find themselves practically not outside subordinate or fear relationships. Female adolescents from both territories presented an intertwining of fears of sexual, verbal, and physical violence. The male adolescents in the center manifested only fear of being assaulted and murdered, fears present in all the participating groups. Adolescents in the periphery accumulated other fears, such as being "confused" with drug factions; having someone in their family hurt; being hit by a stray bullet; by the police; and "disembarking," the last two present only in the male gender. Especially in this territory, fear has impelled some adolescents to incarcerate themselves, contributing to generating suffering such as constant crying crises; depression; deep sadness; self-mutilation; suicide attempts; mental disorganization; anxiety; intense anger crises. Although the adolescents in the periphery suffered more experiences of violence, the adolescents in the center had more anxious fears, with no definite object. Such anxiety was related to inadequate and stigmatized ideas about the residents of the periphery, ideologically reproduced and spread by a culture of fear, which produces a series of sad passions that are at the genesis of apartheid practices. The force of fear's diffusion has been shown to result from its effectiveness in expressing deep cultural anxieties. The high rates of violence in the city have led to the feeling that all city dwellers are at the same risk, which has maximized the anxiety rate of this population, amplifying movements of self-defense, producers of segregation. This has generated a cycle in which violence, segregation and fear feedback, with harmful effects, especially in the periphery, such

as disintegration of social ties and emergence of enmity relationships, producing intraperipheral apartheid, in which adolescents have been murdered just for crossing the limits of their neighborhood.

**Keywords:** urban violence; fear; periphery; social inequality; affectivity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	- Número de homicídios em Fortaleza.....	27
Gráfico 2	- Taxas de homicídio a partir do fator etário.....	28
Gráfico 3	- Homicídios de adolescentes em Fortaleza de 2000 a 2017.....	29
Gráfico 4	- Idade das vítimas de MVI, por tipo de crime.....	30
Gráfico 5	- Crimes violentos letais intencionais por AIS.....	38
Figura 1	- Áreas Integradas de Segurança (AIS) da Capital.....	39
Gráfico 6	- Índice de Desenvolvimento Humano por AIS.....	40
Gráfico 7	- Classe dos adolescentes do centro.....	41
Gráfico 8	- Classe dos adolescentes da periferia.....	41
Gráfico 9	- Amostra dos adolescentes por etnia.....	41
Quadro 1	- Quadro das obras da revisão de literatura.....	146
Gráfico 10	- Imagens da periferia e do centro.....	173
Gráfico 11	- Estima de lugar potencializadora.....	175
Gráfico 12	- Estima de lugar despotencializadora.....	175
Gráfico 13	- Estima de lugar final.....	175
Figura 2	- Representação da “Fortaleza Boa e Má” de Paty.....	176
Figura 3	- Representação da “Fortaleza desigual” de Ana.....	177
Figura 4	- Representação da “Fortaleza Muro da injustiça” de Marta.....	179
Figura 5	- Representação da “Fortaleza político corrupto” de Genius.....	180
Figura 6	- Representação da “Fortaleza sonho” de Nana.....	181
Figura 7	- Representação da “Fortaleza revolta” de Pequena.....	183
Figura 8	- Representação da “Fortaleza Hollywood” de Dante.....	183
Figura 9	- Representação da “Fortaleza gavetas” de Jotapê.....	184
Figura 10	- Representação da “Fortaleza em desenvolvimento” de Bitu.....	185
Figura 11	- Representação da “Fortaleza abacate” de Thor.....	186
Figura 12	- Representação da “Fortaleza bonita, organizada, mas cheia de falhas” de João.....	187
Figura 13	- Representação da “Fortaleza duas cidades” de Leila.....	187
Figura 14	- Representação da “cidade 3%” de Sorridente.....	188
Figura 15	- Representação da “Fortaleza típica cidade brasileira” de Jujuba.....	188
Figura 16	- Representação da “Fortaleza árvore” de Beritin.....	189

Tabela 1 - Tabela dos medos intensos.....	215
Gráfico 14 - Medos dos adolescentes por gênero e território.....	216
Gráfico 15 - Adolescentes com medo intenso de ser assaltados.....	217
Gráfico 16 - Índice de medo de ser assaltado.....	218
Gráfico 17 - Uso do termo “assalto” nas narrativas.....	219
Gráfico 18 - Adolescentes com medo intenso de ser assassinados.....	221
Gráfico 19 - Índice de medo de ser assassinado.....	221
Gráfico 20 - Uso dos termos “morrer” e “matar” nas narrativas.....	222
Gráfico 21 - Adolescentes com medo intenso de ser confundidos com um "envolvido" com facções de drogas.....	225
Gráfico 22 - Índice de medo de ser confundido com integrante de uma facção de drogas	225
Gráfico 23 - Adolescentes com medo intenso da polícia.....	233
Gráfico 24 - Índice de medo de ser abordado de forma violenta pela polícia.....	234
Gráfico 25 - Adolescentes com medo intenso de ser atingidos por bala perdida.....	234
Gráfico 26 - Uso dos termos “bala perdida” e “tiroteio”.....	235
Gráfico 27 - Adolescentes com medo intenso de “desandar”.....	236
Gráfico 28 - Adolescentes com medo intenso de que façam mal a alguém de sua família	237
Gráfico 29 - Índice de medo de que façam mal à sua família.....	238
Gráfico 30 - Adolescentes com medo intenso de violência sexual.....	239
Gráfico 31 - Adolescentes com medo intenso de “agressão”.....	239
Gráfico 32 - Índice de medo de ser agredido fisicamente.....	240
Gráfico 33 - Índice de medo de ser estuprado.....	240
Gráfico 34 - Índice de medo de sofrer abuso sexual.....	240
Gráfico 35 - Índice de medo de ser xingado ou humilhado.....	242
Gráfico 36 - Índice de medo de alguém invadir minha casa.....	243
Gráfico 37 - Índice de medo de circular pela cidade à noite.....	245
Gráfico 38 - Índice de medo de circular pela cidade mesmo de dia.....	245
Gráfico 39 - Índice de medo de usar transporte público.....	246
Gráfico 40 - Índice de medo de pegar Uber/táxi.....	247
Gráfico 41 - Índice de medo de andar a pé pela cidade.....	247
Gráfico 42 - Homicídios por 100 mil habitantes nas cinco regiões do país de 2000 a 2017	281
Gráfico 43 - Fobia/ansiedade por estar em espaços públicos.....	284
Gráfico 44 - Referências a desconfianças generalizadas.....	302

Gráfico 45 - Queixa de sofrimento emocional intenso.....	308
Gráfico 46 - Número de vezes que o termo polícia surgiu.....	319
Gráfico 47 - Mortes por intervenção policial no Ceará.....	323
Figura 17 - Representação de Insegurança do mapa afetivo de PitBull.....	328
Gráfico 48 - Número de CVLI no Ceará 2014-2020.....	332
Figura 18 - Representação de Insegurança do Mapa Afetivo de Macal .....	339
Gráfico 49 - Uso do termo “bairro” entre os adolescentes.....	349
Gráfico 50 - Uso dos termos “envolvido” e “cidadão” nas narrativas.....	354
Figura 19 - Representação da “Fortaleza Palestina” de Chiquinho.....	358
Figura 20 - Pele negra, máscaras brancas.....	366
Figura 21 - Representação da “Fortaleza batalha” de Rob.....	373
Figura 22 - Signos valorizados/estigmatizados pela cultura hegemônica.....	382
Gráfico 51 - Intersecções dos medos intensos por gênero e território.....	387
Figura 23 - Caminhos de reprodução da segregação, medo e violência.....	398

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIS	Áreas Integradas de Segurança
APROSPEC	Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará
BB	Banco do Brasil
BOPE	Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES/MEC	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
CCBJ	Centro Cultural Bom Jardim
CCPHA	Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EEMTI	Escola de Ensino Médio em Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FOCS	<i>Fear of Crime Scale</i> (Escala de Medo do Crime)
FOHS	<i>Fear of Heterosexism Scale</i> (Escala de Medo Heterossexista)
GDE	Guardiões do Estado
GGB	Grupo Gay da Bahia
GPS	<i>Global Positioning System</i> (Sistema Global de Posicionamento)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGMA	Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais e transgêneros, Queer e Intersexuais.
LOCUS	Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental
M.I.E.D.O.	<i>Medios / Impunidad / Estado / Democracia / Opacidad</i>
MVI	Mortes Violentas Intencionais

NUCEPEC	Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
PCC	Primeiro Comando da Capital
PNAD CONTÍNUA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i> (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais)
SSPDS-CE	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCS	Terapias Comunitárias
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNICEF	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i> (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância)
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
VIESES	Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
1.1	Apresentação e implicações pessoais.....	20
1.2	Delineamento do problema de pesquisa.....	25
1.3	Considerações sobre o referencial teórico.....	34
1.4	Caracterização do locus e percursos metodológicos.....	37
1.5	Escopo do estudo.....	43
<b>2</b>	<b>DO MEDO À FORTALEZA: POTÊNCIA DE MULTIDÃO, ESPERANÇA E CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA EM SPINOZA.....</b>	<b>51</b>
2.1	Monismo.....	52
2.2	Potência de ação e a origem dos afetos.....	54
2.3	Os princípios afetivos.....	56
2.4	O sistema esperança-medo.....	57
2.5	Potência de multidão e a dimensão política do medo.....	59
2.6	Democracia, participação e esperança: reflexões contemporâneas.....	64
2.7	Do medo à fortaleza.....	70
2.8	Considerações finais.....	72
<b>3</b>	<b>A FORMAÇÃO DOS SISTEMAS PSICOLÓGICOS: DO DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS À ORGANIZAÇÃO DOS AFETOS.....</b>	<b>74</b>
3.1	O contexto filosófico, científico e político da obra de Vygotsky.....	74
3.2	A crise da psicologia e a perspectiva histórico-cultural.....	78
3.3	O domínio dos conceitos.....	83
3.4	A “tomada de consciência” do pensamento.....	89
3.5	Os sistemas psicológicos e a organização das emoções.....	92
3.6	Considerações finais.....	96
<b>4</b>	<b>ESTUDO DAS EMOÇÕES DE LEV VYGOTSKY: DEBATES SOBRE SUA INCOMPLETUDE.....</b>	<b>98</b>
4.1	Introdução.....	98
4.2	O manuscrito “Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico”.....	99
4.3	Debates de uma incompletude.....	103
4.4	O suposto controle intelectual das emoções do estudo de Vygotsky.....	104

4.5	As supostas incongruências teóricas entre Vygotsky e Spinoza.....	110
4.6	As perspectivas históricas.....	113
4.7	Uma outra perspectiva.....	115
5	<b>EMOÇÃO E LINGUAGEM EM VYGOTSKY: O “SENTIDO” COMO CATEGORIA UNIFICADORA AFETIVO-INTELECTUAL DA CONSCIÊNCIA.....</b>	<b>118</b>
5.1	Introdução.....	118
5.2	Pensamento e palavra.....	121
5.3	Sentido e significado.....	125
5.4	Reflexão, linguagem e afeto.....	127
5.5	Tomada de consciência afetiva.....	131
5.6	Ressignificação e transformação dos afetos.....	136
5.7	A raiz afetiva do pensamento.....	138
5.8	Considerações finais.....	141
6	<b>DO MEDO DA VIOLÊNCIA URBANA ÀS VIOLÊNCIAS DOS MEDOS URBANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>145</b>
6.1	Introdução.....	145
6.2	Natureza, região e metodologia das pesquisas.....	149
6.3	Medo do crime e investigações correlatas.....	151
6.4	A produção social e cultural do medo.....	154
6.5	O ciclo do medo, a segregação social e a estigmatização da juventude.....	156
6.6	As propriedades dos medos.....	160
6.7	Marcadores sociais das diferenças nos estudos de violência e medo.....	162
6.8	Considerações finais.....	165
7	<b>APARTHEID E MEDOS URBANOS: UMA INVESTIGAÇÃO POR MEIO DOS MAPAS AFETIVOS.....</b>	<b>169</b>
7.1	Introdução.....	169
7.2	Mapas afetivos dos adolescentes de Fortaleza.....	171
7.3	Imagens de <i>Apartheid</i> dos adolescentes da periferia.....	176
7.4	Imagens de <i>Apartheid</i> dos adolescentes do centro.....	184
7.5	O medo como sofrimento ético-político.....	189
7.6	Colonialismo e <i>apartheid</i> .....	194
7.7	Considerações finais.....	199

<b>8</b>	<b>AS INTERSECÇÕES DOS MEDOS URBANOS NOS ADOLESCENTES DE FORTALEZA: UMA ABORDAGEM SOCIOTERRITORIAL E DE GÊNERO.....</b>	<b>202</b>
8.1	Introdução.....	202
8.2	Adolescência e marcadores sociais da diferença.....	204
8.3	Vivências e produção de sentidos na psicologia histórico-cultural.....	210
8.4	Vivências de violências no centro e na periferia.....	212
8.5	Análise dos medos intensos.....	215
8.6	Os medos intensos de todos.....	217
8.6.1	<i>Medo de ser assaltado.....</i>	<i>217</i>
8.6.2	<i>Medo de ser assassinado.....</i>	<i>220</i>
8.7	Os medos intensos nas periferias.....	224
8.7.1	<i>Medo de ser “confundido” com um “envolvido” em facções de drogas.....</i>	<i>224</i>
8.7.1.1	Os significados de ser “confundido” com um “envolvido”.....	226
8.7.1.2	Os riscos de ser “confundido” com um “envolvido”.....	227
8.7.2	<i>Medo da polícia.....</i>	<i>233</i>
8.7.3	<i>Medo de ser atingido por bala perdida.....</i>	<i>234</i>
8.7.4	<i>Medo de “desandar”.....</i>	<i>235</i>
8.7.5	<i>Medo de que façam mal a alguém da família.....</i>	<i>237</i>
8.8	Os medos intensos das meninas: a violência física, sexual e verbal.....	239
8.9	O medo no centro: a ansiedade em relação a ambientes públicos.....	244
8.10	O caráter interseccional dos medos a partir das vivências de Zoe.....	248
8.11	Considerações finais.....	251
<b>9</b>	<b>IDEOLOGIA, AFETIVIDADE E CULTURA DO MEDO: AS IMPLICAÇÕES DOS MEDOS URBANOS NO CENTRO E NA PERIFERIA E O CICLO DA VIOLÊNCIA.....</b>	<b>255</b>
9.1	Introdução.....	255
9.2	Linguagem, ideologia e afeto.....	257
9.3	Os aspectos históricos do medo.....	268
9.4	O medo contemporâneo: um medo líquido?.....	267
9.5	Desigualdade e apartação social.....	270
9.6	<i>Apartheid</i> e discriminação por local de moradia.....	279
9.7	Ansiedade em espaços públicos e perifobia no centro.....	284

9.8	Inimizades e desintegração dos laços sociais na periferia.....	297
9.9	Isolamento social e sofrimento emocional na periferia.....	308
9.10	Considerações finais.....	312
10	<b>JUVENTUDES E SENTIDOS DE “POLÍCIA”: AS TESSITURAS DOS MEDOS URBANOS ENTRE (DES)PROTEÇÕES, DEMANDAS DE SEGURANÇA, AMEAÇAS E AUTORITARISMO.....</b>	<b>317</b>
10.1	Introdução.....	318
10.2	Estigma, sujeição criminal e violência policial.....	320
10.3	Ameaça policial: preconceitos, racismo, tortura e o medo da polícia.....	323
10.4	Proteção policial: aspectos territoriais da (in)constância protetiva.....	330
10.5	Desproteção policial: produção, ampliação e justaposição dos medos.....	333
10.6	Demandas institucionais e não institucionais de segurança.....	334
10.7	Medo e autoritarismo.....	340
11	<b>CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE PERIFÉRICA E AS DIFUSAS FRONTEIRAS ENTRE O “CIDADÃO” E O “ENVOLVIDO”.....</b>	<b>345</b>
11.1	Introdução.....	346
11.2	A criminalização dos bairros periféricos.....	348
11.3	O pobre digno e o vicioso: as difusas fronteiras entre o “cidadão” e o “envolvido”.....	353
11.4	A cidade “palestina” de Chiquinho: “Eu sou de um bairro e não posso andar em outro. Mesmo eu sendo um cidadão ou coisa do tipo”.....	358
11.5	Territorialidade, etnia e classe social: intersecções de uma herança colonialista.....	364
11.6	Estigmatização e linguagem.....	367
11.7	A cidade “batalha” de Rob: “O pessoal do Canindezinho tem muito medo de sair daqui. Do meu tipo é a minoria que não fica cabreiro”.....	372
11.8	Liberdade e linguagem.....	377
11.9	Considerações finais.....	383
12	<b>SÍNTESE INTEGRATIVA E ANÁLISES FINAIS.....</b>	<b>385</b>
12.1	As composições dos medos.....	385
12.2	Medos ansiosos do centro e a perifobia.....	387
12.3	Condições de formação e a gênese dos medos periféricos: aspectos ideológicos, semânticos e infraestruturais.....	390

<b>12.4</b>	<b>Medo e outras paixões na reprodução da violência e segregação.....</b>	<b>394</b>
<b>12.5</b>	<b>Últimas reflexões.....</b>	<b>399</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>404</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Iniciamos este capítulo introdutório pela apresentação do autor e das implicações pessoais que culminaram com a elaboração desta tese. Posteriormente trazemos um delineamento do problema de pesquisa, ancorado em uma série de dados estatísticos sobre a temática explorada. Seguimos apresentando o referencial teórico e posteriormente o percurso metodológico adotado, após o que expomos as justificativas dessas escolhas. Por fim, apresentamos o escopo da tese, com uma breve descrição do que será abordado em cada um dos capítulos e seus objetivos.

### 1.1 Apresentação e implicações pessoais

Compreendendo que toda fala parte de algum lugar socialmente construído, convém, antes de mais nada, apresentar-me. Nasci<sup>1</sup> em 1983, sou branco, filho da classe média (classe C, para ser mais preciso), e fui criado no Monte Castelo, bairro de Fortaleza pelo qual sou declaradamente apaixonado, apesar de ter passado parte do início de minha adolescência em Messejana, bairro pelo qual também tenho bastante carinho. Outra paixão em minha vida, sem a qual certamente esta tese jamais teria sido escrita, é a política, que me aproximou do movimento estudantil ainda quando era secundarista. Com 19 anos, por meio de um concurso, ingressei no Banco do Brasil (BB), que posteriormente financiaria grande parte de meu curso de psicologia na Universidade de Fortaleza (Unifor). Nessa Universidade, ainda cheguei a compor uma gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE), embora com menos protagonismo do que desejava, em virtude de meu trabalho como bancário. Por outro lado, esse emprego permitiu que me aproximasse do movimento sindical, no qual atuei como delegado sindical e participei de algumas correntes, por oito anos.

A escolha da psicologia como profissão foi influenciada pela minha inserção nas Terapias Comunitárias (TCs) do Projeto 4 varas, localizado no bairro Pirambu, no qual, com aproximadamente 14 anos de idade, passei a participar de encontros, oficinas e cursos em companhia de minha mãe, que à época trabalhava como massoterapeuta. Esse bonito projeto surgiu da iniciativa de Airton Barreto, advogado comprometido com os direitos humanos que, à sombra de um cajueiro, fornecia atendimento jurídico gratuito a trabalhadores de uma fábrica que havia fechado. Posteriormente seu irmão, o psiquiatra Adalberto Barreto, juntou-se a ele,

---

<sup>1</sup> Experiências e reflexões pessoais estarão narradas na 1ª pessoa do singular.

fundando os projetos de terapia comunitária. Foi lá que, em contato com profissionais de saúde mental, minhas primeiras concepções sobre o que era “ser psicólogo” se formaram.

Sempre tive muita consciência de que meu emprego como bancário serviria apenas como apoio para construir minha carreira como psicólogo. Desejava, desde meu primeiro semestre na faculdade, trabalhar com pesquisa e educação superior e, assim, dediquei-me, tanto quanto possível (limitado pela minha carga horária no trabalho), a engajar-me nas áreas que instigavam o meu interesse, especialmente a psicologia social. Na Unifor, a convite das professoras Tereza Gláucia Rocha Matos e Verônica Salgueiro do Nascimento, ingressei no grupo de estudos de Paulo Freire “Esperançar”, do qual participei ativamente durante dois anos e que teve como fruto o livro “Educação e libertação: a tessitura de saberes pela práxis” (MATOS; NASCIMENTO; PETROLA, 2010), no qual fui autor de dois capítulos. Embora Paulo Freire não tenha sido um dos autores básicos utilizados nesta tese de forma direta, sem dúvidas sua teoria me influencia e orienta até os dias atuais. Além disso, na graduação, junto ao professor Elton Alves Gurgel, participei da constituição da Liga de Direitos Humanos vinculada ao Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (Nucepec) da Universidade Federal do Ceará (UFC), cuja coordenação colegiada integrei durante dois anos.

Logo após formado, passei a atuar como psicólogo clínico e ingressei em uma especialização em Terapia de Casal e de Família, ministrada pelo espaço Viver em parceria com a Faculdade Ari de Sá, sendo convidado, em seguida, pela professora Christina Sutter, a atuar nela como professor, trabalho que realizo até os dias atuais. Na época, também fui contratado pela Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará (Aprospec), para atender a policiais em sofrimento mental, o que me permitiu conhecer de perto o sofrimento dos integrantes dessa precarizada profissão e me levou a ver a violência policial como prática reprodutora de sofrimento e violência, como vejo também a violência dos moradores da periferia entre si. Na Associação, aprendi a separar a instituição policial do profissional policial, exercício difícil, mas profundamente necessário.

Mediante contrato de aprimoramento profissional assinado com o Banco do Brasil (BB), a Instituição passou a pagar grande parte de meu curso de psicologia e, em contrapartida, eu deveria permanecer por dois anos depois de formado no quadro de funcionários. Logo depois de quitada tal obrigação, solicitei uma licença não remunerada para me dedicar apenas à psicologia, o que me permitiu participar da seleção para o mestrado em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), na qual fui aprovado, sendo orientado pela professora Zulmira Bomfim, por quem - embora só tenha tido o prazer de conhecer pessoalmente no dia da entrevista - vinha me interessando e de cujo trabalho vinha me inteirando há pelo menos um

ano. Posteriormente passei a integrar o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da UFC, do qual tenho a alegria de fazer parte ininterruptamente desde então.

O projeto de mestrado que submeti versava sobre participação política comunitária e relação afetiva pessoa-ambiente na Prainha do Canto Verde, comunidade pesqueira do litoral leste do estado do Ceará. Não apenas escolhi meu lócus de pesquisa pela temática, mas, em boa medida, também escolhi a temática pelo lócus que desejava investigar. Havia conhecido a Prainha do Canto Verde em uma viagem de turismo comunitário que fiz dois anos antes da seleção para o mestrado e apaixonei-me pelo local, ou melhor, por seus moradores. Referida comunidade tem um histórico de luta e resistência comunitária tão intensa e resiliente, que já nessa primeira viagem saí de lá resoluto de que meu projeto de mestrado iria ser realizado ali. Embora a temática ainda não estivesse delineada, sabia que precisava compreender o que tornava aquela população tão particularmente aguerrida em sua luta por direitos, visível, entre outros aspectos, na participação diária de grande parcela dos moradores de reuniões e atividades comunitárias.

No percurso, aprendi que eles não viam o movimento comunitário como obrigação, mas como alegria e *conatus*, em consonância com o preconizado por Sawaia. A intensa rotina de atividade diária da comunidade remetia à sua própria história de luta, iniciada na década de 1960, permeada pela educação popular freiriana e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de Dom Aloísio Lorscheider. As atuais lideranças aprenderam com seus pais, desde muito pequenos, que o movimento comunitário é uma dimensão relevante da própria vida pessoal que, embora traga cansaço, é cheio de realizações e alegrias. Nesse estudo pudemos demonstrar que a participação política implicada e a afetividade dos indivíduos em relação ao ambiente são instâncias diretamente relacionadas. À época, escrevemos um artigo (CABRAL *et al.*, 2015) articulando o conceito de “conscientização” de Paulo Freire com o de “consciência” em Vygotsky, em que também exploramos o conceito vygotskyano de “tomada de consciência”, que trouxe desdobramentos relevantes para esta tese, especialmente a possibilidade de refletirmos sobre o papel da “tomada de consciência afetiva” aqui delineada.

Tendo situado o leitor em um pouco de minha história profissional e acadêmica, devo agora inteirá-lo das implicações pessoais na temática desta tese. No decorrer do mestrado, tive contato com a obra do filósofo Spinoza e apreciei muito suas considerações sobre a relação entre medo e servidão. Na época, em 2013, chamou-me a atenção um movimento intitulado “Fortaleza apavorada”, formado por pessoas das classes média e alta, com tendências conservadoras, que organizavam manifestações para solicitar mais investimentos públicos em segurança. O que me inquietava era a contradição de serem os grupos que estavam em situação



de maior segurança os que mais se sentiam apavorados ou, pelo menos, os que mais se engajavam nessa causa. Desde então, passei a considerar a hipótese de estudar essa questão em meu doutorado, embora outras temáticas também despertassem meu interesse, concorrendo com esta. No entanto, um fato fundamental ocorreu pouco após a publicação do edital de seleção para doutorado a que me candidatei, definitivo para que decidisse investigar o medo dos adolescentes de Fortaleza: a chacina de Messejana, em novembro de 2015, e o clima de pânico vivido pelos seus moradores nos dias posteriores.

Essa chacina havia sido até então a maior da história do Ceará, resultando em 11 pessoas assassinadas, das quais nove eram adolescentes. Dos 11 vitimados, apenas três tinham passagem pela polícia, todas por delitos leves que incluíam ameaça, crime de trânsito e pensão alimentícia. Há muitos anos eu não assistia à televisão, mas tal fato me levou a acompanhar os jornais locais para ver notícias que imaginei não conseguir acessar pela internet, e uma ansiedade tomou conta de mim o dia inteiro. Ao assistir a um jornal local de grande audiência, senti um misto de repugnância e tristeza ao ver a mãe de um dos adolescentes, em prantos, mostrando um certificado que comprovava que seu filho, recém-assassinado, era monitor de capoeira no colégio. Seu objetivo era diminuir a suspeição que recaía sobre ele pelo simples fato de ter sido assassinado (mesmo sem nenhuma passagem anterior pela polícia), na busca de provar que ele não era “envolvido” com a prática de atos ilícitos. Refleti que apenas uma completa e absurda inversão da realidade poderia levar uma mãe, que acabara de ter o filho assassinado, a precisar se submeter à humilhante tarefa de tentar provar que seu filho era alguém útil à sociedade, e, assim, digno de viver. Depois do choro da mãe, o âncora do jornal, sem nenhum sinal de consternação, fechou a matéria dizendo que a polícia ainda investigava as causas do crime, bem como o possível envolvimento dos “menores” assassinados. O veredito não poderia ser mais claro: culpados até que se prove o contrário. Seria possível imaginar algo parecido em um condomínio de classe média da cidade? Evidentemente não. A conclusão é que, quando se é jovem, da periferia, pardo ou negro, até ser assassinado pode ser motivo para desconfiança.

Nesse dia, lembrei-me de vários amigos que fiz em Messejana no início da adolescência, muitos com os quais havia perdido contato no decorrer da vida. Falei com os poucos que restaram, que me relataram um clima de pânico nas semanas seguintes à da chacina, em que verdadeiros toques de recolher passaram a ser praticados pela polícia. Lembrei-me também dos colegas que fiz no Monte Castelo, constatando que, embora muitos continuem sendo grandes amigos até os dias atuais, vários se perderam pelo caminho. Fiquei sabendo de alguns entre estes que haviam sido presos ou mortos, todos pardos ou negros, e de classe social

mais baixa que a minha. Apenas no processo de escrita desta tese tomei consciência de que, diferentemente do que acontece com os adolescentes de classe média que entrevistei nesta pesquisa, em minha época, pelo menos em meu bairro, pré-adolescentes e adolescentes de classe média e baixa brincavam e jogavam juntos nas ruas da cidade. Nós, meninos de classe média do bairro, embora por vezes temerosos, frequentemente atravessávamos favelas, que ficavam a poucos quarteirões de nossas moradias, para jogar bola, nos divertir, soltar raia (pipa), ou mesmo apenas para pegar atalhos. Lembro-me de que, na minha pré-adolescência, nutria sentimentos ambíguos - que continham elementos de admiração e certo temor – pelos meus conhecidos que eram “de gangue”, e chegava a fantasiar que poderia ser emocionante integrar a principal “gangue” de meu bairro, que nem de longe se assemelhava às facções criminosas que ocuparam o seu lugar.

O período de minha pré-adolescência, vivenciada na década de 1990, parece coincidir com o momento em que começava a ter lugar uma virada fundamental em relação à ampliação do medo na cidade de Fortaleza, em que, conforme debateremos, ampliou-se a separação entre adolescentes de classe sociais distintas, processo social que temporalmente se iniciou antes do meu adotar e terminou depois dele. Nesse sentido, identifiquei-me com os relatos de D’Incao (1992), abordados no tópico 9.6 desta tese, segundo a qual houve mudança nas últimas décadas em relação à utilização do espaço das ruas. Pelo menos diurnamente, não consigo imaginar locais que não fôssemos capazes de adentrar, se necessário, realidade totalmente distinta da vivenciada pelos jovens de classe média do território que investigamos nesta tese, o que evidencia um aprofundamento de uma apartação social e territorial em nossa cidade. É importante deixar registrado que minhas percepções e emoções em relação a todo esse fenômeno são evidentemente indissociáveis de meu território, classe, etnia e gênero. No entanto, parece-me que os signos que faziam com que admirássemos determinadas formas de ser, forjadas nas ruas, e nos identificássemos com elas ou, pelo menos, as reconhecêssemos são cada vez mais raros nos adolescentes de classe média e alta dos tempos atuais, restando a estes apenas o medo e o estranhamento perante o que é diferente: o medo do outro, do forasteiro de sua mesma cidade, temor no qual ao longo da pesquisa pudemos perceber traços xenófobos em relação à periferia, que, conforme defenderemos, mais revelam sobre a estrutura estamental em que vivemos que sobre as individualidades dos adolescentes entrevistados.

Exposta a trajetória que me trouxe até aqui, bem como minhas implicações pessoais na escolha do tema e público-alvo, resta destacar alguns comentários sobre o processo da escrita. A escrita de uma tese é processo que pretende trazer para algum campo do conhecimento uma pequena contribuição, e, na busca de reformar uma ínfima partícula do

mundo científico, parece-me que a maior reforma que ocorre, via de regra, é a do próprio pesquisador. Minha forma de ver o mundo já não é mais a mesma, em primeiro lugar pelo contato mais aprofundado com autores por quem me apaixonei e que mudaram a maneira como vejo o ser humano e, em segundo lugar, pelo contato com a violência estrutural e continuada que desumaniza determinados segmentos de nossa população. Derramei muitas lágrimas enquanto ouvia, transcrevia e analisava as entrevistas, tanto na construção de minha dissertação quanto na desta tese, mas enquanto na primeira foram predominantemente de alegria, admiração e orgulho, na segunda foram principalmente de tristeza, angústia e, por vezes, pessimismo, embora também tenha me emocionado com a resiliência e implicação empática de muitos adolescentes.

Em pouco mais de quatro anos, não apenas o pesquisador muda, mas também o mundo que ele habita. Vi, com tristeza, o aumento do reacionarismo no País e a dificuldade - daqueles que parecem implicados com as populações socialmente oprimidas - de construir uma saída comum para fazer frente à ampliação dos sofrimentos ético-políticos, desigualdade social, estigmatização, exclusão e violência. Vi a violência aumentar em minha cidade, e novas chacinas ocorrerem. Nesse último ano, foi particularmente difícil estudar o medo em meio ao temor coletivo causado pela pandemia da covid-19, com suas diversas implicações, tanto no campo social, especialmente para as populações mais vulneráveis, como no pessoal. O sucateamento e desmonte da educação também me afligiram, fazendo com que colocasse em dúvida o antigo sonho de minha vida de trabalhar com educação superior e pesquisa. Isso, no entanto, fez com que o próprio trabalho da tese, que mais do que nunca tinha que fazer sentido em si, fosse ressignificado, tornando-se no que espero seja uma contribuição que, somando-se a outras, possa ser utilizada para gerar melhorias sociais efetivas, especialmente para os adolescentes moradores das periferias.

## **1.2 Delineamento do problema de pesquisa**

A violência pode ser conceituada como o uso excessivo da força mediante comportamentos transgressores, intolerantes e constrangedores, que causam danos às pessoas e aos seus patrimônios. É ação intencional, realizada por um indivíduo ou grupo, que resulta em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais. Os formatos de agressões interpessoais que ocorrem especificamente nos contextos das grandes cidades, foram convencionalmente denominados de “violência urbana” (MORAIS, 2017). Utilizaremos, no decorrer desta tese, a

expressão “medos urbanos” para nos referirmos aos medos provenientes especificamente desse tipo de violência.

No Brasil, criminalidade e violência tem sido preocupação central da população pertencente aos centros urbanos. Referida temática tem sido retratada exaustivamente pela mídia, investigada dentro do âmbito científico em variadas áreas acadêmicas e chamado cada vez mais a atenção dos brasileiros. Em um estudo em 72 cidades brasileiras desenvolvido pelo Instituto Ipsos (2016), pesquisadores solicitaram que os participantes assinalassem quais os principais problemas do País, em um questionário com questões de múltipla escolha. O estudo revelou que o conjunto “falta de segurança, violência e criminalidade” é a maior preocupação dos brasileiros, indicado por 67% dos participantes. Já em um estudo conduzido pela Vox Populi (2014), na cidade de Fortaleza, foi solicitado aos participantes que indicassem um único fator que acreditassem ser o maior problema da cidade entre uma lista de 17 componentes, que incluíam educação, saúde, desemprego, etc. Falta de segurança pública foi o item mais apontado, distante com bastante folga do segundo colocado, sendo indicado por 40% dos participantes.

Pesquisa internacional realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC – sigla em inglês para *United Nations Office on Drugs and Crime*, 2013) revelou que, no ano de 2012, algo em torno de 500 mil pessoas foram assassinadas no mundo, e aproximadamente 10% desses homicídios foram cometidos no Brasil, média que se mostrou quatro vezes superior à mundial. A violência, no entanto, não tem atingido todas as regiões do País de forma proporcional. Barros *et al.* (2018) chamam a atenção para o atual fenômeno de “nordestinação” da violência letal, destacando que, dos 10 estados brasileiros que apresentaram o maior índice de homicídios na adolescência no ano de 2017, oito eram nordestinos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), entre 1980 e 2000, os índices de homicídio no País subiram 133,96%, passando de 11,69 por 100 mil habitantes para 27,35. De 2000 a 2017, as taxas cresceram mais 15,59%, chegando a 31,59 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, no período de 2000 a 2017, as diferenças regionais foram muito significativas: enquanto vários estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste estabilizaram ou até diminuíram o número de homicídios, o Norte teve aumento de 145,60% no número de ocorrências e o Nordeste, de 145,87%. Enquanto estados como São Paulo tiveram redução de 76,05% nos homicídios, no Ceará houve aumento de 350,37%. Tomando como referência o período que vai de 1979 a 2017, a cidade de Fortaleza passou de 200 homicídios para 2145, aumento de mais de 1.000% (IPEA, 2020), conforme podemos observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de homicídios em Fortaleza



Fonte: Elaboração própria (2020).

Verifica-se que o estarrecedor número de adolescentes assassinados apenas no primeiro semestre de 2020 (409) (CEARÁ, 2021) é superior ao dobro do total de pessoas assassinadas em todo o ano de 1979.

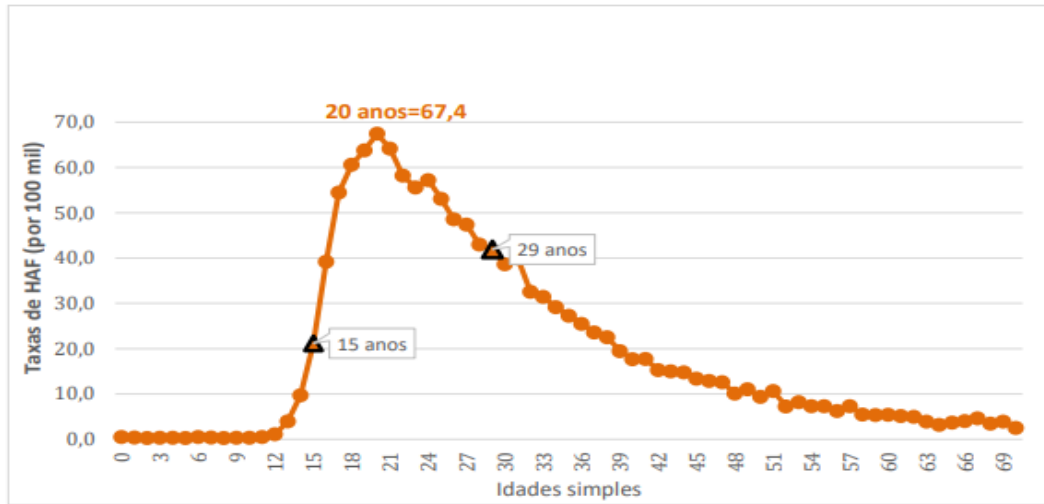
Em 2018 e 2019, os números de homicídios no País decresceram, atingindo o patamar de 22,7 mortes a cada 100 mil habitantes, mas os números preliminares do ano de 2020 indicam um novo crescimento (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Conforme indicam Marques e Barros (2020, p. 26):

O Brasil perdeu, entre 2019 e 2020, uma grande oportunidade de transformar a tendência de redução das mortes violentas intencionais observada entre 2018 e meados de 2019 em algo permanente e que servisse de estímulo para salvar ainda mais vidas. O Brasil perdeu-se em múltiplas narrativas políticas em disputa e a população, mais uma vez, está tendo que lidar com os efeitos deletérios e perversos de um modelo de segurança pública obsoleto e que até hoje não foi palco de grandes reformas, mesmo após a Constituição de 1988.

Esses homicídios atingem predominantemente a população negra<sup>2</sup> (74,4%), masculina (91,2%), de baixa escolaridade (80,8% não tinham ensino médio incompleto) e jovem (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Em relação aos aspectos etários, a partir da adolescência, as taxas de vitimação crescem vertiginosamente, passando de 1,1 homicídio por 100 mil habitantes aos 11 anos de idade para 67,4 homicídios por 100 mil habitantes aos 20 anos, quando ocorre o pico de mortalidade. Depois, essa taxa vai caindo gradualmente conforme aumenta a faixa etária, como podemos ver no Gráfico 2.

<sup>2</sup> Incluindo os pardos.

Gráfico 2 – Taxas de homicídio a partir do fator etário



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016).

O homicídio de jovens é cada vez mais precoce: na década de 1980, a adolescência era mais preservada e o pico de mortes ocorria apenas aos 25 anos (WAISELFISZ, 2016).

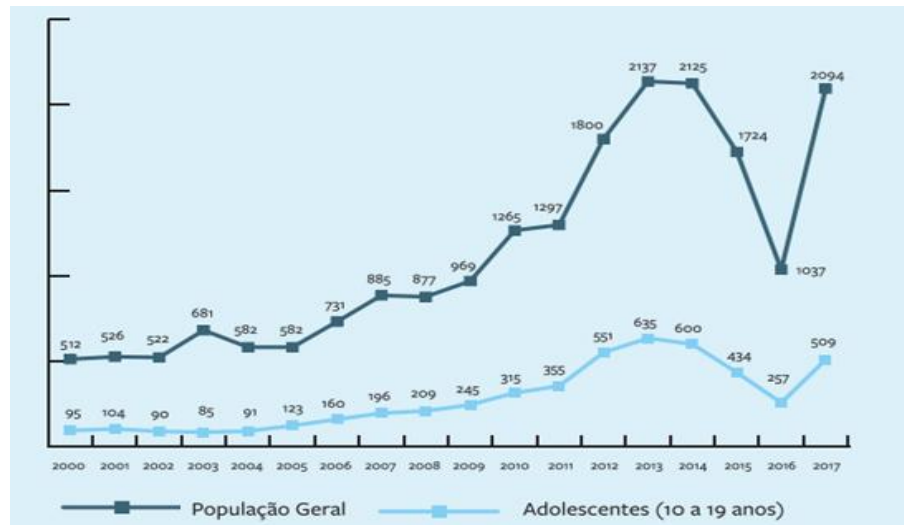
Em relação ao número de homicídios a cada 100 mil habitantes, Fortaleza passou de 20,1 em 1980 (SOUZA, 1998) para 28,2 em 2000 (WAISELFISZ, 2012) e, posteriormente, para 87,9 em 2017 (CERQUEIRA *et al.*, 2019), o que lhe atribuiu a pecha de capital mais violenta do Brasil, algo extensamente veiculado pela mídia local. Os homicídios ocorrem predominantemente em alguns bairros periféricos. Em 2017, de acordo com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA, 2017), houve bairros com mais de 100 homicídios, enquanto outros não tiveram ocorrências. A extensa diferença entre homicídios nos bairros da cidade, fez com que optássemos por realizar um estudo comparativo em relação aos medos dos adolescentes das zonas mais e menos violentas, com o objetivo de compreender tanto as implicações psicossociais do medo em territórios tão distintos quanto o papel da violência em si na formação dos diferentes medos urbanos, o que abre caminho para se considerar outros fenômenos como associados às causas dos medos.

Segundo o Comitê (CCPHA, 2017), a precocidade das vítimas tem sido ainda maior em Fortaleza que na maior parte dos centros urbanos do País. Após um breve recuo em 2016, os índices de homicídios de adolescentes na cidade cresceram 436% apenas em 2017 (de 95 para 509 casos). Apesar de esses números terem diminuído relativamente entre 2018 e 2019, voltaram a crescer vertiginosamente em 2020, em que apenas no primeiro semestre foram ceifadas 409 vidas adolescentes na cidade (aumento de 149%) (CEARÁ, 2021). O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) é uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Ceará, desenvolvida em parceria com o Fundo de Emergência

Internacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef – sigla em inglês para *United Nations International Children's Emergency Fund*) e sociedade civil, que tem buscado construir dados não apenas quantitativos mas também qualitativos, capazes de denunciar, dar visibilidade e fazer frente aos exorbitantes aumentos de homicídios das populações mais vulneráveis. Escolhemos os adolescentes como público-alvo desta pesquisa para construirmos um instrumento a mais para esse mesmo fim, destacando não apenas o papel da violência em si, mas também das implicações psicossociais de ser adolescente em um ambiente permeado pelo medo.

O Gráfico 3, apresentado a seguir, sintetiza os homicídios praticados em Fortaleza contra adolescentes no período de 2000 a 2017:

Gráfico 3 – Homicídios de adolescentes em Fortaleza de 2000 a 2017



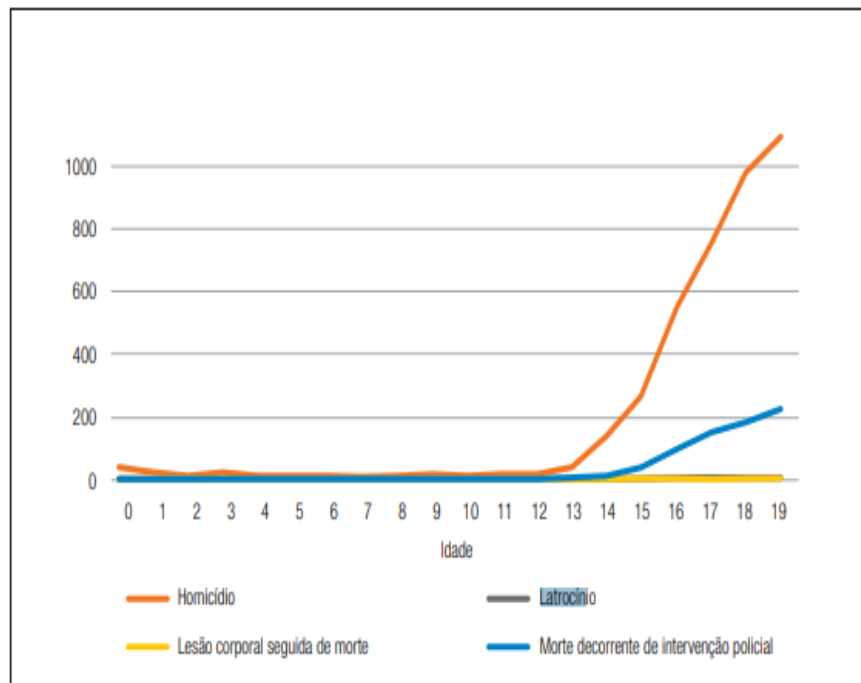
Fonte: CCPHA (2017).

Dos quatro tipos de Mortes Violentas Intencionais<sup>3</sup> (MVI) que vitimam os adolescentes, a que se encontra no topo do ranking é o homicídio (83,71%), seguido de mortes decorrentes de intervenção policial (14,81%) (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Os números tendem a incisivo crescimento, especialmente a partir dos 13 anos de idade. Sobre o latrocínio, a morte de adolescentes segue a tendência inversa dos demais crimes, sendo essa parcela populacional a menos vulnerável a esse tipo de ocorrência, que corresponde a menos de 1% das MVI dessa faixa etária (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

<sup>3</sup> A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial.

A despeito dos altos índices de MVI, a cidade de Fortaleza possui taxas relativamente baixas de latrocínio, em comparação com outros centros urbanos: foram oito ocorrências no ano de 2019, taxa de 0,3 casos por 100 mil habitantes (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Enquanto, na média, para cada 25 homicídios dolosos ocorre um latrocínio no País, em Fortaleza, em 2018, foram 111 homicídios para cada latrocínio (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Dos 409 Crimes Violentos Letais Intencionais<sup>4</sup> (CVLI) de adolescentes em 2020, apenas 1 (0,24%) foi decorrente de latrocínio (CEARÁ, 2021). Compreendendo que dos quatro tipos de MVI, o latrocínio é o único com taxas proporcionais à população total em relação aos aspectos étnicos, o que é um indicativo também de renda, pode-se inferir que os elevadíssimos índices de homicídios na cidade, ainda mais que em outros locais do País, têm atingido predominantemente a população periférica (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Idade das vítimas de MVI, por tipo de crime



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020).

Misse (2010, 2015) utiliza a expressão “sujeição criminal” para explicar um intrincado processo de subjetivação, que se inicia pela rotulação de determinados grupos de “perigosos”, na expectativa de que praticarão ações compreendidas como criminosas pelo

<sup>4</sup> A categoria Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Mortes decorrentes de intervenção policial não são inclusas.



Código Penal brasileiro – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940), que pode levar esses indivíduos a internalizar a criminalidade. Para o autor, a sujeição criminal<sup>5</sup> é o processo de criminalização de sujeitos, e não de cursos de ação, e, no limite dessa sujeição, o sujeito criminal passa a ser socialmente visto como alguém cuja morte é esperada ou até desejável. Nesse sentido, Barros *et al.* (2019a) e Barros e Benicio (2017) defendem que a sujeição criminal é um dos processos de operação de uma política de morte no Brasil (necropolítica), que intersecciona marcadores de gênero, raça e classe, produzindo adolescências desiguais, algumas dignas de vida, outras não, situação que vem resultando no extermínio de parte da população jovem de Fortaleza. Concordamos com essa perspectiva e enfatizamos a relevância do aspecto territorial no âmbito desse processo, tendo em vista que tem se manifestado especificamente em algumas áreas periféricas dos grandes centros urbanos.

O termo necropolítica foi empregado no ano de 2003 pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2017), em diálogo travado com o conceito de biopoder de Foucault, para se referir a determinados estados de exceção ou sítio nos quais instâncias de poder não apenas dividem a população entre os que merecem ou não viver, como efetivamente conferem legitimidade a determinadas mortes, o que, em nossa análise, é o que ocorre nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros. Não à toa nossos números de homicídios são os mesmos de países em guerra: entre 2011 e 2015, em seu auge, a guerra da Síria levou a óbito 256.154 pessoas; nesse mesmo período ocorreram 279.567 homicídios no Brasil. A população morta anualmente no País equivale à população exterminada pela bomba nuclear que dizimou a cidade de Nagasaki, na Segunda Guerra Mundial (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

A “guerra” ao tráfico de drogas (realizada pelo estado) e a “guerra” pelo comando do tráfico de drogas (realizada entre as diferentes facções<sup>6</sup> criminosas) contribui significativamente para a ampliação do quadro de mortes na periferia. Misse (2010) destaca peculiaridades sobre a forma como o tráfico se estruturou em algumas periferias do Brasil, como o Rio de Janeiro, diferenciando-as de outras partes do mundo. Para o autor, é o fato de o tráfico em algumas periferias ser operado por facções que disputam o domínio por meio de controles territoriais, que faz com que a violência seja uma marca tão contundente associada a esse tipo de crime. Em decorrência disso, o número de mortes estabelecidas em razão desse fenômeno é muito superior ao de outros locais. Tal ampliação das mortes vem cada vez mais

---

<sup>5</sup> O conceito “sujeição criminal” é aprofundado e debatido no tópico 10.2 desta tese.

<sup>6</sup> Termo utilizado no Brasil com sentido correlato a “cartéis de droga”, mas com o nível de violência bastante elevado, quando comparado aos cartéis de outros países.

se intensificando em Fortaleza. Paiva (2019) destaca a ocorrência de mudanças nas dinâmicas da violência da cidade, resultantes da combinação entre associações criminosas de âmbito nacional – e, por vezes, internacional - com os traficantes locais, em busca de estabelecer e conquistar territórios.

Sousa (2019) defende que, em Fortaleza, diferentemente de outras cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, as facções de drogas ainda não têm territórios bem estabelecidos e consolidados geograficamente, bem como normatizações bem instituídas, trazendo arroubos violentos e espetaculosos - e muitas vezes até contraproducentes - para o mercado do crime, o que torna a cidade ainda mais perigosa que esses outros centros onde os grandes cartéis de droga já estão mais estavelmente estabelecidos. Paiva (2019) aponta que, apesar de diversas facções disputarem domínios territoriais na cidade, o principal conflito se dá entre os Guardiões do Estado (GDE), facção fundada em Fortaleza aproximadamente em 2015/2016 e o Comando Vermelho (CV), facção com capilaridade nacional fundada no Rio de Janeiro no final da década de 1970. Segundo o autor, a GDE, diferentemente de outros coletivos criminosos, não tem estrutura hierárquica delimitada, não pratica cobrança de taxas de seus membros e possui considerável quantidade de menores de idade em seus quadros, inclusive em posições de prestígio e reconhecimento. Tal facção é a que possui o maior número de participantes em liberdade no Ceará.

Sousa (2019, p. 116) levanta como hipótese para as altas taxas de homicídios e a espetacularização das mortes e dos crimes no estado, a busca das diferentes facções em se mostrar mais perigosas e temíveis que as demais, gerando uma competição, aberta e pública, de qual facção “barbariza” mais. É possível que tal competição no estado também se relacione à precoce idade dos envolvidos. Na adolescência, período de consolidação da consciência sobre si (VYGOTSKY, 2006/1931), autoafirmação e status podem ser ainda mais mobilizadores que os ganhos financeiros provenientes da atividade ilícita. Isso pode estar relacionado com tais arroubos, que, embora restritos a determinados territórios, quando explorados pela mídia, potencializam o medo em toda a cidade. Nesse sentido, em Fortaleza, a despeito de serem a população masculina, jovem, parda ou negra dos grandes centros periféricos e de baixa escolaridade as vítimas mais habituais, o sentimento de medo atravessa todas as classes sociais e perfis populacionais da cidade (VOX POPULI, 2014).

A ampliação do medo, no entanto, não é prerrogativa da Cidade ou do País. Estudos em diferentes locais do mundo vêm apontando crescentes e elevados índices de medos urbanos (ALITAVOLI; KAVEH, 2018; BAIERL, 2004; BARREIRA, 2013; BITTENCOURT, 2015; CAPDEVIELLE, 2009; GAVIRIA, 2008; KOURY, 2009, 2011; LIMA; MILKEVICZ, 2015;

MACHADO, 2012; MELO, 2008; MOREIRA *et al.*, 2009; PAVONI; TULUMELLO, 2018; ROSA *et al.*, 2012; SANTOS; RAMIRES, 2009; SCORGIE *et al.*, 2017; SILVA, 2011; SILVEIRA, 2016; VILLAGRÁN, 2012). Esse fenômeno tem ocorrido mesmo em locais onde os riscos de vitimação são baixos (BAUMAN, 2008, 2009; CONNELL, 2018; DI NAPOLI, 2016; FOX; ASQUITH, 2018; GLASSNER, 2003). Inicialmente, as pesquisas que investigavam alguns tipos de medos urbanos tendiam a presumir que esses seriam consequência direta do risco de ser vitimado (FOX; ASQUITH, 2018; LÓPEZ, 2011), no entanto, constatou-se que determinados grupos ou contextos sociais podem desenvolver ansiedades que ampliam seus medos, independentemente dos riscos reais (HALE, 1996 *apud* LÓPEZ, 2011).

Conforme iremos aprofundar na revisão de literatura desta tese, a ampliação do medo tem levado a práticas ansiosas e superdimensionadas de autoproteção, promovendo segregação social, evitação de contato com desconhecidos, aumento de desconfianças, estigmatização, limitação de espaços e horários de convívio social e, em alguns casos, confinamento total. Tais práticas, a médio prazo, têm potencial de gerar efeito contrário ao esperado, levando a um ciclo em que a violência é amplificada. Nesse sentido, diversos autores (BARREIRA, 2013; BAUMAN, 2005, 2008, 2009; BITTENCOURT, 2015) apontaram o crescimento do medo social na contemporaneidade como fenômeno difuso de nível global. No entanto, considerando que a violência atinge de maneira extremamente distinta não apenas os diferentes países, como as parcelas populacionais que vivem em uma mesma cidade, cabe questionar: A ampliação dos medos tem atingido homoganeamente todos os grupos sociais? Os medos são igualmente difusos para todos?

Diferentemente do que acontece em outros locais do mundo, em que o medo tem aumentado a despeito da diminuição dos riscos, no Brasil, e mais especificamente em Fortaleza, a violência e o medo vêm se alastrando de forma conjunta, o que nos leva a elaborar alguns questionamentos: Seria a ampliação do medo em nossa cidade apenas reflexo direto do aumento da violência? Que outros fatores se relacionam com a gênese desses medos urbanos? Como produção de violência e produção de medo se inter-relacionam em Fortaleza? Considerando que os adolescentes têm sido o grupo mais vulnerável, mas que parcelas populacionais diferentes têm sido expostas de maneira bastante desigual à violência, caberia ainda questionar: os medos urbanos são os mesmos para adolescentes que convivem em locais mais violentos e menos violentos? E para adolescentes de diferentes gêneros, classes sociais e etnias? Como esses medos se conjugam a partir de diferentes marcadores sociais? Eles variam apenas em intensidade ou apresentam diferenças qualitativas? Que sentidos os diferentes grupos de adolescentes têm atribuído a suas vivências de medo? E, por fim, para além da violência em si,

que implicações os medos urbanos trazem para as vivências urbanas dos diferentes grupos de adolescentes?

Optamos por eleger os marcadores de gênero e território na escolha da amostra da pesquisa, procurando, no entanto, permanecer atentos aos aspectos étnicos e de classe social, que se mostraram inseparáveis do fator territorial. Dessa forma, estabelecemos como objetivo geral deste estudo analisar as implicações psicossociais dos medos urbanos dos adolescentes de Fortaleza. E desdobramos esse objetivo geral nos seguintes objetivos específicos: refletir sobre as condições de formação dos medos urbanos nos territórios mais violentos e menos violentos da cidade de Fortaleza; averiguar como os diferentes medos urbanos dos adolescentes da cidade se conjugam a partir de aspectos territoriais e de gênero; e investigar quais sentidos têm sido atribuídos às vivências urbanas de medo desses adolescentes.

Trabalhamos com a definição de adolescência/juventude da Organização Mundial da Saúde (OMS), que circunscreve a adolescência na faixa etária que vai dos 10 aos 19 anos, e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Tal conceito comporta desdobramentos, que identificam como “adolescentes jovens” aqueles com idades que variam entre os 15 e os 19 anos, e como “adultos jovens” aqueles cujas idades variam entre os 20 e os 24 anos (BRASIL, 2007). Neste estudo, escolhemos como público-alvo os adolescentes jovens, na faixa etária de 15 a 19 anos, por considerá-la de grande vulnerabilidade à violência na cidade de Fortaleza. Por conta de nossa escolha, nesta tese não fizemos nenhuma diferenciação entre os termos “jovem” e “adolescente” empregados para nos referirmos aos sujeitos pesquisados, utilizando-os como sinônimos. Optamos pelo termo “meninos” para nos referirmos especificamente aos “adolescentes do gênero masculino”, e pelo termo “meninas” para designar as “adolescentes do gênero feminino”. A adoção desses termos se deu apenas pela sua abreviação, evitando repetições desnecessárias.

### **1.3 Considerações sobre o referencial teórico**

Utilizamos como referencial teórico a psicologia histórico-cultural vygotskyana, com ênfase em sua leitura spinozana sobre os processos afetivos. Antes de tudo, talvez seja importante destacar as razões pelas quais nos valem das obras de um psicólogo bielorrusso que realizou sua produção científica há quase um século e de um filósofo holandês do século XVII como referencial, para discutir um fenômeno tão contemporâneo e regional como os medos urbanos em uma metrópole brasileira.

Conforme discutiremos nos capítulos teóricos desta tese, Vygotsky encontrou em Spinoza o suporte filosófico em sua busca de edificar uma psicologia unificada, que construísse um caminho que sintetizasse as dimensões objetivas e subjetivas da psicologia, amparada no monismo e materialismo, compreendendo a consciência humana a partir de sua dimensão tanto afetiva quanto intelectual, interior e exterior. Para Vygotsky, construir uma psicologia materialista não era fazer dos estudos psicológicos um compêndio de citações de Marx e Engels, mas utilizá-los como farol para construir uma psicologia de base social e interacionista, que conseguisse superar o idealismo sem cair em um materialismo mecanicista que esfacelasse o sujeito, que fosse capaz de compreender o ser humano a partir de suas dimensões mais sensíveis, entendendo os afetos como instâncias culturalmente formadas e com poder de orientar as ações humanas.

Mesmo que Vygotsky não tenha se dedicado especificamente ao estudo do medo, buscamos utilizá-lo como farol para compreender esse afeto não apenas como manifestações biológicas advindas de vivências sociais, mas também como emoções socioculturalmente estruturadas, que refletem elementos econômicos, históricos, políticos, linguísticos, ideológicos, etc., manifestando-se de forma distinta nos diferentes grupos sociais. A compreensão do medo sob essa perspectiva torna necessário que busquemos tomar como referencial também autores contemporâneos que versem sobre contextos sociais semelhantes ou análogos ao nosso, mesmo de diferentes abordagens, desde que não contrastantes com o ideal aqui empreendido. É nesse sentido que nos propomos a fazer uma análise dos medos a partir da psicologia histórico-cultural.

Este estudo tem o desafio metodológico de investigar as vivências dos medos, a partir dos sentidos particulares produzidos pelos sujeitos, entendendo-as em seus aspectos particulares, sem, contudo, negligenciar as dimensões sociais e materiais, tais como os diversos marcadores que atravessam e transformam as mediações dessas vivências, como classe social, território, gênero e etnia. Para Vygotsky (2004/1930), a partir do papel social cria-se uma série de conexões caracterológicas, traços que se formam a partir de sistemas semânticos interiorizados e que estruturam nossas emoções, produzindo diferentes formas de ser, de sentir, e, assim, de temer.

Vygotsky (2017/1932) defende que a principal busca da psicologia deveria ser compreender as emoções não como função da vida espiritual, mas como fenômeno com sentido e significado social que sirva como etapa transitória entre a psicologia e a ideologia. Para o bielorrusso (VYGOTSKY, 2004/1931-1933), o mais substancial propósito da psicologia deveria ser desvendar os sentidos e os significados vitais dos sentimentos humanos a partir de

suas causas, o que se torna sinônimo de compreendê-los a partir de sua origem material, social e cultural. Sob essa perspectiva, buscamos compreender os sentidos das vivências de medo dos adolescentes não apenas como expressão individual, mas também de seu grupo social, não apenas etário, mas também de gênero, territorial, socioeconômico e étnico. Para Vygotsky, a busca da psicologia não deveria ser apenas descrever as emoções, mas explicá-las, ou seja, compreender sua origem. Nesse sentido, parte fundamental de nossa análise consiste em refletir sobre as condições sociais, econômicas, ideológicas e também afetivas que possibilitam o surgimento do medo nos diferentes grupos sociais, ou seja, sua gênese cultural, compreendendo esses diferentes elementos como partes de um todo complexo.

Segundo Toassa (2020), o conceito vygotksyano de sentido não se restringe à simples análise da linguagem ou consciência individual, tendo uma faceta filosófica mais complexa que tende para a totalidade, dessa forma, a autora propõe que se convençione chamar de “análise semântica” os estudos que tratam sobre os sentidos e os significados na psicologia. Em nossa pesquisa, buscamos compreender os sentidos atribuídos às vivências particulares de medo como forma de compreender o próprio sentido social desses medos, daí a terminologia “semânticas dos medos” empregada no título deste estudo.

Toassa e Souza (2010) destacam que, na obra de Vygotsky, o termo vivência (*pereživânie*) abrange vários tipos de estados da consciência e de intensidade afetiva. Para Vygotsky (2004/1931-1933), a partir do momento que a linguagem se instala, não existem emoções inferiores e superiores. Atravessados pela cultura, os afetos estabelecem novas conexões, não sendo experimentados de forma pura. Dessa forma, tomamos como “vivências de medo” não apenas aquelas decorrentes de situações urbanas de impacto emocional imediato, mas também as provenientes de ansiedades relacionadas ao urbano. Ou seja, não fazemos distinção antagônica entre a emoção de medo e o sentimento difuso (ansiedade) a ele relacionado, embora em alguns momentos tenha sido necessário situar vivências mais ou menos próximas de cada um desses dois núcleos semânticos. Em ambos os casos, o medo decorre não apenas do objeto exterior em si, mas também das construções sociais do sujeito que teme.

Por fim, convém destacar a motivação para a escolha do termo “socioterritorial”. Fernandes (2005), discutindo o uso dos conceitos “socioterritorial” e “socioambiental”, expõe que ambos têm sido empregados com sentidos semelhantes, embora o termo “território” seja mais utilizado para evidenciar a conflitualidade, sendo espaço de vida e morte, de liberdade e resistência, por essa razão carregando em si identidades sociais. De forma complementar, o geógrafo Milton Santos (2007) defende que o território é o local para onde convergem todas as ações, afetos, poderes e fraquezas, ou seja, onde a história humana se manifesta em todas as

dimensões de sua existência. Assim, o conceito de território engloba “chão mais identidade”, devendo ser pensado como “território usado” e não “território em si”. Embora seja possível pensar o “ambiente” também sob essa perspectiva, o termo “território” abrange um sentido mais explícito de disputa, resistência e produção de afeto, que se mostrou mais adequado com o que se delineou no decorrer desta investigação.

Neste estudo, fatores de classe, étnicos e culturais se entrelaçaram aos aspectos territoriais, e a opção pelo termo “socioterritorial” teve também como propósito enfatizar essas composições, que, mediadas por diferentes realidades sociais e culturais, constroem diferentes formas de ser, de sentir, e, assim, de temer. Nesse contexto, investigamos quais sentidos os adolescentes têm atribuído às suas vivências particulares de medo, compreendendo que esses sentimentos são construídos socioterritorialmente, na busca de refletir acerca dos sentidos sociais dos medos urbanos e a função que desempenham em nossa sociedade, tanto no centro quanto na periferia.

#### **1.4 Caracterização do lócus e percursos metodológicos**

Neste estudo, utilizamos uma abordagem multimétodo, que corresponde à combinação de mais de um instrumento para atingir os objetivos da pesquisa. Conforme apontam Günther, Elali e Pinheiro (2011), embora tal metodologia possa representar um significativo trabalho adicional na construção e análise de dados, possibilita diminuir vieses que ressaltam apenas um aspecto do fenômeno em estudo, proporcionando uma leitura mais integral desse. Os métodos<sup>7</sup> utilizados foram: Entrevistas semiestruturadas, Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA) e um questionário para aferir os medos urbanos, todos eles aplicados com 40 adolescentes da cidade de Fortaleza, na faixa etária entre 15 e 19 anos, selecionados a partir de um recorte socioterritorial e de gênero, que gerou quatro grupos com 10 adolescentes cada: meninos<sup>8</sup> moradores dos territórios mais violentos da cidade; meninas moradoras dos territórios mais violentos da cidade; meninos moradores dos territórios menos violentos da cidade; meninas moradoras dos territórios menos violentos da cidade.

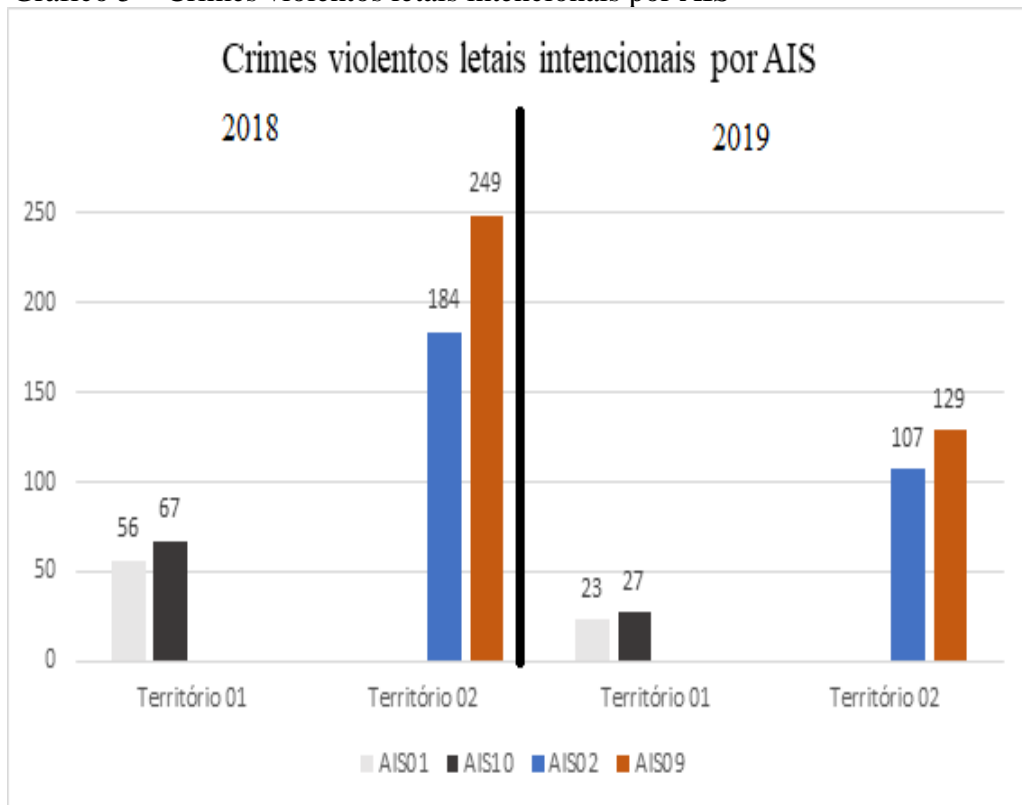
---

<sup>7</sup> Todas as etapas deste estudo foram realizadas em conformidade com os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, após apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) competente, tendo o processo sido formalizado sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 21215019.8.0000.5054.

<sup>8</sup> Neste estudo, para nos referirmos aos sujeitos da pesquisa, utilizamos indiferentemente os termos “adolescentes” e “jovens”, sendo os termos “meninos” e “meninas” empregados apenas como um diferenciador de gênero dos adolescentes.

O primeiro passo do estudo foi identificar os territórios mais violentos. O referencial adotado foram os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). A segurança pública no Ceará organiza-se em torno de Áreas Integradas de Segurança (AIS), e é a partir dessas AIS que se compõem as estatísticas criminológicas do estado. Ao todo são 22 AIS, sendo 10 delas em Fortaleza. A partir dos dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE), identificamos as AIS menos violentas (AIS01 e AIS10 – Território 1) e as AIS mais violentas (AIS09 e AIS02 – Território 2) nos anos de 2018 e 2019, como podemos ver no Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Crimes violentos letais intencionais por AIS

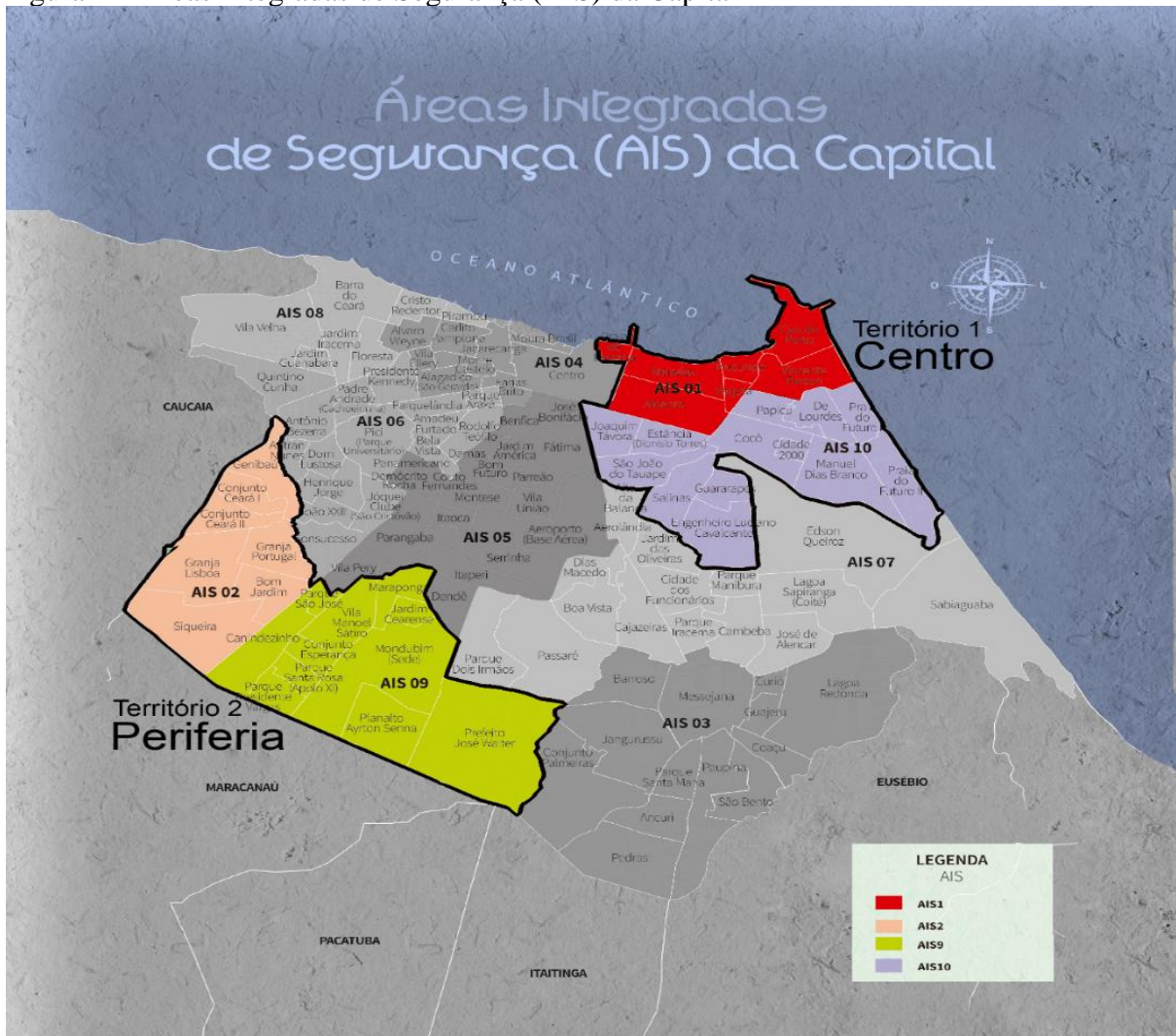


Fonte: Elaboração própria (2020).

Como podemos observar na Figura 1, tanto as áreas menos violentas como as mais violentas deste estudo são fronteiriças, sendo a primeira mais próxima aos litorais, e a segunda das zonas limítrofes e mais periféricas da cidade. Vale ressaltar que, mesmo dentro das AIS, o número de CVLI varia bastante a depender do bairro, embora nos pareça que a escolha pelas AIS atendeu ao propósito deste estudo de investigar os medos urbanos em contextos mais e menos violentos, o que se mostrou equivalente a investigar o principal território das classes mais altas da cidade e um território periférico de grande vulnerabilidade e pobreza.



Figura 1 – Áreas Integradas de Segurança (AIS) da Capital



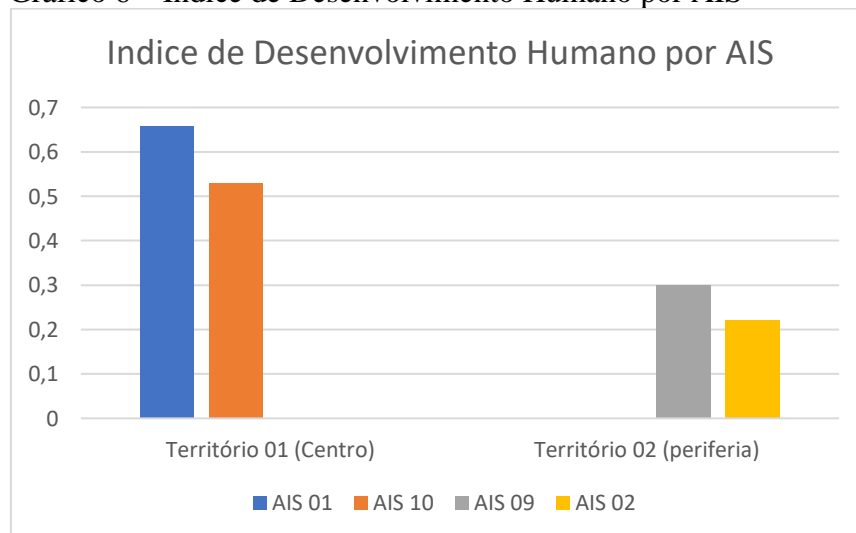
Fonte: Adaptação de imagem retirada do site da SSPDS do Estado do Ceará (CEARÁ, 2020).

Em relação à oposição centro-periferia, Lopes Júnior (2007) aponta que alterações na organização espacial das cidades brasileiras expressam o surgimento de novas áreas com atividades comerciais e de serviços, criando espaços descontínuos na cidade, que produzem diferentes centros com funções distintas, formando também diferentes periferias. Em Fortaleza, essa descentralização iniciou-se na segunda metade do século XX, e a construção de shoppings a partir da década de 1970 acelerou esse processo, que tornou o tradicional centro comercial da cidade um local destinado a atender pessoas de classe média e baixa (MATOS; GONÇALVES, 2013). Nesse local, em que se encontra a AIS04, os índices de violência são intermediários. O bairro “Aldeota” e suas adjacências passaram a ser um novo centro econômico referencial para as classes mais altas, onde foi construído o primeiro shopping da cidade, inaugurado em 1974 (MATOS; GONÇALVES, 2013), e em cujo entorno se encontram as áreas com os menores índices de violência (AIS01 e AIS10). Sobre esse fenômeno Souza (2006, p. 142) destaca que:

Desde o início dos anos 1980, o comércio na Aldeota foi intensificado, com a instalação de novos “shoppings centers” e do comércio lojista [...] Tal crescimento deveu-se à proximidade da Av. Beira Mar, onde está concentrado o maior polo turístico da cidade e à presença de uma efetiva demanda por parte da população, ali habitante. [...] Esta área, a partir dos anos 1980, vem experimentando intenso processo de verticalização. As antigas e luxuosas residências vão, pouco a pouco, sendo transformadas em edifícios cada vez mais elevados, para maximizar o uso, em função dos altos preços dos lotes.

Já as zonas mais violentas (AIS09 e AIS02) fazem fronteira com Maracanaú, município que em 2017 teve o maior índice de violência do País, com 145,7 homicídios por 100 mil habitantes (CERQUEIRA *et al.*, 2019). Por meio do relatório “Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza” (FORTALEZA, 2010), calculamos a média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada AIS, que se mostrou inversamente proporcional ao índice de violência (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Índice de Desenvolvimento Humano por AIS

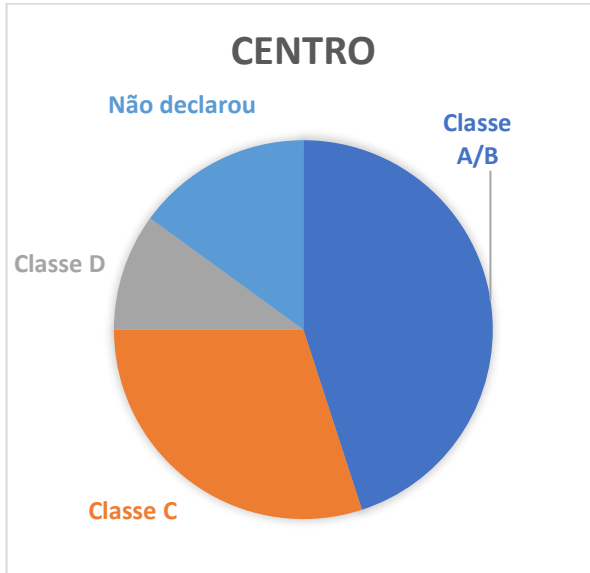


Fonte: Fortaleza (2010).

Assim, o Território 1 representa o grande centro econômico da cidade, embora possua pontualmente territórios pobres, enquanto o Território 2 é composto por uma grande área periférica de extrema vulnerabilidade, que se encontra às margens não apenas no sentido territorial, mas especialmente no econômico. Dessa forma, passamos a utilizar o termo “centro” para nos referirmos ao Território 1 e “periferia” para o Território 2. É importante ressaltar que, com o termo “centro”, não estamos nos referindo ao tradicional centro comercial da cidade, que fica na AIS04, mas sim aos bairros das AIS01 e AIS10, que compõem o Território 1.

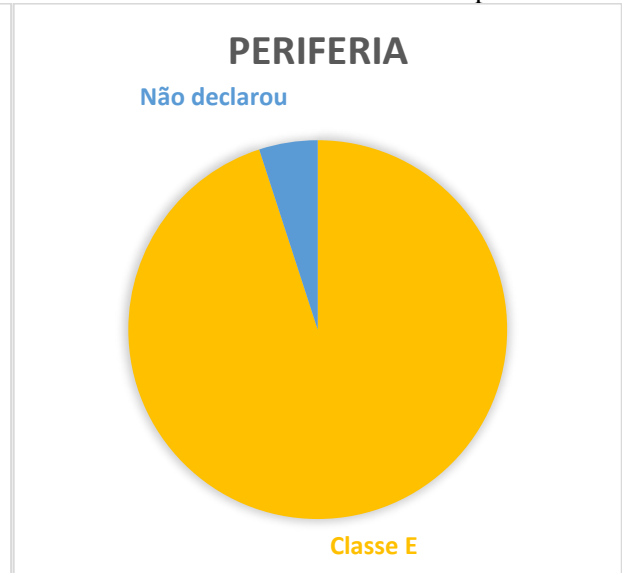
A amostra entre os adolescentes refletiu uma grande disparidade em relação ao aspecto econômico, como podemos ver nos Gráficos 7 e 8, a seguir:

Gráfico 7 – Classe dos adolescentes do centro



Fonte: Pesquisa direta (2020).

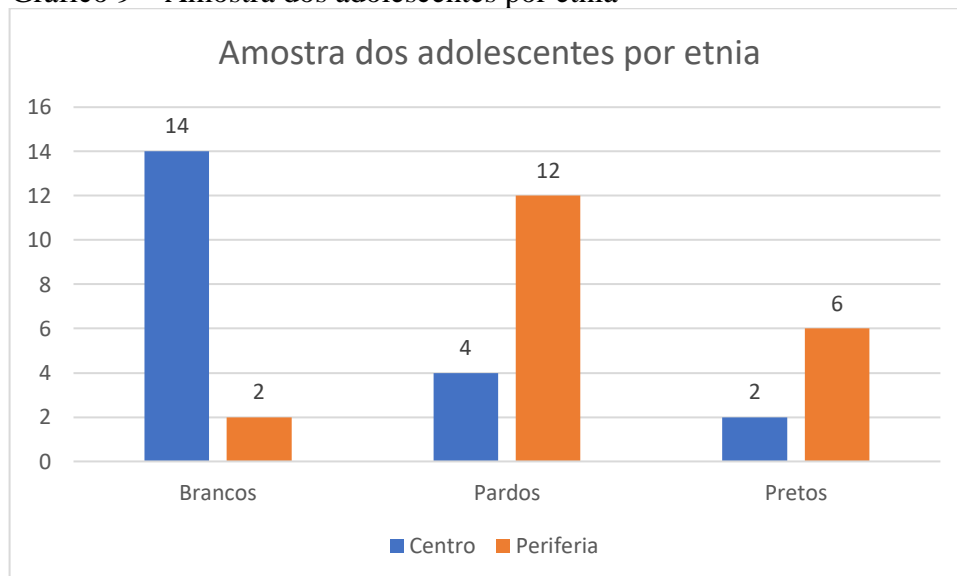
Gráfico 8 – Classe dos adolescentes da periferia



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Além disso, as disparidades étnicas também foram muito altas. Isso evidencia a interconexão entre negritude, periferia e pobreza por um lado e branquitude, privilégio territorial e classe social por outro, o que denuncia como as heranças do processo de colonização ainda são uma marca relevante nos dias atuais (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Amostra dos adolescentes por etnia



Fonte: Pesquisa direta (2020).

O estudo com os adolescentes da periferia (Território 2) se deu a partir de uma escola estadual de tempo integral situada no bairro Canindezinho, que dos 119 bairros da capital possui o 117º pior IDH (0,136277) e que fica na divisa entre a AIS02 e a AIS09. Esse bairro se

situa em um conglomerado urbano periférico conhecido como Grande Bom Jardim. A aproximação do pesquisador com o campus se deu em parceria com Projeto de Extensão “Retratos da Juventude”, vinculado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (Vieses/UFC). O projeto tem como objetivo criar dispositivos de análise coletiva e intervenção micropolítica em torno dos processos de subjetivação e dos direitos humanos de juventudes. Foram realizadas 10 oficinas com estudantes do primeiro e segundo ano do ensino médio, entre abril e novembro de 2019, com as temáticas: violência, medo, juventude, saúde e arte. Foi a partir dessas oficinas, em especial de uma delas, que teve como objetivo discutir os medos urbanos dos adolescentes, bem como da realização de um grupo focal com quatro adolescentes do centro, que foi construído o questionário para aferir os medos urbanos.

Nas últimas oficinas, apresentamos a pesquisa e convidamos os estudantes interessados a participar, entregando o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Tale) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para serem assinados respectivamente pelos adolescentes e seus responsáveis. Conforme esses eram devolvidos, agendávamos os encontros individuais, que aconteceram também na escola, em uma sala privada. A amostra foi por saturação, recorrendo primeiro a cinco participantes de cada gênero e posteriormente a mais cinco, quando foi atingido o ponto de saturação, com um total de 20 sujeitos, 10 de cada gênero, entre 15 e 19 anos.

Nosso objetivo inicial era utilizar a mesma metodologia no centro (Território 1), mas neste caso em uma escola particular, para que pudéssemos avaliar os medos também a partir de um contraste de classe, todavia, procuramos quatro escolas na região, mas nenhuma delas aceitou ser palco do estudo. Decidimos então utilizar a técnica de amostragem conhecida por “Bola de neve”, na qual o pesquisador, a partir das características específicas dos membros da amostra, identifica uma pessoa ou um grupo de pessoas congruentes com os requisitos necessários para a participação, apresenta a proposta do estudo, e, após obter os dados, solicita que os participantes indiquem pessoas pertencentes à mesma população (COSTA, 2018). A partir de educadores da região, iniciamos nossa amostra com três adolescentes, e deles chegamos aos demais, com os seguintes critérios de inclusão: ter entre 15 e 19 anos e ser morador de um dos bairros do Território 1 (apresentamos a lista dos bairros). A amostra também contou com 10 participantes de cada gênero.

O primeiro contato foi realizado com o adolescente via telefone. No caso dos que aceitaram o convite, foi solicitada autorização dos pais pela mesma via. A aplicação dos instrumentos aconteceu, via de regra, na própria residência do respondente ou na área comum

de seu condomínio. No mês de março de 2020, quando já havíamos aplicado os instrumentos de coleta de dados com os primeiros oito adolescentes do centro, fomos surpreendidos com a instalação da pandemia da covid-19 e a consequente decretação do isolamento social em Fortaleza, o que nos levou a realizar o restante da pesquisa de forma remota. Nesse caso, após a obtenção do consentimento dos pais e adolescentes e do envio dos Termos de Assentimento e Consentimento, solicitamos que cada jovem realizasse a representação do IGMA<sup>9</sup> e nos enviasse via internet. Na sequência, agendamos um horário e, por meio de chamada de vídeo, realizamos a segunda etapa da aplicação do instrumento, bem como a entrevista. Ao final, enviamos o questionário, que foi devolvido também pela internet. Todos os adolescentes eram estudantes. As entrevistas (presenciais e virtuais) foram gravadas e inteiramente transcritas, e o tempo de aplicação de cada uma variou entre 37 e 59 minutos. Posteriormente foram tratadas por meio de análise de conteúdo temática com apoio do software *Atlasti*, como melhor delinearemos no próximo tópico.

### **1.5 Escopo do estudo**

Além desta introdução e das considerações finais, compõem esta tese quatro ensaios teóricos, uma revisão de literatura e cinco capítulos teórico-práticos. Procuramos estruturar cada capítulo de modo que pudesse ser compreendido sem a necessidade da leitura integral da tese, como pequenos estudos que compõem um estudo maior, que pudessem vir a ser publicados independentemente. No entanto, como se trata de estudo integrado, em que conhecimentos edificadas em alguns capítulos são alicerces para construções realizadas em outros, buscamos, sempre que possível, fornecer referências para o aprofundamento dos leitores em pontos específicos da tese, caminhando por ela não apenas em sentido único. Neste tópico iremos detalhar o que será abordado em cada capítulo, conectando-o aos objetivos e metodologias empregadas, e para isso será necessário adiantar alguns dos resultados encontrados, como forma de situar o leitor nos caminhos percorridos no decorrer do estudo.

No primeiro capítulo teórico (capítulo 2) buscamos apresentar de forma sintética a filosofia spinozana, partindo de sua concepção monista da realidade e apresentando sua teoria dos afetos, concebidos pelo filósofo como alterações na potência de ação e pensamento dos sujeitos. Debates que, para Spinoza, quando ignoramos as causas de nossos afetos não dominamos nossas ações e, embora possamos imaginar que temos tal controle, estamos nos

---

<sup>9</sup> Os procedimentos metodológicos relativos à aplicação do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA) serão detalhados no próximo tópico.

comportando apenas reativamente. Para o filósofo, entre todos os afetos, o que faz os indivíduos agirem de forma mais irracional, tornando-se mais submissos a forças exteriores é o medo. A perspectiva apresentada pela filosofia spinozana foi fundamental para que discutíssemos que ideias imaginativas, distorcidas e equivocadas podem estar na gênese do medo social, o que acabou se comprovando no decorrer de nossa análise de dados. Debates, ainda nesse capítulo, que, para o filósofo, quando pautadas pelo ditame da razão, as potências individuais e coletivas jamais se opõem; em decorrência disso, qualquer segurança individual que não se estabeleça a partir dos interesses comuns dos cidadãos é ilusória. Com base na concepção de “fortaleza” de Spinoza, que sintetiza “firmeza” e “generosidade”, foi possível depreender que nenhuma cidade ou nação sem igualdade e justiça social pode ser estável e pacífica, o que explica não apenas a violência de nossa sociedade como o próprio medo, que advém da percepção dessa instabilidade.

Os três capítulos seguintes (capítulos 3, 4 e 5) têm forte senso de continuidade e abordam os estudos das emoções de Vygotsky, discutindo a pertinência da filosofia spinozana como referencial central para se pensar as emoções na perspectiva histórico-cultural, bem como destacando o papel da linguagem e cultura na estruturação afetiva dos grupos sociais. No capítulo 3 contextualizamos histórica e filosoficamente o surgimento da abordagem histórico-cultural e sua busca de superar a denominada “crise da psicologia”. O estudo destaca a relevância de Claparède e Piaget (VYGOTSKY, 2001/1934) na incorporação do conceito de “tomada de consciência” das funções psíquicas superiores, como marco fundamental do domínio dos conceitos na teoria de Vygotsky. Discutimos que, para Vygotsky (2004/1930), os sistemas psicológicos são sistemas conceituais internalizados que estruturam as funções psíquicas superiores, formam a personalidade e organizam os afetos, orientando as ações humanas. À luz das últimas considerações do autor (VYGOTSKY, 2001/1934) sobre o pensamento e a linguagem, podemos pensar que os sistemas psicológicos, mais que formados por conceitos, são construídos a partir de um entrelaçamento de sentidos e significados compartilhados coletivamente, que podem condensar elementos extremamente sutis, capazes de produzir afetos e governar as ações humanas, mesmo quando os sujeitos não tomam consciência de suas causas.

No capítulo 4 debatemos as diferentes hipóteses contemporâneas para as causas da interrupção da produção do manuscrito de Vygotsky “Teoría de las emociones”, como forma de refletir sobre a relevância e pertinência da teoria dos afetos de Spinoza para o inconcluso estudo de Vygotsky sobre as emoções. Duas teses centrais são apontadas como causas para essa inconclusão: a primeira, questões histórico-políticas, que evidenciaram a necessidade de uma

mudança de eixo nos estudos do autor; a segunda, inconsistências teórico-filosóficas, que atribuem a Spinoza e, por vezes, a Vygotsky tendências dicotômicas, e pressupõem ser propósito da obra a busca de controle intelectual sobre as emoções. Este estudo apontou equívocos nesta última hipótese, atribuindo-os em parte a uma abordagem fragmentada, que apartou a análise da obra das demais investigações produzidas pelo autor em seus últimos anos de vida, em especial sobre o papel da dimensão cultural e semiótica da estruturação emocional. Em nossa compreensão, o que determinados intérpretes compreendem na obra do autor como uma busca de controle racional sobre as emoções trata-se, na verdade, do desenvolvimento ontogenético das emoções por meio da mediação cultural, o que ocorre em larga medida pela apropriação dos conceitos que se inicia na adolescência.

Destacamos, a partir de alguns indícios de seu inacabado estudo que, para o bielorrusso, a originalidade da abordagem de Spinoza sobre as emoções está em definir sua gênese a partir das causas sociais, dos encontros, colocando-as no centro das condutas humanas e abordando a “consciência” como fenômeno integral, do corpo e da mente, racional e afetivo, do sujeito e do meio. Essa perspectiva filosófica abre caminho para uma análise das condições materiais, históricas, sociais e culturais, abrangendo o desenvolvimento ontogenético humano tal como defendia Vygotsky, e toma os afetos como a mais elementar instância de orientação do pensamento e comportamento, como o bielorrusso vinha delineando em seus últimos anos de vida.

O capítulo 5 é dedicado à defesa de que não houve abandono da filosofia spinozana, tampouco do estudo dos afetos por parte de Vygotsky, como indicam alguns intérpretes do autor. Pelo contrário, na obra “A construção do pensamento e da linguagem”, Vygotsky avança, a partir da mesma égide filosófica spinozana, na busca de solucionar alguns dos objetivos centrais de seu estudo das emoções, como a unificação entre intelecto e afetividade, com destaque para o conceito de “sentido”. Nessa obra, Vygotsky (2001/1934) afirma que a primeira questão que surge quando se fala da relação do pensamento e da linguagem com outros aspectos da consciência é a da relação entre intelecto e afeto, defendendo que, quando a psicologia separa o pensamento do afeto, fecha a possibilidade de explicação das causas do próprio pensamento, assim como inviabiliza o estudo do pensamento sobre a parte volitiva da vida psíquica. Defende, ainda, que o pensamento não tem força de determinar o comportamento a partir de seu próprio sistema, mas apenas a partir do afeto.

Destacamos que o conceito de “sentido” - definido como a soma dos fatos psicológicos da consciência (VYGOTSKY, 2001/1934) - não se aplica apenas à palavra, mas a tudo que possui dimensão semiótica, ou seja, tudo que remete a algo, concomitantemente

produz ideia e afeta (produz afeto) o sujeito, incluindo o próprio comportamento. Para Vygotsky (2017/1932), a psicologia não deveria compreender as emoções como função da vida espiritual, mas como fenômeno com sentido e significado social. Vygotsky (2001/1934) destaca que a palavra só adquire sentido na frase, a frase no parágrafo, o parágrafo no livro, o livro na obra, e assim sucessivamente. Da mesma forma que uma palavra só encontra sentido na frase, os sentidos emocionais só podem ser compreendidos pela psicologia a partir de uma análise fundamentada nas condições materiais e sociais, busca empreendida em nossa análise prática dos medos dos adolescentes de Fortaleza.

Em relação à revisão de literatura deste estudo (capítulo 6), por meio do conteúdo assinado pelo portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/MEC) e disponibilizado à comunidade acadêmica federada, analisamos, a partir do cruzamento dos descritores “violência” e “medo”, 40 estudos publicados nos últimos 10 anos relacionados à violência urbana. Os resultados indicaram um caráter cíclico no medo, capaz de produzir ânsia por proteção que pode ser fonte de segregação social, evitação do outro, estigmatização, comportamentos de confinamento e quebra dos vínculos sociais. Evidenciou-se uma tendência de ampliação dos medos em diferentes locais e contextos do mundo, mesmo aqueles estatisticamente muito seguros. Tais apontamentos invertem o nexos causal normalmente identificado na relação entre a violência e o medo, tornando necessário não só o estudo da violência como origem do medo, como também da produção do medo como fonte de violência simbólica que desencadeia outros tipos de violência.

Houve tendência de muitos estudos em investigar o medo urbano por meio de escalas de constructo único que examinavam apenas o “medo do crime”, algo que nos estudos práticos delineados nos capítulos posteriores mostrou-se capaz de contemplar apenas os medos urbanos dos meninos do centro. Outros medos não associados diretamente a sentidos criminais mostraram-se presentes nas meninas e nos adolescentes da periferia. Nesse capítulo, destacamos que alguns autores têm relatado a ampliação de um “medo difuso” como fenômeno contemporâneo, mas alertamos para a necessidade de se compreender melhor como esse medo tem atingido pessoas de grupos sociais distintos, para que não o pensemos aprioristicamente como fenômeno homogêneo.

Concluída a busca de investigar como a violência e o medo têm sido abordados nas pesquisas ao redor do mundo, seguindo os pressupostos aqui estabelecidos para um estudo dos afetos em perspectiva histórico-cultural, no capítulo 7 buscamos compreender o contexto social de onde surgem os medos urbanos dos adolescentes de Fortaleza. Nesse sentido, o principal intuito desse capítulo foi atender ao objetivo de refletir sobre as condições de formação dos



medos urbanos nos territórios mais violentos (centro) e menos violentos (periferia) da cidade de Fortaleza. Compreendendo que nenhuma emoção em relação a algo surge espontaneamente, mas a partir de uma agremiação de pensamentos, vivências e outras emoções sobre o objeto ou fenômeno, procuramos compreender o conjunto dos sentidos e emoções dos adolescentes em relação à própria cidade, o que foi feito por meio do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA).

O IGMA foi desenvolvido por Bomfim (2010) para facilitar a apreensão e análise das emoções e sentidos dos sujeitos em relação ao ambiente. Tal metodologia já vem sendo bastante utilizada nas pesquisas em psicologia ambiental, na busca de integrar as dimensões cognitivas e afetivas humanas. Nesse instrumento, solicita-se que o respondente faça um desenho que represente a sua forma de ver e sentir o ambiente de análise, em nosso caso a cidade de Fortaleza. A partir de então, por escrito, solicita-se que o sujeito descreva o significado do desenho, os sentimentos, o que pensa do ambiente pesquisado, pede-se-lhe que compare o lugar com algo (crie uma metáfora) e abordam-se as demais questões que tratam especificamente da temática de análise, neste caso os medos urbanos. Além disso, compõe o IGMA um questionário que permite aferir quão potencializadoras ou despotencializadoras são as emoções dos respondentes em relação ao ambiente.

Como resultado, delineou-se uma cidade segregada, dividida em centro e periferia, incluídos e excluídos, gerando sentimento de injustiça, tristeza, raiva, revolta e medo. A desagregação ganhou literalidade nas representações dos adolescentes, posto que diversos deles dividiram o desenho em dois, por meio de um traço, espaço ou algum elemento simbólico, como forma de retratar uma apartação na cidade. Tal *apartheid socioterritorial* representou, em boa medida, o próprio recorte territorial da pesquisa: no centro predominaram adolescentes brancos de classe média e alta, na periferia adolescentes pardos e negros extremamente pobres.

Por meio do conceito vygotskyano de “zona de sentido”, propomos a possibilidade de se pensar subcategorias de sentido dentro das já tradicionais imagens provenientes dos estudos utilizando o IGMA (Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição e Contraste), classificando as “Imagens de *Apartheid*” como zona de sentido singular das Imagens de Contraste, que carregam sentidos específicos: mais que uma ambivalência interna em relação ao espaço, evidenciam a existência de dois grupos opostos, um que é incluído e outro que é excluído socialmente. As discussões foram realizadas principalmente a partir do conceito de “sofrimento ético-político” de Sawaia e das considerações de Fanon sobre a cisão do mundo colonizado.

No capítulo 8 analisamos como os medos se conjugam nas vivências dos adolescentes, a partir de aspectos socioterritoriais e de gênero. Realizamos a análise tanto a partir das entrevistas como de um questionário sobre os medos urbanos. As entrevistas foram avaliadas por intermédio de análise de conteúdo temática com apoio do software *Atlasti*. O questionário dos medos foi elaborado a partir de oficinas com os adolescentes da periferia e de um grupo focal com os adolescentes do centro, e continha questões do tipo Likert, que traziam afirmativas de diferentes tipos de medos (tenho medo de ser assaltado; tenho medo de ser assassinado) e situações (tenho medo de pegar transporte público; tenho medo de sair de casa à noite). As avaliações estatísticas dos medos realizadas neste estudo tiveram natureza qualitativa, não sendo paramétricas, feitas com o objetivo de ratificar e elucidar pontos da análise sistêmica dos medos. Discutimos de forma conjunta a análise das entrevistas e questionários, de maneira que os dois métodos pudessem se complementar, sanando eventuais pontos imprecisos da investigação. Avaliamos ainda como os marcadores sociais influenciam os sentidos e vivências de medo a partir das narrativas de Zoe (parda, 15 anos, do centro), uma das adolescentes pesquisadas.

O capítulo 9 foi dedicado ao aprofundamento das discussões sobre as implicações psicossociais dos medos dos adolescentes a partir de aspectos territoriais. Nele foram utilizadas exclusivamente as análises de conteúdo provenientes das entrevistas. Os medos dos adolescentes do centro apresentaram caráter ansioso, gerando fobia em relação aos espaços públicos. A gênese do *apartheid socioterritorial* a que nos referimos mostrou-se em grande parte relacionada a esse medo, posto que a busca de autoproteção gerada por profunda ansiedade cultural acaba reproduzindo estigmatizações que criminalizam parcelas populacionais, propagando violência e medo na periferia. A própria violência policial se volta, em boa medida, a atender aos anseios de proteção dos moradores das áreas centrais e nobres da cidade.

Esse processo contribui para a formação, nas periferias, de um clima de produção de inimizades e desintegração de laços sociais que, de diferentes maneiras, amplia a produção de violência e de medo. Guarda relação ainda com uma série de sofrimentos emocionais que pudemos evidenciar, tais como: crises de ansiedade, depressão, choro e raiva intensos, sensação de perda de controle emocional, automutilação, pensamentos e tentativas de suicídio, desorganização mental e tristeza profunda. Nesse capítulo realizamos um aprofundamento teórico do papel das emoções para as produções e reproduções ideológicas, refletindo que as ideologias têm poder sobre as condutas humanas, sobretudo a partir dos afetos. Esses, conforme

evidencia Spinoza (2009/1677), têm uma propriedade contagiante, o que coloca aspectos culturais, por vezes ainda mais que a violência em si, como principal causa do medo social.

Em nossa compreensão, no final do capítulo 9 já havíamos atendido de forma parcial aos objetivos estabelecidos nesta tese, no entanto, conforme destaca Gadotti (1990, p. 12), em uma análise dialética, “o processo de aprofundamento do conhecimento – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda – é infinito”. Dessa forma, no decorrer do estudo, sentimos a necessidade de aprofundar alguns pontos na análise, para uma melhor compreensão integral da produção dos medos urbanos, o que levou à produção de mais dois capítulos.

No capítulo 10 investigamos os sentidos dos discursos dos adolescentes sobre a polícia, o que revelou o papel dúbio dessa instituição, sendo agente tanto de proteção como de medo, gerando afetos ambíguos, especialmente nos adolescentes da periferia. A polícia mostrou-se peça fundamental na produção de um clima de inimizade nas periferias, por vezes se comportando como vetor de instigação da violência entre os jovens de bairros diferentes. Aprofundamos ainda as discussões sobre o caráter cíclico do medo, destacando a relação entre a (des) proteção, as demandas de segurança, institucionais e não institucionais, e as dinâmicas dos medos urbanos. Discutimos ainda a relação entre o medo, a ampliação de demandas de segurança e o apoio a posições autoritárias, não apenas as institucionais, mas também as baseadas em uma “justiça comunitária”, que por vezes assume contornos associados à própria dinâmica criminal das facções de drogas. Evidenciamos duas esferas de poder, nenhuma delas capaz de oferecer segurança aos adolescentes da periferia.

Já no capítulo 11, por meio de análise das narrativas de dois adolescentes do grupo mais vulnerável, aprofundamos as discussões sobre o medo de ser confundido com um envolvido com facções de drogas, que se mostrou o mais intenso e danoso medo dos moradores da periferia. Destacamos que ele se origina da criminalização dos jovens da periferia, de suas relações sociais e de tudo que remete a elementos culturais a eles associados. Compreendendo as palavras como os indicadores mais sensíveis das transformações sociais, destacamos as modificações de sentido de algumas palavras indicativas de tal criminalização, como por exemplo a palavra “bairro”, que, quando se refere a territórios periféricos, tem ganhado sentidos criminais, associados às facções de drogas. Nesse capítulo nos debruçamos sobre o que acreditamos ser a consequência mais nefasta desse processo cíclico de segregação, violência e medo, a desumanização de certos agrupamentos juvenis, cujos integrantes passam a ser considerados subcidadãos. A busca de não ser identificado como sujeito descartável pode produzir uma consequência das mais perversas: uma constante autovigilância para modificar a

própria forma de ser, incluindo a maneira de se vestir, movimentar, interagir e a própria linguagem, na busca de ser reconhecido como “gente”.

Por fim, nas considerações finais (capítulo 12), antes do fechamento do estudo, realizamos uma breve síntese, conectando as diferentes partes da análise. Vale destacar que optamos por colocar um pequeno resumo antes de cada capítulo, como forma de orientar o leitor sobre o que será abordado. No decorrer de alguns capítulos, por vezes tivemos a necessidade de resgatar sinteticamente pontos aprofundados em capítulos anteriores, mesmo correndo o risco de, em alguns casos, termos sido redundantes, para que assim o leitor possa compreender tanto a tese por inteiro quanto cada capítulo separadamente.

## 2 DO MEDO À FORTALEZA: POTÊNCIA DE MULTIDÃO, ESPERANÇA E CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA EM SPINOZA

Minha alma (a paz que eu não quero)

A minha alma tá armada  
E apontada para a cara do sossego  
Pois paz sem voz, paz sem voz  
Não é paz é medo

As vezes eu falo com a vida  
As vezes é ela quem diz  
Qual a paz que eu não quero  
Conservar para tentar ser feliz

As grades do condomínio são para trazer proteção  
Mas também trazem a dúvida se é você que tá nessa prisão  
Me abrace e me dê um beijo  
Faça um filho comigo  
Mas não me deixe sentar na poltrona no dia de domingo, domingo  
Procurando novas drogas de aluguel  
Nesse vídeo coagido  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

É pela paz que eu não quero seguir  
É pela paz que eu não quero seguir  
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

Alexandre de Menezes / Lauro de Farias / Marcelo Lobato / Marcelo Falcão /  
Marcelo Santana

Neste capítulo apresentamos as bases do pensamento filosófico de Spinoza, em especial sua teoria dos afetos, bem como debatemos a temática do medo na obra do filósofo, refletindo sobre os caminhos da construção de uma sociedade pacífica. Na visão de Spinoza, paz e liberdade dependem por um lado da estruturação de um sistema de comportamento ético e, por outro, da construção dialógica de um estado democrático. Com fundamento nessa dupla prescrição, discutimos fenômenos contemporâneos, debatendo de que maneiras a paixão da esperança pode contribuir tanto para a construção da democracia quanto da tirania. No entendimento de Spinoza, é impossível que os indivíduos abram mão de sua potência mediante o estabelecimento de um pacto social, compreendendo que apenas a potência de multidão tem o condão de limitar a potência individual. No entanto, quando pautadas pelo ditame da razão, as potências individuais e coletivas jamais se opõem; em decorrência disso, qualquer segurança exclusivamente individual é ilusória. A partir do conceito de “fortaleza” de Spinoza, que sintetiza “firmeza” e “generosidade”, depreendemos que nenhuma sociedade sem igualdade e justiça social pode ser estável e pacífica.

## 2.1 Monismo

Descartes (2001/1637), filósofo francês considerado o fundador da filosofia moderna, buscou desenvolver um método que permitisse chegar a uma verdade inquestionável e absoluta. Para isso passou a duvidar de todo conhecimento, até encontrar aquilo do que não pôde duvidar: a própria dúvida. A dúvida é um pensamento, sendo assim, Descartes encontra seu primeiro axioma: a existência inquestionável do sujeito pensante. A partir daí nota que, embora seja imperfeito, possui uma ideia da existência da perfeição que supõe ser inata, concluindo que só pode ter sido colocada nele por meio de sua alma, por alguém perfeito, ou seja, Deus.

Para o filósofo, a realidade é composta por três substâncias: Deus, matéria e pensamento. Dessa forma, o ser humano seria composto por duas substâncias finitas distintas: o corpo (expressão da matéria) e a alma (expressão do pensamento). O filósofo defende que todos os movimentos dos músculos, assim como todos os sentidos, dependem dos nervos, definidos como “pequenos fios ou como pequenos tubos que procedem, todos, do cérebro, e contêm, como ele, certo ar ou vento muito sutil que chamamos espíritos animais” (DESCARTES, 1979/1649, p. 229). Os espíritos animais são como partículas de propriedade material, que se movem de forma ágil e leve pelo corpo, a partir das leis da mecânica, produzindo as sensações e movimentos.

Para o filósofo, os animais são dotados apenas da substância corporal, autônomos puros, sem poder de decisão, alma ou pensamento. Já os humanos são formados por corpo (matéria) e alma (pensamento), o que faz com que os espíritos animais possam ser controlados pela razão. Nessa teoria, as emoções estão circunscritas ao campo corporal, controladas pelos espíritos animais, devendo ser derrotadas e submetidas à racionalidade. Descartes (1979/1649) pressupunha a existência de seis emoções primárias inatas: admiração, amor, ódio, desejo, alegria e tristeza.

Poucos anos depois, em uma pequena comunidade judaica de Amsterdã, o jovem Spinoza começa a escrever os primeiros ensaios filosóficos do que viria a se tornar a antítese do pensamento cartesiano (VYGOTSKY, 2004/1931-1933). O filósofo defende que duas substâncias que têm atributos distintos não podem ser causa uma da outra, o que torna incongruente a tese de que os seres humanos são criaturas de Deus. Para Spinoza (2013/1675), a realidade é constituída por uma única Substância, ou seja, é monista.

Para o filósofo, Deus não é transcendente, mas se rege pelos princípios materiais da Natureza. Nessa concepção, existe uma única Substância infinita constituída por diferentes

atributos, dos quais os seres humanos só conhecem dois: a extensão (matéria) e o pensamento (alma<sup>10</sup>). Deus (a Natureza Naturante) é infragmentável, porém matizado, produzindo uma infinidade de coisas naturais finitas (a Natureza Naturada). Os diversos corpos e pensamentos são diferentes “modos” de existência da Substância. De acordo com Spinoza (2013/1675, p. 105), “as coisas singulares são modos pelos quais os atributos de Deus exprimem-se de uma maneira definida e determinada”. Ou seja, as coisas ocorrem necessariamente da maneira que devem ocorrer, singularmente produzidas pela ação causal necessária da Substância, pelas operações das leis do mundo (CHAUI, 2011).

Spinoza (2013/1675, p. 215) criticou que Descartes havia “concebido a mente de maneira tão distinta do corpo que não pôde atribuir nenhuma causa singular nessa união, nem à própria mente, razão pela qual precisou recorrer à causa do universo inteiro, isto é, a Deus”. Para Spinoza, o ponto mais delicado da doutrina cartesiana seria explicar como corpo e mente, sendo compostos de Substâncias distintas, poderiam estar conectados nos seres humanos. A solução cartesiana pressupunha que a união entre corpo e mente ocorreria na glândula pineal, que poderia ser movimentada tanto pelo espírito dos animais (fisiologia corporal) quanto pela alma (pensamento), tornando esta última capaz de controlar todo o corpo por meio da vontade, fundamentando a convicção da existência irrestrita do livre-arbítrio humano.

Spinoza questionava a existência plena do livre-arbítrio a partir da compreensão de que a existência espaço-temporal dos modos finitos é condicionada por um nexos infinito de causas finitas. Assim, a existência dos modos e, entre eles, os pensamentos e ações humanas é condicionada por outros modos externos, que os entrelaçam. A ilusão do livre-arbítrio ocorre pois os indivíduos permanentemente ignoram esse múltiplo condicionamento causal ao qual estão submetidos, acreditando agir por meio de um desejo incondicionado, considerando-o como sua causa primeira e única. Assim, a imaginação humana constata a presença de um efeito, mas ignora, porém, as suas legítimas causas (GLEIZER, 2005).

Spinoza (2013/1675) adota o sentido oposto do método cartesiano, partindo da causa para os seus efeitos e pressupondo que nenhum fato pode ser considerado verdadeiro sem uma causa suficiente que o explique. Para o filósofo, a beatitude é atingida racionalmente pelo entendimento de que nossa existência e consciência é determinada por uma causa primeira e única, que regula e integra toda a Natureza. Por meio dessa consciência, chamada de conhecimento intelectual de Deus ou ciência dedutiva, o ser humano é capaz de compreender que aquilo que é bom para os indivíduos deve ser bom também para toda a sociedade e

---

<sup>10</sup> O termo “alma” não se refere a uma dimensão transcendente ou religiosa, mas à própria consciência humana.

Natureza, pautando suas ações a partir de uma dimensão ética. Tal conhecimento pressupõe uma ampliação do entendimento do condicionamento causal dos próprios sentimentos e ações, promovendo libertação (GLEIZER, 2005).

Gleizer (2005) explica que a concepção divina spinozana, além de diametralmente oposta ao Deus transcendente e pessoal judaico-cristão, confrontava as autoridades religiosas da época e a estrutura política monárquica vigente. Spinoza (2004/1670) atribuía a forma antropomórfica e soberana com a qual Deus era associado à figura do monarca, criticando não só a fé ingênua e supersticiosa como o próprio modelo político preponderante da época. Ele censurava toda forma de superstição, vendo-a como um grande mal que aprisionava os sujeitos.

## 2.2 Potência de ação e a origem dos afetos

Spinoza (2013/1675) defende que, sendo todas as coisas modos da Natureza infinita, todo corpo ou pensamento existente esforça-se em perseverar, em se manter vivo. Esse esforço (ou *conatus*, do latim) é a própria essência atual das coisas, seja dos corpos, por meio da potência de agir, seja das ideias, por meio da potência de pensar. As coisas finitas relacionam-se causalmente com outras coisas também finitas (outros modos), que podem tanto favorecer sua potência de ser como restringi-la ou destruí-la.

Para o filósofo, não desejamos as coisas porque as julgamos boas, pelo contrário, imaginamos que são boas à medida que as desejamos. A consciência de nosso desejo não tem nenhum poder quando se equivoca sobre as suas causas. Pela consciência de seus desejos, os indivíduos sentem-se livres, mas ignoram as causas que os fazem desejar. Para Spinoza (2013/1675), “os desejos são a tal ponto opostos entre si que o homem<sup>11</sup> é arrastado para todos os lados e não sabe para onde se dirigir” (p. 261). Apenas tornando-se causa adequada dos próprios afetos, o indivíduo pode se libertar do condicionamento afetivo promovido por suas interações no mundo.

Nos encontros com diferentes modos de existência, o corpo humano pode sofrer diferentes afecções. Os afetos são “as afecções do corpo pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (SPINOZA, 2013/1675, p. 98). Para Spinoza (2013/1675), quando as afecções provocam

---

<sup>11</sup> Diversos autores com os quais dialogamos nesta tese, como Spinoza, Vygotsky e Fanon, utilizaram o termo “homem” como sinônimo de ser humano. Buscamos evitar tal utilização sempre que possível, substituindo-o nas citações indiretas por termos genéricos como “indivíduo” ou “ser humano”, em primeiro lugar para deixar claro que não se trata de recorte de gênero, e, em segundo, para evitar reforçar uma preponderância do masculino em nosso texto.



aumento de potência temos a alegria, quando provocam diminuição, a tristeza. As afecções que diminuem a potência de ação, diminuem-na tanto no corpo quanto na mente, assim como as que a aumentam o fazem em ambos. Isso não se deve a uma relação de causalidade entre corpo e mente, mas ao fato de serem atributos distintos de uma mesma realidade.

Spinoza (2013/1675) faz uma diferenciação dos afetos em dois tipos: os afetos ativos (ações) e os afetos passivos (paixões), que se distinguem a partir da natureza de suas causas. Nós agimos quando somos causa de nosso comportamento e daquilo que ocorre em nosso interior, e padecemos quando o que causa nosso comportamento e aquilo que ocorre em nosso interior é motivado por coisas externas a nós mesmos. Quando podemos ser a causa adequada de alguma de nossas afecções, compreendemos o afeto como uma ação, quando não podemos, o afeto é uma paixão. Para Spinoza, as ações da mente provêm exclusivamente das ideias adequadas, que são sempre alegres, enquanto as paixões dependem de ideias inadequadas, que podem ser alegres ou tristes.

As ideias inadequadas ou imaginativas são ideias incompletas e confusas, baseadas na experiência sensorial do indivíduo e nas imagens decorrentes dela, opiniões subjetivas que somos levados a adotar sobre algo. Enquanto expressão do corpo e da mente as ideias são reais, mas enquanto conhecimento da própria realidade, são confusas e parciais. Por elas estabelecemos nossa primeira experiência com a realidade, por isso somos levados a organizar o mundo e a nossa vida supondo que tais ideias explicam o quê, como e por que as coisas são e acontecem (CHAUI, 2011).

Para Spinoza (2013/1675, p. 46), “aqueles que não compreendem a natureza das coisas nada afirmam sobre elas, mas apenas as imaginam, confundindo a imaginação com o intelecto”. O autor usa como exemplo o Sol, que, quando olhamos, parece estar a uma distância de alguns metros, embora esteja milhares de vezes mais distante que isso. Outro exemplo é a ideia de que a Terra é plana. Uma ideia inadequada é baseada apenas nos efeitos, não considera as causas, por isso incide em erro. Já uma ideia adequada não se baseia apenas em sua relação com o objeto, sendo apreendida por um entendimento mais amplo do todo, das leis naturais. Diferentemente de Descartes, que acreditava que as ideias perfeitas eram colocadas nos humanos por Deus, para Spinoza essas ideias são imanentes ao ser humano enquanto ser pertencente à Natureza.

Os seres humanos, por serem finitos, necessitam o tempo inteiro de outras coisas e pessoas. Para Chauí (2011), essa dependência nos torna naturalmente passivos. Spinoza (2013/1675) explica que temos um conhecimento extremamente inadequado das coisas singulares que nos são exteriores, e evidencia nossa impotência quando afirma que não existe

nenhuma coisa finita sem que exista outra mais forte e poderosa do que ela. Entendendo o caráter intrínseco da dependência humana, é válido questionar se podemos ser causa adequada de nossos afetos e ações.

Sobre isso, Ponczec (2009) pondera que qualquer movimento depende, em algum nível, de outros corpos. Dessa forma, precisamos entender o conceito de causa adequada não como valor absoluto, mas a partir de gradações. O autor usa como exemplo um professor que tem quatro desejos: ir a uma sala de aula, dar uma boa aula, fazer com que os alunos aprendam e que se tornem muito bons em sua matéria. Da primeira ação, ir até a sala de aula, o professor será causa adequada, desde que nenhum outro corpo limite sua ação. Já da segunda ação, dar uma boa aula, será causa principal à medida que se preparou eficientemente para dar a aula: estudou, preparou material, etc. Porém, por mais preparado que um professor esteja, fatores externos podem interferir, fazendo com que a aula não seja tão boa quanto o esperado. Na terceira ação, fazer com que os alunos aprendam, várias causas podem impedir que isso aconteça, desde o interesse desse aluno até sua capacidade de aprender. Por fim, a quarta ação, fazer com que os alunos se tornem muito bons na matéria, depende muito mais de causas exteriores que da ação do professor.

### **2.3 Os princípios afetivos**

Para Spinoza (2013/1675) existem três afetos primários: desejo, alegria e tristeza. A partir desses, nas experiências cotidianas dos indivíduos, por meio do que denominou de “princípios afetivos”, os afetos vão se estimulando ou refreando, em múltiplas combinações, de forma que podem compor-se entre si de inúmeras maneiras, o que faz surgir tantas variações, que se torna impossível determinar seu número. A natureza do afeto é determinada não apenas pelas propriedades do objeto externo, mas também pela relação singular do indivíduo em tal e qual encontro. Dessa forma, “se o corpo humano for simultaneamente afetado, uma vez, por dois corpos, sempre que, mais tarde, a mente imaginar um deles, em seguida se recordará também do outro” (SPINOZA 2013/1675, p. 69). Da mesma forma, se o corpo (portanto também a mente) for simultaneamente afetado por dois afetos distintos, posteriormente, quando o corpo for afetado novamente por um, também o será pelo outro. Assim, a cada novo encontro de um indivíduo com o mundo que o cerca é produzido um afeto específico, determinado relacionalmente por toda a vivência do sujeito, e não apenas por aquela experiência específica.

O pensamento tem papel fundamental na formação dos diversos afetos regulados pelos princípios afetivos. Por exemplo, pelo princípio da imitação dos afetos, apenas por

“imaginarmos que uma coisa semelhante a nós e que não nos provocou nenhum afeto é afetada de algum afeto, seremos, em razão dessa imaginação, afetados de um afeto semelhante” (SPINOZA, 2013/1675, p. 110). Podemos, por exemplo, desprezar alguém pela simples suposição de que essa pessoa nos despreza. Ou podemos ser contaminados por medo e pânico quando vemos outras pessoas tomadas pelo mesmo sentimento. Também pelos princípios afetivos, quando diante de um objeto que inicialmente não nos afeta imaginamos que ele tem algo semelhante a outro objeto pelo qual somos afetados, podemos passar a ser afetados também por esse primeiro objeto. Somos capazes, por exemplo, de antipatizar ou temer uma pessoa simplesmente por ter traços semelhantes a alguém que nos entristece, irrita ou dá medo. O filósofo defende que, por conta desses diversos encadeamentos associativos, qualquer coisa pode ser, por acidente, causa de alegria, tristeza ou desejo. Se imaginarmos que uma coisa que habitualmente nos entristece tem algo de semelhante com outra que habitualmente nos alegra, nós a odiaremos e, ao mesmo tempo, a amaremos, resultando no que Spinoza chamou de “flutuação de ânimo”.

Spinoza (2013/1675) destaca que, se um corpo é afetado por um objeto exterior que está fisicamente ausente, isso significa que a mente o considera presente. Enquanto a mente imagina algo alegre, o corpo tem sua potência ampliada, assim a mente se esforça tanto quanto pode em imaginar tais coisas. É por esse processo que o sentimento do amor é formado, definido como a alegria, acompanhada da ideia imaginativa de uma causa exterior. Aquele que ama, esforça-se permanentemente por ter presente e conservar a ideia da coisa amada. Já no ódio, definido como uma tristeza acompanhada por uma ideia imaginativa de uma causa exterior, a mente se esforça tanto em imaginar outras coisas que destruam a imagem da coisa odiada, que acaba estabelecendo uma relação obsessiva com a mesma (GLEIZER, 2005).

Dessa forma, no sistema spinozano, desejo, alegria e tristeza se combinam a partir de múltiplas composições, acompanhados de diferentes tipos de ideias e dirigidos para os mais variados corpos. Eles podem ser direcionados não apenas a objetos externos como ao próprio sujeito, como no rebaixamento e na soberba, e se relacionar não apenas com ideias presentes mas também de coisas passadas ou futuras, como no caso da esperança e do medo.

## **2.4 O sistema esperança-medo**

Para Spinoza (2013/1675), a natureza do pensamento racional é considerar que as coisas emanam de uma Natureza perfeita e, em vista disso, não poderiam ser de outra forma. O ser humano é parte da Natureza e exprime de forma certa e determinada a potência dos atributos

substanciais. Quanto mais vividamente a mente compreende as coisas como necessárias, mais tem poder sobre os seus afetos e menos padece. O filósofo toma como exemplo um indivíduo que sofre por uma causa exterior a si mesmo, como por exemplo ter perdido um bem. A tristeza advinda dessa perda pode ser diminuída pela compreensão de que não havia nenhum meio de conservá-lo. Tal visão pode parecer fatalista à primeira vista, mas se fundamenta na compreensão de que temos um conhecimento inadequado das coisas que nos são exteriores, sendo, dessa forma, seres limitados.

São as associações realizadas a partir das ideias imaginativas que fazem com que consideremos aquilo que na realidade é necessário como algo contingente. O corpo humano, quando afetado simultaneamente por dois corpos exteriores, tão logo a mente imagine um imaginará o outro, considerando ambos presentes. A imaginação dos objetos liga-se à imaginação da temporalidade. Generalizamos experiências semelhantes esperando que elas aconteçam sempre da mesma forma, porém essas experiências são determinadas, ou seja, obedecem a uma conexão de causas únicas, o que frustra a expectativa humana e faz os indivíduos experimentarem permanentemente a sensação de dúvida e incerteza.

Para tornar o tópico deste artigo mais didático, iremos apresentá-lo a partir de uma alegoria que, apesar de simplificada e não contemplar de forma integral a complexidade das esperanças e medos humanos, busca tornar mais bem delineados alguns conceitos apresentados por Spinoza. Imaginemos uma criança pequena que todos os dias é levada pela manhã para o reforço escolar, pela tarde para a escola e pela noite para o karatê. Quando esse menino imaginar seu dia, irá associar o reforço escolar às manhãs, a escola às tardes e o karatê às noites. Assim como irá imaginar uma temporalidade na qual vai primeiro para o reforço escolar, de lá para a escola e só então para o karatê. À tarde, quando estiver na escola, esse garoto relacionará o reforço escolar com um tempo passado e o karatê com um tempo futuro, supondo que, como veio do reforço escolar e está na escola, em seguida irá para o karatê, generalizando essas experiências diárias particulares.

Guiado pelas associações realizadas pelas ideias imaginativas, quanto mais tempo e com mais regularidade isso ocorrer, mais convicto esse garoto estará de que do reforço escolar irá à escola e de lá ao karatê. Agora vamos supor que, em vez de ir ao karatê após a escola, essa criança passe a ser levada, em alguns dias, à natação: quando estiver na escola, esse garoto será tomado pela dúvida e sua imaginação passará a ser flutuante, acreditando ora que irá para a natação, ora que irá para o karatê, posto que já considera ambos como possibilidades, não de maneira certa, mas como futuros contingentes.

Suponhamos que a natação, por uma série de associações, provoque tristeza na criança, gerando ódio, e o karatê provoque alegria, resultando em amor. A partir do momento em que o garoto não sabe para onde será levado, condicionada pelas ideias de amor e ódio, a imaginação flutuante transforma-se em flutuação de ânimo, que é “o estado da mente que provém de dois afetos contrários [...] e está para o afeto assim como a dúvida está para a imaginação” (SPINOZA, 2013/1675, p. 111). Medo e esperança fazem-se conjuntamente presentes, a esperança é a alegria advinda da imaginação de que pode ir para o karatê, e o medo é a tristeza advinda da lembrança de que pode ir para a natação. Para Spinoza, esses afetos são inseparáveis. A esperança é uma alegria instável e o medo, uma tristeza instável, ambas originadas por uma ideia futura ou passada de cuja realização temos dúvidas. Quando afastada a dúvida sobre a realização de algo, da esperança provém a segurança e do medo, o desespero.

É por meio do sistema esperança-medo que podemos explicar o surgimento da superstição. Ela se forma em decorrência das associações afetivas, que tornam as coisas, por acidente, causa de esperança ou medo. As que se tornam causa de esperança são entendidas como “bons presságios” e as que se tornam causa de medo, “maus presságios”. Voltando à nossa alegoria, vamos supor que em dado momento, logo após uma aula de matemática, o garoto seja levado à natação. Isso pode fazer com que a matemática, por acidente, seja associada à ideia de que algo ruim está para acontecer, tornando-se um mau presságio, o que pode levá-lo a também odiá-la.

À medida que os presságios são causas de esperança ou medo, geram alegria e tristeza, amor e ódio (SPINOZA, 2013/1675). Dessa forma, os indivíduos os utilizam como meio para obter as coisas que esperam e afastar as que temem. Spinoza (2004/1670) criticou de forma incisiva o modo como as superstições e os medos relativos às ideias imaginativas de um Deus monárquico, com poder de punir qualquer desobediência, mantinham os indivíduos escravos, submetidos à Igreja e ao Estado.

## **2.5 Potência de multidão e a dimensão política do medo**

Spinoza nasceu em uma comunidade judaica de Amsterdã e, muito jovem, presenciou casos de membros que contestaram os princípios religiosos judaicos e sofreram inúmeras retaliações. Um dos exemplos é de Uriel da Costa, que questionou a imortalidade da alma e criticava que a salvação não deveria se basear no medo, pelo que foi expulso da comunidade. Já idoso, tentou ser reintegrado por meio de retratação, mas sua aceitação foi condicionada a um ritual público, no qual foi humilhado e chicoteado, o que o levou ao suicídio.

A visão de Spinoza de Deus e da natureza ia de encontro à fé judaica, levando a Sinagoga a coagi-lo a abandonar suas convicções e a negar as suas ideias, o que não foi feito por ele. Os rabinos tentaram convencer Spinoza a se retratar, mas só conseguiram que redigisse uma apologia para justificar sua ruptura com a Sinagoga, o esboço do “Tratado teológico-político”, que resultou em sua excomunhão, decretada em caráter irrevogável. Por conta disso, acabou sofrendo uma tentativa de homicídio. Então abandonou a comunidade, abrindo mão dos negócios da família e vivendo o resto da vida de maneira humilde, como polidor de lentes (DELEUZE, 2002).

A história de vida de Spinoza e as violências testemunhadas e vivenciadas pelo filósofo revelam porque a superstição e o obscurantismo foram tão criticados em sua obra. Spinoza, além de intelectual foi um rebelde, viveu de acordo com os princípios éticos que sustentou até o fim de seus dias. Para ele, a visão religiosa judaico-cristã, que pressupõe que todas as coisas foram criadas para usufruto humano é antropocêntrica. Em suas relações, os indivíduos julgam as coisas a partir da avaliação de quão úteis e desejáveis elas são para si próprios. Equivocam-se supondo que o bem e o mal relacionam-se às características intrínsecas das coisas, enquanto na verdade são resultado de sua experiência particular com elas. Julgam a inclinação alheia pela sua própria medida, construindo modelos universais maniqueístas que fundaram a moral religiosa ocidental.

Os seres humanos, diante de uma realidade que julgam imprevisível, desejam estabilidade e passam a buscar uma ordem imaginária capaz de responder aos seus anseios. Quanto mais contrariedades sofrem, mais necessidade sentem de imaginar estabilidade. Confundem essa ordem consigo mesmos, imaginando um Deus semelhante a si, porém que tudo sabe e que tudo pode, capaz de regular qualquer experiência incerta apenas pela sua vontade. O ser humano passa a buscar agradá-Lo por meio de cultos e orações, para que Ele se compadeça de sua tristeza e de seu sofrimento e se contente de suas alegrias (SPINOZA, 2013/1675). Dessa forma, se ganham dinheiro, creem que foi oferecido por Deus; se desejam alguma coisa, presumem que é a vontade divina; se pensam algo, imaginam que Deus lhes disse.

Na busca de explicar as coisas, os indivíduos tomam-nas por suas causas inadequadas e se organizam em torno dessa crença. As religiões buscam atender ao anseio de um relacionamento com uma força imaginária que tem poder para estabilizar o medo da contingência. Os sacerdotes - e em alguns casos o rei -, apresentando-se como intermediários entre os homens e Deus, utilizam-se da teologia, um suposto saber sobre o divino que fornece à religião e à superstição um arcabouço teórico imaginativo, para justificar e perpetuar a obediência civil. O arquétipo teológico é a ordem discursiva capaz de inscrever no seio do

campo político razões para a obediência (CHAUI, 2003). Pela separação dos homens ordinários dos supostos intermediários divinos, detentores do conhecimento, a dominação e a servidão se fundam em torno do mistério.

Para Spinoza (2013/1675), a religião faz com que os indivíduos abram mão de sua liberdade, vivendo uma vida de medo, renúncia e expiação, como meio de atingir uma recompensa futura. Para o indivíduo comum, a piedade e tudo aquilo que se refere à firmeza de ânimo são fardos dos quais espera se livrar depois da morte, quando será compensado por sua servidão. O medo da punição eterna induz esse indivíduo a viver, tanto quanto permite o seu impotente ânimo, conforme os preceitos da lei divina, ditados por seus intermediários e representantes. O filósofo conclui que, movidos por esse espírito, se não acreditassem na vida após a morte, passariam a entregar-se à licenciosidade, obedecendo apenas ao acaso, e não a si próprios.

Chauí (2011) relata que a superstição inventa e conserva os mistérios (*arcana*) tanto por meio dos segredos da Natureza e de Deus (*arcana Naturae e Dei*), que servem para submeter os indivíduos ao poder da Igreja, quanto por meio dos segredos do poder (*arcana Imperii*), as “razões do Estado”, que servem para submeter os indivíduos a governos oligárquicos e autoritários. A superstição desloca-se do medo provocado pela religião para a tirania teológico-política. Por isso, para Spinoza, a teologia é indissociável da política.

O discurso da teologia no campo político é herdeiro da tese de que o governante é representante divino e detentor de vontades de gênese inacessível ao indivíduo comum. Na laicidade, a ideia teológica transmuta-se na crença de que as razões do Estado são incompreensíveis aos leigos e que o juízo daquele que exerce o poder é sempre correto e irrefutável, mesmo quando incompreensível. Assim, o medo da plebe mantém-se frente aos desconhecidos assuntos do Estado. Para Stern (2016, p. 86), “do temor a Deus ao temor ao governante, o arquétipo do poder teológico-político leva para a relação entre governante e governados a mesma obediência servil instaurada entre a divindade e seus fiéis”. Desse modo, seja por propagar a ideia de um soberano temido por encarnar a vontade divina, seja por deter as razões e os aparatos do Estado, a teologia imaginativamente faz parecer que o poder é transcendente aos cidadãos.

Contrário a essa concepção, Spinoza (2009/1677) defende que o poder político é imanente à totalidade das pessoas e às potências delas, o que denomina de “potência de multidão”. O filósofo diferencia “direito natural” e “direito civil”. Direito natural é equivalente à potência das coisas: já que todas as coisas são expressões da Natureza infinita, têm tanto direito para se estender quanto a força de sua potência. O direito natural não é determinado por

nenhuma razão, mas puramente pelo desejo. Já o direito civil tenta ordenar a conjugação das potências individuais mediante um ordenamento jurídico, que regula o que as pessoas podem ou não fazer (SPINOZA, 2009/1677).

O filósofo inglês Thomas Hobbes (1983/1651) defende que o Estado e o direito civil resultam de um pacto social, um contrato no qual as pessoas abrem mão de sua liberdade total em prol de um bem coletivo, consentindo na concentração do poder em um soberano. Como para Spinoza (2013/1675) todo corpo sempre se esforça em perseverar, as pessoas não podem renunciar à sua liberdade, o direito natural não pode ser retirado nem transferido. Para ele, apenas outras potências podem limitar o indivíduo, dessa forma, apenas a potência de multidão tem força concreta sobre os sujeitos, e não um contrato. Os indivíduos podem encontrar meios de cooperação mutuamente vantajosos, que não são universais nem definitivos, mas agregados ocasionais, formatados por situações ou desafios coletivos, que geram afetos comuns de medo ou esperança. O direito que cada um possui, governante ou governado, Estado, grupo ou indivíduo, não é mais nem menos que a sua potência ou capacidade de afirmar e realizar o que deseja (SPINOZA, 2009/1677).

Assim, o Estado é o direito que se define pela potência de multidão. Ele é exercido por quem tem, por consenso do seu povo, a incumbência da república e regula os direitos das demais pessoas. Se essa incumbência “pertencer a um conselho que é composto pela multidão comum, então o estado chama-se democracia; [...] se for composto só por alguns eleitos, chama-se aristocracia; [...] [e se] o estado estiver nas mãos de um só, monarquia” (SPINOZA, 2004/1670, p. 24). Mesmo na monarquia, o poder de fato encontra-se na multidão, tendo em vista que o consenso pode ser quebrado a qualquer momento, como por exemplo por uma revolta. Para Spinoza, o poder de um soberano tem mais chance de ser minado pelas forças internas do seu próprio Estado do que pelas forças de governos externos. São as ideias imaginativas advindas da teologia e utilizadas no campo político que fazem os cidadãos pensar que o poder é transcendente, e não imanente a eles, e passar a temer aqueles que supõem poderosos (CHAUI, 2003).

Já o governante teme a população pela consciência de que seus poderes são limitados pelo direito natural da multidão. A nobreza imagina como inerente ao povo uma infinidade de vícios que teme, julgando-os inconstantes, estúpidos, invejosos, desconfiados e turbulentos. Spinoza contrapõe esses argumentos, relatando que os vícios atribuídos à plebe são na verdade de todos os humanos, porém na nobreza são disfarçados de fausto e de luxo. Para o filósofo, “muitas vezes, quando dois indivíduos fazem a mesma coisa, a um deles é lícito, e ao outro não, fazê-la impunemente, não por ser diferente a coisa, mas quem a faz” (2009/1677, p.



80). Conforme discutiremos ao longo desta tese, Coimbra e Nascimento (2005) evidenciam que a mesma prática ocorre nos dias atuais, em que justiça e mídia classificam as parcelas marginalizadas como viciosas, julgando-as rigidamente, e são permissivas com as mais abastadas.

Para Spinoza (2013/1675), um afeto só pode ser erradicado por outro afeto oposto e mais potente. Isso é válido tanto para os afetos provenientes de um único indivíduo como de uma multiplicidade de sujeitos. O afeto comum, gerado em uma coletividade humana e do qual surge certa estabilidade relacional, só é potente enquanto for superior à diversidade de afetos individuais e grupais que conspiram contra ele. Assim, a estabilidade de qualquer Estado vai depender da totalidade dos indivíduos que possibilitam a formação e a sobrevivência de uma potência em comum, apesar das divergências e dos conflitos existentes. A estabilidade não depende nem da unanimidade das vontades nem da maioria delas, mas sim da congregação das forças suficientes para se impor a todos e a cada um daqueles que forem subordinados.

Para Spinoza (2009/1677), o indivíduo está maximamente sob sua própria jurisdição quando se conduz pela razão, e o mesmo é válido para a cidade. Podemos dizer que uma cidade se encontra regida pela razão de acordo com a segurança e liberdade que se encontra nela, tendo em vista que o melhor Estado é aquele onde os cidadãos vivem em harmonia e paz. Para o filósofo, as rebeliões não são resultado dos vícios do povo, mas sim da busca do legítimo direito de viver em harmonia. A paz é resultado não de uma obediência servil às normas, mas da compreensão racional de um propósito comum. Nas cidades permeadas pelo medo não existe paz, e sim no máximo ausência de guerra.

Da cidade cujos súditos, transidos de medo, não pegam em armas, deve antes dizer-se que está sem guerra do que dizer-se em paz. Porque a paz não é ausência de guerra, mas virtude que nasce da fortaleza de ânimo: a obediência, com efeito, é a vontade constante de executar aquilo que, pelo decreto comum da cidade, deve ser feito. Além disso, aquela cidade cuja paz depende da inércia dos súditos, os quais são conduzidos como ovelhas, para que aprendam só a servir, mais corretamente se pode dizer uma solidão do que uma cidade. (SPINOZA, 2009/1677, p. 89)

Stern (2016) defende que a concepção spinozana acerca do poder político mantém-se fiel à afirmação da imanência absoluta, sendo tal poder intrínseco à potência de multidão. Na multidão encontra-se tanto o poder de superar a servidão e o medo, a partir da força para a organização de sistemas democráticos que busquem o bem comum, como a ambição tirânica daqueles que podem usurpar o exercício do poder político para fins particulares. Quando essa multidão se organiza na forma de um regime democrático, o medo é minorado, os afetos de sedição e de revolta fazem-se menos presentes e a paz é garantida. Dessa forma, quanto mais

próximo estiver o direito civil de ser a expressão da potência da multidão, mais forte ele será em relação ao direito natural de cada cidadão individualmente, e quanto mais o direito civil for expressão apenas da potência de poucos membros, mais fraco será seu poder frente à potência de multidão.

## **2.6 Democracia, participação e esperança: reflexões contemporâneas**

Autores como Bauman (2008) e Glassner (2003) têm evidenciado o crescimento do medo na modernidade, mesmo em locais onde os índices de segurança têm aumentado. Diante disso, surge o questionamento do que pode ser feito para refrear o medo contemporâneo. Sendo a cidade um vívido entrelaçamento de potências antagônicas, Spinoza (2009/1677) expõe que a segurança estará sempre à mercê dos direitos naturais humanos.

Stern (2016) nos lembra de que Spinoza é um pensador de um século marcado por movimentos de massa, conflitos, repressão e medo. Enquanto vários intelectuais de seu tempo buscaram produzir manuais para prevenir e regular as ameaças advindas dos movimentos populares, Spinoza denunciou que uma paz transpassada pelo medo não solucionava o problema da segurança, mas transformava a cidade em solidão. Ao invés de fórmulas prontas, trouxe-nos o ensinamento de que só podemos ter um conhecimento inadequado das coisas exteriores. Todavia Spinoza deixou algumas diretrizes, que, embora nada garantam sobre os rumos de nossas cidades, ajudam a refletir sobre a condução de nossa potência nas forças da multidão.

Uma das diretrizes nasce da defesa de que a democracia é o mais natural e estável dos sistemas de governo, pois os princípios democráticos promovem a segurança e a paz (SPINOZA, 2009/1677). Se isso é verdadeiro, como explicar que diversos regimes ditos democráticos sejam tão instáveis e violentos, como em vários países latino-americanos? Precisamos nos lembrar de que Spinoza rechaçava a ideia hobbesiana da outorga de direito, ou seja, considerava os direitos naturais intransferíveis, de forma que ninguém, além do próprio sujeito, pode espelhar sua potência. A democracia para Spinoza era algo vívido e pulsante, sendo assim, uma democracia que apenas outorgue os direitos de forma exclusivamente representativa já cai no contratualismo criticado pelo filósofo. Além disso, os representantes políticos acabam atendendo muito mais aos interesses dos grupos econômicos dominantes que da população, sendo assim, nosso regime se aproxima muito mais da definição spinozana de aristocracia que de democracia.

Podemos refletir que, mesmo que fosse possível criar no Estado um sistema no qual todas as decisões fossem votadas diretamente pelos seus cidadãos, na ausência do debate político, não teríamos a representação fiel ao direito natural. Nesse cenário, o voto seria visto como igual, não se baseando na força das ideias que o alimentam. Para Spinoza (2009/1677), a política é resultado das potências e impotências dos afetos dos cidadãos. Ele se coloca radicalmente contra a ideia de que as cidades podem ser reduzidas a uma representação atomizada e fria das ideias de seus habitantes. Mais do que a soma das opiniões de cada cidadão, a potência de multidão é determinada por um emaranhado de desejos, que se afirmam ou se opõem, estimulam-se ou se refreiam, em uma luta constante.

Spinoza (2009/1677) defende a importância da liberdade de expressão, entendendo que quanto mais as massas forem silenciadas, mais frágil se torna o regime vigente. O silêncio alimenta a mentira e a falsidade e torna os sujeitos inclinados a se reunir de forma secreta, tramando conspirações. O filósofo era entusiasta do diálogo entre pontos de vista diferentes, acreditando que, a partir do encontro, as melhores ideias são construídas. Ele defendia a inclusão do povo nas discussões do Estado e repelia a ideia de que os indivíduos eram incapazes de compreender os interesses públicos:

[...] se forem poucos a decidir tudo de acordo apenas com o seu afeto, perecem a liberdade e o bem comum. Os engenhos humanos são, com efeito, demasiado obtusos para que possam compreender tudo de imediato; mas consultando, ouvindo, discutindo, eles aguçam-se e, desde que tentem todos os meios, acabam por encontrar o que querem, que todos aprovam e em que ninguém mais havia pensado antes. (SPINOZA, 2009/1677, p. 126)

Esse trecho deixa evidente que a democracia só ocorre com uma efetiva participação popular. Na participação trava-se a luta política, que gera o bem comum a partir da força dos múltiplos afetos. Para Spinoza (2009/1677), as opiniões de muitos são mais sábias e estáveis que as de poucos. A potência de multidão é resultado das potências e impotências daqueles que a constituem e das relações que estabelecem, o que não significa que dela resulte um somatório atomizado dos afetos individuais: “se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente [...] e, quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direito terão eles todos” (SPINOZA, 2009/1677, p. 11).

Sendo assim, não basta que as pessoas simplesmente concordem, é necessário que unam suas forças. A democracia não se define pela simples escolha das ideias que mais agradam à população, muito menos pela outorga do poder para que outros tomem decisões. Ela ocorre

em uma intensa luta de ideias, e da união e confronto de afetos. Assim, é válido pensar que, para o fiel exercício da democracia, é necessária a formação de uma cultura participativa cidadã. Nesse ponto, fica explícito porque, por exemplo, nos sistemas ditos democráticos da América Latina existe tanta instabilidade e violência. Temos uma herança colonial e servil de dominação e de escravidão e recentes episódios de governos ditatoriais e tirânicos em quase todo o continente. A cultura do silêncio prevalece e, por meio da artificial outorga de direitos, apenas a classe política participa das decisões do Estado e exerce seu poder, usualmente a partir de interesses particulares de oligarquias, o que nos torna mais distantes do ideal democrático spinozano.

Embora devamos admitir que as novas tecnologias têm impulsionado a democratização do conhecimento, as “razões do Estado” ainda parecem misteriosas para a maior parte da população. A divisão dos poderes, os papéis dos nossos representantes, nossas leis e as constantes reformas que sofrem, as fórmulas que compõem os tributos que pagamos, tudo parece alheio à grande parte das pessoas. Somam-se a isso as artimanhas e manobras políticas e os acordos escusos do poder. Alguns assuntos, ainda mais que outros, parecem incognoscíveis a quase todos os cidadãos, como os fundamentos que regem a economia, com seus termos e jargões próprios, e movimentam a quase mística “mão invisível”<sup>12</sup> que regula o mercado.

Por conta das razões aqui elencadas, em nosso País, grande parte dos cidadãos acabou se afastando das discussões sobre as questões públicas, não ousando opinar sobre as razões do Estado. Esse arquétipo teológico que afasta os cidadãos de qualquer questionamento sobre a *arcana Naturae e Dei* e da *arcana Imperii*, pode ser sintetizado a partir de uma expressão popular muito repetida e pouco problematizada em nosso País: “política e religião não se discutem”. Tal expressão parece indicar que as ideias relativas às questões religiosas e do Estado se baseiam em convicções pessoais impossíveis de serem conciliadas por meio do diálogo e da razão, como se apenas o imperativo da fé se relacionasse a elas. Dessa expressão conclui-se que as discussões políticas só podem trazer a discórdia, e não o entendimento, por isso devem ser evitadas.

Além disso, pode ter contribuído como motivo de afastamento dos indivíduos da política o fato de, em nosso País, ela estar quase sempre associada às paixões tristes, como o medo, a soberba e a ganância. Assim a mente humana se esforça em pensar em outras ideias, que sejam alegres e excluam sua existência. Porém, um fenômeno recente parece ter

---

<sup>12</sup> Termo introduzido por Adam Smith para se referir a uma ordem que regula os preços do mercado.

aproximado um grande contingente de pessoas das discussões sobre o País, incluindo as que se diziam avessas à política. Essa aproximação deu-se inicialmente por meio das redes sociais, na internet, depois tomou corpo nas manifestações de rua iniciadas em junho de 2013 contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, e rapidamente alastrou-se por todo o País com pautas diversas e polifônicas. Poucos dias depois ocorreram outras manifestações, mais centralizadas nas classes média e alta, com foco no combate à corrupção e à criminalidade, culminando com o *impeachment* da presidenta do País em 2016 (FIRMINO, 2017). O principal slogan das manifestações, “O gigante acordou”, preconiza uma súbita esperança transpassada por nacionalismo mesclado a um repentino interesse pela dimensão política.

Em 2013, a cidade de Fortaleza, por exemplo, foi palco de manifestações do movimento “Fortaleza apavorada”, que pediam por medidas de segurança como a ampliação do policiamento ostensivo. Nas eleições presidenciais de 2018, as discussões e conflitos políticos ampliaram-se e as redes sociais viraram verdadeiros campos de batalha. Porém, no lugar de um debate de ideias, prevaleceu a disseminação de informações simplistas e distorcidas na forma de *memes*<sup>13</sup> e *fake news*<sup>14</sup> (SUDBRACK, 2019). A partir de então, a proliferação e compartilhamento de mentiras vem se institucionalizando, fazendo com que o excesso de informações falsas promova mais malefícios e desinformação que o anterior desinteresse.

Os discursos fraudulentos representam, para Spinoza (2009/1677), o limite necessário imposto à tão aspirada liberdade de expressão. Assim, a nova configuração contemporânea tem se mostrado, até o momento, ineficaz na busca de soluções comuns e democráticas para a população. Esse fenômeno, por ser muito novo, ainda é difícil de ser plenamente analisado, e pensadores de diversas áreas têm buscado explicações. Estudos têm evidenciado que os algoritmos utilizados por redes sociais como “Twitter” e “Facebook” fazem com que os sujeitos recebam mais conteúdos daquilo com o que já são propensos a concordar (SUDBRACK, 2019), o que reforça suas convicções, levando-os a se fechar em “bolhas ideológicas” com propensões radicais. A tendência evidenciada por Spinoza (2013/1675) de acreditarmos facilmente no que temos esperança e duvidarmos do que temos medo, torna-se ainda mais explícita, temerária e danosa no contexto atual.

A democracia spinozana tem a liberdade de expressão e o exercício da discussão política como base, posto que apenas pela prática do debate os obtusos engenhos humanos podem se aguçar e as boas ideias emergir. É importante que fortaleçamos debates e fóruns

---

<sup>13</sup> Imagens, vídeos ou GIFs de humor que se popularizaram na internet na última década.

<sup>14</sup> Termo oriundo da língua inglesa, utilizado para se referir a notícias falsas postadas na internet, que se proliferaram nos últimos anos.

políticos que possam agregar a maior multiplicidade possível de opiniões, e que não fiquem restritos apenas ao mundo virtual, a partir de um debate propositivo e que gere ideias novas, criativas e potentes. Quanto mais as discussões abrangerem os mais diferentes níveis, mais nos aproximaremos dos ideais democráticos.

Para Spinoza (2009/1677), liberdade e segurança não são polos divergentes, ao contrário, porquanto é necessário o exercício da liberdade para que a cidade atinja segurança. Spinoza também não antagoniza a liberdade individual e a coletiva. Para ele, a melhor forma de um Estado sobreviver e aumentar sua potência é preservar a potência dos cidadãos, garantindo-lhes o máximo de liberdade. Lembremo-nos de que a paz não deve ser resultado da obediência servil, mas de um propósito comum. A obediência da população por meio do medo não pode ser chamada de paz, mas sim de ausência de guerra (SPINOZA, 2009/1677), pois como diz uma música cantada das periferias às zonas nobres do Brasil: “paz sem voz não é paz, é medo”<sup>15</sup>.

Spinoza defende que o poder da multidão aumenta quando as pessoas se congregam em torno de uma ideia. Trazendo essa discussão para a nossa realidade, a organização da sociedade civil é fundamental para a afirmação de seus desejos, não importa se na forma de coletivos identitários ou de associações, partidos, sindicatos, entre outras. Os grupos não precisam congregam pensamentos idênticos, mas coligar-se na forma de subsistemas democráticos que afirmem sua potência, com capacidade de formar redes e frentes para a conquista de desejos mais amplos. Além disso, parece ser fundamental pensar estratégias contemporâneas que contemplem o uso das novas tecnologias na construção democrática.

Vale ressaltar que a participação não pode ser forçosa, imposta por uma moralidade que induz a atuação pela culpa ou medo, ambos sentimentos que ofuscam a nossa razão. Se assim o for, não estaremos rompendo com o arquétipo teológico. A participação precisa ser alimentada pela alegria, reforçada pelos bons encontros, que potencializam a alma, criam redes e fortalecem vínculos, alimentando a esperança comum.

Ora, mas, para Spinoza, esperança e medo não estão sempre conectados? Sim, mas isso não significa que podemos tomá-los por sinônimos. Chauí (2011) refere-se a uma “astúcia da razão”, que se faz valer da paixão da esperança para dar força operante à potência racional das noções comuns. Ela nos lembra de que é possível tanto a concórdia quanto a discórdia nas paixões ativas como a esperança, enquanto das paixões tristes, como o medo, apenas a discórdia pode ser resultante. A “estratégia do *conatus*” para resistir ao medo consiste em se fortalecer

---

<sup>15</sup> Música “Minha alma”, de Marcelo Falcão, Alexandre Menezes, Lauro de Farias e Marcelo Santana.

mediante uma paixão mais forte e contrária: o *conatus* se esforçará para excluir o que causa medo, tornando presente o que causa esperança. Assim, para a filósofa, a esperança é inicialmente necessária, pois somente a partir daí poderemos chegar à segurança e à paz.

Todavia, vale a pena ressaltar que somos constituídos para acreditar nas coisas que esperamos e duvidar das que tememos, e, em situações que imaginamos ser de grande adversidade, somos propensos a acreditar em ideias supersticiosas, inclinando-nos a refutar a realidade e a ciência. Nessas situações, a busca por esperança pode ser depositada em algo exterior que nos conduza a um regime de tirania. O poder de um déspota de gerar obediência pode ser ampliado, sempre que este consiga convencer a população de que possui uma propriedade superior ao comum (SPINOZA, 2009/1677), como a honestidade, por exemplo.

Stern (2016) revela que o psicanalista alemão Wilhelm Reich analisou que a ascensão de Hitler teve relação com a inscrição no imaginário coletivo da figura de um governante que tem todas as respostas e encarna em si os anseios e os valores de uma nação. Isso indica que experiências semelhantes ao nazismo podem ocorrer em outras partes e em outros tempos, sempre que a população passar a idolatrar um líder, especialmente tomada pelo sentimento de incerteza e medo em momentos de grande crise. Outro componente necessário é a construção da ideia imaginativa de um temido inimigo que precisa ser exterminado. Essa ideia conecta o medo da incerteza, transferida ao inimigo, à equivocada esperança de que sua destruição é o caminho para a segurança, estabilidade e paz. Essa ideia é herdeira da tradição teológica na qual o inimigo da humanidade era o demônio, depois essa imagem passou a ser transmutada: “pagãos, judeus, bárbaros, bruxas, hereges [...] outrora deístas, ateus, místicos [...] mais tarde, materialistas, anarquistas, comunistas [...] na interminável metamorfose do Anticristo” (CHAUI, 2011, p. 139).

Com essa situação extrema de governos autoritários, buscamos mostrar como a esperança, instável que é, pode se converter tanto em segurança, democracia e paz quanto em medo, desespero, tirania e barbárie. Assim, como distinguir quando minha esperança me leva para o campo da tirania ou para o campo democrático? Para o medo ou para a liberdade? Propomos, para responder a isso, que nos façamos três perguntas.

A primeira é: A minha esperança é imanente ou transcendente? À medida que minha esperança não se volta para minha própria potência, quando ela outorga o direito natural para outrem, afastamo-nos da democracia e colocamos em risco a segurança. Quando a esperança apenas espera, quando acredita em “salvadores da pátria”, torna-se impotente e pode nos conduzir à tirania. Como diria Paulo Freire, mais que esperar, é preciso esperar.

A segunda pergunta é: Minha esperança está a serviço da potência de quem? Sabemos que a democracia mantém indivíduos e multidões sob seu próprio governo. Nela, o direito natural coincide com o propósito comum, assim todas as pessoas possuem possibilidades de exercício de sua potência. Dessa forma, perguntar a quem minha esperança está a serviço é o mesmo que perguntar de que forma minha potência interfere na potência de multidão. Se, por resposta, temos que minha potência fortalece a potência daqueles que possuem mais direitos do que o comum e enfraquece a potência dos que têm menos direitos, ou melhor, menos possibilidades de efetivamente exercer seus direitos, minha potência dirige-se para a tirania, logo, é dela que minha esperança está a serviço. Se, de forma contrária, minha potência fortalece a potência dos que possuem direitos minorados e enfraquece a potência dos que têm excessivo poder, minha potência se dirige à democracia, encontrando-se a serviço dela.

E a terceira pergunta que pode nos guiar é: Minha esperança estimula e refreia que afetos? Se minha esperança estimula sentimentos tristes como o ódio, a ira, a soberba, a ganância e a vingança, podemos dizer que ela conduz à tirania. De forma contrária, se minha esperança estimula sentimentos alegres como o amor, a empatia, a gratidão, o reconhecimento e a generosidade, podemos supor que ela conduz à democracia.

Em síntese, acreditamos que a esperança pode nos potencializar, levando à democracia e à segurança, e nos proteger, da tirania e do medo, à medida que ela é imanente, assegura direitos civis isonômicos e se liga a afetos alegres. Além da construção democrática, para minorar o medo e vivenciar a liberdade é necessário um caminho pessoal, pautado pela racionalidade e ética, que, como veremos a seguir, também não pode ser desassociado da dimensão política.

## **2.7 Do medo à fortaleza**

Para Damasio (2004, p. 280), “a mais conhecida das recomendações de Spinoza acerca de uma vida bem vivida consiste em uma prescrição dupla: um sistema de comportamento ético e um Estado democrático”. Essas duas prescrições, uma privada e outra pública, são complementares. O exercício da racionalidade leva ao que Spinoza denominou de “ciência dedutiva”, que é o conhecimento da ideia adequada da essência da Natureza. A compreensão da Natureza é a virtude suprema da mente, ou seja, o ponto mais elevado da ética spinozana.

O conhecimento das coisas singulares amplia nosso conhecimento da essência da Natureza e, como somos modos finitos dessa Natureza, expande o conhecimento dos nossos



próprios afetos. Quando a racionalidade consegue formar noções comuns acerca da própria vida afetiva, ela permite desenvolver progressivamente desejos e alegrias ativas. No conhecimento dos afetos formamos reflexivamente ideias adequadas (GLEIZER, 2005). A paixão vira ação quando formamos uma ideia nítida e distinta dela. Assim, quanto mais conseguirmos clarear nossas paixões, menos passivos e suscetíveis seremos às flutuações de ânimo. Segundo Spinoza (2013/1675), no tempo em que não estamos tomados por afetos contrários à nossa natureza, podemos ordenar e concatenar as afecções segundo a ordem própria do intelecto. Imbuídos desse poder, tornamo-nos mais preparados para regular nossos afetos e diminuir nossa dependência à contingência.

O caminho para se refrear o medo e dirigir-se à liberdade, para Spinoza, não se encontra necessariamente na coragem e na esperança, e sim na fortaleza, afeto que se opõe tanto ao medo quanto à audácia cega e sintetiza firmeza e generosidade. A firmeza remete à esfera privada e é definida como o “desejo pelo qual cada um se esforça por conservar o seu ser, pelo exclusivo ditame da razão” (SPINOZA, 2013/1675, p. 139). Já a generosidade relaciona-se à dimensão social e é definida como “o desejo pelo qual cada um se esforça, pelo exclusivo ditame da razão, por ajudar os outros homens e para unir-se a eles [...]” (SPINOZA, 2013/1675, p. 139). Para o filósofo, não existe conflito entre liberdade individual e interesse social. O indivíduo livre não é levado a obedecer pelo medo, e sim conduzido por regras que reflitam um propósito comum da sociedade, dessa forma, “o homem que se conduz pela razão é mais livre na sociedade civil, onde vive de acordo com as leis comuns” (SPINOZA, 2013/1675, p. 203).

Para Spinoza (2013/1675), a virtude que emerge da ciência intuitiva é genuína. Quando guiados por ela, mesmo que ignorássemos que nossa alma é eterna, consideraríamos como primordial a piedade e tudo que se refere à firmeza e à generosidade. A alegria conduz a todos os valores que se relacionam com a virtude, como a justiça, a equidade, a lealdade e a piedade. A derradeira proposição da obra “Ética” adverte que “a beatitude não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude; e não a desfrutamos porque refreamos os apetites lúbricos, mas, em vez disso, podemos refrear os apetites lúbricos porque a desfrutamos” (p. 239). A ética spinozana opõe-se diametralmente ao arquétipo religioso, que se utiliza do discurso moral, por meio do medo e da culpa, para tornar os cidadãos obedientes e “homens de bem”. A virtude não precisa da culpa e do medo como intermediários, apenas da alegria.

Para o filósofo, afastarmo-nos do medo requer que pensemos com firmeza, sendo primordial imaginar e enumerar os perigos da vida, ou seja, pensar de forma estratégica. Devemos fazer esse exercício nos momentos em que não estamos tomados por afetos despoticizadores, ordenando nossos pensamentos na busca da melhor maneira de evitar e

de superar tais perigos. O indivíduo, quando se guia pela racionalidade, não se governa pelo medo da morte; isso não significa ser imprudente, mas evitar os perigos com a mesma firmeza de ânimo com que se os enfrenta. A firmeza em fugir a tempo é tão virtuosa quanto a que leva à luta (SPINOZA, 2013/1675). Vale refletir que a busca coletiva da segurança também não deve se pautar pelo pavor, para que as medidas adotadas não sejam promotoras de mais pânico e exclusão e não retroalimentem o ciclo da violência, mas sim pelo pensamento racional e estratégico, que é firme e implicado socialmente.

Para alcançar a liberdade, além de firmeza é necessário generosidade. Em “*Ética*”, Spinoza (2013/1675, p. 178) defende que “por meio da ajuda mútua, os homens conseguem muito mais facilmente aquilo de que precisam, e que apenas pela união das suas forças podem evitar os perigos que os ameaçam por toda parte”. Entre as proposições 35 a 40 da parte IV da “*Ética*”, Spinoza (2013/1675) demonstra, em diferentes afirmações, que os indivíduos livres tendem a estabelecer mais encontros e viver em concórdia e comunhão na sociedade civil:

Apenas à medida que vivem sob a condução da razão, os homens concordam, sempre e necessariamente, em natureza. [...] O supremo bem dos que buscam a virtude é comum a todos e todos podem desfrutá-lo igualmente [...] Todo aquele que busca a virtude desejará, também para os outros homens, um bem que apetece para si próprio [...] É útil ao homem aquilo que dispõe o seu corpo a poder ser afetado de muitas maneiras, ou que o torna capaz de afetar de muitas maneiras os corpos exteriores; e é tanto mais útil quanto mais torna o corpo humano capaz de ser afetado e de afetar os outros corpos de muitas maneiras [...] É útil aquilo que conduz à sociedade comum dos homens, ou seja, aquilo que faz com que os homens vivam em concórdia. (p. 178-186)

Spinoza (2013/1675, p. 203) defende que “todo aquele que se conduz pela razão deseja, também para os demais, o bem que apetece para si próprio”. O filósofo reflete que se um indivíduo em perigo iminente de morte fosse pérfido, mesmo para conservar sua vida, ainda assim não estaria se pautando por princípios racionais, pois se a razão assim o aconselhasse, aconselharia a todos e sob qualquer condição a agir pelo dolo, e não pela união de forças e pelos direitos comuns. Dessa forma, sob o ditame da razão, as ações que têm por objetivo a vantagem do agente (firmeza) e as que buscam a serventia do outro (generosidade) não são opostas, mas sim uma mesma e única coisa.

## **2.8 Considerações finais**

Para Spinoza, não podemos abrir mão de nossa liberdade, de nosso direito natural, de nossa potência, nem que seja parcialmente em nome de um pacto social. Na verdade, nossa

potência e liberdade maximizam-se quando entendemos a profunda interdependência entre a esfera individual e a coletiva. Dessa forma, uma busca por segurança pautada apenas pelo âmbito individual jamais poderá ser estável e bem-sucedida. Enquanto houver setores da sociedade que não estão seguros, ninguém o estará. Em um Estado onde os direitos fundamentais não são respeitados, não se pode exigir que os que carecem de garantias mínimas obedeam aos pactos legais estabelecidos, sejam pacíficos e respeitem a ordem e a propriedade privada. Um Estado com privilegiados e excluídos tentará impor a segurança pelo medo, e o medo é instável e produz discórdia.

Toda forma de segurança individual é sempre ilusória. O soberano teme, pois sabe que o poder é imanente ao povo e este pode, a qualquer tempo, tomar posse daquilo que lhe é de direito. Da mesma forma os privilegiados temem, pois sabem que a qualquer momento seus privilégios podem ser reivindicados. Se o Estado não é capaz de se regular a partir de princípios comuns vantajosos a todos, é esperado que alguns não aceitem suas regras e busquem, por meio da violência, afirmar a potência do seu desejo. Na falta de acordos comuns que pareçam justos às partes, não pode haver segurança. Dessa forma, todos temem: governo, privilegiados, excluídos, e toda a sociedade. Quanto maiores forem os abismos entre os que detêm direitos em sobra e aqueles que deles carecem, maior será a insegurança.

Uma sociedade desigual e sem justiça social não contém a possibilidade de equilibrar a potência das multidões a partir de um projeto comum, sendo, dessa forma, necessariamente insegura. A fortaleza, estabelecida pela intersecção entre firmeza e generosidade, é imprescindível para a construção de uma cidade livre e pacífica. Ela é fundamental para realizar os enfrentamentos necessários à superação da situação de sofrimento das populações mais vulneráveis, na soma das potências individuais e luta por desejos comuns, bem como para criar condições que permitam a superação de revanchismos no campo político, viabilizando a construção de diálogos que aprofundem a elaboração de um progressivo aperfeiçoamento das instâncias democráticas.

### **3 A FORMAÇÃO DOS SISTEMAS PSICOLÓGICOS: DO DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS À ORGANIZAÇÃO DOS AFETOS**

Neste capítulo discutimos de forma sintética o contexto histórico, acadêmico e político da obra de Vygotsky, bem como nos debruçamos sobre a busca do filósofo de superar a denominada “crise da psicologia”. Mais à frente, exploramos os estudos do autor sobre o desenvolvimento dos conceitos, destacando o papel da linguagem na formação dos sistemas psicológicos e no desenvolvimento não apenas do intelecto, mas também da personalidade e na organização da dimensão afetiva. Apreciamos também pontos considerados imprecisos na obra do autor por intérpretes contemporâneos, como a diferenciação entre “conceito”, “pseudoconceito” e “conceito potencial”. E destacamos a relevância de Claparède e Piaget (VYGOTSKY, 2001/1934) na incorporação da “tomada de consciência” das funções psíquicas superiores, como marco fundamental do domínio dos conceitos na teoria de Vygotsky. Ressaltamos, ainda, as complexificações realizadas pelo autor em sua teoria. Ao final, refletimos sobre a possibilidade de compreender os sistemas psicológicos como sistemas semânticos que orientam coletivamente a consciência humana, ao mesmo tempo que dão espaço para a criação, destacando que tais sistemas não são apenas responsáveis pela formação das Funções Psíquicas Superiores, mas também definidores das vivências afetivas humanas.

#### **3.1 O contexto filosófico, científico e político da obra de Vygotsky**

Segundo Cole e Scribner (2003), até a segunda metade do século XIX, o estudo da natureza humana era influenciado especialmente por duas escolas filosóficas de tradição cartesiana, que inspiraram as bases da ciência psicológica. A escola inglesa, orientada pelas ideias de John Locke, desenvolveu uma concepção empirista da mente, que buscava explicar a origem das ideias a partir das sensações produzidas pelas estimulações provocadas pelo ambiente. Seu objetivo era conseguir decodificar as leis de associação, pelas quais as sensações se transformavam em ideias complexas.

Já a escola alemã, influenciada pelas ideias de Immanuel Kant, pressupunha que os pensamentos humanos complexos não poderiam ser decompostos em elementos simples. Nesse período, vieram à tona uma série de descobertas científicas, que evidenciavam as semelhanças entre a anatomia e fisiologia animal e humana, incluindo a evolução das espécies de Charles Darwin (COLE; SCRIBNER, 2003). A radicalização e distorção dessas ideias levou alguns

darwinistas a desconsiderar algumas diferenças qualitativas significativas entre os seres humanos e os animais, minimizando o papel da cultura.

De acordo com Cole e Scribner (2003), é nesse contexto que surgem as primeiras escolas psicológicas. A primeira, de Wilhelm Wundt, em 1890, propôs-se a descrever os conteúdos da consciência e sua relação com a estimulação externa. O seu objetivo era, por meio do estudo das sensações “simples”, compreender processos psicológicos superiores. Tanto na Rússia quanto nos EUA, pesquisadores descontentes com a esterilidade dessas pesquisas renunciaram ao estudo da consciência em prol da investigação do comportamento, passando a ter como objetivo identificar as unidades da atividade humana, substituindo as sensações pela unidade estímulo-resposta. É nesse contexto que, influenciada pela ascensão das ideias darwinistas e pelo estudo dos reflexos condicionados de Pavlov, ascende a corrente behaviorista, que se concentra nos processos psicológicos compartilhados tanto por animais como por seres humanos, deixando de lado os processos psicológicos superiores. Ambas as abordagens passam a sofrer críticas de psicólogos que avaliavam não ser possível, mediante a investigação de processos psicológicos simples, explicar processos psíquicos mais complexos. Em torno dessa concepção surge a psicologia da Gestalt, que passa a criticar a atomização da psicologia, defendendo que as investigações psicológicas deveriam ser realizadas pela integralidade do ser. Esse era o contexto filosófico-científico do qual parte o pensamento de Vygotsky.

Vygotsky nasceu em 5 de novembro de 1896 em Orsha, cidade provinciana nas proximidades de Minsk, a capital da Bielorrússia, mudando-se ainda pequeno para a cidade de Gomel. De origem judaica, cresceu atravessado pelo sistema educativo tradicional de seu povo, embora não fosse de família muito religiosa. Nesse período, a Rússia vivia os últimos anos do regime autocrático czarista que comandou a nação por mais de três séculos, e via os judeus como inimigos, impedindo-os, entre outras coisas, de serem funcionários públicos. Isso dificultou o início da vida acadêmica de Vygotsky, que era impossibilitado de lecionar. Ele graduou-se em história e filosofia pela Universidade do Povo de Shanjavsky, que não era oficialmente reconhecida (VAN DER VEER; VALSINER, 1991), e posteriormente em direito pela Universidade de Moscou. Seu trabalho de conclusão de curso foi a “Tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca”, posteriormente publicado no livro “Psicologia da Arte”, em 1925 (BRANDÃO, 2008). O ano de sua formatura coincidiu com a eclosão da Revolução Russa, o que possibilitou que lecionasse em escolas estaduais de Gomel entre 1917 e 1924. Nesse período, Vygotsky foi membro ativo na vida cultural de Gomel e montou um pequeno laboratório psicológico no Colégio Pedagógico (VAN DER VEER; VALSINER, 1991).

Na época, Moscou era cenário de intensas disputas políticas, que vinham ocorrendo desde a Revolução Socialista de 1917. Logo após a revolução, o novo governo envolveu-se em violenta guerra civil, na qual exércitos e militares de diversos agrupamentos ideológicos disputaram o poder. Além disso, travou uma guerra externa contra a Polônia. Disso resultou um movimento de fechamento político, em que teses e facções distintas das adotadas pelo Comando Central do Partido<sup>16</sup> passaram a não ser mais aceitas, o que não evitava que as tensões entre grupos divergentes se avolumassem. A crise se aprofundou em 1924 com a morte de Lênin, maior líder da revolução e chefe do Partido Comunista da União Soviética e do governo. Os diversos grupos viam-se como representantes legítimos das aspirações leninistas (TRAGTENBERG, 2007).

Os embates principais davam-se em torno das lideranças de Trotsky e de Stalin, em que o primeiro defendia a importância de uma revolução permanente que levasse a uma internacionalização do socialismo e o segundo preconizava o “socialismo em um só país” (TRAGTENBERG, 2007). À época, era de forte aceitação na União Soviética a tese de que em breve todo o mundo seria socialista. Com a morte de Lênin, Stalin passa a centralizar cada vez mais poder, burocratizando progressivamente as instâncias do Partido, aumentando o autoritarismo e destruindo o centralismo democrático e a força das organizações, sindicatos, cooperativas, etc. Nesse clima de intolerância, a divergência crescia cada vez mais, com várias lideranças sendo acusadas de traição, expulsas e mortas. Em 1929, o próprio Trotsky é expatriado (COGGIOLA, 1999). O Comitê Central do Partido passa a interferir de forma cada vez mais intensa na vida científica e cultural russa (TOASSA, 2009), perseguindo qualquer cientista cujas ideias parecessem de alguma maneira contrárias aos interesses do Partido. Essas questões políticas repercutiam diretamente nas teorias e pesquisas psicológicas da época.

Nas primeiras décadas do século XX, a psicologia russa, assim como a europeia, construía-se a partir de escolas antagônicas, que buscavam oferecer explicações parciais para os fenômenos psíquicos (COLE; SCRIBNER, 2003). O Instituto de Psicologia de Moscou foi fundado em 1912 por Georgii Ivanovich Chelpanov, adepto da psicologia introspectiva de Wundt e opositor do behaviorismo. Segundo Zanella (1994), após a Revolução de 1917, os debates entre as diferentes tendências ficaram latentes, sem se manifestar, e os psicólogos soviéticos passaram a reavaliar seus pontos de vista, principalmente em relação à aplicabilidade de seus conceitos diante das novas demandas de mudanças sociais e políticas. Wladimir

---

<sup>16</sup> Partido Comunista da União Soviética, único partido permitido após a Revolução de 1917 e que, em parte, fundia-se com o próprio governo.

Bekhterev era uma das principais lideranças que vinha propondo uma nova ciência, a reflexologia, pautada pelos pressupostos do marxismo.

Em 1923, no I Congresso Pan-Russo de Neuropsicologia, Konstantin Nikolaevich Kornilov, discípulo de Chelpanov, fez uma incisiva palestra opondo-se tanto ao excessivo idealismo de Chelpanov quanto à reflexologia, considerando seu materialismo mecanicista, crítica compartilhada por outros psicólogos da época. O autor acusava as perspectivas subjetivas de Chelpanov de serem idealistas e antimarxistas (COLE; SCRIBNER, 2003). A proposta de Kornilov era a construção de uma psicologia marxista (intitulada de reactologia) que conseguisse superar o mecanicismo da reflexologia. O destaque dessa abordagem ao marxismo rendeu a Kornilov o cargo de diretor do Instituto de Psicologia de Moscou, sendo Chelpanov demitido. Vários colaboradores demitiram-se em protesto contra a demissão de Chelpanov, e Kornilov passou a buscar novos colaboradores, entre eles Alexander Romanovich Luria e Alexei Nikolaevich Leontiev (ZANELLA, 1994), futuros parceiros de pesquisa de Vygotsky.

No ano seguinte, no II Congresso de Neuropsicologia, em Leningrado, o ainda pouco conhecido Vygotsky ministrou uma audaciosa palestra em que defendia que a consciência deveria ser objeto de estudo da psicologia do comportamento, rebatendo a abordagem reatológica de Kornilov (COLE; SCRIBNER, 2003) e as tentativas de aplicação direta do marxismo à psicologia (ZANELLA, 1994). Luria (2010) reflete que a palestra provocou muito furor, pois no congresso do ano anterior Kornilov havia atacado perspectivas introspectivas e seu posicionamento prevalecido, com o Instituto de Psicologia voltando-se predominantemente para o estudo das reações.

A perspectiva de Kornilov fazia oposição à psicologia subjetiva, na qual a consciência era conceito-chave, no entanto, Vygotsky argumentou que a consciência poderia e deveria ser estudada por meios objetivos, sendo objeto importantíssimo para a psicologia (LURIA, 2010). Vygotsky opunha-se à criação de uma “psicologia marxista”, que buscasse aplicar diretamente as concepções sociológicas de Marx à psicologia, defendendo ser necessária a criação de uma nova ciência psicológica de base materialista histórica. Segundo Luria (2010), Vygotsky, além de teórico brilhante, era um palestrante fascinante, com excelente senso de humor e efeito de fascínio sobre as pessoas, tendo sido convidado a se juntar ao corpo de assistentes do novo e reorganizado Instituto logo após a palestra.

As intervenções político-ideológicas nas ciências intensificam-se a partir de 1929, quando vários cargos passam a só poder ser ocupados com a ratificação do comitê partidário, chegando a abranger todos os níveis institucionais. Em 1930, a célula do Partido do Instituto de

Psicologia Experimental acusa o próprio Kornilov de liderar uma separação teórico-prática da psicologia, e o Instituto de não trabalhar suficientemente com psicologia aplicada e de manter uma indesejável diversidade de tendências (TOASSA, 2016b). Segundo Toassa (2016b), havia pressão para adoção de uma única abordagem para cada ciência, o que, no caso da psicologia, acabou ocorrendo por meio da supremacia da teoria da atividade pelas próximas duas décadas, tornando difícil a continuidade de pesquisas de vertente cultural, gerando desmonte de grande parte dos estudos iniciados por Vygotsky após sua morte em 1934. Como pudemos ver, as teorias psicológicas sofriam grande pressão política à época, perspectiva relevante para as defesas que serão realizadas ao longo desta tese, especialmente no capítulo 5.

### **3.2 A crise da psicologia e a perspectiva histórico-cultural**

Vygotsky (2004/1925) defendia que uma abordagem psicológica que excluía a consciência igualava o comportamento do ser humano ao do animal, por isso considerava que a aplicação das teses comportamentais em humanos devia ter reservas. A consciência é justamente o que difere os seres humanos dos outros animais, assim a investigação sobre os comportamentos não observáveis, os movimentos internos que orientam e dirigem os indivíduos, é imprescindível. O bielorrusso criticava uma postura biologizante dos teóricos de sua época, que viam o desenvolvimento das funções intelectuais como resultantes apenas da maturação corporal.

Vygotsky (2004/1927) compartilhava a crítica dos psicólogos da Gestalt, considerando que o atomicismo behaviorista não era capaz de abranger a complexidade presente nas funções psíquicas superiores. Porém afirmava que esses fizeram do problema um postulado, realizando apenas uma descrição dos fenômenos humanos, entre eles as emoções, sem proceder à análise de sua explicação causal. Luria (2010) afirma que mesmo os adeptos das correntes descritivas acabavam por admitir a ausência de análises explicativas em sua abordagem, e se defendiam argumentando que nem mesmo uma ciência exata como a matemática era capaz de explicar, por exemplo, o porquê de a soma dos ângulos de um triângulo ser sempre igual a 180 graus.

Para Vygotsky (2004/1927), a existência concomitante de abordagens comportamentais e idealistas, cada uma delas investigando apenas as partes contrárias das funções psíquicas humanas, era sinal de que a psicologia se encontrava em crise, ideia compartilhada por muitos psicólogos europeus e russos (COLE; SCRIBNER, 2003). Na Rússia, as necessidades geradas pela revolução ampliavam a urgência de uma nova abordagem que



conseguisse unir esses dois prismas. Vygotsky (2004/1925) defende que, para superar essa crise, era necessário retomar autores materialistas como Marx e Engels, fazendo um estudo profundo de suas bases filosóficas, para se construir uma psicologia unificada, e não apenas tentar encaixar o marxismo nas pesquisas psicológicas.

A vida de Vygotsky foi dedicada, em grande medida, à busca de solucionar essa crise e desenvolver uma psicologia para o novo mundo socialista, que parte dos seus contemporâneos esperava convictamente ver florescer. Ele ambicionava a formação de uma abordagem que superasse tanto o idealismo das correntes descritivas como o materialismo mecanicista das correntes behavioristas (LURIA, 2010). Van der Veer e Valsiner (1991, p. 26) expõem que a importância atribuída a essa causa por Vygotsky e seus colaboradores era absoluta, acrescentando que os estudiosos “formavam um movimento quase que religioso” com essa finalidade. Embora as observações dos autores apresentem um tom quase pejorativo, deixam evidentes as fortes motivações de Vygotsky e de seu ciclo de construir uma psicologia para um novo mundo que estava nascendo, um mundo socialista, mais igualitário e emancipatório.

Vygotsky imergiu na obra de Marx e Engels determinado a construir uma psicologia calcada na base materialista histórica, encontrando neles um poderoso aliado na defesa de uma diferenciação qualitativa (de base cultural) entre os seres humanos e os demais animais. Vygotsky (2004/1925) abre seu trabalho “A consciência como um problema da psicologia do comportamento” com uma citação de Marx, na qual este defende que a diferença fundamental entre a construção de uma colmeia por abelhas e de uma casa por um mestre de obras reside no fato de que mesmo o pior mestre de obras se diferencia da melhor abelha por sua capacidade de projetar seu desenho antes de executá-lo. Isso evidencia que a diferença fundamental na visão marxista entre seres humanos e os demais animais é a própria consciência, forte argumento na defesa de que essa não poderia ser excluída da ciência psicológica. Utilizar Marx na polêmica defesa do estudo da consciência nos parece resultado de uma brilhante habilidade, não apenas acadêmica como política.

A tendência biologizante da psicologia da época era de minimizar o aspecto histórico, que é fundamental na explicação do real pelo marxismo. Para Marx e Engels (2001/1846), a superestrutura é determinada pela infraestrutura. A infraestrutura são as condições materiais objetivas, os meios de produção da sociedade, as disponibilidades de recursos, o controle desses recursos, o conjunto das relações de produção. Já a superestrutura são os aspectos que se relacionam aos componentes culturais, como a arte, a religião, o arcabouço jurídico, entre outros. Assim, as mudanças na vida material e histórica produzem

modificações na cultura e, conseqüentemente, na consciência e comportamento humanos. Para Marx e Engels (2001/1846), as ideias das classes dominantes exerciam grande poder sobre as demais classes, posto que as ideologias hegemônicas<sup>17</sup> acabavam fazendo com que toda a sociedade tomasse para si ideias que interessavam apenas às classes que dominavam os meios de produção. Neste estudo, consideramos, porém, que essa determinação não é simplista nem unidirecional, tendo em vista que a superestrutura também influencia a infraestrutura em um movimento contínuo, o que em nosso entendimento é coerente com a perspectiva vygotskyana e, em boa medida, também com visões menos simplificadas do marxismo.

No entendimento de Engels (1999/1876), o que diferenciou o ser humano dos demais animais foi a sua elaborada capacidade de utilizar instrumentos para transformar a natureza de acordo com seus propósitos particulares. A utilização do polegar opositor e o conseqüente movimento de pinça, influenciaram diretamente a capacidade dos seres humanos de modificar a natureza de forma mais eficaz que qualquer outro animal, permitindo o desenvolvimento da espécie (ZANELLA, 2013). A partir do momento em que o ser humano passou a transformar sistematicamente a natureza, percebeu que essa tarefa era realizada de forma mais eficiente coletivamente, o que contribuiu para o surgimento da fala (ENGELS, 1999/1876).

Essa competência possibilitou o desenvolvimento de uma coordenação motora mais fina, a qual, junto com a capacidade de planejar, permitiu que os seres humanos utilizassem instrumentos, e não apenas o próprio corpo para modificar a natureza (ZANELLA, 2013). Segundo Van der Veer e Valsiner (1991), experiências mostraram que, embora animais de várias espécies consigam utilizar instrumentos para atividades simples, quando confrontados com dificuldades urgentes, tendem a abandonar o instrumento em suas tentativas de solução. Dessa forma, a diferença dos seres humanos em relação aos demais animais é que a associação entre a capacidade de manipular e a de planejar fez com que os hominídeos refinassem o uso dos instrumentos, transformando a natureza não apenas de forma pontual, mas também permanente.

Van der Veer e Valsiner (1991) apontam que um dos principais desafios para a psicologia de base marxista era demonstrar como o uso de instrumentos havia influenciado o desenvolvimento dos processos mentais humanos, um dos pontos fundamentais para a estruturação do caminho de unificação da psicologia de Vygotsky sob a égide marxista.

---

<sup>17</sup> Termo introduzido pelo filósofo Antônio Gramsci para diferenciar as ideologias dominantes, ou seja, que interessam especificamente aos donos dos meios de produção, das demais, posto que Marx utilizou o conceito “ideologia” apenas nesse sentido.

Vygotsky (1995/1931) passa a ancorar sua psicologia no argumento de que os signos, tais como a linguagem, a escrita, o sistema de números e os mapas, têm a mesma função para a estruturação psíquica que o instrumento tem para a realização do trabalho.

A analogia entre instrumentos de trabalho e instrumentos intelectuais já estava presente em Spinoza (2000/1662), segundo Luria (2010), filósofo preferido de Vygotsky. Spinoza (2000/1662) afirma que os seres humanos, no começo, mediante instrumentos inatos (polegar opositor, por exemplo), puderam fabricar de forma bastante laboriosa e imperfeita instrumentos mais elaborados. Esses novos instrumentos permitiam, com menos trabalho e mais perfeição, fabricar diversas obras e outros instrumentos, que, por sua vez, tornavam o trabalho menos penoso e mais perfeito. O filósofo afirma que também o intelecto, por sua força nativa, faz para si “**instrumentos** intelectuais e por meio deles adquire outras forças para outras obras intelectuais, graças às quais fabrica outros instrumentos [...] prosseguindo gradativamente até atingir o cume da sabedoria” (SPINOZA, 2000/1662, p. 12, grifo nosso).

Para Vygotsky (2003), a diferença essencial entre instrumento e signo reside no fato de que a função do instrumento é orientada externamente, constituindo um meio pelo qual a atividade humana é dirigida para a modificação e domínio da natureza. Já os signos são utilizados para controlar o comportamento dos outros, sendo posteriormente internalizados, passando a ter a função de controle do próprio sujeito. A mediação passa a ser o elemento-chave para entender o processo de desenvolvimento humano. O ser humano domina seus próprios processos mentais introduzindo elementos artificiais novos em uma situação (COLE; SCRIBNER, 2003).

Dessa forma, destacamos que a unidade básica na qual se funda a psicologia histórico-cultural já se encontra, em parte, ancorada na perspectiva de Spinoza (2000/1662) de que a mente utiliza instrumentos. Enquanto a psicologia marxista buscava pensar concretamente em como os instrumentos possibilitaram o desenvolvimento humano, Vygotsky utiliza a reflexão de Spinoza para pensar em instrumentos qualitativamente distintos, os signos, evidenciando a associação entre controle externo (capacidade de transformar a natureza, trabalhar, agir) e interno (fazer associações, projetar, pensar, refletir). Assim, o ponto de partida da psicologia histórico-cultural, em nossa compreensão, já tem sua gênese tanto no materialismo histórico-dialético de Marx e Engels quanto no monismo spinozano, apesar de, como veremos no capítulo 4, alguns autores contemporâneos interpretem essas correntes como antagônicas.

Vygotsky (2003) defende que a internalização desse sistema de signos, produzidos pela cultura, é responsável pela passagem das formas iniciais de desenvolvimento para as mais

complexas. No entendimento do autor, trata-se do elo principal que unifica a psicologia, fundamental na explicação da passagem das funções psíquicas inferiores para as funções psíquicas superiores:

O uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo função psicológica superior, ou comportamento superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica. (p. 72)

O bielorrusso defende que o controle da natureza e do comportamento são mutuamente relacionados. A alteração da natureza pelos seres humanos modifica a própria natureza desses: enquanto na filogênese poderíamos reconstruir uma ligação mediante evidências documentais, na ontogênese era necessário traçá-la experimentalmente, por meio do método experimental genético. Vygotsky (2003) defende a necessidade de se estabelecer condições que rompam com as soluções habituais fossilizadas para a real compreensão do desenvolvimento infantil. O autor desenvolveu uma série de pesquisas que demonstraram como as experiências sociais possibilitam o aprendizado. Por meio da tentativa, do erro e da aprendizagem, as crianças, de forma gradual e mediada pela sociedade, vão dominando as funções psíquicas superiores.

Para Vygotsky (*apud* MOURA *et al.*, 2016), o processo de desenvolvimento humano ocorre a partir de quatro planos genéticos: a filogênese, a ontogênese, a sociogênese e a microgênese. A filogênese é concebida como a evolução desde os peixes, répteis, quadrúpedes, etc. Nos humanos, diz respeito à libertação dos membros superiores para a fabricação de instrumentos, um cérebro cada vez mais plástico e uma capacidade de raciocínio e de desenvolvimento da linguagem. A ontogênese relaciona-se ao desenvolvimento do próprio indivíduo: da infância à adolescência, as estruturas cerebrais vão se desenvolvendo e passando por períodos de maturação. Já a sociogênese é a história do grupo cultural, implicando que é a partir das relações sociais que os indivíduos adquirem as funções psicológicas superiores. Por fim, a microgênese, caracterizada pela emergência do psiquismo individual no cruzamento de fatores biológicos e culturais, fundamentais para a afetividade e a personalidade, e responsável pelas vivências de forma particular das situações humanas.

Tal pensamento vai de encontro à supervalorização da função da maturação realizada pela ciência psicológica da época, e passa a colocar a cultura como central para o desenvolvimento. Os processos superiores especificamente humanos foram desenvolvidos ao

longo da história da humanidade, precisando ser apreendidos por cada criança a partir dos processos de interação social.

Assim, os mecanismos que definem as mudanças pessoais ocorridas ao longo do desenvolvimento dos indivíduos, são edificados a partir da história e cultura da sociedade, em concordância com o pensamento histórico marxista. É do código de regulação da sociedade que o indivíduo extrai a própria autorregulação. Como resultado, as diferentes estruturas sociais terão forte impacto na construção das consciências individuais. O funcionamento mental varia de acordo com a cultura, o idioma, a religião, as condições sociais e os numerosos sistemas de significados e, de forma especial, com a linguagem. A construção desse sistema é gradual e tem seu ciclo integralizado na adolescência, por meio do domínio dos conceitos.

### **3.3 O domínio dos conceitos**

No texto “Paidología del adolescente”, Vygotsky defende ser equivocada a avaliação de que o pensamento do adolescente não possui nada de essencialmente distinto do da criança. Para grande parte dos estudiosos de sua época, na adolescência produziam-se mudanças apenas no conteúdo dos pensamentos, o que não resultava em nenhuma operação intelectual qualitativamente diferenciada. Esse posicionamento reduzia o desenvolvimento psíquico do adolescente ao amadurecimento sexual, que provocava alta emotividade, impulsos, imaginações e outros produtos exclusivos da vida emocional (2006/1931).

Para Vygotsky (2004/1930), as mudanças na estrutura do pensamento nessa idade são radicais, posto tratar-se de período em que se alicerçam as concepções sobre o mundo e se dá o aparecimento da autoconsciência. As notórias modificações na personalidade do adolescente não ocorrem sem uma remodelação de todo o sistema de funcionamento intelectual. A ideia de uma reestruturação emocional sem uma base intelectual que a ampare seria, para o autor, inconcebível.

Vygotsky (2006/1931) era crítico das teorias psicológicas tradicionais do desenvolvimento, que dissociavam os aspectos biológicos dos culturais sem qualquer comprometimento em agregar as dinâmicas das formas de pensamento aos conteúdos que preenchem essas formas. Prevalecia a ideia de que, apesar de o conteúdo do pensamento se desenvolver a partir de uma perspectiva histórica, suas formas eram definidas biologicamente, o que era válido também para as emoções. O autor defende a unidade indissolúvel entre forma e conteúdo, estrutura e função. Cada avanço no conteúdo do pensamento vincula-se à aquisição de novos mecanismos de conduta, o que conduz a uma etapa superior de operações intelectuais.

Assim, o desenvolvimento do comportamento adolescente ocorre de forma integral, o que inclui a criação de novas funções, novos modos de atividades, completamente distintos dos infantis.

Para Vygotsky (2006/1931), as crianças fazem juízos e deduções que partem sempre de vivências concretas. O fato de essas serem, por vezes, dotadas de ricas habilidades linguísticas está na raiz da equivocada interpretação de que possuem pensamento abstrato. Adultos e crianças compartilham um mesmo universo linguístico, apresentando conseqüentemente um vocabulário muito aproximado, provocando a impressão de que as palavras infantis possuem o mesmo significado que no universo adulto. Vygotsky (2010) defende que as crianças, muitas vezes, aplicam as palavras corretamente, mesmo sem ter consciência de seu significado real. O significado das palavras é condicionado pelo nível de desenvolvimento em que se encontram.

O autor bielorrusso aponta que a compreensão do universo linguístico pela criança ocorre de maneira gradual, utilizando como metáfora o domínio sobre um jogo de xadrez (VYGOTSKY, 2006/1931). O bebê poderá brincar com seu tabuleiro ou suas peças, mas sua apreensão inicialmente se dá apenas no nível sensório-motor (2004/1931-1933). Com o passar dos anos, o xadrez começa a adquirir significado: a criança já sabe que se trata de um jogo, mesmo que ainda não domine suas regras. Por fim, a criança gradativamente se apropria das normas, até que adquira diferentes níveis estruturais e estratégicos.

Vygotsky defende que o progressivo desenvolvimento das funções psíquicas superiores só se completa com a capacidade de dominar conceitos, o que só ocorre na adolescência. As transformações do pensamento do adolescente nesse processo são, em grande parte, mudanças de natureza interna, estrutural e íntima, que tendem a não ser exteriorizadas. O autor indica um estudo de Ach, de 1921, que destacou a adolescência como ponto crítico que marca uma virada decisiva e qualitativa no desenvolvimento do pensamento. Esse experimento foi adaptado e replicado por Sakharov, com a colaboração de Vygotsky e outros pesquisadores (VYGOTSKY, 2006/1931).

Na reprodução do experimento citado (*apud* VAN DER VEER; VALSINER, 1991), crianças recebiam, de forma individual, de 20 a 30 objetos, que se diferenciavam por quatro atributos: cor, forma (prisma, triângulos, cilindros, etc.), altura e largura. Os objetos eram nomeados<sup>18</sup> com palavras sem nenhum significado anterior a partir de quatro grupos específicos, compostos por dois desses atributos: “bat” - objetos pequenos e baixos; “dek” –

---

<sup>18</sup> No experimento original de Ach os grupos não recebiam os nomes aleatórios. Eles foram incluídos por Vygotsky e Sakharov, pois, para esses, a mediação por meio da linguagem era fundamental no domínio do conceito.

objetos pequenos e altos; “roc” – objetos grandes e baixos; e “mup” – objetos grandes e altos. Os nomes eram escritos embaixo dos objetos. Os pesquisadores escolhiam um item, mostravam o nome para a criança e solicitavam que o lesse em voz alta. Separavam o objeto dos demais com o nome visível, e diziam para a criança que se tratava de brinquedo de outra cultura. Solicitavam então que, em troca de um prêmio, encontrasse outros objetos que julgasse ser da mesma cultura do brinquedo. Após a seleção, o pesquisador solicitava explicações sobre os motivos de sua escolha e voltava todos os objetos para o local inicial. Selecionava mais um objeto, colocava ao lado do primeiro (fornecendo mais um exemplar do “conceito”), pedia que a criança lesse seu nome em voz alta e repetia todo o processo, incluindo as explicações de suas escolhas, até que fosse encerrado o ciclo de todos os objetos (VAN DER VEER; VALSINER, 1991).

A partir desse experimento, Vygotsky (2001/1934) define o desenvolvimento dos conceitos a partir de três grandes estágios, subdivididos em fases menores. No primeiro grande estágio, denominado de sincrético, as crianças compreendem as palavras como signos individuais e agrupam os objetos com base em fatores irrelevantes, como a proximidade espacial, sem conexão com suas características comuns. Analogicamente isso aponta para uma fase na qual o significado das palavras denota apenas uma conglomeração vaga e instável dos objetos individuais. É o início de um processo mais amplo de generalização.

No segundo grande estágio, as crianças começam a dispor os objetos em “complexos”, selecionando-os a partir de uma única característica, partilhada por todos os elementos do grupo. Diferentemente do que ocorre na estruturação por “conceitos”, na estruturação por “complexos” a criança não seleciona necessariamente uma ou mais características em comum dos objetos. Vygotsky (2001/1934) compara os “complexos” a nomes de família, em que cada membro de uma família tem alguns traços em comum, mas nem todos os membros partilham o mesmo traço. Por meio do complexo, ou seja, desses traços gerais, é impossível determinar com certeza se determinado indivíduo pertence a uma família específica. O complexo tem caráter indefinido, diluído, e não se sobrepõe aos objetos concretos que o integram. A aproximação dos traços é estabelecida não com sua efetiva semelhança, mas na impressão vaga e distante de uma identidade entre eles. Nas palavras do autor: “O conceito se baseia em vínculos do mesmo tipo, logicamente idênticos entre si, o complexo se baseia nos vínculos factuais mais diversos, freqüentemente sem nada em comum entre si” (p. 181).

Vygotsky (2001/1934) divide o estágio do complexo em cinco fases menores. Na primeira fase, do complexo associativo, a criança seleciona os objetos por diversas características distintas: um pela cor, um pela forma, etc. Na segunda fase, do complexo por

contraste, a criança se baseia nas diferenças, e não nas semelhanças dos objetos, criando coleções que se complementam. Na terceira fase, do complexo por cadeia, a escolha vai sendo determinada de acordo com a sequência dos objetos. Por exemplo, diante de um triângulo amarelo a criança começa a selecionar objetos triangulares, em dado momento, diante de um triângulo azul, fixa sua atenção em outro critério, como a cor, passando a selecionar objetos azuis de formatos distintos. Na quarta fase, a do complexo difuso, o próprio traço, ao combinar por via associativa os elementos e complexos concretos particulares, torna-se impreciso e confuso. De um triângulo, pela semelhança, a criança passa a um trapézio, deste a um quadrado, etc. Aqui os traços transformam-se imperceptivelmente uns nos outros (VYGOTSKY, 2001/1934).

Na última fase, do pensamento por complexo, temos o que Vygotsky (2001/1934) denominou de “pseudoconceito”. Os pseudoconceitos abrangem fenotipicamente os mesmos objetos dos conceitos, mas se diferenciam desses por sua natureza genética e os vínculos causais que lhes servem de base. Nessa fase, a criança consegue selecionar todos os objetos por meio do mesmo traço, mas não é capaz de explicar como fez a seleção. Assim, mesmo quando diante de um triângulo a criança escolhe todos os outros triângulos disponíveis, isso não garante que tenha feito a escolha orientada pelo verdadeiro entendimento do conceito geométrico “triângulo”. O pseudoconceito infantil é um equivalente funcional ao conceito adulto. Isso evidencia que as crianças podem usar as mesmas palavras que os adultos em uma conversa, sendo um pseudoconceito para aquelas e um conceito para estes. Na idade pré-escolar<sup>19</sup>, o pensamento da criança se expressa essencialmente em pseudoconceitos.

Avaliando a teoria da formação de conceitos de Vygotsky (2001/1934), Van der Veer e Valsiner (1991) apontam que o autor ditou seu conteúdo por meio da obra “A construção do pensamento e da linguagem”, já muito doente, em 1934, ano de seu falecimento. Para os intérpretes, no capítulo 5<sup>20</sup>, o autor apenas repetiu o conteúdo de várias palestras que havia feito anteriormente, porém o capítulo 6<sup>21</sup> continha “alguns temas novos: uma discussão de uma nova abordagem para o estudo de desenvolvimento de conceitos e uma nova apreciação das descobertas de Piaget à luz dessa abordagem” (VAN DER VEER; VALSINER, 1991, p. 294). Os intérpretes apontam que Vygotsky acabou realizando uma reavaliação dos experimentos realizados por ele mesmo cinco anos antes, apresentando nova direção para seus estudos sobre a formação dos conceitos.

---

<sup>19</sup> Aproximadamente entre 6 e 7 anos de idade.

<sup>20</sup> Capítulo “O estudo experimental do desenvolvimento dos conceitos”.

<sup>21</sup> Capítulo “Estudo do desenvolvimento dos conceitos científicos na infância”.



Hanfmann e Vakár (2003) esclarecem, no entanto, que, na construção dessa obra, Vygotsky tentou articular seus ensaios avulsos em um todo coerente e que, embora parte do livro tenha sido ditado na fase final de sua doença, também foram anexados escritos anteriores de sua autoria. Dessa forma, é possível levantar a hipótese de que grande parte do capítulo 5 tenha sido anexado de escritos anteriores do autor, possivelmente de 1929, quando realizou tais experimentos e ainda não havia entrado em contato com as discussões de Piaget sobre o desenvolvimento dos conceitos.

Essa reelaboração pode explicar uma sutil alteração realizada por Vygotsky (2001/1934) na classificação dos estágios de desenvolvimento dos conceitos, ainda no final do capítulo 5 da obra. De início, o autor fala em três grandes estágios de formação dos conceitos, porém posteriormente faz uma releitura desse desenvolvimento, explicando-o a partir de duas “trajetórias” ou “raízes” principais, ou seja, dois processos. A primeira trajetória relaciona-se primordialmente aos dois primeiros grandes estágios, e a segunda, ao terceiro grande estágio. Nesse momento da obra, o autor destaca que os estágios não ocorrem necessariamente de maneira cronológica, sempre um após o outro, relativizando alguns dos seus apontamentos iniciais. Apesar de não abolir a nomenclatura “fases” e “estágios”, passa a evidenciar o caráter processual e não linear desse desenvolvimento. Os novos estudos do autor parecem apontar que o desenvolvimento dos conceitos não necessariamente ocorre a partir do mesmo encadeamento evidenciado em seus primeiros estudos experimentais, sendo, em nossa compreensão, mais condizentes com a posterior abordagem do pensamento e da linguagem, em que apresenta as dinâmicas entre “sentido” e “significado”, que abordaremos no capítulo 5.

Van der Veer e Valsiner (1991) evidenciam a crítica realizada pelo autor sobre seu próprio experimento. Nele, como descrevemos, a cada acréscimo de objeto fornecido como modelo conceitual para a criança, os pesquisadores faziam-na recomeçar do zero o processo de construção dos conceitos. Com isso, ignoravam que cada novo nível no desenvolvimento das generalizações apoia-se na generalização dos níveis precedentes. Nos experimentos, os signos (bat, dek, roc e mup) referiam-se a significados fixos, diferentemente do que ocorre na vida real, em que os sentidos dos significados ganham vida.

Vygotsky (2001/1934) aponta que, mesmo os conceitos dos adultos, na experiência cotidiana, não se encontram acima do nível do “pseudoconceito”, afirmando que estes, apesar de possuírem todos os atributos dos conceitos do ponto de vista da lógica formal, não podem ser vistos como conceitos do ponto de vista da lógica dialética, não passando de “noções gerais”, sendo, assim, complexos. Vygotsky parecia cada vez mais evidenciar o desenvolvimento da consciência humana como processo contínuo, gradual, mas não linear, e

que só pode ser investigado de maneira integral. Tal compreensão alinha-se à posterior análise dos sentidos e significados da palavra, feita no último capítulo da obra, na qual os sentidos são apresentados como zona fluida de significados que dependem do contexto em que são aplicados. Assim, os significados não variam apenas no decorrer do desenvolvimento infantil, mas continuam se desenvolvendo durante toda a vida, não tendo propriedade absolutamente fixa.

Retornando à apreciação de Vygotsky sobre o desenvolvimento dos conceitos, o autor destaca que a primeira trajetória (que une o primeiro e o segundo grande estágio) envolve as generalizações que formam os complexos, entre eles os pseudoconceitos. Já a segunda trajetória (terceiro grande estágio) pressupõe não a combinação de determinados elementos, mas a discriminação e isolamento desses. Ela envolve decomposição, análise e abstração, e gera como produto o que Vygotsky denominou de “conceito potencial”. O autor destaca que o terceiro grande estágio não deve ser interpretado como continuidade dos dois anteriores, mas como processo independente que se sobrepõe a eles. Essa fase, segundo o autor, resulta de uma espécie de abstração isolante de natureza tão primitiva, que se encontra presente em certo grau mesmo em recém-nascidos ou animais. O autor evidencia que, mesmo os processos de generalização mais simples, que formam os complexos associativos, pressupõem algum nível de abstração (VYGOTSKY, 2001/1934).

O início dessa segunda trajetória (ou processo de diferenciação) observa-se quando a criança começa a agrupar os objetos, escolhendo determinados atributos em detrimento de outros, dividindo essas características entre aquelas às quais deu importância e as que ignorou. Quando uma criança está agrupando objetos de dois atributos distintos, acaba selecionando os objetos que, para ela, apresentam maiores semelhanças com a amostra, abstraindo-se daqueles com atributos que sua atenção ignorou. Isso é um começo de abstração positiva e negativa iniciada na infância. Nesse processo, a criança abstrai todo um grupo de traços, sem os distinguir de forma nítida uns dos outros, baseando-se em vaga impressão. Vygotsky (2001/1934) alega que essa fase, ao mesmo tempo que é mais rica que o pseudoconceito - pois sua construção baseou-se em discriminação importante e essencial de traços perceptíveis gerais do grupo -, é também mais pobre que esse, porque os vínculos em que se baseia são muito gerais, esgotando-se em uma simples impressão vaga de identidade.

De forma muito similar ao que ocorre com o “pseudoconceito”, no “conceito potencial”, um agrupamento de objetos com base no máximo de semelhança possível é superado pelo agrupamento com base num único atributo. Assim, tanto o “pseudoconceito” quanto o “conceito potencial” geram um produto indistinguível, à primeira vista, do produzido

pelo conceito (VYGOTSKY, 2001/1934). Van der Veer e Valsiner (1991, p. 292) analisam que “a descrição desses conceitos potenciais e de sua diferença em relação aos pseudoconceitos e conceitos reais é muito vaga”. Os autores alegam que, aparentemente, Vygotsky forçou a adequação da sequência de estágios estabelecida empiricamente por ele com a de outros autores, tornando a delimitação entre os estágios confusa. De fato, o bielorrusso aponta como principal distinção entre complexos associativos e conceitos potenciais o fato de, nestes últimos, os traços abstraídos ganharem estabilidade. Todavia, isso também ocorre nos pseudoconceitos, fase final do pensamento por complexo, o que torna sua diferenciação vaga.

Apesar dessa ambiguidade, a abordagem posterior, que explica a aquisição dos conceitos por meio de processos de generalização e diferenciação interpostos, e não como fases distintas, parece-nos solucionar essa questão, parecendo mais didática e coerente com a hipótese de formação dos sistemas psicológicos de Vygotsky e mais compatível com as possibilidades dinâmicas entre “sentido” e “significado” expostas no final da obra. Isso sana a diferenciação entre os termos “pseudoconceito” e “conceito potencial”, que passa a ser apenas didática, com cada termo enfatizando uma das raízes genéticas do desenvolvimento dos conceitos. Em ambas, tanto os processos de generalização como de diferenciação sobre a palavra ainda não se encontram plenamente formados. Vygotsky (2001/1934, p. 220) destaca a unicidade desses dois processos quando afirma que “só o interesse da análise científica nos faz conceber essas duas linhas divididas, procurando observar cada uma com o máximo de precisão”.

### **3.4 A “tomada de consciência” do pensamento**

É por meio da palavra que a criança orienta sua atenção para determinados atributos particulares, sintetiza-os, simboliza o conceito abstrato e direciona seu uso. A diferença entre a palavra no pensamento por complexo e no conceito é que no primeiro, o pensamento se orienta por um uso funcional da palavra, enquanto no segundo, existe a compreensão de que a palavra é um signo. Esse signo pode ser usado e aplicado de diferentes maneiras, servindo como mediador para diferentes operações intelectuais.

Vygotsky (2001/1934) assinala que a criança explica o nome dos objetos a partir das suas propriedades. Nesse sentido, a “vaca” se chama “vaca” porque tem chifres, “cavalo” se chama assim porque não tem chifres, “cachorro” porque é pequeno e sem chifres. Na mente infantil, só seria compreensível chamar um “cachorro” de “vaca” se aquele tivesse pequenos chifres. Assim, apesar de a criança ser capaz de apontar de maneira precisa uma vaca, não é capaz de entender que a palavra “vaca” é um signo, e não o próprio animal. Isso ocorre

porquanto a criança unifica os dois planos da linguagem: seu aspecto sonoro (fonético) e seu aspecto semântico, sem conseguir tomar consciência de que esses aspectos são, na realidade, distintos.

Um experimento de Piaget (*apud* VYGOTSKY, 2001/1934) demonstrou isso de forma precisa. Foi perguntado para crianças de 7 a 8 anos o que significava o “porque” na frase “Não vou amanhã à escola porque estou doente”. A maioria das crianças respondia que “Isto significa que ele está doente” ou “Isto significa que ele não irá a escola”. A criança, apesar de compreender e fazer uso correto da palavra “porque”, não tem consciência sobre sua própria compreensão. A incapacidade de tomar consciência do próprio pensamento e a impossibilidade decorrente de estabelecer vínculos lógicos ocorre até o início da adolescência. A “consciência” é um primeiro processo de generalização, e a “tomada de consciência” um segundo. A falta de consciência do próprio pensamento caracteriza a lógica do pensamento infantil. A criança tem capacidade de executar uma série de operações lógicas quando essas surgem no fluxo do pensamento, mas é incapaz de realizar operações análogas de maneira arbitrária e intencional. O método utilizado nesse experimento, ainda mais do que o replicado por Vygotsky (2001/1934), apresentado no último tópico, parece ser capaz de desvendar o desenvolvimento e uso dos conceitos abstratos, por usar conceitos reais do universo semântico da criança. Eles abrem a possibilidade de a palavra não ser compreendida apenas em seus significados fixos, mas também por seus sentidos contextuais, o que a limitação do método experimental utilizado anteriormente por Vygotsky não permitia. Por conta disso, parece-nos que a análise dos experimentos de Piaget acabou tendo bastante impacto na explicação de Vygotsky sobre o desenvolvimento dos conceitos.

Conforme sugerimos no tópico anterior, respaldados pelas considerações de Van der Veer e Valsiner (1991) e Hanfmann e Vakar (2003), existem indícios de que parte do capítulo 5 da obra “A construção do pensamento e da linguagem” seja um anexo de escritos anteriores do autor. Realizamos uma investigação sobre o uso da expressão “tomada de consciência” no decorrer da obra que, em nossa compreensão, fortalece essa tese. O termo foi utilizado 98 vezes no livro, mas nenhuma delas no capítulo 5, apesar de ser nele que o autor descreve experimentalmente o desenvolvimento dos conceitos que culmina com a tomada de consciência das funções psíquicas superiores.

É possível levantar a hipótese de que Vygotsky estivesse aprofundando e apresentando de maneira mais complexa algumas de suas análises, em parte pelo avanço de seus estudos sobre a relação entre pensamento e palavra e em boa medida influenciado por Piaget e Claparède (VYGOTSKY, 2001/1934), que destacam a “tomada de consciência” da

função psíquica como um processo fundamental para o desenvolvimento dos conceitos. O termo foi muito utilizado por Claparède e empregado por Piaget (VYGOTSKY, 2001/1934) em suas análises sobre o desenvolvimento dos conceitos científicos. Vygotsky passa a incorporar e fazer uso do termo também na explicação dos seus próprios experimentos e reflexões. A teoria do autor desenvolveu-se ao longo dos anos e, conforme ele mesmo aponta (VYGOTSKY, 2004/1930), tinha a tendência de abordar as temáticas de seus estudos de maneira gradualmente mais complexa. A urgência gerada por conta do agravamento do seu quadro de saúde pode não ter permitido que o autor desenvolvesse e expusesse integralmente esse processo de complexificação na obra “A construção do pensamento e da linguagem”, fazendo com que essa contenha momentos distintos do pensamento do autor.

Já mencionamos, no tópico anterior, que a diferença existente entre “pseudoconceito” e “conceito potencial” está atrelada tão somente à ênfase em relação às funções (generalização e diferenciação), não nos parecendo útil na posterior visão de sistemas adotada por Vygotsky. Já a diferença entre “pseudoconceito” e “conceito real” é que, no segundo caso, a criança passa a utilizar a palavra como “signo.” Uma obra infantil brasileira chamada “Marcelo, martelo, marmelo”, de Ruth Rocha (1999), apresenta essa tomada de consciência, na qual o personagem percebe o caráter arbitrário das palavras, tentando compreender por que se chama “Marcelo”, e não “martelo” ou “marmelo”, o que é fundamental para que possa tomar consciência de que a palavra é um signo. Essa passagem, no entanto, evidentemente não ocorre de maneira totalmente abrupta, mas como um gradual processo de ampliação da consciência. No caso da obra, a primeira reflexão da criança manifesta-se sobre seu próprio nome, indicando que a compreensão de que a palavra é um signo é um pontapé precioso para que a criança inicie um processo de reflexão sobre quem ela é, de formação de autoconsciência.

Dessa forma, a passagem do “pseudoconceito” para o conceito concretiza-se pela “tomada de consciência” sobre a forma como o sujeito opera o próprio uso do conceito, que é definidora de sua capacidade de utilizar o conceito de forma abstrata. A tomada de consciência, diferentemente da consciência simples, não ocorre sobre o objeto, mas sim sobre a palavra. Ela requer a formação de um novo sistema conceitual sobre uma determinada base de conceitos. Pressupõe novas generalizações (e diferenciações, por sua vez) a partir de generalizações já formadas (conceitos iniciais). Essa realização só é possível com a existência de conceitos iniciais já bastante ricos e maduros, sem os quais o indivíduo não dispõe do objeto de sua consciência e sistematização. Por isso o desenvolvimento desses sistemas só se integraliza na adolescência.

### 3.5 Os sistemas psicológicos e a organização das emoções

Vygotsky (2004/1930, p. 119) destaca, como resultado final de seus estudos sobre os conceitos, que “na investigação psicológica o conceito aparece como um sistema psicológico”. Para o autor, os sistemas conceituais, internalizados, são a própria estrutura do pensamento humano, explicação útil para desvelar o problema da localização fisiológica dos sistemas psicológicos superiores. O substrato cerebral dos processos psicológicos não é integrado por setores isolados, e sim por complexos sistemas de todo o aparelho cerebral (VYGOTSKY, 2004/1930). Como a formação dos sistemas psicológicos se dá pelo processo de socialização humana, essa estrutura não se encontra pronta no cérebro, ou seja, as conexões entre essas funções não são estabelecidas apenas geneticamente, como também culturalmente. Essa ideia nos parece de acordo com as teorias contemporâneas da neuropsicologia, que mostram que as funções psíquicas cerebrais, incluindo as emoções, não são localizadas de maneira isolada, e se dão por meio de ligações complexas. Além disso, ajudam a explicar a grande plasticidade cerebral, já que as propriedades dos sistemas não são prévias, mas possuem extensa capacidade adaptativa, à medida que o cérebro encerra enormes possibilidades para o aparecimento de novos sistemas.

Vygotsky (2006/1931) aponta que a ideia de que a consciência é um todo indivisível e suas funções particulares são indissolúvelmente interligadas, é tão velha quanto a própria psicologia científica. A memorização, por exemplo, pressupõe uma atividade da atenção, da percepção, da assimilação. A percepção, por sua vez, necessita da atenção, é influenciada pela memória, etc. Contudo, o autor defende que a ideia de uma unidade funcional da consciência e do vínculo indissociável entre as modalidades particulares de sua atividade nunca foi levada a termo na psicologia científica, que continuou a estudar a atividade de funções particulares, desprezando o vínculo entre elas. A psicologia manteve o primado da parte funcional sobre o conjunto da consciência (VYGOTSKY, 2006/1931), legado da atomização realizada pelo pensamento analítico cartesiano.

O bielorrusso aponta que as várias funções, como atenção, memória, percepção, vontade, pensamento, não se desenvolvem paralelamente, mas que a história do desenvolvimento psíquico é constituída pelo aumento das funções e pela formação de uma síntese independente superior, na qual o principal elo é feito pela linguagem. No processo de desenvolvimento, todas as funções constituem um sistema complexo, possibilitado pela formação dos sistemas conceituais. Todas as demais funções juntam-se a essa formação, integram-se em complexa síntese, tornando-se intelectualizadas e reorganizando-se com base

nessa estrutura de conceitos. Considerações posteriores de Vygotsky (2001/1934) sobre a relação entre o pensamento e a linguagem, que serão discutidas ao longo desta tese, permitem compreender que, mais que sistemas de conceitos, trata-se de sistemas advindos da relação entre significado e sentido. Tal destaque é fundamental, posto que, conforme debateremos, os sentidos não se aplicam apenas às palavras, mas a tudo aquilo que possui dimensão semiótica, conceitos, imagens, modulações da voz, gestos, comportamentos, desde os mais explícitos até os mais sutis, que vão orientando coletivamente as consciências humanas e, como veremos, são fundamentais para a formação dos diferentes coloridos emocionais.

Nesse sentido, consideramos complementares a esse ponto de vista as considerações de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), que defendem que o estudo da comunicação humana pode ser subdividido em três áreas: sintaxe, semântica e pragmática, sendo esta última relativa a toda forma de comportamento. Os autores argumentam que comportamento é comunicação, utilizando tais palavras como sinônimos e destacando, a partir disso, a impossibilidade humana de não comunicar. Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 19) destacam que:

Os dados da pragmática são, não só, as palavras, suas configurações e significados, que constituem os dados da sintaxe e da semântica, mas também os seus concomitantes não-verbais e a linguagem do corpo. Ainda mais, nós acrescentaríamos as ações comportamentais pessoais, as pistas de comunicação inerentes ao contexto em que ela ocorre. Assim, desde esta perspectiva da pragmática, todo o comportamento, não só a fala, é comunicação; e toda comunicação - mesmo as pistas comunicacionais num contexto impessoal - afeta o comportamento.

No entendimento de Vygotsky (2004/1930), existem três tipos de conexões diferentes entre as funções psicológicas. A primeira diz respeito aos aspectos biológicos e hereditários. A segunda se refere às conexões impostas diretamente pelo meio. E a terceira contempla “as conexões que se formam na adolescência sobre a base da autoconsciência e que caracterizam realmente a personalidade no plano genético e diferencial” (p. 123), ou seja, refere-se ao sistema de conceitos, ou sistema semântico. Esse terceiro tipo de conexão liga internamente formas de comportamento provenientes de duas pessoas. Assim, o que ocorria em dois cérebros, por meio da comunicação, passa a acontecer só em um. Os sistemas organizam-se em três etapas: a interpsicológica, na qual um sujeito ordena e o outro executa; a extrapsicológica, que ocorre na fala egocêntrica, quando a criança começa a falar consigo mesma; e a intrapsicológica, em que dois pontos do cérebro passam a operar como um único sistema.

Vygotsky (2004/1930, 2006/1931) expõe as observações de L. Levis-Bruhl sobre um cafre<sup>22</sup> ao qual um missionário propôs enviar o filho para a escola da missão. A atitude de aceitar ou negar essa proposta era extraordinariamente complicada e difícil de ser tomada pelo cafre, que ponderou que, antes de se decidir, iria primeiramente “ver isso em sonhos”. Levis-Bruhl reflete que qualquer sujeito de nossa cultura, diante do mesmo dilema, teria respondido “vou pensar”. Vygotsky observa que, embora as “leis” dos sonhos sejam idênticas entre os indivíduos, posto que derivam de sua constituição biológica, o papel que eles representam é distinto em culturas diferentes, haja vista que em alguns contextos entram em conexão estrutural com as demais funções. O autor reflete que isso não ocorre apenas em sociedades primitivas, exemplificando que os romanos também acreditavam nos sonhos, compreendendo-os como presságios, a partir dos quais tomavam decisões e atitudes. O autor destaca que o sistema de comportamentos do cafre se relaciona a conceitos ideológicos, ou seja, conceitos coletivos (de dada cultura) sobre o sonho. Não foi o cafre que criou tal sistema, mas o conceito de sonho está integrado ao sistema conceitual de sua tribo e orienta suas ações.

Com a narrativa do cafre, Vygotsky procura fazer uma analogia que lhe permita explicitar o papel das emoções e da formação da personalidade, que, em nossa sociedade, está integrada ao sistema conceitual, tal como o sonho se integra ao sistema conceitual do cafre, orientando suas escolhas e ações. O autor evidencia uma concepção sistêmica, na qual intelecto, emoção e personalidade se entrelaçam por meio da linguagem e da cultura. Vygotsky (2004/1930, p. 116) defende que, na mais tenra infância, existe um estágio de indiferenciação, no qual os sujeitos são inteiramente conduzidos por seus afetos: “No princípio, o pensamento está, segundo expressão de Spinoza, a serviço das emoções.” A organização estabelecida pela linguagem, ou seja, a formação dos sistemas psicológicos leva gradativamente a uma estruturação cada vez mais eficiente dos estágios afetivos. Assim Vygotsky (2004/1930, p. 126) reflete que **“a forma de pensar, que junto com o sistema de conceitos nos foi imposta pelo meio que nos rodeia, inclui também nossos sentimentos”** (VYGOTSKY, 2004/1930, grifos nossos).

Vygotsky (2004/1930) destaca que nossos afetos atuam em um complicado sistema com nossos conceitos, e que, embora as emoções tenham certo radical biológico, são formadas historicamente, a partir dos diferentes meios ideológicos e psicológicos. Destaca ainda que as novas formas de comportamento humano, que se formam a partir dos sistemas psicológicos, são extraídas pelo indivíduo da ideologia do meio que o rodeia. Isso evidencia que os aspectos

---

<sup>22</sup> Indivíduo de uma população originária do Sudeste da África.



ideológicos são fundamentais para as emoções, e estas para as condutas humanas, dando margem para que se compreenda que é a partir da realidade material e ideológica que as emoções humanas se estruturam, e, a partir delas, as decisões fundamentais e o comportamento humano se formam. Ou seja, acreditamos que tal perspectiva permite concluir que as emoções, em nossa sociedade, têm função semelhante à do sonho para a tribo do cafre, sendo fundamentais para as tomadas de decisão.

Para Vygotsky (2003), no início da vida infantil, pensamento e palavra não estão inter-relacionados. Existe um período pré-linguístico do pensamento e um período pré-intelectual da fala. Ao longo da evolução do pensamento, esses se conectam e se integram de tal forma, que qualquer busca de os estudar separadamente compromete completamente a investigação. O desenvolvimento do pensamento e da linguagem não se explica pelas mudanças produzidas individualmente em cada uma dessas funções, mas pelas transformações no nexos entre elas, da estrutura interfuncional. As considerações de Vygotsky apontam que o mesmo se dá em relação à emoção: a partir do momento que a linguagem surge, a emoção passa a ser também estruturada por ela.

Os sentimentos não são vivenciados de forma pura, mas semanticamente orientados. Vygotsky (2004/1930) destaca que com os sentimentos ocorre um fenômeno similar ao desencadeado nos processos da memória, quando se transforma em memória lógica e da percepção superficial, quando se transforma em compreensão mediada. Assim como na percepção estão fundidas, sintetizadas, as particularidades do campo visual e da compreensão, também no nível afetivo nunca experimentamos os sentimentos de maneira pura, pois sempre estamos atravessados por nossas conexões semióticas e ideológicas. Dessa forma, não percebemos os nossos sentimentos da mesma maneira que nossos ancestrais ou pessoas de outras culturas.

Também não percebemos os sentimentos da mesma forma que pessoas de outros grupos sociais. Vygotsky (2004/1930), avaliando as diferenças caracterológicas de pessoas de classes sociais distintas, desmistifica o pensamento de Werner Sombart, que defende que a avareza dos burgueses poderia ser explicada por meio de um processo de seleção biológica. O bielorrusso contra-argumenta que existem proletários mais avaros que muitos burgueses, e que não se pode deduzir o caráter pelo papel social. Defende que a distinção entre eles se deve ao fato de que os traços sociais e de classe se formam nos sujeitos a partir de seu contexto social, e se transformam em sistemas interiorizados. As propriedades dos indivíduos surgem na ontogênese, reguladas por um determinado sistema de conexões, inter-relacionadas à dimensão afetiva humana.

Conforme destacaremos no capítulo 5, a formação desses sistemas está na gênese do que Vygotsky define como “personalidade”, sendo o que permite a formação da autoconsciência, base da reflexão, que possibilita aos seres humanos se transformar e se libertar de determinações puramente externas, criando novas. Embora tal desenvolvimento fuja do escopo de nossa proposta, vale a pena pontuar que tais considerações nos parecem úteis para que possamos pensar a identidade a partir de uma concepção histórica e cultural que, tal como pontua Sawaia (2010b), mantenha a tensão entre a identidade como transformação / multiplicidade e como permanência / unicidade, concebendo-a como “identificações em curso” que, ao mesmo tempo que transformam, afirmam um modo de ser.

### **3.6 Considerações finais**

Neste capítulo apresentamos alguns fundamentos epistemológicos da psicologia histórico-cultural, bem como seu contexto filosófico e político, estabelecendo algumas relações iniciais entre afetividade, pensamento e linguagem que consideramos importantes na apreciação de algumas perspectivas que iremos aprofundar nos próximos dois capítulos. Pudemos evidenciar que, para Vygotsky, a tomada de consciência sobre as funções psíquicas, ou seja, a influência formativa do intelecto sobre o pensamento por meio da linguagem é o eixo central do processo de desenvolvimento tanto da racionalidade como da organização das emoções humanas. As tomadas de consciência sobre o pensamento promovem a passagem da consciência (prática) para a consciência sobre a própria consciência (autoconsciência). Esse processo se dá pela formação de nexos por meio das palavras, ou seja, pelo domínio dos sistemas conceituais ou, em uma abordagem mais ampla, pelos sistemas de sentido e significado culturalmente compartilhados.

Vygotsky (2004/1930) defende que Spinoza manifestava uma atitude genética correta ao defender que a razão pode alterar as conexões das emoções. O afeto é percebido de maneira particular em cada sujeito e é estruturado a partir desses sistemas culturais. No processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas são significadas em função de suas conexões com as normas gerais relativas à consciência da realidade e à autoconsciência da personalidade. O conhecimento sobre o afeto o altera, transformando-o de estado passivo em ativo.

O autor aponta que, no plano psicológico-diferencial (que estabelece a formação da personalidade), não nos distinguimos uns dos outros pelas funções psíquicas de forma dissociada, ou seja, pela capacidade de atenção, de memória, etc. A diferença caracterológica

essencial, na prática, refere-se às relações e conexões de que dispomos entre diversos pontos, ou seja, ao destino que damos ao uso integral das nossas funções: a ação. O autor reflete, ainda, que o pensamento que não consegue virar ação não passa de um parasita da vida psicológica. A inspiração em Spinoza é direta. Como sabemos, para o filósofo, os afetos relacionam-se com a verdadeira ação humana e podem conduzir a um caminho de desenvolvimento mais ético. No próximo capítulo iremos abordar mais de perto algumas influências do filósofo no inconcluso estudo das emoções iniciado por Vygotsky.

## **4 ESTUDO DAS EMOÇÕES DE LEV VYGOTSKY: DEBATES SOBRE SUA INCOMPLETUDE**

Neste capítulo debatemos as diferentes hipóteses contemporâneas para as causas da interrupção do manuscrito “Teoría de las emociones”, de Lev Semenovich Vygotsky, no ano anterior ao de seu falecimento, como forma de pensar a pertinência do uso da filosofia spinozana como base para os estudos da afetividade na psicologia histórico-cultural. O objetivo do manuscrito era construir um estudo sobre os afetos, utilizando como base a filosofia monista de Spinoza, dando assim mais um passo na solução da “crise da psicologia”. Duas teses são levantadas como hipótese para a inconclusão: a primeira, questões histórico-políticas, que evidenciaram a necessidade de mudança de eixo nos estudos do autor; a segunda, inconsistências teórico-filosóficas, que atribuem a Spinoza - e por vezes a Vygotsky - tendências dicotômicas e pressupõem haver na obra uma defesa do controle intelectual sobre as emoções. Este estudo apontou equívocos nesta última hipótese, atribuindo-os em parte a leituras fragmentadas, que apartaram a análise do manuscrito das demais investigações do autor, em especial de suas últimas produções. Discutimos ainda as supostas incongruências entre materialismo e monismo, e a hipótese de que elas podem ter feito Vygotsky abandonar a perspectiva spinozana. Por fim, alicerçados em escritos de seu último ano de vida, estabelecemos algumas evidências que mostram que Vygotsky continuava fiel ao seu princípio de superação do dualismo afetivo-intelectual da psicologia a partir da égide spinozana.

### **4.1 Introdução**

A ideia de que as emoções têm utilidade apenas para turvar a razão e de que o indivíduo precisa distanciar-se o máximo possível de sua dimensão afetiva para dirigir bem suas ações, guiou a ciência moderna, inclusive a psicológica. O enaltecimento da intelectualidade sobre a afetividade provocado pela tendência dicotômica do paradigma cartesiano, que pressupõe, além da fragmentação do indivíduo, uma hierarquização da mente sobre o corpo, da razão sobre a emoção, resultou em desvalorização e desqualificação da investigação afetiva na psicologia.

A psicologia social vem ampliando a investigação da afetividade como categoria central para a compreensão dos fenômenos psicológicos e sociais. Sawaia (2010a) observa que Vygotsky e Spinoza têm sido autores basilares nesse processo, oferecendo referenciais analíticos que superam os vícios clássicos presentes na análise psicossocial da afetividade.

Embora Vygotsky não tenha concluído a sistematização de sua teoria dos afetos, as emoções estiveram presentes em distintos momentos de sua produção. Lane e Camargo (1995) defendem que a porta de entrada de Vygotsky para a psicologia foi a emoção, quando em sua primeira obra, “Psicologia da arte” (VYGOTSKY, 2001/1925), explorou o desafio da compreensão dos afetos que a arte produz em seu público. As autoras assinalam que a temática continuou presente no decorrer de sua obra, mas só foi retomada efetivamente no final da sua vida, especialmente por meio do manuscrito “Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico”, escrito entre 1931 e 1933, ano anterior ao do falecimento de Vygotsky, e que nunca foi concluído. Um debate acirrado em que diversos estudiosos do autor já opinaram ou ao qual se referiram (COSTA; PASCUAL, 2012; FREITAS, 2013; LANE; CAMARGO, 1995; SAWAIA, 2000; TOASSA, 2012; VAN DER VEER; VALSINER, 1991; WORTMEYER; SILVA; BRANCO, 2014) diz respeito às hipóteses que levaram à incompletude dessa obra.

Este capítulo tem como objetivo debater essas diferentes suposições, como forma de aprofundar as discussões sobre a teoria das emoções de Vygotsky e sua base filosófica. Embora não seja nossa intenção contemplar aqui todas as perspectivas acerca desse debate, consideramos que nossas escolhas espelham boa parte do cerne dessa discussão. Essa proposta nos parece relevante, pois julgamos que as razões dessa controvérsia não são meramente especulativas, mas trazem em suas entrelinhas diferentes defesas dos interlocutores contemporâneos sobre a relevância que a teoria das emoções de Vygotsky, ancorada na filosofia de Spinoza, assume e deve assumir no âmbito da psicologia contemporânea.

Provavelmente, o mais relevante em relação à crítica de Vygotsky na “Teoría de las emociones” seja a análise da base filosófica das teorias psicológicas de sua época. Ela permite refletir sobre a dicotomização das ciências psicológicas, que produz consequências até os dias atuais. Vygotsky indica caminhos para investigar os afetos que, em nossa visão, ainda não foram suficientemente explorados pela psicologia contemporânea. Investigar as pistas oferecidas por uma das maiores mentes da psicologia, no ápice de seu amadurecimento, pode contribuir na reflexão sobre as trilhas que a psicologia tem desenvolvido no campo da afetividade e, conseqüentemente, nos desafios futuros.

#### **4.2 O manuscrito “Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico”**

Para Vygotsky (2004/1927), a ciência psicológica de sua época encontrava-se em crise, dividida entre abordagens idealistas, que investigavam apenas as funções psíquicas superiores e abordagens organicistas, que se dedicavam apenas às funções psíquicas interiores.

A vida do autor foi, em grande medida, dedicada à busca de solucionar essa crise e desenvolver uma psicologia geral de base materialista histórica, que conectasse essas duas instâncias psíquicas. Para o autor, no campo das emoções, a corrente organicista não realizava uma avaliação profunda sobre os fenômenos mais complexos dos afetos, considerando apenas os aspectos biológicos da emoção e desprezando seu viés histórico e cultural. A crítica às correntes idealistas era de que não buscavam desvendar as causas profundas das emoções, detendo-se apenas em descrever os fenômenos afetivos, sem os explicar, razão pela qual as definia como “descritivas”.

O objetivo de Vygotsky com a obra “Teoría de las emociones” era construir um estudo psicológico sobre os afetos, utilizando como base a filosofia monista de Spinoza, e assim dando mais um passo na solução da crise da psicologia (VYGOTSKY, 2004/1931-1933). Trata-se de uma longa obra de 20 capítulos, que resultam em 288 páginas, na versão a que tivemos acesso, e aparenta ter sido interrompida ainda longe de seu desfecho. Sua publicação teve diversas edições, sendo considerada confusa, com diversas repetições (COSTA; PASCUAL, 2012) e uso abusivo de citações extensas, que, por vezes, podem enganar o leitor sobre a autoria das passagens (TOASSA, 2012).

Nesse manuscrito, Vygotsky (2004/1931-1933) fez uma ampla avaliação das teorias tradicionais e modernas relacionadas à afetividade, demonstrando os pontos convergentes e divergentes com diversos autores, edificando as bases para a exposição de sua própria teoria, o que infelizmente nunca chegou a acontecer. O manuscrito construiu reflexões sobre as teorias das emoções vigentes, de forma teórica e experimental, bem como sobre as suas bases filosóficas, dialogando com autores como: Cannon, Claparède, Darwin, Freud, James, Janet, Lange e Piaget e filósofos como Aristóteles, Descartes, Dilthey, Malebranche, Platão e Spinoza.

O manuscrito baseia-se, essencialmente, em uma crítica filosófica das teorias afetivas da época e uma busca inacabada de construir as bases do conhecimento psicológico sobre as emoções sob uma perspectiva monista. Descartes é citado 476 vezes ao longo do manuscrito, acompanhado de considerações centradas na crítica às suas tendências dualistas. Para Vygotsky (2004/1931-1933), o filósofo seria o Pai das diferentes abordagens psicológicas que tratavam sobre o afeto na época. Spinoza, apontado como o autor que mais poderia contribuir para a unificação da mente e do corpo, da razão e da emoção, no campo psicológico, é citado 204 vezes, o que não é suficiente para evidenciar de forma precisa como se estruturaria o estudo das emoções inspirado no filósofo. Vygotsky (2004/1931-1933) explora vários aspectos das teorias sobre as emoções, tanto de vertente organicista quanto idealista. O autor

conclui que essas representam duas faces da mesma moeda. Uma necessita da outra, pois partes contrárias do dualismo cartesiano presente em ambas permitem que cada uma delas explore apenas um fragmento da psiquê humana.

No início da obra, Vygotsky (2004/1931-1933) faz eco à indagação de Bentley, realizada na abertura de um simpósio sobre emoções, na qual questiona se a dimensão emocional representaria algo mais que um simples título de capítulo nas obras de psicologia. Sua crítica era de que todos os cursos de psicologia abordavam as emoções da mesma maneira, de forma quase protocolar, discutindo a afetividade a partir de um viés exclusivamente organicista. Essa visão era fundamentada em duas teorias muito semelhantes, e que foram elaboradas de forma quase simultânea por dois pesquisadores diferentes: o filósofo William James, em 1884, e o fisiologista Carl Georg Lange, em 1885. Grande parte da obra “Teoría de las emociones” dedica-se a uma extensa crítica a essas teorias, que, por defenderem concepções tão semelhantes, muitas vezes são apresentadas como um conjunto: “a teoria das emoções de James-Land”.

Tal teoria pressupunha que os estímulos ambientais causam diretamente uma série de mudanças fisiológicas em nosso corpo, sendo a emoção resumida como a percepção dessas mudanças corporais. Por exemplo, diante da perda de um filho, pode se suceder o choro de uma mãe. Nessa teoria, o choro não é causado pela tristeza da mãe, mas a tristeza é a própria percepção do choro e de outros fenômenos corporais associados a esse. Dessa forma, não choramos porque nos sentimos tristes, mas nos sentimos tristes porque choramos (VYGOTSKY, 2004/1931-1933). Essa concepção compreendia que a consciência das emoções era um epifenômeno de seus efeitos corporais. Assim, para suprimir uma determinada emoção, bastaria que se erradicassem seus componentes corporais, visão, em nossa percepção, ainda muito presente na psiquiatria moderna. Essa teoria destaca as raízes puramente fisiológicas dos estados psíquicos.

Para Vygotsky (2004/1931-1933), por outro lado, as correntes idealistas eram incapazes de fazer frente às abordagens organicistas, defendendo o exato oposto: que os efeitos corporais eram apenas um epifenômeno da consciência das emoções. Vygotsky (2004/1931-1933), apelando para uma solução monista, evidenciou que não existe relação causal entre a sensação corporal e seu correspondente mental. As modificações orgânicas e suas implicações na consciência são um único fenômeno, e só podem ser separadas de maneira abstrata.

Para o bielorrusso, quando comparada aos demais conteúdos fundamentais da psicologia, como a percepção, a memória e o pensamento, a temática da afetividade ocupava uma situação de lamentável exceção, tendo em vista que seu desenvolvimento se encontrava

interrompido há muitos anos (VYGOTSKY, 1998/1932). O autor defende que, de mero capítulo protocolar, a afetividade deveria passar a ocupar a dimensão central da psicologia moderna. Exprime que a tarefa da nova psicologia deveria ser integrar as investigações sobre a afetividade às outras temáticas nas quais o conhecimento psicológico avançava. O autor, utilizando uma conhecida expressão de Engels (*apud* VYGOTSKY, 2004/1931-1933, p. 107) segundo o qual, “queiram ou não os naturalistas, são sempre os filósofos que os dirigem”, defende que no centro de toda teoria psicológica havia uma base filosófica, mesmo quando os autores não eram plenamente conscientes dela. Sua ambição era a de criar as bases de uma teoria psicológica dos afetos de forma plenamente consciente de sua natureza filosófica, amparada na concepção monista spinozana (VYGOTSKY, 2004/1931-1933).

Vygotsky (2004/1931-1933) estava convencido de que o fracasso das teorias sobre a afetividade de sua época devia-se a suas bases cartesianas. Dessa forma, na “Teoría de las emociones”, o autor dispôs-se a investigar o plano filosófico das correntes psicológicas, construindo “um estudo histórico-psicológico” que contribuísse para a já iniciada superação da crise da psicologia.

Para Vygotsky (2004/1931-1933), tanto a psicologia organicista quanto a descritiva continham acertos e equívocos. Os enganos de ambas estavam ligados à sua afiliação a partes contraditórias da doutrina cartesiana, e os acertos, aos componentes filosóficos spinozanos, que compunham, em parte, cada escola. A veracidade da teoria organicista evidencia-se por seu esforço em encontrar uma explicação causal científica para os afetos, e a da descritiva, por ter colocado em primeiro plano o problema do sentido e do significado vital dos sentimentos humanos. Dessa forma, o desafio da psicologia moderna, na investigação das emoções, seria unificar essas duas meias verdades em um substrato integral válido, investigando as explicações causais dos afetos, mas sem se perder de seu sentido mais profundo.

Com esse ideal de construção, o autor escolheu um método para colocá-lo em prática, que define como “estranho e ingênuo” (VYGOTSKY, 2004/1931-1933, p. 61) o confronto da doutrina filosófica spinozana com o conhecimento científico moderno. O bielorrusso evidencia que não pretende encontrar, na teoria das paixões de Spinoza, uma concepção preparada e válida para as necessidades do conhecimento científico moderno. Pelo contrário, propõe-se a indicar as falhas do sistema spinozano a partir da sua segura verificação à luz da ciência.

Vygotsky (2004/1931-1933) mostra-se convicto de que a teoria spinozana das paixões pode ser de grande serventia para a psicologia de sua época, não apenas como objeto histórico, mas também para uma virada decisiva em toda a história da psicologia e seu



desenvolvimento futuro. Para o autor, tal filosofia ajudaria a psicologia moderna no que é mais fundamental e capital: a construção de um ideal humano que sirva como modelo de ação. Embora Vygotsky não tenha chegado ao final desse ambicioso plano, os rastros de suas ideias, encontrados não apenas nessa obra, mas também em seu conjunto, podem ser relevantes para se pensar a afetividade humana na atualidade.

### **4.3 Debates de uma incompletude**

Embora as hipóteses sobre a incompletude da obra “Teoría de las emociones” tenham nuances distintas, elas gravitam em torno de dois eixos explicativos que se opõem: um que atribui a interrupção a inconsistências teóricas e divergências epistemológicas (COSTA; PASCUAL, 2012; VAN DER VEER; VALSINER, 1991), e outro que a atribui a questões históricas (LANE; CAMARGO, 1995; SAWAIA, 2000; TOASSA, 2012). Uma das hipóteses mais conhecidas, afiliada a esse primeiro eixo, é a dos renomados estudiosos de Vygotsky Van der Veer e Valsiner (1991). As discordâncias sobre as teses desses comentadores já foram expostas anteriormente por outros autores (LANE; CAMARGO, 1995; SAWAIA, 2000; TOASSA, 2012), todavia não temos conhecimento de terem sido debatidas termo a termo, como faremos a seguir.

Os intérpretes supõem que, “a fim de encontrar um antídoto para o dualismo cartesiano, ele [Vygotsky] voltou-se para as obras de Spinoza, apenas para descobrir que a resposta não estava lá” (VAN DER VEER; VALSINER, 1991, p. 388). Salientam que a perspectiva desenvolvimentista parece completamente ausente do trabalho do filósofo, classificando-o de reducionista e defendendo que se pode questionar também “o valor da solução de Vygotsky para o problema ontológico geral do dualismo corpo e mente” (p. 287) já que, na teoria do bielorrusso, os processos psicológicos inferiores são “suplantados” pelos superiores, o que na visão dos comentadores mantém presente o dualismo.

Os autores atribuem o tratamento dado por Vygotsky ao desenvolvimento dos processos psicológicos superiores à influência de Spinoza, e destacam que ambos pressupunham o desenvolvimento como um controle cada vez maior do intelecto sobre os afetos. Nas palavras dos autores: “ambos os pensadores exibiam certo grau de racionalismo, ou intelectualismo, ou seja, ambos compartilhavam a idéia do homem racional cujas funções intelectuais controlavam em grande medida a personalidade como um todo” (VAN DER VEER; VALSINER, 1991, p. 263). Por fim, defendem que a busca de um “controle cada vez maior do

intelecto sobre as emoções e o resultante domínio de nosso comportamento também estava presente na teoria histórico-cultural de Vygotsky” (p. 264).

Uma segunda hipótese defende que a obra foi inviabilizada por conta da existência de divergências epistemológicas entre Vygotsky e Spinoza. Costa e Pascual (2012), partidários dessa concepção, defendem que a interrupção foi causada pela incongruência entre o racionalismo monista de Spinoza e o materialismo histórico-dialético de Vygotsky. Para os autores, “Espinoza é um racionalista idealista. Talvez por isso Vygotski não pudesse se utilizar dessa teoria monista no livro *Teoría de las emociones*” (COSTA; PASCUAL, 2012, p. 632). Os intérpretes defendem que a explicação de Spinoza sobre o real segue a trilha do idealismo, posto que se trata de natureza racionalizada, e não materializada. Acrescentam que, para o filósofo, a consciência precede a matéria, o que contradiz o pressuposto marxiano de que a matéria precede a consciência. Dessa forma, os intérpretes defendem que Vygotsky percebeu que o filósofo não seria útil na superação da dicotomia entre razão e emoção na ciência psicológica, abandonando a produção da obra.

Como podemos perceber, as hipóteses de Van der Veer e Valsiner (1991) e de Costa e Pascual (2012) seguem um caminho semelhante quanto a Spinoza, apontando para o seu suposto idealismo e inconsistência teórica e sugerindo que sua filosofia não foi capaz de superar o dualismo, sobrepondo o pensamento à matéria. A divergência entre as duas visões está em que, para Costa e Pascual (2012), Vygotsky não seguiu o mesmo caminho idealista, o que gerou uma divergência epistemológica, enquanto para Van der Veer e Valsiner (1991), o bielorrusso foi herdeiro da inconsistência teórica dualista de Spinoza, o que resultou em uma visão de desenvolvimento que tinha como finalidade o controle cada vez maior do intelecto sobre as emoções, fazendo com que o autor não conseguisse solucionar a questão pretendida na obra.

Essas duas teses representam o centro do eixo que defende a inconclusão como consequência de inconsistências e divergências teórico-epistemológicas. Discordamos integralmente dessa análise e argumentaremos nosso posicionamento ao longo do texto. Por fim, apresentaremos as hipóteses que defendem uma explicação histórica para a interrupção, às quais nos afiliamos, bem como sugerimos outra perspectiva para se pensar a temática.

#### **4.4 O suposto controle intelectual das emoções do estudo de Vygotsky**

Podemos assinalar diversas similaridades entre a crítica dos comentaristas contemporâneos de Vygotsky sobre um suposto dualismo, intelectualismo e idealismo no pensamento de Spinoza e a crítica de K. Fischer ao filósofo, respondida por Vygotsky

(2004/1931-1933) ao longo do capítulo 10 da própria “Teoría de las emociones”.

Fischer (*apud* VYGOTSKY, 2004/1931-1933) sustenta que Spinoza é um puro cartesiano, que solucionou as contradições do pensamento e as fragilidades da teoria da glândula pineal<sup>23</sup> de Descartes por meios que o próprio filósofo ensinou. Ele não teria negado o dualismo, e sim resolvido a questão da matéria e da extensão no pensamento cartesiano. Fischer (*apud* VYGOTSKY, 2004/1931-1933) defende, ainda, que a diferença entre os pensamentos de Spinoza e Descartes reside no fato de Spinoza rejeitar a explicação das paixões fora da unidade alma/corpo, considerando-as simplesmente como fenômenos psíquicos. Com isso, defende que Spinoza, em relação a Descartes, dá um passo em direção ao espiritualismo, o que acaba transformando a psicologia das paixões em pura fenomenologia do conhecimento (VYGOTSKY, 2004/1931-1933). Nessa interpretação, o spinozismo manter-se-ia dentro da tradição filosófica cartesiana, que pressupõe domínio da mente sobre o corpo, da razão sobre a emoção.

Vygotsky (2004/1931-1933) contra-argumenta que a ideia fundamental de Descartes, e que define sua teoria das paixões, consiste em admitir o poder absoluto de nossa vontade sobre as emoções. Essa ideia é totalmente refutada por Spinoza. O filósofo holandês diz que não considera a liberdade como ato de decisão, mas como necessidade humana. Ele não explica as paixões pelo predomínio da alma sobre o corpo, da razão sobre a emoção, mas as considera fenômenos psíquicos condicionados pelo nosso modo de conhecimento. Spinoza nega a total liberdade da vontade humana usada por Descartes para se opor à emoção, defendendo que as paixões devem se submeter à liberdade e ser seu instrumento.

O bielorrusso sustenta que alguns autores, avaliando as divergências entre Descartes e Spinoza, desvirtuaram radicalmente o sentido da solução do filósofo holandês para a questão da alma e do corpo nos afetos. Para Vygotsky (2004/1931-1933), essa distorção estabeleceu-se devido à tendência dos intérpretes idealistas de Spinoza de apenas evidenciar um paralelismo entre corpo e mente na doutrina do filósofo, o que avaliamos que ainda ocorre nos dias atuais. Todavia, para o bielorrusso, por baixo da teoria do paralelismo, Spinoza desenvolve uma concepção materialista do mundo (VYGOTSKY, 2004/1931-1933).

Vygotsky (2004/1931-1933) argumenta que, se a crítica de Fischer tivesse fundamento, Spinoza poderia ter construído sua filosofia como uma fenomenologia dos nexos puros da consciência, totalmente independente dos estados corporais, algo completamente avesso à sua obra. Para Spinoza, não há hierarquia nas relações de corpo e mente. Vygotsky

---

<sup>23</sup> Para Descartes, corpo e mente eram compostos por substâncias distintas que se encontravam na glândula pineal, por meio da qual a mente era capaz de controlar o corpo.

(2004/1931-1933) defende que o pensamento de Spinoza não apenas se opõe ao cartesianismo, como é a antítese materialista de sua tese. O bielorrusso credita a Hegel os fundamentos metafísicos da filosofia spinozana, que transformou a Substância de Spinoza em um espírito (ideia) absoluto. Com isso, Hegel realizou o movimento inverso ao do filósofo holandês sobre o cartesianismo: desenvolveu uma antítese idealista para a filosofia materialista de Spinoza. A transformação do pensamento de Spinoza em ideia absoluta passou a ser a única refutação para o spinozismo (VYGOTSKY, 2004/1931-1933), como pudemos perceber, mesma trilha interpretativa utilizada tanto por Van der Veer e Valsiner (1991) como por Costa e Pascual (2012).

Vale ressaltar que Vygotsky não está sozinho nessa posição. Para Toassa (2015), apesar de ser uma questão teórica complexa, diversos intérpretes contemporâneos concordam com o bielorrusso sobre o caráter materialista da filosofia de Spinoza. Destacamos a filósofa Chauí (2000), que considera a ontologia spinozana um monismo naturalista a anunciar materialismos futuros, precursora de formas modernas de materialismo, entre os quais o marxista.

Vygotsky (2004/1931-1933) admite que é estranho e paradoxal que a filosofia de Descartes tenha se mantido ligada à corrente naturalista, causalista, explicativa e, assim, ao pensamento mais materialista da psicologia das emoções, enquanto o pensamento de Spinoza permaneceu ligado à corrente fenomenológica, descritiva e idealista. A explicação do bielorrusso para isso deve-se ao fato de a psicologia idealista ter sido a única que investigou os sentimentos mais profundos da dimensão humana, apropriando-se de parte do pensamento do filósofo holandês. Todavia, para Vygotsky (2004/1931-1933, p. 59), isso não indica que Spinoza estivesse mais alinhado epistemologicamente às correntes idealistas que às materialistas, e sim que “un idealismo inteligente está más cerca de un materialismo auténtico que de un materialismo estúpido”, em referência à sua incisiva crítica à corrente organicista de James-Lange.

Outra evidência de que o projeto de Vygotsky (2004/1931-1933) não buscava um controle intelectual dos afetos, é sua contundente crítica à ideia de que as emoções são restos rudimentares que apenas atrapalham a existência humana. No capítulo 12 da obra “Teoría de las emociones”, Vygotsky (2004/1931-1933) endossa a crítica que Lange faz à concepção de Kant, de que a alma só é saudável quando está sob a absoluta e incontestável autoridade da razão. O bielorrusso afirma, no entanto, que Lange inicia seu estudo com uma vívida crítica a Kant, todavia o acaba em completo acordo com o filósofo. A contradição evidencia-se quando Lange defende que o objetivo da educação é ensinar o indivíduo a dominar, domesticar e

aniquilar seus impulsos. Assim, segundo Lange (*apud* VYGOTSKY, 2004/1931-1933), desde a infância estaríamos nos preparando para dominar nossos reflexos emocionais.

Dessa perspectiva, a história e o desenvolvimento da cultura resultariam inevitavelmente em progressivo enfraquecimento e extinção da dimensão afetiva. As emoções, assim, passariam a ser meros vestígios rudimentares, apêndices inúteis de nosso aparato psíquico que se degeneraram no curso da evolução, sendo reduzidas a estados mórbidos (VYGOTSKY, 2004/1931-1933). O bielorrusso coloca-se radicalmente contra essa concepção, considerando que o desenvolvimento humano se dá pela complexificação das emoções, raiz de nossa evolução, fonte de nossa potência.

En el hombre completo y verdadero no sólo no desaparece, en calidad de fenómeno accidental y anormal, la capacidad de sufrir, de deleitarse y de tener miedo, sino en qué manera aumenta y se desarrolla con la historia de la humanidad y el desarrollo de la vida interna del hombre. (VYGOTSKY, 2004/1931-1933, p. 86)

Vygotsky (2004/1931-1933) argumenta que a complexidade emocional se desenvolve com a história da humanidade, e defende a necessidade de maiores investigações sobre as formas como esse desenvolvimento ocorre. Percebe como erro fundamental da psicologia a limitação a uma abordagem fisiológica das emoções, o que demonstra a urgência da compreensão da vida afetiva a partir de uma visão histórica e cultural. O bielorrusso defende a construção de uma abordagem psicológica que estabeleça uma diferenciação não dualista entre emoções inferiores e superiores. Para o autor, nos seres humanos, todas as emoções são dirigidas pelas estruturas psíquicas decorrentes dos processos de socialização promovidos pela cultura, ou seja, são mediadas, podendo ser percebidas e significadas de maneiras completamente diferentes, ganhando tonalidades heterogêneas em contextos e papéis sociais distintos (VYGOTSKY, 2004/1931-1933). O autor não nega as bases biológicas das emoções, mas argumenta que, nos seres humanos, devido aos componentes culturais associados a elas, adquirem funções qualitativamente distintas. Com o desenvolvimento, as emoções, mesmo as mais primitivas, como raiva e medo, passam a ter caráter de função psíquica superior.

A concepção de que as emoções são inatas e não se desenvolvem é herança do cartesianismo, que pressupõe seis emoções naturais, às quais Vygotsky (2004/1931-1933) faz severas críticas. Contrapondo-se a Descartes, Spinoza (2013/1675, p. 201) afirma que não podemos alterar os afetos por pura vontade, posto que um afeto só pode ser contido ou moderado “por um afeto contrário e mais forte que o afeto a ser refreado”. Assim, o caminho para combater afetos considerados contrários à potência humana, como o ódio ou o medo, não

é aniquilar essas emoções por meio do intelecto, mas cultivar, com o amparo da razão, emoções contrárias a eles, como a alegria e o ânimo. Isso torna-se gradativamente mais exequível à medida que aumentamos o conhecimento dos próprios afetos e de como a dimensão do real interfere neles, por isso Spinoza considera o conhecimento fundamental para a ação humana, e não por um intelectualismo que busca controle emocional. A busca empreendida pelos autores era bem mais complexa que uma mera repressão das instâncias afetivo-volitivas. Para Fernandez (*apud* TOASSA, 2009), em Spinoza não há “razão fria”, e sim razão desejante e inervada de afetos.

Para Spinoza (2013/1675), racionalidade, atividade e afetividade estão justapostas. O indivíduo racional é sábio, livre, firme, generoso, alegre e ativo, não porque o componente intelectual gere os demais atributos, mas por conta do entrelaçamento entre esses. Sob esse fundamento, não existe como um sujeito ser racional por um lado, ou seja, guiado por ideias adequadas<sup>24</sup>, e ser egoísta e desleal por outro. Isso não se explica em decorrência de uma causalidade entre essas dimensões, mas porque elas são percebidas como elementos distintos de uma única instância. A capacidade de integração do conhecimento e a consequente compreensão de que existe um profundo vínculo de interdependência entre sujeito e sociedade, são o pano de fundo do desenvolvimento ético apresentado por Spinoza. Assim, compreendemos que é mais coerente pensar na aspiração de racionalidade da filosofia spinozana não como ideal de intelectualidade, mas como esforço de ampliação de um conhecimento integral de mundo e de si mesmo, em outros termos, um exercício de busca por sabedoria.

Podemos facilmente nos referir a alguém que fez mal para si mesmo ou para outros como alguém inteligente, mas dificilmente poderíamos atribuir a esse sujeito a qualidade de sábio. Da mesma forma, não podemos supor que alguém sábio seja ingênuo ou frio, descontrolado ou rancoroso. A sabedoria também não pode ser aliançada à passividade ou à falta de indignação frente às injustiças humanas. Também não podemos supor que um homem sábio seja desonesto. O signo “sabedoria” não permite subterfúgios, sob ele integramos conhecimento, ética, afetividade e ação. O conhecimento a que se refere Spinoza é integrado, e não diz respeito ao desenvolvimento de uma ou outra área intelectual ou função psíquica isoladas. Assim, entendemos que a teoria das emoções de Spinoza, e da mesma forma o inconcluso estudo de Vygotsky, não versa sobre o controle da dimensão afetiva por um suposto intelectualismo, e sim sobre o desenvolvimento integral do ser humano, intelectual e emocional,

---

<sup>24</sup> Ideias nas quais as causas e efeitos são nítidas e distintas.

atrelado à ampliação do autoconhecimento, à sabedoria e à busca de uma vida em comunhão com a sociedade.

Na parte V da “Ética”, onde destaca os princípios para se viver uma vida mais potente e livre, Spinoza (2013/1675, p. 220) defende que “durante o tempo em que não estamos tomados por afetos que são contrários à nossa natureza, nós temos o poder de ordenar e concatenar as afecções do corpo segundo a ordem do intelecto”. O conhecimento dos afetos altera o estado afetivo, e o estado afetivo altera a ação. Essas etapas, todavia, não acontecem de forma sequenciada, são partes de um único e amplo sistema. Spinoza (2013/1675, p. 97) critica que aqueles que escreveram sobre os afetos, parecem ter escrito coisas distintas da natureza, “como um império num império”. Da mesma forma que não podemos estudar o afeto apartado da realidade material, não podemos investigá-lo como fenômeno desconectado da instância intelectual, todavia, isso não significa atribuir-lhe um caráter hierárquico entre racionalidade e emoção, e sim compreendê-lo como parte de um todo sistêmico.

Nessa mesma linha, Vygotsky (2017/1932) afirma que estudar a ordem e as relações entre os afetos constitui a tarefa fundamental da psicologia científica, não tomando as emoções isoladamente, mas a partir das relações que as unem aos sistemas psicológicos. Vygotsky (2017/1933) defende que as emoções não constituem exceção em relação às demais funções psíquicas superiores. Assim como as outras, não permanecem dentro da conexão em que foram dadas inicialmente na organização biológica da psiquê. Durante o processo da vida social dos sentimentos, por meio da linguagem, as conexões anteriores se desenvolvem e se decompõem. As emoções estabelecem novas relações com outros elementos da vida, surgem novos sistemas, novas fusões de funções psíquicas, novas formas de conexão e movimento. É na integração da emoção com as demais instâncias psíquicas que ocorre o desenvolvimento emocional, e é por meio dessa relação que é necessário que as emoções sejam investigadas.

Com isso, fica evidente que Spinoza não ambicionava um controle emocional direto. O manejo emocional ocorre por meio de processos de mediação. A vida cotidiana, de fato, mostra-nos que a vontade tem pouco poder direto sobre os afetos. O processo sugerido por Spinoza evidencia uma criteriosa reflexão pessoal sobre as próprias emoções, em uma busca de viver de maneira mais coerente, ética e consonante às próprias ideias adequadas. Isso aponta para o que destacamos ser um dos maiores desafios da teoria das emoções de Vygotsky: a investigação dos processos de mediação da vida afetiva dos sujeitos e da sociedade.

Diferentemente do que apontam Van der Veer e Valsiner (1991), o estudo das emoções de Vygotsky versa sobre a integração dos afetos à racionalidade, à cultura, à linguagem, às instâncias psíquicas superiores. Vimos que Vygotsky era um profundo crítico

das vertentes psicológicas que almejavam tal controle. As proposições do autor, na verdade, radicalizam a união entre essas duas instâncias. Van der Veer e Valsiner (1991) ainda presumem que a conclusão da “Teoría das Emoções” de Vygotsky provavelmente evidenciaria que “o adulto culto moderno havia dominado completamente seu comportamento, fazendo uso dos meios que sua cultura lhe proporcionava” (p. 265). De modo diametralmente oposto, Vygotsky (2004/1930) comenta que, ante os afetos, é comum que saibamos exatamente como precisamos agir e atuemos de forma contrária, evidenciando que não há em seu estudo uma hierarquização na qual o intelecto se sobrepõe aos afetos. Além disso, como debateremos no próximo capítulo, Vygotsky (2001/1934) destaca que as emoções estão na gênese dos comportamentos e das enunciações humanas, algo diametralmente oposto à perspectiva intelectualista.

#### 4.5 As supostas incongruências teóricas entre Vygotsky e Spinoza

Conforme já sentenciou Sawaia (2000), alguns estudiosos de Vygotsky, equivocadamente, consideram a obra “Teoría de las emociones” a parte mais pobre de suas reflexões. Em nossa apreciação, a atribuição de caráter racionalista e intelectualista à obra que tem sido feita por esses intérpretes, deve-se a equívocos interpretativos, que também fomentam a tese de suposta divergência epistemológica entre Spinoza e Vygotsky. A raiz do equívoco, cremos, ancora-se na falta de integração da investigação do manuscrito com o resto da obra do autor, em especial em seus últimos anos de produção, fundamental para a compreensão de um texto que, apesar de longo e confuso, era um esboço não conclusivo de um pensamento que se conecta a outros. Assim, interpretações de recortes específicos da obra, descontextualizadas do conjunto e agravadas pelo caráter desordenado dessa, têm ampliado essa compreensão errônea.

Tomemos como exemplo um artigo de Costa e Pascual (2012), cujo objetivo é precisamente analisar o livro “Teoría de las emociones”. Na defesa de suposta incongruência entre o racionalismo monista de Spinoza e o materialismo histórico-dialético de Vygotsky, os autores debatem uma citação de Vygotsky recortada do manuscrito, o que, em nossa avaliação, acaba desvirtuando o pensamento do autor. No texto os intérpretes afirmam que:

No livro [Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico] objeto de análise do presente artigo, Vigostki recorreu ao estudo do monismo de Espinosa sobre as emoções, em parte como antídoto contra o dualismo cartesiano. Pensou que poderia resolver o problema do nexa causal das emoções, mas **logo viu** que: “Espinosa sempre lutou por uma explicação causal, determinista, natural e materialista das paixões humanas”. Ora, esse era o fulcro teórico de James e Lange, portanto, o problema do nexa continuou sem solução no livro Teoría de las emociones. (COSTA; PASCUAL, 2012, p. 632, grifo nosso)



Nesse trecho, por meio da expressão “logo viu”, os autores acabam transparecendo a equivocada ideia de que, no transcurso da produção da “Teoría de las emociones”, Vygotsky tomou consciência da existência de divergência entre suas ideias e a do filósofo, fato que foi responsável pela interrupção do manuscrito. Todavia nada na obra deixa transparecer essa ideia. Pelo contrário, mesmo quando evidencia um ou outro equívoco do filósofo, Vygotsky é excessivamente enfático em sua convicção de que o caminho para a superação do dualismo do estudo das emoções deve ser guiado filosoficamente pela doutrina spinozana. O autor defende que quando, por meio do confronto científico, a doutrina estiver integralmente livre dos erros, assim “como el diamante corta el cristal” (VYGOTSKY, 2004/1931-1933, p. 62), superará os problemas fundamentais dos estudos científicos da afetividade.

O trecho citado pelos comentadores sequer consiste em manifestação de divergência, mas em enaltecimento do filósofo pelo bielorrusso, conforme podemos ver em um recorte mais abrangente da citação:

Es precisamente Spinoza quien luchó por una explicación causal, determinista, natural y materialista de las pasiones humanas. Él fue precisamente el pensador que, por vez primera, fundó en el plano filosófico la posibilidad misma de una psicología explicativa del hombre como ciencia em el sentido verdadero del término, y trazó la vía de su desarrollo posterior. (VYGOTSKY, 2004/1931-1933, p. 260)

Ao contrário do que o artigo manifesta, Vygotsky não se dá conta, no decorrer da elaboração da obra, de que Spinoza buscava uma explicação causal, determinista, natural e materialista das paixões. Pelo contrário, o autor expressa convergência com esse pensamento e a reitera em diversas partes do manuscrito. Spinoza era o filósofo preferido de Vygotsky (LURIA, 2010), e influenciou todo o conjunto de sua obra, não apenas, pontualmente, a “Teoría de las emociones”. O bielorrusso estudava o filósofo desde sua graduação, e se exprimia com muita propriedade sobre suas bases filosóficas e epistemológicas.

Cabe elucidar alguns apontamentos acerca da definição de Vygotsky (2004/1931-1933) de que o embasamento do pensamento de Spinoza era “causal, determinista, natural e materialista”. O termo “natural” empregado pelo autor não se estabelece, como pode parecer, pela oposição a uma visão histórica da realidade, ou seja, por um modelo biologizante e organicista, mas pela concepção de que as emoções fazem parte da natureza, devendo ser investigadas pelos seus mesmos princípios, por conseguinte, calcadas na realidade material. Por isso Vygotsky considera o monismo spinozano materialista, e não idealista, o que afirma repetidas vezes no decorrer do manuscrito. Para Vygotsky, uma explicação histórica é uma explicação natural.

No fragmento da obra citado por Costa e Pascual (2012), Vygotsky (2004) realizava uma crítica à psicologia descritiva, com a qual a filosofia de Spinoza rivalizava, e, sob esse ponto de vista, o filósofo de fato encontra-se mais próximo epistemologicamente da teoria de James-Lange que das vertentes idealistas. Vygotsky (2004/1931-1933, p. 263) defende que, “no conflito entre as hipóteses espiritualista e materialista, não há dúvidas de que Spinoza deve estar do lado daqueles que defendem o conhecimento científico”, o que significa dizer que, entre idealistas e materialistas, Spinoza se aproximava epistemologicamente mais destes últimos, mesmo diante do reducionismo organicista de James-Lange.

A crítica de Vygotsky à teoria de James-Lange, diferentemente da que fazia às correntes idealistas, estabelece-se pelo caráter reducionista de sua explicação causal, cujo organicismo era considerado herança do mecanicismo cartesiano. A filosofia monista e não hierárquica entre mente e corpo, razão e emoção de Spinoza, assinala uma causalidade plural das emoções que, em nossa interpretação, estabelecia-se a partir dos sentidos atribuídos pelo “encontro” entre os sujeitos e o mundo. Dessa forma, sua explicação causal e determinista não é reducionista nem mecanicista, mas determinada por uma multiplicidade de elementos, incluindo aí acontecimentos internos, ou seja, os fenômenos da consciência, tendo em vista que, tanto para Vygotsky como para Spinoza, não se pode separar a relação do sujeito consigo mesmo da sua relação com o mundo externo.

O dicionário de verbetes de Varshava e Vygotsky (1931) nos ajuda a desfazer alguns equívocos relacionados a essas questões. No léxico, “psicologia marxista” é definido como uma orientação da psicologia contemporânea (da época) que se ampara na teoria materialista histórica a partir dos seguintes princípios: monismo, materialismo, determinismo e dialética. Nesse sentido, afetos e vontades são determinados também pelo meio, pelos aspectos materiais e ideológicos da realidade social. O mesmo dicionário define determinismo como:

Doutrina sobre a determinação causal total de todos os processos psíquicos, em particular da vontade, em oposição ao indeterminismo, teoria da liberdade da vontade da atividade psíquica. Segundo o princípio do determinismo todos os processos psíquicos, assim como todos os outros processos do universo se realizam de acordo com leis e necessidades. Nada surge ou se transforma sem motivo. (VARSHAVA; VYGOTSKY, 1931, p. 58)

O trecho destacado por Costa e Pascual (2012), que deveria apresentar uma suposta percepção de Vygotsky de incongruência entre o monismo e a perspectiva materialista histórico-dialética, na verdade revela o oposto, expondo a forma empregada por Vygotsky para definir a filosofia spinozana como percussora de aspectos fundamentais da perspectiva

materialista histórico-dialética. Essa visão nos parece completamente congruente com o entendimento de Vygotsky de que as emoções eram estabelecidas pelas estruturas psicológicas formadas a partir das relações sociais e culturais. A originalidade da abordagem de Spinoza sobre as emoções está em definir suas gêneses a partir de uma causalidade não estabelecida biologicamente, não reducionista, dando conta da dimensão superior das emoções humanas, diferentemente da perspectiva cartesiana, que defende uma submissão das paixões à vontade. Essa perspectiva, filosoficamente, abre caminho para uma análise das condições materiais, históricas, sociais e culturais das emoções, abrangendo o desenvolvimento integral humano tal como defendia Vygotsky.

Importante ressaltar que Vygotsky (2004/1931-1933) foi coerente com sua proposição inicial de fazer uma análise crítica do pensamento de Spinoza, apontando seus erros e avaliando a existência de inconsistências em parte de sua doutrina. Todavia, mesmo diante delas, Vygotsky (2004/1931-1933) reitera, sobre a doutrina dos afetos, que a filosofia de Spinoza é a antítese da teoria de Descartes, e que supera o dualismo razão e emoção a partir de uma perspectiva monista.

Encontramos um erro<sup>25</sup> na tradução da obra “Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico” da editora Akal (VYGOTSKY, 2004, p. 100), que pode ter contribuído para a propagação da tese de que Vygotsky encontrou, na teoria das emoções de Spinoza, princípios dualistas. No momento em que o autor evidencia que, apesar de algumas contradições, a teoria de Spinoza, no essencial, apresenta-se como uma tese totalmente contrária à teoria cartesiana das paixões, a inserção da palavra “não” inverte o sentido original da frase, exprimindo equivocadamente que tal doutrina **não** se mostra totalmente contrária à de Descartes. Considerando que essa edição é uma das mais utilizadas pelos debatedores de língua espanhola e portuguesa, é possível que esse erro tenha ampliado os equívocos sobre a polêmica em questão.

#### **4.6 As perspectivas históricas**

Uma famosa teoria para a inconclusão da obra é a de Lane e Camargo (1995), bastante difundida entre diversos teóricos nacionais, especialmente os que têm tomado a

---

<sup>25</sup> Embora não tenhamos tido acesso à publicação original do russo, cotejamos o trecho da editora Akal com as edições em língua inglesa da editora Springer Science & Business Media (VYGOTSKY, 2012/1933) e em língua espanhola da editora Pedagógica (VYGOTSKY, 2004/1931-1933), ambas traduzidas diretamente do russo.

categoria “afetividade” como central na investigação dos fenômenos psicológicos e sociais. As autoras afirmam que:

Uma questão que já questionamos várias vezes é: por que teria ele **abandonado** esta temática para se dedicar ao desenvolvimento infantil, à aprendizagem da linguagem e ao pensamento? Tudo indica que como intelectual socialista, identificado com a Revolução de 1917, se voltasse para as necessidades prementes da nação, ou seja, a educação do povo e, principalmente, a das novas gerações. O urgente era entender o poder da linguagem e do pensamento e como ambos constituem a consciência de cada indivíduo. (p. 115-116, grifo nosso)

Nessa perspectiva, Lane e Camargo (1995) supõem que o bielorrusso interrompeu as investigações relacionadas à afetividade humana impulsionado por uma necessidade histórica e um compromisso político. Para as autoras, essa decisão possibilitaria que Vygotsky colaborasse de forma mais eficaz para as transformações sociais propostas pela Revolução Socialista.

Já Toassa (2012), a partir de uma leitura histórica mais contemporânea, baseada em novas traduções e documentos que desvelam as influências da política stalinista sobre o ciclo de Vygotsky, problematiza de forma mais contextualizada essa questão. Lembremo-nos de que, apesar dos esforços de Vygotsky para criar uma psicologia geral de base materialista histórica que superasse a crise da psicologia, o autor foi crítico de tentativas diretas e não elaboradas de aplicação do marxismo na ciência psicológica. O sistema construído por ele, embora tornasse mais compreensível a complexidade da psiquê humana, necessitava de alguma dose de sofisticação intelectual para ser compreendido. Isso era um desafio, pois, diante do clima de perseguição científica que se estabeleceu na União Soviética, um materialismo mais rebuscado e não mecanicista poderia passar a impressão de não ser “tão materialista” para políticos pouco comprometidos com a ciência psicológica.

Especialmente a partir de 1929-1930, mais precisamente nos 4 últimos anos da vida de Vygotsky, a intervenção do Estado na ciência intensificou-se. Após dois anos do seu falecimento, o Partido Comunista publicou um decreto proibindo testes psicológicos na União Soviética. Todas as revistas de psicologia relevantes passaram duas décadas sem publicação (COLE; SCRIBNER, 2003). Nesse mesmo ano, por meio de um decreto, todas as obras de Vygotsky foram removidas das bibliotecas do país (CARMO; JIMENEZ, 2013), evidenciando os desafios que o autor deve ter enfrentado em seus últimos anos de vida para desenvolver uma ciência psicológica de forma autônoma e sem interferências.

Diante disso, Toassa (2009) destaca que uma das possíveis determinações para a inconclusão do manuscrito teria sido a árdua sustentação, tanto científica quanto política, que

sua elaboração enfrentaria. A autora destaca que, embora Vygotsky considerasse Spinoza materialista, tal ideia não era de fundamentação filosófica simples, em um contexto regido por um materialismo cada vez mais mecanicista e esfacelado pelo cânone stalinista. Elaborar uma obra que tinha como objetivo refazer as bases da psicologia, tomando como centro a afetividade e utilizando como sustentáculo um filósofo muitas vezes tomado como idealista, poderia ser o bastante para a acusação de construir uma psicologia aliada a valores burgueses e antirrevolucionários. Nessa perspectiva, Toassa (2012) reflete que é provável que, com o agravamento de sua tuberculose, Vygotsky tenha optado por finalizar outros trabalhos, entre os quais o estudo da relação entre pensamento e linguagem, para o qual já dispunha de resultados experimentais acumulados.

#### 4.7 Uma outra perspectiva

Gostaríamos de acrescentar a essas hipóteses uma tese que foi se desenvolvendo ao longo desta pesquisa, a de que Vygotsky não **interrompeu** o estudo das emoções para se dedicar à investigação da relação entre pensamento e linguagem, mas que a investigação dessa relação era imprescindível para o avanço do estudo dos afetos, ou melhor, seria um passo fundamental para um estudo mais amplo sobre a consciência e a palavra, no qual a dimensão afetiva tem papel preponderante. Vygotsky (2004/1931-1933) afirma que a tarefa da psicologia moderna é integrar as investigações sobre a afetividade às empreendidas em outras temáticas, nas quais a psicologia avançava. O autor defende que o estudo dos afetos só iria progredir, passando a ocupar um lugar central na psicologia, à medida que fosse integrado à investigação sobre os sistemas psicológicos mais complexos (VYGOTSKY, 2017/1933).

Quando Vygotsky propõe-se a compreender os afetos, parte de uma perspectiva bastante ampla, que se relaciona ao propósito fundamental da sua teoria psicológica e de sua vida: compreender o comportamento humano a partir de uma abordagem integral da consciência. Para isso, cada vez mais mostrava-se relevante a compreensão da base afetivo-volitiva do comportamento. Vygotsky não se interessava em investigar apenas uma “parte” da psicologia, sua contínua busca era abordar a psicologia a partir de uma dimensão integral humana, abarcar o essencial, unificá-la. Nessa perspectiva, se Vygotsky define o afeto estrategicamente para isso, não é para investigá-lo em si, mas por uma convicção que parecia cada vez mais se intensificar, ancorada na filosofia de Spinoza, de que a afetividade era a principal força motriz da humanidade, o fundamento da motivação, da potência e da ação humana.

A eleição da afetividade como objeto de estudo dá-se pela sua busca de compreender o desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva monista inter-relacional, incluindo as dimensões intelectual e afetiva, individual e do meio social, objetiva e subjetiva (embora falar de subjetividade fosse difícil no contexto acadêmico e político em que o autor vivia). Não à toa Vygotsky tinha a ambiciosa intenção de que a “Teoria de las emociones” se tornasse tão importante para a psicologia quanto “O capital” de Marx para as ciências sociais. Conforme aprofundaremos no próximo capítulo, parece-nos que a maneira mais eficiente encontrada pelo bielorrusso para prosperar nesse ambicioso plano de abordar o humano de forma integral e sistêmica, foi o estudo da relação entre pensamento e linguagem, avançando pelo entendimento da relação entre sentido e significado, para chegar à compreensão da relação entre a palavra e a consciência.

A mediação, para Vygotsky, é o processo essencial do desenvolvimento humano e a linguagem, a principal unidade mediadora, portanto, fundamental na apreensão integral, afetiva e intelectual da consciência. Vygotsky (2001/1934) reflete que as investigações aprofundadas na obra “A construção do pensamento e da linguagem”, levaram-no ao limiar de um problema mais vasto, mais profundo, mais grandioso que o problema do pensamento: a questão da consciência. O autor observa que existe um aspecto da palavra - cujo significado ultrapassa os limites do pensamento - que necessita ser estudado em composição com a consciência, referindo-se a uma consciência que “sente e pensa”, deixando explícita a necessidade de compreensão abrangente da consciência por meio de uma dimensão semiótica, que inclua não só a dimensão intelectual como a afetiva.

Com isto abordamos um aspecto na natureza da palavra cujo significado ultrapassa os limites do pensamento como tal e em toda a sua plenitude só pode ser estudado em composição com uma questão mais genérica: a da palavra e da consciência. Se a consciência, **que sente e pensa**, dispõe de diferentes modos de representação da realidade, estes representam igualmente diferentes tipos de consciência. Por isso o pensamento e a linguagem são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana. [...] é evidente que não é um simples pensamento, mas toda a consciência em seu conjunto que está vinculada em seu desenvolvimento ao desenvolvimento da palavra. (VYGOTSKY, 2001/1934, p. 485, grifo nosso)

No final da obra “A construção do pensamento e da linguagem”, Vygotsky deixa explícito que os afetos e vontades são a raiz mais profunda da palavra. O autor destaca que o próprio pensamento não nasce de outro pensamento, mas do campo da nossa consciência que o motiva, que abrange interesses, motivações, afetos e emoções, enfatizando que “por trás do pensamento existe uma tendência afetiva e volitiva. Só ela pode dar a resposta ao último porquê na análise do pensamento” (VYGOTSKY, 2001/1934, p. 479). Curiosamente, a compreensão

final da última obra de Vygotsky evidencia o exato oposto de um suposto controle intelectual das emoções que tanto lhe foi atribuído, destacando que a raiz genética primordial do pensamento são os afetos e motivações.

No decorrer do próximo tópico iremos discorrer sobre nossa tese de que Vygotsky, na realidade, não abriu mão da construção de um estudo sobre as emoções, mas em boa medida continuou as discussões sobre a afetividade na obra “A construção do pensamento e da linguagem” sob a mesma égide spinozana da primeira, ou seja, realizando um confronto entre filosofia e ciência, embora desta vez sem citar o filósofo, possivelmente por motivações não só científicas quanto políticas, o que nos parece coerente com a perspectiva de Toassa (2009, 2012).

No campo prático, voltado para o futuro, a hipótese aqui apresentada, juntamente com as perspectivas de Lane e Camargo (1995), Sawaia (2000) e Toassa (2009), resguarda a defesa da importância de se abordar a afetividade como tópico fundamental da psicologia histórico-cultural, bem como da relevância da filosofia spinozana nessa construção. A defesa de inconsistências como motivadoras da interrupção, pelo contrário, traz como subtexto a ideia de que as contribuições da filosofia spinozana ao estudo das emoções são infrutíferas, e não podem oferecer maiores contribuições para a psicologia contemporânea. Assim, esses dois eixos explicativos, em nossa visão, carregam em suas entrelinhas defesas distintas dos interlocutores contemporâneos da obra de Vygotsky sobre o protagonismo que o estudo das emoções de influência spinozana deve exercer no desenvolvimento da psicologia histórico-cultural. No próximo tópico defenderemos de maneira pormenorizada a tese aqui apresentada, que apresenta como eixo central os entrelaçamentos entre linguagem, pensamento e afetividade, destacando o “sentido” como conceito-chave para os estudos que abordem a consciência a partir de uma perspectiva monista.

## **5 EMOÇÃO E LINGUAGEM EM VYGOTSKY: O “SENTIDO” COMO CATEGORIA UNIFICADORA AFETIVO-INTELECTUAL DA CONSCIÊNCIA**

Neste capítulo apresentamos a tese de que a obra “A construção do pensamento e da linguagem” soluciona parte dos problemas levantados por Vygotsky em seu inconcluso manuscrito “Teoría de las emociones”. Apresentamos também evidências de que a busca empreendida pelo autor de superar o dualismo razão e emoção na ciência psicológica, utilizando como suporte a filosofia spinozana, embora considerada abandonada por parte de seus intérpretes, teve forte influência no estudo da relação entre o pensamento e a linguagem, explorado em sua última obra. A necessidade de se investigar os afetos a partir de sua relação com as funções psíquicas superiores, e estudar a relação da palavra não apenas com o pensamento, como com a consciência, interliga estes dois campos investigativos: emoção e linguagem. As emoções não são apenas manifestações biológicas derivadas de vivências sociais, sendo também socioculturalmente estruturadas a partir da internalização da linguagem e das relações sociais. Ou seja, não se trata apenas de conteúdo, mas também de forma. Nomear as emoções direciona a autopercepção sobre elas, ao mesmo tempo que as próprias emoções orientam as enunciações e ações humanas. Apreciamos que a categoria “sentido” pode ser estratégica para se investigar os fenômenos sociais humanos, por sua capacidade de sintetizar atividade, intelecto e afetividade a partir do signo da linguagem, apreendendo o indivíduo de forma integral e como sujeito histórico. Discutimos ainda a possibilidade de utilizar o conceito vygotskyano de “tomada de consciência” em relação aos processos afetivos, bem como de o indivíduo alterar o seu estado emocional interno. Defendemos que a perspectiva vygotskyana abre caminho para que se pense que não é possível modificar as emoções apenas pela “força” da vontade, mas também por meio de um processo de mediação semiótica, que corresponde à própria ressignificação, ou atribuição de novos sentidos.

### **5.1 Introdução**

No decorrer deste capítulo dedicamo-nos à defesa e explanação, iniciada de forma incipiente no capítulo anterior, do entendimento de que os apontamentos trazidos na obra “A construção do pensamento e da linguagem” constituem uma continuidade dos esforços, já iniciados por Vygotsky na obra “Teoría das emoções”, para superar o dualismo razão e emoção da psicologia por meio de um materialismo monista, sendo a categoria “sentido” o conceito-chave dessa construção. Temos como tese que Vygotsky não abandonou (ou mesmo suspendeu)



o estudo das emoções para se dedicar ao estudo da estrutura do pensamento e da linguagem, como supõem alguns de seus intérpretes, mas que o estudo da linguagem era o caminho necessário para se desvendar a relação entre as dimensões afetivas e intelectuais da consciência humana. Na obra “A construção do pensamento e da linguagem”, Vygotsky (2001/1934) parece, em grande medida, utilizar o mesmo recurso de confronto entre ciência e filosofia monista empregado na “Teoría de las emociones”, embora desta vez de forma não explícita. Supomos que o estudo das emoções só poderia ser concluído à luz de novos conhecimentos científicos, para os quais desvelar a relação entre palavra e pensamento era um passo inicial para uma compreensão mais ampla da relação entre palavra e consciência, o que incluía não apenas as dimensões cognitivas, mas também as afetivas.

Já no primeiro capítulo da obra “A construção do pensamento e da linguagem”, o autor evidencia que “quando falamos da relação do pensamento e da linguagem com os outros aspectos da vida da consciência, a primeira questão a surgir é a relação entre intelecto e afeto” (VYGOTSKY, 2001/1934, p. 16). Com fundamento no exposto, o bielorrusso destaca que os apontamentos de sua pesquisa evidenciam que “existe um sistema semântico dinâmico que representa a unidade dos processos afetivos e intelectuais, que em toda ideia existe, em forma elaborada, uma relação afetiva do homem com a realidade representada nessa ideia” (p. 16). As observações do autor revelam, de início, o alinhamento da obra com a filosofia monista, já que a concepção de que todos os processos afetivos são também intelectuais é o princípio fundamental da doutrina dos afetos spinozana. Spinoza (2013/1675, p. 163) afirma que “a ideia está unida ao afeto da mesma maneira que a mente está ao corpo, isto é, ela não se distingue efetivamente do próprio afeto, ou seja, não se distingue da ideia da afecção do corpo senão conceitualmente”. Isso equivale, no plano filosófico, à mesma concepção que Vygotsky alega ter comprovado no plano científico, seguindo o mesmo princípio da “Teoría de las emociones” de confronto entre filosofia e ciência.

Vygotsky (2001/1934) defende que esse sistema semântico de unidade afetivo-intelectual permite revelar o movimento que vai da necessidade e das motivações dos indivíduos aos sentidos de seu pensamento, e da dinâmica do pensamento à ação humana. Segundo o autor, a separação da parte intelectual da nossa consciência de sua parte afetiva é um dos defeitos mais radicais da psicologia tradicional. Em decorrência dessa cisão, o pensamento é descrito como dissociado da plenitude da vida dinâmica, das motivações vivas, dos interesses humanos, tornando-se um epifenômeno inútil. Vygotsky (2001/1934, p. 16) aponta que:

Quem separou desde o início o pensamento do afeto fechou definitivamente para si mesmo o caminho para a explicação das causas do próprio pensamento, porque a análise determinista do pensamento pressupõe necessariamente a revelação dos motivos, necessidades, interesses, motivações e tendências motrizes do pensamento, que lhe orientam o movimento nesse ou naquele aspecto. De igual maneira, quem separou o pensamento do afeto inviabilizou de antemão o estudo da influência reflexa do pensamento sobre a parte afetiva e volitiva da vida psíquica, uma vez que o exame determinista da vida do psiquismo exclui, como atribuição do pensamento, a força mágica de determinar o comportamento do homem através do seu próprio sistema, assim como a transformação do pensamento em apêndice dispensável do comportamento, em sua sombra impotente e inútil. (VYGOTSKY, 2001/1934, p. 16)

Referido trecho constitui uma contundente evidência de que, para Vygotsky, é a partir do estudo da linguagem que a psicologia pode restabelecer a compreensão indissolúvel entre plano material e mental, entre pensamento e afeto, compreendendo a emoção a partir de suas conexões com as demais instâncias psíquicas superiores, a partir de uma noção sistêmica da consciência.

Na obra “Teoría de las emociones”, Vygotsky (2004/1931-1933) afirma que tanto a psicologia organicista quanto a descritiva continham erros e acertos. Os equívocos de ambas estavam ligados à sua filiação a partes contraditórias da doutrina cartesiana, e os acertos, aos componentes filosóficos spinozanos que compunham cada escola. A veracidade da teoria organicista apresenta-se mediante a busca de uma explicação científica e causal para os afetos. Já na descritiva, a genuinidade evidencia-se por ter colocado em primeiro plano “**el sentido y el significado** vital de los sentimientos humanos” (VYGOTSKY, 2004/1931-1933, p. 264, grifo nosso), e assim tentado resolver os problemas fundamentais da ética spinozana. A expressão “sentido e significado” remete diretamente à dimensão semiótica. O esperado é que o autor, para unificar essas duas meias verdades em um substrato integral válido, buscasse investigar as explicações causais complexas das emoções a partir dos sistemas de sentido e significado construídos socialmente, tomando-as em uma perspectiva materialista não mecanicista, o que evidencia o papel preponderante do estudo da linguagem.

A mediação, para Vygotsky, é o processo essencial para a formação da cultura humana, e a palavra é a unidade básica de mediação. No estudo do pensamento e da palavra, a dinâmica entre significado e sentido abre possibilidade de se pensar as emoções, não só a partir do significado fixo da palavra, mas também estruturada por todo um vasto e dinâmico campo semiótico que engloba o sujeito e que confere sentido às vivências emocionais. Conforme já evidenciado, não apenas nossa forma de pensar como também nossos sentimentos são impostos junto com o sistema de sentidos e significados de nosso meio social. Enquanto um recém-nascido é pura indiferenciação afetiva, a compreensão emocional de um adolescente é um imbricado sistema de conceitos, imagens e afetos (VYGOTSKY, 2004/1930).

## 5.2 Pensamento e palavra

No decorrer da elaboração da obra “A construção do pensamento e da linguagem”, Vygotsky (2001/1934) critica as duas visões da psicologia da época sobre o pensamento e a linguagem: enquanto a concepção behaviorista, filiada às escolas organicistas, definia a relação entre pensamento e linguagem a partir da fórmula “pensamento é linguagem menos som” (p. 483), a abordagem idealista defendia a independência entre pensamento e linguagem, como se fossem duas instâncias completamente distintas. O autor critica que, do ponto de vista da psicologia behaviorista, a correlação entre “palavra” e “significado” é determinada por uma simples ligação associativa, que se estabelece pela reiterada coincidência, na consciência, entre o objeto e a palavra atribuída a esse. A palavra infunde a lembrança do seu significado, assim como qualquer coisa pode lembrar outra. Desse ponto de vista, o significado da palavra, uma vez estabelecido, não pode sofrer modificações, o que leva à impossibilidade e à inexplicabilidade do desenvolvimento do aspecto semântico da linguagem, contrariando o que foi comprovado pelo autor. Uma das evidências apontadas por Vygotsky (2001/1934) que mostram que pensamento e linguagem não são exatamente coincidentes, é ser comum que pensemos algo e não consigamos expressar exatamente tal pensamento, ou que tenhamos muita dificuldade em encontrar as palavras certas para exprimi-lo.

Por outro lado, as correntes idealistas nada avançaram na definição das relações associativas entre “palavra” e “significado”. Vygotsky (2001/1934, p. 402) afirma que o idealismo, na busca de libertar o pensamento “do poder das leis associativas, transformou-o em ato puramente espiritual, e assim, retomou as fontes da concepção espiritualista pré-científica de Santo Agostinho e Descartes”, o que resultou em um idealismo subjetivo extremo. Tal afirmação deixa implícita a ideia de que a solução do problema tinha um viés filosófico, que evidentemente remete ao monismo spinozano.

Vygotsky (2001/1934) defende a existência de ligação complexa entre pensamento e linguagem. Para o autor, “o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza” (p. 409). É no significado da palavra que se reflete de forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem. O significado é uma unidade indissolúvel de ambos os processos, e não deve ser interpretado exclusivamente como fenômeno nem da linguagem nem do pensamento. Ele defende que “a palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. É a própria palavra vista no seu aspecto interior” (VYGOTSKY, 2001/1934, p. 398). Assim, o fenômeno do pensamento discursivo é a unidade da palavra com o pensamento.

Vygotsky (2001/1934) defende que, embora o aspecto semântico e o aspecto sonoro (fonético) da palavra constituam uma unidade autêntica, cada um tem suas leis de desenvolvimento. A unidade da linguagem é complexa, e não homogênea. O autor argumenta que, do ponto de vista sonoro, a criança pequena inicia falando apenas uma palavra, para só posteriormente conseguir articular orações. Nesse aspecto, a criança caminha das partes para o todo. Já do ponto de vista semântico, a primeira palavra da criança tem o sentido de uma frase inteira, é uma oração lacônica. Aqui o desenvolvimento ocorre no caminho contrário, do todo para as partes. A criança começa por uma oração, e só mais tarde passa a apreender as unidades particulares semânticas. Como o desenvolvimento dos aspectos semântico e sonoro da linguagem ocorre em sentidos opostos, não existe plena coincidência entre eles, seja qual for o ponto em que examinemos essa correlação. Assim, pensamento e linguagem não são plenamente correspondentes. Isso abre margem, como veremos, para as oscilações dos “sentidos” e o desenvolvimento dos “significados”.

O bielorrusso faz apurada investigação sobre essa temática por meio do estudo de um fenômeno que Piaget denominou de “fala egocêntrica”: uma fala autodirigida que ocorre em parte da infância. Para Piaget (1986/1923), esse fenômeno se dá por conta da transição entre a forma autística e a realista do pensamento, sendo, assim, um processo que tende a desaparecer. Já para Vygotsky (2001/1934), a fala egocêntrica é precursora da fala interna, fio condutor do desenvolvimento do pensamento verbal humano. O autor defende que ela tem função de orientação intelectual, de tomada de consciência da superação das dificuldades, de pensamento e reflexão.

Existe uma tendência de aglutinação da sintaxe, quando comparamos a linguagem exterior com a fala egocêntrica. Essa tendência cresce gradativamente no decorrer do uso dessa fala pela criança (VYGOTSKY, 2001/1934). O bielorrusso aponta que o estudo desse crescimento não deixa dúvida de que a continuação dessa linha é o que forma a linguagem interior. Uma linguagem totalmente incompreensível, fragmentária e abreviada. Assim, no processo de desenvolvimento da linguagem egocêntrica, podemos apreender as propriedades intrínsecas do pensamento.

Vygotsky (2001/1934) expõe um fenômeno que denomina de “predicatividade”, que ocorre de forma habitual em conversas cotidianas: a abreviação das orações em torno do predicado, omitindo todo o restante da oração. A predicatividade a que se refere Vygotsky nem sempre diz respeito ao predicado gramatical, mas sim ao que Vygotsky denomina de “predicado psicológico”. Exemplificando, o autor explica que se um sujeito vê um relógio parado e pergunta o que houve, e tem como resposta que “o relógio caiu”, assim como na gramática, o

“relógio” é o sujeito e “caiu” o predicado. Todavia, se alguém escutando algo cair pergunta o que houve e obtém de alguém a mesma resposta - “o relógio caiu” -, como antes não havia na consciência a representação do que caíra, mas sim de um barulho que indicava uma queda, “caiu” passa a ser o sujeito psicológico e relógio, o predicado psicológico.

A predicatividade normalmente ocorre ou em situações de resposta ou quando o sujeito do juízo a ser enunciado é previamente conhecido pelos interlocutores. Assim, quando pergunto: “Seu irmão leu esse livro?”, a resposta habitual não é “Sim, meu irmão leu este livro”, mas apenas uma resposta predicativa: “sim”. Da mesma forma, se em um grupo de pessoas que esperam conjuntamente um ônibus X, que vai até uma estação Y, uma delas avista tal ônibus, simplesmente afirma “vem vindo”, e não “o ônibus X que aguardamos para a estação Y vem vindo”. Neste caso, se o sujeito da enunciação não soubesse que os demais indivíduos esperavam o mesmo ônibus que ele, não poderia realizar a comunicação de forma tão sintética. Quanto mais os indivíduos da conversação sabem sobre o contexto, menos é necessário o uso de palavras.

Isso pode ser facilmente comprovado de maneira empírica. Pessoas com grande contato psicológico e intimidade, que conhecem profundamente os contextos de vida uma da outra, precisam de pouquíssimas palavras para se comunicar, muitas vezes sendo necessário apenas um gesto, como um olhar, para isso. No português, a expressão popular que diz que “para bom entendedor, meia palavra basta” evidencia o exposto. Tal expressão é usada quando alguém se vangloria por compreender tão bem determinado contexto que, mesmo com acesso limitado a informações, consegue compreender uma dada situação. Quanto mais conhecemos sobre o contexto de algo, menos palavras são necessárias para a compreensão de um fato relacionado a ele. Costumamos, por exemplo, usar o termo “piada interna” para nos referirmos a uma fala, cujo sentido cômico só pode ser compreendido por sujeitos que conhecem o contexto ao qual a piada se refere.

Vygotsky (2001/1934) fornece como exemplo uma passagem da obra “Anna Kariênina”, de Liev Tolstói. Tolstói narra uma cena na qual Liéven se declara à sua amada, Kiti, apenas usando as iniciais de cada palavra da frase, imaginando que Kiti não iria compreender. Mas ela conhecia de forma tão profunda Liéven, que não apenas compreende como responde da mesma forma. Conheciam-se tão bem que desenvolveram uma linguagem interna que apenas os dois podiam compreender, que dispensava a palavra inteira para que pudessem capturar seus sentidos.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se refletir que, na fala egocêntrica, e posteriormente na linguagem interior, o interlocutor é sempre o próprio sujeito, que está sempre

a par da temática em que pensa. O tema do nosso diálogo interno é sempre do nosso conhecimento. Da mesma forma, o sujeito do nosso juízo está sempre subentendido no pensamento. Assim, segundo Vygotsky (2001/1934), podemos concluir que compreendemos a nós mesmos mais que a ninguém por meias palavras ou por mera insinuação. O processo de aglutinação semântica que ocorre na linguagem egocêntrica é semelhante à abreviação predicativa que ocorre na linguagem cotidiana, sendo, todavia, um processo bem mais acentuado e que atinge seu apogeu na fala interna.

O autor evidencia que a compreensão, na própria vida cotidiana, não ocorre apenas pelos significados das palavras, mas especialmente pelo contexto em que as palavras se apresentam. Não é unicamente o significado que faz com que expressemos, da melhor forma possível, aquilo que queremos comunicar, mas o contexto no qual a oração se expressa, incluindo aí, por exemplo, a entonação da voz do interlocutor ou sua expressão facial. Polinanov (*apud* VYGOTSKY, 2001/1934) afirma que, se tudo que desejássemos exprimir consistisse nos significados formais das palavras, necessitaríamos utilizar bem mais palavras que as de fato empregamos. Isso explica porque na linguagem escrita necessitamos de um número maior de palavras que na linguagem falada: o discurso escrito não tem interlocutor. Pelo menos não de forma direta. Assim, na escrita, a decomposição sintática atinge o apogeu.

Podemos refletir que não apenas a palavra muda de sentido dependendo do seu contexto, como pode inclusive adquirir sentido contrário, como ocorre, por exemplo, no sarcasmo. Além do contexto externo, também o sistema psicológico do sujeito, formado por meio das interações culturais e as experiências concretas, gera interpretações distintas de um mesmo fenômeno. Também em diálogo com Tolstói, Vygotsky (2001/1934, p. 471) afirma que, em “pessoas que levam a mesma vida surgem facilmente significados convencionais de palavras, um dialeto específico, um jargão só entendido por aqueles que participaram do seu nascimento”. Assim, em determinadas condições, as palavras mudam os seus sentidos habituais e adquirem significados específicos, decorrentes das condições de seu surgimento.

Vygotsky (2001/1934) reflete que isso torna perfeitamente compreensível que, nas condições da linguagem interior, também surja necessariamente um “dialeto interior”. Em seu emprego interior, as palavras vão adquirindo gradualmente outros matizes, outras nuances semânticas, que transformam os significados das palavras, na medida em que vão se constituindo e se condensando. A noção de “dialeto interior”, ou seja, uma leitura semiótica do mundo que, ao mesmo tempo que é particular, é construída socialmente, parece-nos complexificar a noção de sistemas psicológicos como sistemas conceituais apresentada por Vygotsky (2004/1930), conforme afirmamos no capítulo 3, tornando-os em sistemas de sentido

e significado que orientam coletivamente as consciências, incluindo não apenas as palavras, mas também tudo que tem valor semiótico. Vygotsky (2001/1934) evidencia que o “significado” é apenas uma das zonas do sentido que a palavra adquire em determinado discurso, uma zona mais estável, uniforme e exata. No entanto, em contextos diferentes, a palavra muda facilmente de “sentido”, compreensão que o autor considerava a mais relevante descoberta de sua pesquisa.

Para o autor, o enriquecimento das palavras promovido pela atribuição de sentidos diferenciados a cada uma delas a partir do contexto em que são empregadas, é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras: “A palavra incorpora, absorve de todo o contexto com que está entrelaçada os **conteúdos intelectuais e afetivos** e começa a significar mais e menos do que contém o seu significado [...]” (VYGOTSKY, 2001/1934, p. 466, grifo nosso). “Mais” porque o ciclo de seus significantes é ampliado, adquirindo novas zonas preenchidas por um novo conteúdo, e “menos”, pois o seu significado momentâneo é restrito pelo seu contexto específico.

### 5.3 Sentido e significado

Vygotsky, avaliando as conceituações de Paulhan sobre “sentido” e “significado”, afirma que, enquanto na linguagem falada existe predomínio do significado sobre o sentido, na linguagem interior existe predomínio do sentido sobre o significado. Na língua falada, caminhamos do elemento mais estável e constante do significado para as zonas mais fluidas. Já na linguagem interior, observamos uma tendência de predominância do sentido: da frase sobre as palavras, do contexto sobre a frase, etc. O autor define que “**o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência**. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada” (VYGOTSKY, 2001/1934, p. 465, grifos nossos). Por essa definição, que coloca no cerne do sentido a soma de todos os fatos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência, é possível concluir que os sentidos que atribuímos às palavras não são apenas a expressão intelectual particular do sujeito em dado contexto, mas também incluem, além do componente intelectual, sua apreensão afetiva e corporal. Os sentidos mediam a dimensão afetiva tanto quanto a cognitiva, são a marca do social no corpo e nas emoções humanas.

A predominância dos sentidos sobre os significados na consciência humana, evidencia equilíbrio e forte correlação entre os aspectos afetivos e intelectuais da consciência. O autor afirma que a possibilidade de atribuição de diversos sentidos aos significados é a tese

principal da obra “A construção do pensamento e da linguagem” e, em nossa apreciação, um importante passo na busca de unificação entre intelectualidade e afetividade nas investigações psicológicas, busca que norteava a obra “Teoría de las emociones”. O “sentido”, mais que mera interpretação intelectual por meio de leitura contextual, **é integração entre aquilo que se sente e aquilo que se pensa**, entre razão e emoção, entre mente e corpo, entre objetividade e subjetividade, entre indivíduo e sociedade. Esse nos parece um primeiro passo relevante para a apreensão não apenas da relação do pensamento e da linguagem, mas também da própria consciência como instância que “sente e pensa”, mediada pela linguagem.

Na comprovação do predomínio dos sentidos sobre os significados na consciência humana, Vygotsky inicia na ciência psicológica a integração realizada por Spinoza no âmbito filosófico, entre corpo e mente, intelecto e afeto. Esse movimento sintético busca libertar o pensamento dos grilhões das leis associativas, todavia sem transformá-lo em puro espírito. Tanto o contexto material e histórico como os aspectos individuais e intrapsíquicos integram-se na concepção de uma pluralidade de sentidos atribuídos aos significados.

A relação sentido/significado define-se por sua propriedade elucidativa da relação entre indivíduo e sociedade, já que os sentidos são atribuídos pelos sujeitos sociais a partir de um sistema de significados construído culturalmente e no qual o próprio sujeito interfere, modificando-o. A vivência humana e sua consciência estabelecem-se na intersecção entre indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade. Atribuímos sentidos pessoais a significados sociais, e os próprios sentidos também são sociais, à medida que a estrutura conceitual e psicológica do indivíduo interfere nessa atribuição de sentidos. Vygotsky (2001/1934) defende que é a característica fluida dos sentidos que permite que o significado das palavras seja transformado. Os significados das palavras são interpretados pelo próprio indivíduo por meio dos sentidos, no encontro entre o contexto do uso da palavra e seu sistema psicológico. A repetição desse processo de atribuição de sentidos em toda a sua multiplicidade, pode alterar o próprio significado cultural da palavra. Assim, nesse encadeamento insere-se uma perspectiva de ser humano ativo que, ao mesmo tempo que é produto, também é produtor de história e de cultura, marca da sua liberdade e ação.

Vygotsky (2001/1934, p. 467) aponta que “uma palavra pode às vezes ser substituída por outra sem que haja nenhuma alteração de sentido. O sentido se separa da palavra e assim se preserva. Mas, se as palavras podem existir sem sentido, de igual maneira o sentido pode existir sem palavras”. O autor afirma que a palavra só adquire sentido na frase, a frase no contexto do parágrafo, o parágrafo no livro, e o livro em toda a obra do autor. Assim, pode-se depreender que as concepções sobre os “sentidos” não são aplicáveis apenas às palavras



individualmente, mas também ao conjunto delas, às ideias particulares e às ideologias, bem como a tudo que possui alguma dimensão semiótica, como imagens, gestos, etc. Destacando a capacidade aglutinadora dos sentidos, Vygotsky (2001/1934, p. 471) afirma que “a linguagem interior e sua redutibilidade são derivadas de uma infinidade de fatos e uma expressão sumária dos mais diversos fenômenos”. Disso se pode depreender que a concepção de “sentido” se aplica também a um complexo conjunto de fatores que compõe a apreensão de um fenômeno social. Por isso que essa categoria pode ser estratégica para se pensar os mais diversos fenômenos sociais e psicológicos.

Tomemos como exemplo a violência urbana. Ela gera um conjunto de ideias e afetos que se relacionam a toda a experiência vivencial dos sujeitos: o contexto em que foram socializados, o contato que tiveram com as mais variadas formas de violência, as diversas narrativas sobre ela a que tiveram acesso, concepções familiares, mídias acessadas, etc. Essa diversidade de significados atribuída a esse fenômeno é apreendida de forma particular por cada indivíduo. Atribuímos sentidos a tudo que de alguma forma produz mudança em nossa consciência, tudo que nos afeta (produz afeto) em maior ou menor grau. Desse modo, todas as vivências do sujeito, aquilo de que ouviu falar ou assistiu na mídia sobre o assunto, ou mesmo suas reflexões sobre a temática produzem diversos sentidos, que compõem os afetos relacionados a elas, o que faz com que os fenômenos só possam ser investigados a partir de uma compreensão do contexto social e cultural dos sujeitos, dos seus papéis sociais.

Os sentidos são gerados a partir de uma dinâmica relacional entre o contexto e o universo psicológico interno do sujeito. Os sentidos atribuídos a um fenômeno sintetizam o que se pensa (dimensão intelectual) e o que se sente (dimensão afetiva) e orientam o que se faz (atividade) em relação a ele, ao mesmo tempo que se relacionam às condições materiais concretas em que se estabelece e ao campo de significados construídos histórica e culturalmente sobre ele, constituindo categoria estratégica para se pensar o ser humano de maneira integral e como sujeito histórico.

#### **5.4 Reflexão, linguagem e afeto**

No texto “Sobre os sistemas psicológicos”, Vygotsky (2004/1930) expõe que Spinoza defende uma teoria segundo a qual a mente pode conseguir que todas as manifestações, todos os estados voltem-se para um mesmo fim, formando um sistema com centro único, constituindo a máxima concentração da ética e do comportamento humano. Como apresentamos no capítulo 2, para Spinoza, esse sistema único é a compreensão intelectual da

Natureza (Deus). Para Vygotsky (2004/1930), Spinoza apresentou, no plano filosófico, o que determinadas pessoas, cujas vidas são modelos de subordinação a um fim, mostraram ser possível na prática. Dessa forma, o bielorrusso afirma que compartilha a crença de que os indivíduos podem criar um centro único para todo o sistema. No entanto, Vygotsky faz uma ressalva, destacando que “modificaria ligeiramente” a teoria spinozana, defendendo que a compreensão intelectual da Natureza não é necessária do ponto de vista psicológico, e afirmando que seria papel da psicologia mostrar como verdade científica o surgimento desse tipo de sistema único.

Tais convicções demonstram as ambiciosas aspirações de Vygotsky. Ele não estava interessado apenas em entender o funcionamento dos afetos, mas especialmente em compreender como alterá-los, potencializando a ação humana, para que os indivíduos pudessem trilhar o caminho do ideal spinozano de liberdade, alegria, comunhão social e concórdia com os direitos comuns da sociedade civil. Tal desejo parece indissociável dos anseios sociais de seu contexto social de construir um novo ideal de homem (e mulher) para a nova sociedade socialista que brotava. Toassa (2020) destaca alguns aspectos que nos parecem diretamente relacionados a essas ambições:

Uma nova fome, a de sentidos mais elevados, habitava o coração da Revolução Russa e não poupava sacrifícios físicos nem mentais para edificar uma sociedade comunista. Imaginavam-se estruturas sociais libertárias, novas formas de sensibilidade, organização política e econômica, fruição, saberes – grande contraste com relação à fragmentação das vivências burguesas, as quais propõem que só devemos buscar pequenos prazeres, pois a “vida é feita de momentos”, de pequenas satisfações, à falta de grandes objetivos além de morrer após desfrutar de uma existência longa, egocêntrica e socialmente parasitária. (TOASSA, 2020, p. 177, grifo do autor)

No entanto se, conforme destacamos, Vygotsky (2004/1930) afirma que a solução spinozana do conhecimento da Natureza não é necessária para a psicologia, qual seria esse caminho que levaria a um ideal de ser humano capaz de orientar todas as suas ações a partir de um determinado plano ético? Embora Vygotsky não responda categoricamente à questão, afirmando que caberia à psicologia demonstrar isso e apontar o caminho, nesse mesmo texto dá fortes indícios de que, em sua compreensão, é a ampliação da autoconsciência que permite que os indivíduos atinjam estágios éticos mais elevados. Tal processo, em boa medida, envolve o conhecimento e compreensão dos próprios afetos e de suas causas, que, por sua vez, leva à tomada de consciência das causas eficientes (verdadeiras, originárias) das próprias condutas.

Vygotsky (2004/1930) reflete que “o fato de eu pensar coisas que estão fora de mim não altera nada nelas, ao passo que o fato de pensar nos afetos, situando-os em outras relações

com meu intelecto e outras instâncias, altera muito minha vida psíquica” (p. 127). Esse texto foi escrito um ano antes de Vygotsky iniciar a redação da “Teoria de las emociones”, sendo a busca de um novo ideal de ser humano o principal objetivo da futura obra. Isso ajuda a compreender porque, para o autor, tal produção revolucionaria a psicologia, bem como indica que o caminho para o desenvolvimento (e compreensão) do afeto está intrinsecamente relacionado à ação formativa do próprio pensamento, por sua vez relacionado à linguagem, tornando reflexão, afetividade e linguagem em três instâncias indissociáveis.

No texto “Paidologia do adolescente”, redigido no mesmo ano em que Vygotsky iniciou a escrita de “Teoria de las emociones”, Vygotsky (2006/1931) destaca reiteradamente o papel da autoconsciência como fundamental para o desenvolvimento da personalidade, da capacidade de arbítrio e do desenvolvimento de uma ação deliberada, autêntica, que não siga um plano único estabelecido pelas determinações externas. O conhecimento do próprio afeto o altera, modifica a relação do sujeito consigo, ampliando as possibilidades de escolha e podendo transformar a ação humana. Por isso insistimos, no capítulo anterior, que não se trata da busca de controle intelectual das emoções, mas de ação mediada sobre o afeto, que também tem o poder recíproco de alterar o pensamento, em uma reestruturação sistêmica, e não subordinada.

Vygotsky (2006/1931, p. 19) aponta que a autoconsciência surge gradualmente, à medida que o indivíduo começa a se compreender com a ajuda da palavra, e se desenvolve em diferentes graus. O autor afirma que a criança, na fase inicial do desenvolvimento, pouco se entende: o curso de seus pensamentos é tão involuntário como os sonhos. Sua autoconsciência desenvolve-se de maneira bastante lenta e em estreita dependência com o desenvolvimento do pensamento, sendo apenas na adolescência, junto à formação dos conceitos, que o sujeito pode dar um passo crucial no caminho da autocompreensão, do desenvolvimento e da estruturação da consciência. A capacidade de refletir é um dos últimos pontos desenvolvidos nesse longo processo, e só a partir daí é possível entender as próprias emoções.

O autor defende que a autoconsciência não é algo inerente à consciência em si, mas atingida apenas posteriormente, sendo apenas a partir da autoconsciência que se formam a liberdade e a intenção. Os atos psíquicos adquirem caráter pessoal tão somente com base na autoconsciência, que torna possível uma grande variedade interindividual, que é o fundamento da personalidade. Vygotsky critica concepções que falam que na adolescência se dá a “**descoberta** do eu”, defendendo que nela acontece apenas o ápice de um gradativo processo de **desenvolvimento** da personalidade. Assim, diferenciando-se de abordagens biologicistas, o autor defende que a estrutura da personalidade e da autoconsciência se fundam no meio social.

Como já exploramos suficientemente no capítulo 3, esse processo ocorre a partir da interiorização das relações sociais, pela formação de sistemas de sentido e significado socialmente compartilhados. Vygotsky defende que o desenvolvimento da autoconsciência depende do conteúdo cultural (do meio), em medida superior a qualquer outro aspecto da vida espiritual. A autoconsciência estrutura-se pela formação dos sistemas psicológicos, que, alicerçando a dimensão afetiva, ampliam as possibilidades de tomada de decisão e organizam as instâncias éticas. Para além das aptidões hereditárias (signo primário) e da influência direta do meio (signo secundário), pela estruturação de sistemas psicológicos formam-se signos terciários, nos quais, a partir da reflexão e autoconsciência, vão surgindo novos agrupamentos, que estruturam a personalidade. A organização da dimensão emocional dá-se pela ação reflexiva do **pensamento** a partir da **linguagem**.

Em nossa compreensão, essa diferenciação entre os signos secundários e os terciários remete à profunda reflexão filosófica spinozana sobre o livre-arbítrio. Não temos domínio automático de nossas decisões e de nossas ações, mas gradualmente adquirimos a capacidade de ampliar nossa liberdade em relação às determinações puramente externas. Inicialmente apenas reagimos e, ao longo do desenvolvimento, passamos a agir. Conforme ampliamos a compreensão sobre nosso próprio funcionamento, incluindo a dimensão afetiva, ampliamos nossa liberdade. Vygotsky (2006/1931) afirma que, se analisarmos o significado da reflexão para o conjunto da vida psíquica, veremos uma profunda diferença entre a estrutura ingênua (não reflexiva) da personalidade por um lado e a reflexiva, por outro. Ressalta que, evidentemente, o processo de autoconsciência é permanente, não havendo dualismo entre ingenuidade e reflexão. Como a palavra “ingênuo” pode ser utilizada em outros sentidos, ele toma a expressão “sipsiquia”<sup>26</sup> para designar a vida interior fechada em si mesma (não reflexiva) e “diapsiquia” para se referir àquela que reflete e atua, possibilitada pelo domínio da linguagem e absorção da cultura.

Vygotsky (2006/1931) defende que aquilo que se intitula de personalidade nada mais é do que a formação de um novo tipo de comportamento, o comportamento para si mesmo, que surge a partir do momento em que o indivíduo vai se tornando consciente de si. Ele reflete que esse é o ponto central que diferencia a criança do adolescente: enquanto o primeiro é pensado, o segundo pensa, ou seja, atribui caráter pessoal aos processos psíquicos. Para o autor, na criança pequena o pensamento é tão involuntário quanto o sonho. O pensamento passa gradualmente da “sipsiquia” para a “diapsiquia”, a partir da ação formativa do próprio

---

<sup>26</sup> A expressão é utilizada por Busamann e, embora Vygotsky discorde de parte de suas análises, concorda com a diferenciação entre “sipsiquia” e “diapsiquia”.

pensamento sobre si, ou seja, pela reflexão. Vygotsky destaca ser curioso que tal problema terminológico nunca tenha sido levantado em relação à “ação”. Tal diferenciação posteriormente é feita por Deleuze (1976), em uma análise da filosofia nietzschiana, na qual ele diferencia o pensamento interpretativo e o avaliativo, destacando que o primeiro se relaciona ao plano da reação e o segundo, ao da ação.

Notoriamente, assim como não há diferenciação delimitada entre “sipsiquia” e “diapsiquia”, posto que refletem uma passagem progressiva, também não é possível fazer diferenciação dual entre “reação e “ação” no plano prático, mas apenas no conceitual. Utilizamos, nesta tese, o primeiro termo para nos referirmos a condutas definidas a partir de viés prioritariamente formado por determinações externas (signos secundários - gerados pelo meio), e o segundo para nos referirmos a condutas amparadas em gradativos processos de tomada de consciência de si e da realidade (signos terciários - gerados pela reflexão).

Para Vygotsky (2006/1931), a linguagem não é apenas um meio de expressar uma ideia já formada, mas também de criá-la, não é o reflexo de uma concepção já estruturada de mundo, mas a atividade que a forma. De acordo com o pensamento do autor, para entender a nossa própria natureza, é necessário saber como vemos essa natureza a partir de seus diversos elementos, transformando-os em palavras e relacionando essas palavras com outras, o que torna a linguagem o pilar fundamental para a autocompreensão. O caminho vislumbrado por Vygotsky para o desenvolvimento emocional é, pelo menos em parte, promovido pela ampliação da autoconsciência, de sucessivas tomadas de consciência sobre os próprios processos psíquicos, incluindo aí o entendimento sobre os afetos, suas causas plurais e as ações que deles derivam.

## **5.5 Tomada de consciência afetiva**

Conforme delineamos no capítulo 3, para Vygotsky (2001/1934), a consciência da criança forma-se por uma gradativa aquisição do universo conceitual do adulto, mas atinge patamares superiores pela tomada de consciência das próprias operações semióticas ou conceituais. Primeiro a criança precisa ter consciência de algo (generalizações formadas a partir dos signos secundários), para só posteriormente tomar consciência sobre a própria consciência (novas generalizações, relacionadas aos signos terciários). Vygotsky usa como analogia um sujeito que sabe dar determinado nó, mas não sabe explicar como o fez, pois a consciência esteve mais centrada no nó dado que nos movimentos que utilizou para sua confecção, ou seja, mais no universo externo que no interno. As tomadas de consciência sobre o pensamento, que

se relaciona ao domínio dos conceitos, promovem a passagem da consciência (prática) para a formação do pensamento abstrato, que permite o desenvolvimento da consciência sobre a própria consciência (autoconsciência). Para o autor, a capacidade de tomar consciência do próprio pensamento e, conseqüentemente, de estabelecimento de vínculos lógicos ocorre no início da adolescência, e se desenvolve por toda a vida.

É nesse mesmo período que se consolida a formação dos sistemas psicológicos que formam a personalidade e estruturam o plano afetivo, indicando que as tomadas de consciência não se aplicam apenas à base cognitiva do pensamento, mas também às emoções, de forma imbricada. Vygotsky (2001/1934) defende que quando tomamos consciência de um erro temos mais chance de controlá-lo, de encontrar uma solução para esse. Em nossa compreensão, essa ideia não parece aplicável apenas ao plano cognitivo. Isso porque quando tomamos consciência de uma atitude errada no campo afetivo ou ético, também podemos refletir sobre os componentes internos que a motivaram, reorientando o nosso comportamento. Entender como nos sentimos em dada situação, ajuda a equalizar as atitudes que devemos tomar em relação à mesma.

Usando a metáfora do nó para o plano de ações mais profundas, é possível refletir que, quando agimos automaticamente, sem nos conscientizarmos sobre a base afetivo-volitiva das nossas ações, tampouco situarmos o comportamento intelectual e semanticamente, mais dificuldade teremos para alterá-lo. Traçando esse paralelo, é possível pensar que a consciência dos afetos é um primeiro processo de abstração, já o pensamento deliberado sobre esses afetos, um segundo processo, advindo da influência formativa do próprio pensamento sobre a consciência, que situa as emoções em relação ao intelecto e outras instâncias da vida do sujeito, alterando a vida psíquica. É por meio do pensamento mediado pela linguagem, fortemente imbricado com os aspectos afetivos, que solucionamos as questões mais imprescindíveis da vida humana. Assim, podemos pensar as tomadas de consciência como processos gradativos, e não lineares, que estabelecem, em diferentes graus, a passagem de um estado passivo para um ativo também no plano emocional. Vygotsky (2006/1931) evidencia essa relação entre a reflexão e autoconsciência como base para o desenvolvimento emocional humano:

Cabría decir, en general, que a lo largo de nuestras investigaciones hemos podido seguir cómo se llega al intelecto a través del lenguaje. No obstante, el lenguaje para convertirse en el camino hacia el intelecto ha de experimentar por sí mismo la influencia formadora del intelecto. [...] El reflejo con ayuda del lenguaje (la copia verbal de las propias acciones), el surgimiento de las fórmulas del lenguaje para acciones sucesivas constituyen el fundamento para el desarrollo de la autoconciencia y de los reguladores mecanismos volitivos superiores. (VYGOTSKY, 2006/1931, p. 33-34)

A capacidade reflexiva, no entanto, nunca se fecha em si, posto que os signos terciários estão sempre em conexão com novos estímulos do meio. Vygotsky (2003) utiliza o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) para designar a distância entre o nível de desenvolvimento real de uma criança (sem novos estímulos do meio) na solução de determinado problema e o nível de desenvolvimento potencial (facilitado pela orientação de um adulto ou a colaboração de companheiros). Nesse ponto, cabe a seguinte reflexão: Tal como na ZDP, o desenvolvimento emocional também pode ser acelerado mediante determinadas instâncias de mediação? Acreditamos que sim, e que Vygotsky estava tentando compreender tais mecanismos na busca da construção de um ideal humano para uma nova forma de vida que brotava nos anseios sociais, com novos sentidos e valores baseados no interesse comum, e não nos interesses individuais da sociedade capitalista.

Na parte prática desta tese, veremos que adolescentes do gênero masculino da periferia nos relataram que pensaram em se “batizar”<sup>27</sup> em uma facção criminosa em momentos em que sofreram determinadas violências, ameaças, ou quando foram aliciados com diversas promessas de prosperidade. Nesses casos, procuraram outros jovens, com os quais estabeleciam profunda relação de confiança, para discutir a temática. Tal processo não nos parece mero aconselhamento intelectual, posto que tais jovens já sabiam qual seria a posição de seus amigos sobre a temática, mas um processo mediado de avaliação e tomada de decisão, que envolve a ampliação da compreensão dos próprios processos emocionais e tem o potencial de transformá-los. Medo, raiva e esperança de ascensão financeira e de status perante seus pares estavam no cerne da decisão, e a conversa com seus amigos não apenas mudou suas concepções intelectuais sobre o assunto, mas especialmente refreou seus afetos a partir da criação de novos.

Conforme expusemos no capítulo 3, tal processo remete à discussão de Vygotsky (2004/1930, 2006/1931) acerca das observações de L. Levi-Bruhl sobre um cafre a quem um missionário propôs enviar o filho para a escola da missão. A atitude de aceitar ou negar essa proposta era extraordinariamente complicada e difícil de ser tomada pelo cafre, que ponderou que, antes de se decidir, iria primeiramente “ver isso em sonhos”. Levi-Bruhl reflete que qualquer sujeito de nossa cultura, diante do mesmo dilema, teria respondido: “vou pensar”. Vygotsky (2004/1930, p. 126), no entanto, pondera que “a forma de pensar, que junto com o sistema de conceitos nos foi imposta pelo meio que nos rodeia, inclui também nossos sentimentos”, o que destaca que as emoções desempenham um papel semelhante nas decisões de nossa sociedade ao dos sonhos para a tribo do cafre.

---

<sup>27</sup> Entrar oficialmente na organização criminosa.

No caso dos adolescentes da pesquisa, a decisão de entrar ou não no crime perpassava não apenas pela avaliação intelectual, mas também pela compreensão dos próprios sentimentos, que os impulsionavam a uma conduta reativa e só puderam ser refreados com o artifício de um mediador emocional: o diálogo com os amigos. A ação formativa do próprio pensamento pode ocorrer tanto sem estímulos externos (apenas reflexiva) como a partir deles, em uma síntese que também pode ser reflexiva. É comum que, ante uma situação difícil, não apenas utilizemos o recurso da reflexão, como recorramos a outras pessoas para debater. O próprio processo da psicoterapia tradicional envolve, a partir de uma dimensão mediada (pelo terapeuta e seus recursos teóricos e práticos), ampliar a compreensão dos indivíduos sobre os pensamentos, afetos e atitudes, construindo novos sentidos que permitam alterar essas três instâncias.

Toassa (2006) destaca duas formas em que o termo “tomada de consciência” foi utilizado por Vygotsky. A primeira como tomada de consciência de operações semióticas e conceituais, a partir de estudos experimentais sobre o desenvolvimento do pensamento verbalizado. E a segunda como tomada de consciência motivacional, termo conexo ao da liberdade em Vygotsky e que aparece nas reflexões experimentais acerca da livre-eleição entre diversos motivos, ou situações de decisão, que desenvolvem a liberdade de escolha.

Fazendo uma ponte entre essas duas formas de utilizar o termo, sugerimos a adoção da terminologia “tomada de consciência afetiva” para se referir a um processo de ampliação da autoconsciência emocional a partir do estabelecimento de conexões semânticas entre as sensações internas e a realidade social e material, criando sentidos menos restritos, que expandam a compreensão das emoções das causas particulares, superficiais e aparentes para as causas culturais mais profundas, rompendo com determinações externas cristalizadas e ampliando a liberdade. A ampliação da liberdade refere-se à possibilidade de, mais que reagir às próprias emoções, construir-se novos sentidos para elas, maximizando possibilidades de realinhamento das próprias atitudes. Diferentemente do conceito de “autoconhecimento”, que por vezes é utilizado a partir de uma perspectiva muito centrada no indivíduo, propomos a adoção do termo “tomada de consciência afetiva” para designar o entrelaçamento de aspectos cognitivos, afetivos e éticos, no qual a ampliação da autoconsciência dos afetos e de novas construções semânticas sobre eles é fundamental, mas que só pode ocorrer com uma boa dose de alteridade, de compreensão de que a busca dos interesses de todos potencializa as ações e pensamentos de cada um.

Apontamos como exemplo um adolescente que tomou consciência, no decorrer da pesquisa, de que seu medo, em dadas situações, relacionava-se a concepções equivocadas e



preconceituosas sobre os atributos dos moradores da periferia. Poderia não ser suficiente, por exemplo, que alguém explicasse para esse jovem que a origem de seu medo se fundava em ideias preconceituosas, para que ele tomasse consciência afetiva das causas mais profundas dessa emoção, posto que é necessária a ampliação da autoconsciência para que isso ocorra, processo intelectual e afetivo que demanda também um desenvolvimento empático. Foi o próprio adolescente que conseguiu, a partir de um encadeamento reflexivo, chegar a tal compreensão, mas estar participando da pesquisa, por exemplo, ajudou nessa tomada de consciência. A tomada de consciência afetiva não se fecha na compreensão sobre si mesmo, mas compreende a si a partir do mundo e, ampliando a consciência interna e externa, retorna ao mundo, agindo sobre ele. Ela se forma a partir da compreensão das raízes ideológicas da própria emoção, para se libertar da servidão de determinações puramente externas.

Além de inspiradas em Vygotsky, as concepções aqui destacadas também o foram na filosofia spinozana. Conforme debatemos no capítulo 2, para Spinoza (2013/1675, p. 77), “os homens enganam-se ao se julgarem livres, julgamento a que chegam apenas porque estão conscientes de suas ações, mas ignoram as causas pelas quais são determinados. É, pois, por ignorarem a causa de suas ações que os homens têm essa ideia de liberdade”. A concepção de que a ampliação da autoconsciência sobre os afetos pode ser feita a partir de uma busca pessoal deliberada, possibilitando um maior domínio da ação dos indivíduos, também esteve presente na obra do filósofo. Segundo Spinoza (2013/1675, p. 220), “durante o tempo em que não estamos tomados por afetos que são contrários à nossa natureza, nós temos o poder de ordenar e concatenar as afecções do corpo segundo a ordem própria do intelecto”, de modo que não sejamos facilmente atingidos por “maus afetos”. O filósofo reflete que, enquanto ampliamos o conhecimento de nossos afetos, é possível estabelecer princípios corretos de vida e aplicá-los, sempre que possível, aos casos particulares. Vale ressaltar que, para o filósofo, apenas um afeto pode refrear outro, assim tal ordenação não tem como fim um controle afetivo, mas a produção de novos sentidos e afetos consoantes ao bem comum.

Vygotsky (2004/1930), analisando essa última citação de Spinoza, declara que o filósofo manifesta uma atitude genética correta ao afirmar que o indivíduo tem poder sobre os afetos, e que a razão pode alterar a ordem e a conexão das emoções. Defende que, no processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções conectam-se às normas gerais, relativas tanto à autoconsciência da personalidade quanto à consciência da realidade. É nessa complexa síntese que se desenvolvem os afetos humanos. Para o autor, “O desenvolvimento histórico dos afetos ou das emoções consiste fundamentalmente em que se alteram as conexões iniciais em que se produziram e surjam uma nova ordem e novas conexões.” (p. 126).

## 5.6 Ressignificação e transformação dos afetos

No texto “Acerca de la psicología de la creatividad del actor”, de 1932, Vygotsky (2017/1932), que também tem muitos escritos sobre arte, discute duas teses das artes cênicas sobre as emoções do ator no palco. A primeira defende que um bom intérprete precisa reproduzir movimentos perfeitos, sincronicamente elaborados, ensaiados e encenados para emocionar a plateia. A segunda, opondo-se àquela, aponta o “paradoxo do ator”, que critica que aquele que representa cenas espirituais intensas não pode passar impune pelas próprias emoções. A questão do estado interno do ator durante a encenação constitui o nó central de todo o problema: o ator deve ou não viver o papel e sentir as emoções? A solução apontada pelo bielorrusso é que o ator consegue capturar e expressar as emoções do corpo social de sua época e cultura, extrapolando os limites de sua personalidade e compondo seu emocional e o do público. O ator vivencia emoções que não são individualmente suas. As emoções do ator só são compreensíveis quando incluídas em um sistema sociopsicológico mais amplo de que fazem parte, sendo esse o verdadeiro paradoxo da psicologia do ator. Tal ponto, para Vygotsky (2017/1933), mais que um problema de uma área da psicologia que estudava os campos profissionais (psicologia do ator), apontava para a questão da própria emoção como campo investigativo da psicologia geral: é preciso ir além dos limites individuais para se compreender as emoções humanas.

A questão principal da polêmica consiste na possibilidade ou impossibilidade de o sujeito (o ator) alterar o seu estado emocional interno. Nesse sentido, Vygotsky (2017/1933) defende que as investigações psicofisiológicas modernas indicam que o caminho para provocar novas emoções não está na intervenção direta de nossa vontade, argumentando que o sentimento não pode ser modificado diretamente, mas apenas mediante um “truque”, ou seja, recorrendo-se àquilo que depende de nosso poder: as ideias. Apenas criando um complexo sistema “de ideas, conceptos e imágenes, de los que forma también parte una determinada emoción, podemos provocar los sentimientos necesarios y con ello darle un colorido psicológico peculiar a todo el conjunto del sistema en cuestión y a su manifestación externa” (VYGOTSKY, 2017/1933, p. 339). Cremos ser possível interpretar que esse “complexo sistema de ideias, conceitos e imagens” ao qual Vygotsky (2017/1933) se refere não são ideias na acepção meramente intelectual, mas correspondem, em boa medida, à própria definição que o autor no ano seguinte faria (VYGOTSKY, 2001/1934) de “sentido”. **Nessa perspectiva são os sentidos que dão o colorido a todo o sistema, sendo o próprio processo de resignificação (atribuição de novos sentidos) o “truque” que tem potencial de transformar os afetos. É a**

tomada de consciência, ou seja, a produção de novas generalizações e diferenciações que possibilita a ressignificação.

A propriedade multifacetada do sentido como agregador complexo de ideias, conceitos, imagens e afetos explicita-se quando Vygotsky (2001/1934) evidencia que, enquanto os significados podem ser abreviados, os sentidos possuem uma propriedade aglutinadora, ou seja, dispõem de caráter muito mais sintético, que aglutina uma infinidade de ideias, emoções, imagens, palavras e outros signos. Nos “sentidos”, assim como o título de uma obra-prima literária pode culturalmente exprimir todo o seu conteúdo, uma única palavra pode “exprimir todos os pensamentos, todas as sensações e inclusive reflexões profundas inteiras” (p. 455) do sujeito. O autor evidencia, ainda, que o sentido é capaz de se separar da palavra e se preservar, pois, assim como podem existir palavras sem sentidos, podem existir sentidos sem palavras. Um aperto de mão, por exemplo, tem significado mesmo na ausência de palavras. Um olhar também comunica algo, como medo, amor, desejo, aversão, carregando e comunicando uma série de sentidos formados socialmente, como veremos no decorrer desta pesquisa. Conforme aponta Toassa (2020, p. 180), “o fundamental para a compreensão do sentido de algo, da conexão psíquica entre os fatos presentes e a consciência, seria a orientação das consciências [...] entre consciências orientadas em um mesmo sentido a comunicação pode ocorrer mesmo sem palavras”.

Nessa perspectiva, os sentidos atribuídos a um determinado objeto ou fenômeno social, como o medo atribuído a moradores da periferia, por exemplo, carregam um sistema complexo de conceitos, ideologias, imagens e afetos construídos durante toda a vida do sujeito, transmitidos muitas vezes de maneira extremamente sutil, que estruturam os sistemas psicológicos. Os sentidos entrelaçam-se aos afetos e se referem, ao mesmo tempo, à estrutura social e cultural e à experiência de vida particular do sujeito, definindo sua ação em relação ao fenômeno.

Vygotsky (2017/1932, p. 340) defende que estudar a ordem e as relações dos afetos constitui a tarefa fundamental da psicologia científica, não tomando as emoções isoladamente, mas nas relações que as unem com os sistemas psicológicos mais complexos. Nesse aspecto, entender a ordem e as relações que constituem os afetos elucidam os entrelaçamentos entre os sentidos e os significados, sobre aspectos fundamentais da vida humana. Vygotsky evidencia essa ligação entre a dimensão intelectual e a afetiva, afirmando que os sentimentos que sinto por uma pessoa entram em conexão com a compreensão e a valoração que atribuo a ela, que se relacionam com as formações ideológicas do meio. O autor afirma, como exemplo, que “os ciúmes de uma pessoa relacionada com os conceitos maometanos da fidelidade da mulher são

diferentes dos de outra relacionada com um sistema de conceitos opostos sobre a mesma coisa” (VYGOTSKY, 2004/1930, p. 127).

Adotando esse exemplo, podemos refletir que as concepções de um sujeito sobre seu próprio sentimento de ciúmes relacionam-se com a consciência que esse sujeito tem sobre as relações e causas que atribui a esse sentimento. O sujeito pode, por exemplo, inicialmente atribuir a causa do seu sentimento apenas ao comportamento de sua esposa, levando a uma naturalização desse afeto e das suas atitudes diante dele. Pode, todavia, por meio de suas relações com o mundo e, a partir delas, consigo mesmo (autoconsciência), ir ampliando a tomada de consciência sobre as causas desse afeto, atribuindo a elas componentes familiares, sociais, de gênero, religiosos, históricos, entre outros. É capaz também de ampliar o entendimento de como esses sentimentos afetam seu comportamento, e de como esse comportamento afeta toda a sua realidade. Isso tem o poder de modificar os sentidos atribuídos às atitudes de ambos, a todo o contexto relacionado ao fenômeno e aos próprios afetos, podendo gerar novos sentidos, que produzem também emoções novas, desde tranquilidade, solidariedade, concórdia, empatia até vergonha, culpa, medo, raiva, etc., que têm potencial de transformar as condutas humanas. O exemplo dado corresponde também ao que evidenciamos ser a tomada de consciência afetiva.

### **5.7 A raiz afetiva do pensamento**

Vygotsky (2001/1934) finaliza a obra “A construção do pensamento e da linguagem” com uma contundente defesa da integralidade afetivo-intelectual da consciência, na qual as emoções são colocadas como a causa genética mais profunda dos pensamentos e comportamentos humanos. Nesse ponto, Vygotsky (2001/1934) destaca que o último passo de sua análise demonstrou que o pensamento não nasce de outro pensamento, e sim do campo da consciência que o motiva, que abrange os pendores e necessidades, os interesses e motivações, os afetos e emoções: “[...] por trás do pensamento existe uma tendência afetiva e volitiva. Só ela pode dar a resposta ao último porquê na análise do pensamento” (p. 479). Tal defesa mostra-se completamente congruente com a filosofia spinozana e apenas fortalece a tese, defendida na obra “Teoria de las emociones”, de que os afetos deveriam ocupar o “capítulo” mais importante da ciência psicológica (VYGOTSKY, 2004/1931-1933).

Vygotsky (2004/1931-1933) compara o pensamento com uma nuvem que descarrega uma chuva de palavras, e as motivações, que têm como fundamento preponderante os afetos, aos ventos que movimentam essas nuvens, destacando a relevância das emoções para

a compreensão integral da consciência humana. O autor usa como exemplo uma peça de Stanislavski, atribuindo para cada fala dos personagens uma raiz motivacional mais profunda, que denomina de “desejos paralelamente delineados”. Destaca que, para compreender o discurso do outro, não basta entender suas palavras, mas seus pensamentos, e para isso é necessária a compreensão do motivo da enunciação, que é orientado pela base afetiva, ressaltando que a análise psicológica de qualquer enunciado só chega ao fim quando é desvelado esse plano interior mais encoberto. A ideia de que as emoções possuem a função de orientar pensamento e ação as coloca no plano genético mais profundo da consciência humana, contrariando completamente as concepções que atribuem ao autor bielorrusso a ideia de que os afetos eram submetidos ao intelecto.

O pensamento verbal se nos apresentou como um todo complexo e dinâmico, no qual a relação entre pensamento e palavras se revelou como um movimento que passa por uma série de planos internos, como uma transição de um plano a outro. No drama vivo do pensamento verbal, o movimento faz um caminho inverso: do motivo, que gera algum pensamento, para a informação do próprio pensamento, para a sua mediação na palavra interior, depois nos significados externos das palavras e, por último, nas palavras. (p. 481)

O autor destaca ainda a relevância da linguagem – e, assim, dos afetos, que constituem a dimensão mais profunda do pensamento e enunciação - para o plano das condutas, salientando que a palavra é o fim que constitui a ação. Isso evidencia a indissolubilidade entre pensamento, linguagem, emoção e ação a partir do momento que a fala se estabelece no indivíduo. O sentido surge como o elemento que conecta as diferentes funções superiores humanas, é o fio que tece os sistemas psicológicos e, embora se origine da palavra, passa a ser independente dela, posto que um gesto, uma imagem, e mesmo elementos bastantes sutis passam a carregar sentido. Diferentemente do conceito, o sentido é fluido, multifacetado e dotado de valor emocional. Como debatemos no capítulo 3, o que impediu Vygotsky de chegar a esse resultado em seus estudos anteriores sobre o conceito, foi a escolha de signos rígidos e que não tinham sentido anterior para as crianças.

Conforme destacamos, Vygotsky (2004/1931-1933, p. 61) propôs-se a escrever a “Teoria de las emociones” por meio de um “médio extraño e ingênuo, el que confronta a la vieja doctrina filosófica [de Spinoza] com os conocimientos científicos”, na busca de explicar as causas mais profundas das emoções humanas. Os conhecimentos científicos aos quais o autor se refere, em boa medida, eram suas próprias descobertas experimentais, que permitiriam compreender até que ponto o filósofo estava certo, bem como corrigir seus equívocos. Em nossa hipótese, o estudo da relação entre pensamento e palavra era um primeiro passo para uma

investigação mais ampla da relação entre consciência e palavra, que necessariamente abrangeria as dimensões intelectuais e afetivas e, apenas quando fosse completamente descortinada, permitiria a conclusão da obra “Teoria de las emociones” ou, pelo menos, tornaria mais evidente a proposta indicada por Vygotsky para unificação dos aspectos intelectuais e afetivos na psicologia.

Isso se vislumbra quando Vygotsky (2001/1934), ao escrever as últimas páginas da obra “A construção do pensamento e da linguagem”, já em seu leito de morte, evidencia a base afetivo-volitiva como o plano genético mais profundo do pensamento e afirma que seu estudo tornou notório que parte da natureza da palavra só pode ser compreendida em uma composição mais ampla: a partir de sua relação não apenas com o pensamento, mas também com a própria consciência. Vygotsky (2001/1934, p. 479) afirma que, “se a consciência, **que sente e pensa**, dispõe de diferentes modos de representação da realidade, estes representam igualmente diferentes tipos de consciência” (grifo nosso). O autor destaca que o pensamento não tem a “força mágica” de determinar o comportamento humano por intermédio de seu próprio sistema, sendo uma sombra impotente e inútil quando investigado de forma desconectada do afeto. É nesse plano sistêmico mais amplo, da consciência, que também é mediado pela palavra, que surgem tanto o pensamento quanto as emoções.

No texto “Acerca de la psicología de la creatividad del actor”, Vygotsky (2017/1932) reflete que as emoções do ator devem ser estudadas não como funções da vida espiritual, mas como fenômeno com sentido e significado social, que serve de etapa transitória entre a psicologia e a ideologia, indicando que a própria psicologia geral deveria seguir uma lógica semelhante no estudo das emoções. Isso permite vislumbrar a direção que tomaria o inconcluso estudo das emoções, de destacar a relação entre ideologia – afetividade – comportamento, colocando as emoções não apenas no centro da vida psicológica como da história das civilizações. Isso é confirmado na própria “Teoria de las emociones”, quando Vygotsky destaca que as emoções não são apenas a dimensão mais importante da vida individual, mas também a natureza mais poderosa que conhecemos, reiterando que cada página da história dos povos e dos indivíduos é um testemunho de seu ascendente desenvolvimento. O autor observa que as emoções “tienen una importancia tan extraordinaria en la historia de los pueblos y del ser humano, que deciden no sólo el destino de los individuos, sino también de toda la humanidad” (VYGOTSKY, 2004/1931-1933, p. 86). Foi seguindo tal trilha que pudemos concluir, ao final desta tese, que o medo não é uma prisão apenas para os indivíduos, mas uma construção social ideológica que influencia os rumos civilizatórios e que tem reforçado as condições de opressão.

## 5.8 Considerações finais

Construímos, no decorrer deste capítulo, a defesa de que, ao contrário do que intérpretes contemporâneos apontam (COSTA; PASCUAL, 2012; VAN DER VEER; VALSINER, 1991), Vygotsky não abandonou a perspectiva de construir um estudo dos afetos inspirado na filosofia spinozana, e continuou, em seus últimos estudos, que abordavam o pensamento e a linguagem, a envidar esforços para superar o dualismo da ciência, trazendo os afetos da margem para o centro da psicologia. Consideramos que o desenvolvimento do conceito de “sentido” é um passo fundamental nessa empreitada.

Na obra “Teoria de las emociones”, Vygotsky (2004/1931-1933), utilizando os experimentos de Cannon, já havia definido que os afetos, tal como pressupôs Spinoza, são na realidade alterações nas potências de ação dos sujeitos. O autor também havia solucionado a querela entre organicistas e idealistas, em que os primeiros defendiam que a consciência das emoções era um epifenômeno de seus efeitos corporais e os segundos, que os efeitos corporais eram epifenômenos da consciência das emoções. Em outras palavras, os primeiros afirmavam que tememos porque trememos e os segundos defendiam que trememos porque tememos. O autor, apelando para uma solução monista, evidenciou que não existe relação causal entre a sensação corporal e seu correspondente mental. As modificações orgânicas e suas implicações na consciência são um só fenômeno, e só podem ser separadas de maneira teórica.

Aplicando o conceito de “sentido” à explicação monista sobre os afetos, podemos afirmar que tememos e trememos porque atribuímos a um objeto, fato, ideia ou fenômeno, em tal e qual circunstância, um sentido ameaçador, que foi socialmente construído. O mesmo objeto, fato ou ideia pode adquirir outros sentidos, seja para outros sujeitos, seja para o mesmo sujeito em outro contexto. Em comunhão com a doutrina spinozana, também podemos explicar, por meio do conceito de “sentido”, porque os sentimentos não podem ser alterados por pura vontade, tal como equivocadamente supunha Descartes: para se alterar os afetos é necessário um processo de mediação, de formação de novos sentidos, por exemplo, a partir de novas vivências práticas, pelo diálogo com outros sujeitos, ou por um elaborado processo de reflexão pessoal.

As considerações acerca do “sentido” desenvolvidas ao longo deste capítulo nos parecem coerentes com um recente estudo publicado por Toassa (2020) sobre tal conceito na obra de Vygotsky, ao qual só tivemos acesso quando a parte teórica desta tese se encontrava concluída, mas que consideramos relevante incluir neste capítulo. A autora aponta que o conceito de “sentido”, para Vygotsky, não se restringe à linguagem nem à consciência

individual, apresentando uma faceta filosófica que não pode ser discutida à margem do conceito de consciência. Ela reflete que entender os sentidos da vida humana demanda uma análise progressiva, pois Vygotsky os remete aos progressivos níveis de totalização, que explicariam o sentido de algo que tende ao infinito. Consideramos que tal faceta filosófica referida pela autora se liga, em grande medida, à concepção monista spinozana da Natureza. Toassa (2020) define que:

O sentido (smils) refere-se a alguma forma de conexão, um conjunto de fatos psíquicos, uma relação entre elementos do real no plano do psíquico, que realiza, pois, uma condição fundamental à consciência humana: não se coisificar ou estagnar em si mesma, mas ser investida de destino, tendência, orientação de um “para quê”. De um vir a ser que nos humaniza e transcende o agora. **Tal orientação é determinada pelo afeto, desenvolvendo-se, no entanto, como ideias.** (p. 180, grifo nosso)

Cabe, no entanto, uma última reflexão. Se, tal como acreditamos ter demonstrado neste capítulo, na obra “A construção do pensamento e da linguagem” Vygotsky segue o mesmo princípio da “Teoria de las emociones” de confronto da ciência com a filosofia monista spinozana, por que o autor não chega a citar Spinoza nem uma única vez nessa obra? Supomos que a resposta para essa pergunta se relacione às questões históricas do contexto político do autor. Toassa (2009) faz uma elaborada contextualização da conjuntura histórico-política em que a obra de Vygotsky foi escrita, afirmando que, embora o autor considerasse Spinoza materialista, essa ideia não era de fundamentação filosófica simples, em um contexto cada vez mais influenciado por um materialismo mecanicista, esfacelado pelo cânone stalinista. Spinoza era interpretado por muitos intelectuais como um filósofo idealista. Tal pecha era, nesse contexto, o pior dos ultrajes, que poderia facilmente levar cientistas do ostracismo até a cadeia ou mesmo à morte. A autora atribui a incompletude na obra “Teoria de las emociones” justamente a essas questões políticas, nas quais imperava forte censura à produção científica e, muitas vezes, a proibição no uso de certos autores.

Toassa (2016b) expõe um fenômeno conhecido como “a grande quebra”, ocorrido no final do ano de 1929, no qual a liberdade que se estendeu a todas as esferas da cultura dos anos 1920 foi revogada, em benefício da transformação do “marxismo-leninismo<sup>28</sup>” em ideologia de Estado em 1929. Em janeiro de 1931, o Comitê Central do Partido Comunista promulgou um decreto proibindo o “mecanicismo” e o “idealismo menchevique<sup>29</sup>”, dando margem para que compreensões primárias e grosseiras sobre a dialética fossem usadas como

<sup>28</sup> De forma simplificada, o termo faz referência à corrente ideológica reivindicada pelos adeptos de Stalin, que dominavam o Partido Comunista e o Estado da União Soviética e se opunham às ideias de Trotsky.

<sup>29</sup> Em referência ao grupo político Menchevique, opositores do grupo que dominava o Partido: os Bolcheviques.



base para perseguições. Além disso, Toassa (2016a, p. 456) afirma que essas mudanças desencorajavam “quaisquer iniciativas sérias para uma análise da cultura concreta dos povos soviéticos”, o que dá margem à reflexão sobre os limites práticos das pesquisas de Vygotsky nos últimos anos de sua vida.

Yasnitsky (*apud* TOASSA, 2016a) revela uma história de Alexei Nikolaievich Leontiev, antigo parceiro de Vygotsky, que, questionado por seu neto sobre o porquê de escrever tão difícil, responde que assim o fazia para que ninguém pudesse tirar suas palavras de seu contexto original, levando-o para a prisão. Yasnitsky (*apud* TOASSA, 2016a), detalhando o agravamento da censura à ciência, principalmente a partir de 1930, revela que era comum que, para preservar a sobrevivência física e psíquica, muitos autores da época procurassem passar em suas obras um duplo código, que servisse ao mesmo tempo para transmitir a mensagem à comunidade científica e enganar o censor, algo semelhante ao ocorrido na arte brasileira durante a ditadura de 1964.

Na inacabada obra “Teoria de las emociones”, Vygotsky (2004/1931-1933) afirma que o confronto da doutrina spinozana com o conhecimento científico moderno superaria os problemas fundamentais da natureza psicológica das paixões, de forma tão contundente quanto “el diamante corta el cristal”, ajudando na formação de um ideal de homem (e mulher) que serviria como modelo da natureza humana. O autor afirma ter ciência de que estava se opondo aos especialistas da época, que acreditavam que a teoria das paixões de Spinoza só tinha valor histórico. O mesmo confronto entre ciência e filosofia monista é trilhado em parte da obra “A construção do pensamento e da linguagem”, mas, em nossa tese, a ampliação das pressões políticas levaram Vygotsky a fazer tal confronto de maneira bem mais sutil. Além das dificuldades de adoção do referencial spinozano, é relevante ressaltar que a defesa de Vygotsky de que a consciência deveria ser objeto de estudo da psicologia do comportamento já em 1924 (há 10 anos) foi considerada polêmica e idealista por muitos. Assim, a alegação de que as emoções são o principal componente de orientação do comportamento humano, e que deveriam ser o eixo principal da psicologia moderna poderia ter consequências graves, especialmente devido à ampliação da censura à ciência.

Vygotsky pressupunha que refletir sobre as bases filosóficas dos estudos psicológicos das emoções seria uma tarefa de grande potência. Compreendemos que essa hipótese ainda é extremamente válida para os dias atuais. A investigação do autor no campo da afetividade ainda vem sendo preterida pelos intérpretes contemporâneos em relação às demais temáticas investigadas por ele, provavelmente em decorrência de seu caráter inconcluso e desordenado e das equivocadas interpretações de intelectualismo por parte de alguns

debatedores. Consideramos que seguir as pistas deixadas por Vygotsky para a compreensão dos fenômenos emocionais humanos, a partir de uma investigação integrada aos demais campos desenvolvida pelo autor, bem como tomar o monismo como base das investigações psicológicas pode contribuir para o avanço da investigação da afetividade humana no campo da psicologia histórico-cultural. Além disso, consideramos de extrema relevância tomar o estudo da afetividade dentro da psicologia histórico-cultural a partir do campo mais amplo da consciência, ou seja, como um fenômeno que, assim como o pensamento, é indissociável da linguagem.

## **6 DO MEDO DA VIOLÊNCIA URBANA ÀS VIOLÊNCIAS DOS MEDOS URBANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Neste capítulo realizamos uma revisão de literatura destinada a investigar como os medos urbanos vêm sendo debatidos nos estudos sobre violência urbana nos últimos 10 anos. Os idiomas utilizados foram o português, o espanhol e o inglês, e a base de dados, o portal de periódicos Capes/MEC. Obtivemos 225 resultados por meio dos descritores “violência” e “medo”. Desses, analisamos 40, que se relacionavam especificamente à violência urbana. Os estudos apontaram para um aumento generalizado do medo, mesmo em locais onde os índices de segurança vinham se ampliando ou naqueles considerados bastante seguros. Isso indica que o medo não se relaciona apenas ao risco concreto, embora diversos estudos ainda abordem o medo social apenas como consequência direta da violência. Evidenciamos que a ampliação dos medos urbanos se mostrou associada à expansão do individualismo, quebra de vínculos sociais, práticas segregacionistas e aumento de demandas sociais punitivas. Concluimos que o medo é um fenômeno complexo e multifatorial, e deve ser estudado também a partir de balizadores políticos, econômicos e sociais, considerando-se os diferentes tipos de opressões aos quais se submetem os distintos grupos dentro das relações econômicas e sociais.

### **6.1 Introdução**

Esta revisão de literatura buscou identificar de que forma e em que medida as pesquisas acadêmicas sobre violência urbana vêm investigando o medo como categoria analítica, contribuindo para a inclusão de estudos que abranjam a dimensão afetiva nas pesquisas sobre ambiente urbano e violência. A plataforma escolhida foi o conteúdo assinado pelo portal de periódicos Capes/MEC e disponibilizado à comunidade acadêmica federada. Os idiomas pesquisados foram: português, espanhol e inglês. Inicialmente realizamos o cruzamento dos descritores “violência” e “medo”, na base de dados dos últimos 10 anos de publicação, com os filtros de inclusão de todos os tipos de material. Obtivemos 36 resultados em português, 43 em espanhol (*violencia e miedo*) e 762 em inglês (*violence e fear*). Ante o número desproporcional de resultados em inglês e as dificuldades práticas de analisar tantos artigos, resolvemos reduzir a busca na língua inglesa para os últimos dois anos, o que resultou em 146 produções. Dessa forma, a pesquisa iniciou-se a partir de 225 textos (146 em inglês, 36 em português e 43 em espanhol).

Os 225 resultados foram analisados um a um pelo pesquisador e alguns foram excluídos, a partir de quatro critérios: 1. Trabalhos repetidos - já que alguns apresentavam os resumos em mais de uma língua investigada. 2. Investigações que não estavam integralmente disponíveis de forma gratuita para a comunidade acadêmica<sup>30</sup>. 3. Estudos que tratavam da análise de outros períodos históricos (como estudos sobre as guerras mundiais). 4. Trabalhos que tratavam de outras formas de violência alheias à violência urbana.

O quarto critério eliminou diferentes tipos de violência, como por exemplo: violências em contextos de trabalho (7 estudos), violência recíproca entre cônjuges (2 estudos), violência contra o idoso (3 estudos), contra pacientes psiquiátricos (2 estudos), crianças e adolescentes (7 estudos), *bullying* (2 estudos), etc. Vale ressaltar que uma temática se destacou, superando o número de investigações relacionadas a contextos urbanos: a violência de gênero (43 estudos), com ênfase na violência doméstica e sexual. A partir dos critérios de exclusão, restaram 40 estudos, apresentados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Quadro das obras da revisão de literatura

<b>Autores /Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Natureza/método/amostra/região</b>
Alchazidu (2015)	El imaginario de la violencia: entre el miedo y la fascinación: consideraciones en torno a Perra brava de Orfa Alarcón.	Documental: Obra “Perra Brava” de Orfa Alárcon / República Checa.
Alitavoli e Kaveh (2018)	The U.S. Media’s Effect on public’s crime expectations: a cycle of cultivation and agenda-setting theory.	Ensaio teórico / EUA.
Andrade, Homel e Mazerolle (2019)	Boozy nights and violent fights: perceptions of environmental cues to violence and crime in licensed venues.	Empírico: 681 questionários online e 4 grupos focais com 13 estudantes universitários frequentadores de bares e boates na Austrália.
Barreira (2009)	Representaciones sobre la violencia entre jovenes: estigma, miedo y exclusión. Juventude.	Empírico: Questionários, grupos focais e entrevistas / 891 jovens de Fortaleza/CE.
Barreira (2013)	Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade.	Ensaio teórico / Brasil.
Barría (2017)	Miedos al margen: representaciones de la violencia y la precariedad en Fuerzas Especiales de Diamela Eltit.	Documental: Obra “Fuerzas Especiales” de Diamela Eltit / Chile.

Fonte: Elaboração própria (2020).

<sup>30</sup> Os artigos não disponíveis de forma gratuita para a comunidade acadêmica foram solicitados por meio da plataforma ResearchGate. Mediante a solicitação, dois deles foram disponibilizados pelos autores de forma gratuita, tendo sido dessa forma incluídos neste levantamento.

Quadro 1 – Quadro das obras da revisão de literatura (continuação)

<b>Autores /Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Natureza/método/amostra/região</b>
Bittencourt (2015)	A gestão social do medo na política da insegurança absoluta.	Ensaio teórico / Brasil.
Branas <i>et al.</i> (2018)	Citywide cluster randomized trial to restore blighted vacant land and its effects on violence, crime, and fear.	Empírico: Questionário via telefone com 445 moradores de New York / EUA.
Capdevielle (2009)	Miedo, (in)seguridad y violencia em el entramado social.	Ensaio teórico / Argentina.
Connell (2018)	Fear of crime at school: understanding student perceptions of safety as function of historical context.	Empírico: Questionários via telefone com 12.680 pais de estudantes nos EUA.
Conte, Cabral e Freitas (2017)	Someone called Pedro Vicente: exile and displacement in the contemporary narrative.	Documental: Obra “Terra avulse” de Altair Martins / Brasil.
Custers e Van den Bulck (2017)	The Association between soap opera and music video viewing and fear of crime in adolescents: exploring a mediated fear model.	Empírico: Questionário On-line com 3372 adolescentes entre 12 a 18 anos na Bélgica.
Di Napoli (2016)	La juventud como objeto de temor y estigmatización: sentimientos desde y hacia los jóvenes de los países del Cono Sur.	Documental: Dados socioeconômicos e de segurança pública do Cone Sul / Argentina.
Fox e Asquith (2018)	Measuring the tangible fear of heterosexual violence.	Empírico: Escala de 151 LGBTQIs – 16-65 anos. Tasmânia/ Austrália.
Gaviria (2008)	Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo.	Empírico: Entrevistas com jovens e adultos de Alvorada e São Leopoldo / RS (amostra indeterminada).
Hallgarth (2017)	A framework for violence: clarifying the role of motivation in lone-actor terrorism.	Documental: arquivos policiais / jornalísticos sobre dois crimes de grande repercussão pública / EUA.
Koury (2009)	O que é medo: um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba.	Empírico: Entrevistas com 500 moradores de João Pessoa.
Koury (2011)	Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual.	Ensaio teórico / Brasil.
Larsson (2016)	A first line of defence? Vigilant surveillance, participatory policing, and the reporting of ‘suspicious’ activity.	Documental: Campanhas midiáticas oficiais sobre segurança / Inglaterra.
Lima e Milkevitz (2015)	A produção social do inimigo: o Direito como discurso legitimador da violência simbólica.	Ensaio teórico / Brasil.
López (2011)	Relaciones entre el miedo al delito y el autoritarismo de derecha en una muestra de universitarios de Lima Metropolitana.	Empírico: Escalas com 87 estudantes de uma universidade particular de Lima / Peru.

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 1 – Quadro das obras da revisão de literatura (continuação)

<b>Autores /Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Natureza/método/amostra/região</b>
López (2018)	Turismo y miedo al delito-violencia: el caso de la ciudad histórica de Guanajuato (México).	Empírico: Mapas mentais e questionários com 100 turistas e 100 nativos de Guanajuato/México.
López e López (2017)	Redes de periodistas para vencer el miedo: comunidades emocionales ante la violencia de Estado.	Documental: Arquivos policiais e jornalísticos / México.
Machado (2012)	Social fear and tourism in Rio de Janeiro.	Empírico: Entrevistas com 20 turistas brasileiros e 20 estrangeiros no Rio de Janeiro / RJ.
Melo (2008)	Reflexões sobre a cultura de medo: um retrato do desenvolvimento da violência urbana na atualidade.	Ensaio teórico / Brasil.
Moreira <i>et al.</i> (2009)	Quem tem medo do lobo mau? Juventude, agressividade e violência.	Ensaio teórico / Brasil.
Palacios (2016)	Violencia postestructural: migrantes centroamericanos y cárteles de la droga en México.	Empírico: Entrevistas com 53 emigrantes centro-americanos em nove estados do México.
Pavoni e Tulumello (2018)	What is urban violence? – O que é violência urbana?	Ensaio teórico / EUA.
Reguillo (1997)	Jóvenes y medios: la construcción del enemigo.	Documental: Arquivos policiais e jornalísticos / México.
Restrepo (2008)	El frío del miedo: violencia y cultura en México.	Empírico: Entrevista com um membro de gangue de Tijuana/México.
Rosa e Santos (2014)	Facebook: negociação de identidades e o medo da violência.	Empírico: Entrevistas com 10 usuários de facebook de 19 a 30 anos de Brasília.
Rosa <i>et al.</i> (2012)	Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas.	Empírico: Entrevista com 09 moradores de um bairro de região metropolitana de Vitória / ES.
Ruales <i>et al.</i> (2017)	Representaciones sociales de la seguridad ciudadana en estudiantes universitarios de Lima-Perú.	Empírico: Entrevistas com 20 estudantes universitários de Lima / Peru.
Santos e Ramires (2009)	Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG.	Empírico: Entrevista com 15 moradores dos bairros de Luizote de Freitas e Morumbi/Uberlândia/MG.
Scorgie <i>et al.</i> (2017)	From fear to resilience: adolescents experiences of violence in inner-city Johannesburg, South Africa.	Empírico: Mapas e grupos focais com 20 adolescentes de cada gênero de um bairro de Joanesburgo / África do Sul.
Silva (2011)	Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém/PA.	Empírico: Entrevistas com policiais comerciantes e moradores de Terra Firme – Belém / PA (amostra indeterminada).

Fonte: Elaboração própria (2020).

Quadro 1 – Quadro das obras da revisão de literatura (conclusão)

<b>Autores /Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Natureza/método/amostra/região</b>
Silveira (2016)	O papel da mídia na expansão do medo e consolidação da demanda punitiva.	Ensaio teórico / Brasil.
Vilhena <i>et al.</i> (2011)	Medos infantis, cidade e violência: expressões em diferentes classes sociais.	Empírico: Desenhos e conversas com crianças de 9 a 12 anos do Rio de Janeiro (amostra indeterminada).
Villagrán (2012)	El miedo de las mujeres a la violencia en la ciudad de México: una cuestión de justicia espacial. Género.	Empírico: Entrevistas com 15 mulheres de um assentamento popular na cidade do México.
Yuan, Dong e Melde (2017)	Neighborhood context, street efficacy, and fear of violent victimization.	Empírico: Questionários com 8.762 moradores Chicago / EUA.

Fonte: Elaboração própria (2020).

No próximo tópico, apresenta-se a contextualização da pesquisa.

## 6.2 Natureza, região e metodologia das pesquisas

Apesar de presente em todos os continentes, o fenômeno da violência urbana ocorre de maneira disforme ao longo do planeta. Usando como exemplo o número de homicídios, enquanto continentes como Europa, Ásia e Oceania têm de dois a quatro homicídios a cada 100 mil habitantes, o índice de homicídios na América Latina é de 22,7 a cada 100 mil habitantes, cerca de quatro vezes maior que a média mundial (OFICINA DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA LA DROGA Y EL DELITO. [UNODC], 2018). Diante das diferenças planetárias, é esperado que a realidade de cada região acabe gerando estudos de diferentes tipos e modelos metodológicos, que busquem se adaptar às problemáticas locais. Esta revisão acabou contemplando cinco dos seis continentes do planeta, tendo em vista que nenhum estudo realizado na Ásia atendeu aos critérios de inclusão. A maior predominância foi de estudos na América Latina<sup>31</sup>, com 29 trabalhos (17 no Brasil, 7 no México, 2 na Argentina, 2 no Peru, 1 no Chile). Encontramos seis estudos nos EUA, três na Europa (Bélgica, República Checa e Inglaterra), dois na Austrália (Oceania) e um na África do Sul. Acreditamos que a grande quantidade de artigos latinos (72,5% do total) se justifica pelo alto índice de violência urbana neste continente. Todos os países encontrados foram de cultura ocidental.

<sup>31</sup> A opção de incluir a América Latina, e não a América do Sul, justifica-se pela nossa intenção de privilegiar as semelhanças dos aspectos estruturais e econômicos que aproximam mais o México dos latinos que dos EUA e Canadá.

Dos 40 estudos selecionados, tivemos 10 ensaios teóricos, 8 pesquisas documentais e 22 estudos empíricos. Entre os ensaios teóricos destacaram-se os autores nacionais<sup>32</sup>, responsáveis por sete deles (BARREIRA, 2013; BITTENCOURT, 2015; KOURY, 2011; LIMA; MILKEVICZ, 2015; MELO, 2008; MOREIRA *et al.*, 2009; SILVEIRA, 2016). Também foi encontrado um estudo de autor argentino (CAPDEVIELLE, 2009) e dois de americanos (ALITAVOLI; KAVEH, 2018; PAVONI; TULUMELLO, 2018).

Das pesquisas documentais, duas foram realizadas no México (LÓPEZ; LÓPEZ, 2017; REGUILLO, 1997) e seis nos seguintes países: Chile (BARRÍA, 2017); República Checa (ALCHAZIDU, 2015); Brasil (CONTE; CABRAL; FREITAS, 2017); Argentina (DI NAPOLI, 2016); Inglaterra (LARSSON, 2016); e EUA (HALLGARTH, 2017). Quanto ao conteúdo dos documentos, três realizaram análises de obras literárias (ALCHAZIDU, 2015; BARRÍA, 2017; CONTE; CABRAL; FREITAS, 2017), três investigaram crimes a partir de arquivos jornalísticos e de segurança pública (HALLGARTH, 2017; LÓPEZ; LÓPEZ, 2017; REGUILLO, 1997), um analisou campanhas publicitárias (LARSSON, 2016) e um utilizou dados socioeconômicos e de segurança pública, tanto oficiais como de Organizações Não Governamentais (ONG) (DI NAPOLI, 2016).

Quanto à população investigada pelas pesquisas empíricas, parte dos estudos analisaram o fenômeno da violência urbana e/ou do medo a partir da população geral, seja nacional (CONNELL, 2018), seja municipal/estadual (BRANAS *et al.*, 2018; GAVIRIA, 2008; KOURY, 2009; YUAN; DONG; MELDE, 2017), seja de bairros específicos (ROSA *et al.*, 2012; SANTOS; RAMIRES, 2009; SILVA, 2011). Alguns estudos ficaram restritos a determinados cortes populacionais: mulheres (VILLAGRÁN, 2012); crianças (VILHENA *et al.*, 2011); adolescentes (CUSTERS; VAN DEN BULCK, 2017; SCORGIE *et al.*, 2017); jovens (ANDRADE; HOMEL; MAZEROLLE, 2019; BARREIRA, 2009); população LGBTQI (FOX; ASQUITH, 2018). Por fim, alguns estudaram públicos específicos: turistas (LÓPEZ, 2018; MACHADO, 2012); estudantes universitários (LÓPEZ, 2011; RUALES *et al.*, 2017); usuários do Facebook (ROSA; SANTOS, 2014); migrantes vítimas de sequestro (PALACIOS, 2016); membros de gangue (RESTREPO, 2008).

As metodologias empregadas nas pesquisas empíricas apresentaram grande diferenciação no tocante à sua implementação entre países com elevado e com baixo

---

<sup>32</sup> Consideramos como nacionalidade dos artigos não o local de nascimento dos pesquisadores, mas a Instituição de Ensino Superior (Universidade) à qual são vinculados.



desenvolvimento econômico<sup>33</sup>. Todos os estudos que usaram metodologia exclusivamente qualitativa foram realizados em países pobres, especialmente da América Latina: oito foram realizados no Brasil (GAVIRIA, 2008; KOURY, 2009; MACHADO, 2012; ROSA *et al.*, 2012; ROSA; SANTOS, 2014; SANTOS; RAMIRES, 2009; SILVA, 2011; VILHENA *et al.*, 2011); três no México (PALACIOS, 2016; RESTREPO, 2008; VILLAGRÁN, 2012); um no Peru (RUALES *et al.*, 2017); e um na África do Sul (SCORGIE *et al.*, 2017). Já entre os estudos quantitativos, apenas um foi realizado em país pobre (LÓPEZ, 2011). Outros três foram realizados nos EUA (BRANAS *et al.*, 2018; CONNELL, 2018; YUAN; DONG; MELDE, 2017) e um nos seguintes países: Bélgica (CUSTERS; VAN DEN BULCK, 2017); Austrália (FOX; ASQUITH, 2018); e Peru (LÓPEZ, 2011). Apenas três estudos utilizaram metodologia mista (combinação de metodologias de geração de dados qualitativos e quantitativos), um em cada um dos seguintes países: Brasil (BARREIRA, 2009); Austrália (ANDRADE; HOMEL; MAZEROLLE, 2019); e México (LÓPEZ, 2018).

### 6.3 Medo do crime e investigações correlatas

Uma categoria emergiu com frequência e se fez presente em todos os estudos quantitativos: o “medo do crime<sup>34</sup>”. Mesmo as pesquisas quantitativas que não investigaram diretamente esse tipo de medo, utilizaram essa categoria como base epistemológica de partida, seja na busca de realizar estudos complementares, seja na comparação de seus resultados com as pesquisas dessa área. Enquanto todos os seis estudos quantitativos referiram-se em algum momento a essa categoria, dos 13 estudos qualitativos, apenas a investigação de Villagrán (2012) explorou a temática.

Isso aponta que as diferenças entre as regiões do planeta, que se traduzem em distinções econômicas, sociais e culturais, acabaram produzindo distanciamento tanto metodológico quanto teórico-epistemológico entre os estudos. Esse afastamento resultou na criação de dois espectros de investigações, que pouco se comunicaram. O primeiro composto por investigações quantitativas, realizadas predominantemente em países ricos, com geração de dados provocada majoritariamente por meio de questionários de respostas fechadas e que utilizavam o arcabouço teórico de investigações correlatas à categoria teórica “medo do crime”.

---

<sup>33</sup> Entre os países que tiveram pesquisas elencadas neste levantamento, estamos considerando com baixo desenvolvimento econômico os países da América-Latina e África, e com alto desenvolvimento econômico os países europeus, além de EUA, Canadá e Austrália.

<sup>34</sup> Em inglês: *fear of crime*. Em espanhol: *miedo al delito*.

E o segundo, por investigações qualitativas, realizadas em países com menor desenvolvimento econômico, com geração de dados provocada majoritariamente por meio de entrevistas e grupos focais, que usavam arcabouços teóricos diversificados e alheios à categoria teórica “medo do crime”.

Os estudos mais aproximados do primeiro espectro investigativo, alinhados com as investigações do “medo do crime,” tiveram maior tendência de buscar uma quantificação do medo, fosse para aferir a presença desse sentimento em determinados contextos, fosse para identificar as relações que estabelece com características pessoais e sociais, utilizando com mais frequência marcadores sociais de diferenças como gênero, classe, etnia e idade. Muitas vezes os estudos utilizavam escalas que mediam esse medo a partir de um único constructo, não fazendo diferenciação entre os medos que atingiam predominantemente certas parcelas populacionais.

A categoria “medo do crime” surgiu dos estudos de criminologia, na década de 1970, e, ao longo dos tempos, passou a ser atribuída a significantes muito diferentes, gerando diversas controvérsias conceituais, que tornaram difícil a delimitação de uma definição precisa (FOX; ASQUITH, 2018; GUEDES; CARDOSO; AGRA, 2012; LÓPEZ, 2011). Inicialmente, as pesquisas sobre “medo do crime” assumiram que esse medo era consequência direta da vitimação (FOX; ASQUITH, 2018; LÓPEZ, 2011). No entanto, constatou-se que pessoas que nunca foram vítimas, nem tiveram contato direto com ações criminosas, tampouco faziam parte dos grupos mais vulneráveis poderiam apresentar medos muito intensos (HALE, 1996 *apud* LÓPEZ, 2011). Isso ocorre dada a existência, em certos contextos, da tendência a exagerar a probabilidade de risco de crimes considerados perigosos (LÓPEZ, 2011).

Os estudos dessa categoria têm permitido identificar uma condição de maior vulnerabilidade como fator positivamente relacionado ao medo. Variantes físicas, elencadas como fatores de vulnerabilidade, foram apontadas como associadas ao medo do crime, por limitarem a capacidade de reação do sujeito e aumentarem a probabilidade de danos mais graves. Por essa razão, mulheres e idosos costumam ter maiores índices de medo que homens e jovens (GUEDES; CARDOSO; AGRA, 2012). Vulnerabilidades sociais como diferentes conflitos sociais e falta de integração com a vizinhança, também se relacionam positivamente com o medo do crime (FOX; ASQUITH, 2018).

Entre os estudos deste levantamento, apenas dois utilizaram viés longitudinal. Branas *et al.* (2018) investigaram como as áreas urbanas abandonadas ou desocupadas das cidades americanas contribuem para o aumento da criminalidade e sensação de medo nas áreas do entorno. Os autores examinaram como intervenções padronizadas e reproduzíveis, que

restauraram os territórios desocupados, diminuíram a violência e o medo do crime. O estudo apontou que, nas áreas que ficam nas proximidades dos lotes restaurados, a percepção da comunidade sobre o crime e a preocupação com a segurança foram reduzidas, e as áreas de lazer passaram a ser mais utilizadas. Já o estudo de Yuan, Dong e Melde (2017) investigou como a eficácia na rua (*street efficacy*) relaciona-se ao medo de ser vítima de ações violentas. Os autores debateram estudos anteriores sobre medo do crime, concluindo que poucos investigaram a relação do medo com a autoeficácia. A pesquisa investigou como a “eficácia na rua” - conceito definido pela própria capacidade percebida pelos sujeitos de evitar confrontos violentos, defender-se e encontrar maneiras de permanecer seguros em sua vizinhança - possui correlação com o medo do crime. O estudo investigou adolescentes e seus principais cuidadores em três intervalos temporais (1995 a 1997; 1997 a 1999; 1999 a 2002). A pesquisa concluiu que a autoeficácia na rua é fator protetivo contra o medo. O viés longitudinal da pesquisa possibilitou a percepção de que o medo do crime, entre os adolescentes, teve forte tendência à diminuição do início da adolescência para o final, o que indica a relevância do estudo do medo na adolescência. Além de serem os únicos estudos longitudinais, foram também os únicos a apreender uma redução concreta dos índices de sentimento de medo.

Também conduzido com metodologia quantitativa, o estudo de Fox e Asquith (2018) destacou-se por ter sido o único dos 40 a investigar a população LGBTQI. O objetivo da pesquisa foi a construção da escala de medo heterossexista (FoHS – sigla em inglês para *Fear of Heterosexism Scale*), com a finalidade de medir o medo da população LGBTQI de ser vítima de ações heterossexistas. O estudo apresentou uma discussão crítica sobre as escalas de medo do crime (FoCS – sigla em inglês para *Fear of Crime Scale*), criticando que diversos estudos ainda não se aprofundam no fato de as escalas possivelmente apreenderem mais a ansiedade e sensação de insegurança generalizada do que a possibilidade real de vitimação. Apesar da crítica, esse levantamento apontou que algumas investigações sobre medo do crime atualmente já têm levado esse fator em consideração. Como resultado, foi encontrado um nível de medo de violência sexista moderadamente maior nos sujeitos que sofreram esse tipo de violência do que naqueles que não sofreram.

Já o único estudo quantitativo desta revisão realizado em um país pobre, investigou as relações entre o medo do crime e o autoritarismo de direita em estudantes de uma Universidade particular de Lima (LÓPEZ, 2011). Autoritarismo de direita foi definido como variável de características de personalidade composta de três elementos: alto grau de submissão a autoridades; maior agressão contra pessoas que são consideradas dignas de sanção; maior adesão às normas sociais que são consideradas corretas socialmente. O estudo apontou que o

autoritarismo de direita foi positivamente correlacionado ao medo do crime, especialmente em locais próximos à própria residência, e à maior percepção de que um cidadão médio pode ser vítima de crime. Consideramos que uma das limitações do estudo foi utilizar uma amostra muito homogênea.

Além desses, também utilizaram metodologias quantitativas relacionadas à categoria “medo do crime” mais dois estudos, que serão melhor delineados posteriormente. Custers e Van den Bulck (2017) investigaram a relação entre medo do crime e exposição a novelas e vídeos, e Connell (2018) estudou o medo do crime nas escolas americanas.

#### **6.4 A produção social e cultural do medo**

Um dos aspectos que mais contribuíram para a formação da hipótese de que o medo não é consequência direta da vitimação criminal e violência, foi o crescimento desse sentimento em locais onde a criminalidade tem diminuído ou naqueles em que é muito baixa (ALITAVOLI; KAVEH, 2018; CAPDEVIELLE, 2009; CONNELL, 2018). Na busca pelo entendimento de outros fatores relacionados ao medo, além da violência direta, diversos estudos (ALITAVOLI; KAVEH, 2018; BARREIRA, 2013; CAPDEVIELLE, 2009; CONNELL, 2018; CUSTERS; VAN DEN BULCK, 2017; KOURY, 2011; LARSSON, 2016; LIMA; MILKEVICZ, 2015; MACHADO, 2012; REGUILLO, 1997; SILVEIRA, 2016) atribuíram um importante papel à mídia na produção social dos medos urbanos.

Os estudos destacaram predominantemente os impactos da televisão (ALITAVOLI; KAVEH, 2018; CUSTERS; VAN DEN BULCK, 2017; KOURY, 2011), da publicidade (LARSSON, 2016), do jornalismo (KOURY, 2011; REGUILLO, 1997) ou retrataram a mídia de forma não especificada. Não encontramos nenhum estudo que investigasse a relação existente entre o medo e as mídias digitais, sendo esse um local de vácuo que necessita ser melhor explorado.

Sobre a relação entre violência e mídia, Barreira (2013), veterano pesquisador da violência urbana, em análise revisional de sua própria obra, apontou que a mídia tem deixado transparecer uma sensação de violência difusa, que pode atingir a todos a qualquer instante. Assim, o medo social surge como um alerta que previne as pessoas dos perigos. A violência e o medo passam a adestrar os comportamentos sociais, delimitando o que é possível ou impossível, proibido ou aceito socialmente. O autor defende que o fenômeno da violência na contemporaneidade assume dimensão polifônica, direcionando-se para uma sensação de insegurança difusa e para medos sociais também difusos.

Custers e Van den Bulck (2017) exploraram a conceituação da “teoria do cultivo”, segundo a qual a exposição prolongada à TV distorce gradualmente a percepção do mundo real pelos espectadores. Segundo essa teoria, a televisão adapta gradualmente os pontos de vista e crenças dos seus espectadores sobre as questões em torno deles. Assim, os telespectadores que são mais frequentemente expostos a programações violentas, constroem seu julgamento do mundo entendendo-o como um local mais violento do que aqueles que não são tão expostos. Como resultado, o estudo encontrou uma correlação entre a exposição a novelas e a vídeos musicais e o risco percebido de vitimização criminal em adolescentes. Enquanto os videoclipes relacionaram-se à atribuição de menor medo do crime, as novelas tiveram efeito contrário.

Destoando dos demais estudos, a investigação de Machado (2012) sobre o medo social na atividade turística do Rio de Janeiro trouxe conclusões, em nossa compreensão, mais ingênuas e, em boa medida, paradoxais. O autor conduziu uma discussão teórica sobre as consequências do estereótipo turístico para a violência, que leva as pessoas a criar imagens deturpadas e simplistas. Apesar de a pesquisa relatar que a imprensa favorece certas estereotípias, quando divulga mais notícias negativas que positivas em relação a certos locais, o autor acaba contrariando suas próprias colocações, ao concluir o estudo defendendo que a mídia não tem nenhuma responsabilidade pelo medo gerado, já que “só divulga fatos reais”. Apesar de o medo social e das estereotípias não poderem ser de fato atribuídos apenas à mídia, a argumentação de que a divulgação de fatos reais não promove distorções na percepção dos espectadores, em nossa avaliação, equivoca-se, bem como se choca com a maior parte dos estudos aqui apresentados. A ênfase em aspectos positivos ou negativos e a superexposição a material midiático, seja em relação a um lugar, seja no que diz respeito a um fato, uma ideia ou uma pessoa, por mais verdadeiros que sejam os conteúdos, moldam a percepção dos espectadores, em especial daqueles que estão superexpostos.

Aprofundando essa discussão, Capdevielle (2009) questionou o significado dado ao conceito de segurança e das práticas concretas envolvidas em sua produção, afirmando que o discurso sobre a (in)segurança tem se inserido na estrutura simbólica da sociedade. O autor trouxe o exemplo da Argentina, para mostrar como o sentimento de insegurança e a criminalidade são relativamente autônomos. Embora o país apresente taxas de criminalidade relativamente baixas, em comparação às existentes no restante da América Latina, sua população apresenta elevado sentimento de insegurança. Alitavoli e Kaveh (2018) evidenciam fenômeno semelhante nos EUA, onde o medo do crime vem crescendo, a despeito de gradual queda nas estatísticas criminais. O estudo apresentou pesquisas que mostram que as notícias criminais locais têm efeito de cultivo mais forte, impactando na formação do medo. O estudo

indica que o sentimento de insegurança vem se intensificando, apesar de apenas uma pequena parcela da população já ter sido vítima de algum tipo de ato criminoso ou tido algum familiar vitimado. Os autores atribuem o aumento da sensação de insegurança ao aumento do percentual de noticiários sobre crimes, o que colabora para que a população eleja cada vez mais o assunto como prioritário. Por sua vez, a mídia pauta sua agenda pelos assuntos de interesse do seu público (teoria da agenda), gerando um ciclo que resulta na escalada de noticiários sobre violência e criminalidade.

Diversas pesquisas empíricas locais convergem na mesma direção dos apontamentos citados. O estudo de Fox e Asquith (2018) encontrou resultados elevados de medo de crimes contra o patrimônio, embora a vitimação criminal sofrida pelos mesmos sujeitos pesquisados tenha sido bastante baixa. No ambiente escolar, Di Napoli (2016), em análise dos dados relativos à educação no Cone Sul, concluiu que tanto a mídia quanto parte da comunidade científica têm reforçado a ideia de que a escola é local violento, porém destacou que pesquisas têm apontado que os estudantes têm imagem positiva da escola, como espaço de aprendizagem, e se sentem seguros nelas. Por sua vez, Connell (2018) investigou o medo do crime nas escolas americanas e concluiu que, a despeito de o risco anual de morte por tiro ser inferior a 1 em 1 milhão, 70% dos pais acreditam ser provável um tiroteio na escola dos filhos.

Esse mesmo estudo apontou que estudantes que frequentam escolas que intensificaram suas políticas e medidas de segurança, apresentaram maiores índices de medo. A implementação de estratégias de segurança, como a instalação de câmeras de vigilância e de detectores de metal, e o excesso de trancas nas portas aumentaram a preocupação com roubo e assalto, expondo que o excesso de controle de segurança pode ser interpretado como ameaça que pode gerar medo. Assim, o excesso de medidas de segurança pode reforçar o medo, e este, por sua vez, pode provocar ainda mais medidas de segurança, gerando um ciclo que se retroalimenta.

### **6.5 O ciclo do medo, a segregação social e a estigmatização da juventude**

Analisando de forma crítica um estudo de Hallgarth (2017), podemos concluir que, na ânsia pela promoção da segurança, até mesmo a ciência pode acabar colaborando para o fortalecimento do ciclo do medo. O autor investigou o papel da motivação no terrorismo de ator-solitário nos EUA, termo usado para definir o terrorista que age por conta própria, sem uma rede. Esse tipo de ação tem aumentado nos EUA depois do enrijecimento da política de segurança, após os atentados de 11 de setembro de 2001. O estudo de Hallgarth (2017)

evidencia várias “fragilidades” das políticas de segurança, e aponta uma série de medidas ainda mais severas para a superação do problema. O autor não faz nenhuma reflexão sobre ter sido exatamente o enrijecimento das políticas de segurança nacional que motivou o surgimento de novas formas de terrorismo, provocando justamente aquilo que buscavam combater.

Contribuindo de forma mais crítica para a análise das políticas de segurança antiterroristas, Larsson (2016) explora o papel atual das vigilâncias nas práticas de segurança da Inglaterra. O autor debate as construções oficiais de desconfiança, a partir do incentivo dos organismos de segurança pública a um “policiamento participativo”. O incentivo faz-se por meio de campanhas midiáticas, que solicitam que os cidadãos fiquem atentos ao seu redor e reportem à polícia qualquer tipo de prática suspeita, o que reforça o medo e a paranoia. O estudo denuncia que a vigilância não tenta simplesmente desvendar algo “suspeito”, mas principalmente impor um determinado conjunto de normas sociais e postular as regras dentro de um certo modo de vida estimado. Conclui que esse tipo de política de segurança é prejudicial às relações comunitárias de solidariedade, e defende que o policiamento participativo desgasta essas relações.

Iluminando o debate sobre o ciclo da violência e do medo, Pavoni e Tulumello (2018) discutem o conceito de “violência urbana” a partir da análise de 86 textos, primeiramente problematizando e analisando as conceituações disponíveis no universo acadêmico. Posteriormente, passando do analítico ao conceitual, os autores propõem mudanças que consideram fundamentais para uma compreensão mais abrangente desse fenômeno. O estudo defende que é necessário compreender a violência urbana como fenômeno intrinsecamente relacionado ao processo de globalização neoliberal contemporânea e historicamente contextualizado, não se limitando a determinadas cidades e enredos. Para os autores, é necessária a superação do pensamento dicotômico sobre o nexo violência e segurança, evitando soluções universais para o problema. Defendem que é imprescindível a compreensão da violência urbana como inerente ao processo de urbanização, o que leva à percepção de que qualquer busca pela remoção da insegurança já nasce perdida. Os autores consideram um passo necessário abraçar a incerteza e aceitar a violência como componente inevitável da vida urbana, sob a atual lógica econômica vigente. Esse é um dos estudos mais enfáticos deste levantamento na defesa de uma quebra paradigmática nas investigações sobre violência urbana e medo.

Indistintamente nos países com alto e baixo desenvolvimento econômico, a sensação de insegurança tem gerado anseios pelo enrijecimento das políticas de controle e de proteção, o que tem intensificado os processos de estigmatização e segregação social e a apreensão do “outro” como inimigo. Bittencourt (2015) discute a relação entre a ampliação do

medo e a desintegração dos laços sociais a partir da análise de diversas obras de Zygmunt Bauman, defendendo que, na contemporaneidade, as relações pessoais estão cada vez mais frágeis e superficiais (líquidas), com perdas gradativas do senso comunitário. O estudo defende que os indivíduos têm vivido cada vez mais em ambiente uniforme, em companhia de pessoas “como eles”, com as quais podem ter superficialmente uma vida social com menores riscos de incompreensão e sem enfrentar a perturbadora necessidade de traduzir diferentes universos de significado.

Tal perspectiva, defendida por Bittencourt (2015), pode ser vista de forma encarnada e caricata em Pedro Vicente, protagonista do romance “Terra avulsa”, de Altair Martins, analisado por Conte, Cabral e Freitas (2017). O personagem, após o trauma de um assalto, volta para o seu apartamento de 55 m<sup>2</sup>, onde “funda o menor país do mundo”. Os pesquisadores analisam o romance refletindo que a sensação de despertencimento o leva a humanizar objetos e desumanizar pessoas, transformando o cabideiro em personagem e reduzindo sua parceira sexual, Eudora, a única “brasileira com visto pro seu país”, a uma boneca inflável. O pesquisador revela que a narrativa apresenta diversas facetas dos cidadãos contemporâneos, expondo a violência, o isolamento, a pobreza e dramas cotidianos do mundo colonizado.

Essa tendência de isolamento como resposta ao medo foi apontada em vários estudos empíricos. A investigação de López (2018) analisou o medo de moradores nativos e turistas da cidade histórica de Guanajuato, no México, e demonstrou que a população está cada vez mais evitando uma diversidade de locais e situações, isolando-se e esquivando-se de sair em horários noturnos, andar em locais com poucas pessoas, comparecer a eventos com participação das massas, sair nos finais de semana, etc. Ruales *et al.* (2017), investigando estudantes universitários em Lima, também apontaram mudanças no comportamento desse público, que está cada vez mais alerta, vigilante e parcimonioso em suas interações sociais, evitando inclusive olhar para pessoas que possam parecer “suspeitas”. Até mesmo nas redes sociais, o medo tem limitado os contatos, fazendo com que seus usuários cada vez mais evitem disponibilizar informações pessoais que os possam colocar em risco (ROSA; SANTOS, 2014).

Essa aversão ao outro é formatada por meio de valores sociais e preconceitos, e se cristaliza sob a forma de estigma social. Lima e Milkevicz (2015) abordaram como o medo e a insegurança rondam as subjetividades, produzindo discursos legitimadores de violência e estigmatização. Os autores definiram a insegurança como mal-estar que contemporaneamente atinge a todos. Essa insegurança produz afastamento e desconfiança, o que assevera a tese ideológica de que o bandido é um inimigo da sociedade, justificando e naturalizando práticas



que desumanizam não apenas o próprio criminoso como quaisquer sujeitos que se aproximem de sua personificação estereotipada. Esses indivíduos passam a ser vistos como sujeitos matáveis, cuja morte é vista como algo bom por parcela da população e mídia. Os autores debatem também a necessidade de que os estudos atentem para as violências simbólicas, defendendo que, sempre que um ato de violência socialmente percebida como tal é praticado, nele também estão presentes outras formas de violência implícita.

Dois artigos debateram essa questão sob uma perspectiva psicanalítica. Silveira (2016) defendeu que o medo, na contemporaneidade, tem se tornado em patologia social, em histeria. Tal histeria faz com que o combate à criminalidade passe a ser decidido por meio de olhares distópicos apocalípticos. Nessa trama, a mídia é uma grande soldadora do quadro emocional, criando sujeitos obcecados pela “ordem” e dispostos a sacrificar a liberdade, a responsabilidade e a criatividade em nome de uma suposta segurança. Assim, a sociedade, para se proteger da barbárie do crime, cria a barbárie da criminalização. Já Moreira *et al.* (2009), no diálogo com Freud, discutem que os conflitos de interesse nos primórdios de nossa espécie eram resolvidos pela violência. Com o transcurso da história, o uso do poder pelo indivíduo mais forte passou a ser feito por intermédio das leis, a partir da proibição do incesto e do parricídio, gerando a cultura e a civilização. Defendem que uma sociedade sem leis resulta em pânico, terror, morte e destruição. A lei, todavia, deve estar submetida ao amor e à justiça, para ser incorporada simbolicamente. O estudo refletiu que, no Brasil, a população mais pobre, ou as “classes torturáveis”, sofrem de desemprego, exclusão social e vivem em regime de exceção, sem contrapartida do Estado do bem-estar social. Assim, a lei que lhes é imposta não tem nenhuma equivalência simbólica.

Os jovens pobres foram apontados em vários estudos como a parcela mais vulnerável da população aos impactos da violência urbana (BARREIRA, 2013; BARRÍA, 2017; BITTENCOURT, 2015; DI NAPOLI, 2016; KOURY, 2011; MOREIRA *et al.*, 2009; REGUILLO, 1997; SILVEIRA, 2016). Di Napoli (2016) discute as violências sofridas pela população jovem, a partir de dados socioeconômicos e de segurança pública produzidos por organizações multilaterais e por agências governamentais dos países que compõem o Cone Sul. O estudo mostra que, desde a década de 1980, a “delinquência”, que se relaciona especialmente à juventude, vem se tornando a maior preocupação da população, mesmo em países de criminalidade relativamente baixa. O estudo reflete sobre a estereotipação da juventude, problematizando que pode ser criminalizada ou enaltecida, vista como “problema social” ou como “futuro da sociedade”: o que vai direcionar a escolha do estereótipo é o momentâneo interesse do capital.

Koury (2011) reflete que a mídia coloca todos os jovens em suspeição, porém os mais pobres, comumente, são considerados marginais ou bandidos *per si*, pelo simples fato de serem pobres. Para Silveira (2016), com o objetivo de afastar a violência em uma coletividade, fomentou-se o uso desmedido da força pelo Estado, cuja programação, caracterizada pelo grande poder destrutivo, tem gerado um inominável custo de vidas humanas. Bittencourt (2015) complementa relatando que, no seio das pretensas sociedades democráticas, medidas legais de exceção são adotadas contra as liberdades individuais e a vida de pessoas existencialmente indesejáveis. Essas medidas ocorrem usualmente com a anuência dos poderes públicos, mediante execuções sumárias efetivas pelas forças policiais, criminalização da pobreza, segregação social, em suma, sacrifício cotidiano de pessoas não economicamente viáveis.

Essas medidas são demonstradas por Reguillo (1997) a partir da análise de dois casos de homicídio praticados pela polícia, que vitimaram jovens que não cometeram nenhuma ilicitude. O autor defende que o sentimento de desamparo, experimentado cotidianamente pelos cidadãos, remete à incapacidade das autoridades e do Estado de abrandar a insegurança frente à violência latente e sem forma objetivamente identificável. Esse sentimento tem contribuído para a proliferação de um discurso autoritário e o incremento de dispositivos de vigilância e de controle em diferentes áreas da vida, que vêm minando os vínculos sociais.

Por fim, podemos ver essa estigmatização do jovem pobre materializada em uma personagem feminina no estudo de Barría (2017), que investigou a temática da violência policial a partir da perspectiva do “sujeito marginal”, utilizando a obra literária “Fuerzas Especiales”, da autora Diamela Eltit. O artigo refletiu sobre a precariedade social no Chile e a existência dos chamados “medos marginais”, referindo-se principalmente ao sentimento enfrentado por populações vulneráveis. O romance narra a vida de uma prostituta e de sua comunidade, cercada de medo e sitiada pelo cerco das Forças Especiais. A protagonista vive uma paranoia de que a polícia a está perseguindo. O estudo discute o medo coletivo das populações marginais, analisando uma ampla gama de problemas do país, refletindo que a perseguição e o medo sentidos pela protagonista do livro não refletem sua perspectiva subjetiva, e sim sua realidade social.

## **6.6 As propriedades dos medos**

Como pudemos observar, os aspectos negativos do medo foram predominantes nos estudos apresentados. Uma investigação de Palácios (2016) demonstrou como esse sentimento, em situações extremas, é capaz de produzir a aniquilação subjetiva. A pesquisa investigou

diversos migrantes centro-americanos no México, que foram sequestrados por cartéis de drogas para entrada forçada no tráfico, em que serviram como mão de obra escrava. Esse processo transformou sujeitos percebidos como de temperamento dócil em indivíduos violentos e “sanguinários”. Vítimas são alvos de ameaças, que se estendem a seus familiares, e acabam tornando-se executoras de seus compatriotas. A recusa em desempenhar o papel de algoz tem como consequência penalidades gradativamente mais severas. O objetivo é promover a submissão psíquica do indivíduo pelo medo. Muitos desses sujeitos, quando conseguiram escapar, não encontraram mais sentido em suas vidas, experimentando profunda culpa pelos atos que foram forçados a cometer. O suicídio é comum tanto durante o sequestro quanto entre os sujeitos que conseguiram escapar.

Os artigos, via de regra, tiveram a tendência de apresentar separadamente vítimas efetivas ou potenciais dos perpetradores de violência. Porém, os estudos de Alchazidu (2015) e Restrepo (2008) conseguiram romper um pouco essa dicotomia, mostrando como um mesmo sujeito pode passar de vítima a algoz. Alchazidu (2015) dissertou sobre o imaginário da violência, que mescla medo e fascinação, a partir do romance “Perra brava”, de Orfa Alarcón. O artigo focou na transformação da protagonista, que de vítima indefesa passou a algoz implacável, modificando o medo inicial que sofria em fascínio pela violência. O estudo questionou por quanto tempo uma pessoa precisa continuamente ser exposta, direta e indiretamente, a diferentes focos de ações violentas e suas manifestações, para naturalizar suas consequências. O autor reflete que a banalização da violência pode levar à sua aceitação. Explora também que a violência sempre esteve associada a uma extensa gama de emoções: de terror e medo até admiração e fascínio.

Restrepo (2008), por sua vez, apresentou um estudo de caso com um longo relato da história de vida de um membro de gangue de Tijuana, desde seus conflitos familiares com espancamentos e humilhações até sua autoafirmação a partir da entrada na gangue. Essa entrada simbolizou a possibilidade de exercer e receber proteção, a partir da coesão coletiva e do respeito ao grupo e ao “bairro”. O medo empurrou esse sujeito para a gangue, que passou a ser sua escola “do medo” e seu retiro de proteção. O medo é descrito de forma corporal e visceral, como um frio, o frio do medo. O membro da gangue aprende a gostar do medo e a controlá-lo. Quanto maior o domínio desse medo, maior o respeito interno do grupo e a proteção. O autor defende que, na realidade mexicana, diferentemente de outros locais, a cultura da violência tem como limite o grupo, o que reflete em índices menores de homicídio que em outros países latinos. Esses dois últimos estudos expõem o fenômeno da violência como uma reprodução socialmente construída.

Com o diferencial de apresentar o medo para além de suas características negativas e explorar seu potencial de transmutação, López e López (2017) analisam um longo documento, batizado de *Medios / Impunidad / Estado / Democracia / Opacidad* (M.I.E.D.O.), que descreve e analisa todas as agressões sofridas pelos jornalistas mexicanos durante o ano de 2016. O artigo evidenciou a dimensão emocional das ações coletivas, compreendendo que o medo, apesar de ser fator paralisante na esfera individual, pode ser ressignificado como fator de resistência no âmbito social. A investigação, a partir de um olhar sociocultural sobre as emoções, entende que, se por um lado o medo surge de uma relação de desigualdade, de subordinação e funciona como ferramenta de controle político, por outro pode reorientar a ação coletiva dos grupos dominados. No caso dos jornalistas mexicanos, o primeiro passo que possibilitou a transformação do medo de paralisador individual em produto de resistência coletiva, foi a formação de redes. As redes de jornalistas usaram diferentes estratégias de gestão emocional, como a criação de um novo significado para a palavra M.I.E.D.O. A conclusão é que o medo, reconfigurado, pode se transformar em força que dá origem a novas regras de sentimento, que acabam produzindo transformação social. O artigo foi o único que documentou uma estratégia coletiva de resistência efetiva: a criação de uma rede de resistência à violência.

### **6.7 Marcadores sociais das diferenças nos estudos de violência e medo**

Os estudos quantitativos investigaram maior número de marcadores sociais (gênero, classe, etnia, etc.) que os qualitativos. Dos seis estudos, apenas dois não utilizaram marcadores (BRANAS *et al.*, 2018; FOX; ASQUITH, 2018). Os demais apresentaram pelo menos um tipo de recorte: Custers e Van den Bulck (2017) realizaram recortes de gênero, Connell (2018) realizou recortes de gênero, etnia e classe, Yuan, Dong e Melde (2017), recortes de raça e gênero e López (2011), recorte de classe e gênero. Nesses estudos, em conformidade com pesquisas anteriores, a população mais vulnerável, ou seja, mulheres, negros, latinos (nos EUA), pessoas mais idosas e de menor poder aquisitivo mostrou-se mais propensa a sentir medo. Apenas o estudo de López (2011), única investigação quantitativa realizada em país pobre, não encontrou diferenças significativas entre os medos em diferentes classes sociais. Todavia, a investigação interseccionada de classe e gênero apontou que as mulheres mais ricas apresentaram mais medo que as mais pobres, tendência contrária à encontrada nos estudos investigativos do “medo do crime”. Os autores, porém, não apresentam hipóteses para o fato nem aprofundam a temática. Esse foi o único entre os estudos quantitativos que realizou investigação de dados de forma interseccionada.

Entre os 16 estudos qualitativos ou mistos, apenas seis apresentaram algum marcador social. Os marcadores presentes foram: etário, de classe, de gênero e territorial. Apesar de estudos quantitativos terem realizado recortes de gênero (CONNELL, 2018; YUAN; DONG; MELDE, 2017), não foram desenvolvidos aprofundamentos relativos à temática para além da simples apresentação dos dados. Já o único estudo qualitativo que realizou análise comparativa de gênero foi o de Scorgie *et al.* (2017), que buscou compreender as formas de violência interpessoal experimentadas por adolescentes de um bairro de Joanesburgo, África do Sul. O estudo concluiu que, apesar das dificuldades econômicas generalizadas, os meninos tinham a possibilidade de conseguir renda extra, o que era raro para as meninas. As narrativas dos meninos foram marcadas pela violência das gangues urbanas, enquanto as das meninas o foram por abusos sexuais, dentro e fora de casa, além de forte assédio por toda a cidade. Os autores levantaram a hipótese de que resultados parecidos poderiam ser encontrados em cidades da América Latina.

Já o estudo de Villagrán (2012) inovou, por ser o único a investigar, com mais profundidade, a relação entre violência urbana e gênero, debatendo fatores simbólicos que afastavam as mulheres dos ambientes públicos urbanos. O estudo foi realizado por meio de entrevistas em profundidade, aplicadas exclusivamente com mulheres de um assentamento popular na Cidade do México, e analisou a relação entre divisões espaciais e de gênero na construção social do medo. A autora alertou que, não obstante o aumento das discussões sobre violências de gênero, muito pouco se tem problematizado sobre o direito das mulheres de circular livremente na cidade. O estudo demonstra que esse tipo de violência, por não deixar marcas físicas, escapa à sua tipificação. A investigação destaca-se por duplo mérito: incluir a temática do gênero nos estudos de violência urbana e medo e incluir a temática do acesso à cidade nas discussões de gênero, evidenciando os componentes específicos de gênero da violência urbana. A autora problematiza que a maior parte do planejamento urbano é construída para os homens, dessa forma, desde a mais precoce socialização, o ambiente externo é sinalizado para as mulheres como perigoso, pela família, pela sociedade e pela mídia, a partir de processos de vitimação e culpabilização.

Quanto ao marcador etário, também apenas um estudo apresentou comparativo entre populações com idades diferentes. Gaviria (2008) analisou as representações sociais da violência dos moradores das cidades de Alvorada e São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O estudo revelou que os adultos tendem a descrever a violência de forma abstrata, desterritorializada, representando-a de maneira indistintamente presente, porém restrita a espaços com os quais não têm muita intimidade e acompanhada da percepção de que, no

passado, a violência era menor. Já nas representações sociais dos jovens, a violência é algo inerente ao entorno em que vivem, ocupando o mesmo tempo e espaço, abrangendo vizinhos, familiares e amigos. A violência parece estar mais próxima do cotidiano da juventude.

No tocante aos marcadores de classe/território, encontramos três recortes: um com adultos, um com jovens e um com crianças. O estudo com adultos (SANTOS; RAMIRES, 2009) apontou para discursos e percepções semelhantes em bairros de classes sociais distintas. Já a investigação com jovens de Fortaleza (BARREIRA, 2009), fruto de pesquisa realizada no final da década de 1990, evidenciou que especialmente aqueles de classe social baixa, diferenciam a cidade a partir de dois espaços: o centro e a periferia. O centro não é só o centro histórico da cidade, mas os locais de maior estrutura, sobre os quais os jovens possuem pouco conhecimento, e a periferia são as localidades próximas de sua residência. Os jovens da periferia consideram que a mudança de um ponto para outro da cidade significa entrar em um mundo desconhecido, incerto e perigoso, um espaço com outras regras de conduta e diferentes códigos sociais, que costumam evitar. Já para jovens de classe média e alta, a incursão na periferia representa caminhar com medo da violência difusa. O estudo com crianças (VILHENA *et al.*, 2011) apontou que os medos mais recorrentes nas classes altas foram de “ladrão”, de “sequestro” e “das favelas”, e a solução para a segurança apresentada foi a presença de “mais policiais”. Nas classes mais baixas, os medos principais relacionaram-se a animais peçonhentos, a atropelamentos e ao “caveirão<sup>35</sup>”. Os medos das crianças mais pobres representaram com muito mais realismo sua vida cotidiana, apontando que estão sendo privadas de elaborar os medos a partir da dimensão da fantasia: os medos imaginários estão dando lugar aos concretos.

Em relação às questões étnicas, apesar de dois estudos quantitativos apontarem maiores índices de medo na população negra (CONNELL, 2018; YUAN; DONG; MELDE, 2017), nenhum deles investigou as particularidades do medo dessa população. Isso evidencia um grande vácuo da questão racial nos estudos sobre a violência e o medo, indicando a urgência de maior produção de artigos que relacionem essas categorias, a partir de um recorte racial. Os estudos também não realizaram recortes de orientação sexual ou de identidade de gênero. Apenas um deles investigou exclusivamente a população LGBTQI (FOX; ASQUITH, 2018), analisando o medo dessa população de ser vítima de violência heterossexista. Assim como o estudo de Villagrán (2012) encontrou aspectos associados à violência de gênero no medo relacionado à violência nas cidades, seria relevante a realização de estudos que investigassem

---

<sup>35</sup> Termo popularmente conhecido para se referir ao Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) da cidade do Rio de Janeiro.

também fatores associados à violência racial e à violência heterossexista nos medos apontados como relativos à violência urbana. Isso é particularmente relevante na realidade social brasileira, na qual o número de homicídios da população negra é quatro vezes maior que o da população branca (WAISELFISZ, 2016), além de ser o País que mais mata população LGBTQI no mundo (GRUPO GAY DA BAHIA [GGB], 2019).

## 6.8 Considerações finais

A consideração que se evidenciou mais frequentemente neste levantamento foi a de que o medo social tem se intensificado (ALITAVOLI; KAVEH, 2018; BARREIRA, 2013; BITTENCOURT, 2015; CAPDEVIELLE, 2009; KOURY, 2011; LIMA; MILKEVICZ, 2015; MELO, 2008; MOREIRA *et al.*, 2009; PAVONI; TULUMELLO, 2018; SILVEIRA, 2016). Essa assertiva foi confirmada pelos estudos empíricos, que revelaram elevados índices de percepção das violências e dos medos sociais, em diferentes partes do mundo e por diferentes públicos (CONNELL, 2018; FOX; ASQUITH, 2018; GAVIRIA, 2008; KOURY, 2009; MACHADO, 2012; ROSA *et al.*, 2012; ROSA; SANTOS, 2014; SANTOS; RAMIRES, 2009; SCORGIE *et al.*, 2017; SILVA, 2011; VILHENA *et al.*, 2011; VILLAGRÁN, 2012).

Em contraste com o fenômeno de generalização e intensificação do medo, predominante nos trabalhos analisados, os dois únicos estudos que captaram a diminuição do medo social foram os que utilizaram métodos longitudinais (BRANAS *et al.*, 2018; YUAN; DONG; MELDE, 2017). Dessa forma, incluir mais estudos longitudinais, tanto de metodologias qualitativas como de quantitativas, pode contribuir para uma melhor compreensão dos medos a partir de uma perspectiva temporal, complexibilizando a percepção desse fenômeno.

A principal limitação dos estudos realizados nos países com maior desenvolvimento econômico, foi a tendência exclusiva de metrificação do medo. Eles tiveram a propensão a investigar o medo urbano por meio de escalas, apreensíveis por um único constructo homogêneo, normalmente apresentado por meio da categoria “medo do crime” ou a ela relacionado. Os estudos ficaram circunscritos à investigação da quantificação do medo em diferentes contextos e sujeitos sociais, especialmente por meio das tipificações criminais (medo de assalto, medo de sequestro, medo de homicídio, etc.) e dos comportamentos pessoais (sair de casa, andar em locais escuros, etc.) com os quais o medo se relacionava. Os estudos não se aprofundaram nas propriedades particulares dos diferentes medos, investigando como impactavam distintamente os diferentes grupos sociais e suas possíveis implicações.

As pesquisas quantitativas revelaram maior propensão a utilizar marcadores sociais, todavia, apenas uma (LÓPEZ, 2011) apresentou dados interseccionais. O fato de, nesse estudo, contrariando a tendência das investigações realizadas em países com maior desenvolvimento econômico, as mulheres ricas terem apresentado mais medo do crime que as mulheres pobres, indica a necessidade de prudência na generalização das tendências encontradas nos países mais ricos e a relevância de investigações semelhantes também em países com menor desenvolvimento econômico, nos estudos dessa categoria.

Os estudos qualitativos, por sua vez, foram concentrados especialmente na América Latina. Em gradações distintas, tenderam a apresentar o medo apenas como consequência direta da violência, ou seja, como reflexo da possibilidade real de vitimação. Existe ainda uma tendência, especialmente nos estudos realizados em países particularmente perigosos como o Brasil, de não se tomar o medo como categoria analítica interdependente, avaliando outros fatores como responsáveis por sua produção para além da violência, ou mesmo de investigar como a violência vem sendo apresentada como legitimadora do medo social, mesmo em parcelas populacionais menos vulneráveis.

Merecem destaque três pesquisas, que conseguiram explorar aspectos particulares das propriedades dos medos e suas consequências, a partir dos marcadores sociais. Uma delas evidenciou as diferenças dos medos entre homens e mulheres (VILLAGRÁN, 2012), enquanto outras duas apontaram as diferenças dos medos em classes sociais distintas (BARREIRA, 2009; VILHENA *et al.*, 2011). Esses estudos apontaram a produção social do medo como forma de violência simbólica, tendo em vista que limita o acesso seguro das mulheres aos ambientes urbanos (VILLAGRÁN, 2012), priva os jovens pobres de circular além dos limites de seu bairro (BARREIRA, 2011), e veda às crianças pobres o direito de elaborar seus medos a partir da dimensão da fantasia (VILHENA *et al.*, 2011).

Os apontamentos dos pesquisadores evidenciam que as propriedades particulares dos medos se vinculam aos marcadores sociais da diferença, descortinando um campo investigativo e apontando pistas de como a socialização e as vulnerabilidades econômicas e sociais relacionam-se com a produção dos medos. Com isso, podemos concluir que a própria produção social e cultural do medo é, em si, uma forma de violência, que atinge de forma particular as populações mais vulneráveis. Essa compreensão inverte o nexos causal normalmente apontado na relação entre a violência e o medo, tornando necessária a realização de estudos que tenham como objeto tanto o medo como resultado da violência quanto a produção do medo como violência simbólica que, em si, produz consequências, como as elencadas no parágrafo anterior.



Alguns autores apontaram a intensidade em demasia do medo social na contemporaneidade como fenômeno difuso e que vem atingindo toda a sociedade (BARREIRA, 2013; BITTENCOURT, 2015), ideia bastante defendida por Bauman (2005, 2008, 2009). No entanto, compreendemos que tal apontamento pode provocar generalizações que não correspondem à realidade. Como mostrado nos estudos de Villagrán (2012), de Vilhena *et al.* (2011) e do próprio Barreira (2009), além dos elementos generalizáveis, esses medos muitas vezes possuem propriedades e implicações bastante distintas. Dessa forma, faz-se necessário ponderar que a generalização do medo não pode ser interpretada como uma homogeneização desse sentimento. Pode-se destacar, com este levantamento, que apesar de o discurso acadêmico vir compreendendo acertadamente a ampliação do medo social como fenômeno global, pouco tem investigado as propriedades qualitativas particulares desse medo em populações distintas.

O aspecto generalizante do medo torna-se fácil de depreender quando se recorre à definição de violência urbana proposta por Pavoni e Tulumello (2018), que entendem esse fenômeno como intrínseco à “urbanização planetária”. Quando tomamos a violência urbana como consequência de um processo inseparável da globalização neoliberal, da qual não se pode fugir, podemos inferir que o medo social é igualmente indissolúvel desse processo, o que torna justificável que tantos autores reconheçam sua generalização contemporânea, reflexo da atual ordem capitalista global.

Sob esse aspecto global, esta revisão constatou a ampliação do sentimento de medo na contemporaneidade e sua correlação com práticas que têm se intensificado em muitos locais do planeta, tais como: o aumento do individualismo, a evitação do outro, os comportamentos de confinamento e a quebra dos vínculos sociais. Essas manifestações e o medo social não possuem relação linear de causa e efeito, mas se retroalimentam. Esses fenômenos têm gerado uma busca desenfreada por segurança, intensificam as desconfianças e as hostilidades entre os sujeitos e saem do campo pessoal para o político, provocando maiores demandas de práticas de punição, de segregação social, de estigmatização e de criminalização de parcelas mais vulneráveis da população. A busca por segurança acaba se constituindo como violenta em si, frustrando seus objetivos e contribuindo para uma reprodução cíclica dos fenômenos da violência e do medo.

Há, portanto, um caráter paradoxal no medo social contemporâneo: ao mesmo tempo que gera uma busca segregacionista por segurança, é por essa mesma segurança segregacionista exacerbado. Tal impasse está presente de maneiras diferentes na sociedade globalizada, fazendo com que os mais diferentes locais do planeta sejam de alguma forma atingidos, contribuindo para a generalização do medo social. A busca de segurança tem travado

ávidas lutas que parecem já ter nascido perdidas, a exemplo da guerra contra o terrorismo nos países mais ricos e contra organizações de tráfico de drogas nos países mais pobres.

O medo social contemporâneo é resultado de políticas de globalização homogeneizantes, individualistas e segregacionistas que atingem, de maneira bastante distinta, as diversas populações, a partir de aspectos como território, gênero, raça e classe social. As diferentes consequências psicossociais desses medos, a partir desses diversos marcadores, ainda têm sido pouco exploradas no meio científico. A inclusão desses marcadores nas discussões sobre a insegurança urbana é imprescindível, pois o medo é experimentado de forma diferente entre homens e mulheres, jovens e adultos, brancos e negros, população urbana e rural, entre culturas diferentes. A sensação de insegurança e o medo variam de acordo com os diferentes graus de subordinação aos quais as coletividades são submetidas e, assim, variam de acordo com as condições físicas, sociais e materiais dessas coletividades.

Incluir a investigação sobre o medo nos estudos de violência urbana é uma forma de incluir os aspectos simbólicos desse fenômeno, que escapam aos seus efeitos imediatamente identificáveis. É necessário apreender o medo como resultado não da violência direta, mas de uma cultura que legitima práticas de dominação e de segregação social: uma cultura reprodutora de violências. O sentimento de insegurança é muito mais que uma resposta afetiva a um cálculo cognitivo de risco real, é resultado de uma operação complexa, que envolve a integração de aspectos cognitivos e afetivos atravessados por questões sociais e culturais.

Assim, um dos grandes desafios atuais das investigações sobre violência urbana é investigar a proliferação do medo como fenômeno cultural e político, tanto a partir de seus elementos generalizáveis, calcados na atual ordem capitalista global, quanto de seus aspectos plurais, resultantes do impacto dessa ordem global nas diferentes populações. Com isso, as investigações poderão ser mais assertivas em avaliar as implicações dessas pluralidades de medos em sua relação com o urbano, evitando, assim, que uma equivocada percepção de homogeneidade possa invisibilizar o sofrimento das populações mais vulneráveis.

## **7 APARTHEID E MEDOS URBANOS: UMA INVESTIGAÇÃO POR MEIO DOS MAPAS AFETIVOS**

Neste capítulo apresentamos o resultado da análise dos mapas afetivos dos adolescentes da cidade de Fortaleza. Utilizando o conceito de “zonas de sentidos” de Vygotsky, propomos o exercício de se pensar dentro das tradicionais categorias dos mapas afetivos – Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança, Destruição e Contraste –, “subzonas” específicas de acordo com o ambiente pesquisado. Nessa perspectiva, apresentamos a Imagem de *Apartheid* como um tipo singular de Imagem de Contraste, que evidencia uma cidade segregada, à qual os moradores de determinados territórios, cuja inclusão se dá de forma perversa, têm acesso bastante restrito. Este capítulo foi o último a ser escrito nesta tese, e pode ser pensado como um prefácio das análises de campo, em que, a partir das Imagens de *Apartheid*, adiantamos alguns dos resultados encontrados, discutindo-os com base nas teorias de Bader Sawaia e Frantz Fanon. Tais teóricos, apesar de seguirem por caminhos distintos, têm como ponto de partida a perspectiva marxista de alienação, e conseguem pensar o sofrimento a partir de um viés psicossocial, indissociável da cultura, calcado em uma exclusão que, além de material, tem como principal marca oprimir e submeter o outro, negando o seu reconhecimento e retirando dele sua humanidade. A opção de abrir a discussão dos resultados com este capítulo deveu-se à busca de explicar os medos dos adolescentes a partir de sua causa eficiente, ou seja, como fenômeno que deriva da desigualdade, da exclusão de determinados grupos, reforçada por concepções ideológicas que distorcem o real, que promovem segregação e desnudam uma cidade apartada socioterritorialmente, e que, assim sendo, reproduz outras formas de segregação dentro das periferias.

### **7.1 Introdução**

Este capítulo teve como objetivo compreender as emoções e sentidos dos adolescentes em relação à cidade de Fortaleza, situando os medos urbanos e as demais emoções e representações desses em relação à cidade, na busca de refletir sobre as condições de formação dos medos urbanos nos territórios mais violentos (centro) e menos violentos (periferia) da cidade de Fortaleza. Escolhemos como método o Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA) desenvolvido por Bomfim (2010), para facilitar a apreensão e análise das emoções e sentidos dos sujeitos em relação ao ambiente. Tal metodologia já vem sendo bastante utilizada nas pesquisas em psicologia ambiental, na busca de integrar as dimensões cognitivas e afetivas

humanas. O estudo foi realizado a partir dos mapas afetivos de 10 adolescentes de cada gênero de ambos os territórios.

Ao contrário do que é feito tradicionalmente, optamos por aplicar as perguntas do IGMA de forma oral, transformando as questões do questionário aberto nas perguntas iniciais da entrevista. Isso se deu por anteciparmos o enfrentamento de algumas dificuldades para a aplicação do IGMA, diante da negativa das escolas particulares do centro em acolher a realização da pesquisa. Em virtude disso, nesse território, optamos em aplicar o IGMA e as entrevistas diretamente nas residências, por meio da técnica de amostragem conhecida por “Bola de neve”, mas o receio de termos que recorrer a chamadas de vídeo caso enfrentássemos resistências dos adolescentes e responsáveis em nos receber pessoalmente, levou-nos a fazer todas as aplicações de forma oral. Conseguimos aplicar os mapas na residência de oito jovens do centro, no entanto, a inesperada pandemia da covid-19 nos levou a suspender as entrevistas presenciais e realizar as 12 entrevistas restantes por chamada de vídeo. A aplicação do instrumento, bem como as entrevistas já haviam sido realizadas com os adolescentes da periferia, quando a pandemia se instalou.

A aplicação do instrumento de forma oral trouxe alguns ganhos e prejuízos. Uma vantagem foi a integração da entrevista semiestruturada à aplicação do IGMA, tornando possível investigar as questões relativas aos medos a partir das imagens de cada respondente, explorando-as de forma mais particularizada. Outro ganho esteve relacionado à abordagem, pelos jovens, de outros elementos além dos solicitados no decorrer da aplicação, que, por vezes, mostraram-se relevantes e enriqueceram as análises. No entanto, esse formato produziu uma dificuldade adicional na apresentação das análises. A linguagem oral fez com que os jovens acabassem oferecendo respostas não apenas explicativas como narrativas, especialmente a partir de exemplos, e de forma bem mais extensa, o que embora resulte em elementos adicionais ricos, dificulta a apresentação no formato tradicional de quadros. Foi comum também que os jovens apontassem para a imagem e discorressem sobre elementos particulares do desenho, dinâmica que também se tornou um empecilho para a apresentação habitual. Dessa forma, optamos por apresentar os dados na forma de “mapas afetivos descritivos”, cientes de que tal escolha, embora tenha permitido abarcar de forma mais integral elementos dinâmicos e processuais, tornou a apresentação um pouco menos sintética.

Pacheco (2018), avaliando estudos que utilizaram o IGMA, produzidos desde a construção do instrumento, por Bomfim (2010), até os dias atuais, relata que têm sido categorizados a partir de cinco imagens - Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição e Contaste -, mas que, devido ao caráter aberto do instrumento à dinâmica singular

do ambiente pesquisado, outras imagens podem se formar. O autor caracteriza cada uma das imagens da seguinte forma:

A Imagem de Agradabilidade remete aos sentimentos de vinculação com o lugar em consequência às suas qualidades ambientais, construídas ou naturais, as quais são sentidas como agradáveis pelos indivíduos, produzindo sentimentos de prazer. A Imagem de Pertencimento diz respeito aos pensamentos, às ações e aos sentimentos que denotam a identificação da pessoa com os lugares. Na Imagem de Destruição, evidenciam-se experiências em que o ambiente é tido como degradado, mal cuidado e destruído. A Imagem de Insegurança denota algo inesperado e instável, sobressaindo sentimentos de medo, insegurança e ameaça. A Imagem de Contraste compõe-se de sentimentos, emoções e palavras contraditórias, ambíguas, expressando vivências positivas e negativas, atribuídas simultaneamente ao ambiente. (PACHECO, 2018, p. 63)

Pacheco (2018) reflete, a partir de diversos autores que utilizaram os mapas afetivos em pesquisas na última década, que as concepções em relação à Imagem de Contraste foram se modificando. As pesquisas iniciais apontavam que as Imagens de Contraste revelavam uma estima de lugar despotencializadora. No entanto, pesquisas como a de Alencar (2010) e Feitosa (2014) apontaram a justaposição de aspectos múltiplos nas Imagens de Contraste, de caráter tanto potencializador como despotencializador. Uma contribuição recente ao IGMA foi realizada por Pacheco (2018), que, baseado na obra de Agnes Heller, evidenciou que o Contraste pode possuir tanto “planos de frente”, decorrentes da atual vivência dos sujeitos, como “planos de fundo”, construídos a partir de suas vivências mais duradouras.

## **7.2 Mapas afetivos dos adolescentes de Fortaleza**

Entre os adolescentes de ambos os territórios de Fortaleza, as imagens mais retratadas foram as Imagens de Contraste. Na periferia foram retratados 13 mapas de Contraste, 4 de Insegurança, 2 de Pertencimento e 1 de Destruição. Já no centro foram retratados 12 mapas de Contraste, 2 de Insegurança, 2 de Pertencimento e 4 de Agradabilidade. O elemento que mais se destacou nas Imagens de Contraste foi a Insegurança, especialmente na periferia. As vivências de violências e medos mostraram-se distintas nos diferentes territórios estudados, embora a retratação das imagens não tenha sido tão divergente, com abundância de Imagens de Contraste.

Quando solicitados que desenhassem “sua forma de ver, sua forma de representar ou sua forma de sentir” a cidade de Fortaleza, diversos adolescentes de ambos os territórios expuseram uma cidade fragmentada, que apartava territórios e grupos sociais e que apresentava um quadro de intensa segregação social, injustiça e exclusão. Diante desse fenômeno,

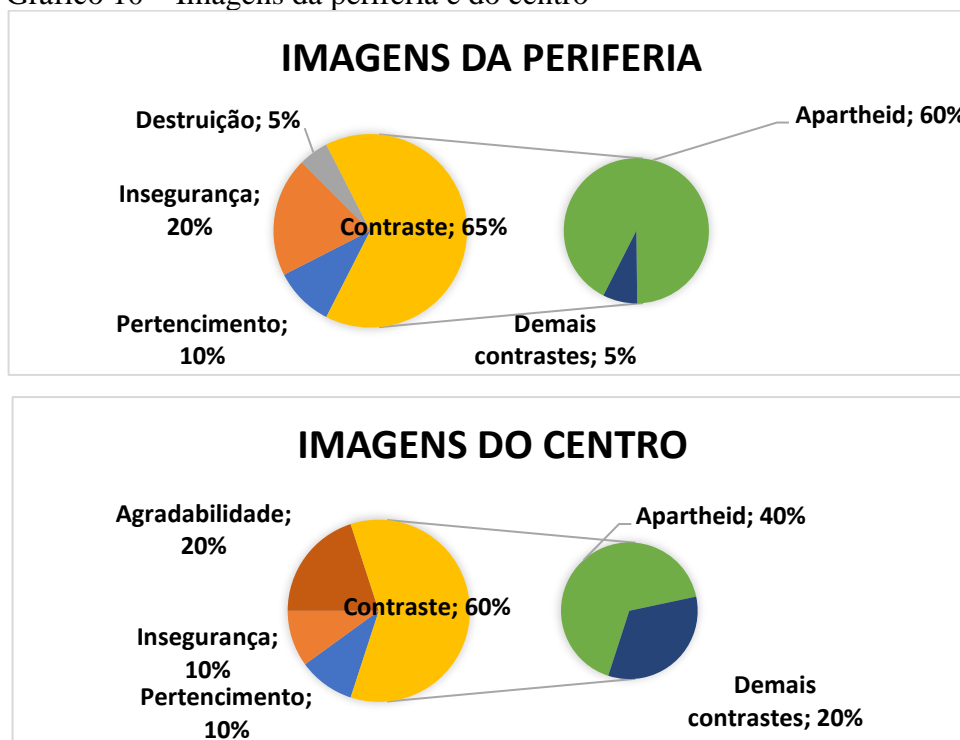
categorizamos como “Imagens de *Apartheid*” os mapas afetivos que, além de retratar um ambiente contrastado, permeado por elementos considerados positivos e outros negativos, evidenciaram uma notória divisão socioterritorial, que expunha que determinados grupos de indivíduos sofriam mais impacto dos elementos negativos e não podiam usufruir dos elementos positivos da cidade.

Ao trabalhar o conceito de sentido, Vygotsky (2001/1934) aponta que o seu funcionamento acontece a partir de “zonas”, e que dentro de algumas zonas de sentidos pode haver novas zonas de sentido mais específicas. Assim, classificamos as Imagens de *Apartheid* de Fortaleza como uma zona de sentido singular das Imagens de Contraste, que carregam sentidos específicos: apontam a existência de um grupo, que é incluído socioterritorialmente, tendo mais acesso aos atributos positivos da cidade, e de outro grupo, que é excluído (ou incluído de forma perversa), a quem a cidade é negada, e que sofre diversas estigmatizações em virtude de sua origem territorial e de seu local de moradia. Os principais sentimentos que essas imagens evocaram foram tristeza, revolta, injustiça, exclusão e esperança de que tal realidade não permanecesse sempre assim.

Compreendemos que a aplicação do conceito de zonas de sentido aos mapas afetivos abre precedente para que sejam definidas categorias de sentido específicas, dentro das tradicionais categorias mais amplas do IGMA. O estudo de Cabral (2015), por exemplo, demonstrou que em uma determinada comunidade praiana, as Imagens de Insegurança não estavam ligadas, como na maior parte das pesquisas anteriores, à violência urbana, mas aos perigos da natureza. Nesse caso, pode-se falar que, dentro de uma categoria mais ampla de Insegurança, surgiram zonas específicas distintas: inseguranças urbanas e inseguranças naturais. Compreendendo o IGMA como instrumento metodológico flexível, pensar em zonas de sentidos pode aumentar a maleabilidade dessa ferramenta, para que compreenda diferenciações plurais promovidas por ideias e afetos relacionados a ambientes distintos, enquanto aprofunda as investigações de categorias já consolidadas.

Tomando como base as definições já apontadas, identificamos que 12 das 13 Imagens de Contraste reveladas pelo Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA) dos adolescentes da periferia foram classificadas como Imagens de *Apartheid*, o mesmo acontecendo com 8 das 12 Imagens de Contraste produzidas pelos adolescentes do centro. Com isso, 20 (50%) dos 40 adolescentes representaram Imagens de *Apartheid*. No Gráfico 10, na continuidade, podemos visualizar os percentuais estabelecidos em cada uma das imagens, a partir tanto das categorias tradicionais quanto dessas categorias acrescidas das zonas de sentidos específicas de *apartheid*.

Gráfico 10 – Imagens da periferia e do centro



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Em nossa pesquisa, as Imagens de *Apartheid* foram reiteradamente representadas não apenas por uma figura, mas por duas, seja de forma literal, separadas por um traço ou por um espaço, seja de forma simbólica, separadas por algum elemento do próprio desenho, como um muro ou uma rua. Embora essa divisão, no próprio desenho, tenha se mostrado uma característica comum desse tipo de Imagem, não é esse o elemento definidor da Imagem de *Apartheid*, já que a análise do Mapa Afetivo não é da representação em si, mas do conteúdo explicativo sobre ela.

A aplicação de forma oral ajudou a compreender determinadas nuances nas Imagens de *Apartheid*, que possivelmente não surgiriam na aplicação escrita. Em alguns casos, na elaboração das Imagens de *Apartheid*, os jovens da periferia relataram qualidades pessoalmente compreendidas como positivas e/ou negativas na cidade, destacando, em relação a elas, emoções potencializadoras e despotencializadoras. No entanto, no decorrer da entrevista, apontavam que eles próprios não podiam usufruir dos aspectos positivos da cidade, ou que tal usufruto era bastante limitado. Nesse caso, as emoções potencializadoras, por vezes, vinham do desejo/esperança de um dia serem genuinamente incluídos, ou mesmo de que a cidade futuramente pudesse ser inclusiva para todos, e não necessariamente da emoção que a cidade despertava em seu cotidiano atual. Particularmente na periferia, as Imagens de *Apartheid*

tinham traços muito presentes de Insegurança, que evidenciavam que tais territórios eram predominantemente atingidos pela violência.

Também os adolescentes do centro retrataram Imagens de *Apartheid* atribuindo qualidades positivas e negativas à cidade, que, vistas em seu conjunto, expunham sentidos de injustiça, posto que as qualidades positivas só poderiam ser usufruídas por alguns. Nesse caso, o conjunto dos elementos bons e ruins foi globalmente avaliado como injusto, por ser coletivamente desagregador, diferentemente de outras Imagens de Contraste, em que a cidade é experimentada por uma ambivalência interna, advinda de uma atribuição de sentidos individualmente avaliados como bons ou ruins. Evidencia-se, com isso, em ambos os territórios, uma dimensão ético-política que emerge das Imagens de *Apartheid*: emoções que atravessam os sentidos individuais e se dirigem ao interesse comum, embora tenham se mostrado insuficientes para gerar ações coletivas. Por fim, complexificando a questão, vale ressaltar que, em alguns casos específicos, os sentidos de *apartheid* se misturavam a outras qualidades da cidade, que podiam ser positivas, da perspectiva individual, justapondo os sentimentos de injustiça a afetos alegres. Nesses casos, de maneira semelhante às demais Imagens de Contraste, os adolescentes podiam, por exemplo, dizer que amavam a cidade, apesar de ela ser injusta.

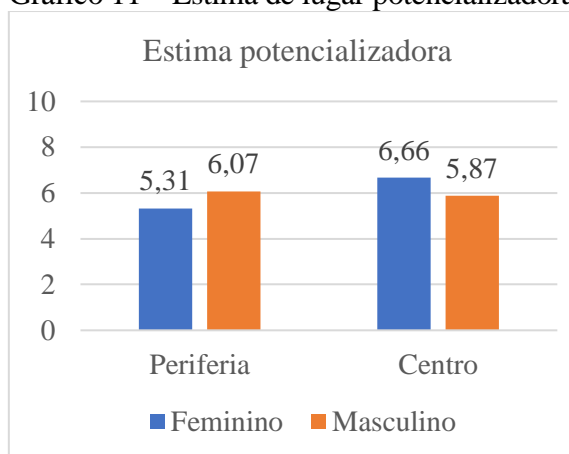
Inicialmente denominaríamos essa categoria de Imagem de Segregação, todavia, as demais análises desta tese apontaram que os adolescentes do centro e periferia viviam realidades tão díspares, e encontros tão raros, que optamos pelo termo *apartheid* para evidenciar uma segregação extrema, na qual os encontros são raríssimos, ocorrendo normalmente apenas por intermédio do olhar. Muitos jovens da periferia efetivamente nunca saem de seus bairros, alguns apenas nos raros passeios realizados pela escola, e outros nem mesmo nesses casos.

Tal termo acaba propositalmente remetendo ao regime de segregação racial implantado na África do Sul em 1948, que separava as áreas de residência e circulação da população branca e negra. No caso das Imagens retratadas em nossa pesquisa, as segregações remetem principalmente às diferenças socioterritoriais, que evocam a desigualdade entre os dois grupos de adolescentes pesquisados, os do centro e os da periferia da cidade, embora os aspectos de classe e território tenham se mostrado completamente imbricados aos fatores étnicos. Assim, o termo *apartheid* carrega sentidos que apontam a colonização como marca extremamente presente nesse tipo de segregação. No entanto, é necessário diferenciar tal termo do *Apartheid* racial ocorrido na África no Sul, por isso o intitulamos *apartheid socioterritorial*. Neste capítulo optamos por apresentar apenas as Imagens de *Apartheid*, pois foram as que melhor representaram tanto as emoções quanto os sentidos dos adolescentes, e melhor explicaram as diferenças nas gêneses dos medos dos adolescentes do centro e da periferia.



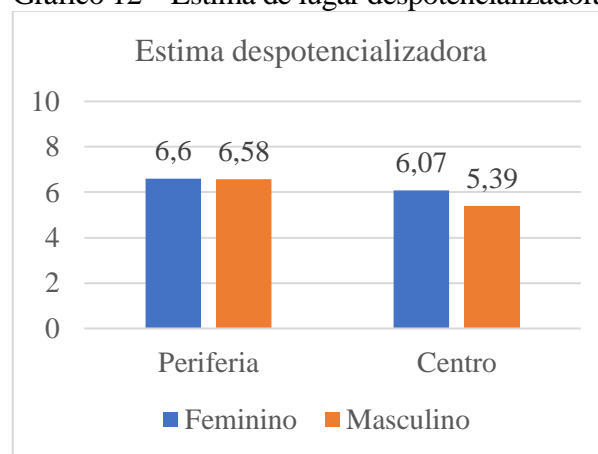
Em relação à escala dos mapas afetivos (BOMFIM *et al.*, 2014), fizemos os cálculos a partir do software Pacote Estatístico para as Ciências Sociais (SPSS – sigla em inglês para *Statistical Package for the Social Sciences*), transformando-a em resultados decimais (de 0 a 10) para melhor visualização. Os Gráficos 11 e 12 mostram que a estima potencializadora (Agradabilidade + Pertencimento) foi maior entre os adolescentes do centro e a estima despotencializadora (Insegurança + Destruição) foi maior entre os adolescentes da periferia.

Gráfico 11 – Estima de lugar potencializadora



Fonte: Pesquisa direta (2020).

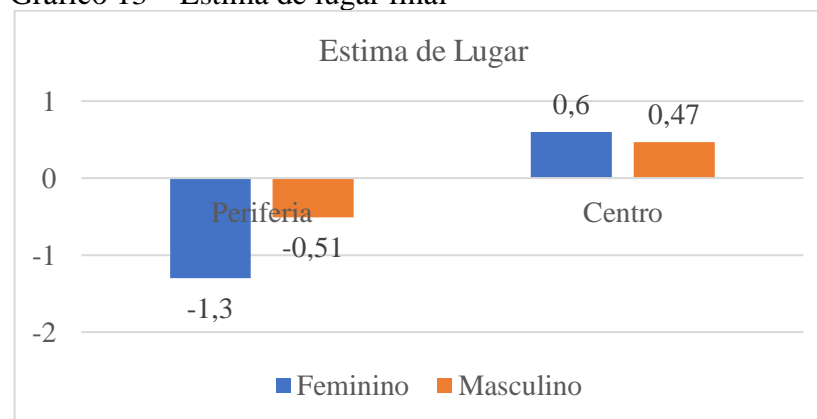
Gráfico 12 – Estima de lugar despotencializadora



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Apesar de as diferenças entre estima potencializadora e despotencializadora não terem sido muito altas entre os dois grupos de adolescentes, os adolescentes do centro apresentaram uma estima de lugar<sup>36</sup> potencializadora e os da periferia apresentaram uma estima de lugar despotencializadora, como podemos ver no Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 – Estima de lugar final



Fonte: Pesquisa direta (2020).

<sup>36</sup> A estima de lugar é o resultado final calculado a partir da subtração da estima despotencializadora da estima potencializadora. Se o resultado é superior a zero, consideramos que a estima de lugar é predominantemente potencializadora, se é inferior, consideramos que é predominantemente despotencializadora.

A título de esclarecimento, o número encontrado após o cálculo da estima de lugar final, quando é superior a zero, indica uma estima potencializadora, e quando é inferior, uma estima despotencializadora.

### 7.3 Imagens de *Apartheid* dos adolescentes da periferia

Paty (parda, 15 anos, da periferia) revela que desenhou do lado esquerdo “umas crianças brincando e se divertindo”, e do lado direito “umas pessoas morrendo e matando, por conta da violência”. Conforme podemos ver na Figura 2, o desenho de Paty ilustra garotos muito semelhantes em lados opostos, que se distinguem apenas pela expressão de alegria em um e de tristeza em outro. Um mata, a outra brinca. Embora não seja nossa intenção fazer uma análise das representações, não é difícil supor que Paty retrata pessoas da mesma idade, embora o termo “criança” pareça mais difícil de ser utilizado na realidade da direita.

Figura 2 – Representação da “Fortaleza Boa e Má” de Paty



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Questionada acerca de qual das duas realidades é mais parecida com o lugar em que vive, Paty aponta para a imagem da direita e responde: “com certeza essa”, relatando que naquela semana um amigo de infância foi assassinado. A adolescente se apressa em explicar que “ele não era envolvido<sup>37</sup> com nada não. Agora não precisa mais nem ser envolvido não, para morrer. Ele era só entregador de água mesmo, aí foi passar pro outro lado, diferente do que ele morava, aí mataram ele por causa disso”. O outro lado ao qual Paty se refere é um território dominado por uma facção rival da que predomina em seu bairro. Como iremos explorar, foi

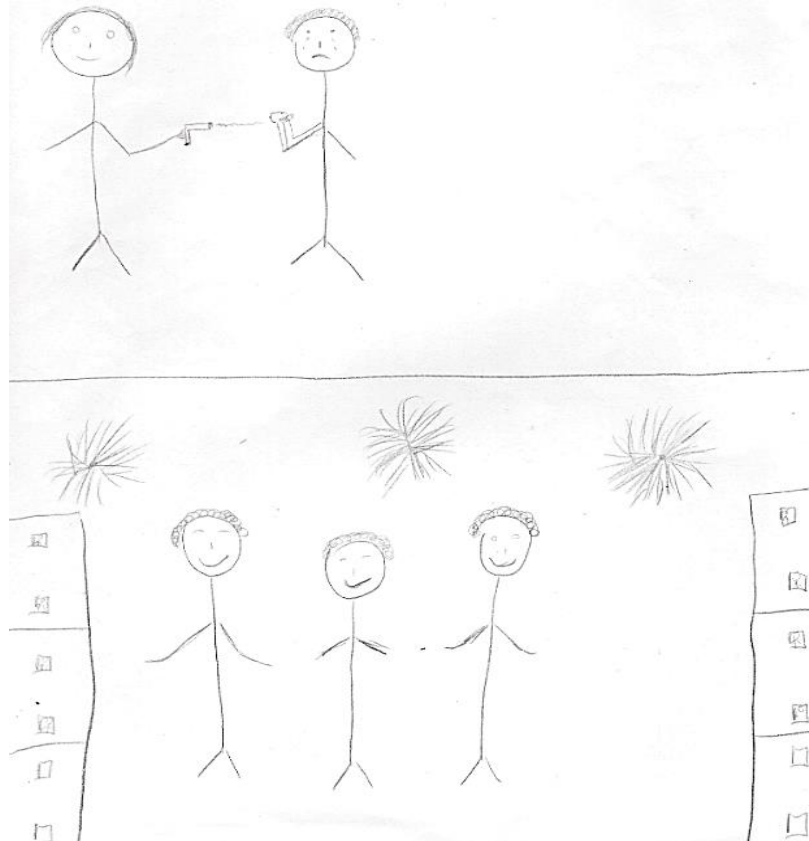
<sup>37</sup> Conforme discutiremos ao longo desta tese, o termo “envolvido” é utilizado abstratamente para indicar que o adolescente tem algum tipo de ligação com facções de drogas ou com o “mundo do crime”.

comum o relato de jovens da periferia assassinados apenas por cruzar os limites territoriais de seu bairro, em virtude dos intensos conflitos entre facções de drogas, mesmo que não tivessem nenhum tipo de ligação com o confronto.

Indagada acerca do que pensa da cidade, Paty afirma que não sabe o que responder. De fato, não precisava ir muito além de sua representação. Interrogada sobre com que compararia a cidade, Paty não chega a elaborar uma metáfora, limitando-se a dizer que a compararia com uma cidade que tem coisas boas e ruins. Essa foi uma resposta comum em alguns outros desenhos. Sobre os sentimentos que o desenho despertou, Paty aponta primeiro para o lado esquerdo dizendo: “deste lado, prazer e felicidade”, e depois para o direito afirmando: “e deste, medo, tristeza e insegurança”. A Imagem possui elementos de Contraste, de Agradabilidade e de Insegurança, mas seus sentidos revelam que a Agradabilidade só pode ser vivenciada efetivamente por outras pessoas, sendo dessa forma uma Imagem de *Apartheid*.

A Figura 3 traz a representação de Ana (parda, 15 anos, da periferia), que afirmou que a cidade de Fortaleza é uma cidade muito violenta e com locais com pouca estrutura, mas que ao mesmo tempo é “muito bonita, com muitos pontos legais” e “com muita coisa para ser aproveitada” (desfrutada).

Figura 3 – Representação da “Fortaleza desigual” de Ana



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Embora ilustre uma cidade tão contrastada quanto a de Paty, o desenho de Ana não retrata duas realidades da mesma cidade, mas uma mudança em sua própria percepção sobre Fortaleza. Ela relata que chegou do interior do estado há três anos, e que a advertiram que a capital era muito perigosa e que não poderia confiar em ninguém. Explica, no entanto, que embora tenha comprovado que de fato a cidade é mesmo muito insegura, também percebeu que é um local muito animado, e que “você passa a ser feliz mesmo dentro do perigo”. Ela relata que antes pensar em Fortaleza era sinônimo de ter medo, mas que hoje, embora o medo ainda esteja presente, a cidade também desperta sentimentos positivos como alegria, felicidade e amor. Tomando apenas esses elementos, a representação evidencia uma Imagem de Contraste convencional, que representa o processo de transformação dos sentidos em relação à cidade, vivenciado pela adolescente. O que tornou definidor que a representação fosse classificada como uma Imagem de *Apartheid* foi a metáfora utilizada por Ana para se referir à cidade. Ela afirma que:

Eu compararia [Fortaleza] assim com a desigualdade. Fortaleza é bem deteriorada assim, que tem uma parte rica, a outra mais pobre e a outra bem mais pobre, aí eles são classificados por isso. Se você mora num canto mais chique, você faz parte de uma classe social mais alta eles não te julgam, você não passa por tanta coisa, mas quando você mora assim, em bairro assim, tipo favela, você é muito recriminado por onde você mora. Você é favelado, bandido, você não presta. Então eu compararia à desigualdade.

Dessa forma, a narrativa de Ana sobre a estigmatização sofrida pela população periférica, que é uniformizada sob o signo da inferiorização e do perigo, gerando sofrimentos intensos, fez com que o Mapa afetivo da adolescente fosse classificado como uma Imagem de *Apartheid*.

A seguir, vemos na Figura 4 a representação de Marta (parda, 16 anos, da periferia), que retratou diversos elementos em sua representação. Primeiro desenhou um clube de futebol que tem próximo à sua casa, mas ao qual nunca pode ir porque não tem dinheiro para pagar. Ela explica que as pessoas que não têm dinheiro ficam olhando para o clube na sombra de uma árvore, e que desenhou também uma “amiga”, que já viu chorando porque queria jogar no espaço, mas não podia. Em cima dela escreveu “preconceito”, explicando que sofre diversos preconceitos por ser “da favela”. Do lado, um salão de beleza e uma metalúrgica simbolizavam a esperança de trabalho para os que não eram incluídos. Uma linha horizontal separa todas essas imagens com a inscrição “mural da injustiça” e, abaixo, Marta relata ter representado “meninos que querem brincar, jogar, aprender e tal, ter a oportunidade de crescer num esporte, mas não podem. Crianças e adolescentes que querem se envolver, mas não podem”.

Figura 4 – Representação da “Fortaleza Muro da injustiça” de Marta



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Questiono a adolescente sobre o que vem a ser o “mural da injustiça”, e ela explica que é um muro que separa as pessoas que podem participar daquelas que não têm oportunidade. Pergunto a qual dos mundos ela pertence, e, apontando para o de baixo, revela que sonha em ser jogadora de futebol, mas não tem oportunidade. A adolescente revela um sofrimento que intersecciona aspectos socioterritoriais a elementos de gênero: queixa-se de que, se fosse um menino, ainda teria alguma oportunidade, relatando que seu irmão já jogou profissionalmente, chegando a ir à Europa para jogar, e afirma que o treinador da escola só “aposta” nos meninos. Questionada acerca do que pensa da cidade, Marta afirma que “não dá para responder, porque não vivo esse negócio de passear, meu negócio é da escola para casa, de casa para a escola. No canto que eu moro, tem dia que é tranquilo, tem dia que é bala, briga de facção, nem gosto assim de falar. Não dá pra se sentir segura”. Foi comum, especialmente entre as meninas da periferia, a afirmação de que só iam “de casa para a escola e da escola para casa”.

Marta sente no corpo o sofrimento da exclusão, e menciona que fazer o desenho lhe trouxe “muita angústia, uma agonia, um aperto no peito”. Também relata que o desenho evocou emoções de injustiça, tristeza, preconceito, desigualdade e sonho. O nome que escolheu como pseudônimo representa esse sonho, na forma de homenagem a uma das maiores jogadoras de futebol do País. Assim, os sentidos do desenho de Marta evidenciam por um lado uma esperança de vencer na vida e, por outro, um duplo medo, que se relaciona tanto à violência de sua ambiência do presente quanto à incerteza do seu futuro. Novaes (2006) defende que os dois maiores medos da população jovem brasileira são o medo de morrer e o medo de sobrar, como

podemos ver, os medos evidenciados por Marta. Podemos pensar simbolicamente neles como o medo de morrer de forma real e o medo de apenas sobreviver nas margens, ou seja, de não viver de forma plena.

Na Figura 5 pode ser observada a representação de Genius (negra, 16 anos, da periferia), que, descrevendo seu desenho, relata que os prédios da parte de trás representam “a burguesia” e a parte da frente “a parte mais pobre, tipo periferia, as pessoas comuns, pessoas como eu”. Em um dos mapas mais conscientes e contundentes em relação às desigualdades de classe social, Genius reflete que só pode ver sua cidade na televisão, mas que lá não mostra as “dificuldades” nem as “felicidades” de pessoas como ela. Por fim, apontando para um elemento do desenho que ficou pouco visível, relata que “aqui era pra ser o sol se pondo (risos). Aqui a gente conhece como a Terra do Sol, né? Mas tipo, tem a terra do sol pros burgueses e pra gente”. Genius afirma que os sentimentos que o desenho suscitou nela foram orgulho de pessoas lutadoras como as que moram em sua periferia, tristeza pela situação dessas pessoas e esperança de que as coisas mudem. Apesar de morar em uma grande capital, que também é conhecida pela beleza de suas praias, Genius revela que nunca havia visto o mar ou entrado em um cinema, e que esses eram seus maiores sonhos. Em sua metáfora, ela compara a cidade de Fortaleza com um político corrupto, que pela frente parece uma coisa e, por trás, “só pensa em si próprio, só pensa em dinheiro”.

Figura 5 – Representação da “Fortaleza político corrupto” de Genius



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Nem sempre as Imagens de *Apartheid* podem ser reconhecidas em um primeiro olhar, um exemplo disso pode ser visto na Figura 6. Em uma análise superficial, a descrição da representação de Nana (parda, 16 anos, da periferia) poderia passar por uma Imagem de Agradabilidade. Ela relata que seu desenho representou “Um pedacinho do céu [...] uns apartamentos, um tribunal e um hospital. Exatamente porque o futuro que eu quero é fazer medicina. [...] aqui as casas são bem coloridas, porque tem certos cantos que a violência nem atenta, aí a pessoa pode viver bem.”. Quando pergunto com que compararia a cidade, ela me responde que compararia com “um sonho”. O lugar retratado por Nana é o exato oposto de como ela posteriormente me descreve o lugar em que mora, repleto de exclusão e violência, onde vários de seus familiares e amigos foram assassinados. A entrevista deixa explícito que Nana não representou a cidade onde mora, mas seu desejo e esperança de morar em um lugar melhor, de ter um futuro digno, o que é projetado em seu desenho. Sua positividade evidencia a incrível capacidade humana de ressignificação, em que, mesmo em um contexto de extrema injustiça e violência, diversos sentidos potencializadores são produzidos, e a esperança pode dar lugar ao medo.

Figura 6 – Representação da “Fortaleza sonho” de Nana



Fonte: Pesquisa direta (2020).

No relato da adolescente, são os seguintes os sentimentos que o desenho despertou nela:

Sentimento de amor. Amor pelos meus sonhos. Sentimento de esperança também. Eu sei que eu ainda vou conseguir realizar o que quero. [...] E fé que no mundo inteiro as pessoas vão poder viver em paz, sem violência, nem roubo, nem matança. Sem ter tanta família sofrendo porque uma morreu, porque a outra matou [...] Nem que as pessoas maltratem as outras, sem julgamento, sem racismo, sem preconceito porque a pessoa é pobre, ou porque é de tal lugar. [...] E aqui [apontando para o hospital] meio que um sonho, né? Um sonho que quero que se realize. E também por conta que eu queria que tivesse mais hospitais, porque tem gente que fica lá rebolado [jogado, atirado] no chão, como se não fossem seres humanos, mas eles são alguém.

O desenho de Nana justapõe os seus desejos de uma vida melhor para si aos desejos de uma vida melhor para todos, evidenciando uma profunda dimensão ética na elaboração da representação. Embora o desenho contenha muitos elementos de Agradabilidade, o desejo de um mundo sem violência, roubo, matança, racismo, preconceito e com saúde para todos, “onde a violência não atenta”, denuncia em seu subtexto a injustiça e a segregação, consistindo, dessa forma, em uma Imagem de *Apartheid*. Também nessa representação, foi possível evidenciar que a estigmatização no que diz respeito ao local de moradia e à classe social se encontra presente.

A adolescente Pequena (negra, 16 anos, da periferia) afirma que retratou, em sua imagem, as grandes diferenças que identifica na cidade de Fortaleza (Figura 7). Na parte superior da página desenhou “grandes empresas” e “prédios bonitos”. Na parte de baixo, registrou pequenas casas, que representam a periferia, e uma cena de violência em que um homem tenta matar outro, mas acaba matando um terceiro, presenciada por crianças que brincavam na calçada e “ficam traumatizadas”. Pequena explana que as mortes rotineiras alvejam os familiares dessas crianças, fazendo com que elas “criem maldade”, fiquem revoltadas e queiram vingança. No decorrer da entrevista, a adolescente narra que seu pai foi vítima de assassinato e que, mesmo que não tenha presenciado a morte do pai, apresenta-se como uma das crianças “traumatizadas” a que se refere. De início, a adolescente relata que só consegue perceber elementos ruins na cidade, no entanto, logo em seguida, reflete que também existem locais bonitos e interessantes, mas que estes não são para pessoas “como ela”. Afirma que “não tem como a gente ver as maravilhas de Fortaleza, porque em todo canto tem facções e outros envolvimento, e fica mais perigoso da gente sair”. Ela narra que compararia a cidade de Fortaleza com o sentimento de revolta, em razão das injustiças que todos os dias acontecem nela.



Figura 7 – Representação da “Fortaleza revolta” de Pequena



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Dante (pardo, 16 anos, da periferia) representou uma cidade repartida em duas (Figura 8): a da esquerda é a cidade “dele” e a da direita é “a outra Fortaleza”. Ele comparou Fortaleza com Hollywood, afirmando que era uma cidade muito “bonita e iluminada”, mas lamentou que não a podia utilizar. Referiu-se ainda aos conflitos entre facções, que não lhe permitiam conhecer melhor a própria cidade, pois não costumava sair muito de sua casa. Até mesmo quando estava na escola, temia a invasão “das facções”, sentindo-se injustiçado por ter que conviver com esse medo, mesmo sem ter nenhuma amizade com ninguém “errado”.

Figura 8 – Representação da “Fortaleza Hollywood” de Dante



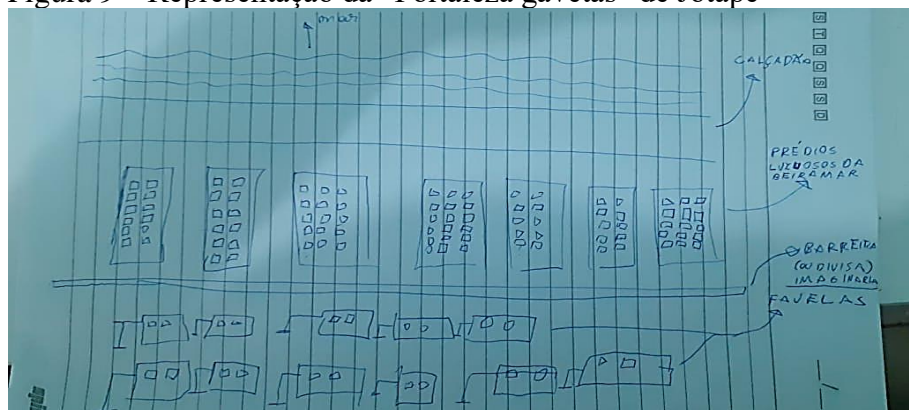
Fonte: Pesquisa direta (2020).

Conforme pudemos perceber, o principal elemento destacado pelos adolescentes da periferia em relação ao *apartheid* de sua cidade é a exclusão à qual são constantemente submetidos, em primeiro lugar por conta dos fatores econômicos, em segundo por conta da violência, que não permite que eles saiam de seus territórios, e em terceiro por conta dos diversos estigmas sociais atribuídos a eles. Apesar de tudo isso, muitos discursos foram marcados pela esperança de tempos melhores.

#### 7.4 Imagens de *Apartheid* dos adolescentes do centro

A seguir, vemos na Figura 9 o mapa de Jotapê (pardo, 15 anos, do centro), que relata que desenhou a cidade dividida em três partes: em cima o mar, depois os prédios da beira-mar e, depois de uma “divisa imaginária”, as casas da periferia. Ele relata que quis representar a desigualdade social da cidade, que tem uma parte rica, que fica perto da praia, e uma parte pobre que fica “mais pra trás”. Ele afirma que “existe menos ricos do que pobres. Justamente os ricos são os que se beneficiam dos pobres, e os pobres arcam com as consequências dos ricos”. Os sentimentos que o desenho provocou nele foram raiva e tristeza. Questionado sobre o que pensa da cidade, afirma que ela é boa para viver, mas que tem muita desigualdade e violência. Interrogado sobre com que compararia a cidade, Jotapê responde que com “gavetas”, pois os “ricos só se encaixam com os ricos, e os pobres só se encaixam com os pobres”. Jotapê diz que só teve consciência plena de que a cidade era assim depois que foi estudar em um colégio na “Aldeota” (bairro de elite de Fortaleza), em que os adolescentes pertenciam a um nível econômico bem maior que o seu, no qual as pessoas só pensavam em “dinheiro e status”. Embora o adolescente não tenha relatado essa perspectiva, é possível que os aspectos étnicos também estejam relacionados ao sentimento de exclusão que sentiu na nova escola.

Figura 9 – Representação da “Fortaleza gavetas” de Jotapê



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Bitu (branca, 15 anos, do centro) relata que a primeira coisa que pensou em relação à representação da cidade, foi no seu apreço pelo mar. Depois lembrou-se de que a cidade era segregada e então desenhou (Figura 10) “um shopping e muitos prédios de um lado e uma rua meio que pra representar essa segregação, aí do outro lado eu desenei uma comunidade com casas menores”. Sobre as emoções evocadas, Bitu relata que a praia lhe trouxe felicidade, mas a parte da segregação lhe trazia incômodo e desejo de mudança, em um misto de amor e revolta, já que, apesar da desigualdade, ela gostava muito da cidade. A representação de uma rua separando a periferia dos locais de classe média e alta foi realizada por quatro adolescentes, provavelmente por ser comum a proximidade entre áreas periféricas e zonas nobres na cidade, o que acaba realçando o contraste. Conforme discutido, não existe apenas um centro e uma periferia na cidade de Fortaleza, mas diversas áreas descontínuas de “periferias” e “centros”.

Figura 10 – Representação da “Fortaleza em desenvolvimento” de Bitu

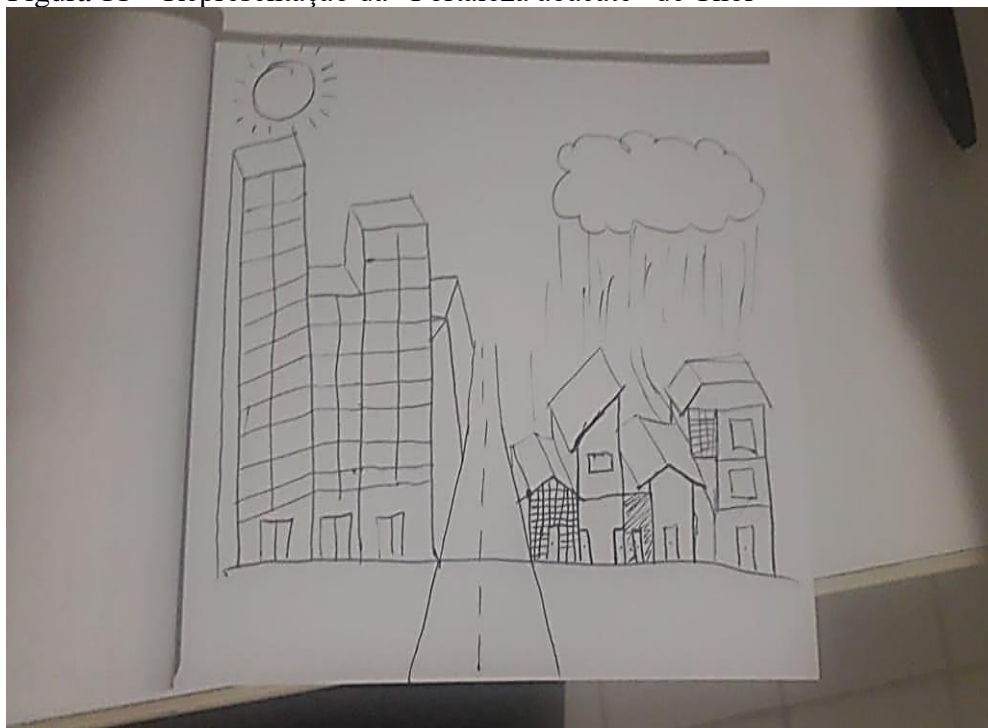


Fonte: Pesquisa direta (2020).

Thor (branco, 17 anos, do centro) afirma que sua imagem (Figura 11) representou a intensa diferença social que existe em Fortaleza. Em sua metáfora, o adolescente compara a cidade a um abacate, em que o núcleo é muito diferente do restante, mas que um sem o outro não existiria, afirmando que “o núcleo basicamente seriam as grandes famílias ricas, grandes

nomes das empresas de Fortaleza, que dependem de todo o resto de Fortaleza pra existirem praticamente, pra ganhar dinheiro”. A título de curiosidade, o Sol e a Chuva foram utilizados em três Imagens de *Apartheid*, em que o Sol estava vinculado à Fortaleza dos incluídos e, por vezes, vinculado à cidade dos “turistas”, e a Chuva representava a parte desfavorecida da cidade.

Figura 11 – Representação da “Fortaleza abacate” de Thor



Fonte: Pesquisa direta (2020).

João (branco, 16 anos, do centro), quando questionado sobre o que significa sua representação (Figura 12), vai apontando para diversos elementos da imagem e os descrevendo, tais como: o rio Cocó, o Shopping Iguatemi, a beira-mar, o centro de eventos, etc. No canto direito ele representa seu condomínio, dizendo que mora em um dos últimos andares, e que pode ver a maior parte das coisas descritas em seu desenho de sua janela, e revela que duas quadras depois do seu condomínio existe uma favela, a qual também aponta em sua representação. Questionado sobre os sentimentos que o desenho lhe provocou, João responde: “eu percebo que têm belezas e muitas desigualdades, entendeu? É complicado. [...] O desejo que eu tenho é que a gente possa mudar tudo isso [...] porque é uma cidade muito bonita, organizada, em alguns lugares, mas violenta”. Solicitado a comparar a cidade com algo, João me pede uma sugestão de metáfora que pudesse representar um objeto que fosse, ao mesmo tempo, “bonito, organizado, mas cheio de falhas”.

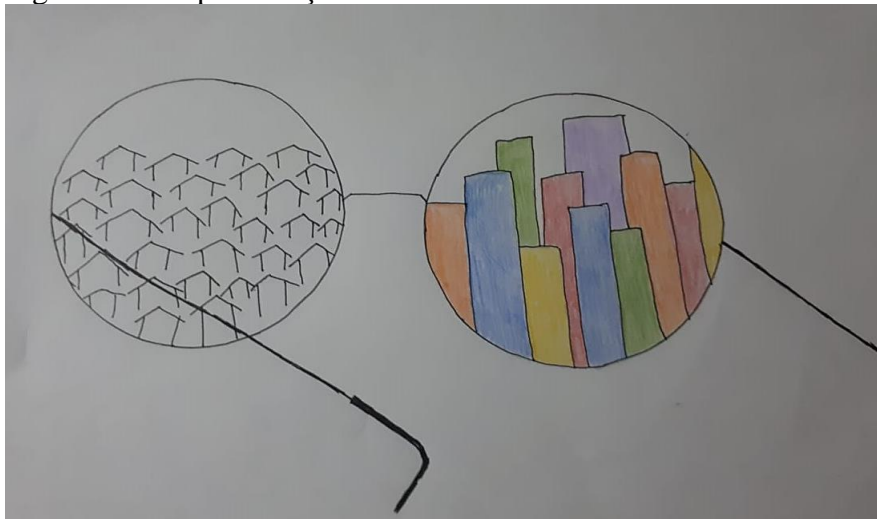
Figura 12 – Representação da “Fortaleza bonita, organizada, mas cheia de falhas” de João



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Leila (branca, 15 anos, do centro) narra que buscou retratar (Figura 13) os contrastes da cidade de Fortaleza, em seu desenho. Ela representou a cidade como uns óculos que refletem de um lado a zona nobre e do outro a periferia, defendendo que, se você olhar bem, verá que “são dois locais que não se encontram”. Assim, afirmou que compararia Fortaleza a “uma cidade que ao mesmo tempo é duas cidades, uma cidade da Aldeota e outra da periferia”.

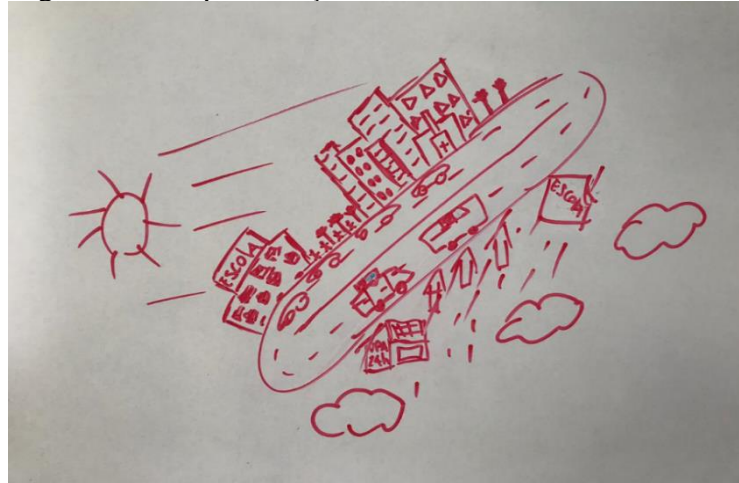
Figura 13 – Representação da “Fortaleza duas cidades” de Leila



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Sorridente (branco, 17 anos, do centro) afirma que buscou, na representação que fez da cidade, “mostrar um pouco que a nossa cidade tem seus extremos, é polarizada, tem suas partes privilegiadas e suas partes esquecidas por parte do governo”. Ele comparou a cidade a um seriado de televisão chamado “3%”, “onde apenas uma pequena parcela da população pode viver em contato com a natureza e com tecnologias modernas, enquanto a maior parte da população vive em situação precária e no lixo”.

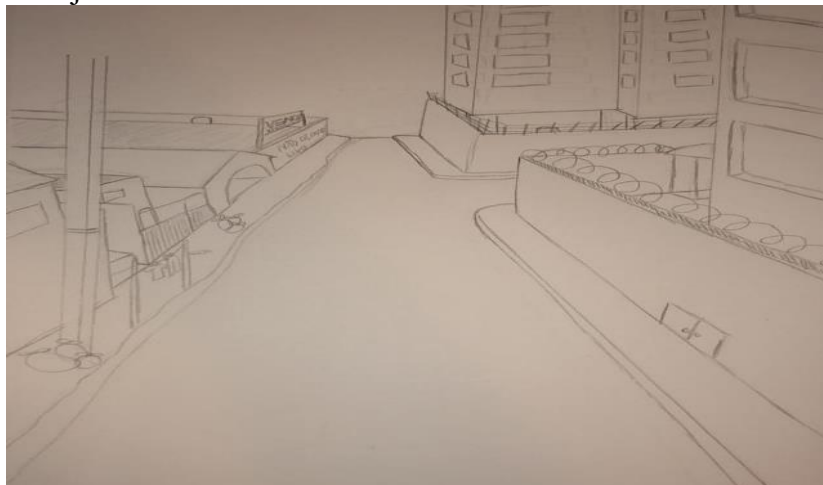
Figura 14 – Representação da “cidade 3%” de Sorridente



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Jujuba (branca, 15 anos, do centro) também relata que buscou representar, com sua imagem (Figura 15), a desigualdade social, afirmando que desenhou aquilo que mais se vê em Fortaleza: “os prédios murados todos com cerca elétrica e logo do lado uma favela com lixo no meio da calçada”. Ela relata que já morou nos Estados Unidos e percebeu que, em Fortaleza, diferentemente de lá, “todo mundo mora em prédios, murados e de certa forma a gente acaba se isolando muito do resto das pessoas à nossa volta”. Jujuba destaca dois sentimentos em relação à sua representação, o primeiro é um desejo de que as pessoas não fiquem mais isoladas em seu mundo, em seus prédios, afastadas “da rua e da cidade”, e o segundo é a tristeza por não poder mudar essa realidade. Jujuba, ao longo da entrevista, relatou que tinha muito medo de sair de seu prédio, e que não ia para nenhum lugar a pé por conta disso, nem mesmo à farmácia e ao mercantil, que ficavam a apenas uma quadra de sua casa.

Figura 15 – Representação da “Fortaleza típica cidade brasileira” de Jujuba



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Como expusemos anteriormente, nem todas as representações indicativas de uma Imagem de *Apartheid* tiveram como característica uma divisão no desenho. Beritin (branco, 15 anos, do centro) descreveu uma cidade tão contrastada quanto os demais adolescentes que retrataram uma Imagem de *Apartheid*, mas, diferentemente deles, buscou fazer uma “reintegração” da cidade em seu desenho (Figura 16), afirmando que, apesar do evidente desmembramento, “todos compunham uma só cidade”. Ele representou Fortaleza como uma árvore, na qual as raízes representavam “os trabalhadores das classes mais baixas” e as folhas, o “restante da sociedade”, afirmando que as “folhas” não valorizavam o trabalho das “raízes”, mas sem elas toda a árvore morreria. O sentimento que o desenho provocou foi de frustração por ninguém perceber isso.

Figura 16 – Representação da “Fortaleza árvore” de Beritin



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Diferentemente dos adolescentes da periferia, cujas Imagens de *Apartheid* evidenciaram predominantemente os aspectos emocionais provocados pela exclusão, como o medo e o sentimento de inferiorização, os adolescentes do centro enfatizaram essencialmente os aspectos mais objetivos e econômicos da exclusão social.

### 7.5 O medo como sofrimento ético-político

No texto “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão”, a psicóloga social Bader Sawaia (2010a) elege o sofrimento ético-político como guia analítico do estudo da desigualdade, atendendo à recomendação de Boaventura de Sousa Santos de que as ciências humanas poderiam utilizar categorias “capazes de criar novas

constelações analíticas que conciliam ideias e paixões de sentidos inesgotáveis” (p. 99). A autora alerta para a necessidade de se compreender o fenômeno da inclusão/exclusão como um processo dialético. Ela aponta na literatura diversos conceitos que retratam uma busca semelhante como: “participação/excludente”, “inclusão perversa ou marginal”, “exclusão integrativa” e “inclusão forçada”. Esses conceitos carregam sentidos que evidenciam que o excluído não pode ser visto como categoria inerte e homogênea, ocupado apenas com a sobrevivência física e preso a necessidades fisiológicas.

A autora reflete que, mesmo em situações de extrema exclusão como a de moradia de rua, o brado mais angustiante que perpassa o subtexto dos discursos é o de querer ser visto como “gente”. Esse desejo não é apenas de se igualar, mas de distinguir-se e ser reconhecido. Encontramos em nossa pesquisa esse mesmo desejo, que adquiriu especificamente a forma de querer ser tratado como “cidadão”. A perspectiva uniformizante que a necessidade de ser cidadão impõe aos moradores da periferia, onde falar como se fala, andar como se anda e se vestir como se veste é tomado como sinônimo de ser criminoso, produziu sentimentos de profundo sofrimento e ambiguidade aos adolescentes desse território, porquanto paradoxalmente, para serem tratados como cidadãos, requisitava-se que deixassem de ser quem eram<sup>38</sup>. Nesse sentido, é relevante destacar que o *apartheid socioterritorial* não significa um simples isolamento, como se periferia e centro existissem independentemente em decorrência dele. Tal perspectiva, na verdade, fundamenta a própria lógica da política do *apartheid*. Pelo contrário, o que torna a vida nas periferias particularmente sofrida são os estigmas provenientes do centro, advindos da dialética inclusão/exclusão.

Sobre a concepção da inclusão/exclusão como processo dialético, Sawaia (2010a) reúne um diversificado referencial, mas apresenta como eixo principal a concepção marxista sobre o papel fundamental da miséria e da servidão na sobrevivência do sistema capitalista, que se utiliza de estratégias históricas de manutenção da ordem social que alienam o trabalhador. A autora discute que a exclusão não é um estado que se adquire ou do qual se livra de maneira homogênea, mas um processo complexo, “configurado nas confluências entre o pensar, sentir e agir e as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético entre a morte emocional (zero afetividade) e a exaltação revolucionária” (p. 112). Para Sawaia (2010a, p. 109), as dinâmicas da inclusão/exclusão constituem-se como movimentos incessantes de formação de desigualdade, que mercantiliza homens e mulheres, concentra riquezas e se expressa na forma de “segregação, *apartheid*, guerras, miséria, violência

---

<sup>38</sup> Tal temática foi abordada de forma detalhada no capítulo 11.



legitimada” (p. 109). A segregação e o *apartheid*, em nossa pesquisa, em concordância com o que aponta Sawaia, mostraram-se capazes de promover verdadeiros processos de desumanização do outro, fosse pela mercantilização (de todos), fosse pela animalização (dos moradores da periferia) ou pela objetificação (das mulheres).

Bertini (2014) aponta que Sawaia reforça a ideia de que o sofrimento ético-político emerge de uma sociedade conflituosa, a partir da vivência dos sujeitos no processo de luta de classes. A maneira de o sistema capitalista incluir faz parte dos mesmos processos de perpetuar a servidão, a passividade e a alienação do trabalhador. Em nossa pesquisa, as diferentes estratégias de regulação dos estereótipos do “cidadão” e do “envolvido”, que de diferentes formas têm como fim a submissão, evidenciam essas concepções. Quando se faz necessário, operam-se mecanismos ideológicos mais complexos, vinculados aos ideais do liberalismo econômico, que visam a uma “servidão ativa”, que busca engajar o trabalhador nos processos de produção, alimentando o desejo e a esperança do pertencimento e reconhecimento. Os vínculos de trabalho, cada vez mais precarizados, ampliam a responsabilização dos indivíduos, “promovidos” a empresários de si mesmos, fazendo com que sintam culpados por sua própria “exclusão”. Se, quando desiludidos, os trabalhadores mostram-se ociosos ou indóceis, parte-se para os processos mais violentos de disciplinarização, saindo do terreno das esperanças ilusórias e rumando para a produção de medo. Quando, por fim, esses trabalhadores mostram-se desnecessários até como exército de reserva, a política de morte é posta em prática.

Na construção do debate sobre sofrimento ético-político, Sawaia (2010a) inspira-se na diferenciação entre dor e sofrimento da filósofa Agnes Heller. Para Heller (*apud* FIGUEIREDO; SAWAIA, 2019), a dor é própria da vida humana, um aspecto inevitável, produto das afecções geradas pelos encontros dos corpos. Já o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais, o sofrimento decorrente da submissão e da opressão. Assim, Sawaia (2010a) define como sofrimento ético-político (que se diferencia do sofrimento próprio da vida humana) aquele decorrente dos processos dialéticos de inclusão/exclusão, que geram sentimentos morais e ideologizados, com a função de manter a ordem social excludente. Dessa perspectiva, a exclusão e os sentimentos dela decorrentes são duas faces de uma mesma questão. Em diálogo com Vygotsky, a autora reflete que as emoções e sentimentos não são entidades absolutas ou lógicas do psiquismo, mas significados radicados no viver cotidiano, construídos a partir da dimensão social e cultural pela mediação das intersubjetividades. Para a autora, “o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (2010, p. 106).

Sawaia (2010a) propõe-se a abordar a exclusão a partir da afetividade, na busca de resgatar o indivíduo muitas vezes perdido nas análises sociais, de tal maneira que a exclusão possa ser debatida no encontro entre sujeito e sociedade, fazendo com que as análises econômicas, sociais e políticas não se apartem da dimensão afetiva, simbólica, da temporalidade, do desejo, da esperança e do medo. Nessa perspectiva, Costa e Brandão (2005, p. 35) apontam que a compreensão do sofrimento como fenômeno ético-político “contribui para uma releitura do sofrimento, não como característico do indivíduo, mas como produto de processo histórico político, social e econômico de exclusão”.

Bertini (2014), em revisão de literatura sobre o uso do conceito “sofrimento ético-político”, de 2000 a 2011, aponta-o como conceito-chave nas ciências humanas para a compreensão da dimensão psicossocial do processo de exclusão/inclusão em contextos de desigualdade. A título ilustrativo, alguns dos sofrimentos ético-políticos mencionados nesse levantamento foram: a falta de esperança e credibilidade de catadores de material reciclado (BARBOSA *apud* BERTINI, 2014); o sentimento de impotência e humilhação diante da impossibilidade de trabalhar; a perda da autonomia e o medo do futuro da classe trabalhadora feminina (CARLOTO *apud* BERTINI, 2014); os sofrimentos de moradores de rua classificados como loucos, vagabundos, sujus, perigosos e coitados (MATOS; FERREIRA *apud* BERTINI, 2014); a raiva e a revolta de mulheres portadoras de HIV pelos estigmas atribuídos a elas (PEREIRA; COSTA *apud* BERTINI, 2014). Vemos, assim, que o sofrimento ético-político, mesmo proveniente de uma mesma origem - a desigualdade, a exclusão e a dominação -, adquire diversas formas.

Na mesma perspectiva sintética afetivo-cognitiva, Sawaia (2010a) propõe a utilização do termo “potência de ação” em substituição aos conceitos de “conscientização” e “educação popular”, para realçar o papel positivo das emoções na produção de consciência social e política. O conceito também interconecta as dimensões corporal e mental, posto que, de acordo com Spinoza (2013/1675), tudo que aumenta a potência do corpo, aumenta a potência do pensamento. Por fim, concilia as dimensões individual, social e ética, haja vista que “potencializar” também inclui o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, que indicam que, sob o ditame da razão, aquilo que é verdadeiramente positivo aos indivíduos coincide com aquilo que é útil ao bem comum.

Figueiredo e Sawaia (2019) destacam que “corpo é matéria biológica, emocional e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência dos órgãos, mas social e ética. Morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade” (p. 102). Em nossa pesquisa, ficou evidente que também se morre de medo, morte também decretada socialmente, o que,

para os adolescentes da periferia, em especial as meninas, em alguns casos era sinônimo de aniquilamento social a partir da segregação ou mesmo clausura. Tais jovens, muitas vezes, têm que fazer a dolorosa escolha de aumentar seus riscos concretos de morrer para não viver uma existência sem liberdade e sem sentido. Assim, a escolha de viver, e não apenas de sobreviver, era permeada por riscos e por culpabilizações da sociedade, da família e, via de regra, internalizada por eles mesmos. Nesse processo, por vezes era possível a construção de sentidos de resistências individuais, que, por meio de negociações e desenvolvimento de habilidades, permitia-lhes balancear riscos, ampliando as possibilidades de exercício da liberdade, embora quase sempre de forma bastante limitada, ainda mais no caso das meninas, que acumulavam opressões tanto de ideologias elitistas quanto sexistas.

Sawaia (2010a) discute que cada emoção contém uma multiplicidade de sentidos (positivos e negativos), que precisam ser compreendidos dentro de uma totalidade psicossocial de cada indivíduo. Não é suficiente definir as emoções que as pessoas sentem, há que se conhecer também suas causas e direções, para assim se conhecer a implicação dos sujeitos com a situação que os emociona. Vale destacar que, em nossa pesquisa, constatamos que a causa eficiente das emoções dos adolescentes nem sempre estava evidente, sequer para eles próprios. Muitos medos mostraram-se originados por distorções em suas ideias imaginativas, formados por produções ideológicas que foram culturalmente assimiladas. Sawaia (2010a) observa que mesmo o medo pode ser dotado de qualidades que potencializam os sujeitos, descobrindo, em suas pesquisas, que esse sentimento adquire propriedades particularmente danosas quando motivado pela perda da confiança do indivíduo como sujeito potente. A autora destaca que esse é um motivo essencialmente ético, que diz respeito à cidadania, o que qualifica o sofrimento como ético-político.

No próximo capítulo apresentamos o medo de ser confundido com um envolvido com facções de drogas como um tipo de medo experimentado exclusivamente por moradores da periferia, resultante de processos de criminalização das relações sociais e de modos de ser jovem nas periferias. Tal medo, que intersecciona componentes etários, étnicos, de classe social e de território, entrelaça o medo de ser considerado um inimigo/ameaça, tanto pela polícia quanto por sujeitos de grupos sociais de características fenotípicas e culturais semelhantes, ao próprio medo da estigmatização social. Além disso, liga-se a paixões tristes como desconfiança, vergonha e humilhação e, por vezes, provoca culpa, pelo simples estabelecimento de relações sociais. Esse medo entrelaça-se a uma série de condicionalidades para a concessão da cidadania ao adolescente periférico, o que, por conceito, evidencia a inexistência da cidadania. Assim, definimos que, mais que um entre outros medos, ele escancara o *apartheid socioterritorial* e os

sofrimentos ético-políticos aos quais os moradores da periferia são submetidos. O medo de ser confundido com um envolvido não apenas enclausura os moradores das periferias em seus territórios, como também deslegitima sua imagem como cidadão de direitos, produzindo desconfiança, despotencialização e diversos sofrimentos psíquicos, sendo, dessa forma, uma qualidade de medo ético-político com a qual, como veremos, entrelaçam-se diversas outras paixões tristes.

## **7.6 Colonialismo e *apartheid***

Na obra “Os condenados da Terra”, de 1952, Fanon<sup>39</sup> (1968) faz distinção entre a dominação nas colônias e nas metrópoles capitalistas tradicionais a partir dos mecanismos utilizados para a sua concretização. Assim, enquanto nas colônias a intermediação da dominação se dá pela barbárie institucionalizada, nas sociedades capitalistas tradicionais ela ocorre de forma mais dissimulada, pelo ensino da moral, a religião e o incentivo à honestidade exemplar de operários condecorados, ao cabo de décadas de serviços prestados. No Brasil contemporâneo, as duas estratégias, barbárie e dominação ideológica dissimulada, têm sido utilizadas para subjugar as populações periféricas, classificadas como “dignas” ou “viciosas” a partir de uma escala de moralidade. Aos pobres dignos (ou cidadãos) é deferida a dominação descrita por Fanon como destinada às metrópoles tradicionais, e aos pobres viciosos (ou envolvidos), o tratamento dispensado às colônias.

Dos três intermediários morais utilizados nas metrópoles a que Fanon (1968) se refere, os dois primeiros nos parecem em plena operação nas periferias brasileiras, enquanto o terceiro vem sendo substituído por uma lógica uberizante ainda mais cruel, que tem precarizado cada vez mais as relações trabalhistas (SLEE, 2019). Nesse sentido, Figueiredo e Sawaia (2019) destacam que a desigualdade e a dominação no Brasil se estabelecem na justaposição do capitalismo liberal com uma organização social escravocrata e patriarcal.

Assim, mesclam-se formas mais dissimuladas de dominação ao tradicional método originalmente aplicado nas colônias: a prisão e a tortura, impostas aos negros vindos da África para promover o enriquecimento do Império e para exterminar o povo nativo, quando não pudesse ser utilizado como mão de obra. Métodos distintos, objetivos semelhantes, tornar humildes os servos oprimidos e evitar que assumam o domínio sobranceiro<sup>40</sup> ou, com outras

---

<sup>39</sup> No capítulo 11 discutimos de forma mais pormenorizada aspectos da teoria do autor que foram adiantados neste capítulo.

<sup>40</sup> Expressão utilizada por Spinoza para se referir ao medo que a nobreza tinha do vulgo.

palavras, abrandar o temor do branco, da nobreza, do capitalista, do colono, do opressor, gerando medo no negro, no indígena, no vulgo, no proletário, no colonizado, no oprimido. Embora estejamos colocando as relações de opressão em campos binários, na vida prática elas podem ser complexas, mas sempre se referem à opressão. Quando não são possíveis ou necessárias as intermediações dissimuladas, adotam-se as políticas de violência direta, encarceramento e de extermínio.

Concordamos inteiramente com Chauí (2011) quando evidencia que as ideologias provenientes da ascensão da burguesia e da ética protestante transformaram o trabalho em suprema virtude, colocando em ação o recurso ideológico da docilidade laboriosa, bem como três recursos legais: o extermínio ou prisão dos “vagabundos”, a utilização intensificada do aparato militar e policial e a constituição de forças paramilitares e parapoliciais. Pode-se até dizer que a mão de obra no Brasil não é mais escrava, no entanto, ela parece mais serva do que nunca, posto que passou a ser por um lado ludibriada pela ideologia religiosa, que prega a redenção pela submissão, a obediência e a fé, e, por outro lado, pela ideologia liberal, que prega que a redenção vem pelo esforço, pelo trabalho, pelo mérito, fazendo com que os indivíduos não padeçam apenas de medo, como também de esperanças, que se fundam em valores fundamentalmente individualistas.

Medos e esperanças podem aprisionar mais que correntes, quando se ligam a ideias imaginativas e falsas sobre o real. Não à toa a religião foi utilizada em todos os processos de colonização e era, para Spinoza (2009/1677), a maior fonte de superstição e medo. Toda conversão religiosa é uma conversão a uma ideia, a uma forma de viver. A dominação ideológica à qual Spinoza se referiu nos parece perversamente atualizada pela propagação da “teologia da prosperidade<sup>41</sup>”, que, conforme destaca Mariano (1996), tem contribuído para a proliferação de igrejas neopentecostais nas periferias do País. Tal ideologia busca conciliar a tradicional submissão e obediência gerada pelo medo da transcendência com a cada vez mais ávida ganância necessária para a sustentação do capitalismo global, enquanto consegue distorcer todas as ideias de bem comum e alteridade originalmente presentes no cristianismo. Aos que não se submetem às lógicas de submissão, os não produtivos ou simplesmente supérfluos, o extermínio. Isso nos leva a refletir se não seriam a ascensão e a morte as duas formas de alforria modernas. Para os jovens da periferia, a primeira cada vez mais longínqua, rara e quase nunca plena, e a segunda cada vez mais constante e precoce.

---

<sup>41</sup> Doutrina religiosa cristã que preconiza que a fé religiosa é recompensada por Deus com bens materiais.

Em relação ao mundo colonizado, as descrições de Fanon (2008) não poderiam ser mais precisas na retratação da cidade de Fortaleza dos anos 2020, tal como extensamente delineado pelos mapas afetivos de *apartheid* aqui expostos. Fanon (2008, p. 28) afirma que “o mundo colonizado é um mundo cindido em dois [...] dividido em compartimentos [...] e habitado por espécies diferentes”, defendendo que a zona habitada pelos colonizados e a zona ocupada pelos colonos obedece ao princípio da exclusão recíproca, não há conciliação possível. Obedecendo a um princípio dialético, a cidade de um se forma em decorrência da cidade do outro. Assim, na colônia, formam-se duas cidades, a do colono e a do colonizado.

Fanon (2008) relata que a cidade do colono é uma cidade sólida, de pedra e ferro, asfaltada e iluminada. Cidade indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas, uma cidade de brancos. A cidade delineada por Fanon sem dúvida descreve os bairros em que estive para fazer as entrevistas dos adolescentes do centro. Nesses territórios, por receio, muitos adolescentes e pais recusaram a participação, mesmo lhes tendo sido apresentadas todas as credenciais da pesquisa e indicados por outros participantes conhecidos (amostragem bola de neve). Todas as visitas que fiz foram em condomínios e, na maior parte das vezes, as entrevistas foram feitas em suas áreas comuns. Um nítido reflexo do temor contemporâneo da classe média e alta, o medo do branco.

Chamou-me a atenção que os condomínios tinham sempre portões duplos, como na absoluta maioria dos condomínios de Fortaleza. Entre o primeiro e o segundo, um pequeno espaço, onde o visitante pode se manter seguro contra os que estão na rua, até que outros se assegurem de ser ele próprio suficientemente inofensivo para entrar. Eu, branco e de classe média, que, mesmo sem nunca ter morado em zonas nobres ou condomínios, já estive como visitante em vários, só consegui lançar um olhar de estranhamento a esse duplo portão, na primeira vez em que o olhei como pesquisador. Remeteu-me imediatamente às descrições de Delumeau (2007) sobre a engenhosa e pesada “falsa porta”, controlada por dois guardas, que em 1580 protegia a cidade de Augsburg de visitantes noturnos. Para o autor, os complicados mecanismos que protegiam a cidade são o símbolo de que não apenas os indivíduos, mas também as coletividades e as civilizações podem se comprometer em um diálogo permanente com o medo. Nada mais atual.

Fanon (1968) reflete ainda que, “a despeito do sucesso da domesticação, malgrado na usurpação, o colono continua sendo um estrangeiro”. Até em relação a isso parece ser possível traçar um paralelo com Fortaleza, a despeito dos dois séculos de independência do Brasil. Os adolescentes do centro não pareciam pertencer ao seu bairro, especialmente os mais ricos, que eram cosmopolitas, sendo comum as comparações de Fortaleza com várias cidades

do mundo. No entanto, em relação à sua cidade, muitos não caminhavam nem mesmo por uma quadra, só se deslocavam de carro e raramente tinham alguma amizade travada a partir do local de moradia. Dois deles não se lembraram sequer do nome do bairro em que moravam na hora da entrevista. Embora não seja possível dizer que eram estrangeiros em sua cidade, pelo menos em relação ao bairro, via de regra, eram completamente desterritorializados, como se o mundo se resumisse aos ambientes privados como shoppings e condomínios.

Já os locais em que residiam os adolescentes da periferia eram idênticos à cidade dos colonizados descrita por Fanon (1968, p. 29):

Na cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a medina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não se importa onde, não importa como. Aí se nasce não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colono é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros.

Em nossa pesquisa, enquanto na periferia apenas 10% se autodeclararam brancos e todos eram de classe E, no centro, 70% se autodeclararam brancos e eram, em sua maioria, das classes A e B. Os resultados expõem que, de fato, a cidade dos colonizados são os territórios periféricos investigados nesta tese, e a cidade dos colonos, em boa parte, os territórios centrais, apontando o evidente entrelaçamento étnico, territorial e socioeconômico da cidade, herdeiro de nossa colonização. Em relação ao centro, talvez ainda se fizesse necessário um recorte espacial mais específico, tendo em vista que, embora de forma minoritária, houvesse adolescentes de classe C e até D. No entanto, esses resultados deixam ainda mais evidente que, nas cidades com heranças de colonização, a territorialidade entrelaça inevitavelmente aspectos étnicos e socioeconômicos.

Sobre esses entrelaçamentos, Fanon (1968) afirma que, nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura, e, assim, as questões étnicas e socioeconômicas são, ao mesmo tempo, causa e consequência uma da outra. Fanon (1968), discutindo se a exploração colonial difere de outras formas de dominação, reflete que “todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo ‘objeto’: o homem<sup>42</sup>. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar” (p. 87). Figueiredo e Sawaia (2019, p. 665), discutindo as implicações da desigualdade, defendem argumentos semelhantes,

---

<sup>42</sup> A palavra “homem” é utilizada no trecho como sinônimo de “ser humano” e não para apontar uma especificidade de gênero.

refletindo que “as diferenças de gênero, políticas, sociais, culturais, geográficas, raciais, econômicas, além de não serem casuísticas ou explicáveis em si, não apenas se interseccionam, mas, antes, são da mesma substância [...]” e, assim, têm sua causa eficiente na subjugação de determinados modos de existência por outros.

Sobre os intermediários da dominação produzida na cidade dos colonizados, Fanon (1968) apresenta, de forma quase literal, a atuação de nossa polícia militar nas periferias metropolitanas do País, cujos integrantes, “por suas intervenções diretas e frequentes, mantém [*sic*] contato com o colonizado e o aconselham, a coronhadas [...] a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência” (p. 28). No capítulo 10 vamos demonstrar que tais intervenções têm atingido especificamente os adolescentes da periferia, de origens étnicas não brancas.

O filósofo Jean-Paul Sartre (1968), no prefácio da obra “Os condenados da Terra”, reflete que essa política de dominação, produzida pela linguagem da pura violência, tem promovido uma nova fase de agressão nas colônias, sob a forma de disseminação de terror entre os colonizados. O filósofo reflete que a violência tem sido experimentada não mais inspirada apenas nos inesgotáveis meios de repressão, como também em seu próprio furor. Para ele, os colonizados, abstendo-se de marchar contra as metralhadoras, acabam tornando-se cúmplices dos colonos, acelerando, pela sua própria autoridade, os processos da desumanização que a eles repugna. Assim, tal como bem enunciou Freire (1970) - outro autor que compreendia que a ampliação da consciência é o caminho para a liberdade -, é comum que os homens (e as mulheres) passem da posição de oprimido para a de opressor, em um ciclo de reprodução da opressão.

Para Sartre (1968), se em um primeiro momento os colonizados buscam em um último reduto de humanidade ocultar profundamente sua cólera inconfessável, as constantes opressões fazem com que descubram em seu coração desejos de carnificina. A violência, no entanto, não é em primeira instância desses colonizados, mas do colono. No discurso dos adolescentes da periferia, encontramos diversas vezes a expressão “criar maldade na mente” para se referir à formação desses desejos de carnificina evidenciados por Sartre. De acordo com o filósofo, isso faz com que os colonizados empunhem uns contra os outros as armas que lhes apontam os colonos. Para Sartre (1968), Fanon revela que a loucura sanguinária é o inconsciente coletivo dos colonizados no tempo de sua impotência. A fúria contida que não se extravasa, ronda e acaba destroçando os próprios oprimidos, posto que, para se livrarem dela, matam-se entre si. Assim,



[...] as tribos batem-se umas contra as outras por não poderem atacar de frente o verdadeiro inimigo – e podemos contar com a política colonial para alimentar essas rivalidades; o irmão, empunhando a faca contra o irmão, acredita destruir, de uma vez por todas, a imagem detestada de seu aviltamento comum. (SARTRE, 1968, p. 12)

Troquemos “tribos” por “facções”, e “política colonial” por “política neoliberal” e teremos uma descrição literal da periferia que investigamos neste estudo. A presença/ausência da polícia em momentos específicos, e sua constante ameaça de levar os jovens de um território para o outro, tal como debateremos no capítulo 10, representam algumas das políticas de instigação da rivalidade. Além da violência institucional direta e da ausência da proteção do Estado, diversas produções ideológicas que estimulam o individualismo, o consumismo e inferiorizam as populações periféricas, promovem uma infinidade de paixões tristes, que ampliam as políticas de inimizades nas periferias. Isso acaba levando ao embate punitivista de “pobres dignos” contra “pobres viciosos”, na busca de se diferenciarem e se afirmarem como cidadãos. Leva os “pobres viciosos”, personificados na figura do “envolvido”, a ameaçar jovens das comunidades vizinhas e se digladiar entre si, gerando uma constante suspeição de todos contra todos. Estes últimos, assim como os pobres dignos, também se movem na busca do reconhecimento que lhes é negado, visando afirmar-se pelo uso da violência e força, linguagem que permeou seu processo de socialização.

Fanon (1968) discute que o único método de ruptura do “círculo infernal” ao qual se refere é restituir ao outro, mediante reconhecimento, sua realidade humana, e que o outro efetue a mesma operação. No encerramento da obra “Peles Brancas e máscaras negras”, o autor expressa seu principal desejo: “que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. [...] Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre [...] que nasça uma autêntica comunicação” (p. 191). A construção do comum a partir de um diálogo que estabeleça uma democracia autêntica que leve à justiça social, parece ser a única saída fora da violência, seja da revolucionária, da qual parecemos estar cada vez mais distantes, seja da produtora de barbárie, da qual parecemos nos aproximar cada vez mais.

## **7.7 Considerações finais**

Neste capítulo pudemos correlacionar a segregação socioterritorial da cidade de Fortaleza, produtora de inclusão perversa, com a produção e reprodução de medos que se apresentam como forma de sofrimento ético-político. O *apartheid socioterritorial* divide a

cidade em duas, uma representada pelo centro e outra pela periferia, uma rica e outra pobre, uma negra e outra branca, e reproduz segregações internas nas periferias da cidade. A mais evidente delas é a que por vezes torna “bairro” e “facção criminosa” em sinônimos<sup>43</sup>, convertendo os bairros da periferia e suas comunidades em inimigos, o que denominamos de *apartheid intraperiférico*. Em virtude dessa divisão territorial dos bairros da periferia, a simples circulação de adolescentes em locais que estão a poucas quadras de sua moradia, e que são dominados por outras facções, torna-se em ameaça. Para que fique claro, denominamos de *apartheid socioterritorial* a apartação da periferia das demais zonas da cidade, e de *apartheid intraperiférico* as divisões internas na própria periferia, que impedem os adolescentes de circular. Consideramos que não se trata de fenômenos autônomos, mas correlacionados, em que o primeiro produz o segundo, reproduzindo uma exclusão que, conforme aponta Bomfim (2010), pode ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro.

Nos mapas afetivos, predominaram as representações do *apartheid socioterritorial*, e não do *apartheid intraperiférico*, por termos solicitado que os adolescentes desenhassem a cidade como um todo, e não seus bairros de moradia. Apesar disso, o *apartheid intraperiférico* emergiu no discurso de praticamente todos os adolescentes da periferia, e pôde ser observado também em alguns mapas afetivos, a exemplo dos de Rob (negro, 17 anos, da periferia) e Chiquinho (pardo, 17 anos, da periferia), que apresentaremos no capítulo 11. Estes e outros adolescentes expuseram uma desintegração dos bairros da periferia, onde conflitos territoriais os impedem de cruzar fronteiras que estão a poucas quadras de sua residência. Esse *apartheid intraperiférico* foi a causa de muitos sofrimentos e medos entre os adolescentes, e, apesar de ter estado presente em toda esta tese, pôde ser visto de maneira mais manifesta no medo de ser confundido com um envolvido<sup>44</sup>, e quando apresentamos as inimizades e desintegração dos laços sociais nas periferias<sup>45</sup>. cremos que pesquisas futuras com os mapas afetivos em territórios periféricos poderão explorar melhor as dinâmicas específicas do *apartheid intraperiférico*.

Tal como podemos concluir da análise sartriana da obra de Fanon (1968), o *apartheid intraperiférico* é resultado da reprodução de uma violência que, em primeira instância, não é dos moradores da periferia. As dinâmicas das facções criam um *apartheid intraperiférico*, que não pode ser pensado como fenômeno que tem causa em si mesmo, mas como subproduto, cuja causa eficiente é a exploração e a exclusão, e espelha o *apartheid*

---

<sup>43</sup> Discussão abordada no tópico 11.2.

<sup>44</sup> No tópico 8.7.1.

<sup>45</sup> No tópico 9.8.

*socioterritorial* e as exclusões de classe e raça. A busca de proteção, a autosegregação das classes média e alta, da população predominantemente branca, e a ampliação da violência na periferia, que por vezes não fica restrita a ela, são um processo cíclico de alimentação recíproca, que têm sua gênese na dialética inclusão/exclusão.

Quando, ao circular pela cidade, os adolescentes da periferia eram identificados como moradores de outros bairros, eram interpelados pelos jovens locais, que os admoestavam de que “sabiam que não podiam andar ali”. Essa frase é o equivalente simbólico ao que é dito de diferentes formas aos adolescentes da periferia sobre sua presença no centro, assim, em primeira instância, de lá decorre. Pudemos observar fenômeno semelhante nos assaltos narrados pelos adolescentes, em que eram humilhados e chamados de “vagabundos” pelos assaltantes, numa reprodução clara do tratamento a estes dispensado pela polícia. Por fim, a rotulação promovida pelos moradores da periferia entre si, sempre afirmando-se “cidadãos” em detrimento daqueles que são “envolvidos”, evidenciam outros desdobramentos dessa cadeia de segregação reproduzidos nas periferias.

Para alcançar os significados da violência do opressor contra o oprimido e dos oprimidos entre si, é necessário compreender como as ideologias hegemônicas vêm promovendo medo, raiva, ganância, arrogância, vergonha, humilhação e diversas paixões tristes. Essas paixões contribuem para a reprodução dessas mesmas ideologias ciclicamente. É necessário compreender e enfrentar os mecanismos ideológicos que levam indivíduos que padecem dos mesmos sofrimentos a se perceber inimigos. Nos capítulos posteriores estudaremos os medos urbanos na cidade de Fortaleza, bem como suas implicações psicossociais, na busca de discutir alguns desses mecanismos.

## **8 AS INTERSECÇÕES DOS MEDOS URBANOS NOS ADOLESCENTES DE FORTALEZA: UMA ABORDAGEM SOCIOTERRITORIAL E DE GÊNERO**

Neste capítulo analisamos como os medos urbanos dos adolescentes de Fortaleza se conjugam a partir de aspectos socioterritoriais e de gênero, a partir dos dados obtidos com a aplicação de entrevistas semiestruturadas e de um questionário de avaliação da intensidade dos medos. Também avaliamos, de forma sucinta, as vivências de violências dos adolescentes. Como resultado identificamos dois diferentes gêneros de medo: os medos particulares – direcionados a riscos específicos; e os medos ansiosos - sentimentos difusos que se ampliavam em dadas situações. Os medos particulares predominaram entre os adolescentes da periferia, e os medos ansiosos, nos adolescentes do centro. Ambos foram maiores entre as meninas que entre meninos. Percebemos também que aspectos territoriais, de gênero, étnicos e econômicos exercem grande influência sobre a forma como os medos se conjugam nas vivências cotidianas, de forma que medos individuais não se relacionam apenas a experiências pessoais, mas condensam riscos e concepções de seus grupos sociais, o que foi exposto de maneira mais pormenorizada a partir da análise dos medos da adolescente Zoe. Alguns medos mostraram-se intensos apenas entre os adolescentes da periferia, tais como: medo de “desandar”, medo da polícia, medo de ser “confundido” com um “envolvido”, medo de ser atingido por bala perdida. Desses, apenas os dois últimos atingiram as meninas desse território. Outros medos predominaram entre as meninas de ambos os territórios, em especial um entrelaçamento de temores de diferentes matizes de violência verbal e física, relacionados à violência sexual, incluindo desde “cantadas” invasivas a estupros. Pudemos verificar que os medos urbanos não se restringem ao “medo do crime”, em especial para adolescentes da periferia.

### **8.1 Introdução**

Neste capítulo tivemos como objetivo averiguar como os diferentes medos urbanos dos adolescentes da cidade se conjugam a partir dos aspectos socioterritoriais e de gênero, permanecendo atentos, em nossas análises, aos aspectos étnicos e de classe social, que, como vimos, mostraram-se inseparáveis do fator territorial. A análise dos dados deu-se a partir de entrevistas semiestruturadas e de um questionário sobre os medos urbanos, realizados com 10 adolescentes de cada gênero do centro (não apenas territorial como especialmente econômico) e da periferia. Para tratamento das entrevistas semiestruturadas, utilizamos a análise de conteúdo temática, com apoio do software *Atlasti*.

Discutimos, nos dois primeiros tópicos deste capítulo, a perspectiva da psicologia histórico-cultural sobre a relevância dos marcadores sociais nos estudos psicológicos e sobre a relação entre vivência e produção de sentido. Em seguida analisamos, de maneira sintética, as vivências de violência dos adolescentes da cidade, bem como averiguamos o contato indireto desses adolescentes com essa violência, especialmente a partir dos relatos sobre experiências dessa natureza de amigos e parentes, na busca de compreender como essas têm afetado seus medos. Posteriormente discutimos os medos urbanos mais intensos para o conjunto dos adolescentes, aqueles mais presentes nos adolescentes do centro e da periferia, bem como os medos relacionados a aspectos de gênero. Por fim, por meio das narrativas da adolescente Zoe, buscamos realizar uma análise dialética sobre a forma como os medos se interseccionam, tanto a partir das vivências do sujeito quanto por seus marcadores sociais.

Para averiguar quais os medos mais intensos dos adolescentes, solicitamos, nas entrevistas, que relatassem o principal medo que os aflige no cotidiano de seu bairro ou cidade. Após a resposta, aprofundamos algumas questões, tais como: “Em que situações costuma ter esse medo? O que você pensa e sente sobre ele? Você se lembra de situações concretas em que teve esse medo? Quais?” Quando o adolescente respondia às perguntas solicitadas, questionávamos se em seu cotidiano, no bairro ou na cidade, existiam outros medos intensos. Se negassem, passávamos para outro bloco de perguntas, caso assentissem, repetíamos os questionamentos sobre esse segundo medo. Fazíamos isso ainda uma terceira vez, de forma que cada adolescente pôde relatar de um a três medos. As unidades de análise foram os próprios medos urbanos. Também realizamos uma avaliação do número de vezes que determinadas palavras que se relacionavam com medos específicos surgiram nas entrevistas, como forma de complementar a análise.

Conforme discutido na revisão de literatura desta tese, pesquisas que trabalham com dados quantitativos relacionados aos medos urbanos utilizam, via de regra, escalas que aferem especificamente o “medo do crime”. Segundo Guedes, Cardoso e Agra (2012), os estudos de medo do crime têm sido realizados principalmente em países ricos, e não apresentam uniformidade conceitual, tampouco definição precisa. Diferentemente desses estudos, que refletem sobre o medo a partir de um único constructo, nossa pesquisa propôs-se a abordar os medos como fenômeno de qualidade plural, por isso os analisamos um a um, e não a partir de escalas que os unificam. Como veremos, os medos dos adolescentes do centro e da periferia foram bastante distintos, e qualquer métrica que buscasse uniformizá-los a partir de uma escala correria o risco de destacar mais os medos presentes em um dos territórios, gerando dados distorcidos. A categoria “medo do crime” mostrou-se insuficiente para abranger os medos

urbanos dos adolescentes, em especial os da periferia, sendo satisfatória apenas para abranger o conjunto dos medos urbanos dos meninos do centro.

As avaliações estatísticas dos medos realizadas neste estudo tiveram natureza qualitativa, sendo não paramétricas e, assim, não generalizáveis, feitas com o objetivo de elucidar ou consolidar pontos da análise sistêmica dos medos. Por esse motivo, não fizemos as análises das entrevistas e dos questionários de forma separada, mas conjuntamente, debatendo seus resultados. O questionário dos medos foi construído em dois momentos: durante uma oficina com os adolescentes da periferia e um grupo focal com os adolescentes do centro, em que pedimos que relatassem os medos que sentiam na cidade em seu cotidiano. O questionário foi composto por questões do tipo Likert, que traziam afirmativas de diferentes tipos de medos (tenho medo de ser assaltado; tenho medo de ser assassinado) e situações (tenho medo de pegar transporte público; tenho medo de pegar Uber), e solicitava que os adolescentes indicassem sua intensidade a partir de cinco níveis. Por meio do software SPSS, esses dados foram transformados em uma escala decimal, para uma compreensão gráfica mais intuitiva. Assim, nos gráficos apresentados, o menor índice de medo é zero e o maior índice é 10. Em cada subgrupo investigado - meninos da periferia, meninas da periferia, meninos do centro, meninas do centro -, foram calculadas as médias de cada um dos medos e situações do questionário. Os termos “menino” e “menina” foram adotados apenas como diferenciadores de gênero, sendo utilizados como sinônimos de “adolescente do gênero masculino” e “adolescente do gênero feminino”.

## **8.2 Adolescência e marcadores sociais da diferença**

Conceitualmente, no âmbito das pesquisas científicas, enquanto o termo “juventude” tem sido usado majoritariamente com um sentido mais dinâmico e coletivo sobre determinado segmento social, a palavra “adolescência” tem sido predominantemente aplicada ao plano individual e ligada a questões biológicas, embora existam exceções (WAISELFISZ, 2004). Nesta tese, por escolhermos como público-alvo adolescentes jovens (de 15 a 19 anos), não fizemos nenhuma diferenciação entre os termos “adolescente” e “jovem” quando nos referimos aos sujeitos pesquisados, buscando compreendê-los sempre a partir de uma perspectiva histórica e cultural.

Para Ozella (2002), determinadas características presentes na adolescência foram apontadas como naturais no desenvolvimento humano pelos estudiosos da psicologia/educação. Ozella (2002) indica que Stanley Hall, um dos primeiros teóricos a escrever sobre a

adolescência, identificou-a como etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade. O adolescente era percebido como sujeito rebelde devido a questões relativas à maturação biológica. O teórico Maurice Debesse (*apud* OZELLA, 2002) chegou a afirmar que é um erro pensar que a juventude muda conforme as épocas. Já Erikson (1976), por sua vez, foi um dos grandes responsáveis pela institucionalização da adolescência como fase constituída por uma moratória psicossocial, uma pausa necessária aos sujeitos, demarcada pela confusão de papéis. Tais perspectivas acabaram contribuindo com a uniformização de realidades dispare.

Nessa perspectiva, Santos (1996) defende que essas concepções universalizantes do conceito de juventude foram formadas por generalizações inconsistentes, sem qualquer rigor metodológico, caracterizadas por uma desconexão entre compromissos teóricos e fatos, que generalizaram para todos os adolescentes a realidade do jovem branco, burguês e ocidental. Apesar das diversas críticas que essas visões universalizantes vêm sofrendo, produzidas por abordagens que defendem uma ênfase mais histórica e contextualizada da temática, Ozella (2002) evidencia que elas ainda têm sido preservadas por boa parte dos profissionais de psicologia.

Nas décadas de 1920 e 1930, Vygotsky (2006/1931) já criticava essas concepções uniformizantes que consideravam a adolescência uma fase natural e abrupta de instabilidade emocional, provocada por mudanças fisiológicas derivadas do amadurecimento sexual. O autor rejeita a noção de “descoberta do eu” na adolescência, considerando mais coerente se pensar em um “desenvolvimento do eu” que culmina com o *adolescere*. Para o autor, mudanças intelectuais na forma de compreender-se como pessoa e de compreender o mundo eram o principal mote das transformações ocorridas na adolescência. Na obra “Paidologia do adolescente”, Vygotsky (2006/1931) analisa a progressiva evolução que vai do gradual desenvolvimento dos conceitos, passa pela aquisição da capacidade reflexiva e possibilita a formação da personalidade. Esta última, em sua visão, não era algo intrínseco ao sujeito, mas estava ligada ao campo das relações sociais.

Nessa obra, Vygotsky (2006/1931) analisa um estudo do psicólogo alemão Adolf Busemann, que tinha o intuito de investigar o desenvolvimento da reflexão e da autoconsciência na adolescência. Busemann parte da premissa, compartilhada também por Vygotsky, de que a autoconsciência não é algo primário, mas desenvolvido socialmente. Uma diferença fundamental entre as formas inferiores e superiores de organismos, é que estas últimas são capazes de interagir não apenas com o meio social, mas também consigo próprias. A conclusão de Busemann, assentida por Vygotsky (2006/1931), é que o desenvolvimento da

autoconsciência depende do conteúdo do meio, em medida superior a qualquer outro aspecto. A pesquisa levou em consideração três marcadores sociais dos adolescentes: o local de moradia (ambiente urbano ou rural); a posição social (filhos de trabalhadores não qualificados; qualificados em empregados de categorias inferiores ou de classe média/funcionários públicos); e o gênero.

O estudo considerava a capacidade dos adolescentes de refletir sobre quatro condições da autoconsciência: a personalidade; a instância corporal; suas habilidades no campo moral; sua natureza ética. Busemann considerou que as diferenças no ambiente cultural influenciaram o **ritmo** de desenvolvimento da personalidade, afirmando que crianças que viviam em condições socioculturais desfavoráveis (classes menos abastadas e ambiente rural) se desenvolviam mais vagarosamente. Vygotsky (2006/1931) dá mérito ao autor pelo estabelecimento de estreito vínculo entre a classe social e o desenvolvimento da autoconsciência, no entanto faz contundente crítica às considerações de que as diferenciações entre os grupos se referem a atrasos de desenvolvimento. Vygotsky defende que a autoconsciência do adolescente trabalhador, em relação à do adolescente burguês, não é retida em estágio anterior de desenvolvimento, mas simplesmente se refere a outra estrutura e dinâmica de autoconsciência e, assim, de personalidade. Para o bielorrusso, a comparação de Busemann toma como referencial a autoconsciência burguesa. Assim, a inclusão de adolescentes de origens sociais diversas em uma única escala de desenvolvimento aprioristicamente concebida é equivocada. Não se pode falar em atrasos ou ultrapassagens onde os caminhos de desenvolvimento formam curvas completamente incomparáveis.

Conforme já apresentado nesta tese, os sistemas psicológicos humanos constituem sistemas semânticos interiorizados, que se estruturam a partir das relações sociais e organizam as funções psíquicas a partir delas. Nessa circunstância, se a origem das relações sociais é distinta, então esses sistemas também o serão, o que explica que as formas de pensar sobre si e sobre o mundo, de compreender suas emoções (também tomadas apenas a partir de uma comparação linear por Busemann) e, conseqüentemente, de agir, também serão qualitativamente diferentes.

Cabe, no entanto, por pertinente, apresentar um apontamento crítico à interpretação de Vygotsky a outro elemento dessa mesma pesquisa. Busemann (*apud* VYGOTSKY, 2006/1931) encontra mais diferenças de gênero no desenvolvimento da autoconsciência que relacionadas a aspectos territoriais e de classe. A explicação de Busemann (*apud* VYGOTSKY, 2006/1931), nesse caso, é que nas meninas, mesmo em condições desfavoráveis, a autoconsciência moral amadurece, enquanto os meninos precisam de maiores influências



favoráveis no ambiente escolar ou familiar. O autor conclui que, embora a cultura local seja predominantemente masculina, a tendência psicológica para seu desenvolvimento tende à feminização.

Inesperadamente, nesse caso, Vygotsky (2006/1931, p. 239) contesta os argumentos de Busemann, afirmando que não se trata de “supremacia” do feminino sobre o masculino (o que não nos parece que tenha sido defendido pelo alemão), mas da ocorrência precoce do ritmo de maturação sexual nas meninas, daí as diferenças. Vygotsky, que tão bem argumentou sobre como o meio social interfere nas variações interindividuais, em nossa apreciação, em relação ao gênero, acaba recaindo nas explicações reducionistas e biologizantes que tanto criticou. Curiosamente na obra “A construção do pensamento e da linguagem”, Vygotsky (2001/1934, p. 416) destaca que o tradutor Ivan Krilov, ao traduzir do francês para o russo a fábula “A cigarra e a formiga”, substituiu “cigarra” por “libélula”, porque “cigarra” em russo é do gênero masculino, e assim, sem essa “nuance semântica”, as imagens de “frivolidade” e “despreocupação”, que se vinculam ao feminino, desapareceriam. A não criticidade em relação a essas considerações já dá um forte indicativo de que todo o brilhantismo de Vygotsky não fora suficiente para que tomasse consciência das aprisionadoras concepções de gênero de sua época e sociedade. Vygotsky é capaz de notar que as implicações semânticas de uma representação de gênero em um animal de uma fábula fizeram Krilov apresentar uma libélula que salta e canta (embora libélulas não façam isso), para não se desviar das representações sociais de gênero de seu contexto social, mas não consegue perceber o impacto disso na diferenciação dos sistemas simbólicos construídos por adolescentes de gêneros distintos, produzindo assim diferentes personalidades, o que o faz buscar uma saída apenas maturacional para as distinções.

Em nossa compreensão, os fatores essenciais das distinções de gênero do estudo de Busemann devem ser localizados fundamentalmente no campo social, da mesma forma que os aspectos de classe e local de moradia. Conforme evidenciamos, mais que sistemas conceituais, os sistemas psicológicos são sistemas semânticos e simbólicos, dessa forma, estabelecem, de diferentes maneiras, das mais evidentes às mais sutis, as expectativas em relação aos sujeitos, o que é fundamental na estruturação de sua autoconsciência. Não é porque adolescentes de gêneros distintos compartilham a mesma classe social, linguagem e ambiência que recairão sobre eles, da mesma forma, os diversos signos e sentidos sociais. Se nos dias atuais, o campo da moralidade atravessa de forma muito mais intensa mulheres que homens, exigindo mais subserviência daquelas, é esperado que esses aspectos fossem ainda mais fortes na década de 1930.

É nesse preceito, de que os significados e sentidos socialmente produzidos atingem de maneira diferente os adolescentes, em decorrência de marcadores sociais como classe, raça, gênero e território, bem como de peculiaridades próprias desses jovens, advindas de sua história de vida singular, que esta tese de doutorado se fundamenta. Também parte da compreensão de que aspectos materiais e econômicos atingem de forma distinta os grupos sociais, a partir desses e outros marcadores, estabelecendo diferentes relações de opressão e produção de sofrimento, que se matizam e interseccionam. Em nossa pesquisa, o medo mostrou-se estruturado tanto por elementos de gênero como socioterritoriais, o que, em nossa perspectiva, significa que a realidade material faz com que os sistemas de sentido compartilhados por nossa sociedade atinjam esses jovens de forma distinta, orientando não só o que temem, mas também como temem.

Pensando a implicação dos marcadores sociais da diferença nas juventudes brasileiras contemporâneas, a partir de novas configurações sociais e econômicas, a antropóloga Regina Novaes (2006) afirma que, entre 1930 e 1980, a situação econômica do Brasil permitia que as novas gerações conseguissem estabelecer melhores condições de vida e de trabalho que as anteriores. A partir de então, essa tendência inverteu-se, de maneira que hoje os jovens possuem, em geral, perspectivas de vida e de trabalho piores do que seus pais. Novaes (2006) afirma que, quando se pergunta aos jovens quais os principais problemas do País, eles mencionam o “desemprego” e a “violência”, o que lhe permite compreender que seus maiores medos são de “sobrar” e de morrer. O medo de sobrar relaciona-se à incerteza de conseguir adentrar da maneira esperada no mercado de trabalho. Sobre o medo de morrer, a autora afirma que, mesmo em jovens que não são atingidos diretamente pela violência urbana, o medo da morte faz parte do imaginário socialmente construído, o que pudemos constatar fartamente no decorrer desta tese.

A falta de perspectiva atinge de forma distinta os jovens de diferentes classes sociais, expandindo-se entre os moradores da periferia, que têm sua vivência marcada muitas vezes pela necessidade de encontrar precocemente um emprego e pelo medo de ficar completamente de fora do mercado de trabalho, por vezes de forma definitiva. Diferentemente dos adolescentes das classes média e alta, para os quais “sobrar” é sinônimo de depender por mais tempo dos pais ou se submeter a empregos que não atingem suas expectativas, para alguns jovens de classe social baixa, especialmente quando desamparados por redes de proteção familiar e social, as perspectivas de futuro podem ser quase nulas. Quando as necessidades são imediatas e as perspectivas ausentes, não existe o menor espaço para se pensar a adolescência enquanto pausa, tal como propunha Erikson (1976).

Alguns marcadores sociais são apontados por Novaes (2006) como consideravelmente relevantes no estudo da juventude: classe social, gênero, raça e território. A autora destaca que, entre os jovens brasileiros, a desigualdade mais evidente remete à classe social, indicando que parte considerável das pessoas de classe baixa não têm direito à infância, dispondo de uma juventude mais precoce e curta. Enquanto isso, ocorre uma ampliação da juventude das classes média e alta, por vezes para além dos 30 anos de idade. A antropóloga aponta que fatores étnicos e de gênero também interferem, por exemplo, na possibilidade de se conseguir um emprego, bem como afetam os valores da remuneração. Em relação ao território, destaca três aspectos: as diferenças entre as cinco macrorregiões do País; entre o ambiente rural e urbano; e entre os diferentes locais de moradia dentro de uma mesma cidade, apontando especialmente este último como fonte de estigma.

Novaes (2006, p. 106) reflete que “ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e a discriminação por endereço”. Ela afirma que o local de moradia dos jovens os abona ou desabona, ampliando ou restringindo para eles os acessos. A autora defende que, para as gerações passadas, tal aspecto poderia ser considerado apenas uma expressão da estratificação social, um indicador de pertencimento de classe, no entanto, certos endereços passaram a carregar consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e pela corrupção das organizações de tráfico e da polícia. Novaes (2006) aponta que, em virtude disso, muitos empregadores preferem não contratar jovens de determinados bairros, por considerá-los bandidos em potencial. Assim, muitos jovens acabam omitindo os lugares em que moram, por vezes lançando mão do endereço dos patrões ou de parentes. A discriminação a que a autora se refere pôde ser vista amplamente em nossa pesquisa, fazendo com que os jovens omitissem o local em que moravam em várias situações, para além da busca de emprego, e tornando-os alvos de discriminação, mesmo quando não chegavam a evidenciar o local em que moravam, apenas por serem genericamente identificados como moradores da periferia.

Nos últimos anos, as pesquisas acadêmicas, e mesmo as discussões sociais, têm avançado muito na problematização de como os preconceitos e estigmas étnicos e de gênero produzem privilégios e sofrimentos em nossa sociedade, no entanto, muito pouco se tem discutido sobre os impactos dos estigmas em relação ao local de moradia, ou mesmo sobre como o sexismo e o racismo atingem especificamente as populações periféricas. Em nossa tese, pudemos concluir que a discriminação por endereço, em uma perspectiva social, está intrinsecamente relacionada aos aspectos étnicos e de classe, posto que vêm todos de uma

mesma origem, embora possam ser experimentados de formas distintas nas vivências individuais.

### **8.3 Vivências e produção de sentidos na psicologia histórico-cultural**

Vygotsky (2006/1933, 2010) afirma que, no estudo do desenvolvimento, é necessário que o pesquisador não tome a realidade em si como parâmetro absoluto, mas como parâmetro relativo, ou seja, defende que os aspectos objetivos do meio só podem ser tomados a partir do cerne do próprio sujeito. O autor traz como exemplo um estudo clínico de uma mãe alcoolista que espanca seus três filhos, de idades distintas, apontando que, embora todos vivessem em um estado de pavor e medo em relação a ela, cada um deles acaba desenvolvendo um quadro peculiar. O mais novo é tomado pelo medo e desespero e desenvolve enurese, gagueira e pânico generalizado; o do meio estabelece um conflito interno, desenvolvendo por um lado demasiado apego e, por outro, ódio da mãe, o que se transforma em atitude ambivalente em relação a ela; já o mais velho, compreendendo melhor o adoecimento da mãe, passa a se comportar como chefe da família, cuidando e consolando os irmãos. Assim, Vygotsky expõe que, mesmo circunstâncias semelhantes podem exercer influências distintas, pois a relação de cada sujeito com os acontecimentos é particular. Além da fase do desenvolvimento, o autor também defende que as peculiaridades pessoais levam à vivência de uma situação similar de maneira distinta.

Imaginem que eu, pela minha constituição, sou dotado de certas peculiaridades – é claro que eu vou vivenciar essa situação de uma maneira. Já se sou dotado de outras peculiaridades – claro que vou vivenciá-la de outra maneira. Por isso fala-se sobre as singularidades constitutivas das pessoas [...] se nós tivermos em vista duas pessoas de padrões constitutivos diferentes então um mesmo acontecimento suscita vivências distintas em cada uma dessas pessoas. (2010/1933, p. 687)

Assim, uma mesma situação pode ser vivenciada de maneiras distintas por pessoas diferentes ou por um mesmo sujeito, em diferentes momentos da vida. Em sua última obra, “A construção do pensamento e da linguagem”, o autor (VYGOTSKY, 2001/1934) desenvolve de forma mais precisa o conceito de “sentido”, defendendo que o significado das palavras muda de acordo com o contexto a que se referem. Conforme explanamos, o conceito de “sentido” não se aplica apenas às palavras, mas a tudo que possui uma dimensão semiótica, assim, a qualquer fenômeno, ideia, emoção, imagem, fato social ou vivência, podemos atribuir sentidos. Disso depreende-se que, no exemplo dado por Vygotsky (2010/1933), falar que os filhos vivenciaram

a situação com a mãe de forma distinta é o mesmo que dizer que eles atribuíram às suas experiências sentidos diferentes, o que inclui as emoções que experimentaram.

Julgamos que essa concepção pode, em boa medida, ser explicada por meio da teoria dos afetos de Spinoza (2013/1675). Para o filósofo, as gêneses das emoções ocorrem a partir do encontro do sujeito com o objeto, mas não podem ser definidas nem absolutamente pelo objeto (meio), nem absolutamente pelo sujeito. Spinoza (2013/1675) exemplifica que um cavaleiro, ao ver os rastros de um cavalo sobre a areia, poderá passar da ideia do cavalo à ideia da guerra, e às emoções que essa desperta. Já um agricultor poderá passar da ideia do cavalo à ideia do arado, e às emoções que isso provoca nele. Assim, Spinoza demonstra que as experiências particulares se relacionam aos papéis e contextos sociais, definindo como as diversas experiências são vivenciadas e influenciam na percepção afetiva particular. Assim, os sujeitos atribuem sentidos e experimentam afetos em virtude de sua fase no desenvolvimento, de sua história de vida, por suas condições materiais e culturais, seu papel social, etc.

Não à toa, para Spinoza (2013/1675, p. 110), “as imaginações da mente são mais indicadoras dos afetos de nosso corpo que da natureza dos corpos exteriores”. O conjunto das experiências sociais-afetivas do sujeito vai compondo as ideias que ele tem sobre o mundo, e essas ideias balizam suas experiências afetivas posteriores. Spinoza (2013/1675, p. 131) defende que “homens diferentes podem ser afetados diferentemente por um só e mesmo objeto, e um só e mesmo homem pode, em momentos diferentes, ser afetado diferentemente por um só e mesmo objeto”. Assim, uma mesma situação pode ser interpretada por duas pessoas de maneiras bastante distintas, provocando afetos variados, bem como uma situação semelhante pode ser interpretada pela mesma pessoa, em momentos diferentes, de forma bastante diversa, provocando emoções heterogêneas.

Toassa e Souza (2010, p. 760) explicam que a tradução literal dicionarizada do termo russo vivência – *pereživânie* – significa “Estado de espírito (alma); expressão da existência de um(a) forte (poderosa) impressão (sentimento); impressão experimentada”. As autoras defendem que sua etiologia está relacionada à “vida,” devendo, portanto, ser traduzida como “vivência”, e não como “experiência” ou “sentimento”, embora a intensidade emocional indissociável do sentido do termo original (no russo) perca-se na sua tradução para a maior parte das línguas. Elas explicam que, inicialmente, Vygotsky usa o termo mais literalmente, especialmente em “A tragédia de Hamlet”, qualificando um estado mental de exceção suscitado por impressões e sentimentos fortes, um estado irrefletido oposto ao intelectual, classificando a obra como único texto irracionalista do bielorrusso. As autoras defendem que, a partir dos textos podológicos de 1930, as vivências deixam de ser baluarte irracional do psiquismo, e vai-

se estabelecendo uma concepção vygotskyana de consciência como sistema psicológico, que não se restringe às operações da razão, passando a ter as vivências como unidades de análise sistêmicas, englobando tanto afetos e sensações como o pensamento e o raciocínio.

Toassa e Souza (2010) relatam que Vygotsky passa a discorrer sobre diversos tipos de vivências: intelectuais, discursivas, sensoriais, motoras e afetivas. Essa amplitude de sentido do termo *pereživânie* faz com que a ideia de vivência circunscreva múltiplos estados da consciência e de intensidade afetiva, tendo em vista que o termo retrata simplesmente a relação interior da consciência com o meio, e não um estado psicológico especial. As autoras propõem que, em situações de impacto emocional, como ódio, amor e raiva, possa-se utilizar o termo “vivências afetivas”, proposição adotada nesta tese para se referir às “vivências de medo”. Vale destacar, no entanto, que na última fase da obra de Vygotsky intensificava-se a compreensão de que, nos seres humanos, todas as ações têm uma base afetivo-volitiva que as motiva, que os (co)move. Assim não tomamos como vivências de medo apenas as situações de impacto emocional intenso e imediato, mas também ansiedades culturais que interferem no comportamento cotidiano.

Neste estudo compreendemos que temer algo é o mesmo que atribuir a algo um sentido ameaçador, mesmo quando o sujeito não toma plena consciência disso no campo cognitivo. Esse sentido é atribuído na própria vivência do medo, ou seja, constrói-se na intersecção entre sujeito e meio. Dessa forma, optamos por investigar os processos de atribuição de sentidos das vivências dos medos, compreendendo-os como processos dinâmicos, nos quais a vivência é definida pela própria atribuição de sentido. As vivências não devem ser compreendidas como simples fatos ocorridos com o sujeito, mas como unidade relacional entre o sujeito - a partir de seus sistemas psicológicos estruturados semioticamente - e o meio, em que se dá a produção de sentidos. Assim, tanto o meio é produto de uma construção histórica do humano quanto o humano é produto de uma construção social do meio. A diferença entre um fato (acontecimento do ponto de vista externo do sujeito) e uma vivência é exatamente que, nesta última, os sentidos estão contemplados. É a atribuição particular de sentido que permite que um mesmo fato possa ser vivenciado de forma distinta, seja por diferentes sujeitos em um mesmo momento, seja por um mesmo sujeito em diferentes momentos.

#### **8.4 Vivências de violências no centro e na periferia**

Entre os adolescentes do centro, apenas uma parte minoritária relatou ter sido vítima de algum tipo de violência. Três deles relataram ter sido assaltados quando estavam

acompanhados dos pais, embora dois tenham afirmado que eram muito pequenos quando isso ocorreu, por isso, apenas um se lembrava do fato. Nenhum dos adolescentes relatou ter sofrido assalto quando estava sozinho ou com amigos. Alguns narraram situações em que presenciaram assaltos e roubos a pessoas desconhecidas, e uma adolescente testemunhou um tiroteio quando estava se deslocando dentro do carro de seus pais. Apesar de a pergunta ter sido direcionada para violências “no bairro ou na cidade”, alguns relataram também ter sofrido *bullying*, e duas garotas afirmaram ter sido agredidas verbalmente e fisicamente na escola. Nenhum dos adolescentes relatou episódios de violência doméstica. Embora quando questionados sobre as vivências de violência, apenas uma adolescente tenha relatado ter sido vítima de assédio sexual enquanto caminhava na rua, quando foram questionados sobre vivências de medo, várias descreveram situações de assédio. Disso depreende-se que sofrer assédio sexual na rua tem sido tão frequente para as meninas, que muitas não o incluíram como forma de violência.

De todas as vivências de violência nesse território, a mais grave ocorreu com Rose (branca, 17 anos, do centro), que expôs ter sido abusada sexualmente na infância pelo seu antigo professor, e, embora não tenha entrado em detalhes sobre o fato, relatou muito sofrimento psíquico em decorrência disso, como depressão, pânico generalizado ao sair de casa, e dificuldade de estabelecer vínculos de amizade e confiança.

Quando questionados se conheciam pessoas na família ou amigos que tinham passado por experiências de violência, vários adolescentes relataram conhecer indivíduos que tinham sido assaltados ou roubados, como pais, tios, primos ou amigos. Em mais de uma ocasião, os adolescentes afirmaram que seguramente conheciam vítimas de assalto, mas que no momento não conseguiam se lembrar de nenhum caso concreto para narrar. Quando questionados se conheciam alguém que havia sido assassinado, apenas dois entre os adolescentes disseram conhecer pessoas “de vista”, mas afirmaram não se lembrar de seus nomes. Uma delas, por exemplo, relatou ter a sensação de conhecer um juiz que sofrera latrocínio, ao ver a imagem da vítima em uma notícia de jornal, embora consideremos difícil precisar se de fato a conhecia pessoalmente ou se sua lembrança se dava por um reconhecimento étnico e de classe.

Apesar da baixa recorrência de episódios de violência urbana direta, quando instigados a falar o que pensavam sobre a violência em Fortaleza, quase a totalidade dos adolescentes afirmaram considerar a cidade como muito perigosa e fundamentavam tal percepção em notícias e nas histórias informais que ouviam de conhecidos ou “conhecidos de conhecidos”, que narravam os episódios de violência. Com isso evidencia-se que as fontes de medo dos adolescentes poucas vezes são episódios de violência direta.

As vivências diretas de violência foram mais rotineiras na periferia. Cinco adolescentes relataram ter sido assaltados. Eles normalmente estavam sozinhos ou com outros jovens, amigos ou parentes. Também foram constantes os relatos de violência policial, com elementos de torturas tanto físicas quanto psicológicas, de diversos tipos e intensidades entre os meninos, conforme detalharemos no capítulo 10. No entanto, os relatos mais constantes foram de ameaças realizadas por membros de facções de drogas rivais das facções que dominam o bairro dos entrevistados. Mesmo aqueles que não tinham nenhum vínculo com as facções de drogas, eram ameaçados e tinham sua liberdade cerceada. Embora as ameaças tenham ocorrido mais frequentemente entre os meninos, não eram incomuns entre as meninas, que também se sentiam muito ameaçadas. Casos de *bullying* e outras violências na escola também foram relatados. Três adolescentes afirmaram ter sido abusadas sexualmente. Os relatos de assédio sexual também foram constantes, muitas vezes de forma ainda mais explícita que os das meninas do centro. A violência doméstica também esteve bastante presente.

Quando questionados se tinham amigos ou parentes vitimados por violência, os homicídios foram as narrativas mais frequentes, diferentemente do que ocorreu entre os adolescentes do centro, cujos relatos se concentraram principalmente em assaltos e roubos. No decorrer das análises, pudemos supor que os adolescentes da periferia tivessem conhecimento concreto de mais relatos de assaltos que os adolescentes do centro, mas, pelo nível de violência, os homicídios prevaleceram em suas narrativas. Entre os 20 adolescentes, 13 relataram conhecer diretamente pelo menos uma pessoa assassinada. A maior parte das mortes se relacionava de diferentes formas às dinâmicas do tráfico de drogas, o que incluía assassinatos: cometidos por facções rivais; cometidos contra jovens simplesmente por serem de bairros dominados por facções rivais; provocados por suspeitas de “traição” à facção do bairro; decorrentes de divergências internas dentro da própria facção; provocados por desobediência às leis das facções, como roubar dentro do bairro; motivados por dívidas de droga; decorrentes de operações policiais; ocorridos por “confundirem” o jovem com outro e o assassinarem por algum dos motivos acima elencados. Além disso, desavenças inter-relacionais também foram apontadas como causa de assassinatos, como divergências entre vizinhos e conflitos afetivos/sexuais.

Apesar de as entrevistas terem sido realizadas em um período em que os índices de homicídios estavam relativamente baixos, quando comparados aos de outros períodos, no decorrer das idas a campo, era comum sabermos notícias sobre adolescentes do bairro que haviam sido assassinados. Alguns adolescentes relataram a morte de vários amigos e familiares. Um deles chegou a citar oito nomes de amigos ou parentes, apontando para o medo amalgamado



ao luto, que cotidianamente se atualiza mediante a concretude da vivência de ameaça e de perda compartilhada com a sua comunidade. Nesse sentido, muitos dos adolescentes da periferia lembravam-se da morte de amigos de infância e familiares, como primos, tios, irmãos, padrasto e pai. Os medos dos adolescentes desse território se baseavam principalmente em vivências diretas de violência e nos relatos de violências de pessoas bem próximas a eles.

### 8.5 Análise dos medos intensos

Nas entrevistas, o conjunto dos adolescentes da periferia e as meninas do centro apresentaram maior tendência a relatar mais de um medo, enquanto os meninos do centro muitas vezes relataram exclusivamente medo de assalto. Neste grupo específico, as respostas também foram mais curtas e diretas. Nos demais grupos, via de regra, os medos eram apresentados com mais explicações e exemplificações. Os medos intensos dos adolescentes foram agrupados, por meio de análise de conteúdo temática, em nove categorias de medos urbanos, assim distribuídas (Tabela 1):

Tabela 1 – Tabela dos medos intensos

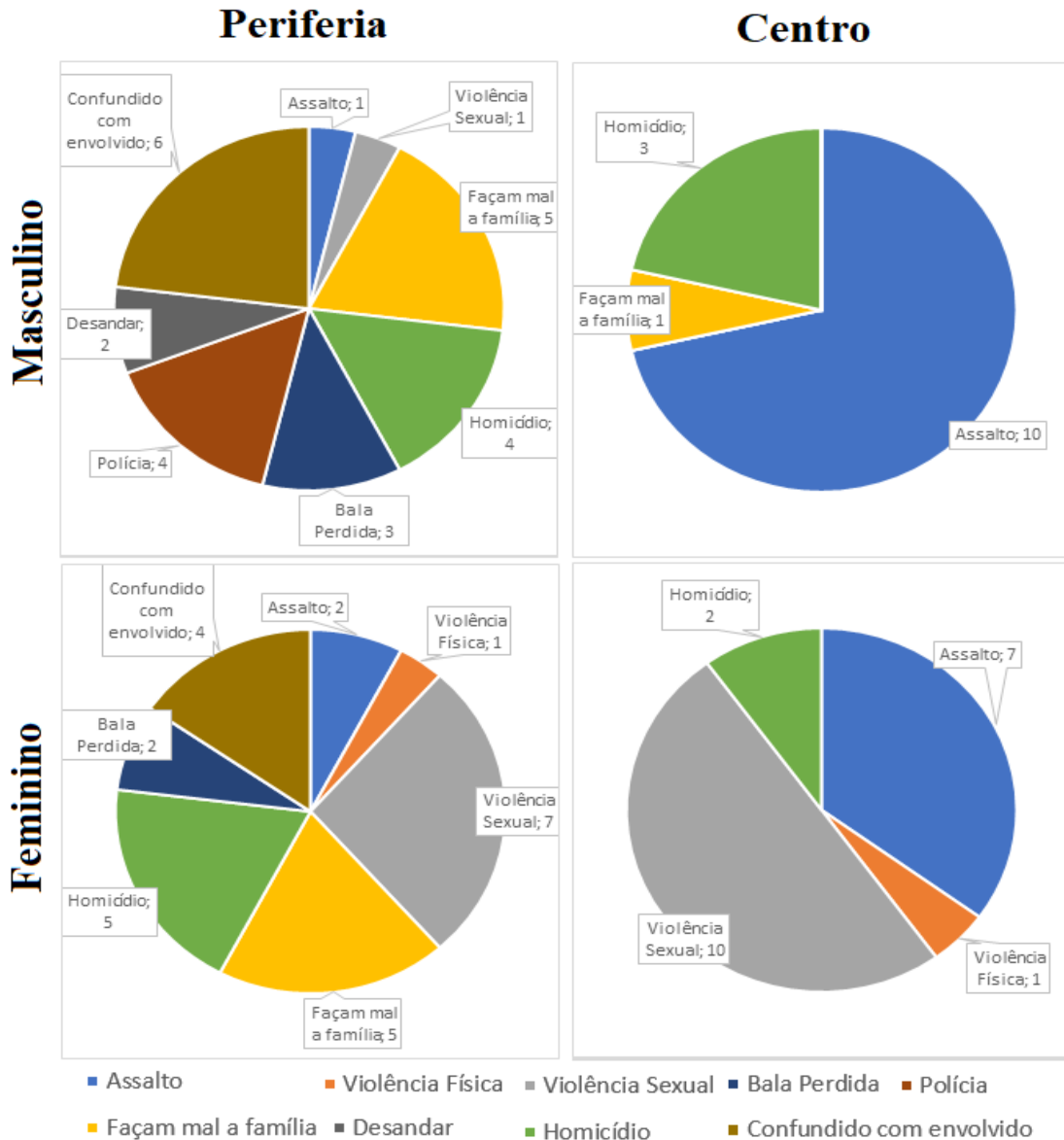
Tabela dos medos intensos				
	Periféricos masculino	Periféricos feminino	Centrais masculino	Centrais feminino
Assalto	1	2	<b>10</b>	7
Agressão	0	1	0	1
Violência Sexual	1	7	0	<b>10</b>
Façam mal à família	5	5	1	0
Homicídio	4	5	3	2
Bala Perdida	3	2	0	0
Polícia	4	0	0	0
Desandar	2	0	0	0
Confundido c/ envolvido	6	4	0	0
Total de medos	26	26	14	20

Fonte: Pesquisa direta (2020).

Alguns medos que atingiram as meninas de ambos os territórios não atingiram os meninos, alguns medos que atingiram o conjunto dos adolescentes da periferia não atingiram os do centro, alguns medos que atingiram os meninos da periferia não atingiram as meninas desse mesmo território. Assim, os “medos intensos” foram pouco diversificados entre os meninos do centro, mais matizados entre as meninas desse território, e ainda mais diversificados tanto entre meninos quanto entre meninas da periferia. Para melhor observação,

quadrangulamos os medos relatados como mais intensos a partir de uma análise gráfica interseccionada de território e de gênero. No Gráfico 14 podemos perceber como diferentes tipos de medos se acumulam a partir desses aspectos. Por exemplo, enquanto os meninos do centro relataram apenas três tipos de medos intensos, sendo o medo de assalto o principal, os meninos da periferia relataram oito diferentes tipos de medos, diferenças bastante significativas.

Gráfico 14 – Medos dos adolescentes por gênero e território



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Delumeau (2007) define que os medos podem ser de dois gêneros: os medos particulares, que têm objeto determinado; e os medos ansiosos, sem objeto bem delineado. Todos os medos apresentados pelos adolescentes como mais intensos podem ser definidos como medos particulares. Além dos medos particulares, apresentaremos posteriormente os

medos ansiosos, que também se mostraram bastante relevantes para compreender as dinâmicas dos medos na cidade, e, diferentemente dos medos particulares, foram maiores entre os adolescentes do centro que da periferia.

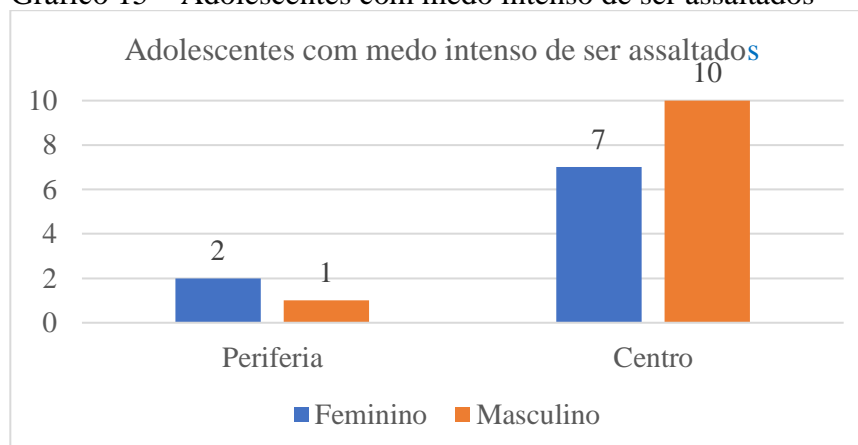
## 8.6 Os medos intensos de todos

Entre os medos intensos, o medo de ser assaltado e o medo de ser assassinado foram os mais relatados pelos dois grupos socioterritoriais e de gênero. Os medos dos meninos do centro praticamente se resumiram a esses, com exceção dos de um único adolescente, que relatou ter medo de que alguém da família sofresse violência.

### 8.6.1 Medo de ser assaltado

Conforme demonstra o Gráfico 15, na sequência, os adolescentes do centro incluíram (na entrevista), de forma mais constante, o medo de ser assaltado entre seus medos mais intensos. Enquanto ele foi apontado como um dos principais medos por todos os 10 meninos do centro, só foi indicado dessa forma por um menino da periferia.

Gráfico 15 – Adolescentes com medo intenso de ser assaltados

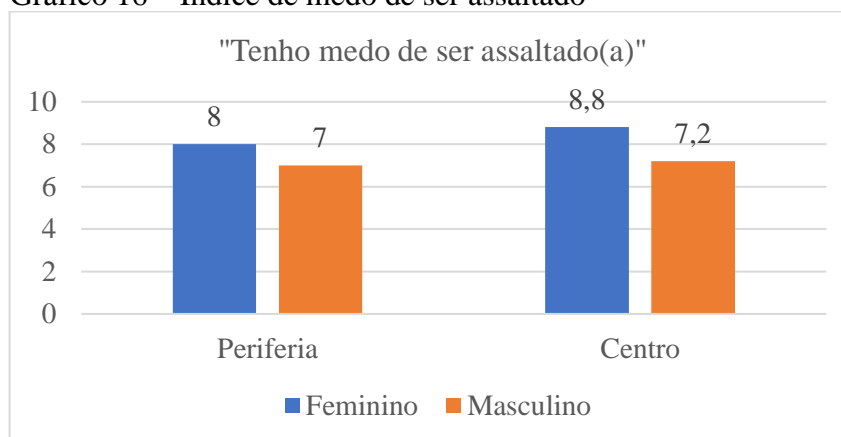


Fonte: Elaboração própria (2020).

Em relação à análise do questionário, conforme podemos ver no Gráfico 16, a seguir, o fato de o medo de ser assaltado ter oscilado entre 7,0 e 8,8 (em uma escala de 0 a 10) indica um elevado medo entre todos os grupos de adolescentes. O medo das meninas foi superior ao dos meninos não apenas neste medo, mas em todos os outros. Diferentemente do que poderíamos imaginar, tomando isoladamente apenas o resultado das entrevistas, o medo de

ser assaltado dos adolescentes do centro foi apenas um pouco inferior ao dos adolescentes da periferia. Por exemplo, tomando apenas o grupo dos meninos, enquanto nas entrevistas as diferenças foram elevadas (de 1 para 10), no questionário foram ínfimas (de 7,0 para 7,2).

Gráfico 16 – Índice de medo de ser assaltado



Fonte: Pesquisa direta (2020).

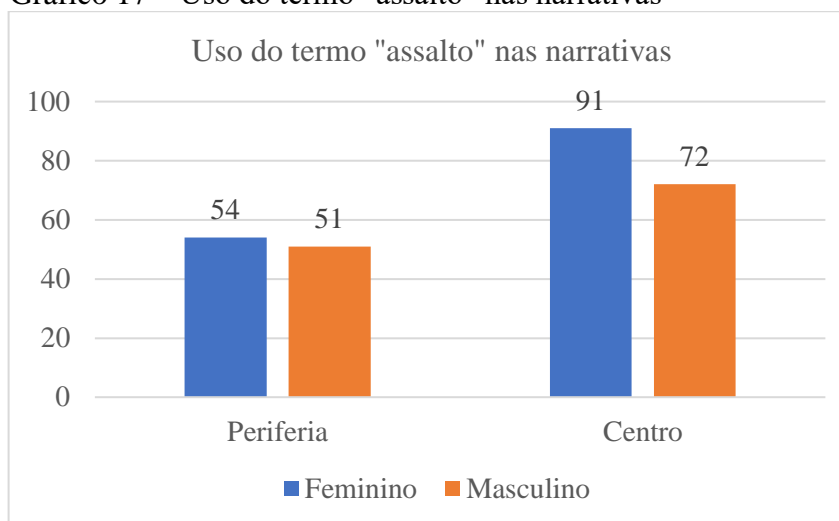
O cruzamento da análise do questionário com a análise da entrevista permite supor que os adolescentes da periferia não expuseram de forma menos frequente o medo de ser assaltado, no decorrer da entrevista, por terem outras ameaças mais intensas que se sobrepuseram em seus discursos. Caso temessem bem menos os assaltos, esses teriam sido significativamente menores também na escala. O mesmo é válido quando comparamos o medo dos meninos e das meninas do centro: menos meninas que meninos relataram o medo de ser assaltados, nas entrevistas, pois seu discurso foi marcado por um medo ainda maior, o de assédio ou estupro. No entanto, a análise dos questionários indicou que aquelas temiam os assaltos ainda mais que os meninos. Utilizar uma abordagem multimétodo nos permitiu evitar conclusões equivocadas, como a de que o medo de ser assaltado entre os meninos do centro era bem superior ao dos demais grupos.

Na periferia, os relatos pessoais de assalto foram maiores que no centro. No entanto, quando os questionamos sobre as violências sofridas por seus amigos e familiares e sobre seus medos, as narrativas sobre assalto se sobrepuseram entre os adolescentes do centro, enquanto as narrativas dos adolescentes da periferia eram mais diversificadas e centralizavam relatos de violências mais extremas, como homicídios. O número de vezes que a palavra assalto e seus derivativos<sup>46</sup> surgiu na entrevista dos adolescentes (Gráfico 17), calculado com apoio do software *Atlasti*, demonstra como, apesar de esse tipo de violência ter sido menos recorrente

<sup>46</sup> Assaltar, assaltado, assaltada, assaltados, assaltadas, assaltou.

entre os adolescentes das classes média e alta, os relatos sobre ela foram mais frequentes nesse público.

Gráfico 17 – Uso do termo “assalto” nas narrativas



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Enquanto o medo de ser assaltado dos adolescentes da periferia foi mais atravessado por vivências diretas e de pessoas mais próximas, o medo dos adolescentes do centro se associava mais a narrativas, por vezes de pessoas distantes. Os adolescentes do centro relataram principalmente a mídia como amplificador desse medo. A ausência de situações traumáticas não impedia que os adolescentes tivessem pavor de ser assaltados, conforme podemos ver no discurso de Zeno (pardo, 16 anos, do centro): “Sinceramente eu nunca fui assaltado graças a Deus, mas creio que é uma sensação de pavor, né? caso a pessoa venha lhe assaltar você fica muito apavorado, com medo de perder a vida, de perder parentes, a gente sente a sensação.”.

Assim como na narrativa de Zeno, a maior parte dos adolescentes do centro atrelava a possibilidade de ser assassinada a um possível assalto. É provável que, para esses jovens, de fato, o maior risco de homicídio esteja nessa possibilidade, mas, em virtude disso, equivocadamente eles acabavam generalizando sua condição particular e atrelando o problema dos altos índices de violência e homicídios na cidade simplesmente aos assaltos. Quando questionávamos quais os principais tipos de crime que eles imaginavam que ocorressem em seu bairro e cidade, suas respostas normalmente eram “assaltos” e “homicídios”, via de regra, um associado ao outro.

Os adolescentes de ambos os territórios, em diversos momentos, relataram que Fortaleza estava entre as cidades mais violentas do Brasil, o que é sinônimo de ter as maiores taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

[...] quando anunciaram que Fortaleza é a capital mais perigosa, eu já sabia, sabe? Mas impacta, sabe? Ai eu já vou mudando a minha forma de agir, não saindo mais tarde ou não ficando fora por tanto tempo. (Isa, branca, 16 anos, do centro)

Vi [no jornal] que [Fortaleza] parece que é a quinta [cidade] mais perigosa do Brasil, por isso dá medo até de pisar o pé fora de casa, é assalto, assassinato, essas coisas. (Jujuba, branca, 15 anos, do centro)

A despeito dos altos índices de CVLI, a cidade de Fortaleza possui taxas relativamente baixas de latrocínio, em comparação com a média nacional. Enquanto a média registra um latrocínio para cada 25 homicídios dolosos no País, em Fortaleza, a proporção de latrocínio por homicídio doloso foi quatro vezes menor (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Dos 409 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) cometidos contra adolescentes no primeiro semestre de 2020 na cidade, apenas um (0,24%) foi decorrente de latrocínio<sup>47</sup>. Especialmente os jovens do centro, por estarem longe das principais zonas de conflito, sempre atrelavam o fato de a cidade ser a *enésima* mais violenta à quantidade de assaltos praticados, uma distorção da realidade que provavelmente está ampliando o medo desses jovens, ao mesmo tempo que não permite que compreendam quem são as verdadeiras vítimas por trás desses números.

Tal fenômeno parece associado à intensa exploração da mídia de um “ranqueamento” simplificado da violência, em que a cidade de Fortaleza é reiteradamente apontada como uma das capitais mais violentas do País, sem maiores elaborações sobre o perfil das mortes. Isso gera pânico, que se dissemina e só amplia a segregação na cidade, colocando combustível nas engrenagens cíclicas que produzem medo, segregação, violência e mais medo. Iremos abordar melhor esse fenômeno no próximo capítulo.

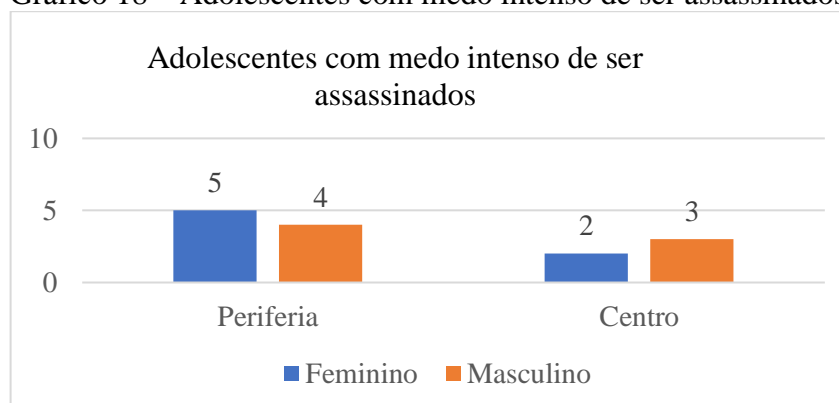
### **8.6.2 Medo de ser assassinado**

Diversos autores (BAUMAN, 2008; CHAUI, 2011; DELUMEAU, 2007) defendem que todos os medos derivam do medo da morte. Concordamos com tal perspectiva, especialmente porque, como afirma Sawaia (2010a), a morte não é só biológica, também pode ser social e ética. Todos os medos analisados neste estudo guardam relação com o medo da morte, até porque os medos se entrelaçam nas vivências humanas. Neste tópico analisamos o medo mais direto da morte: o medo de ser assassinado. Como podemos ver no Gráfico 18, a

<sup>47</sup> Dados obtidos em vários documentos encontrados no endereço eletrônico das Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) (<https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais.pdf>).

seguir, adolescentes de ambos os gêneros e territórios expuseram um medo intenso de ser assassinado, embora ele encontre maior destaque entre os moradores das periferias.

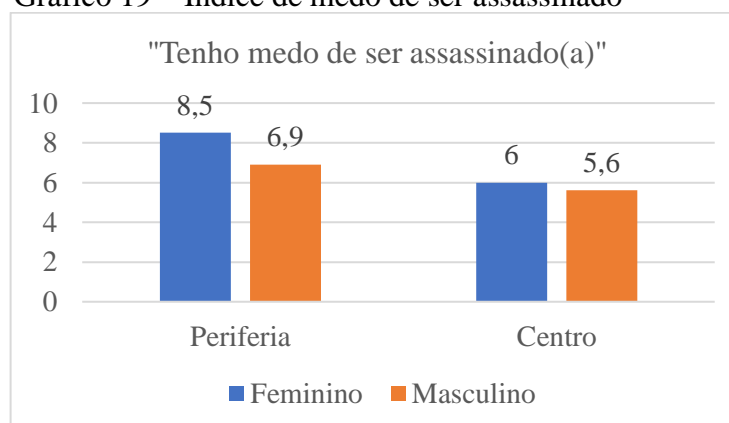
Gráfico 18 – Adolescentes com medo intenso de ser assassinados



Fonte: Pesquisa direta (2020).

A análise proveniente do questionário também aponta para um maior medo de ser assassinado entre os adolescentes da periferia, em especial as meninas, como podemos ver no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Índice de medo de ser assassinado



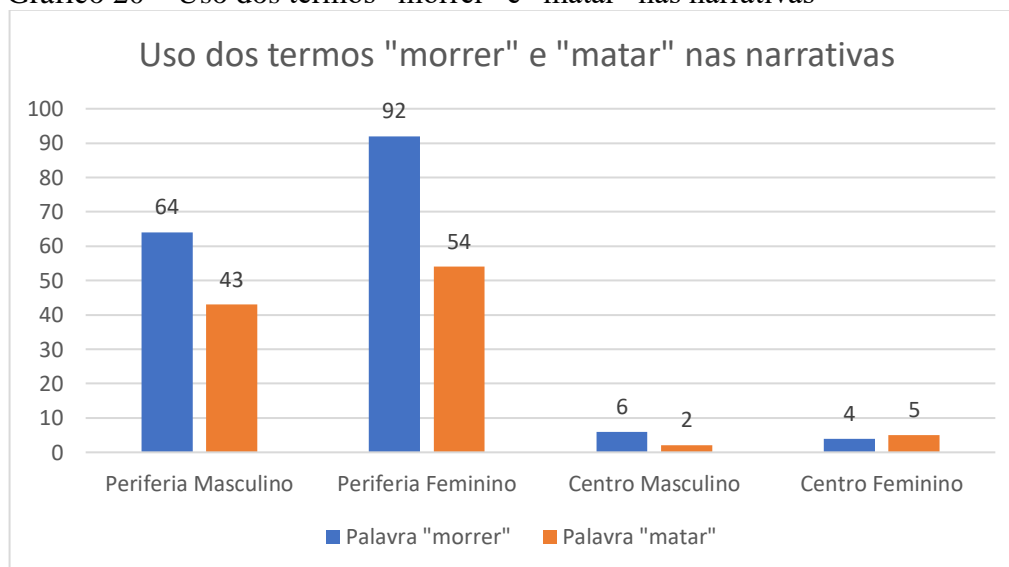
Fonte: Pesquisa direta (2020).

Como destacamos, apenas os adolescentes da periferia presenciaram ou eram próximos de pessoas que foram assassinadas. Marta (parda, 16 anos, da periferia) relatou que testemunhou o padrasto ser assassinado numa discussão banal sobre a propriedade de um cadeado achado na rua; Chiquinho (pardo, 17 anos, da periferia) narrou que o primo perdeu a vida praticamente em seus braços; PitBull (negro, 17 anos, da periferia) afirmou que “a cena mais feia da minha vida foi um homem matando outro”; Lecas (pardo, 16 anos, da periferia) disse que, no final de semana anterior, ao fazer uma entrega para um mercadinho, viu um

homem sendo assassinado. Lecas compreende as leis tácitas subjacentes à locomoção entre territórios e as obedece, por isso afirma que nunca realiza entregas distante das imediações de onde vive: “o pessoal daqui não pode andar em outro bairro que é outra facção, já a gente já não pode ir pra outro bairro, se a gente for a gente morre, e o pessoal de lá também se vier pra cá, morre também”.

Nesse caso, é possível supor que o número de vezes que as palavras “morrer”<sup>48</sup> e “matar”<sup>49</sup> e seus derivativos foram empregadas pelos jovens nas entrevistas indique de forma mais precisa os riscos que os adolescentes de ambos os territórios correm de ser assassinados que seus medos. A presença da morte foi significativamente maior entre os adolescentes da periferia, como podemos ver no Gráfico 20, a seguir.

Gráfico 20 – Uso dos termos “morrer” e “matar” nas narrativas



Fonte: Pesquisa direta (2020).

O homicídio como trivialidade se fez presente em vários relatos dos moradores das periferias. Conflitos entrelaçados à dinâmica do tráfico de drogas, que têm como consequência natural o assassinato, são elementos constantes nas biografias dos adolescentes da periferia. Eles descrevem diversas situações em que ocorriam assassinatos não apenas de membros das facções de drogas, mas também da população geral (especialmente a jovem) que transpassava os limites de territórios dominados por facções rivais. Isso podia ocorrer, ainda que estivessem apenas atravessando essas fronteiras para chegar em outros pontos da cidade dentro de um ônibus, fator que limita gravemente o livre acesso à cidade pelo adolescente da periferia.

<sup>48</sup> Consideramos os termos: morrer, morte, morreu, morreram, morto, morrido, morre.

<sup>49</sup> Consideramos os termos: matar, morte, matou, mataram.



Na percepção de Paty (parda, 15 anos, da periferia), em tempos anteriores, os adolescentes só seriam assassinados se participassem das facções, entretanto, atualmente, qualquer pessoa estava vulnerável ao risco, apenas por ser parente, amigo, ou mesmo só por adentrar em outros territórios. Ela relatou que um amigo de infância foi assassinado na semana anterior, apenas por entregar água em um bairro vizinho. Em um dos dias em que fui fazer as entrevistas, um adolescente do bairro havia sido assassinado no dia anterior por membros de uma torcida de futebol, aparentemente apenas porque estava com uma camisa de um time rival, o que foi comentado por vários adolescentes. Nessa ocasião, outra adolescente, Lanny (parda, 15 anos, da periferia), compartilhou o sentimento de desamparo e desproteção provocado pela notícia dessa tragédia, reavivando a lembrança da perda de parentes próximos e lamentando a banalização da morte em seu cotidiano: “perdi várias pessoas da minha família já por conta da violência. Matam por qualquer motivo. Ontem, ou foi antes de ontem, mataram um daqui de perto só por conta de time”. Três dias depois, entrevistei Chiquinho, que falou sobre a morte de um conhecido de vários alunos da escola. Supondo tratar-se do mesmo caso, perguntei-lhe se se referia a esse mesmo jovem, ao que respondeu: “Não, isso daí já faz bem uma semana, o que eu tou falando agora foi ontem.”. Os sentidos oriundos da fala e da entonação de Chiquinho demonstram que a morte de uma semana atrás já era notícia velha, apontando para a frequente reatualização da proximidade da morte como elemento do cotidiano periférico.

Rob (negro, 17 anos, da periferia) diz temer que algum amigo de bairros próximos seja morto por ter amizade com ele. Ele detalha que as execuções são cruéis e que teve acesso a vídeos que mostram os traficantes “matando, esquartejando, fazendo tudo de ruim”. Já Trankino (pardo, 17 anos, da periferia), quando questionado sobre como a violência atinge sua vida responde que:

Atinge um bocado de coisa, né? porque assim, por causa da violência, né, vai morrendo um bocado de gente conhecida, mesmo que a gente não seja de facção, não seja de nada, aí nós vamo criando maldade, ficando com raiva, sem acreditar, né? Só essa semana morreu duas pessoas que eu conheço. E é muito assim, inocente, man. Gente que nem é envolvida de nada.

A ideia de que a violência fazia com que “criassem maldade” esteve presente no discurso de diversos adolescentes, o que aponta para um fator de reprodução da violência na periferia. Apesar de todos esses relatos, as taxas de violência/homicídio na cidade vinham caindo antes das entrevistas<sup>50</sup>, que foram realizadas durante o período com menos mortes nos

<sup>50</sup> Conforme podemos ver no Gráfico 48, no tópico 10.4.

últimos anos. No entanto, logo depois essas taxas voltaram a subir, especialmente no Grande Bom Jardim, que passou a sofrer intensos conflitos com o avanço do Comando Vermelho (CV) sobre a Guardiões do Estado (GDE), que predominava em grande parte do território, incluindo o Canindezinho, bairro em que foi realizada a pesquisa.

Assim, apesar de termos tomado conhecimento da ocorrência de várias mortes de adolescentes do bairro durante a realização da pesquisa, Macal (branco, 16 anos, da periferia) relatou que “as coisas estavam tranquilas”, justificando que anteriormente, quando chegava ao colégio, sempre sabia da morte de alguém, mas agora, por vezes, passavam-se semanas sem que houvesse nenhuma notícia trágica. Carla (negra, 16 anos, da periferia) defende que seu bairro não é tão violento como outros bairros, relatando que “as pessoas falam que todo dia tem gente morrendo no bairro, eu nunca vejo isso, basicamente todo dia não. Até acontece, mas é assim, uma semana sim e duas não”. Quando questionada se conhece pessoas que foram assassinadas, ela relata que sim, mas seu discurso traz um sentido que destaca uma naturalização das mortes, ela relata que “conheço alguns, mas não tantos assim, e a maioria era envolvida ou fez alguma coisa”, e dá como exemplo seu primo, assassinado por “dar em cima da mulher do traficante da rua”.

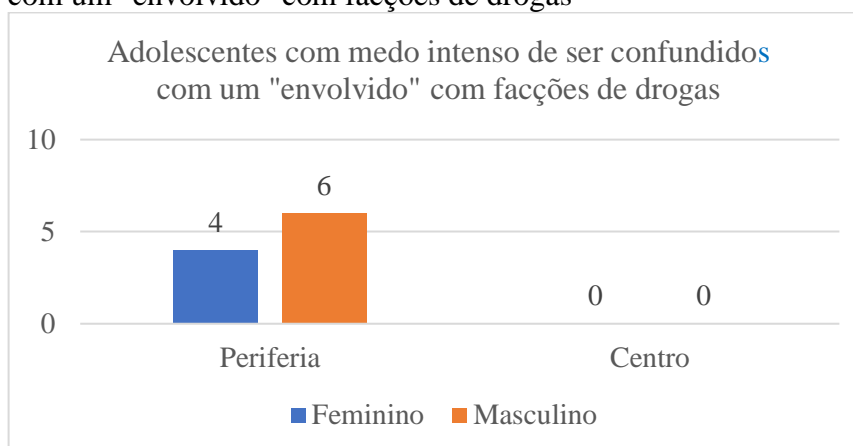
## **8.7 Os medos intensos nas periferias**

Quatro medos foram relatados como intensos exclusivamente pelos moradores da periferia: o medo da polícia, o medo de “desandar”, o medo de ser atingido por uma bala perdida, o medo de ser “confundido” com um “envolvido” com facções de drogas. Os dois primeiros foram relatados apenas pelos meninos desses territórios, os dois últimos por adolescentes de ambos os gêneros. Além desses, o medo de que façam mal a alguém da família foi predominantemente relatado na periferia, embora tenha estado presente no discurso de um adolescente do centro.

### ***8.7.1 Medo de ser “confundido” com um “envolvido” em facções de drogas***

Dos 20 adolescentes da periferia, 10 relataram ter um intenso medo de ser “confundido” com um “envolvido” com facções de drogas, enquanto nenhum dos adolescentes do centro relatou esse temor. Merece registro que, ao lado do medo de que façam mal a alguém da sua família, esse foi o medo mais relatado nas entrevistas dos adolescentes da periferia (Gráfico 21).

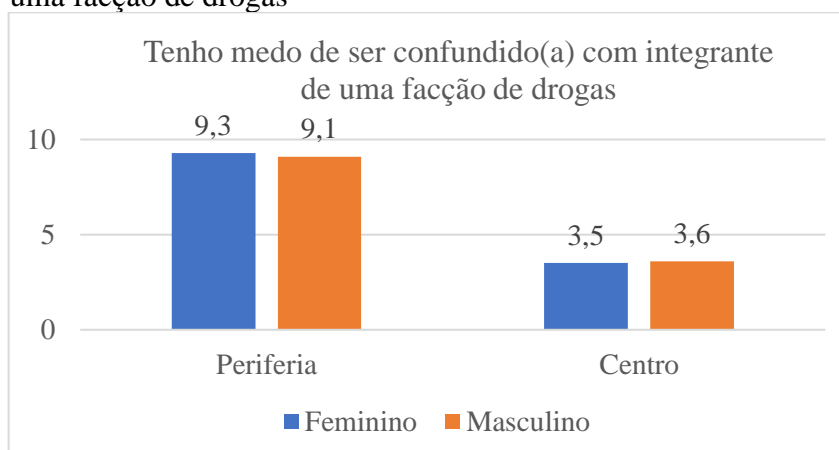
Gráfico 21 – Adolescentes com medo intenso de ser confundidos com um "envolvido" com facções de drogas



Fonte: Pesquisa direta (2020).

No questionário, esse medo apresentou a maior média entre o conjunto dos adolescentes da periferia e o maior contraste entre os adolescentes da periferia e os do centro. Em uma escala de 0 a 10, a média do medo de ser “confundido” com um “envolvido” foi superior a 9,0 em ambos os gêneros na periferia, o que indica que esses adolescentes são olhados cotidianamente com suspeita, sendo essa uma das maiores opressões vivenciadas nas periferias da cidade (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Índice de medo de ser confundido com integrante de uma facção de drogas



Fonte: Pesquisa direta (2020).

A relevância desse medo para os moradores da periferia, a despeito da escassez de material científico sobre ele, fez com que buscássemos nos aprofundar em seu significado, bem como discutir os fatores que os adolescentes apresentaram como responsáveis por aumentar os riscos de ser “confundido” com um “envolvido”. Por isso iremos nos alongar nele mais do que nos demais medos aqui apresentados.

### 8.7.1.1 Os significados de ser “confundido” com um “envolvido”

Realizamos uma pesquisa no Portal de Periódicos Capes que revelou que a categoria “envolvido” tem emergido principalmente a partir de 2017, nos estudos sobre violência e juventude, com base em pesquisas realizadas nos estados do Rio de Janeiro e Ceará, territórios com intensos conflitos relacionados a facções de comércio de drogas ilícitas. No Rio de Janeiro, Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018, 2020) têm avaliado que o uso da expressão “envolvido-com” tem sido cada vez mais disseminado pela mídia, pela polícia e pelo senso comum como um expediente de fabricação de nexos causais, percebidos como comprometedores, entre as pessoas e suas interações, afirmando que suas serventias têm ganhado relevo como nova forma de rotulação criminal, acionada para situar as juventudes pobres do estado. As autoras enfatizam que o termo tem sido utilizado em uma vasta área de classificação, rompendo com uma visão ontológica do desvio, por comportar intensidade e flexibilidade em sua aplicação aos indivíduos, de maneira que criminaliza toda interação, duradoura ou não, em qualquer dimensão social da vida.

No Ceará uma dinâmica muito similar vem se estabelecendo. Barros e Benicio (2017) problematizam o fenômeno social que tem feito com que o jovem negro e pobre seja avaliado como indigno de estar vivo, atribuindo-lhe a pecha de “envolvido”, termo que atualiza a expressão do inimigo público. Barros *et al.* (2019a, 2019b) apontam que a descriminalização atua seletivamente “sobre características associadas a esses indivíduos considerados perigosos, tais como a cor da pele, roupas, modo de andar, origem social, tatuagens, etc.”, destacando que a condição fantasmagórica desse enquadramento social acaba por se expandir a um amplo espectro de jovens negros, pobres e habitantes das margens urbanas que, por essas marcações, são considerados virtualmente criminosos, independentemente de seu factual envolvimento.

Como pudemos perceber, em ambas as regiões os pesquisadores têm compreendido o fenômeno de forma bastante semelhante, no entanto, vale a pena destacar duas ênfases que conseguimos identificar. No Rio de Janeiro, as pesquisas de Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018, 2020) referiram-se ao rótulo de “envolvido” como relacionado ao crime de forma geral, enquanto Barros *et al.* (2019a) apontaram que, no Ceará, tal pecha é atribuída a uma inserção criminal específica: o comércio de drogas ilícitas. Além disso, também é possível destacar que os estudos de Cecchetto, Muniz e Monteiro (2018, 2020) têm apresentado maior tendência de frisar a rotulação do “envolvido” como fenômeno que decorre da criminalização das relações sociais, enquanto as pesquisas de Barros *et al.* (2019a) e de outros autores (BARROS; ACIOLY; RIBEIRO, 2016; BARROS; BENICIO, 2017; BENICIO *et al.*, 2018; PAIVA;

BARROS; CAVALCANTE, 2019) inclinam-se a relacioná-lo a processos de estigmatização e sujeição criminal ligados ao fenótipo do morador da periferia, fortemente marcado por aspectos étnicos, bem como a denunciar a existência de uma política de extermínio dessa população (necropolítica), embora, em ambas as abordagens, a insolubilidade desse duplo aspecto esteja contemplada.

Em nossa pesquisa, os sentidos atribuídos ao rótulo de “envolvido,” tal como anunciado por Barros *et al.* (2019a), mostraram-se prioritariamente associados à inserção no comércio de drogas ilícitas, embora em alguns discursos tenham se mostrado difusos, sendo relacionados a todo tipo de crime ou mesmo a qualquer tipo de relacionamento pessoal com qualquer outro suposto envolvido. A elasticidade semântica do termo faz com que a palavra “envolvido” carregue em si toda uma multiplicidade de sentidos marginais, que contemplam ao mesmo tempo o crime, o tráfico, e acabam também remetendo a todo tipo de relação social na periferia.

Uma ampla elasticidade de sentidos acaba sendo condensada de tal forma que, quando o rótulo de “envolvido” é atribuído a um determinado sujeito, é difícil se desvencilhar totalmente dele, posto que, mesmo que o rótulo não se aplique a um determinado sentido, pode ser atribuído a outro. Assim, quando é necessário valer-se desse termo para rotular um adolescente, por exemplo, que foi assassinado, justificando sua morte, pode-se primeiro recorrer aos seus antecedentes criminais, depois a suas relações sociais, aos locais que frequenta, etc. Não se fala apenas, por exemplo, que o sujeito “se envolveu” com algo, mas simplesmente que ele é “um envolvido” ou, até mesmo, que se veste como “um envolvido”, fenômeno que ocorre pela cristalização de uma elástica gama de atributos difusos, que, embora pouco fale das características singulares do sujeito, vira um rótulo que carrega uma infinidade de estigmas.

#### 8.7.1.2 Os riscos de ser “confundido” com um “envolvido”

Os adolescentes da periferia associaram o temor de ser “confundido” com quatro aspectos que ampliavam os riscos: ser fenotipicamente semelhante com outro jovem específico, como por exemplo um primo, alguém da vizinhança, ou mesmo um jovem desconhecido do adolescente; possuir determinados aspectos fenotípicos que entrelaçam elementos étnicos à forma de ser de determinadas culturas jovens periféricas; estabelecer relações sociais e vínculos nos bairros e territórios onde moram; simplesmente morar em determinados bairros/territórios.

Em relação ao primeiro fator, o risco se dá pela semelhança direta com outro jovem considerado envolvido, apontada seja pela polícia, seja por pessoas ligadas a outras facções (supostamente rivais). Nesse sentido, Marta (parda, 16 anos, da periferia) relata sobre o seu irmão: “Tenho uma preocupação muito grande com ele, já confundiram ele porque ele parece muito com um menino que mora lá perto de casa, aí o policial deu um murro na boca dele.”.

Já a ampliação do risco decorrente de aspectos fenotípicos mostrou-se relacionada tanto a fatores étnicos quanto a conexões caracterológicas, formadas por determinadas culturas jovens periféricas, ou seja, que dizem respeito a determinadas formas de ser<sup>51</sup> de alguns grupos jovens da periferia, que envolvem: vestimenta, adereços, tatuagens, forma de falar, de se movimentar, andar, comportar, etc. Tais fatores caracterizam um estereótipo que predispõe à avaliação daquele jovem como suspeito, fazendo com que a polícia possa depreender que seja associado a alguma facção de drogas ou de atos criminosos, ou que algum jovem participante de facção criminosa possa supor que seja associado a um agrupamento rival. É relevante destacar que a criminalização do jovem não é individual, mas social, posto que se confunde com a criminalização de formas de ser jovem nas periferias, por meio da estigmatização de aspectos de uma cultura periférica afirmativa. Alguns adolescentes referiram-se a esse conjunto de aspectos que formam determinado estereótipo como “padrão baculejo<sup>52</sup>”, indicando que tais fatores ampliavam as possibilidades de serem abordados pela polícia, o que, pelo que pudemos constatar, eram os mesmos elementos que ampliavam também as chances de serem abordados por jovens de facções criminosas que os consideravam suspeitos.

Os quatro aspectos a que os jovens se referiram estão intrinsecamente relacionados, tendo mesma origem, posto que, mesmo quando um jovem sofre uma violência por ser objetivamente parecido com outro, é sua etnia, sua forma de falar e vestir, suas relações sociais, o bairro onde mora e os lugares que frequenta que ampliam ou diminuem as possibilidades de a violência ocorrer. Dessa forma, mesmo quando um adolescente relacionou o medo de ser confundido a apenas um desses aspectos, os demais fatores estiveram presentes no subtexto. Nesse sentido, Marta relata outras preocupações sobre seu irmão que evidenciam essa sobreposição: “Tenho medo do povo de facção, de confundirem ele, só que ele não é envolvido, ele só se veste assim, se veste bem. Ele tem muito cuidado com ele mesmo, aí bota um boné do

---

<sup>51</sup> As conexões caracterológicas referem-se à estruturação dos sistemas psicológicos que, para Vygotsky (1996/1931, 2004/1930), formam a personalidade. Optamos em utilizar o termo genérico “formas de ser” para evitar o uso do termo “personalidade” ou “identidade”, posto que são carregados de sentidos que podem se afastar das concepções que gostaríamos de enfatizar. Dessa forma, onde se lê “formas de ser”, estamos nos referindo à perspectiva vygotskyana de personalidade, estruturada semioticamente pela internalização das relações sociais.

<sup>52</sup> “Baculejo” é o nome informal conferido à revista policial pelos adolescentes da periferia.

r2, anel, roupa de marca, fez uma tatuagem que fechou assim o braço.” Isso indica que, na verdade, o irmão de Marta, mais que parecer com o menino que mora perto da sua casa, “parece” com diversos jovens da periferia, de condição semelhante, que acabam sendo uniformizados e estigmatizados.

Vestir-se bem, ser vaidoso, ter cuidado consigo mesmo, querer se destacar, fatores que, em qualquer sujeito de classe média e alta, seriam atributos positivos ou, no mínimo, indicativos normais de busca por pertencimento e destaque no grupo, passam a ser considerados elementos de suspeição em um morador da periferia. Conseguimos perceber, pelos relatos dos adolescentes, que “vestir-se bem” e “vestir-se como cidadão” muitas vezes são categorias que se opõem. Assim, na periferia, optar por uma imagem atraente, “descolada” e de status intragrupo aumenta os riscos de sofrer violência.

Para Vygotsky (2006/1931), uma das marcas da adolescência é a aquisição, pelo sujeito, da capacidade de operar conceitualmente, de fazer uso dos códigos, ampliando, assim, sua compreensão a seu respeito. Graças à formação da autoconsciência, o adolescente pode entender outras pessoas e o mundo com maior amplitude e profundidade. O desenvolvimento social que sedimenta a formação da personalidade (ou identidade), encontra na autoconsciência uma base para seu desenvolvimento posterior. Nesse jogo de ampliação da compreensão de si a partir da compreensão do mundo e da compreensão do mundo a partir da compreensão de si, diversas imagens, ideias e pessoas são usadas pelos jovens como referencial, tanto de identificação como de busca de diferenciação, no desenvolvimento de sua forma particular de ser e de afirmar sua potência.

Na construção da própria forma de ser como jovens pobres, não brancos e da periferia, diversas estigmatizações se fazem presentes, mostrando aos jovens reiteradamente que diversos atributos seus são considerados negativos, motivo para vergonha e desconfiança, e fatores suficientes para vivências de violência de vários tipos, entre elas a policial. Se a autoafirmação promovida por processos de identificação e diferenciação é importante para a construção da identidade de todos os adolescentes, para aqueles sobre os quais recai uma forte negação, esses processos são ainda mais urgentes e vitais. Na busca de construção de uma identidade afirmativa, e na própria construção das relações sociais com outros jovens surgem estilos de ser, formas de falar, de se vestir, a partir de diferentes referenciais de sucesso, de dentro e de fora das comunidades, combinações múltiplas que afirmam, entre outros elementos, o desejo de ascender, de ser reconhecido, de se destacar. Esses diversos elementos produzem diferentes formas de ser, que na periferia acabam se constituindo socialmente como novos elementos de suspeição, que retroalimentam as concepções ideológicas que afirmam

insistentemente que as relações sociais das juventudes periféricas devem ser reguladas exclusivamente pelo mundo do trabalho, escola e religião.

Em relação a isso, Gabgol (negro, 17 anos, da periferia) relata que, se estiver vestido como quem vai para a escola ou para a igreja, é menos provável que algum jovem o aborde perguntando de que bairro é, e se ele é envolvido, ou é mais fácil que o abordem de maneira mais branda. Ele afirma que “no canto que eu conheço eu posso ir de short, uma camiseta normal, chapéu de time, mas nos outros cantos, que eu não tenho afinidade com o pessoal, eu vou de calça. Como se fosse ir pra igreja ou escola, assim, vestido como um **cidadão normal**” (grifo nosso). Vê-se que as roupas dos adolescentes da periferia, se não condizentes com um ideal de sujeição às utilidades do capital, de formação moral ou laboral, passam a ser elementos de suspeição. Mila (negra, 16 anos, da periferia) relata que seu primo se veste “como a sociedade considera que é o piranguero<sup>53</sup>”, e que por conta disso é constantemente espancado pela polícia. Sobre a aparência de seu primo, Mila relata que “ele usa kenner, um short, tem uma tatuagem no peito escrito ‘Fé’, aí anda sem blusa e um chapéu pra trás ou pra frente, tanto faz”.

O uso das sandálias Kenner, citadas em várias entrevistas dos adolescentes, é um exemplo explícito de que aquilo de que a periferia se apropria ganha conotação criminal. Conforme apontam Borelli, Hemais e Dias (2012), na década de 1990, a sandália Kenner, a partir de uma forte comunicação de marketing focada em um estilo de vida surfista, tornou-se moda entre as classes média e alta do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, passou a ser adotada pelos adolescentes da periferia como símbolo de status, o que contribuiu para que as classes média e alta a abandonassem, fazendo com que o principal público de consumo migrasse das classes A e B para as classes C e D. A associação ao uso desse acessório passa uma dupla imagem na periferia, sendo ao mesmo tempo fonte de status e de estigma, tornando difícil que o adolescente possa parecer “descolado” sem parecer “bandido”.

Além dos aspectos fenotípicos e dos traços culturais, o risco de ser confundido com um “envolvido” também é proporcional às relações sociais estabelecidas, especialmente com indivíduos ou grupos considerados “suspeitos”, fazendo com que tanto a polícia quanto pessoas de territórios rivais imaginem que o próprio jovem se encontra, de diferentes formas, também “envolvido” ou “se envolvendo” com a associação criminal. Nesses casos, pudemos observar que os agressores podem tanto conhecer previamente o adolescente como não o conhecer,

---

<sup>53</sup> Expressão cearense que carrega sentido próximo a “envolvido”, mas que enfatiza ainda mais os aspectos fenotípicos.



estabelecendo o ato violento apenas em virtude de o adolescente estar momentaneamente próximo de sujeitos, grupos ou territórios considerados suspeitos.

Qualquer indivíduo pode ser considerado “envolvido” por se relacionar com outros considerados suspeitos, que, por sua vez, já poderiam ser considerados suspeitos também em virtude de suas relações, formando uma cadeia na qual todos os jovens da periferia, de alguma maneira, podem ser conectados em algum nível de envolvimento. Alguns adolescentes da periferia, especialmente as meninas, relataram que sua mobilidade se restringia ao deslocamento casa – escola – casa, fosse por seu medo de se envolver/ser envolvido e de suas consequências, fosse por imposição de seus responsáveis que, temendo seu envolvimento, proibiam-nas de sair.

Trankino (pardo, 17 anos, da periferia) relata suas discussões com sua mãe, que gostaria que ele não saísse tanto de casa, e seus desacordos sobre os sentidos atribuídos a “ser envolvido”: “minha mãe pensa uma coisa e eu penso outra. Ela pensa que só porque eu ando com eles eu já tô envolvido. Eu num penso isso não, só amizade mesmo. Nem é amigo, né? É só colega. Nesse mundo ninguém tem mais amigo”. Tal relato expõe a criminalização social das relações entre os jovens da periferia, que ganha corpo no discurso de sua mãe, exibindo a expectativa moral de que os jovens desse contexto socioterritorial só estabeleçam relações decorrentes de trabalho, estudo e religião. A narrativa também expõe a suspeição dos jovens entre si, subproduto dessa criminalização, que mesmo quando não é capaz de dilacerar completamente os vínculos sociais os deteriora, o que se materializa na expressão de Trankino de que ninguém mais tem amigo. Em outro momento da entrevista, Trankino parece inclinado a assumir a compreensão de sua mãe, expondo a linha tênue que separa relações sociais periféricas de sentidos criminais: “Hoje é... assim, meio complicado, né? Porque nesse negócio de facção, a pessoa do nada fica se envolvendo, né? Aí eu tenho muito amigo assim que é envolvido, aí eu começo a andar com eles assim e fico me envolvendo mais.”,

Diante da ascensão do fenômeno da criminalização das relações sociais dos jovens periféricos, apenas não se relacionar socialmente pode não ser suficiente, sendo necessário não sair do bairro e, por vezes, de casa, posto que tal fenômeno atinge seu apogeu na criminalização do local de moradia. Um jovem morador da periferia que esteja momentaneamente em um espaço público, especialmente se distante de sua residência, corre o risco de sofrer ameaças e violências, tanto por parte da polícia quanto de membros de facções de drogas. Foram comuns, entre os adolescentes da periferia, relatos de pessoas que foram assassinadas simplesmente por ter circulado fora dos limites de seu bairro. Tanto as abordagens policiais quanto as dos jovens entre si, via de regra, iniciavam-se com o questionamento de seu local de moradia. Até mesmo

estudar em escola de outro bairro constitui um risco para esses adolescentes, sendo comum que tenham que mudar de escola por morar em bairro controlado por facção rival da que domina no território escolar.

Pudemos concluir que “ser **confundido** com um envolvido” e “ser **identificado** como envolvido” são, na verdade, dois lados de um mesmo fenômeno. Todos os jovens de nossa pesquisa definiram-se como “não envolvidos”, mesmo quando expuseram a possibilidade de que outras pessoas os considerassem “envolvidos”. Em virtude disso, o termo “confundido” foi muito recorrente em seus discursos. Por exemplo, a mãe de Trankino, considerando-o envolvido, temia que ele fosse **identificado** como envolvido, já Trankino, não se considerando envolvido, temia ser **confundido** com um envolvido. Assim, quando um policial ou uma facção violentam um jovem por conta de seus aspectos étnicos, forma de falar e vestir, de suas relações sociais ou de seu bairro de moradia, ainda que o jovem, por não se considerar envolvido, suponha ter sido **confundido**, de fato, em última instância, ele foi **identificado como alguém por um lado ameaçador e, por outro, descartável, o que o torna um sujeito matável**.

Mesmo quando o jovem sofre a violência por imaginarem que ele é outra pessoa, os aspectos de identidade periférica ou as relações sociais são componentes referenciais centrais para que o “equivoco” ocorra, sendo assim, inevitavelmente, não foi apenas uma “confusão”, mas uma identificação. Desse modo, todo jovem que morre por ter sido confundido na verdade morreu por ter sido identificado como matável. O envolvimento concreto, tão averiguado pela mídia, pela polícia e pela sociedade é apenas um elemento secundário. A *causa mortis* determinante em última instância é: ser jovem, pobre, periférico, e não branco, sendo, assim, ameaçador e descartável.

Um elemento central do medo de ser confundido/identificado com um envolvido refere-se ao seu triplo direcionamento, ou seja, é um medo que justapõe o medo da polícia ao medo do “bandido”, este último representado pelos sujeitos faccionados, somando-se ainda ao medo da estigmatização e julgamento de toda a sociedade. É preciso ter ciência de que a rivalidade entre as facções não tem sua causa em si, mas é consequência de um processo maior, de produção de ideologias e paixões tristes, de submissão econômica, de propagação de uma cultura individualista, consumista e excludente, de uma política de inimizade, que faz com que grupos de sujeitos iguais entendam-se inimigos, e, jogados à própria sorte, acabem por se voltar uns contra os outros.

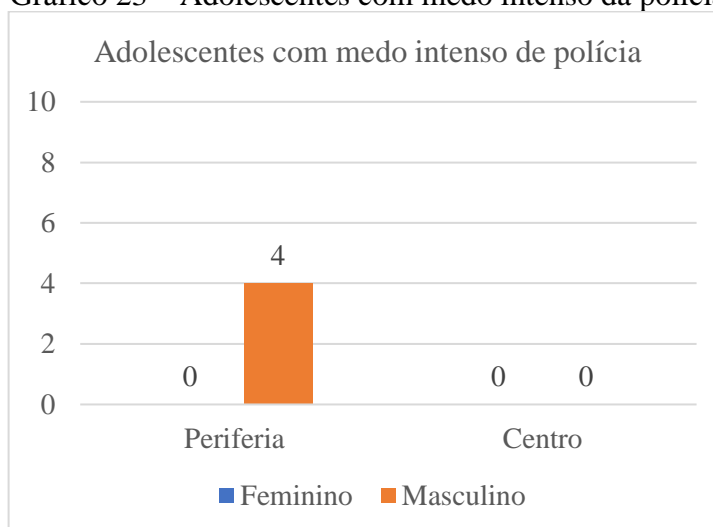
Dessa forma, definimos o medo de ser confundido/identificado com um envolvido com crime e com as facções de drogas como uma qualidade de medo própria dos jovens da periferia, resultante de processos de criminalização das relações sociais e de criminalização de

determinados modos de ser das juventudes periféricas, experimentado a partir de elementos que interseccionam componentes etários, de raça e classe social, proporcional à autopercepção de risco de ser considerado um inimigo/ameaça, tanto pela polícia quanto por sujeitos de grupos sociais de características fenotípicas e culturais semelhantes. Além disso, tal medo relaciona-se a sentimentos de vergonha e sensação de humilhação em relação à sociedade, muitas vezes atravessados por culpa pelo simples estabelecimento de relações sociais.

### 8.7.2 Medo da polícia

Como destacamos no tópico anterior, o medo da polícia relaciona-se intrinsecamente ao medo de ser confundido com um envolvido, mas sua análise à parte permite compreender melhor o papel do Estado na produção do medo. Dinâmicas complexas relacionadas aos diferentes sentidos direcionados à polícia, que produzem tanto sentimento de medo como de proteção, fizeram com que optássemos por analisá-lo de forma mais aprofundada em um capítulo à parte. Assim, neste tópico abordamos apenas os resultados brutos da análise desse medo, delineando-o qualitativamente apenas no capítulo 10. O medo da polícia surgiu predominantemente nos relatos dos meninos da periferia. Dos 40 adolescentes entrevistados, todos os 4 que o incluíram entre seus medos mais intensos (Gráfico 23) eram desse grupo.

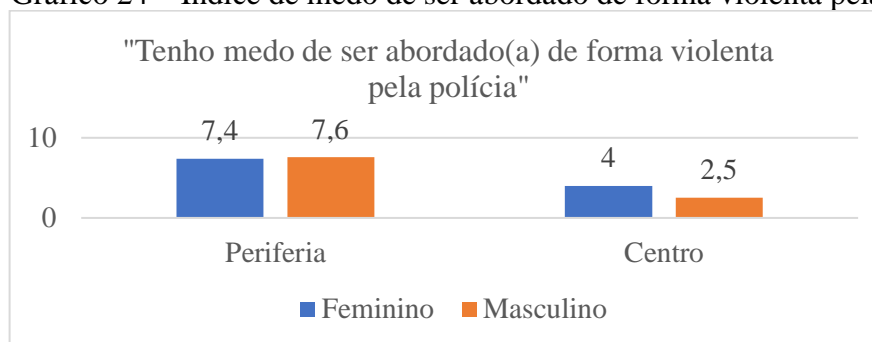
Gráfico 23 – Adolescentes com medo intenso da polícia



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Já na análise do questionário, o medo da polícia foi o único entre todos os medos que teve índices mais elevados entre os meninos da periferia que entre as meninas desse mesmo território (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Índice de medo de ser abordado de forma violenta pela polícia



Fonte: Pesquisa direta (2020).

No centro, nenhum medo dos meninos foi maior que os das meninas. Relatos de vivências diretas de violência policial foram recorrentes e intensos, mas somente nos meninos das periferias. Nenhum episódio narrado foi dirigido às mulheres ou aos adolescentes do centro, o que explica esse medo ter sido apontado como intenso pelos meninos da periferia. Quando comparamos apenas os meninos, percebemos que o índice de medo da polícia (Gráfico 24) foi três vezes maior na periferia que no centro, o que reflete a violência dirigida a essa população.

### 8.7.3 Medo de ser atingido por bala perdida

O medo de ser atingido por bala perdida não surgiu na oficina ou no grupo focal prévio, utilizado para a elaboração do instrumento, por essa razão não foi incluído no questionário. Mesmo assim, ele foi apresentado por cinco adolescentes como um dos seus principais medos (Gráfico 25).

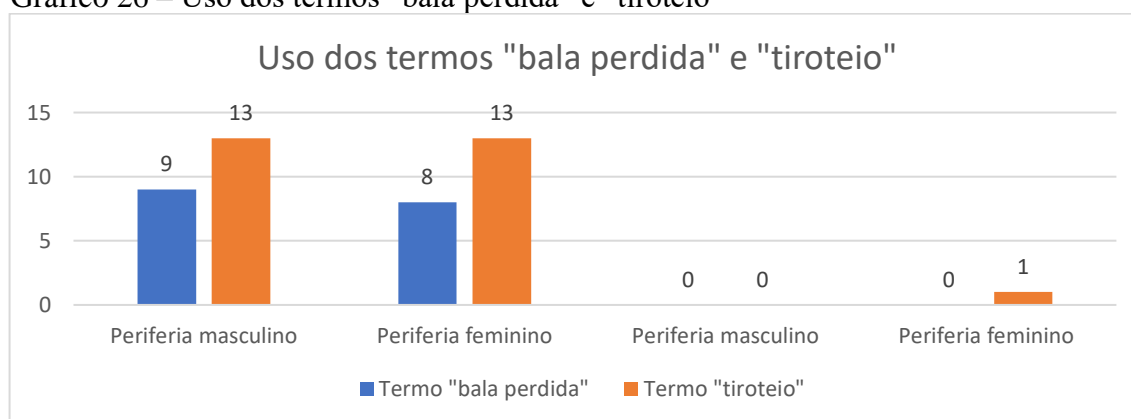
Gráfico 25 – Adolescentes com medo intenso de ser atingidos por bala perdida



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Nas entrevistas, as expressões “bala perdida” e “tiroteio” foram utilizadas com maior frequência pelos adolescentes da periferia, tanto para se referir aos seus medos quanto para relatar suas vivências, como podemos ver no Gráfico 26, a seguir.

Gráfico 26 – Uso dos termos “bala perdida” e “tiroteio”



Fonte: Pesquisa direta (2020).

O medo de ser atingido por bala perdida relaciona-se a diversas vivências narradas pelos adolescentes da periferia, em que presenciaram ou estavam próximos a conflitos envolvendo trocas de tiros.

Da última vez eu tava na casa de um amigo meu lá no final da linha e outro colega meu tava jogando, aí passou um carro todo preto e com fumê e começou a atirar pra cima, como se fosse um aviso, aí todo mundo saiu correndo. (Gabgol, negro, 17 anos, da periferia)

Eu tenho medo, né? De os cara de outras área chegar no meu bairro, ter tiro e eu tiver no mei e pegar uma bala em mim. (Trankino, pardo, 17 anos, da periferia)

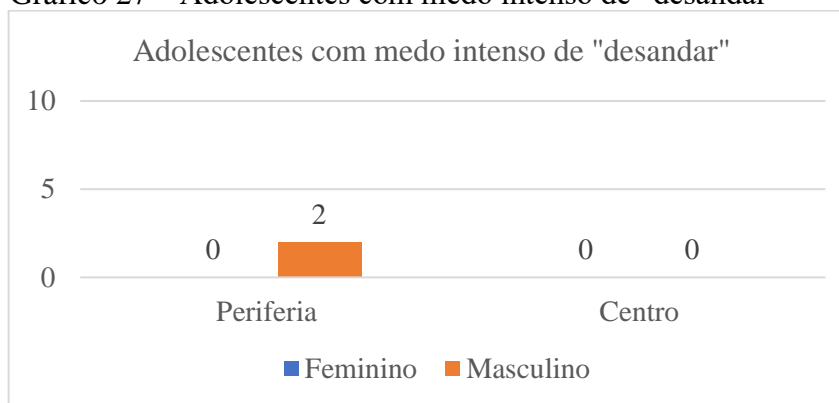
Eu venho pra escola e já venho com medo, porque do nada pode ter uma troca de tiro de facções e uma bala pode me atingir, aí eu tenho medo. (Macal, branco, 16 anos, da periferia)

Entre os adolescentes do centro, apenas uma menina relatou uma vivência desse tipo de medo, quando estava em um carro com sua família e eles perceberam que um ônibus ao lado estava sendo assaltado. Em nossa pesquisa, o medo de ser atingido por “bala perdida” mostrou-se quase que exclusivamente vivenciado por adolescentes da periferia. É possível que em outras cidades do Brasil, em virtude de sua geografia, ou mesmo em outros bairros da cidade, tal medo seja também recorrente entre os jovens de zonas mais nobres.

#### 8.7.4 Medo de “desandar”

O medo de “desandar” também não foi incluído no questionário, pois não surgiu no grupo focal nem na oficina utilizados para a elaboração do instrumento. Como podemos ver no Gráfico 27, na sequência, assim como o medo da polícia, ele só foi apresentado como um dos principais medos entre meninos da periferia.

Gráfico 27 – Adolescentes com medo intenso de “desandar”



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Em nossa pesquisa, definimos o medo de “desandar” como uma qualidade de medo experimentado pelos jovens moradores da periferia de desobedecer às leis do “bairro”, ou seja, as leis estabelecidas pelo comando da facção de drogas que domina o bairro, como por exemplo roubar dentro dos territórios em que mora (roubar nas áreas) ou pegar drogas para pagar depois e não honrar a dívida. Nesse sentido, as leis estabelecidas pelas facções são “o caminho certo” e, quando alguém se afasta desse caminho, diz-se que “desandou”. Dois adolescentes da periferia apresentaram esse medo. Trankino (pardo, 17 anos, da periferia) afirma que “Eu tenho medo assim de desandar do meu bairro, fazer alguma coisa errada e os cara ficarem sabendo e me pegar e me dar umas caibada [espancar] e me espirrar [expulsar do bairro] [...] Mas eu não desando não, Deus é mais.”. Ou seja, ele tem medo de fazer algo fora das leis das facções, que faça com que ele seja espancado e depois expulso do bairro, mas tem fé em que uma instância superior impeça que isso ocorra, apontando que apenas as disposições interiores, ou seja, a vontade, podem não ser suficientes para que não subverta os dispositivos paralegais.

Lecas (pardo, 16 anos, da periferia) também apresentou medo semelhante, com um diferencial: ele já havia “desandado”, e temia que as pessoas de seu bairro descobrissem. Ele narra que estava vendendo água de coco na praia, com um amigo, e furtaram o celular de um cliente que, com o auxílio da polícia, rastreou o aparelho, chegando até eles. Os policiais os espancaram e ameaçaram, alertando-os que “nunca mais pisasse naquela praia”. O seu maior temor, entretanto, não foi a perseguição policial, mas que os traficantes locais descobrissem o seu delito e o sentenciassem à morte, então imediatamente decidiu se mudar para a casa de um familiar em outro bairro: “Deixei a mãe morrendo de preocupada porque se roubar num canto eles matam mesmo, aí a mãe me trouxe pra cá e daqui ela me mandou pra casa do tio e depois pro interior, passei três meses lá, aí voltei pro tio<sup>54</sup>”. O bairro em que Lecas mora atualmente é

<sup>54</sup> Parte da história foi modificada para evitar reconhecimento.

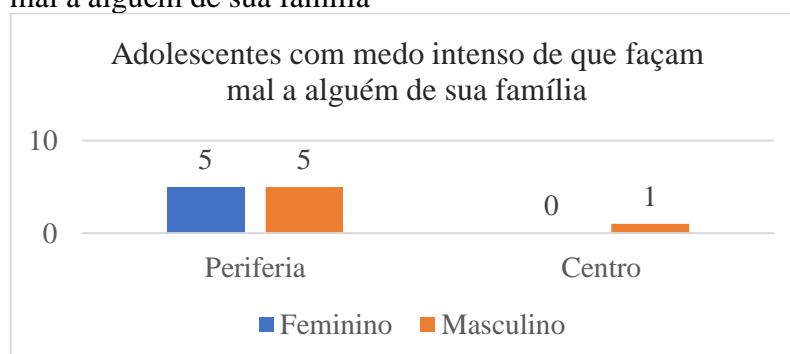
dominado pela mesma facção de drogas do bairro anterior, logo ele ainda teme que seu segredo seja revelado e sua vida ceifada em retaliação. Desde então vive em sofrimento constante, tanto pela angústia de uma morte iminente como pela saudade que tem de seu bairro anterior, de sua família e de seus amigos. Também teme pela morte de todos eles por sua infração.

Os relatos sobre as “leis paralelas” que se estabelecem em territórios dominados por determinados grupos criminosos, e as consequências diretas, por meio de execuções e torturas, para aqueles que as desobedecem já foram documentados pela academia. No entanto, é necessário realizar mais investigações sobre os efeitos secundários e as violências simbólicas decorrentes de se viver em um ambiente regido por dois “códigos legais”, muitas vezes conflitantes, em que se somam os medos das opressões advindas das vigilâncias do poder oficial e do paralelo, nenhum dos dois capaz de garantir efetivamente a segurança. Consideramos que é possível compreender o medo de “desandar” também como relacionado ao medo de não conseguir controlar o próprio comportamento, não apenas em relação às leis paralelas como também às institucionais. Não apenas duas ideias, mas especialmente dois desejos parecem se opor, gerando tal conflito, um imediato, de satisfação e um mais complexo, de atendimento às expectativas sociais, que, de certo modo, passam a ser também, em boa medida, pessoais.

### 8.7.5 Medo de que façam mal a alguém da família

O medo de que façam mal a alguém de sua família foi apontado como um dos medos mais intensos entre os adolescentes da periferia, e esteve praticamente ausente das narrativas dos adolescentes do centro. Como podemos ver no Gráfico 28, a seguir, enquanto 10 adolescentes da periferia apontaram esse como um dos seus principais medos, apenas 1 adolescente de classe média/alta o indicou.

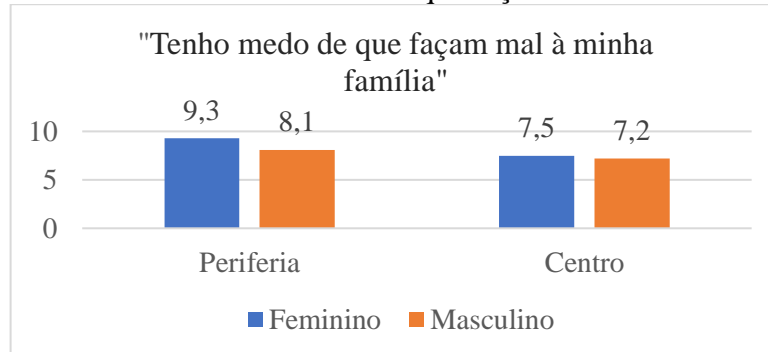
Gráfico 28 – Adolescentes com medo intenso de que façam mal a alguém de sua família



Fonte: Pesquisa direta (2020).

No questionário, apesar de esse medo ser maior também entre adolescentes da periferia, o medo dos adolescentes de classe média e alta também é significativo (Gráfico 29).

Gráfico 29 – Índice de medo de que façam mal à sua família



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Analisando conjuntamente os dados, podemos concluir que todos os adolescentes sentem medo de que algo aconteça com seus familiares, todavia, para os que residem na periferia essa perspectiva parece ser bem mais concreta, por isso foi mais espontaneamente citada como medo intenso. Muitos dos adolescentes já haviam perdido familiares de forma violenta, então conviviam com essa possibilidade de forma mais factual, outros compartilharam as vulnerabilidades e riscos enfrentados pelos seus familiares para ir ao trabalho.

Se tem uma coisa que eu tenho medo e me dá pesadelos é acontecer alguma coisa com a minha família. (Nana, parda, 16 anos, da periferia)

[...] porque ela [a mãe] sai cedo pra trabalhar, aí eu tenho medo dela não voltar. (Ana, parda, 15 anos, da periferia)

Tenho medo de tá com meu filho e acontecer alguma coisa, tiroteio. De fazerem algo com ele. (Marta, parda, 16 anos, da periferia)

Meu principal medo é de perder meu pai, meu segundo medo é de perder minha vó. (Carinha, pardo, 16 anos, da periferia)

Alguns adolescentes relataram também temer que algo ocorresse com seus familiares por responsabilidade sua, seja por condutas consideradas desviantes de determinada ordem, legal ou paralegal, seja pelos relacionamentos sociais. Lecas (pardo, 16 anos, da periferia), sobre o fato de ter cometido um furto, afirma que: “tenho medo que eles descubram que eu tenho alguma passagem na polícia, aí eles vêm e querer matar eu e matar a minha família”. Trankino (pardo, 17 anos, da periferia) afirma que, como algumas pessoas acham que ele é “envolvido”, evita sair do bairro com sua mãe, para que ela não corra o risco de sofrer alguma violência por sua “culpa”, revelando ainda que: “Tenho medo também da minha irmã, né? Ela tem dois aninhos. Ela não entende as coisas, mas ela já faz o sinal do três no culto. [...]

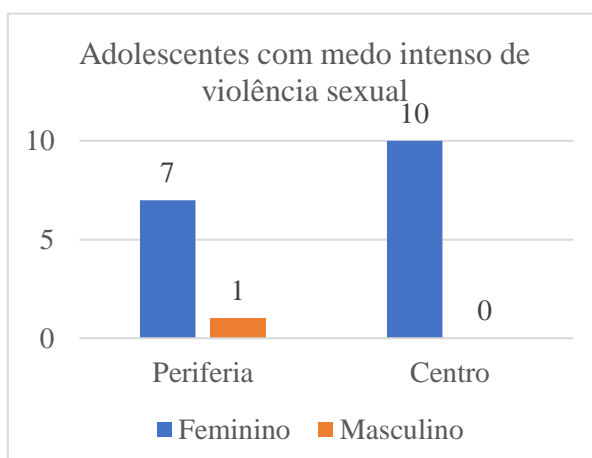


minhas irmãs dizem que do nada ela faz o sinal do três na frente dos outro de outro bairro”. O sinal do três é o símbolo da facção que domina o bairro de Trankino, e ele teme que “façam alguma coisa” com sua mãe e suas irmãs se as associarem à facção.

### 8.8 Os medos intensos das meninas: a violência física, sexual e verbal

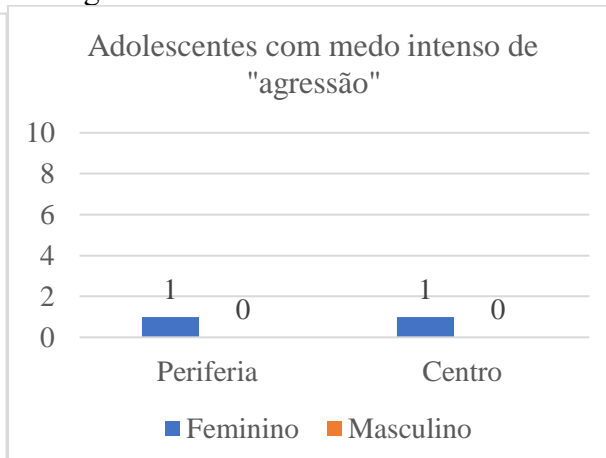
Os medos da agressão, da violência verbal e da violência sexual estiveram presentes com mais frequência no discurso das meninas que dos meninos, nos dois territórios. Foram 17 as meninas que apontaram a violência sexual como um dos seus principais medos, contra apenas 1 dos meninos que sente o mesmo. O medo de agressão foi relatado como um dos principais medos por 2 meninas, 1 de cada território. Apesar de o medo de agressões verbais não ter sido relatado por nenhum adolescente como um dos principais medos, ele esteve muito presente nos medos cotidianos das meninas, por isso foi incluído neste tópico. Abordamos esses três medos de forma conjunta, pois se mostraram fortemente correlacionados nos discursos femininos (Gráficos 30 e 31).

Gráfico 30 – Adolescentes com medo intenso de violência sexual



Fonte: Pesquisa direta (2020).

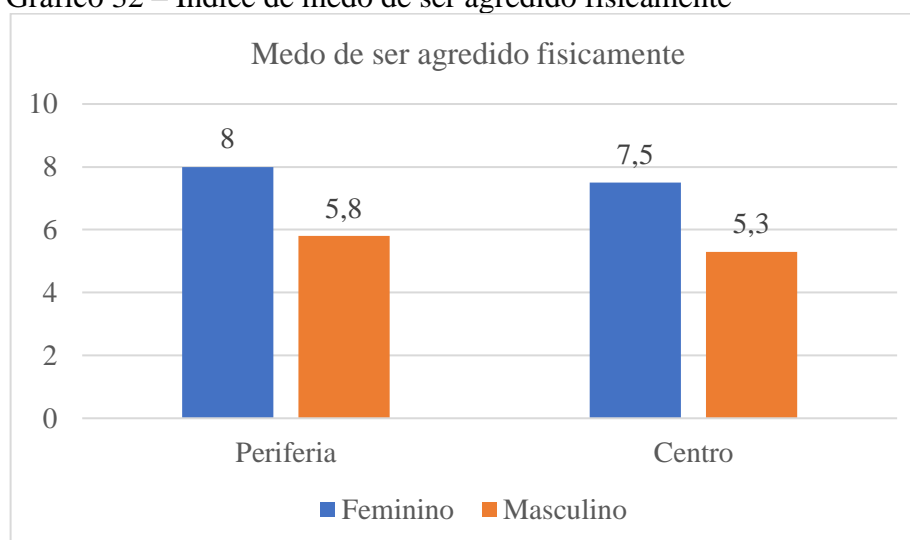
Gráfico 31 – Adolescentes com medo intenso de “agressão”



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Na análise proveniente do questionário, o medo de ser agredido fisicamente foi significativamente maior entre as meninas que nos meninos, em ambos os territórios, sendo os fatores territoriais pouco relevantes em relação a esse medo. É possível que, além dos fatores culturais, uma maior vulnerabilidade física esteja fortemente associada a esse medo, assim como também é provável que essas diferenças se amparem em possíveis associações entre violência física e sexual (Gráfico 32).

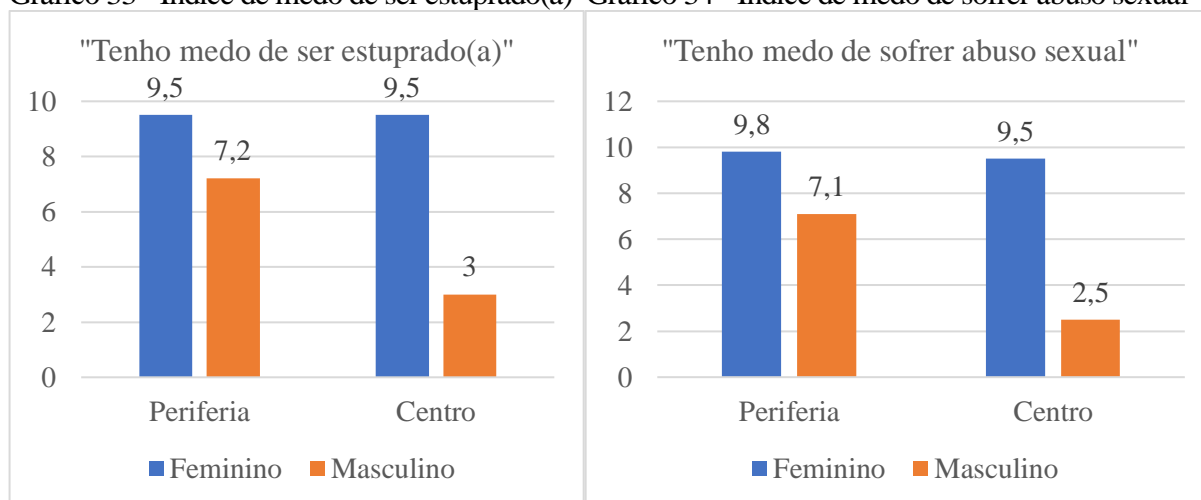
Gráfico 32 – Índice de medo de ser agredido fisicamente



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Tal como podemos observar nos Gráficos 33 e 34<sup>55</sup>, os índices de medo de estupro e de abuso sexual entre as meninas foram praticamente absolutos, atingindo um percentual de mais de 9,5 nos dois territórios. Índices tão exorbitantes de medo evidenciam, tal como defende Sousa (2017), a existência de uma cultura misógina de dominação da mulher, a partir de uma transmissão de valores e ideias sociais machistas que contribuem para a perpetuação de vários tipos de violências de gênero. Em nossa pesquisa, o relato de diferentes tipos de abusos e importunações sexuais pelas meninas não foi exceção, e sim regra, em ambos os territórios.

Gráfico 33 - Índice de medo de ser estuproado(a) Gráfico 34 - Índice de medo de sofrer abuso sexual



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Fonte: Pesquisa direta (2020).

<sup>55</sup> Incluímos tanto o “medo de ser estuproado” quanto o “medo de sofrer abuso sexual”, apesar da redundância (já que o abuso sexual é uma categoria mais ampla na qual o estupro está inserido), para compreender se havia diferenças significativas entre o medo do estupro e de outras formas de abuso sexual, mas, como podemos ver, as diferenças foram irrisórias.

Em relação à violência sexual, podemos observar que o medo dos meninos da periferia, embora inferior ao das meninas, foi bastante intenso e bem mais elevado que o dos meninos do centro, o que acende um alerta de que talvez o risco de abuso sexual também com meninos nas periferias pode estar sendo subestimado. Apesar dos altos índices de medo, nas entrevistas, nenhum dos meninos relatou ter sido vítima de violência sexual, e apenas um adolescente declarou ter esse entre seus principais medos, todavia, sem dar muitos detalhes em relação a ele. Kristensen, Flores e Gomes (2001) realizaram uma pesquisa com meninos que haviam sido abusados sexualmente, afirmando que muitos deles evitavam falar dos abusos para não serem alvos de associações homofóbicas e ridicularizantes, o que, segundo os autores, de fato muitas vezes acontecia, por vezes dentro do próprio lar. Dessa forma, é possível supor que medos relacionados à violência sexual e vivências de abuso não tenham sido narrados pelos meninos da periferia devido ao constrangimento, aparecendo assim somente no questionário.

Entre as meninas, houve diversas narrativas sobre assédio sexual e abuso. No relato das 20 meninas, contabilizamos exorbitantes 43 menções a medos e vivências de assédio/violência sexual, seja com elas mesmas, seja com terceiros.

Tenho muito medo assim de ser tocada em algum lugar ou na parada ou no ônibus.  
(Mara, negra, 16 anos, do centro)

Tenho medo de ser violentada, é o principal. Toda vida que eu saio de casa. Aliás, eu não preciso nem ter saído completamente da minha casa, é só colocar o pé pra fora do apartamento, no condomínio mesmo. (Isa, branca, 16 anos, do centro)

Várias adolescentes relataram temor especialmente quando usavam determinados tipos de roupas, evitando utilizá-las. Isso deixa explícito que a regulação das vestimentas só não tem recaído sobre os meninos do centro, posto que tanto os meninos da periferia, por serem associados a bandidos, quanto o conjunto das meninas, por serem importunadas e assediadas, não podiam se vestir da maneira que queriam para evitar violências de diferentes tipos.

Eu sinto medo, muito pelo fato de eu ter sido assediada, e eu sempre tenho medo do tipo “meu Deus, meu short está muito curto”, eu sempre tenho esse medo, vão me olhar, eu sempre fico pensando nessas coisas. (Zoe, parda, 15 anos, do centro)

Eu tenho medo porque eu gosto de usar certas roupas, só que eu parei bastante, que chama muita atenção. (Nana, parda, 16 anos, da periferia)

Eu deixo de usar roupa, fico usando roupa de manga ou regata, ou sem manga mesmo, eu já tenho medo do que a pessoa vai me dizer, dos comentários, aí eu boto sempre com manga. Dentro de casa, um short que não seja muito curto. Fora de casa eu boto uma calça, mesmo que esteja morto de quente, pra não ter comentários. (Rose, branca, 17 anos, do centro)

Carla (negra, 16 anos, da periferia) relata que: “Tenho muito medo no ônibus também, porque já passaram a mão na minha bunda. Eu tenho síndrome de ansiedade, fico muito ansiosa. Se um cara chegar perto de mim, eu já fico com o coração muito acelerado. Eu só me aquieto quando ele sai de perto.”. Essa conduta sofrida por Carla foi tipificada no Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940) a partir da publicação da Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018), como “importunação sexual”, que é o ato de “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Carla revela que sente essa mesma ansiedade quando está com alguma roupa curta e percebe que algum homem está olhando para ela, ou quando pensa que esse vai falar obscenidades ou a “cantar”. Diversas adolescentes, de forma semelhante, relataram medos e experiências de “invasão” de sua intimidade não apenas por meio do toque, mas também pelas palavras, e muitas vezes até mesmo pelos olhares masculinos para seus corpos adolescentes.

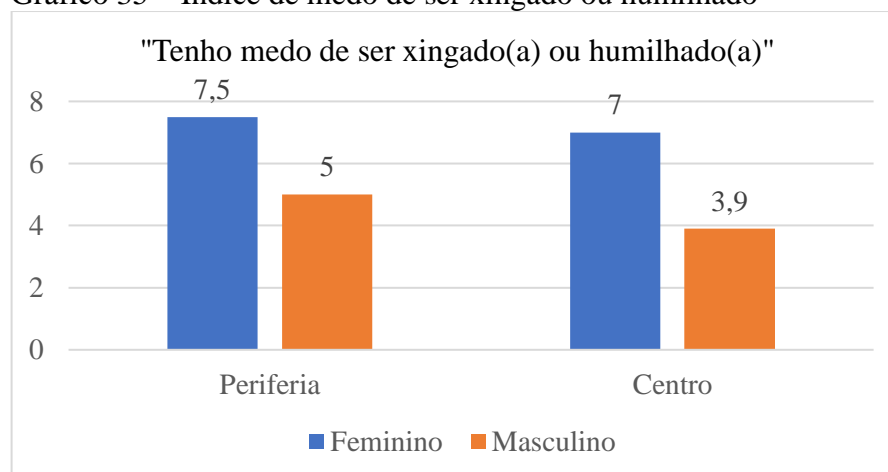
Acho que o que tem mais em Fortaleza é violência física, verbal, sexual. Acho que essas coisas de estupro acho que acontece bastante, violência contra a mulher aqui na cidade. (Duda, branca, 17 anos, do centro)

Meu maior medo é ser violentada ou até tipo, desde um assédio até um estupro. Morro de medo e eu odeio pensar nisso [...]. (Jujuba, branca, 15 anos, do centro)

Lá na beira-mar, por exemplo, em questão de assalto é tipo super de boa, mas eu fico meio assim na questão de assédio. A gente passa e eles ficam falando as coisas. Aí eu tenho medo de reagir. Uma vez eu reagi. Mas eu corro risco do cara querer fazer miliquinhentas [*sic*] coisas comigo. (July, branca, 16 anos, do centro)

O medo de ser xingado ou humilhado também se associou ao gênero, em ambos os territórios, como podemos ver no Gráfico 35, na sequência.

Gráfico 35 – Índice de medo de ser xingado ou humilhado

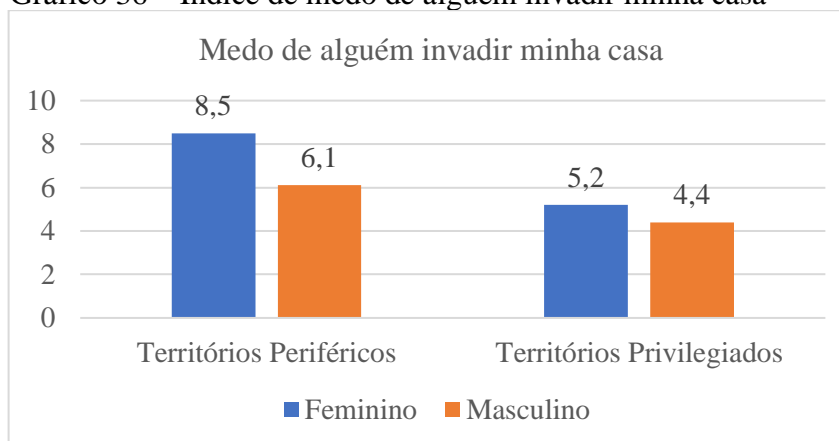


Fonte: Pesquisa direta (2020).

Os medos de ser estuprada, tocada, assediada verbalmente e incomodada pelos olhares masculinos, interpretados como ameaçadores, justapõem-se, formando diferentes tonalidades de medos, que se referem aos diversos níveis de violência que a objetificação dos corpos femininos das adolescentes pode sofrer. Entre as meninas de ambos os territórios, o medo muitas vezes estava associado a uma objetificação, o que retira delas a condição de humanidade e se associa a valores ideológicos socialmente compartilhados, que submete os corpos femininos ao poder masculino. Conforme veremos no decorrer desta tese, os medos dos adolescentes da periferia também muitas vezes se associam à retirada de sua condição humana, nesse caso produzindo uma animalização, promovida e propagada por valores ideológicos. De diferentes formas, os valores ideológicos hegemônicos promovem a **desumanização** de mulheres, negros e moradores da periferia, e estão no cerne da produção dos medos.

Particularmente alguns medos atingiram patamares muito altos quando interseccionaram diferentes formas de vulnerabilidade, como observamos no medo apontado pelos adolescentes de que alguém invada sua casa (Gráfico 36). Entre os adolescentes do centro, tal medo apresentou índices moderados, sendo apenas um pouco maior para as meninas que para os meninos. Já na periferia, o medo dos meninos é relativamente moderado, enquanto o das meninas atinge patamares muito elevados.

Gráfico 36 – Índice de medo de alguém invadir minha casa



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Se adolescentes da periferia, onde a segurança é menor, não podem ter garantia de que sua casa não seja violada, no caso das meninas a ameaça é amplificada pelo risco de violação dos seus corpos. As questões relativas ao sexismo de nossa sociedade, que entende que as mulheres devem estar submetidas aos homens e que apenas a esfera doméstica pode ser ocupada por elas, resultam em uma cultura que faz com que os diferentes tipos e formas de

medos acabem se relacionando também ao gênero e a diferentes tipos de ameaças sexuais, que se constituem sob a forma de violências simbólicas, que, como vemos, podem ser dirigidas até mesmo com o olhar. Isso tem levado as meninas a não ocupar os espaços públicos, o que se mostrou ainda mais padecedor nas periferias, posto que, nesse caso, por vezes acabava produzindo um absoluto isolamento social.

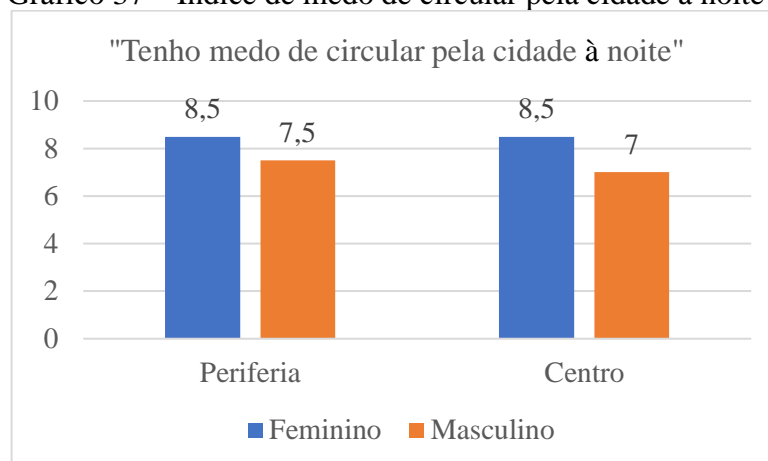
Os sentidos atribuídos às vivências abusivas variaram. Algumas adolescentes relataram o abuso como marca traumática, que causou uma generalização dos seus medos. Rose (branca, 17 anos, do centro) afirmou ter sido abusada por seu antigo professor de karatê em sua infância, em outra cidade, relatando que, depois disso, passou a ter diversos sofrimentos psíquicos e passou a temer ir para qualquer local. O estresse pós-traumático parece ter generalizado os medos para diversas outras situações, de forma que Rose começou a temer que as pessoas lhe fizessem mal em qualquer lugar, passando inclusive a ter medo de ser assaltada, mesmo em lugares que racionalmente considera seguros, como shoppings.

### **8.9 O medo no centro: a ansiedade em relação a ambientes públicos**

Delumeau (2007) diferencia “medos particulares”, que têm objeto determinado, “de medos ansiosos”, que geram angústia ante um perigo não muito bem delineável. Até aqui apresentamos os medos particulares (ser assaltado, ser assassinado, ser “confundido” com um “envolvido”, etc.), todavia os adolescentes também se referiram a medos ansiosos, situacionais, sem objeto específico, como o medo de sair à noite, de pegar transporte público ou de sair de casa a pé. Diferentemente dos medos particulares, estes medos não emergiram quando solicitamos que os adolescentes partilhassem conosco seus principais medos, mas quando pedimos que narrassem vivências em que tiveram medo, em que, por vezes, vivências cotidianas como caminhar na rua foram apontadas como experiências de temor. Esses medos estiveram estreitamente relacionados à mobilidade, e se associaram de forma difusa ao medo de sofrer diversos tipos de violência. Os medos ansiosos tenderam a ser maiores entre adolescentes do centro e entre as meninas, especialmente os medos de andar a pé e de pegar transporte público.

O medo de estar fora de casa à noite (Gráfico 37), principalmente em horários tardios, foi unanimemente alto, sendo apenas um pouco maior entre as meninas de ambos os territórios. O medo da noite foi apontado por Delumeau (2007) como um dos mais recorrentes na história da humanidade, embora evidentemente varie, de acordo com fatores culturais e sociais.

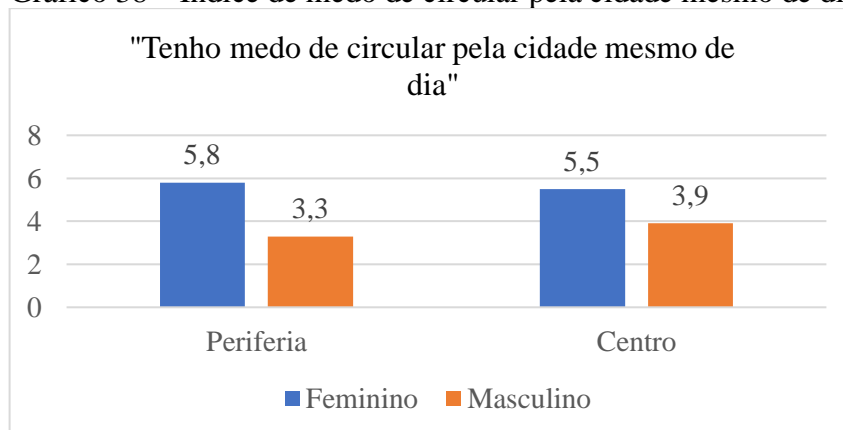
Gráfico 37 – Índice de medo de circular pela cidade à noite



Fonte: Pesquisa direta (2020).

As diferenças entre gêneros foram bem mais significativas quando abordamos o medo de circular pela cidade, ainda que em horários diurnos, variando pouco, no entanto, em relação ao aspecto socioterritorial (Gráfico 38).

Gráfico 38 – Índice de medo de circular pela cidade mesmo de dia



Fonte: Pesquisa direta (2020).

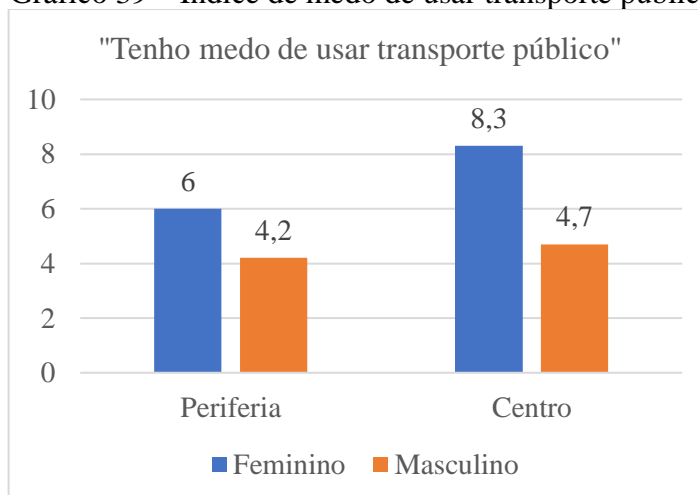
Tal diferença de gênero expõe uma violência simbólica que restringe a circulação de mulheres nos espaços públicos. Na triagem de nossa revisão de literatura, um grande volume de estudos que tratavam de violência de gênero se associava à violência sexual e à doméstica<sup>56</sup>. No entanto, apenas um deles, realizado por Villagrán (2012), debateu as interconexões entre a violência urbana e de gênero, ressaltando que, embora desde 1990 tenha havido um esforço sistemático para definir as diferentes formas de violência de gênero, pouco tem sido debatido sobre as violências simbólicas, que impedem as mulheres de circular sem medo pelos espaços

<sup>56</sup> Estes estudos não chegaram a ser analisados integralmente na revisão, posto que fugiam ao seu propósito.

públicos da cidade. A autora defende que existem estereótipos culturais que associam a imagem do homem ao aberto, ao oficial, ao urbano, e a da mulher ao interior, ao doméstico, ao privado.

Villagrán (2012) discute que a relação subjetiva das mulheres com seu entorno, que perpassa os papéis atribuídos socialmente a elas, vai moldando uma concepção de vida que associa o urbano ao medo, fazendo com que espaços abertos como ruas se convertam em sinônimo de perigo, e procurem ser evitados. Além disso, diferentes tipos de assédios e abusos vivenciados cotidianamente, desde toques em seus corpos até o uso de “palavras sujas” dirigidas invariavelmente por homens, reforçam essa posição. A autora discute ainda que locais semiabertos, especialmente aqueles que geram aglomeração de estranhos, como os transportes públicos (Gráfico 39), são particularmente percebidos como ameaçadores. Em nossa pesquisa, os medos em relação ao uso de transporte público, tal como aponta Villagrán (2012), de fato se associaram a fatores de gênero. Além disso, também se mostraram associados a fatores socioterritoriais, posto que os adolescentes do centro tiveram indicadores maiores desse tipo de medo, bem como de outros medos ansiosos. Podemos ver que, nesse caso, os fatores de gênero e classe se associam, fazendo com que o medo das meninas do centro seja bem superior ao de todos os adolescentes dos demais grupos.

Gráfico 39 – Índice de medo de usar transporte público



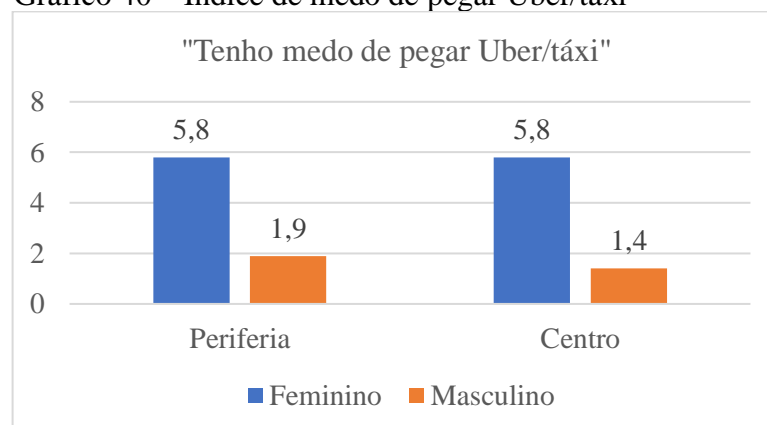
Fonte: Pesquisa direta (2020).

Em relação ao deslocamento, não foi apenas em situações de aglomeração que os medos das meninas se destacaram em relação aos dos meninos, o medo de pegar Uber ou táxi (Gráfico 40), entre todos os medos, foi o que trouxe maiores contrastes de gênero em ambos os territórios. Assim, entre as adolescentes de Fortaleza, não foi a existência de aglomeração que definiu o medo, mas a possibilidade de ser abusada ou assediada sexualmente, já que o contraste



de gênero em relação ao medo de pegar Uber/táxi ainda foi maior que em relação ao medo de pegar transporte público. As adolescentes relataram sensação de alívio quando, por exemplo, solicitavam um Uber e percebiam que a motorista era uma mulher.

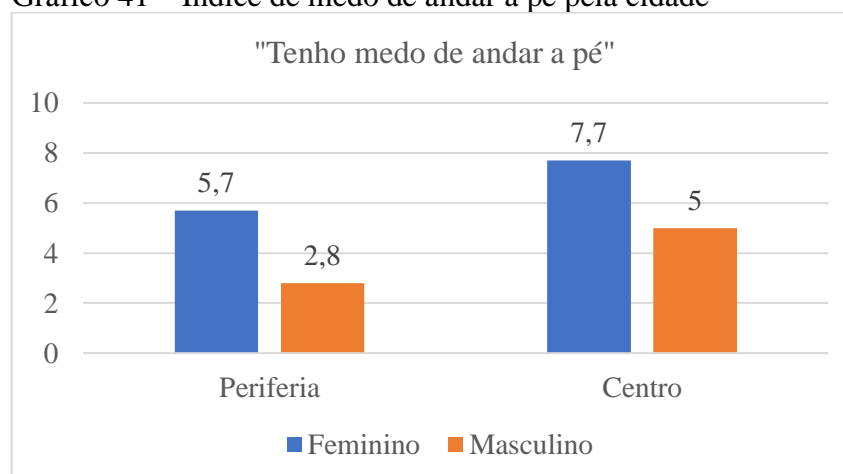
Gráfico 40 – Índice de medo de pegar Uber/táxi



Fonte: Pesquisa direta (2020).

O medo de se locomover a pé (Gráfico 41) esteve relacionado tanto a aspectos de gênero como aos fatores socioterritoriais, sendo particularmente mais alto entre o conjunto dos adolescentes do centro e o conjunto das adolescentes do gênero feminino. Dessa forma, em uma análise interseccionada, podemos perceber que o medo de andar a pé foi muito alto entre meninas do centro, mediano entre meninos do centro e meninas da periferia, e baixo entre meninos da periferia.

Gráfico 41 – Índice de medo de andar a pé pela cidade



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Assim como os medos particulares, os medos ansiosos também estiveram mais presentes nas meninas que nos meninos, mas enquanto os primeiros foram mais intensos na

periferia, os segundos foram mais intensos no centro. Discutiremos de forma aprofundada esses aspectos no próximo capítulo.

### **8.10 O caráter interseccional dos medos a partir das vivências de Zoe**

Zoe tem 15 anos, autodeclarou-se parda, é moradora do centro e foi uma das adolescentes que apresentou maiores índices de medo no questionário e mais relatou sentir medos diversos durante as entrevistas. Embora a adolescente não tenha declarado o medo da polícia como medo intenso, foi a única das 20 meninas que relatou que, quando via um policial, temia que ele lhe fizesse algum mal. Em sua narrativa, o medo da polícia mesclou-se ao medo de pessoas do gênero masculino de forma geral: “Falar com um homem na rua já me dá medo, até um policial sendo bonzinho comigo, dizendo oi, não sei porque, eu já fico com meu coração acelerado, pensando, meu Deus, o que ele pode fazer? É um medo tão extremo que eu não consigo dizer oi pra um estranho.”. Ela relata que quando está na rua e algum homem chega perto, procura se aproximar de mulheres, idosos ou crianças para se sentir mais segura.

Zoe exprime que, desde a infância, passou por inúmeras situações de violência, tanto física quanto psicológica, relatando que alguns meninos de sua escola a rebaixavam, jogavam chinelos, estojos e outros objetos nela. Reflete que eles também faziam isso com as outras meninas, mas que ela era o alvo principal, por ser “adotada”. A origem de Zoe é periférica e, embora a adoção tenha ocorrido ainda na primeira infância, os preconceitos associados ao fato de ela estar “fora de seu lugar” mantiveram-se presentes. Ela relata muita frustração, porque seus professores costumavam demonstrar “pena” sempre que vinham à tona questões familiares, o que ficava evidente para toda a turma. Embora Zoe não associe explicitamente o *bullying* também a aspectos étnicos, eles sem dúvida estavam presentes, posto que a adolescente narrou que os garotos da escola zombavam de seu cabelo, por ser “muito cacheado e armado”, e se lembra de ter sido chamada de “escrava” por um deles.

A adolescente declara que “até hoje eu nunca tive uma autoestima 100%, nem 80%, a minha autoestima é no máximo uns 10%. Sofri violência psicológica a minha vida todinha. Eu já fui ao psicólogo e nada funciona, eu não consigo aumentar de jeito nenhum a minha autoestima”. Além disso, Zoe relata que, quando tinha apenas 13 anos, teve uma experiência que foi significada de maneira traumática, quando seis homens, em um caminhão de entrega, começaram a assediá-la, chamando-a de “gatinha”. Um deles desceu do caminhão e foi pedir seu telefone, o que a abalou muito, fazendo-a chorar bastante, por não compreender como homens “mais velhos” podiam assediar uma menina de sua idade.

As diversas vivências significadas de forma traumática, que se associam tanto a aspectos de gênero quanto a aspectos étnicos e relativos à sua origem socioterritorial, parecem ter causado marcas profundas na identidade de Zoe. Logo no início da entrevista, quando pedimos que Zoe se apresentasse e falasse livremente como era, ela se definiu como uma menina muito tímida, que não tinha coragem de levantar a mão na sala de aula nem para pedir para ir no banheiro. Também relatou que não gostava de se olhar no espelho. Ela também narra que, apesar de se considerar bissexual, só consegue se relacionar com meninas, pois tem muito medo de se relacionar com adolescentes do gênero oposto. Relata também muita dificuldade de estabelecer laços sociais de confiança e dificuldade de fazer amigos. Além disso, destaca ter medos intensos de sair de casa, mesmo que seja para comprar um pão na padaria. O medo de sair a pé, mesmo para locais muito próximos de sua casa, foi uma das principais marcas dos medos dos adolescentes do centro, o que indica que os medos de Zoe também se referem a esse aspecto: uma ansiedade típica dos jovens das classes média e alta. Todavia, no caso de Zoe, esses medos atingem patamares superiores, pois se mesclam a uma série de outras origens, relativas a aspectos de gênero, étnicos e aos preconceitos sofridos por conta de sua origem territorial.

Trouxemos o exemplo de Zoe para expor que o entrelaçamento dos medos em uma vivência cotidiana – como comprar pão – referem-se não apenas às vivências pessoais anteriores, como também se ancoram em seus marcadores sociais, embora seja relevante destacar que a atribuição de sentidos é particular, logo, esses aspectos isoladamente não explicam, de forma definitiva, a conjugação de medos. A percepção se forma socialmente por um número infindável de aspectos e, a cada vivência pessoal, novos sentidos vão sendo estabelecidos.

Zoe não sabe de onde vem o medo que decorre da interação com um “policia! sendo bonzinho e lhe dando ‘oi’”, pois as causas desse medo são múltiplas e contêm todas as suas vivências e concepções formadas sobre as violências, os medos e outros aspectos ligados a eles, incluindo uma grande diversidade de sentidos, formados por afetos, ideias, imagens, etc. Por exemplo, os adolescentes descreveram a polícia como instituição estruturalmente racista, concepção também compartilhada socialmente por Zoe, assim, a imagem do policial que involuntariamente lhe causa medo, refere-se às vivências pessoais anteriores e também encarna medos que se conectam a todas as vivências de racismo de nossa sociedade e todos os medos que delas decorrem. Além disso, sendo um policial do gênero masculino, também encarna todas as violências de gênero dessa sociedade e todos os medos delas decorrentes. Conforme destaca Sawaia (2000):

Nas emoções do instante, aglutinam-se instantaneamente as frustrações e desgostos acumulados que a vida nos reservou, que julgamos que ela ainda nos reservará. No medo condensam-se todos os possíveis perigos, meus e de minha família, classe e nação, presentes, passados bem como futuros, sem rosto, que nos angustiam. (p. 12)

Todos esses elementos e, sem dúvidas, diversos outros dos quais não pudemos dar conta orientam a forma como Zoe vivencia uma saída cotidiana para comprar pão e se relacionam a uma multiplicidade de sentidos atribuídos tanto a suas emoções como a tudo o que Zoe encontra no caminho e que é semioticamente integrado à sua vivência, formando uma percepção integral do todo. O que torna o medo absolutamente particular são as origens plurais, internas e externas de suas causas, não definidas em si, mas produzidas a partir da relação, ou seja, definidas pela natureza singular do encontro. As emoções são plurais, posto que cada emoção é particularmente produzida por diversos aspectos que definem os encontros, dos quais os indivíduos tomam consciência sempre de maneira apenas parcial, por isso Zoe não sabe bem porque teme sua interação com o “policia**l** bonzinho”. Tal como evidencia Spinoza (2013/1675), mesmo quando os sujeitos acreditam que sabem exatamente o que motivou suas emoções, costumam se basear mais nos aspectos superficiais que nas causas mais profundas delas.

Como podemos ver a partir das narrativas de Zoe, as vivências de medo e os sentidos atribuídos a essas vivências e, dessa forma, também as emoções derivativas que eles provocam, bem como suas implicações psicossociais estão sempre interconectadas, fazendo parte de um todo complexo. Os diversos fatos ocorridos na vida dessa adolescente, incluindo as violências físicas e simbólicas sofridas, contribuiram para gerar sentimentos de vergonha, medo, timidez e desconfiança, associados a sentidos que conferem ao mundo um caráter ameaçador e, a ela mesma, um caráter depreciativo. Olhando exclusivamente por essa perspectiva, as emoções e os sentidos são efeitos dos encadeamentos da vida de Zoe. Todavia, o que torna a equação complexa é que esses sentimentos e sentidos foram orientados por sistemas semioticamente estabelecidos a partir das vivências com o meio. Ao mesmo tempo, aqueles sentimentos e sentidos se integram a estes sistemas, orientando a forma como Zoe irá vivenciar novos fatos, ou seja, como atribuirá sentidos a eles, e que novos sentimentos serão suscitados. Em um processo cíclico, vergonha, medo, timidez e desconfiança, bem como os demais sentidos e sentimentos de Zoe em relação a si e ao mundo, passam a ser não apenas efeitos das vivências de Zoe, como também operadores que compõem a construção de novos sentidos e orientam a forma como Zoe passa a vivenciar novos encontros, atribuindo-lhes, por exemplo, medo.

### 8.11 Considerações finais

Os medos urbanos dos adolescentes da cidade de Fortaleza foram classificados em duas categorias: os medos particulares ou concretos (ser assaltado, ser assassinado, ser confundido com um envolvido, etc.) e os medos ansiosos (circular pela cidade à noite, usar transporte público, etc.). Em relação aos aspectos socioterritoriais, os índices de medos particulares dos adolescentes da periferia, e, em consequência, dos jovens predominantemente negros, foram ou equivalentes ou superiores aos dos adolescentes do centro, com exceção do medo de ser assaltado, que foi um pouco inferior nos adolescentes da periferia. Além de mais elevados, os medos dos adolescentes da periferia também se mostraram mais diversificados. Todos os medos intensos que estiveram presentes entre os adolescentes do centro também foram encontrados entre os adolescentes residentes em periferias, todavia, alguns medos intensos, como o medo da polícia, o medo de ser “confundido” com um “envolvido” com facções de drogas, o medo de ser atingido por uma bala perdida e o medo de desandar só estiveram presentes na periferia. O medo de que fizessem mal a alguém de sua família também foi predominantemente narrado pelos adolescentes desse território.

Constatamos que as vivências dos adolescentes da periferia eram recorrentemente marcadas pela exclusão e suspeição. Esses relataram mais episódios rotineiros de homicídios e outras violências severas, como violência policial, intimidação, etc., perpetradas contra si e contra amigos e familiares. Isso explica a maior pluralidade de medos particulares, via de regra, sentidos pelos adolescentes da periferia de forma mais intensa do que pelos adolescentes do centro. Apesar disso, os medos ansiosos dos adolescentes do centro e, em consequência, dos jovens predominantemente brancos, foram equivalentes ou superiores aos dos moradores da periferia. A pequena amostra de adolescentes brancos no grupo da periferia e a pequena amostra de adolescentes negros no grupo do centro não permitiu que investigássemos melhor até que ponto esses medos estavam mais ligados a aspectos étnicos ou territoriais. O mesmo vale para a classe social. Conforme já destacamos, encontramos uma indissolubilidade entre fatores étnicos, de território e classe nesta pesquisa.

Conforme melhor delinearemos ao longo do próximo capítulo, esse medo ansioso, majoritariamente presente nos adolescentes de classe média e alta, parece se relacionar com alguns aspectos, tais como: superdimensionamento da avaliação dos riscos de se estar em espaços públicos; falta de habilidade de lidar com situações de riscos provenientes de uma socialização, em que os ambientes externos se restringem a espaços de passagem; medos topofóbicos e sociofóbicos em relação à periferia e seus moradores.

Em relação aos aspectos de gênero, foi possível revelar que, tanto os medos que atingem majoritariamente os moradores da periferia como as ansiedades que atingem majoritariamente os moradores do centro, incidem de forma ainda mais acentuada nas meninas. Assim, a análise interseccional dos aspectos socioterritoriais e de gênero apontou que alguns medos das meninas da periferia foram extremamente altos, como por exemplo o medo de que alguém invadisse sua casa, e, em outros casos, as ansiedades das meninas do centro é que foram bastante elevadas, como por exemplo o medo de andar a pé, ou de utilizar transporte público.

Também foi possível expor o elaborado caráter de formação plural dos medos, em que os aspectos individuais de atribuição de sentidos das vivências emocionais, além do resultado da ação do meio, são orientados por um complexo sistema semiótico incorporado culturalmente pelas relações sociais, que, ao mesmo tempo que orientam as vivências, são afetados e reorganizados por elas. Em virtude desse caráter complexo do medo, alertamos para a necessidade de ponderação na concepção que define, de maneira simplificada, o caráter difuso do medo como fenômeno da contemporaneidade. Conforme relatamos, tal defesa se fez presente em alguns dos estudos abordados na revisão de literatura apresentada nesta tese. Tem-se falado sobre um “crescimento do medo” ou “escalada do medo” como fenômeno planetário, no entanto, essa perspectiva acaba uniformizando uma pluralidade de realidades sociais que produzem medos extremamente distintos.

Parte dessas teses (BAUMAN, 2005, 2008, 2009; BITTENCOURT, 2015) se amparam na defesa de que, por conta do avanço do neoliberalismo (ou modernidade líquida) em escala global, temos ampliado valores individualistas, o que promove a segregação social e amplia os medos de forma indistinta. Por conta disso, nessa perspectiva, o medo tem se tornado difuso, ou seja, tem se direcionado, simultaneamente, a vários elementos, a várias causas. Assim teme-se a tudo e a todos. De fato, concordamos que as contradições da sociedade capitalista contemporânea têm cada vez mais se intensificado, diminuindo os laços entre os sujeitos e ampliando os medos, tanto em quantidade como em qualidade. É necessário, no entanto, ponderar que isso não vem provocando um medo indistintamente difuso, sendo necessário fazer algumas diferenciações.

Conforme expusemos nos capítulos teóricos, amparados nos princípios afetivos da filosofia spinozana e na psicologia histórico-cultural de Vygotsky, e conforme demonstramos nas vivências de Zoe, os sentidos e emoções são formados a partir dos encontros dos sujeitos, ou seja, a partir de seu contato com o meio. Nesse encontro, os sistemas semânticos formados a partir de todas as vivências anteriores passam a mediar a vivência emocional decorrente de cada encontro particular, assim como dos sentidos produzidos por ela. Toda vivência humana

é mediada e, por meio dela, os aspectos “internos” e “externos” se integram. Isso torna o afeto humano absolutamente particular e complexo, daí o caráter difuso do medo, que se funda no atributo integral da vivência e no aspecto sistêmico da percepção humana.

Os medos se mesclam na vivência humana, posto que é próprio da consciência o entrelaçamento de diversas emoções, conceitos e imagens de forma multifacetada, gerando uma percepção integral. Conforme apontam os princípios afetivos spinozanos, um afeto necessariamente remete a outros, por isso os medos se associam. A vivência de um medo não pode ser experimentada de forma apartada, pois está sempre entrecruzada com as demais vivências do sujeito, e, dessa forma, ligada não só a outros medos como também a uma infinidade de outras emoções e sentimentos, que vão além do próprio indivíduo e incluem seu grupo social e cultural.

Nossa hipótese, que será melhor delineada no próximo capítulo, é de que esse medo, difuso ou líquido, que Bauman (2005, 2008, 2009) defende que está se ampliando na contemporaneidade, na verdade, pode ser melhor definido como ampliação da ansiedade dos segmentos populacionais mais protegidos, da população branca e de classe média e alta, dos moradores dos bairros ricos, que têm buscado cada vez mais a previsibilidade e diferenciação, superavaliando riscos. Ele é resultado da desigualdade social que, quanto maior, mais gera percepções de injustiça social, ampliando a busca de controle e previsibilidade das classes privilegiadas, gerando segregação e violência. Em contrapartida, para conseguir dar seguimento a suas vidas, um grande contingente populacional de sujeitos periféricos, jovens pobres e predominantemente negros, cada vez mais se expõe a riscos consideráveis, por vezes até banalizando-os, para preservar um mínimo de liberdade. Para esses, os medos não poderiam ser mais sólidos, o que pode ser visto de forma manifesta na nossa apreciação dos dados. Assim, consideramos que os medos líquidos aos quais Bauman se refere se aproximam dos medos ansiosos, que foram mais intensos nos adolescentes do centro, mesmo em vivências com riscos relativamente baixos.

Durante o levantamento de literatura, também apontamos que os medos urbanos, em países ricos, são investigados quase exclusivamente por perspectivas quantitativas a partir de um único fator, via de regra, o “medo do crime”. Em nossa pesquisa, no entanto, os medos urbanos só se limitaram estritamente ao medo do crime entre os meninos do centro. Nas periferias, os medos também estiveram associados ao medo da polícia, ao medo de ser confundido com um criminoso e ao medo de desobedecer aos regimentos estabelecidos pelo próprio crime, o que reflete o racismo, o classismo e a violência cotidiana que a população periférica brasileira enfrenta. Nas meninas de ambos os territórios, imperou o medo em relação

à invasão do olhar e das palavras que sexualizavam e objetificavam seus corpos adolescentes. Assim, mais que relacionados a atos criminais, os medos urbanos referem-se às tramas perversas da violência simbólica, que reverbera no olhar desumanizador, na ausência de presunção de inocência, no cerceamento da liberdade e ecoa no direito de ir e vir dentro da cidade, alimentados pelos preconceitos socioterritoriais e étnicos e as violências de gênero, cotidianas e naturalizadas. Por isso consideramos uma generalização equivocada a afirmação de Bauman (2009, p. 16) de que “a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes”.

Tanto quando se fala genericamente que a marca dos medos contemporâneos é seu caráter difuso como quando se tenta apreender os medos urbanos exclusivamente pela ótica do medo do crime, segue-se a tendência de generalização dos atributos dos medos predominantemente das classes dominantes - e especialmente do homem branco -, como se fossem de toda a sociedade em nível global. A conclusão que se segue é semelhante a apontada na revisão de literatura desta tese: mais que pensar no medo da violência urbana, é necessário refletir nas violências simbólicas de uma vida permeada por riscos e medos. A superavaliação dos medos em um território e a banalização da morte em outro, em nossa compreensão, são o espelho de uma realidade social perversa: **as vidas de alguns adolescentes valem menos**. No próximo capítulo, abordaremos de forma mais minuciosa essas questões, evidenciando como os valores sociais das classes privilegiadas são reproduzidos e assimilados como se fossem do interesse de todo o conjunto da sociedade, a partir de uma perspectiva que evidencia o papel dos afetos para a reprodução das ideologias, permitindo assim refletir sobre os aspectos ideológicos da produção social dos medos.



## 9 IDEOLOGIA, AFETIVIDADE E CULTURA DO MEDO: AS IMPLICAÇÕES DOS MEDOS URBANOS NO CENTRO E NA PERIFERIA E O CICLO DA VIOLÊNCIA

Neste capítulo vamos discutir algumas implicações dos medos a partir dos contextos socioterritoriais dos adolescentes pesquisados, atentando para como os aspectos ideológicos relacionam-se às vivências emocionais em âmbito social. Essa discussão ampara-se em dois princípios: o de que todas as ideias provocam manifestações emocionais que são indissociáveis delas, mesmo quando os sujeitos não tomam inteiramente consciência disso; e o de que as emoções não são estados puros, mas resultado de vivências que se dão pelo encontro do sujeito com o meio, significadas a partir de sistemas de sentido e significado produzidos culturalmente. Constatamos que, nos adolescentes do centro, os medos têm se manifestado sobretudo a partir de aspectos ansiosos, sem objeto especificado, medos líquidos, que têm superdimensionado riscos. Nesses territórios, reproduções ideológicas resultantes em associação entre pobreza e risco têm ampliado medos e ansiedades em relação à periferia e seus moradores, findando por se estender a todos os ambientes públicos, reproduzindo ideias, emoções e práticas aqui denominadas “perifóbicas”. Ideias imaginativas e distorcidas, ou seja, preconceitos sobre a periferia e seus moradores, além do medo, têm produzido uma série de paixões tristes e ampliado o alcance de práticas segregacionistas, promotoras de um *apartheid socioterritorial* na cidade. Tais práticas têm atingido a periferia a partir de produções e reproduções de paixões tristes, que, retroalimentadas por ideologias que criminalizam as relações sociais, têm produzido um ambiente de desintegração dos laços sociais e de construção de políticas de inimizade, que, por sua vez, têm colaborado para o extermínio recíproco da população jovem periférica. Além disso, têm promovido o isolamento social de alguns adolescentes, provocando diversos sofrimentos emocionais, tais como: crises de choro constantes, depressão, tristeza profunda, automutilação, pensamentos suicidas e tentativas de suicídios, desorganização mental, crises de raiva intensas. Esses fenômenos parecem ter intrínseca relação com aspectos infraestruturais, especialmente a formação de um contingente populacional que está abaixo das classes sociais, considerado descartável para o sistema econômico de produção vigente. Em um País onde os direitos civis nunca foram plenamente estabelecidos, ser descartável para o sistema de produção passa a ser sinônimo de ser “matável”.

### 9.1 Introdução

O objetivo central deste capítulo foi aprofundar as análises das implicações

psicossociais dos medos a partir dos contextos socioterritoriais dos adolescentes de Fortaleza: 10 meninos<sup>57</sup> e 10 meninas de cada território (centro e periferia). Para isso realizamos uma análise de conteúdo temática de entrevistas semiestruturadas, com o apoio do software *Atlasi*.

Uma das maiores complexidades do medo é o seu caráter ambíguo e paradoxal, posto que, como discutimos na revisão de literatura desta tese, a ânsia pela promoção da segurança frequentemente costuma levar à retroalimentação de um ciclo de insegurança e violência. Esse caráter cíclico faz com que, ao mesmo tempo que a violência cause medo, o medo provoque diversos fenômenos que acabam ampliando a violência. Assim, a violência é tanto causa como consequência do medo, e o medo, por sua vez, causa e consequência da violência. O medo pode ser causado tanto pela violência em si quanto por sua ideia, e esta última pode ter fundamento tanto na realidade material como apenas na imaginação. Mesmo quando causado por um risco imaginário, o medo tem potencial de gerar reativamente uma violência real, que retroalimenta o ciclo da violência e do medo.

Assim, quando falamos de implicações psicossociais do medo, remetemo-nos a um processo extremamente complexo, que não envolve apenas as consequências psicossociais individuais e diretas dessa tristeza instável, mas também suas reverberações, como por exemplo o impacto que a ânsia por segurança gera na sociedade. Sob essa perspectiva, uma das implicações do medo é a própria violência, e, de forma indireta, todas as suas produções. Ideais de segurança incutidos em indivíduos pertencentes a territórios de classe média e alta, podem colaborar com a segregação social e com a demanda de práticas punitivas, por exemplo, que têm potencial de ampliar a violência nas periferias.

No próximo tópico realizamos uma discussão mais abrangente sobre a relação entre ideologia, afetividade e linguagem, aprofundando, em boa medida, as discussões teóricas apresentadas nos capítulos 3, 4 e 5 desta tese, em defesa de que a principal força motriz das reproduções ideológicas, hegemônicas ou não, está não apenas em seus aspectos cognitivos, mas também, especialmente, em sua capacidade de produzir afetos e, por meio deles, orientar os comportamentos, ou seja, em sua força de (co)mover. Prosseguimos partindo de uma discussão macro sobre os sentimentos para uma análise do medo em nossa sociedade, defendendo a existência contemporânea de uma cultura de medo capaz de reproduzir valores ideológicos que distorcem a realidade e geram segregação social. Por fim, debatemos a própria segregação social, cuja discussão, embora não fosse objetivo desta tese, mostrou-se fundamental para a compreensão do fenômeno do medo social como produto ideológico. Este

---

<sup>57</sup> Os termos “meninos” e “meninas” foram utilizados apenas como diferenciador de gênero, mas estão sendo empregados com o mesmo sentido de “adolescente”.

tem impulsionado a busca por segurança a partir de uma seara meramente individualista, produtora de segregação e, assim, de violência e mais medo. Partimos de uma discussão global em direção a uma análise mais regionalizada.

Apesar de todas essas análises não terem sido realizadas a partir de uma perspectiva apenas teórica, mas já sob os signos que surgiram no campo, apenas nos tópicos posteriores (9.7, 9.8 e 9.9) apresentamos as narrativas dos adolescentes, para reforçar e desenvolver as teses apresentadas. Debates que a cultura do individualismo e do medo tem provocado um medo ansioso nos adolescentes do centro, relacionado com preconceitos socioterritoriais e práticas topofóbicas e sociofóbicas direcionadas às periferias e ao conjunto de seus moradores, promovendo um *apartheid socioterritorial* na cidade de Fortaleza. Na periferia, o ciclo da violência e do medo tem gerado desintegração dos laços sociais, produzindo uma política de desconfiança recíproca que tem levado à banalização da morte e desencadeado massacres frequentes, responsáveis, em grande parte, pelo assustador número de 409 adolescentes mortos na cidade só no primeiro semestre de 2020<sup>58</sup>. Isso tem produzido o que denominamos de *apartheid intraperiférico*. Destacamos o caráter direcional desse processo, salientando que a violência ocorrida nas periferias não tem origem em si, mas deriva de um processo que parte do centro. Nas periferias, à assimilação de ideologias individualistas liberais somam-se a sensação de injustiça social e sentimentos de desvalor produzidos pelas estigmatizações originárias do centro, gerando outras formas de violência e segregação.

## 9.2 Linguagem, ideologia e afeto

Toassa (2020) defende que, nas últimas produções de Vygotsky, a consciência individual foi gradativamente sendo compreendida como sistema mutante, que integra o mundo e nele opera, não sendo restrito apenas ao intrapsíquico. Nessa perspectiva, a consciência é um sistema prático, afetivo e intelectual inseparável da cultura, da linguagem, da vida, em uma forma específica de interconexão de elementos com a primazia do social. De forma semelhante, o filósofo russo Mikhail Bakhtin (2006/1929-1930) defende que a consciência individual é um fato socioideológico, o que significa que a consciência nada pode explicar a não ser a partir do meio ideológico e social. Para o filósofo, só alicerçado nessa compreensão seria possível construir uma psicologia objetiva, bem como um estudo objetivo das ideologias. Bakhtin

---

<sup>58</sup> Dados obtidos em documentos encontrados no endereço eletrônico das Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) (<https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais.pdf>).

(2006/1929-1930) defende que o signo é o alimento da consciência, a matéria de seu desenvolvimento, e reflete sua lógica e leis. Para ele tudo que é ideológico é um signo, e sem signos não existe ideologia, ou seja, ideológico e semiótico são mutuamente correspondentes. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social.

A defesa de Vygotsky (2004/1930), de que os sistemas psicológicos humanos se estruturam a partir dos conceitos e, posteriormente, de que os sentidos, apesar de partirem das palavras, podem se desligar delas (VYGOTSKY, 2001/1934), mantendo, no entanto, sua dimensão semiótica, aproxima o bielorrusso das concepções bakhtinianas. Embora o destaque de Vygotsky para a questão da ideologia não tenha sido tão presente quanto o de Bakhtin (2006/1929-1930), alguns pontos de sua obra apontam a relevância das questões ideológicas e, em nossa compreensão, trazem ainda alguns avanços em relação ao filósofo russo, por incluírem os afetos no campo da mediação semiótica. Vygotsky (2004/1930) afirma que nossos afetos atuam em um complicado sistema com nossos conceitos. Para ele, não apenas nossa forma de pensar era, em boa medida, imposta pelo meio, a partir de sistemas conceituais, como também os nossos sentimentos. Sobre tais sistemas Vygotsky (2004/1930, p. 117) destaca que:

É preciso assinalar, por um lado, a conexão que alguns sistemas novos mantêm não só com signos sociais, mas também com a ideologia, e o significado que tal ou qual função psicológica adquire na consciência das pessoas, ao passo que, por outro lado, o processo de aparecimento de novas formas de comportamento a partir de um novo conteúdo é extraído pelo homem da ideologia do meio que o rodeia. (VYGOTSKY, 2004/1930, p. 117)

Tais considerações demonstram que, para Vygotsky, ideologia e linguagem interferem diretamente na forma como as emoções se estruturam. Conforme discutimos na parte teórica deste estudo<sup>59</sup>, o autor aponta que, em determinadas tribos africanas, os sonhos entram em conexão com os sentidos socialmente compartilhados pelo clã, o que faz com que os indivíduos orientem suas escolhas e ações a partir dos seus sonhos. Em nossa cultura, as emoções exerceriam uma função semelhante à do sonho para tal tribo. Assim, os sistemas psicológicos que estruturam as tomadas de consciência e decisão se ordenam, tanto pelos aspectos cognitivos quanto afetivos, em um imbricado sistema com nossos conceitos e ideologias, ou melhor, por meio de sistemas semânticos que orientam de forma comum as consciências.

---

<sup>59</sup> As discussões empreendidas neste tópico amparam-se nos debates levantados nos capítulos 3 e 5 desta tese.

Vygotsky (2017/1932) afirma que as emoções não são uma exceção às outras manifestações de nossa vida espiritual e, assim como as demais funções psíquicas, não permanecem na conexão em que foram inicialmente dadas. Não apenas os conteúdos afetivos, mas também suas formas são sociais, e não apenas biológicos. Para o bielorrusso, durante a vida social as emoções se desenvolvem, estabelecem novas relações com outros elementos da vida espiritual, favorecendo o surgimento de uniões de ordem superior. À medida que Vygotsky destaca que as emoções funcionam da mesma maneira que as outras funções, afirma o papel da linguagem em sua transformação, posto que é a dimensão semiótica que transforma as demais funções, levando-as de um estado passivo para um ativo, formando, por exemplo, a atenção arbitrária, a memória lógica, etc. Assim Vygotsky (2017/1932) defende que estudar a ordem e as relações das emoções constitui a tarefa fundamental da psicologia científica, que não as deve tomar isoladamente, mas nas relações que as ligam aos sistemas psicológicos mais complexos, ou seja, a partir de sua relação com os sentidos e significados compartilhados socialmente.

Vygotsky (2004/1931-1933, p. 144) destaca, de forma nítida, a relação entre ideologia e emoção quando rechaça a ideia de que existem emoções inferiores e superiores nos seres humanos socializados, refletindo que mesmo os sentimentos mais elementares “han aparecido a partir de tradiciones, creencias o prejuicios religiosos. Su naturaleza no permite considerarlos reacciones instintivas a excitaciones que no dependen de un sistema ideológicamente establecido”. Vygotsky (2004/1930) exemplifica que os ciúmes de uma pessoa criada com base em conceitos maometanos de fidelidade são diferentes dos de outra socializada a partir de um sistema de conceitos opostos sobre a mesma coisa, posto que esse sentimento é histórico e se altera em meios ideológicos e psicológicos distintos.

Vygotsky (2001/1934) afirma que o último passo de sua análise sobre o pensamento e a linguagem concluiu que o pensamento não nasce de outro pensamento, e sim do campo da consciência que o motiva, formado pelos afetos e emoções, pendores e necessidades, interesses e motivações, acrescentando que por trás de todo pensamento existe uma tendência afetivo-volitiva, e que só ela pode dar a resposta ao último porquê na análise do pensamento. Isso explica a expectativa de Vygotsky (2004/1931-1933) de que as emoções passassem a ser o campo de estudo mais relevante da psicologia.

Compreendendo que as emoções são, em grande medida, a causa originária das nossas enunciações, pensamentos e ações, e que elas são construídas a partir dos campos semióticos e ideológicos, podemos entender porque Vygotsky (2017/1932), falando sobre a

psicologia do ator<sup>60</sup>, afirma que as emoções intervêm não como função da vida pessoal, mas como fenômeno que tem significado e sentido social objetivo, e serve como etapa transitória entre a psicologia e a ideologia. Vygotsky não se referia apenas à psicologia do ator especificamente, mas também apontava os caminhos que deveriam ser percorridos pela psicologia científica, compreendendo as emoções a partir do encontro do indivíduo e do meio e destacando que não apenas os pensamentos, mas também as emoções são ideológicas.

Tomemos como exemplo a ideia da significação do amor conjugal e familiar, que sofreu uma série de transformações ao longo dos anos. Roudinesco (2003) distingue que antes do século XVIII os casamentos eram arranjados, e a célula familiar repousava em uma ordem de mundo imutável, submetida à autoridade patriarcal. A ideia de amor, embora presente, não era considerada elemento central na constituição familiar. Na modernidade, a partir das novas relações sociais e de produção, funda-se a ideia de amor romântico e se sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Com o desenvolvimento de um ideal de educação e cuidado, inicia-se também uma nova concepção de amor filial. Contemporaneamente, segundo Bauman (2003), a ideia de amor familiar perde cada vez mais a dimensão compulsória. Com a ampliação do individualismo como valor social, as relações amorosas e os vínculos familiares passam a ser cada vez mais flexíveis e volúveis, e perdem progressivamente seu caráter compulsório. Isso significa que o amor em parte deixa de ser o que era e passa a ser algo distinto, e em parte se conserva.

Embora não seja nosso objetivo investigar esse assunto mais a fundo, mas apenas usá-lo como ferramenta explicativa, a modificação dos sentidos atribuídos ao amor relaciona-se intrinsecamente com diversas mudanças ocorridas nos sistemas econômicos e de produção, que, no entanto, não atingem os sujeitos uniformemente. Costa (2005, p. 114) evidencia que os significados sociais atribuídos ao “amor” variam de um país para outro, de um grupo social para outro, e permeiam também sentidos individuais, refletindo que:

"Emoção" não se refere a uma constante pré-cultural ou a uma mera manifestação neurofisiológica. Trata-se, ao contrário, de fenômeno situado na interface entre corpo e cultura, refletindo, portanto, os legados culturais, as características de personalidade individuais e os determinantes de um contexto social específico.

Isso significa que a abordagem do amor não precisa se restringir à perspectiva ideológica, podendo abranger também uma visão psicológica, compreendendo como as ideologias afetam especificamente os sujeitos, como os significados coletivos são

---

<sup>60</sup> Temática explorada de forma mais detalhada no capítulo 5 desta tese.

particularizados nas vivências individuais, ou seja, a partir da intersecção entre indivíduo e sociedade, sentido e significado. Isso nos parece um desafio pertinente não apenas ao estudo das emoções pela psicologia social, como a toda a psicologia, para que não caiamos em leituras naturalizantes e uniformizantes dos fenômenos psíquicos, compreendendo a saúde mental apenas a partir de valores ideológicos hegemônicos.

Vygotsky (2004/1931-1933) destaca, ainda, que as emoções não apenas dizem respeito aos fatos mais importantes da vida individual como também são a natureza mais poderosa que conhecemos, reiterando que cada página da história dos povos e dos indivíduos é um testemunho de sua evolução, de sua complexificação. Para o autor, os afetos são os ventos que movimentam as nuvens do pensamento (VYGOTSKY, 2001/1934), logo, da ação. Isso evidencia a indissociabilidade entre atividade, intelecto e afeto, que é tecida pela linguagem, pela cultura, pelas ideologias.

Para Marx e Engels (2001/1846), o conjunto de ideias que predominam em uma sociedade são as que interessam apenas às classes sociais dirigentes, donas dos meios de produção: as ideologias dominantes (ou hegemônicas). Tais ideologias apregoam ser do interesse geral aquilo que na verdade interessa apenas às classes sociais dominantes, nas quais se funda o ordenamento jurídico do Estado. Em torno do Estado, as diversas instituições que compõem a sociedade civil, como polícia, escola, Igreja, família, partidos políticos, etc. reproduzem essas ideias, que passam a ser vistas como “naturais”, alienadas das condições materiais que as produziram. Mas como ideias que privilegiam apenas determinados grupos passam a ser aceitas por toda a sociedade? Chauí (2008, p. 87), na busca de explicar tal fenômeno, expõe o papel dos ideólogos na reprodução das ideias dominantes:

Os ideólogos são aqueles membros da classe dominante ou da classe média (aliada natural da classe dominante) que, em decorrência da divisão social do trabalho em trabalho material e espiritual, constituem a camada dos pensadores ou dos intelectuais. Estão encarregados, por meio da sistematização das idéias, de transformar as ilusões da classe dominante (isto é, a visão que a classe dominante tem de si mesma e da sociedade) em representações coletivas ou universais.

Destacaríamos, no entanto, a partir do exposto aqui, e em parte adiantando discussões e resultados que apresentaremos ao longo deste capítulo, que o sucesso/fracasso da difusão das ideologias nos parece resultado de sua eficácia/ineficácia em produzir emoções mobilizadoras, seja em uma perspectiva social, seja em um viés apenas individual. Nesse sentido, em nossa compreensão, as ideologias dominantes não se tornam valores fundamentais apenas porque os ideólogos de classe média e alta são preponderantes, mas especialmente

porque tais ideologias se alinham às emoções condizentes com a lógica de funcionamento do sistema econômico dominante. Em nosso sistema, os ideólogos vendem esperança de ascensão, sonhos de posse, e a ideia de que a partir da ascensão pode-se comprar tudo, inclusive segurança, alimentando a cultura de medo e ideais segregários. Chauí (2008) afirma que, em boa medida, as ideias que alimentam as revoluções partem dos interesses e benefícios comuns, sendo apenas posteriormente modificadas e distorcidas.

Bakhtin (2006/1929-1930), de forma semelhante a Vygotsky (2001/1934), defende que o sentido das palavras é determinado por seu contexto, sendo possível haver tantas significações quantos forem os contextos, acrescentando ainda a natureza polissêmica da palavra e do discurso, que pode justapor sentidos distintos. Determinados sentidos, ou seja, orientações coletivas das consciências, tornam-se hegemônicos ou se transformam a partir das condições materiais que os compõem, por isso podem ser transformados para que atendam aos interesses de pequena parte da sociedade, e distorcidos para que continuem aparentando atender aos interesses da multidão. Em nossa tese, o componente primordial que faz com que esses sentidos prevaleçam é sua capacidade de mobilizar afetos, em especial aqueles direcionados ao futuro, como a esperança e o medo. A principal ideia imaginativa que alicerça o sentimento de justiça no sistema capitalista, alimentando a equivocada compreensão de que tal sistema não beneficia apenas alguns, mas a todos, é a mobilidade social. Ideologias individualistas de nosso sistema político e econômico neoliberal produzem, nos indivíduos, a esperança de que, alinhando-se a suas lógicas produtivas, podem prosperar, e geram o medo de que, não se alinhando, possam sobrar<sup>61</sup> ou morrer.

Pensemos, por exemplo, nas ideias motrizes de um evento que é considerado o marco da entrada na contemporaneidade, do fim do antigo regime e da ascensão da burguesia e do capitalismo: a Revolução Francesa. Na busca de acabar com as opressões, injustiças e segregações produzidas pelos privilégios concedidos à aristocracia, a gênese da revolução se orientou por três ideias fundamentais: igualdade, liberdade e fraternidade. Essas ideias fomentaram conflitos responsáveis por modificar toda a nossa estrutura social. Tais ideias, até os dias atuais, impulsionam boa parte das mudanças políticas da nossa civilização e são, de alguma forma, a raiz de muitos conflitos políticos contemporâneos. É possível pensar que essas três ideias teriam um caráter tão revolucionário se estivessem desvinculadas de seu componente afetivo? A resposta evidentemente é negativa. Essas ideias, postas de maneira meramente intelectual, seriam um apêndice inútil, incapaz de produzir ação.

---

<sup>61</sup> Referência a Novaes (2006), que aponta que os principais medos da juventude são de sobrar e de morrer.



Apesar de as ideias motrizes das revoluções se relacionarem, em boa medida, ao bem comum, estabelecida a nova ordem de funcionamento, novas formas de injustiça começam a se produzir. Para manter o status quo, impõe-se não apenas construir novas ideologias que naturalizem a exploração como transformar os sentidos iniciais atribuídos a algumas dessas ideias, já acomodadas no senso comum. Raros são os que defenderiam publicamente que nossa sociedade não deveria ter “igualdade, liberdade e fraternidade”, mas as discordâncias quanto aos sentidos que esses termos podem adquirir são inúmeras: ideólogos neoliberais afastam a igualdade de sentidos de equidade e a aproximam de sentidos meritocráticos, que ampliam a exclusão; pervertem a ideia de liberdade, aproximando-a de sentidos meramente individualistas ou ligados exclusivamente à liberdade de mercado; e alguns conseguem até transformar a fraternidade em nacionalismo xenófobo. O medo de ficar de fora da ordem estabelecida ou de ser subjugado e o desejo e a esperança de ser incluído e, em alguns casos, de se sobrepor e dominar, faz com que esses sentidos sejam tomados como naturais, e que mesmo as parcelas oprimidas reproduzam os ideais de exclusão e valores éticos individualistas.

Na obra “1984”, o autor socialista George Orwell (2009) apresenta um futuro distópico, em que as forças políticas dominantes representadas pelo “Partido” e pelo “grande irmão” criaram a “novilíngua”, um novo idioma oficial, que tinha como função a condensação da língua, fazendo com que o campo semântico fosse ampliado a ponto de as palavras perderem o sentido. Havia um ministério da verdade, cuja função era, na realidade, distorcer fatos reais. Os slogans do partido eram: Guerra é paz; Liberdade é escravidão; Ignorância é força. Assim, a dominação se dava a partir da palavra. Os personagens Julia e Winston, que lutam contra o regime hegemônico, são cruelmente torturados e, dominados pelo medo, cedem aos objetivos do “grande irmão”: ambos professam que gostariam que o outro fosse torturado em seu lugar. No fim da obra, os personagens se encontram e refletem que, mais que uma confissão, realizaram uma traição genuína, queriam de fato que o outro fosse torturado em vez de eles próprios. Não apenas seus corpos cederam ao regime, mas também seu espírito. Nas últimas palavras do livro, a sentença trágica: agora “Winston amava o Grande Irmão”. A metáfora deixa notório que, diante das forças do sistema político-ideológico, aqueles que lutam (ou poderiam lutar) de forma conjunta contra os que os oprimem podem voltar-se uns contra os outros.

Orwell (2007) trabalha com uma ideia semelhante na obra “A revolução dos bichos”, na qual os animais de uma fazenda conseguem expulsar os fazendeiros e iniciam um governo que visa ao bem comum dos animais, cujo princípio jurídico norteador é: “Quatro patas bom, duas patas ruim”. Com o tempo, os princípios sociais redigidos na forma de um conjunto jurídico de diretrizes passam a ser sutilmente modificados, para favorecer as novas classes

dirigentes, os porcos. Estes, com o passar do tempo, cada vez mais se comportam como os fazendeiros, chegando a caminhar como eles. Com isso o princípio norteador é alterado para “Quatro patas bom, duas patas melhor ainda”. Neste caso, não apenas o medo, mas também a esperança gananciosa dos porcos são operadores das modificações. Mais que uma simples crítica ao regime autoritário stalinista, o objetivo de Orwell era demonstrar, de forma compreensível à população mais simples, como as ideologias vão deturpando a realidade. Se Orwell versava sobre a transformação da utopia socialista em um regime burocrático e autoritário, aqui versamos acerca das transformações do próprio sistema capitalista com o avanço do neoliberalismo, ou, como aponta Bauman (2001), das reverberações da passagem da modernidade sólida para a líquida. Evidentemente, na prática, essas alterações não ocorrem de maneira premeditada e deliberada como nas obras de Orwell. Na separação entre matéria e ideia, consideramos que compreender a relação entre palavra, ideologia e afeto - e respectivamente entre afeto, ideologia e palavra - parece um bom caminho de reintegração e melhor compreensão das transformações sociais em curso.

A consciência que orienta as ações dos indivíduos e da sociedade é formada por elementos intelectuais e afetivos, construídos por fatores sociais, econômicos, políticos, etc. As ideias não podem ser desvinculadas da potência humana, seja da individual, seja da multidão. As concepções ideológicas (os sentidos construídos socialmente) sobre liberdade, individualidade, prosperidade, sucesso, comunidade, trabalho, etc. guiam as emoções e, dessa forma, a ação em nossa sociedade. Neste estudo, baseando-nos nessa premissa, concluímos que concepções ideológicas fundadas em uma cultura de medo e em esperanças segregárias têm alimentado, nas elites e na classe média, uma necessidade de segurança absoluta, que acaba produzindo violências que, por sua vez, retroalimentam o medo. Assim, é a construção social sobre o que é ou não seguro que define o medo social.

### **9.3 Os aspectos históricos do medo**

O historiador Jean Delumeau (2007), que escreveu uma das maiores historiografias do medo no mundo ocidental, afirma que o medo de todos os animais é muito semelhante, refletindo o temor de ser devorado. O autor defende que a consciência da finitude faz com que apenas os seres humanos possam conhecer o medo em um grau mais “temível” e “duradouro”. Bauman (2008) faz uma reflexão semelhante, relatando que o medo dos animais se dá apenas diante de um possível predador, e que os seres humanos são os únicos a conhecer uma espécie de medo de “segundo grau”, definido pelo autor como “um medo derivativo que orienta seu

comportamento (tendo primeiramente reformado sua percepção do mundo e as expectativas que guiam suas escolhas comportamentais) quer haja ou não uma ameaça imediata presente” (p. 9). Tais perspectivas reforçam uma concepção de que o medo humano, por ser cultural, é qualitativamente bastante distinto do medo animal.

Delumeau (2007) aponta uma diferenciação muito comum em abordagens psiquiátricas entre “medo” e “ansiedade” (ou angústia), que considera aplicável também no plano coletivo. O autor defende que esses termos representam dois polos em torno dos quais gravitam palavras e fatos psíquicos que têm semelhanças e distinções. Em seu entendimento, o “medo” se refere ao conhecido, tem objeto determinado ao qual se pode fazer frente, já a ansiedade é vivida como angústia de uma espera dolorosa diante de um perigo que, quanto menos identificado for, mais temível passa a ser. O autor defende que a imaginação desempenha um papel importante na ansiedade e sua duração, que, diferentemente do medo, não diminui com o desaparecimento do risco. Reflete ainda que, no plano coletivo, é o olhar para a ansiedade, e não para o medo que permite melhor definir se determinadas civilizações são mais inclinadas a temer que outras.

O historiador não traça uma diferenciação binária entre “ansiedade” e “medo”, relatando que o ser humano dispõe de uma vivência tão rica e de uma memória tão abundante, que é difícil que os medos não estejam em algum grau penetrados de angústia (DELUMEAU, 2007). Reflete, por oportuno, que apenas em situações-limite se pode definir uma experiência particular exclusivamente como medo ou como angústia. Acrescentaríamos que nos humanos, mesmo em situações-limite, o medo é necessariamente atravessado pela cultura. Essa noção, em nossa compreensão, alinha-se à concepção de Vygotsky (1998/1932) que defende que não há emoções superiores e inferiores, pois mesmo as emoções mais simples podem adquirir um complexo significado cultural, como é o caso do medo. Assim, no decorrer desta tese, não tomaremos as vivências como binariamente de medo ou de ansiedade, mas como predominantemente de medo ou de ansiedade. Nesse sentido, quanto mais bem delimitado e mais balizado pelo risco factual for o temor, mais pode ser classificado como medo e quanto menos delimitado for seu objeto e mais balizado for por ideias imaginativas, mais pode ser classificado como ansiedade.

Delumeau (2007, p. 34) afirma que, como o medo, “a angústia é ambivalente. É pressentimento do insólito e espera da novidade; vertigem do nada e esperança de plenitude. É ao mesmo tempo temor e desejo”. Vemos também, no pensamento do historiador, a difusa

relação entre esperança e medo retratada por Spinoza<sup>62</sup>, relativa à temporalidade. Para Delumeau (2007), contemporaneamente essa angústia se tornou a contrapartida da liberdade, a emoção do possível, pois liberar-se é assumir um risco. E simboliza a característica da condição humana e a peculiaridade de um ser que cria incessantemente. Guiados por uma perspectiva spinozana, podemos refletir que a angústia representa o desamparo daquele que, em última instância, não pode ser causa perfeita das coisas que lhe são exteriores.

Delumeau (2007) defende que, reduzida ao plano psíquico, a angústia pode ser o motor da evolução humana, um estímulo para a mobilização do ser. Ela é positiva quando prevê ameaças que, mesmo sendo imprecisas, não são irreais. Todavia uma apreensão muito prolongada acaba causando desorientação e inadaptação, cegueira afetiva proveniente de proliferação perigosa do imaginário. Nesse caso, quando o temor se liga a ideias infundadas sobre a segurança e o risco, a ansiedade se torna patológica. A obra “A História do medo no Ocidente”, de Delumeau, é uma historiografia do medo entre os séculos XIV e XIX, dividida em duas partes, a primeira versando sobre os medos espontâneos e a segunda discorrendo sobre os medos deliberadamente produzidos e propagados pelos homens da Igreja ou, em suas palavras, os “conselheiros espirituais da coletividade”. Consideramos que foi especificamente esse tipo de medo, ansioso e deslocado do real, que Spinoza (2009/1677, 2013/1675) tanto combateu, não à toa as maiores críticas do filósofo foram dirigidas justamente aos sacerdotes e teólogos.

Podemos ampliar os sentidos da expressão “conselheiros espirituais da coletividade” utilizada por Delumeau (2007) para além do campo religioso, refletindo que esses não são apenas os homens da Igreja como também os homens do Estado, e ainda todos os ideólogos que elaboram e reproduzem as ideias das classes dominantes de forma massiva. Conforme discutimos no capítulo 2, Chauí (2011), em diálogo com a produção filosófica de Spinoza, relata que a superstição inventa e conserva ideias e “segredos”, que servem para submeter os indivíduos ao poder do Estado e da Igreja. Contemporaneamente instâncias de poder cada vez mais instáveis e abstratas, para além do Estado e da Igreja, reguladas pelo “mercado” e pelo “capital”, têm fortalecido as ideologias que naturalizam as relações de opressão e exploração, mobilizadoras de uma infinidade de paixões tristes, entre as quais se destaca o medo.

Discutindo a transição entre os medos espontâneos e culturais, Delumeau (2007, p. 45-46, grifo nosso) aponta para um medo relevante no decorrer desta tese, o medo do outro:

---

<sup>62</sup> Temática explorada de forma mais detalhada no capítulo 2 desta tese.

Ao lado das apreensões vindas do fundo de nós mesmos – medo do mar, da noite -, e daquelas motivadas por perigos concretos – terremotos, incêndios, epidemias, etc. – devemos ceder um lugar aos medos mais culturais, que podem igualmente invadir os indivíduos e as coletividades, fragilizando-os. **É o medo do outro.** A raiz disso se encontra na apreensão provocada por pessoas que não se conhecem, ou que se conhecem mal, que vêm de fora, que não se parecem conosco e que, sobretudo, não vivem da mesma maneira que vivemos. Falam uma outra língua e têm códigos que não compreendemos. Têm costumes, comportamentos, práticas culturais que diferem das nossas, não se vestem como nós, não comem como nós, têm religião, cerimônias e ritos cujos significados nos escapa. Por todas essas razões, eles nos assustam e somos tentados a tomá-los como bodes expiatórios em caso de perigo. Se uma desgraça acontece a uma coletividade, é por causa do estrangeiro.

Delumeau (2007) afirma que o medo do outro, forma particular de medo do desconhecido, de diferentes maneiras, na história da humanidade, sempre volta à tona, e está na origem do racismo e da xenofobia de todos os tempos. Em uma cidade cindida em duas, como Fortaleza, moradores de diferentes territórios podem se ver como estrangeiros, tamanho o distanciamento não apenas territorial como étnico, de classe e cultural. Como veremos, o medo do outro, um medo xenófobo dos moradores da periferia, é uma das principais origens dos processos cíclicos de segregação, violência e medo estabelecidos na cidade de Fortaleza.

#### **9.4 O medo contemporâneo: um medo líquido?**

O sociólogo marxista Zygmunt Bauman (2009) reflete que há sempre um traço característico que define as cidades: elas são um espaço em que os “estrangeiros” existem e se movem em estreito contato. O autor define estrangeiro como o “outro” cuja ação é guiada por intenções imprevisíveis. Em nossa pesquisa, a cidade foi o local em que os raros encontros entre os adolescentes do centro e da periferia, “estrangeiros” entre si, ocorriam. Ela foi o palco de troca de olhares mencionados tanto pelos adolescentes da periferia quanto pelos adolescentes do centro, que despotencializa ambos, os primeiros sentindo-se inferiorizados e os segundos ameaçados. Em uma cidade segregada, a rua mostrou-se um dos raros locais de encontro entre esses dois mundos opostos, encontro que, via de regra, dava-se apenas pelo olhar.

Bauman (2001) discorre sobre a transformação que se operou no sistema capitalista na contemporaneidade, que promoveu a passagem de uma “modernidade sólida” para uma “modernidade líquida” em nível global, conduzida por valores ideológicos liberais, em que as relações tanto econômicas quanto sociais têm sido cada vez mais frágeis e maleáveis. A marca dessa fase do sistema capitalista, em escala global, tem sido a implementação de governos promotores de agendas neoliberais e de políticas de austeridade que, na realidade, “diminuem o Estado” apenas para as classes sociais menos favorecidas, ampliando a desigualdade social

(BASTOS, 2015). Bauman (2009) observa que as cidades contemporâneas são campos de batalha nos quais os poderes globais e os sentidos e identidades tenazmente locais se encontram, se confrontam e lutam.

O sociólogo defende que a modernidade líquida é extremamente carente de certeza, segurança e proteção, sendo o medo um dos poucos “ingredientes” que nela se encontra em abundância. Para Bauman (2008, p. 128), “no mundo líquido-moderno, os perigos e os medos são também de tipo líquido [...] Eles flutuam, exsudam, vazam, evaporam”. Bauman (2008) busca compreender o aumento dos medos como fenômeno global e, embora chegue a admitir que eles variam a partir de diferentes territórios e marcadores sociais, enfatiza que existem medos que são compartilhados por todos os habitantes do planeta, e acaba construindo concepções generalizantes sobre esse medo contemporâneo que, em nossa compreensão, podem acabar levando a entendimentos homogeneizantes e equivocados. Pensando sobre a diferenciação exposta no tópico anterior por Delumeau (2007), percebemos que o medo líquido descrito por Bauman está mais próximo de zonas de sentidos da ansiedade que do medo. Em nossa pesquisa, tal ansiedade mostrou-se associada apenas aos medos dos adolescentes do centro, ou seja, dos medos com mais propriedades ansiosas e desligadas do real. Dessa forma, embora nossos dados nos levem a concordar com Bauman (2008) em relação à ampliação desse tipo de medo - os medos líquidos ou ansiosos -, consideramos que, pelo menos na cidade de Fortaleza, eles são marcados por fatores de classe e representam o temor apenas de determinados segmentos sociais: as classes média e alta.

Generalizações muito amplas sobre o medo contemporâneo acabam levando Bauman (2009, p. 16) a afirmar que “a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes”. Em nosso levantamento de literatura vimos que a maior parte dos estudos realizados em países ricos partem de premissas semelhantes à de Bauman e, assim, abordam os medos urbanos a partir de um único constructo, via de regra, a partir de escalas de medo do crime.

Em nosso parecer, a análise baumaniana é precisa em sua leitura da modernidade, todavia, em relação ao medo, nosso estudo demonstrou que grande parte da insegurança relatada pelos adolescentes da periferia não se relaciona diretamente ao medo de ser vítima de um crime ou, pelo menos, não era percebida por eles dessa forma. Pelo contrário, seus medos se associavam à possibilidade de serem eles mesmos vistos como criminosos e, em alguns casos, de desobedecerem às determinações impostas pelo próprio “crime”. O medo líquido, descrito por Bauman (2009), decorrente de uma busca obstinada de previsibilidade e proteção,

parece-nos alinhado com o medo predominantemente encontrado entre os adolescentes do centro. O medo encontrado entre os adolescentes da periferia era mais específico e bem definido, medo sólido, embora tenham se mostrado sujeitos às mesmas variáveis relacionadas à desintegração das relações sociais que Bauman tão bem definiu.

Como vimos no capítulo anterior, entre os adolescentes da cidade de Fortaleza, diversos medos “sólidos”, ou seja, medos bem definidos e delimitados, baseados no real, não apenas variaram em relação aos marcadores socioterritoriais e de gênero como se acumulam em função desses marcadores. Por exemplo, os meninos do centro apontaram apenas três “qualidades” de medo como seus temores principais, enquanto os da periferia apontaram oito “qualidades” de medo, que incluíam os três medos apontados pelos moradores de classe média e alta e outros cinco não mencionados. No entanto, os medos ansiosos, de propriedade mais líquida e menos definida, foram mais intensos nos adolescentes do centro.

Assim, levantamos como hipótese que esses medos líquidos, difusos, sem objeto determinado, evidenciados por Bauman parecem estar mais presentes entre indivíduos de classe média e alta. Nossa hipótese é que concepções classistas construídas ideologicamente e transmitidas na forma de uma cultura de medo, que atrela pobreza ao perigo, fazem com que os espaços públicos, praticamente os únicos locais onde ocorrem os encontros entre classes distintas, passem a ser vistos como ainda mais perigosos do que de fato são. Entre os adolescentes do centro, esses medos parecem levar a um protecionismo que os impede de vivenciar os espaços públicos da cidade, em um processo cíclico no qual os jovens temem porque não entram em contato com os ambientes externos, e não entram em contato com os ambientes externos porque temem. Foi comum que os jovens relatassem que seus medos diminuíssem ao começarem a realizar determinadas atividades na cidade que antes não faziam, como andar de ônibus ou passear no calçadão da beira-mar. Ao entrarem em contato com a cidade, por vezes surgiam novos sentidos mais potencializadores em relação a ela.

Em nosso levantamento de literatura expusemos a ampliação de diferentes medos em diversos locais do mundo, mesmo ante situações de riscos em declínio. Na obra “Cultura de medo”, o sociólogo Barry Glassner (2003), que desenvolveu amplo trabalho sobre o medo dos cidadãos americanos, defende a tese de que grande parte desses medos são infundados e destaca o papel da mídia na produção de sentimentos de medo coletivo. O autor expõe casos em que o crime decresceu 20%, mas as notícias sobre a criminalidade aumentaram 600%. Reflete que, embora a mídia não invente o que mostra, escolhe o que mostrar, sempre associando, por exemplo, o homem negro ao crime. O estudioso destaca que o clima de temor tem resultado em grandes gastos públicos no setor de segurança, recursos retirados de investimentos em áreas

fundamentais que acabam levando a inúmeras mortes, como por exemplo a saúde pública. Observa ainda que essa cultura traz benefícios para diferentes grupos, como setores da mídia, empresas que lucram direta ou indiretamente com a sensação de insegurança e grupos políticos. Conclui que é necessária a promoção de uma consciência social que permita que as pessoas identifiquem os medos exagerados ou falsos, distinguindo acontecimentos isolados ou rumores daqueles verdadeiramente preocupantes.

Discutindo a aplicabilidade da obra de Glassner (2003) para a realidade brasileira, Pinheiro (2003) reflete que a mídia esmiúça o comportamento das classes populares, enquanto a conduta das elites e classes dominantes recebe um tratamento mais “delicado e alcatifado”. Defende que a obra de Glassner deixa explícito que o sucesso da difusão do medo não decorre somente da maneira como é propagado, mas da eficácia em exprimir “ansiedades culturais profundas”. Por fim, conclui que preconizar que todos os americanos (ou brasileiros) correm riscos semelhantes de serem vítimas de homicídio é distorção que apenas aumenta a já altíssima taxa de ansiedade à qual estão submetidas as pessoas de baixo risco, já que o lugar da pobreza é o lugar da incidência do homicídio.

Embora Glassner (2003) não tenha abordado o fenômeno refletindo explicitamente sobre os aspectos ideológicos, em nossa compreensão, expor uma cultura de medo escancara os componentes afetivos das ideologias dominantes que inferiorizam, desumanizam e animalizam os moradores da periferia, em especial os grupos étnicos não brancos. As ideologias invertem a realidade, culpabilizando as vítimas, ou seja, as classes pobres, pela violência urbana. Barros *et al.* (2020) destacam que práticas discursivas realizadas por veículos televisivos criminalizam os segmentos infantojuvenis periferizados, mesmo em situação em que esses foram vítimas de chacinas. O homicídio de um jovem da periferia é, via de regra, apresentado pela mídia de forma banalizada e desrespeitosa, sendo a morte, em si, mais um elemento de suspeição. Já o homicídio de alguém das classes média e alta é apresentado a partir de uma perspectiva de comoção social, deixando explícito que essas vidas são mais importantes e transmitindo uma falsa ideia de uniformização dos riscos. Essas ideologias se internalizam de forma que situações corriqueiras, como pegar um ônibus, sejam vivenciadas com profunda ansiedade pelos adolescentes do centro. Isso tem produzido um intenso *apartheid* na cidade.

## **9.5 Desigualdade e apartação social**

Inicialmente não pretendíamos discutir a ampliação da desigualdade e da apartação socioterritorial nesta pesquisa, no entanto, essa problematização mostrou-se fundamental para



compreender a gênese dos medos dos adolescentes da cidade. Dessa forma, partimos do campo para essa discussão, e não o contrário.

Em interlocução com o sociólogo francês Robert Castel, Bauman (2009) reflete que, nos países mais ricos, onde estão as sociedades mais seguras que já existiram, paradoxalmente vive-se com uma maior sensação de insegurança, medo e inclinação ao pânico que em outras sociedades. O autor aponta que isso não se deve a uma perda de segurança real, mas à “nebulosidade de seu objetivo” em um mundo organizado em função da laboriosa e contínua busca por segurança. Nessa argumentação do próprio autor, vemos que, tal como supõe nossa tese, esses medos nebulosos se associam às classes sociais mais favorecidas. Tomando a perspectiva vygotskyana aqui abordada, os sentidos sociais de “segurança” variam de acordo com a história e com o grupo social, o que altera as quantidades e qualidades dos medos, bem como as formas de temer. O que seria profundamente assustador e paralisante para um adolescente do centro, necessita ser naturalizado na periferia.

Bauman (2009) reflete que a supervalorização do indivíduo liberou os sujeitos modernos das restrições impostas pela densa rede de vínculos sociais, mas, em decorrência disso, esse indivíduo, agora desprovido dos antigos vínculos que lhe garantiam proteção, fez-se frágil e vulnerável. A dissolução da solidariedade representou o fim do universo em que a modernidade “sólida” administrava o medo. Em virtude disso, a corrosão dos laços comunitários transformou homens e mulheres em indivíduos de direitos, mas não de fato. Em nossa pesquisa, a perda da cidadania<sup>63</sup> só se mostrou aplicável aos adolescentes da periferia, colocados nessa condição por uma justaposição de aspectos territoriais, de classe e étnicos.

Discutindo o surgimento do termo “superpopulação”, Bauman (2005) reflete que se trata de ficção atuarial, um codinome para a aparição de um contingente populacional que, ao invés de ajudar a economia a funcionar, torna mais difícil a obtenção dos índices pelos quais se mede e avalia o seu funcionamento adequado. O número desses indivíduos só cresce, resultando em aumento das despesas, mas não dos ganhos. Essa população é supérflua do ponto de vista da produção, posto que não pode ser empregada como mão de obra com utilidade, já que todos os bens que a demanda atual e futura é capaz de absorver podem ser produzidos com maior rapidez e lucratividade sem que estejam empregados. Bem como é supérflua do ponto de vista do consumo, pois consistem em “consumidores falhos”, tanto por serem carentes do dinheiro que lhes permitiria ampliar a capacidade do mercado consumidor quanto por criarem demandas que a indústria do consumo não pode suprir nem colonizar de maneira lucrativa. É a

---

<sup>63</sup> Temática debatida no tópico 11.3.

incapacidade de serem colonizadas, seja como mercado consumidor, seja como produtor, que torna essas pessoas descartáveis.

Bauman (2009) reflete que essas pessoas “em excesso”, que não podem ser colonizadas de maneira lucrativa, nem na produção nem no consumo, passaram a ser vistas como as novas “classes perigosas”. O autor explica que, anteriormente, tais grupos eram constituídos por contingentes populacionais temporariamente excluídos, diferentemente do que acontece na atualidade, em que são formados por pessoas consideradas incapacitadas para reintegração e classificadas como não assimiláveis permanentemente. Forma-se assim uma *underclass* (subclasse) inútil e inábil ao trabalho, condenada a permanecer economicamente inativa, composta por indivíduos que ficaram fora das classes. Castel (2011a) expõe o caráter de continuidade desse processo, destacando o papel da recente desagregação da sociedade salarial, uma sociedade que se constituiu com base no trabalho regulamentado e nas garantias de proteção à saúde, à previdência e à assistência social e que vem assistindo, perplexa e inerte, à deterioração da sociedade moderna:

Há vinte anos, essas pessoas que solicitam hoje uma atenção particular teriam sido integradas por elas mesmas à ordem do trabalho e teriam levado uma vida comum. De fato elas se tornaram inválidas pela conjuntura: é a transformação recente das regras do jogo social e econômico que as marginalizou. (p. 35)

Castel (2011a, p. 291) denomina essa população como “sobrantes”, afirmando que existem os in e os out, que, no entanto, não estão em universos separados, salientando que “o que está em posição é reconstruir o continuum de posições que ligam os in e os out, e compreender a lógica a partir da qual os in produzem os out”, algo que buscamos realizar neste estudo, destacando a responsabilização dos moradores dos centros pela degradação, violências e medos das periferias. Na esteira do que destaca Sawaia (2010a), exclusão e inclusão não formam categorias em si, mas constituem uma unidade dialética indissociável, que se estrutura na própria relação. No entanto, em uma perspectiva territorial e de interação social, cada vez mais esses universos não se encontram (a não ser em condições de subordinação ou tensão), o que tivemos oportunidade de ver fartamente registrado nas representações dos adolescentes no capítulo 7 desta tese. Como bem pontuou um dos adolescentes entrevistados, isso tem produzido uma “cidade gavetas” onde “ricos só se encaixam com os ricos, e os pobres só se encaixam com os pobres”.

Nesse sentido, Bauman (2005) reflete que a formação dos “sobrantes” tem levado a um rompimento de vínculos entre o *lebenswelt* (mundo-de-vida) de um e do outro tipo de

cidadão. Os indivíduos da “primeira fila” estão ligados às comunicações globais, que incluem o mundo todo, enquanto os demais ligam-se às redes locais fragmentárias, normalmente de bases étnicas, e são cada vez mais expulsos para locais distantes, formando “guetos”. Para Bauman (2009), o quadro que emerge dessa descrição é “o de dois mundos-de-vida separados, segregados” (p. 27). Em nossa pesquisa, pudemos constatar que, na realidade brasileira, não apenas a gentrificação decorre desse fenômeno, mas também a promoção de políticas que levam ao extermínio da população jovem periférica negra.

Consideramos apropriadas as colocações de Fanon (2020) sobre a problemática do desemprego nos países colonizados, de que não podemos ver o desempregado apenas como um trabalhador sem trabalho, mas como alguém cuja energia ainda não foi requisitada pela sociedade colonial. Não se trata apenas da colonização de Estados por outros Estados, mas do conjunto da sociedade pelas corporações e todo um sistema econômico e político que representa o capital. Em suas palavras: “o desemprego não é um problema humano; é uma reserva perpétua; antes de mais nada, para substituir os senis precoces, ou então em caso de reivindicação dos nativos empregados, reserva de chantagem para manter os salários num nível irrisório” (p. 90). No Brasil, alguns sujeitos são considerados irremediavelmente inúteis, até mesmo para a perversa condição de reserva de chantagem, sendo, dessa forma, sujeitos matáveis. Nesse cenário, é a população jovem periférica, que já nasce com as possibilidades de desenvolvimento profissional reduzidíssimas, a que mais sofre com a falta de perspectiva e desalento.

No Brasil, desde 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem trimestralmente mensurando o índice de “desalentados”, designação empregada para se referir às pessoas que gostariam de estar empregadas, mas desistiram de procurar emprego devido à falta de condição ou perspectiva. O dado, em boa medida, indica a própria percepção do sujeito de que não é absorvível pelo mercado de trabalho. Em junho de 2020, esse número atingiu a máxima histórica, chegando a 5,8 milhões de brasileiros, uma alta de 15,3% em relação ao trimestre anterior e de 20% em relação ao mesmo trimestre de 2019. Tais índices vêm consistentemente sofrendo aumentos. A população desocupada<sup>64</sup> (13,8%) e subutilizada<sup>65</sup> (30,1%) também atingiu a máxima histórica, e, para piorar, o número de brasileiros ocupados<sup>66</sup> nunca foi tão baixo (47,1%). A região com índices mais preocupantes é o Nordeste, de acordo

---

<sup>64</sup> Índice que indica o percentual de pessoas desempregadas em busca de trabalho.

<sup>65</sup> Índice que indica o percentual de pessoas que só conseguiram ocupação em parte do tempo disponível para isso.

<sup>66</sup> Índice que indica o percentual de pessoas que realizaram algum ofício.

com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua (IBGE, 2018). Tal condição nos parece a base infraestrutural para a formação de concepções ideológicas que criminalizam a população periférica, retiram sua humanidade e legitimam ou minimizam a morte dos moradores desse território.

O cientista político Lúcio Kowarick (2009), na obra “Viver em risco” – que lhe rendeu o prêmio Jabuti de literatura na categoria ciências humanas –, discute as peculiaridades da desigualdade no Brasil, França e Estados Unidos. O autor aponta que neste último país, o termo *underclass* foi bastante discutido academicamente, e teve seu uso popularizado pela mídia. As discussões iniciais sobre esse fenômeno no campo político americano se davam entre liberais e conservadores, e os discursos morais destes últimos, que culpabilizavam os pobres pela situação de vulnerabilidade, tornaram-se cada vez mais preponderantes, convencendo a população de que existia uma “subclasse desqualificada e imprestável para a qual as políticas públicas só serviram para reproduzir a indolência, a anomia e a propensão à criminalidade” (p. 36). A partir de 1990, com a ascensão de novos postulados liberais – especialmente o fortalecimento do neoliberalismo, que trazia como ênfase a liberdade econômica –, as ideologias que solicitavam mais mercado e menos Estado passaram a alimentar o inventário dos novos democratas, que aderiam cada vez mais a concepções moralistas acerca dos comportamentos e valores da população pobre, aproximando-se mais e mais das posições conservadoras. Com isso a situação desses grupos se tornou cada vez mais precária.

Kowarick (2009) destaca que, diferentemente da sociedade americana, a francesa tradicionalmente enfatizou a responsabilidade pública pelo destino dos seus cidadãos. As políticas sindicais e as associações de luta por direitos comuns tiveram bastante força no país, provocando tensões que geraram diversas garantias sociais e de direito. No entanto, a partir de 1980/1990, diversos fatores - como o aumento do desemprego, crises econômicas e ampliação da concentração de renda - desarticularam diferentes formas associativas, que sedimentavam identidades assentadas no trabalho assalariado e na vida comunitária, gerando o que Castel denominou de “crise da sociedade salarial”, que levou à perda de diversos direitos. Nessa perspectiva, o termo “desfiliação” passou a ser utilizado por Castel (2011a) para se referir aos que, por serem inúteis ao mercado, vivenciaram um desenraizamento do mundo do trabalho. Kowarick (2009) descreve diversos processos emocionais que esse fenômeno gerou nos jovens das famílias proletárias francesas, como raiva, ódio, tédio e apatia.

Segundo Kowarick (2009), no Brasil, entre 1980 e 1990, consolidou-se um sistema político democrático que se baseava no voto secreto e universal, equilíbrio entre os poderes, alternância de poder, etc. Apesar das expectativas geradas em decorrência da implantação desse

sistema, diferentemente da realidade da França, os direitos civis no Brasil acabaram nunca sendo plenamente estabelecidos. Justamente nos anos 1980 passa a ocorrer um bloqueio na mobilidade social ascendente, fato inédito na história republicana, o que fez com que a movimentação sindical, que vinha se organizando na luta pela democratização, acabasse tendo efeitos diminutos na expansão dos direitos civis. Esse bloqueio na mobilidade social foi um dos fatores que fez com que as favelas passassem de um contingente de 1% da população em 1970 para 11,2% em 2000.

Kowarick (2009) defende que, no caso brasileiro, a desfiliação não decorre da crise da sociedade salarial, posto que as garantias não chegaram a se estabelecer por aqui, mas de um desenraizamento do mundo do trabalho formal (regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), o que levou ao aumento de desemprego, gerando uma “massa de tarefeiro de toda ordem” (p. 86). Vale destacar que, em uma palestra proferida na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em 1996, Castel (2011b) aponta que o Brasil e os demais países da América Latina participam da mesma ordem global, e que por isso também foram atingidos pela crise da sociedade salarial, defendendo que as diferenças são mais de grau que de natureza, posto que nessas localidades, as proteções não atingiram a mesma sistematização e degradaram-se mais rapidamente. Concordamos com o autor e acrescentamos ainda que, apesar de as garantias sociais brasileiras serem diminutas quando comparadas às existentes na realidade francesa, durante o período de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) houve uma significativa flexibilização da legislação trabalhista, e mesmo governos mais progressistas posteriores, que apresentavam um discurso de defesa de direitos, não interromperam esse processo (GALVÃO, 2009). Além disso, na última década, diversos direitos trabalhistas vêm sendo perdidos, e as ameaças aos ainda conservados cada vez mais se intensificam<sup>67</sup>. Significativa parte dos “tarefeiros” aos quais Kowarick (2009) se referiu, tem se multiplicado e se aglutinado no entorno de plataformas de aplicativos, a partir da uberização do trabalho (SLEE, 2019), que cada vez mais precariza as condições de vida do trabalhador.

Concordamos com Castel (2011a, 2011b) quando afirma que esses processos que atingem os diferentes países têm uma mesma origem, o modelo neoliberal, em que as proteções sociais cada vez mais são relativizadas, e consideramos relevante destacar que tal evento vem produzindo consequências distintas nos países já debilitados em decorrência de processos de exploração colonial. Castel (2011a) condena o uso do termo “exclusão” para caracterizar

---

<sup>67</sup> Recentemente o Brasil vem sendo alvo de uma série de reformas tais como a reforma da previdência e a reforma trabalhista, e o governo federal tem em pauta uma reforma administrativa. Tal processo vem ampliando as perdas de direitos.

processos muito abrangentes, alerta que não se pode falar que na França exista uma sociedade de exclusão, e, baseando-se em aspectos históricos, destaca três fatores que caracterizam de fato uma sociedade de exclusão: a supressão populacional por meio de práticas como expulsão e genocídio; o *apartheid* e a formação de guetos; e a privação da população de certos direitos e participação em dadas atividades sociais.

Em relação ao primeiro aspecto, compreendendo que o genocídio não necessariamente se caracteriza apenas pelo extermínio total de determinada população, mas também parcial, consideramos que tal prática se encontra em curso no Brasil. Tal como apontam Barros e Benicio (2017), vem ocorrendo um genocídio de jovens negros no cotidiano das periferias urbanas, que, mais que o combate a crimes, centra-se na aniquilação de perfis considerados inimigos. Os 409 adolescentes mortos no primeiro semestre de 2020 na cidade de Fortaleza deixam isso absolutamente claro<sup>68</sup>. No tocante ao segundo aspecto, o *apartheid socioterritorial* que destacamos no capítulo 7 e o *apartheid intraperiférico* que iremos apresentar e, na realidade, é um aprofundamento desse primeiro propiciam essa formação de guetos, e o conseqüente aumento da pilha de cadáveres com os corpos de diversos jovens que perderam a vida apenas por cruzar fronteiras. Já no que diz respeito ao terceiro aspecto, o tratamento dispensado pela polícia à juventude periférica negra, que iremos abordar nos capítulos 10 e 11, deixa explícito que esses jovens têm tido a cidadania cotidianamente relativizada. Assim, diferentemente da França da década de 1990, na Fortaleza do ano de 2020, consideramos que podemos encontrar essas três formas de exclusão. Vale ressaltar que concordamos com Castel (2011a) quando afirma que não podemos autonomizar as situações-limite, e que essas só têm sentido quando colocadas num processo *continuum*, que aponta para dinâmicas sociais globais responsáveis pelos desequilíbrios atuais, que, tal como discute Sawaia (2010a), destacam o processo dialético entre inclusão e exclusão.

Discutindo a realidade brasileira, Kowarick (2009) defende que o termo “desenraizamento” não se refere aos que se encontram em situação de exclusão, mas àqueles definitivamente banidos, apontando para uma “desposseção de direitos”, que leva à perda da cidadania. O autor destaca que as diferenças abismais que separam os extratos de nossa desigual pirâmide social, tornam possível falar em uma apartação social, gerando um fosso entre classes. Como já destacamos, tal processo tem levado a um verdadeiro *apartheid socioterritorial* na cidade de Fortaleza. Nesse sentido, Kowarick (2009, p. 89) aponta que:

---

<sup>68</sup> Dados obtidos em vários documentos encontrados no endereço eletrônico das Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) (<https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais.pdf>).

É claro que é possível falar em **apartação social** quando se tem em mira as diferenças abismais que separam os estratos de nossa pontiaguda pirâmide social. Fosso que, ao segregar e discriminar em função do local de moradia, da vestimenta ou da cor da pele, fundamenta a prepotência no tratamento dos que são considerados inferiores: esta é a vasta e complexa questão da cidadania privada, inexistente, confinada, de terceira classe, excludente ou hierarquizada, concedida, em suma, para não ser exaustivo, da subcidadania ou da cidadania lúmpen. (Grifo nosso)

A discriminação pelo local de moradia a que se refere o autor, mostrou-se o elemento central em que se funda grande parte dos medos da periferia. Kowarick (2009) destaca que nas microcenos da vida cotidiana se desenvolvem movimentos de autodefesa que, na busca de preservar interesses privatistas, descartam o reconhecimento do outro, solapando direitos civis. Para o autor, o passo seguinte desse processo é a autodefesa da segregação socioespacial em recintos fechados e protegidos, fenômeno fartamente registrado nesta tese, em especial nos moradores do centro. Assim, a segurança total passa a ser o novo conceito de moradia, evitando-se o estabelecimento de contato com o resto da cidade e sua vida pública. A rua passa a ser vista como espaço de adversidade, do imponderável e imprevisível, local do perigo e da violência. Oliveira (*apud* KOWARICK, 2009) afirma que o que mais imprime força e sentido à própria ideia de exclusão é que sobre os outros (diferentes, subalternos, ameaçadores) se abate um estigma, cuja consequência mais dramática é o afastamento da órbita da humanidade, o que conduz muitos a, de fato, levar uma vida subumana.

Assim, acentua-se o imaginário social que associa as camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da causa da violência, razão pela qual precisariam ser domesticadas e moralizadas. Kowarick (2009) afirma, no entanto, que havia uma forte matriz discursiva que diferenciava “trabalhadores pobres” de “bandidos”. A partir de 1990, com o aumento do desemprego, subemprego, criminalidade e favelização, passou a se estruturar um conjunto de práticas e discursos que operou uma assemelhação da situação de pauperismo com a delinquência. Tal como delinearemos no capítulo 11, isso tem levado à separação da população periférica em dois agrupamentos, quanto às estratégias do Estado e da sociedade para lidar com ela: os pobres dignos (cidadãos) e os pobres viciosos (envolvidos). As fronteiras entre esses dois grupos têm se tornado cada vez mais difusas, com a ampliação de um imaginário estigmatizante e homogeneizante que liga pobreza a criminalidade, fazendo com que o tratamento dispensado aos segundos cada vez mais se assemelhe ao adotado com os primeiros. Kowarick (2009, p. 224-225) desmistifica as ideias imaginativas uniformizantes e estereotipadas que os moradores do centro atribuem às favelas, destacando-as como territórios plurais:

[...] a favela produz imaginários que, em tempos de aumento do desemprego e da criminalidade, só podem acirrar a visão de “promiscuidade”, “vício”, ou “perigo”, afetando a vida de seus habitantes [...] Por isso as favelas e seus habitantes só podem ser vistos no plural, pois não só são diferentes entre si, como, num mesmo aglomerado é frequente encontrar-se padrões socioeconômicos e urbanísticos diversos: elas constituem microcosmos que espelham os vários graus de desigualdade presentes nos substratos baixos de sedimentação da sociedade e, assim, não podem ser vistas como mundos à parte e excluídas da cidade em que estão inseridas. (Grifos do autor)

Kowarick (2009) afirma que a desconfiança e o medo têm se constituído elementos estruturantes dos modos de vida, situação que faz com que os sujeitos passem a organizar seu cotidiano tendo como ponto de partida a insegurança, o medo e a precaução. O autor destaca que na raiz desse processo se encontra o não reconhecimento do outro, tido como subalterno e inferior. Reflete ainda sobre os desafios de consolidar os direitos de cidadania em um País onde o sistema escravista sedimentou as relações socioeconômicas até épocas tardias do século XIX e onde a população pobre livre era vista como vadia. Kowarick (2009, p. 92) afirma que “este cenário sociocultural de acirramento dos imaginários que olham os outros, os despojados de humanidade, como ameaçadores, acaba por acentuar o que tem sido denominado mentalidade exterminatória”. Reflete, no entanto, que esse fenômeno pode ser predominantemente pensado, seguindo as trilhas de Schwarz, em termos de uma “desfaçatez de classe”, definida como:

Trata-se de ingredientes mutáveis da sociabilidade entre pessoas e grupos hierarquicamente desiguais, nos quais os de cima são capazes de conviver sem culpabilizar os de baixo, mas, também vivenciar sem remorsos suas condições de superioridade. Trata-se, em suma, de saber lidar com polaridades extremas, pois os mais pobres, através de muitas atividades, estão a serviço dos mais ricos que, diga-se de passagem, muito se beneficiam desta aguda pirâmide social e econômica. (KOWARICK, 2009, p. 97)

Por fim, Kowarick (2009) refere-se ainda a uma outra matriz de controle social intitulada de “neutralização”, que se utiliza tanto de ardilosos artifícios de persuasão como de métodos de coação e constrangimento, que reforçam, por vezes de maneira sutil, dinâmicas de subalternização. Usa como exemplo os elevadores de serviço dos condomínios, que nunca são justificados como preconceito do próprio sujeito, mas de “outros” diferentes dele, que podem se incomodar com o contato com as classes subalternizadas. Por fim o autor aponta a existência de dois mundos crescentemente irreduzíveis, onde as pessoas se encontram cada vez mais separadas em estamentos, evidenciando que **a modernidade brasileira está produzindo uma espécie de sociedade feudal**. Consideramos que um dos efeitos desse processo é a produção do que denominamos de *apartheid socioterritorial*, que tem ampliado os medos e produzido violência na cidade de Fortaleza.



## 9.6 *Apartheid* e discriminação por local de moradia

Consideramos que o *apartheid* socioterritorial que expusemos ao longo desta tese é um processo que vem se desenvolvendo gradativamente, do qual pretendemos apenas destacar alguns aspectos. No texto “Modos de ser e de viver: a sociabilidade humana”, que parece ter forte inspiração em observações pessoais, a pesquisadora Maria Ângela D’Incao (1992) compara a sociabilidade urbana de duas gerações de classe média/alta do sul do País: a primeira que viveu sua infância/adolescência antes da década de 1960 e a segunda, depois da década de 1980. Ela aponta que a primeira geração cresceu brincando em ruas, parques e bosques, e seus quintais eram praticamente extensões da rua, o que fazia com que pessoas de diferentes classes sociais estabelecessem relações. A autora defende que gradativamente, a partir da primeira metade do século XX, as ruas passaram cada vez mais a serem vistas como espaços de ameaça, fazendo com que essa primeira geração adotasse para si e seus filhos um modo de vida diferente daquele em que foram criados: uma vida em “gavetas de concreto armado”. Tal expressão é aplicável a duas diferentes metáforas, ou seja, relaciona-se tanto às novas formas de moradia urbana (verticalizadas) quanto ao distanciamento social que passa então a se estabelecer. Nesse processo, D’Incao (1992, p. 101) afirma que “a rua e a praça são excluídos [*sic*] como espaço social cotidiano de estar e de integrar e se recrear e se transformam quase que unicamente em espaços de passagem e, no caso do Brasil, especialmente de passagem de carros e motos”.

D’Incao (1992) usa a região da Alta Sorocaba para exemplificar como se generalizou uma cultura de afastamento do convívio entre as diferentes classes sociais, mesmo em locais não urbanos. Ela aponta que, nessa primeira geração, o filho do fazendeiro costumava brincar com o filho do empregado, relação que deixou de existir na segunda geração, quando as crianças e adolescentes passaram a levar para as fazendas colegas de sua mesma classe social e a interagir exclusivamente com esses. A autora destaca que evidentemente as relações de opressão também existiam no passado, no entanto, os corpos se aproximavam e relações se desenvolviam. Consideramos esse alerta fundamental para que não ocorram romantizações das relações de opressão do passado, como já aconteceu em análises sobre a colonização brasileira, e para que possamos olhar de forma crítica para os novos desdobramentos que a desigualdade social contemporânea tem provocado.

Para D’Incao (1992), a partir da adoção de um estilo de vida urbano e estanke no Brasil, além da redução do uso dos espaços urbanos, ocorre um outro fenômeno que também se relaciona à diminuição do convívio não subalternizado entre classes sociais: a disseminação de escolas privadas e leigas para as classes médias e altas. A autora reflete que ironicamente as

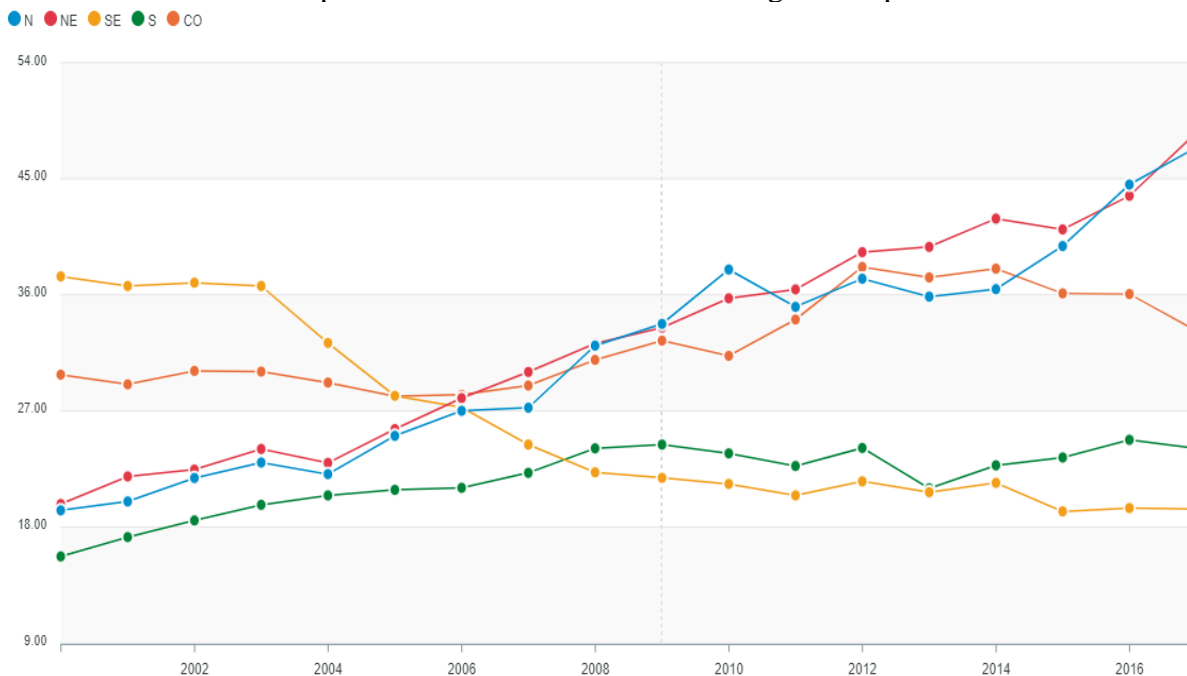
escolas públicas, que eram vistas como a possibilidade de ascensão de camadas médias, gradativamente passaram a ser mal vistas por estas. Nas classes médias e altas ampliam-se as atividades escolares e extraescolares (curso de línguas, esportes, etc.) das crianças e adolescentes, e a sociabilidade fora dessas ocupações passa a ser estabelecida apenas nos finais de semana, em lugares não públicos e pré-determinados para sua classe social, excluindo o resto da sociedade. A autora aponta que a exclusão da rua e da escola como local de interação social provoca a distância de percepção entre si dos diferentes grupos ou classes sociais, ocasionando, entre outras coisas, o pânico advindo da ignorância sobre o outro. Destaca que, a partir de então, associa-se facilmente pobreza com violência, e, por oposição, riqueza com vida fácil, felicidade e até desonestidade. Assim, para D’Incao (1992), “o outro é cada vez mais uma face desconhecida, amorfa e distante. Os corpos diferentes não se encontram e nem mesmo se tocam” (p. 97),

D’Incao (1992) reflete que, no início da década de 1990, no interior de São Paulo, aqueles que tinham mais de 40 anos de idade, via de regra, haviam tido uma infância e adolescência em contato com as ruas, enquanto a geração que tinha aproximadamente 20 anos, (na época) estava sendo socializada exclusivamente fora dos espaços urbanos. Levando em consideração que, em nossa pesquisa, a ansiedade em circular em ambientes públicos mostrou-se proporcional à elevação da classe social, parece-nos ser possível supor que essa autosegregação foi se dando gradativamente, iniciando-se nas classes mais altas, e, em cadeia, atingindo as demais classes sociais.

Temos por hipótese que um processo semelhante ocorreu no Ceará, no entanto, em uma temporalidade distinta, tendo se consolidado plenamente apenas no decorrer da década de 1990 e início dos anos 2000. Conforme exploraremos a seguir, até então, parte razoável da classe média ainda utilizava as ruas dos bairros como espaço de lazer e convivência, embora já evitasse circular em áreas mais periféricas da cidade. Foi no início da década de 1990, segundo Morales e Aquino (2012), que surgiram, no Ceará, os primeiros programas televisivos a utilizar o gênero policial em sua linha editorial. O primeiro deles foi o “Barra Pesada”, lançado pela TV Jangadeiro, e, logo em seguida, devido à sua popularidade e audiência, copiado por diversas outras emissoras. Em nossa compreensão, tais programas foram capazes de captar ansiedades sociais que se desenvolviam, e sua disseminação tem o poder de ampliar tais ansiedades, em um processo cíclico. A questão da violência passa a ser cada vez mais prioritária na mídia, não apenas nesses jornais, contribuindo para a generalização do medo em todos os ambientes públicos. Junto a isso, como podemos ver no Gráfico 42, a seguir, a partir dos anos 2000, os índices de violência (em especial CVLIs) das regiões Norte e Nordeste passam, gradativamente,

a superar os das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, especialmente pela ampliação dos homicídios da população jovem, o que vem colaborando para a ampliação do medo e, assim, da produção de segregação e mais violências nessas regiões (IPEA, 2020).

Gráfico 42 – Homicídios por 100 mil habitantes nas cinco regiões do país de 2000 a 2017



Fonte: Ipea (2020).

A situação tem se agravado nos últimos anos com as novas configurações do tráfico no Nordeste. Em Fortaleza, a partir de 2016, o tradicional comércio de drogas passou a se fundir com facções de capilaridade nacional (PAIVA, 2019), vindas das regiões Sul e Sudeste, o que tem conduzido a um acirramento das disputas territoriais e à espetacularização da violência, por meio da realização de chacinas, suplícios e demonstrações públicas de crueldade (SOUSA, 2019), algo que, embora pouco atinja diretamente as classes mais altas, retroalimenta suas generalizações distorcidas sobre as periferias e seus moradores.

Em Fortaleza, o índice de homicídios para cada cem mil habitantes passou de 28,2 em 2000 (WASELFISZ, 2012) para 87,9 em 2017 (CERQUEIRA *et al.*, 2019), o que atribuiu à cidade a pecha de capital mais violenta do Brasil, algo extensamente veiculado pela mídia local. Os homicídios ocorrem predominantemente em alguns bairros periféricos. Em 2017, enquanto houve bairros com mais de 100 homicídios, outros não tiveram ocorrências (CCPHA, 2017). A preocupação e reação das classes média e alta a esse fenômeno - permeada por valores éticos e ideológicos individualistas - não tem sido combater e fazer frente às injustiças e ao extermínio das juventudes periféricas, mas ampliar cada vez mais as segregações, evitando de

maneira definitiva o contato de seus filhos com adolescentes da periferia. Diferentemente de locais do mundo em que o medo se ampliou mesmo sem que houvesse aumento da violência (BAUMAN, 2008, 2009; GLASSNER, 2003), em Fortaleza, a cultura de medo ancora-se em dados que, embora reais, generalizam riscos que são completamente distintos em contextos socioterritoriais diferentes.

Uma pesquisa realizada por Barreira (1999), no final da década de 1990, com jovens de Fortaleza constatou que esses jovens consideravam sua cidade tranquila, quando comparada a outras cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Em nossa pesquisa, pudemos constatar que essa realidade mudou. Os jovens frequentemente mencionaram as estatísticas que apontam a cidade como uma das mais violentas do País, para evidenciar os riscos que correm, mesmo aqueles que nunca sofreram nem presenciaram nenhum episódio de violência urbana, e estavam longe das zonas de maiores conflitos. Na pesquisa de Barreira (1999), o autor já havia apontado uma nítida separação, demarcada pelos jovens, entre centro e periferia, que condensava diversas segregações e estereótipos. O autor destaca que, para os jovens do centro, a incursão à periferia representava “o caminhar com medo de uma violência difusa, decorrente de assaltos e assassinatos” (BARREIRA, 1999, p. 37).

Como veremos, o que mudou para os jovens das regiões centrais, nessas duas décadas, foi que não é mais necessária a incursão na periferia para que esse medo se manifeste. A inserção em qualquer ambiente urbano, por poucas quadras que seja, sozinho ou acompanhado, de dia ou de noite, para diversos adolescentes do centro, passou a ser encarada como um grande risco que precisa ser evitado. Para esses, adentrar deliberadamente na periferia não é apenas sinônimo de “caminhar com medo”, mas também uma ideia inconcebível. Diversos jovens do centro relataram situações de temor quando, mesmo dentro de um veículo particular e na companhia de seus pais, adentravam em uma periferia, o que normalmente só ocorria “por engano”, em virtude do uso do aparelho localizador *Global Positioning System* (GPS – sigla em inglês para Sistema Global de Posicionamento)

Barreira (1999) destaca que os jovens de classe média e alta, na década de 1990, utilizavam pejorativamente o termo “misturado” para se referir a locais de diversão, abertos ou a preços acessíveis que, além de atrair pessoas de sua classe social, também eram frequentados por jovens da periferia, o que traz implícito também uma discriminação racial. Esse termo não foi utilizado por nenhum dos adolescentes de nossa pesquisa com esse sentido, o que não parece apontar para a superação do problema, e sim para o seu aprofundamento: os jovens de classe média e alta não reclamam mais da “mistura”, pois, com raras exceções, não se divertem mais em lugares que possam ser frequentados por moradores da periferia.

Barreira (1999) apontou a praia como território utilizado de maneira universal e democrática pelos jovens no final da década de 1990, embora destaque que classes sociais diferentes ocupavam barracas<sup>69</sup> distintas. Nossa pesquisa apontou que atualmente, em virtude dos conflitos territoriais entre facções de drogas, entre os adolescentes da periferia, apenas os que moram próximo às praias podem utilizá-las. Já a ampliação dos medos ansiosos dos adolescentes do centro que, em boa medida, retrata o medo dos brancos, tem feito com que esses só frequentem as praias em companhia de seus pais, e não de colegas da mesma idade. Algumas barracas ocupadas pelas famílias de classe média e alta cada vez mais se utilizam de barreiras físicas, como cordas, para impedir a aproximação das pessoas que não estão “consumindo”. Esses são alguns indicativos que apontam que em Fortaleza, nas duas últimas décadas, o medo tem ampliado substancialmente a divisão e o desconhecimento do “outro”, que fundam o imaginário sobre a favela e seus moradores ao qual Kowarick (2009) e Novaes (2006) se referem. Isso tem feito com que na cidade se promova um *apartheid socioterritorial*, em que os jovens da periferia não convivem com aqueles de classes sociais distintas.

Bezerra e Carvalho (2014), em diálogo com os apontamentos aqui discutidos com base em Kowarick (2009) e Castel (2011a), em análise sobre as periferias de Fortaleza, defendem que esse “outro”, encarnado pelas camadas em situação de pobreza, ganha visibilidade pública sob a imagem de “ameaçador, perigoso e violento”, produzindo buscas de autodefesa e construções de práticas topofóbicas e sociofóbicas. As autoras apontam que, em virtude dessas representações sociais, a imagem do pobre é passível tanto de provocar sentimento de insegurança e medo quanto de acentuar, como tem acontecido, práticas de natureza exterminatória nas periferias da cidade, que submetem a população periférica à criminalização. Elas destacam que essa imagem adquire visibilidade pública, sobretudo nos discursos midiáticos, assumindo um tom espetacularizado e estetizado que fornece uma dupla imagem dos moradores das periferias: a do pobre perigoso, violento e suspeito em relação ambígua com a do pobre vulnerável e necessitado. De acordo com as autoras, tais processos evidenciam que o imaginário social brasileiro do século XXI vincula “pobreza-violência-criminalidade e diaboliza os territórios vividos pelos segmentos pauperizados residentes nas margens urbanas como espaço de cristalização de tudo o que a sociedade civil brasileira traz de ameaças, medo e inseguranças” (BEZERRA; CARVALHO, 2014, p. 361). Discutiremos a seguir que, nesse caso, topofobia e sociofobia são, na verdade, dois lados de um mesmo fenômeno, que se referem ao medo de tudo aquilo que remete ao que não é reconhecido como

---

<sup>69</sup> Em Fortaleza, algumas barracas de praia têm uma grande estrutura, com parque, piscinas, etc.

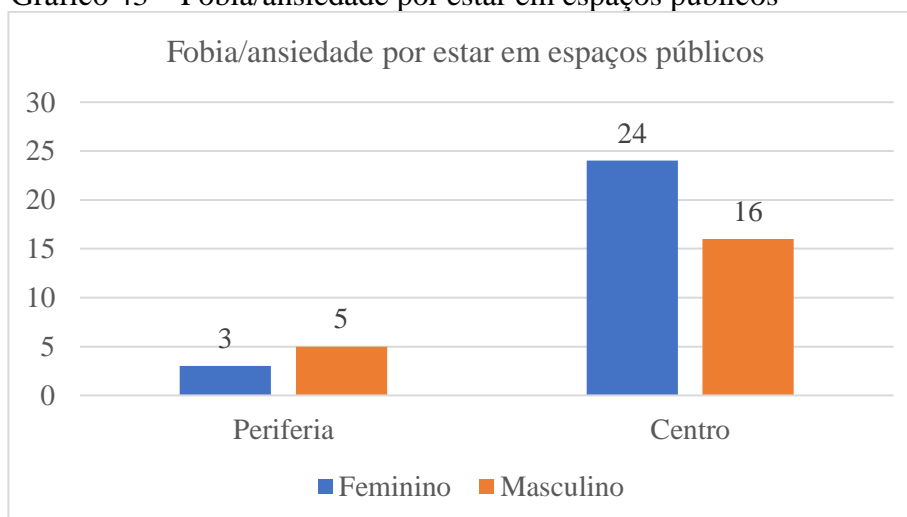
sendo centro – não apenas no sentido territorial, mas também no econômico e étnico -, propondo um conceito que, ao mesmo tempo que os unifique, melhor delimite seu objeto, interconectando os aspectos afetivos aos ideológicos.

### 9.7 Ansiedade em espaços públicos e perifobia no centro

Uma das categorias surgidas na análise de conteúdo das entrevistas foi a “fobia/ansiedade por estar em espaços públicos”. Pudemos constatar que, apesar de as situações de violência vivenciadas pelos adolescentes da periferia terem sido muito mais intensas e cotidianas, foram os adolescentes de classe média e alta que apresentaram mais relatos de ansiedade e tensões geradas por situações em que os adolescentes manifestaram medos não específicos, provocados apenas por estarem em contato com ambientes públicos, como ruas, calçadas, praças, etc.

Foram 48 trechos<sup>70</sup> com esses tipos de relatos, distribuídos como encontramos no Gráfico 43:

Gráfico 43 – Fobia/ansiedade por estar em espaços públicos



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Classificamos esses relatos como “ansiedade”, pela falta de precisão em relação à definição do objeto temido, e como “fobia”, pois eram desproporcionais às aparentes ameaças reais, como debateremos, muitas vezes amparados por concepções ideológicas distorcidas. Fanon (1968), dialogando sobre o medo das populações brancas diante dos negros, aponta que

<sup>70</sup> Algumas entrevistas tinham mais de um trecho. Só contabilizamos como outro trecho quando a temática voltava em outra pergunta.

o fóbico é um indivíduo que obedece às leis da pré-lógica racional e da pré-lógica afetiva. Ele define, a partir de Hesnard (*apud* FANON, 1968, p. 136), que a fobia se caracteriza como o “temor ansioso de um objeto (no sentido mais amplo de tudo o que é exterior ao indivíduo) ou, por extensão, de uma situação. [...] este objeto deverá assumir certas características [sendo necessário] que [...] desperte o temor e a aversão”.

Como mencionamos anteriormente, não iremos classificar as vivências de temor de forma binária - como absolutamente de medo ou absolutamente de ansiedade -, mas compreendê-las como predominantemente de medo ou predominantemente de ansiedade, a partir de sua aproximação/afastamento dessas zonas de sentido. Quanto mais delimitado e consciente de seu objeto for o temor, mais ele pode ser caracterizado como medo, quanto mais difuso e impreciso, mais pode ser caracterizado como ansiedade. No primeiro caso, ideias mais congruentes com os reais riscos alimentam a emoção, no segundo, quanto menor for a tomada de consciência sobre o objeto temido e a origem das causas do temor, mais deslocada do real e com mais tendências ansiogênicas será a emoção.

Na vida concreta é muito difícil estabelecer quando nossos medos são de fato balizados pelos riscos, ou seja, quando se amparam em concepções corretas do mundo material e quando essas avaliações e as emoções delas decorrentes são ludibriadas pelas ideias imaginativas (inadequadas) de nossa mente, muitas vezes reflexo das distorções provocadas pelas ideologias hegemônicas. Quanto mais conseguirmos balizar nossas emoções pela dimensão da realidade material, e quanto mais compreendermos sobre as origens mais profundas e mais amplas de nossos medos, mais podemos ser livres e agir. Quando Spinoza (2013/1675) defende que o medo leva à servidão, não se refere ao temor como antagônico à coragem, mas especialmente ao medo supersticioso, desconectado do real. O filósofo critica a oposição entre medo e coragem realizada por Descartes, e aponta que o ser humano livre evita os perigos com a mesma virtude de ânimo com que tenta enfrentá-los. Na ausência reflexiva, não só a passividade do medo, como também uma conduta reativa desproporcional (diferente da ação) podem ser despotencializadoras. No primeiro caso, o medo pode conduzir para o padecimento gerado pela servidão e, no segundo, para a morte concreta ou para ações afastadas dos sentidos do bem comum, como a reprodução da violência.

A audácia cega e o medo são afetos que podem ser concebidos como igualmente fortes. Logo, requer-se, para refrear a audácia, uma virtude de ânimo ou uma fortaleza tão grande quanto a requerida para refrear o medo, isto é, o homem livre evita os perigos com a mesma virtude de ânimo com que tenta enfrentá-los. (SPINOZA, 2013/1675, p. 201)

Em nossa avaliação, a concepção spinozana de que as coisas que nos são exteriores nunca estão completamente sob nossa ingerência, ajuda-nos nesse processo de balizar os riscos e ter uma atitude sábia perante eles, não os negligenciando, mas compreendendo que uma desproporcional busca por segurança individual pode promover segregação social e mais violência. A ideia de que podemos ter absoluto controle sobre as coisas que nos são exteriores parece cada vez mais preponderante nos dias atuais, em que cada vez mais as demandas para previsibilidade e controle se alargam, especialmente nas classes sociais mais altas. O desejo de previsibilidade relaciona-se aos episódios ansiosos retratados pelos adolescentes do centro.

Os jovens do centro relataram que os principais impactos da violência em suas vidas eram os de restringir/impedi-los de: locomover-se a pé, de bicicleta ou por meio de transportes públicos; circular à noite, mesmo em veículos particulares; realizar atividades de lazer e esportes em locais públicos, como praças e parques. Esses medos praticamente restringiam seu contato com a cidade a deslocamentos, via de regra feitos em automóveis particulares. Nos raros momentos em que frequentavam locais abertos para se divertir, sempre estavam em companhia de seus pais. Os passeios com os amigos restringiam-se às casas uns dos outros, shoppings ou outros espaços privados.

Os jovens mostraram-se bastante desvinculados afetivamente dos seus locais de moradia e, em dois casos, não souberam sequer responder o nome do bairro em que residiam. Quanto mais se locomoviam de maneira dependente dos pais, ou em transportes particulares, mais temiam os transportes públicos ou uma caminhada pela cidade. Dois adolescentes relataram que tinham medo de andar de ônibus, e que esse medo diminuiu quando começaram a utilizar esse meio de transporte em seus deslocamentos. Locomover-se de maneira independente pela cidade mostrou-se capaz de ressignificar a relação afetiva dos jovens com a cidade, diminuindo a Insegurança e aumentando o Pertencimento<sup>71</sup>.

Pudemos contabilizar nas entrevistas 24 trechos que expunham medo de andar a pé, todos de adolescentes do centro. O simples fato de estar em um espaço público já exercia um efeito ansiogênico em diversos jovens, fazendo-os ficar sempre alertas.

Primeiro não pode sair com o celular, né? Se tiver que ir [para algum lugar a pé] tenho que deixar o celular em casa e ficar prestando atenção nas pessoas que estão passando, assim, pra ver se não tem nada suspeito. (Luiz, branco, 17 anos, do centro)

Assim eu fico meio desconfortável, eu fico meio paranoica às vezes, eu fico sempre olhando em volta, vendo se não tem nada de estranho, analisando assim as ruas, vendo quem tá vindo pra onde eu vou, sempre meio atenta. (Duda, branca, 17 anos, do centro)

---

<sup>71</sup> A relação inversa entre Insegurança e Pertencimento foi anteriormente exposta no trabalho de Bomfim (2010).



Faço cursinhos à noite a três quarteirões de casa. E é porque é assim, Santos Dumont<sup>72</sup>, viu? Mas não me arrisco. Pego um Uber e fico trinta minutos no trânsito, podendo ter chegado em cinco minutos. (Max, branco, 16 anos, do centro)

Durvan (branco, 17 anos, do centro) chega a utilizar o termo “cultura” para se referir à origem de seu medo, afirmando que: “[o medo] impacta mais de não poder ir pros lugares sem medo de acontecer alguma coisa, despreocupado. É porque é meio que a cultura, a gente tem medo de sair assim. Aí eu acho que isso é o que me atinge. Fico sempre olhando para todo canto, assim tenso, né?” As meninas foram as mais atingidas, sendo os seus relatos de restrições em relação à locomoção mais constantes. O medo de utilizar Uber ou táxi como meio de deslocamento, por sua associação com o risco de sofrerem assédio ou abuso sexual, só foi relatado por esse grupo. Também apenas as meninas relataram ter medo de locais “semiprivados<sup>73</sup>”, como shoppings e até áreas comuns de seus condomínios.

A fobia dos ambientes públicos mostrou-se muito associada ao medo de estar próximo a locais periféricos, ou mesmo aos moradores desses territórios. Embora muitas vezes os adolescentes não tenham identificado essa correlação de forma direta ou refletida, foi possível apontar que preconceitos em relação à periferia, reproduzidos ideologicamente, que ligavam pobreza e a ideia de perigo a emoções de medo, fizeram-se muito presentes nos subtextos das narrativas.

Para Vygotsky (2004/1930), nos humanos atravessados pela cultura, toda percepção é mediada, embora os indivíduos nem sempre tenham pleno discernimento disso. Vygotsky (1998/1932) critica a concepção psicanalítica que antagoniza “consciente” e “inconsciente”. Para o autor, aspectos que não são plenamente compreensíveis pelo sujeito, ou seja, que governam sua conduta sem uma tomada de consciência<sup>74</sup>, também fazem parte de sua consciência. Quanto mais temos discernimento dos fatores que orientam nossa percepção e nossa atividade, ou seja, quanto mais tomamos consciência de nossos pensamentos, ações e emoções, mais estamos diante de uma consciência “ativa”, afastando-nos de condutas reativas e nos aproximando do plano das ações voluntárias. Didaticamente podemos compreender esse aspecto mais integral que orienta a percepção simplesmente como “consciência”, sendo a “tomada de consciência” a consciência ativa, produzida pela reflexão.

Assim, nem sempre quando os adolescentes temiam os territórios periféricos e seus

<sup>72</sup> Referência a uma avenida de intenso fluxo comercial, e que atravessa bairros nobres da cidade.

<sup>73</sup> Conforme Ferreira e Marques (2000), podem ser incluídos como espaços semiprivados o shopping, os espaços de lazer de condomínios privados, as casas de recepções, etc.

<sup>74</sup> Conforme apontam Castro e Alves (2012), em russo, a palavra “*Soznanie*” designa consciência em si, enquanto “*Osoznanie*” remete ao despertar da consciência, a que nos referimos nesta tese como “tomada de consciência”.

moradores, essa emoção era inteiramente inteligível para eles, assim como não havia a compreensão de que esses medos decorriam de associação prévia entre pobreza e risco. Os sentidos atribuídos nas vivências de medo dos adolescentes de classe média a um morador da periferia, estão associados a uma série de imagens e ideias que foram construídas e reforçadas em suas vivências, sendo posteriormente reproduzidas por eles mesmos. Quanto menos o sujeito é capaz de tomar consciência dessas associações, mais naturaliza e reproduz o seu medo.

Por exemplo, quando solicitamos que Thor (branco, 17 anos, do centro, grifo nosso) nos contasse alguma situação em que teve medo, ele relata que:

Teve um dia que eu estava no mercado Meireles<sup>75</sup>, eu só fui lá uma vez, era aniversário de uma amiga minha, era sete de setembro, a gente estava lá começamos a beber e tal, um monte de adolescente. **Imagina essa situação: estava na parte de trás e a parte de trás lá é perto de uma comunidade** [área periférica], é uns dois quarteirões. Aí papocou [estourou] um poste na rua quase na frente e apagou tudo, ficou escuro gigantesco e os portões de trás aberto eu não sabia o que fazer, né? todo mundo meio grogue já e foi desesperador. [...] Aí eles [os seguranças do local] fecharam os portões quando eles perceberam o que estava acontecendo, aí a gente ficou esperando do lado de fora, né? Até os pais e os “úberes” chegarem.

A associação entre risco e periferia é tão naturalizada para Thor que, para que eu compreenda o medo que ele teve, solicita que eu imagine a situação que ele vivenciou, que foi basicamente estar próximo de uma “comunidade” quando ocorreu um provisório desabastecimento de energia elétrica. Mesmo estando na companhia de vários outros adolescentes amigos, Thor define a situação como “desesperadora” para todos! O relato do adolescente não deixa dúvidas de que havia, para ele, de forma naturalizada, uma evidente distinção entre a “estirpe” dos de cá, seus amigos que bebiam e se confraternizavam, e os de lá, aqueles que, por serem pobres, representavam para estes um risco, gerando “desespero”. Em outra situação, o jovem narra que, em determinado dia, na companhia de um amigo, teve que andar no centro comercial da cidade, o que o deixou com muito medo. Ele relata que é um “privilegiado” por morar em um canto bom e conta que tem um amigo que mora na Aerolândia (bairro de classe social mais baixa), que supõe que deva passar por muitas situações “tensas” por conta disso.

Thor imagina que teme porque os pobres são perigosos, mas, em nossa compreensão, o adolescente atribui causas inadequadas às suas emoções. Chauí (2008) explica que as ideologias são ilusões necessárias à dominação de classe, que invertem o resultado de

<sup>75</sup> Mercado Meireles é um conjunto de pequenos restaurantes situado em um bairro nobre da cidade. É um espaço semiprivado no qual, embora não seja coberto, só se pode adentrar por meio de um portão, que, assim como um shopping, é aberto ao público em geral, e possui segurança particular.

um processo como se fosse seu começo, tomando os efeitos pelas causas, as consequências pelas premissas, o determinado pelo determinante. Os jovens imaginam que seu medo tem a ver com a ameaça que o morador da periferia representa, mas, na verdade, esse medo tem muito mais a ver com eles ou, mais precisamente, com as ideias que foram alimentadas neles ao longo de sua vida. Conforme evidencia Spinoza (2013/1675), a imaginação humana constata a presença de um efeito e, ignorando suas causas legítimas, supõe ser esse efeito a sua verdadeira causa. Não queremos dizer, com isso, que muitas periferias não sejam de fato perigosas, e que o medo desses jovens seja completamente infundado, mas apenas que as ideias disseminadas por sistemas ideológicos que correlacionam o perigo à pobreza são as causas mais profundas desse medo, que geram segregação, violência, e retroalimentam essas crenças distorcidas sobre os moradores da periferia. Isso leva um grande grupo de jovens, reunidos em um local semiprivado com segurança particular, a protagonizar uma cena que beira a histeria coletiva, simplesmente em razão de um desabastecimento momentâneo de energia elétrica ter ocorrido a dois quarteirões de uma periferia, acreditando que tais atitudes são absolutamente esperadas e naturais em um contexto como esse.

Outra adolescente, Rose (branca, 17 anos, do centro), relata que “queria muito passear numa favela, mas eu morro de medo por causa do jornal. Se não fosse o jornal eu passaria por lá, falaria com a galera, tipo assim, eu queria conhecer o pessoal, mas fico morrendo de medo, acabo criando uma ideia errada dos locais”. Embora expondo que as ideias que “acaba criando” da periferia são equivocadas e atribuindo a raiz desse engano a uma argumentação falaciosa da mídia, Rose não é capaz de mudar seu comportamento. A que se deve essa resistência? Em nossa compreensão, aos componentes afetivos dos conteúdos ideológicos. Nesse sentido, embora desvendando racionalmente que suas ideias são equivocadas, Rose incorporou as emoções produzidas pelas ideologias de tal forma, que não consegue superar seu medo, mesmo ciente de que é provocado por ideias distorcidas. Essa é a raiz fóbica dos medos dos adolescentes do centro e dos preconceitos a eles associados. Mesmo quando ciente do equívoco, em alguns casos, o componente afetivo da ideologia é tão forte, que o sujeito é incapaz de se desvencilhar dele. Baseando-se no estudo das emoções apresentado na parte teórica desta tese, fundamentado na filosofia spinozana e na psicologia histórico-cultural, é possível levantar a hipótese de que a mudança dessas emoções exige a criação de sentidos contra-hegemônicos, que sejam compostos e promotores de emoções que se contrapõem ao medo.

Rose (branca, 17 anos, do centro) relatou como um dos seus maiores incômodos a desigualdade social da cidade, e expôs sentimento de culpa por não ter nenhum amigo da

periferia e nem coragem de ir em uma “favela”. Luiz (branco, 17 anos, do centro), quando questionado se alguma vez já tinha ido para o colégio, que fica a seis quadras de sua casa, caminhando, responde que: “Não, nunca fui. Por mim eu até iria, o problema para mim é que passa perto de uma favela.”. Luiz também relatou que teve muito medo, há um ano, quando começou a andar sozinho de ônibus, mas expõe que agora, meses depois de usar periodicamente transporte público, já consegue “até dormir no ônibus” algumas vezes. Isso indica que a vivência na cidade é capaz de mudar os sentidos atribuídos aos diversos elementos de sua ambiência, alterando as emoções em relação a ela.

Léia (branca, 16 anos, do centro) relata que tem vontade de ir para sua escola caminhando, pois fica muito próximo à sua casa, mas como tem uma favela perto, ela não consegue sequer ir à farmácia, ao petshop ou ao café, que ficam entre uma e duas quadras do condomínio onde mora. Ela relembra que, apenas uma vez, quando estava hospedada na casa de um primo, teve coragem de caminhar sozinha uma quadra inteira. Foram comuns os relatos de jovens de classe média e alta que, assim como Léia, não se expunham a sair a pé nem para lugares muito próximos de casa, mesmo em horários diurnos. Quando questionados sobre os locais da cidade aos quais não costumavam ir, foram usuais as respostas “bairros mais distantes” ou “periferias”, e os motivos eram “não conhecer ninguém lá”, “não ter o que fazer”, e “ser muito perigoso”.

Os medos não se referem apenas aos locais predominantemente ocupados pelos pobres, ou seja, as periferias. As concepções ideologicamente produzidas referem-se também, pessoalmente, aos seus moradores. No discurso dos adolescentes, fica explícito que a suposição de que uma determinada pessoa é moradora da periferia pode ser estabelecida quase de imediato. Essa ideia-emoção de risco-medo associada aos moradores da periferia é reproduzida estruturalmente, tal como o racismo, o sexismo ou a homofobia, não sendo exceção, mas regra no subtexto dos discursos dos adolescentes. No entanto, os adolescentes não pareciam tomar consciência disso e, por vezes, aparentavam esconder essas concepções até de si mesmos. Encontramo-las mais nos subtextos que diretamente expressas. Também foram mais comuns os relatos que associaram a ideia-emoção de risco-medo mais a territórios “próximos da periferia” que explicitamente a seus moradores. Para estabelecer uma relação mais diretiva, é preciso uma tomada de consciência das próprias emoções e pensamentos e coragem para assumir ideias “preconceituosas” ou, em outros termos, inadequadas e distorcidas, para si mesmo e para o entrevistador. Isso ocorreu de forma mais direta com João (branco, 16 anos, do centro). Segue um trecho da entrevista em que pedimos ao adolescente que narrasse vivências nas quais sentiu medo, e em que identificamos que João parece tomar consciência de que

diferentes vivências de medo se referem de forma generalizada ao medo dos moradores da periferia.

João: É porque tem algumas situações assim que a gente tem medo, sabe? Mas são situações do cotidiano. Que você vê que alguma coisa pode acontecer [...] por exemplo quando eu vou a pé do meu colégio para o restaurante que é lá perto, né? Eu sempre vou com meus amigos. Porque aí é mais seguro e tal... mas aí quando a gente vê **alguém** aí passando, é que a gente pensa: “Nossa, algo pode acontecer”. Teve até um dia que eu sai do meu colégio, eu fui pra casa de um amigo meu, e para ir lá a gente tem que passar um pouco do lado da favela que tem do lado do colégio. E aí a gente foi a pé, era eu e mais quatro amigos, já eram umas seis horas e a gente viu **algumas pessoas** passando. Mas aí eu acho que é **algo que a mente que coloca em ti**, tá entendendo? E aí a gente foi um pouco mais apreensivo, um pouco mais rápido, tomando cuidado, entendeu?

Entrevistador: João, e o que tem nessas pessoas que deixou vocês com medo?

João: Eu acho que tipo, é um olhar muito **preconceituoso** que a gente tem, entendeu? Mas... eu acho que é algo que é difícil tirar da cabeça, é algo que é **enraizado**, não sei dizer... mas, tipo, às vezes quando a gente vê alguma pessoa... é... que costuma morar na favela, entendeu? Aí eu acho que bate um medo maior na gente.

Entrevistador: Certo, então são pessoas assim, que parecem morar em favela, que deixam vocês com medo?

João: (risada nervosa) Assim.... Eu acho que é isso (risos). Não sei.... É, né? Assim, é tipo que dão a impressão que a pessoa quer algo, entendeu? Que ela vai andando. É... como eu posso caracterizar? (pausa) Eu acho que... eu acho... eu acho que são mais moradores da periferia e favela.... que caracterizando mesmo assim, eu acho que, pode ser até um olhar muito preconceituoso.... E aí é algo que passa um pouco mais de medo. O jeito de andar, que vai chegando, se aproximando um pouco de ti. Eu acho que a gente fica mais apreensivo. (Grifos nossos)

No relato de João, pudemos perceber que o diálogo suscitou nele uma tomada de consciência de uma “ideia-medo” que continha sentidos preconceituosos, o que explicitamente o deixou receoso. Inicialmente João utiliza de forma vaga os termos “alguém” e “algumas pessoas” com as quais o simples contato visual fez com que pensasse que “algo podia acontecer”. Em meio a muitos outros indivíduos, apenas **esses** sujeitos despertavam medo. Só posteriormente João consegue revelar, provavelmente não apenas para mim como também para si mesmo, que ele temia as pessoas apenas por aparentarem ser moradores da periferia. Na descrição ele pondera: “Como é que eu posso caracterizar?” Mas logo percebe que de fato só pode caracterizar essas pessoas a partir de sua condição de moradoras da periferia, o que o leva à compreensão de que suas ideias são preconceituosas, ou seja, distorcidas. Diferentemente do exemplo de Thor, no caso de João, a tomada de consciência de que as causas de seu medo estão mais nele que no outro se estabelece, ou seja, ele se dá conta da verdadeira origem de seu medo. Conforme expõe Spinoza (2013/1675, p. 152), “as ideias que temos dos corpos indicam antes o estado atual de nosso corpo que a natureza do corpo exterior”. Essa ideia sem dúvida é

incômoda, e logo depois Thor oscila e parece querer se desvencilhar dela, recolocando a culpa do medo no outro, em seu “jeito de andar” e na forma como se aproxima.

De forma semelhante a João, diversos adolescentes, especialmente do centro, mas não exclusivamente dele, descreveram situações em que estavam em ambientes externos, nos quais circulavam diversas pessoas, mas avistavam alguém específico, que lhes provocava medo. Quando instados a identificar as características desse sujeito específico causadoras desse temor, foi comum que ficassem hesitantes e, depois de certa oscilação, respondessem que era a forma como ele os “olhava” ou “andava”. O relato de João diferenciou-se dos demais, por ter conseguido estabelecer diversas relações entre seus pensamentos e emoções, promovendo uma tomada de consciência afetiva, que lhe permitiu identificar e expor, de forma precisa, complexas associações sobre as causas de suas emoções, identificando, assim, algo que ele próprio acaba classificando de “preconceituoso”.

João explica a origem desse preconceito como “algo que a mente coloca” nele próprio, apresentando paradoxalmente sua mente como um ente externo a si. Os sentidos que essa atitude parece revelar é que João, intuitivamente, compreende que esse pensamento distorcido não é primariamente seu, embora o pensamento esteja, como ele mesmo relata, “enraizado”. Isso evidencia que tal preconceito está ligado a concepções ideologicamente produzidas, profundamente conectadas às emoções de João. As ideologias podem produzir sentidos emocionais tão fortes, que se desconectam da consciência ativa dos sujeitos, da sua capacidade de compreendê-las a partir de suas causas originárias. Quando João atribui a causa de sua emoção a uma ideia externa que parece ter sido introjetada, evidencia que essa concepção emocional, que racionalmente sabe que é equivocada, está completamente enraizada, em outras palavras, faz parte de seu sistema psicológico, estabelecido por sentidos e significados culturalmente produzidos. Esse contexto não deixa dúvidas quanto a estarmos diante de concepções ideológicas que produzem estruturas de pensamento.

Nessa tomada de consciência, de forma parecida com a atitude de Rose em relação à periferia, João ensaia uma atribuição mais abrangente para a causa de seu medo de moradores das periferias, posto que percebe que a ideia que liga pobreza e perigo só pode estar equivocada. Esse processo realizado por João é um exemplo do que conceituamos no capítulo 5 como tomada de consciência afetiva. Assim, enquanto Rose se dá conta de aspectos topofóbicos, João se dá conta de aspectos sociofóbicos, ambos relacionando-se àquilo que é colocado nas margens, ou seja, na periferia, não apenas no sentido territorial, mas também no econômico e étnico. Nesse sentido, é mais fácil tomar consciência e expressar o medo em relação à periferia que aos moradores dela. Dois fatores nos parecem ter permitido a tomada de consciência afetiva

de João. O primeiro, de viés mais intelectual, define-se pela capacidade de estabelecer relações complexas entre suas vivências, afetos e ideias, e o segundo, de viés mais afetivo e ético, relaciona-se à capacidade empática de olhar para um aspecto interno que provoca mal-estar. Para isso é necessária uma implicação emocional e ética. Assim, a autopercepção das emoções envolve aspectos racionais, afetivos e ético-políticos.

A capacidade do adolescente de compreender e a coragem de assumir que seu medo derivava de concepções preconceituosas sobre os moradores das periferias, parecem-nos passos primordiais para a formação de novos sentidos, tanto sobre as emoções como sobre o objeto ao qual as emoções são dirigidas. Compreendemos que esse tipo de retribuição de sentidos, ou ressignificação, pode efetivamente promover mudanças emocionais, que ajudam a reorientar as atitudes.

Os olhares cruzados, aos quais os adolescentes do centro atribuíram sentidos de ameaças, também provocam emoções nos adolescentes da periferia. Vários relatos deram conta do sentimento de discriminação que acomete esses jovens em virtude de sua classe social e local de moradia, ou seja, por serem “da periferia”. Nas narrativas desses adolescentes, as discriminações ocorriam de diferentes formas, inclusive pelo olhar, e as emoções provocadas eram de humilhação e desumanização, o que por vezes os levava a buscar alterar sua forma de andar, falar, trajar e ser para ser considerados legitimamente “cidadãos”.

Sawaia (2010a) relata a importância de realizar pesquisas com sujeitos que são reiteradamente desqualificados socialmente, para compreender e dar voz aos sofrimentos dos que são incluídos socialmente pela exclusão dos direitos humanos. A autora discute que o sofrimento gerado pela situação social de ser tratado como inferior e pelo impedimento de se desenvolver é um dos mais verbalizados por esses sujeitos que, conscientes dos sentimentos de desvalor a eles atribuídos, desejam simplesmente “ser gente”. De forma muito semelhante à descrita por Sawaia, em nossa pesquisa, algo constantemente relatado pelos adolescentes da periferia era o seu desejo de ser visto como “cidadão<sup>76</sup>”. No cruzamento do olhar, o encontro entre dois “outros”, cada um estrangeiro aos olhos alheios, um sentindo-se ameaçado e o outro inferiorizado. Complementamos as considerações de Sawaia (2010a) destacando que é importante também investigar as produções subjetivas das classes média e alta, a partir de uma perspectiva psicossocial que inclua a investigação dos processos afetivos capazes de produzir a desqualificação social do outro, ou seja, que produzem distorções de sentidos com impactos éticos.

---

<sup>76</sup> Discutido de forma aprofundada no capítulo 11.

As meninas do centro demonstraram mais ansiedade que os meninos. Isa (branca, 16 anos, do centro) relata que, “de uns tempos para cá comecei a acompanhar melhor as notícias sobre essas coisas de violência nos jornais, aí até assim pegar uma pizza lá embaixo [na portaria do condomínio em que mora] eu tenho medo, até do entregador. Vou toda me tremendo”. July (branca, 16 anos, do centro) diz que, mesmo no shopping, se estiver sozinha e vir alguém “estranho”, já fica com medo. Como já destacamos, defendemos a tese de que os medos se justapõem, interseccionam-se e, assim, os medos resultantes de diversos tipos de violências de gênero, inclusive simbólicas, mesclam-se às ansiedades provocadas por ideologias de classe. O medo do morador da periferia se conecta também ao racismo estrutural, fazendo com que sejam mais direcionados a determinados grupos étnicos, como tão bem especificou Fanon (1968) ao discorrer sobre o medo do branco diante do negro.

Um muro de segregação, de diversos tipos e formas, tem mantido a violência longe dos adolescentes do centro, evidenciando-a, no entanto, quando esses olham para a cidade, seja por intermédio da mídia, seja do alto de seus condomínios, seja de dentro dos seus veículos particulares. Também por isso a cidade parece tão perigosa para eles, quando na verdade o é para outros. No campo ideológico, a obviedade das injustiças sociais torna necessária a inversão dos papéis entre opressor e oprimido, de tal forma que, simbolicamente, seja possível ver no outro a ameaça que representa, que sua classe representa, que sua cor representa, e o maior temor é de sofrer a mesma violência que sua classe e cor impõe e reproduz. Assim se formam as ideologias, assim elas são reproduzidas.

A culpabilização das vítimas é explicada por Mbembe (2017, p. 184) como uma incapacidade dos dominantes de se enxergarem como responsáveis pelo problema:

Se o dominante não é responsável, só pode ter sido suscitado pela própria vítima. Assim, por exemplo, se os matamos, é por causa do que eles são. Para evitarem ser mortos, não poderão de forma alguma ser aquilo que são. Ou, ainda, se os matamos, foi sem querer – danos colaterais. Para evitarem ser mortos, não poderão de modo algum estar onde estão, nem nesse momento. Ou, ainda, se os matamos é porque pretendem ser como nós, o nosso duplo. E ao matar o duplo, asseguramos a nossa sobrevivência.

Embora menos frequente, um medo semelhante também apareceu no discurso dos adolescentes da periferia, mas, em relação a esses, atributos mais específicos se revelaram quanto à sensação de medo. Carla (negra, 16 anos, da periferia), por exemplo, relata que “quando eu tou, por exemplo, no ônibus e entra alguma pessoa esquisita mesmo, assim para a banda de malandro, já fico ansiosa demais e dá raiva [...] uma pessoa que dá pinta de bandido”. Questionada sobre como geralmente é essa pessoa, ela responde que “É... assim... cabelo



cortado, meio coisado, raspado, bermuda, chinela kenner”. Pergunto por que ela acha que essas pessoas são perigosas, e de forma mais direta que os adolescentes do centro ela responde: “por morar mais assim na periferia”. Os adolescentes da periferia utilizaram o termo “pirangueiro” para retratar a forma como os jovens que temiam se vestiam, andavam e se comportavam.

Vale a pena ressaltar que não queremos dar um tom individual e moralizador a esse medo ideologicamente produzido, mas tomá-lo a partir de uma dimensão social e ética. Nossa busca é pôr em evidência que ele remete a aspectos estruturais de nossa sociedade e, assim, produzir estranhamento em relação a algo que tem sido naturalizado, permitindo que sejam dados passos no caminho de sua desconstrução. Quando se fala que as classes pobres têm sido periodicamente associadas a ameaça, há que se compreender que essas ideias não têm sido incorporadas exclusivamente por determinados estratos da população, tampouco dizem respeito apenas às reproduções da mídia, mas se fazem presentes em toda a sociedade, dessa forma, em cada um dos sujeitos que a compõe. As ideias pouco críticas que ligam pobreza a ameaça são incorporadas, via de regra, sem uma tomada de consciência, posto que consistem em ligações geradas cotidianamente, normalmente de maneira sutil, disseminadas a partir do medo.

Esse medo deriva de um problema ético-político de todo o conjunto da sociedade, revelando que existe um preconceito/fobia que tem sido muito pouco discutido e que se refere ao conjunto dos moradores da periferia. Trata-se de questão que consideramos tão danosa quanto a misoginia, a homofobia e o racismo, e indissociável deste último. Apesar de esse medo não ser novidade nas pesquisas sociais, e estar presente nos estudos das violências, acreditamos que ele precisa ser melhor conceituado, para facilitar a identificação e, assim, a desconstrução dessas concepções ideológicas que desqualificam os moradores da periferia e reproduzem uma cultura de medo. A conceituação é fundamental para a edificação do conhecimento e para uma melhor compreensão da realidade.

Bezerra e Carvalho (2014), abordando a estigmatização sofrida pelas periferias e seus moradores, refere-se à produção de medos topofóbicos (relativos ao medo da periferia) e sociofóbicos (relativos ao medo de seus moradores). Consideramos que não se trata de duas fobias, mas apenas de uma, que constitui temor/aversão/estigmatização de tudo aquilo que está às margens, que inclui desde os territórios, perpassando pelos sujeitos e indo além, direcionando-se a todos os elementos culturais que, de alguma forma, remetem à idéia da periferia, abrangendo as formas de se vestir, de falar, de se relacionar, de se comportar, as produções artísticas, etc., até os aspectos étnicos predominantes nessas populações.

A literata brasileira Lilia Guerra (2018) escreveu um livro de contos intitulado “Perifobia: a periferia é sempre mais distante”, em que busca desmistificar as periferias, tirando

seus moradores das binárias condições de “fragilidade” ou “ameaça” em que normalmente são apresentados. A autora, originária da classe média, aos 10 anos de idade passou a morar em uma grande periferia de São Paulo. Ela aponta que o termo “perifobia” nasceu de uma gradativa compreensão de que a periferia causa desconforto e repulsa, mesmo involuntária, em quem não tem intimidade com ela. Na perspectiva dos moradores do centro, de classe média e alta, grande parcela daquilo que não é reconhecido como parte do seu centro se associa a uma infinidade de paixões tristes ou, no mínimo, a uma série de estereótipos que remetem ao medo do diferente.

Inspirados por tal concepção, propomos a adoção do termo “perifobia” para denominar o temor que pudemos delinear neste tópico e que, assim como outros preconceitos e estigmas sociais (como a xenofobia, por exemplo), não remete isoladamente ao medo, mas se estende a uma série de paixões tristes a ele associadas. É a esse medo/preconceito que Novaes (2006, p. 106) se refere quando reflete que “ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e a discriminação por endereço”. Concordamos com a autora quando observa que, para gerações passadas, essa poderia ser apenas uma expressão de estratificação social, no entanto, o fenômeno da violência urbana fez com que alguns endereços passassem a carregar consigo estigmas. Também se referem a esse medo as análises de Kowarick (2009), quando afirma que a apartação social no Brasil tem criado um fosso que segrega e discrimina em função do local de moradia, gerando uma cidadania excludente.

Relatos constantes dos adolescentes da periferia apontam os preconceitos sofridos por eles quando diziam o local onde moravam ou simplesmente eram identificados como moradores da periferia, o que, como vimos, em certos casos ocorria simplesmente com o olhar. Esse problema assenta-se nas concepções ideológicas formadas também por componentes emocionais, compartilhados por todos nós de diferentes formas, mesmo as mais sutis. Esse preconceito está intrinsecamente ligado ao racismo e, embora de raiz comum, o racismo não se restringe à perifobia nem esta àquele. Também remete a aspectos de classe, mas não se esgota neles. A um camponês pobre, por exemplo, são atribuídos outros estereótipos que não suscitam a mesma desconfiança direcionada às populações da periferia.

A perifobia pôde ser identificada a partir dos relatos dos adolescentes na forma de: desconfianças quando eles buscavam emprego; suspeitas dos patrões dos pais sobre objetos desaparecidos no trabalho; tratamento dispensado pela polícia; desconfianças de toda a sociedade de que eram “envolvido”; piadas e brincadeiras de outros jovens quando relatavam onde moravam; olhares de seus professores em relação às suas roupas quando iam à paisana para a escola; preconceitos linguísticos que sofriam; olhares de muitos sobre eles quando se afastavam de seu bairro. Eram então introjetados em sua própria ambiência e se transformavam

em: preocupação dos familiares quanto a suas amizades; desconfianças recíprocas; medo de eles próprios se “desencaminharem”; cobranças morais e culpabilizações. Os mais diversos atos que se relacionam à perifobia são significados pelos jovens como humilhação, vergonha, rebaixamento, tristeza, produtores de submissão, degradação, apatia, diversos sofrimentos emocionais, sendo, por vezes, provocadores de revanchismo, ódio, raiva e fúria.

Como podemos perceber, a perifobia não se restringe ao medo, posto que as paixões são instáveis e podem assumir diversas formas. Na obra “Acerca de la psicología de la creatividad del actor”, Vygotsky (2017/1932) defende que o papel do ator é capturar sentidos e significados culturalmente compartilhados para produzir emoções no público. Nessa perspectiva, no programa televisivo “Sai de baixo” - que foi ao ar de 1996 a 2002, atingindo grandes picos de audiência - havia um personagem cômico denominado “Caco Antibes”, cujo bordão ficou muito conhecido no País: “Eu tenho horror a pobre” (MENDONÇA; JORDÃO, 2014). O sentido humorístico do bordão só pôde ganhar tanto eco em cima de um fato social que não se relaciona a uma simples exceção à regra, mas faz referência a um sentimento estrutural de nossa sociedade, que o ator Miguel Falabella apenas caricaturou. Tal bordão utiliza o termo “horror” não em um sentido de medo - pelo menos não em primeiro plano -, mas de nojo. Isso, no entanto, deixa explícito que se trata de uma metamorfose das emoções que vêm de uma mesma origem e que percebem os moradores da periferia como “outros” viciosos, diferentes, defeituosos, não confiáveis, sem trato social, vagabundos inúteis, que atrapalham e incomodam, que precisam ser educados, imprevisíveis e, dessa forma, perigosos.

Assim, a “perifobia” pode ser definida como conjugação de paixões tristes (medo, aversão, nojo, indiferença, descrédito, desconfiança, raiva e até ódio), que se associam a ideias imaginativas (ideologias hegemônicas que distorcem o real / preconceitos sociais), de conteúdo estereotipador, mistificador e homogeneizante em relação à periferia e seus moradores. É uma xenofobia que se dirige à periferia. Grande parte desses preconceitos recaem especialmente sobre os jovens e, mesmo quando não diretamente enunciados, propagam sutilmente sentidos coletivos que indicam que tais jovens são perigosos ou, pelo menos, propensos ao crime; são cheios de vícios e, em virtude disso, precisam ser constantemente vigiados e disciplinados; são um tipo inferior de ser humano e, dessa forma, suas vidas e corpos são menos importantes.

## **9.8 Inimizades e desintegração dos laços sociais na periferia**

Diferentemente dos adolescentes do centro, grande parte dos adolescentes da periferia relataram relativa sensação de segurança nos ambientes públicos próximos à sua casa,

e pouca ansiedade em se deslocar dentro desses territórios. A sensação de risco, para eles, esteve predominantemente associada à possibilidade de adentrar territórios dominados por facções de drogas distintas das que controlavam o seu bairro, ou seja, de cruzar determinados limites territoriais. Essa situação fazia com que diversos adolescentes tivessem sua vida social circunscrita ao seu território de moradia, muitas vezes completamente isolados do restante da cidade. Assim, *apartheids* intraperiféricos que dividem os bairros a partir de facções, acabam inviabilizando o trânsito dos adolescentes fora de seus territórios, ampliando sua segregação.

Aqui no Canindezinho todo eu posso andar de boas, mas tem outros cantos perto que eu não posso andar. (Chiquinho, pardo, 17 anos, da periferia)

Me sinto livre assim, né? Aqui [no bairro] eu sou livre, porque aqui eu posso sair sem ninguém olhando para onde eu vou, mas não muito para a banda de cá [apontando para um território dominado por uma facção rival], porque se eu for eles claramente vão perguntar para onde eu vou. (Carla, negra, 16 anos, da periferia)

O ano de 2016 é apresentado por Rob (negro, 17 anos, da periferia) como um marco do fim da união dos bairros do entorno de sua residência. Ele relata que todo mundo se conhecia “a maior tempão quando estourou esse negócio das facções”, e que depois disso nada mais foi igual. Explica que com “a chegada das facções”, se um jovem, por exemplo, tinha dois amigos em comum, e um entrou na facção prevalecente em seu bairro e o outro na facção dominante no bairro vizinho, agora quando esse jovem vai ao bairro vizinho, tanto o amigo da sua vizinhança pode achar que ele está passando informação do “bairro” para o seu amigo quanto o amigo do bairro vizinho pode achar que ele está coletando informação do outro “bairro” para passar para as pessoas do seu. Por conta disso relata que “ninguém confia em ninguém nos dias de hoje, e é todo mundo se matando”.

A palavra “bairro” foi colocada entre aspas para destacar o sentido híbrido que ela passa a assumir no discurso dos adolescentes da periferia, no qual ganha um triplo sentido que se justapõe, que se relaciona em um primeiro plano ao local de moradia, em um segundo à comunidade, e em um terceiro à própria facção e às dinâmicas criminais ligadas ao bairro. Para o jovem da periferia, assim como “se envolver” ganha contornos polissêmicos, que acabam aproximando os sentidos de “se relacionar” com os de “ser criminoso<sup>77</sup>”, afirmar que é de um determinado bairro também acaba assumindo uma dimensão polissêmica, que indica, além de morar nele, pertencer a determinada comunidade de pessoas e estar em algum nível associado a determinada facção<sup>78</sup>. Tais processos se relacionam com a criminalização da população jovem

<sup>77</sup> Conforme apresentado no tópico 8.7.1.

<sup>78</sup> Conforme apresentado no tópico 11.2.

periférica, e apresentam em seu subtexto a ideia de que quando você se relaciona socialmente no espaço da periferia, provavelmente você é criminoso ou de que mesmo quando você apenas mora em determinados bairros da periferia, certamente você é integrante de uma determinada facção.

As ideologias perifólicas que criminalizam as relações periféricas a partir da elaboração e disseminação de concepções moralistas, que compreendem que se o jovem desse território não estiver completamente consumido pelo mundo do estudo, do trabalho ou da igreja representa um risco social, parecem ser os principais operadores dessa transformação dos campos dos sentidos. Se o jovem ainda não está sendo útil para o sistema econômico vigente trabalhando, o esperado é que esteja se preparando para isso, seja no campo educacional, seja no campo das moralidades (religião). Assim, participar da vida social do bairro fora desses contextos passa a ser um elemento de suspeição. As narrativas dos adolescentes da periferia estavam completamente assentadas nessas concepções normativas que, após introjetadas, acabavam delimitando campos de sentidos depreciativos para as relações sociais e para o estabelecimento de vínculos de confiança, o que parece ter sido ampliado com a “chegada das facções”.

Paiva (2019) aponta uma série de transformações sociais ocorridas nas maneiras de se relacionar e fazer o “crime” na cidade de Fortaleza entre os anos de 2016 e 2018. Na ocasião, as “gangues”, assim denominadas as pequenas agremiações criminosas integradas por moradores do mesmo bairro, sem objetivo criminal nitidamente estabelecido e sem maiores pretensões de alcançar um domínio abrangente no comércio de drogas ilícitas, passaram a se associar a organizações mais bem-estruturadas e ramificadas, muitas vezes de composição nacional: as “facções”.

Barros *et al.* (2018) relatam um fenômeno “ambíguo” ocorrido entre o final de 2015 e o início de 2016 na cidade, conhecido como “pacificação,” em que um acordo realizado entre grupos criminosos, embora tenha produzido uma série de violências, diminuiu muito o número de homicídios na cidade. Após a “quebra” desse acordo, os índices de homicídio voltaram a subir intensamente. No discurso de Rob, e de outros adolescentes da periferia (que tinham entre 11 a 14 anos no ano de 2016), associações entre o aumento da violência e a “chegada” das facções estiveram muito presentes. Muitos atribuíram os conflitos entre “facções” ao clima de desconfiança recíproca instalado em seus territórios, embora, por serem muito jovens, é difícil dizer se a sensação está relacionada de fato à chegada das facções ou ao fim da pacificação. Diversas histórias de “amigos” que mataram “amigos” estiveram presentes nos relatos dos adolescentes, gerando um clima de suspeição geral e irrestrito.

[...] teve um amigo meu que ele tava querendo se envolver nessas coisas de facção, aí os cara que ele dizia que era amigo, levaram ele pra um canto aí, pegaram ele e armaram pra ele, quase mata ele, chega afundou assim essa parte aqui [apontando para o crânio], mas ele não morreu, até hoje ele tá vivo, mas ele vai ter que fazer uma cirurgia pra botar o resto do osso que falta aqui. (Carinha, pardo, 16 anos, da periferia)

Mataram meu tio assim também. Mataram ele de bala, na covardia. Os próprios amigos dele. (Rogério, negro, 17 anos, da periferia)

[...] minha irmã era pra ter morrido nesse dia também, Deus me livre, que elas vieram pra uma festa ali depois do Bom Jardim, aí as amiga... que se dizia amiga, né? levaram elas pra festa e elas mesmo levaram elas pra morrer. O pessoal deram um tiro de 12 na cabeça de uma das meninas daqui, espancaram uma, tinha uma que tava grávida de 5 meses, eles mataram ela também. (Marta, parda, 16 anos, da periferia)

As matanças só tendem a se reproduzir, já que a violência leva ao medo e o medo à violência. Temendo as “invasões”, ou seja, a tentativa de domínio dos territórios por facções de fora do bairro ou mesmo a entrada eventual no território para o homicídio de um ou outro jovem, amplia-se o conflito e a política de morte se expande nas periferias, onde qualquer coisa suspeita gera como resposta um novo homicídio. A violência se propaga tanto como desejo e esperança dos faccionados de que sua facção se fortaleça e predomine e se faça “a paz e a justiça” quanto pelo medo e paranoia de que a outra facção ganhe força, o que pode lhes custar a vida.

Os jovens relatam o uso do termo “engomar” para se referir ao ato no qual um participante de uma facção entra nos territórios dominados por outra, para identificar os “envolvidos” e matá-los em uma possível “invasão” ou “missão”. PitBull (negro, 17 anos, da periferia) fala, por exemplo, de uma “invasão” ocorrida em seu bairro de madrugada por uma facção rival, que levou ao desespero sua vizinhança, relatando que “É como se eles já conhecessem o bairro, mandava um ir por ali, outro por acolá [...] entraram no quintal de trás da minha casa, renderam várias pessoas”. Os conflitos entre as facções se assemelham a guerrilhas e, nelas, conhecer bem o território e suas dinâmicas é um elemento importante.

Assim, a lógica que passa a imperar é a de que é preciso matar qualquer um que possa estar “engomando” ou que possa ser “do outro lado”, para que os domínios “do bairro” não sejam perdidos e “os do bairro” não sejam assassinados. Além disso, qualquer um que se relacione de qualquer modo com um jovem “envolvido” passa a ser considerado também “envolvido”, formando uma rede de suspeição mútua, que acentua o clima de paranoia. Os relatos de pessoas que se sentiam ameaçadas por suas relações sociais foram inúmeros. Assim, não apenas confiar passa a ser um risco como simplesmente se relacionar, de modo que até mesmo morar em um bairro já passa a ser elemento de suspeição. Para os jovens, constituir relações sociais traz um duplo risco de morte: o de estabelecer relações de confiança e os amigos o levarem para um local perigoso em que possa ser morto; e o de ser morto por “inimigos” dos

seus amigos, posto que, ao se associar a estes, você mesmo passa a também ser considerado “inimigo”. Nos dois casos as mortes são atribuídas “às amigades”.

Eu tenho uma amiga que morreu porque a gente tinha amizade com um menino. Aí os caras estavam atrás de mim também, porque eu também andava mais ele. Aí, pararam, esqueceram esse assunto eles, depois que mataram ela. (Lanny, parda, 15 anos, da periferia)

Porque viam ele andando com os meninos, né? Aí ele nem era metido com nada não [...] mas morreu do mesmo jeito. (Carinha, pardo, 16 anos, da periferia)

Tipo, se um cara for pra lá e descobrir que ele conhece fulano, o cara vai fuzilar, e vem desovar [jogar o corpo] aqui no bairro. (Rob, negro, 17 anos, da periferia)

Porque por exemplo, tu tá num canto que é outra facção, né? Aí alguém bate uma foto. Aí [algum integrante da facção do bairro vê a foto e diz] "te vi numa foto que é tudo 2<sup>79</sup>". Aí eles te matam porque tu tá numa foto, tu nem conhece direito o povo da foto, mas mata só por matar mesmo. (Mana, branca, 16 anos, da periferia)

A lógica dominante é que, para não temer, é preciso impor medo e, assim, as mortes são cada mais constantes e por vezes sensacionalistas, com requintes de tortura. Em alguns casos, são gravadas em vídeo e depois reproduzidas, para servir de “exemplo”, conforme o relato de vários adolescentes. Nesse ciclo de violência, morte e vingança, cada morte precisa ser revidada pela facção rival, em um processo em que, com a omissão e por vezes instigação<sup>80</sup> da polícia e do Estado como um todo, vai-se promovendo o genocídio da população jovem das periferias, em especial a negra.

Diante desse quadro, foi comum que diversos adolescentes defendessem, de diferentes formas, que atualmente ninguém tinha mais amigo de verdade ou, pelo menos, que era muito raro se ter um amigo.

Eu sou uma pessoa que não confia em todo mundo. (Paty, parda, 15 anos, da periferia)

A gente não conhece ninguém, não pode se confiar nas pessoas. Eu, pelo menos, tenho medo de confiar. (Dante, pardo, 16 anos, da periferia)

Nesse mundo ninguém tem mais amigo. (Trankino, pardo, 17 anos, da periferia)

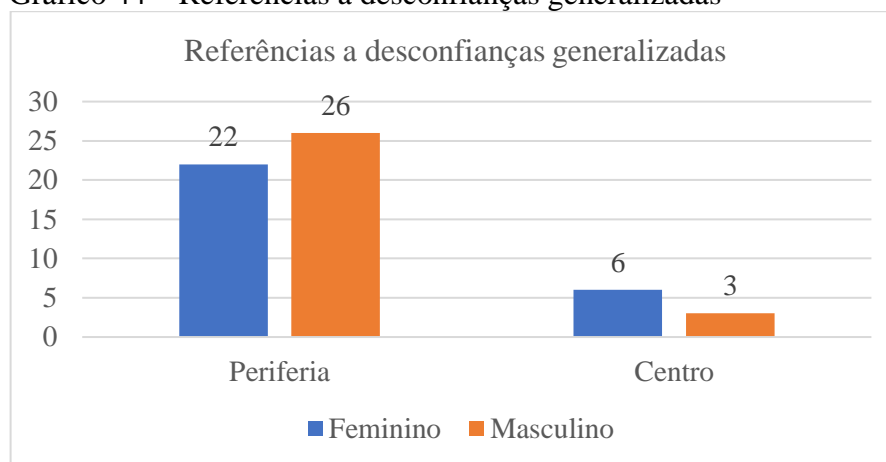
Sentenças com sentidos semelhantes também foram expressas pelos adolescentes de classe média e alta, porém, nos territórios periféricos, onde as suspeições se ligam a uma ameaça concreta e cotidiana à vida, a desconfiança atingiu patamares bem superiores. Na categoria temática “Referências a desconfianças generalizadas” (Gráfico 44), foram incluídas

<sup>79</sup> Referência ao código numérico da facção Comando Vermelho (CV).

<sup>80</sup> Processo relatado no capítulo 11.

enunciações genéricas de desconfiança, que não se relacionavam a contextos ou pessoas específicas.

Gráfico 44 – Referências a desconfianças generalizadas



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Considerando que, conforme evidenciam Vygotsky (2001/1934) e Bakhtin (2006/1929-1930), os sentidos das palavras se alteram dependendo do contexto, compreender as semânticas que envolvem um fenômeno social é uma boa forma de compreender o fenômeno social como processo. Pudemos observar que, devido à desintegração dos laços sociais, em muitas sentenças a palavra “amigo” foi usada em tom pejorativo, que indicava um sentido de “falsa amizade”. Em muitos casos, os jovens utilizavam o termo “colega” para se referir àqueles com os quais se relacionavam, mas em quem não podiam confiar, e “amigo” para designar os em que de fato podiam. Nesse caso diziam que tinham muitos colegas, mas poucos amigos, normalmente um ou dois.

Eu tenho colegas, eu não considero grande parte dos meus colegas amigos. Não sei se posso dizer assim que tenho amigos. (Genius, negra, 16 anos, da periferia)

Aqui da escola eu só tenho colegas, não amigos. (Pequena, negra, 16 anos, da periferia)

Em algumas narrativas, a ideia designada pela palavra “amigo” já estava tão desgastada pela sua associação com “falsidade” e “traição”, que se fez necessário um outro termo para nomear sentidos de confiança. Nesses casos, a palavra “amigo” perdia o sentido de “alguém em que se pode confiar” e assumia o mesmo sentido do termo “colega” no exemplo anterior, tornando necessário o uso de termos complementares para designar o que antes se retratava simplesmente como “amigo”, ou seja, para atribuir sentidos de confiança. Foram



usados, por exemplo, os termos: “amigo mesmo”; “amigo de verdade”; “amigo amigo”; “amigo irmão”; “irmão”; “irmã” “irmãozinho” e “irmãzinha”. Nesse caso, “amigo” era aquele com quem se convivia e se tinha vínculo de afeto, mas não o suficiente para se estabelecer uma relação de confiança, e “amigo de verdade” ou “irmão”, aquele que pertencia ao seleto grupo dos “confiáveis”. O uso do termo “irmão” para esse grupo seleto de amigos, relaciona-se a um sentido comum encontrado entre os adolescentes: de que apenas a família era confiável, assim, os amigos de confiança metaforicamente eram “da família”. Já alguns jovens não fizeram essa “concessão metafórica” e relataram que só confiavam em sua família real e, em alguns casos, apontaram apenas um membro da família como alguém em quem podiam confiar, normalmente a mãe e, às vezes, o pai ou a avó.

Amigo amigo [a duplicação da palavra surge para apontar um sentido de “amigo de verdade”] eu não tenho não, tenho mais colegas. Mas amigos que eu possa dizer assim, tenho muito poucos que posso contar. (Macal, branco, 16 anos, da periferia)

Eu tenho poucos amigos, um ou dois, mas trato como irmão, os outros não merecem minha amizade. (Lecas, pardo, 16 anos, da periferia)

Confiança mesmo eu só tenho na minha mãe. É uma confiança que eu não vou ser traída em nenhum momento, eu tô segura com ela. (Ana, parda, 15 anos, da periferia)

Trankino (pardo, 17 anos, da periferia), em um exemplo, chega a fazer uma classificação quádrupla de suas “amigas” (que ele relata ser aplicável também ao gênero masculino) a partir do nível de confiança estabelecido em cada relação, diferenciando “colega”, “amiga”, “MA - melhor amiga” e “irmãzinha”. Ele relata que “irmãzinha é como se fosse da minha família. Pra MA [melhor amiga] nós contamos um pouquinho da nossa vida, mas não conta tudo. Agora nossa irmãzinha nós conta tudo, tudo que nós precisar, quiser desabafar, a pessoa chega logo na sua irmãzinha e fala”. No caso de Trankino, a irmãzinha também era aquela que “dava o toque” quando ele estava “se envolvendo demais”, ou seja, estabelecendo relações sociais no bairro que incluíam pessoas ligadas às facções, ou mesmo fazendo “favores”, como por exemplo avisar a chegada da polícia ou de pessoas “suspeitas”.

Tais relatos evidenciam como a violência e o medo têm se perpetuado, destruindo os vínculos sociais, reforçando o medo e a violência, em um processo cíclico que transforma os sentidos do termo “amigo”. Além da mídia, o clima de desconfiança mútua é incentivado pelos familiares que, temendo pela vida dos adolescentes, propagam e produzem mais sentimentos de desconfiança, levando a um clima de paranoia. As engrenagens dos medos, nesse processo cíclico, fazem com que, por vezes, de fato a “traição” aconteça, ou melhor, que aconteça algo que se possa interpretar como “traição”.

Cada morte passa a ser avaliada a partir da perspectiva da desconfiança, e a culpa por sua ocorrência atribuída “às amigadas”, utilizada como evidência comprobatória da tese de que de fato não é mais possível se estabelecer relações de confiança. A perspectiva de que ninguém mais pode confiar em ninguém se torna uma profecia autorrealizadora, que reforça a rede de desconfiança. Uma profecia autorrealizadora ocorre quando as expectativas sociais de que um fenômeno aconteça mudam o comportamento dos sujeitos envolvidos nesse fenômeno, de tal forma que acabam aumentando a possibilidade de que de fato ele ocorra (ROSENTHAL, 1966). É isso que acontece em relação ao medo social. O medo é a ideia de que algo ruim pode ocorrer, e quando essa ideia é reproduzida em escala social, acaba se criando uma cultura que amplifica o medo, gerando pânico e paranoia, mudando os comportamentos e amplificando a busca de proteção, a segregação e a desconfiança, o que acaba levando à violência “profetizada”. Isso ocorre no que se refere às expectativas dos moradores do centro em relação aos jovens da periferia e é assimilado nesse território, passando a se referir também às expectativas dos jovens da periferia entre si.

Conforme debatido anteriormente, as emoções orientam as ações e enunciações e se organizam pela linguagem. Nesse caso, o medo orienta os sentidos atribuídos à “amizade” e organiza as compreensões de mundo do sujeito, norteando também suas ações. Para que fique mais claro, não é a palavra “amigo” que organiza essa compreensão, mas os sentidos carregados por ela, seu elemento semântico, assim, a diferenciação entre “confiáveis” e “não confiáveis” é o fator relevante, independentemente de a distinção ser realizada, por exemplo, por meio dos termos colega-amigo ou dos termos amigo-irmão. Na díade “colega-amigo”, a palavra “amigo” carrega o sentido de “confiável”, na díade “amigo-irmão”, a palavra “amigo” adquire o sentido de “não confiável”. Nos dois casos, independentemente das palavras, os sentidos construídos coletivamente são reflexo de uma forte necessidade de classificação entre aqueles que são “confiáveis” e os “não confiáveis”, são o que orienta as ações e emoções individuais e coletivas.

Nesse exemplo, o elemento organizador da ação é a ideia de que a maior parte do grupo social de convívio de um adolescente da periferia, mesmo aqueles com os quais ele se identifica e por quem tem apreço, não são confiáveis, ideia dirigida pela emoção de medo de que uma quebra de confiança resulte em um mal. A diferenciação realizada pelos jovens quando questionados sobre como são suas relações sociais evidencia uma tentativa de, por meio de determinada escolha de palavras, comunicar da melhor forma possível os sentidos de suas vivências que, no caso, foram de desintegração social, desconfiança, apreensão, medo. Assim, não são as palavras em si que estruturam a consciência e as vivências: os sistemas psicológicos

a que Vygotsky (2004/1930) se referiu, mais que sistemas conceituais, são sistemas de sentidos e significado compartilhados culturalmente.

É provável que, tal como defendido por Bauman (2001, 2008, 2009), esses aspectos relacionem-se em escala planetária à atual fase do sistema capitalista global, em que ideologias individualistas são produtoras de desintegração social. Entretanto, em nossa pesquisa, foi nítido que, embora esses mesmos marcadores também tenham sido utilizados por adolescentes de classe média e alta, foi nas periferias que tal diferenciação predominou.

Os jovens da periferia apresentaram, de forma reiterada, narrativas moralizantes sobre suas próprias condutas sociais e de seus colegas, que traziam no subtexto a ideia de que ter muitas amizades não era algo recomendado. Mesmo na pergunta inicial da entrevista, em que pedíamos que eles se apresentassem e falassem um pouco de si, foi comum que alguns adolescentes relatassem que eram de “poucos amigos”, via de regra demonstrando certo orgulho, e não como forma de expor um problema. Muitas vezes, “falar com todo mundo” era salientado como boa qualidade pessoal, desde que ficasse claro que isso não significava confiar em todos. Confiar demais era visto como sinônimo de ingenuidade ou fraqueza.

Uma pesquisa realizada na década de 1990 por Barreira (1999) expôs que à época, a facilidade de se fazer amigos foi apontada pelos jovens das diferentes classes sociais como um dos principais aspectos positivos da cidade de Fortaleza, evidenciando que a desintegração dos laços sociais se intensificou bastante nas duas últimas décadas. É relevante notar, no entanto, que já nessa pesquisa os jovens das classes A e B afirmaram que participavam de “grupos” ou “turmas” bem mais que os adolescentes das classes C, D e E. Barreira (1999, p. 46) apresenta como hipótese para esse fenômeno que “a grande maioria dos jovens [de classes sociais mais baixas] disse não participar de grupos ou turmas por ter associado ao termo ‘turma’ o significado de ‘vagabundagem’, ‘marginalidade’ ou participação em gangues.” Parece-nos que, para além de uma questão de nomenclatura, esse fenômeno já envolvia a culpabilização desses jovens pelo simples estabelecimento de relações sociais.

Nossa pesquisa constatou que, embora fosse comum a retaliação de um jovem morador de um bairro quando entrava em outro território, nem sempre isso ocorria, assim, diversos fatores e situações levavam os jovens a optar por correr ou não o risco de cruzar essas fronteiras. Ana (parda, 15 anos, da periferia), por exemplo, relatou ter sido convidada algumas semanas antes da entrevista para uma festa em outro bairro, ouvindo de alguns que “não ia dar nada<sup>81</sup>” e de outros que “ia dar coisa de facção”. Ela diz que resolveu não ir, relatando que “dá

---

<sup>81</sup> Neste caso, “não dar nada” significava que jovens de locais dominados por outras facções não sofreriam retaliações.

um certo medo, porque você não é envolvido em nada, mas paga por quem é envolvido”. Ela lamenta não ter comparecido, já que a festa acabou sendo “super tranquila”, mas reflete que “não tinha como adivinhar”. Quando o jovem decidia ir para um evento em outro bairro e era morto ou sofria violência, a culpa invariavelmente recaía nos seus amigos. Se, por exemplo, um jovem convidasse outro para um evento em outro bairro e algo ocorresse ao jovem convidado, deprendia-se, quase imediatamente, que um havia “armado” para o outro.

Trankino (pardo, 17 anos, da periferia) narra uma vivência pessoal que quase teve um fim trágico. Ele relata que mora em um território dominado pela Guardiões do Estado (GDE) e antes estudava em uma escola que fazia parte de um território dominado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo Trankino, essas facções tinham uma aliança que foi quebrada, resultando em uma série de repercussões para ele no final de 2018. Ele relata que sempre voltava para casa com um amigo que morava em seu bairro, e que alguns colegas começaram a alertá-los que ficassem atentos, pois estavam “armando” para eles. Dias depois, seu amigo foi agredido e Trankino foi ameaçado, todavia decidiu continuar na escola, relatando que “não estava nem vendo, eu era muito danado [...] e também eu nem era envolvido [...] e se eles mesmo [as pessoas do colégio] andavam lá nas áreas porque eu não podia andar nas áreas deles também?”

Trankino relata que, para melhorar suas notas, havia entrado na quadrilha junina da escola, para uma apresentação na quadra do colégio, após o que decidiu, mesmo temeroso, aceitar um convite para se apresentar fora da escola, convencido por uma amiga, que também estava ajudando a organizar o evento, de que não seria arriscado. Logo após a apresentação, quatro jovens o cercaram e começaram a agredi-lo, dizendo que ele “sabia que não podia andar lá”. Trankino relata que a amiga que o convidou e a mãe dela “partiram para cima” dos jovens, segurando-os e dissuadindo-os, dando tempo para que ele corresse. Depois disso, Trankino saiu dessa escola e nunca mais foi nesse bairro. Vale a reflexão, no entanto, de que se a amiga de Trankino, por medo, não o tivesse conseguido defender, provavelmente o caso seria classificado como mais um em que um amigo levou o outro para a morte, ou seja, como mais uma “armação”, embora essa não fosse a real intenção de sua amiga.

Na maior parte das vezes que os jovens retratavam que determinada morte havia ocorrido por culpa “das amizades<sup>82</sup>”, faziam-no de forma vaga, dizendo que era aquilo que eles tinham “ouvido falar”, mesmo quando se tratava de amigos muito próximos ou familiares.

---

<sup>82</sup> Utilizamos a expressão “das amizades”, e não “dos amigos” pois, via de regra, quando a palavra “amigo” ganhava sentido pejorativo, os adolescentes utilizavam a expressão dessa maneira, como se o termo “as amizades” já carregasse consigo sentidos pejorativos.

Pequena (negra, 16 anos, da periferia), por exemplo, narra que seu pai foi morto com três tiros, relatando que “A mãe disse que foi por conta das amizades, só que ela não quis me contar direito o que aconteceu, só que foi as amizade, que ele foi influenciado. Como se os amigos dissessem para ele ir para um caminho e fosse assim uma armação. Tipo planejado.” Rob (negro, 17 anos, da periferia) relata o assassinato de seu irmão como um “grande mistério”, mas destaca que o que ele mais escuta é que ele morreu “enganado por conta das amizades”. O grande percentual de mortes não esclarecidas no estado contribui para esse quadro.

O discurso de responsabilização “das amizades” pela morte dos jovens atende a apelos da criminalização das relações sociais fortemente alardeados pelas mídias, ganha ressonância nos discursos dos pais e familiares responsáveis pelos jovens, que temem por sua vida, e é reproduzido pelos adolescentes, sendo utilizado como explicação quase automática das mortes. Esse fenômeno relaciona-se com as reproduções ideológicas perifólicas que criminalizam as relações sociais por meio da formação de uma cultura de suspeição do morador da periferia, da produção de desconfianças, inimizades e medos.

Trankino, logo após o episódio narrado, conta que pensou bastante em se “batizar<sup>83</sup>” na facção de seu bairro, imaginando que essa seria a melhor forma de se proteger, mas foi dissuadido em uma conversa com seu “melhor amigo” e com sua “irmãzinha”. Ele conta que poucos dias depois se vingou, expulsando da pracinha do seu bairro um adolescente do mesmo bairro do qual foi expulso. O procedimento praticado por Trankino com o adolescente que expulsou foi idêntico ao que diversos adolescentes disseram ter sofrido. Ele foi com outro jovem até o local onde o adolescente do outro bairro estava e perguntou onde ele morava, e quando esse respondeu ele expôs que o jovem “sabia que não podia andar lá”. O garoto saiu correndo, a notícia se espalhou e o próprio Trankino diz ter passado duas semanas sem ir nessa pracinha, com medo de alguma vingança, expondo a reprodução irrefletida da violência e do medo, que prejudicou tanto o garoto quanto o próprio Trankino.

Os jovens de ambos os territórios retrataram que o que escutam, tanto da mídia como de seus familiares, faz com que tenham medo, sendo comum que trouxessem o discurso da família de forma entrelaçada à sua própria narrativa. As emoções que a mídia provoca exercem grande impacto sobre eles, fazendo com que os discursos sejam reproduzidos. Diversos autores, a exemplo de Glassner (2003), já relataram o papel da mídia na produção de uma cultura de medo. Tanto nas famílias moradoras das periferias como nas de classe média e alta, observamos essa reprodução de discursos geradores de medo, com o agravante de que nas

---

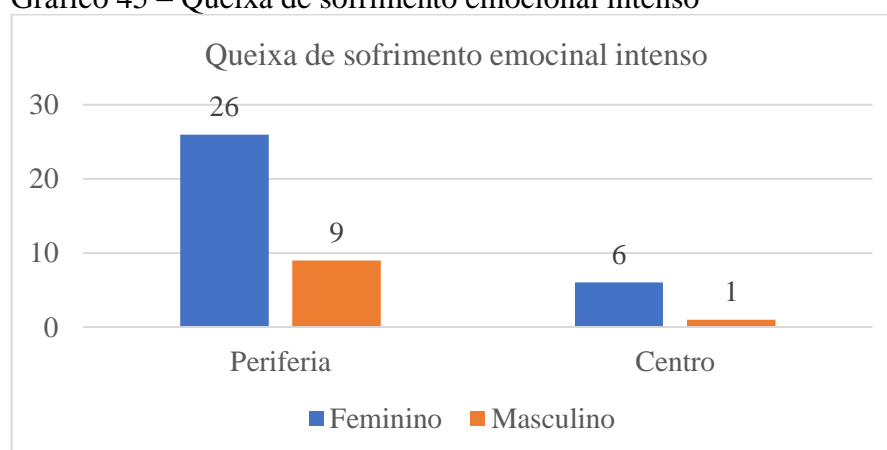
<sup>83</sup> Entrar oficialmente na facção, normalmente por meio de um “ritual”, que é a realização de um crime.

primeiras se agregavam também narrativas moralizantes sobre as relações sociais como um todo. Investigar como as ideologias são reproduzidas de forma a instigar a matança entre os jovens, parece-nos uma eficaz forma de entender o extermínio da população jovem periférica a partir de suas causas eficientes, mas sem se perder em teorizações que se desassocie da vivência concreta do fenômeno. Em nossa compreensão, a produção e reprodução de emoções deve ser entendida como parte fundamental das propagações ideológicas no cotidiano. A capacidade de uma ideologia de produzir emoções intensas como medo, ódio, esperança e desejo nos parece proporcional à sua força de reprodução, mesmo nos casos em que prejudicam os indivíduos que as reproduzem.

### 9.9 Isolamento social e sofrimento emocional na periferia

Na análise de conteúdo das entrevistas, surgiu uma categoria temática, advinda das respostas de diferentes perguntas, que denominamos de “Queixas de sofrimento emocional intenso”. Incluímos nesse item enunciações de crises de ansiedade, apatia, depressão, choro e raiva intensos, sensação de perda de controle emocional, automutilação, pensamentos e tentativas de suicídio, desorganização mental e tristeza profunda. Foram 42 trechos<sup>84</sup> distribuídos como encontramos no Gráfico 45:

Gráfico 45 – Queixa de sofrimento emocional intenso



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Como podemos perceber, tais queixas estiveram mais presentes entre os adolescentes da periferia. Embora não seja possível afirmar que esses sofrimentos mentais

<sup>84</sup> Algumas entrevistas tinham mais de um trecho. Só contabilizamos como outro trecho quando a temática era abordada pelo adolescente na resposta para outra pergunta.

sejam necessariamente resultado das vivências de medo, foi possível estabelecer algumas correlações. Os sofrimentos foram relatados especialmente pelos adolescentes da periferia que mais se resguardavam, evitando sair, ou seja, os que tinham os vínculos sociais mais fragilizados apresentaram mais sintomas de sofrimento emocional intenso, e não necessariamente aqueles que tinham sofrido mais violência direta. Fatores de gênero fizeram com que as adolescentes fossem mais atingidas, posto que a pressão familiar, social e cultural para que permanecessem em casa era maior sobre elas.

Isso reforça a tese de que os jovens da periferia acabavam sendo obrigados a escolher entre aumentar os riscos de morrer, e assim experimentar alguma forma de liberdade, mesmo limitada, ou viver (sobreviver) no padecimento psíquico provocado pelo isolamento social. As razões apontadas por esses jovens para evitar sair de casa foram: ter sofrido ou presenciado situações de violência; ter ouvido falar sobre muitos casos de violência; não ter muitas relações sociais no bairro e temer sair dele por temor às facções; temer as facções mesmo no bairro; ser proibido pela família; não ter vontade de sair.

O discurso de Nana (parda, 16 anos, da periferia) foi um dos mais permeados pela esperança do fim da exclusão e violência. Ela relata que “acabo perdendo o interesse dos cantos, porque a maioria dos cantos que eu vou sempre acontece alguma coisa, aí num vou mais”. Nana relata que quando era criança estava sempre na rua brincando, mas agora não costuma mais sair de casa, pois “só escuta histórias de pessoas morrendo”. Afirma que escolheu se matricular em uma escola de ensino integral justamente para ter a possibilidade de interagir mais em um local seguro. Conta que já teve depressão, tentou suicídio, e que sua família e sua melhor amiga arrombaram a porta para a salvar. Tem constantemente crises de ansiedade e sente muita tristeza. Ela diz que tem medo de fazer amizades, pois se sente muito frágil e teme que as pessoas a machuquem, dizendo ou fazendo algo que a faça chorar. Relata ainda que sua família e sua amiga sempre a chamam para “fazer algo no bairro”, na busca de alegrá-la, mas ela não tem desejo de sair. A falta de ânimo (potência) e o medo mostraram-se fortemente relacionados não só no discurso de Nana, como de diversos adolescentes. Foi comum que os jovens afirmassem que, por conta da violência, não tinham mais sequer vontade de sair.

Pequena (negra, 16 anos, da periferia) teve seu pai assassinado “por conta das amizades”, e relata fortes sentimentos de raiva. Quando lhe foi solicitado que falasse sobre si, afirmou que “sou estressada e ao mesmo tempo revoltada, com vontade de bater nas coisas quando alguma coisa não dá certo pra mim. Fico querendo esmurrar, morder alguma pessoa até arrancar o pedaço de tanta raiva, [...] qualquer coisa muito pequena fico assim”. Pequena reflete que é muito dependente do namorado. Eles estudam na mesma sala e ela gostaria de ficar com

ele o tempo inteiro. Afirma que antes do namoro nunca saía de casa, e que agora só sai se for com ele. Quando questionada sobre qual seu maior medo, diz que é perder mais alguém, pois já perdeu gente demais. Ela diz que é muito presa em casa, e que sua mãe tem “muito medo do mundo afora” e briga com ela sempre que ela dá uma “escapadinha”.

Sentimentos de raiva foram frequentemente descritos pelos adolescentes da periferia. Flor (parda, 15 anos, da periferia) relata que “sou tipo aquelas pessoas que se eu tou com raiva, por mais que seja uma coisa mínima, eu fico com uma raiva muito grande. Eu não tenho uma raiva pouca, normal”. Ela teve uma vida marcada pela violência doméstica, sua mãe era alcoólatra e a espancava. Flor diz que tem muito medo de sair de casa, e sempre imagina que as facções vão invadir a escola. Ela expõe que tem crises intensas de choro, que já tentou se matar e que já fugiu de casa. Sua fala é bastante desconexa, confusa e verborrágica, mudando de um tema para outro com muita rapidez. Ela relata que por vezes não se sentia como se fosse desse mundo, afirmando que “criei na minha mente um outro lugar, como se fosse tipo pra me proteger, como se lá eu fosse realmente feliz”.

Genius (negra, 16 anos, da periferia) nos conta que é imprevisível emocionalmente e que por conta disso já teve diversos problemas, mas que está aprendendo a se controlar. Ela mora com a avó, que lhe contou que sua mãe tentou interromper a gravidez, algo que, segundo relata, não costuma contar a ninguém. Seu pai faleceu ainda na sua primeira infância e sua mãe a abandonou para viver com “um homem”. Sua avó nunca a deixa sair, nem mesmo para os passeios oficiais da escola. Genius expõe que não se sente capaz de sair para canto nenhum sem um “responsável”, pois não sabe como agir em outros lugares que não sejam a escola e sua casa. Seu sonho é conhecer um cinema e ir à praia, o que nunca ocorreu, mesmo morando em uma grande metrópole litorânea. Ela relata que, apesar de nunca ter visto o mar, tem certeza de que ele diminuiria suas crises de ansiedade, pois quando o vê, mesmo em uma fotografia, já fica mais calma. Genius afirma que, apesar de achar que a avó a prende excessivamente, ela mesma já incorporou o medo da matriarca e, hoje em dia, já não tem vontade de sair.

Diferentemente de Genius, que já internalizou o medo a ponto de perder o desejo de sair, Paty (parda, 15 anos, da periferia), apesar de também ter um pouco de medo, ainda se ressentia pelos pais não permitirem que saía de casa. Ela diz que acha que seus pais deveriam deixá-la sair, porque “viver dentro de casa” pode fazer com que “a pessoa se sinta muito sozinha” e “fica pensando coisas que não são boas”, como por exemplo, “que ninguém gosta de você, ficar triste, depressiva, se achando uma merda, essas coisas”.

Marta (parda, 16 anos, da periferia) apresenta um histórico de violência doméstica. Seu padrasto, que foi assassinado na sua frente por conta de um desacordo sobre a propriedade



de um cadeado, era alcoólatra e, muitas vezes, agressivo. Ela relata que não consegue se sentir feliz e que tem muito medo de que algo aconteça com seu filho. As amigas a chamam para ir à pracinha, onde tem brinquedos para crianças, mas ela não se anima. Ela diz que seu maior desejo era visitar suas tias e primas, a quem ama muito, afirmando que, embora todo mundo no bairro delas a conheça e a trate bem, “não confia, por causa desses negócios de facção”. Afirma que a família fará uma festa no final do ano, na qual ela gostaria de estar presente, mas já viu “tanta gente sendo decapitada e morrendo mesmo sem ter envolvimento com nada”, que pensa em seu filhinho e prefere não ir. Dá como exemplo uma amiga, que foi convidada para uma festa no bairro vizinho e foi assassinada, mesmo estando grávida de cinco meses. Marta diz que sente muita solidão e tristeza, e agradece por ter uma grande amiga, madrinha de seu filho, que mora no bairro. Ela fala que a casa da amiga é como se fosse sua casa, pois não pode ficar sozinha que se “corta toda”, se bate e dá murros na parede para “descontar a raiva”.

Apesar de as narrativas de sofrimento emocional intenso terem sido mais frequentes entre as meninas da periferia, elas também estiveram presentes entre alguns meninos da periferia e algumas meninas do centro. Lecas (pardo, 16 anos, da periferia), garoto que teve que sair de seu bairro por cometer um furto, apresenta em seu discurso um forte sentimento de humilhação e raiva, pela forma como foi tratado por vários familiares que ficaram sabendo de seu delito. Lecas se sente humilhado também por seus colegas da escola atual, que dizem que ele se veste como mendigo. Ele relata que no antigo bairro tinha alguns amigos, mas que no atual não tem. Afirma que quando é humilhado tem ataques de fúria, e que tem vontade de quebrar tudo na escola. Ele se sente muito mal pela culpa que carrega por ter sido excluído do bairro “por culpa sua”, e muito medo de que ele ou seus familiares sofram retaliações, caso as facções do bairro descubram seu delito.

Dante (pardo, 16 anos, da periferia) é extremamente retraído e apresenta um discurso marcado pelo medo em relação à cidade, o que já fica explícito em seu mapa afetivo. Ele representou uma cidade de perigo e medo, onde todos os cantos têm assaltos e mortes, e diz que, por conta disso, não tem a menor vontade de sair de casa. Relata que ficou apavorado desde que ouviu boatos de que alguma facção poderia invadir a sua escola, acrescentando que já não sai de casa para não ter contato “com essas coisas”. Os seus sentimentos em relação à cidade são de medo, tristeza e aflição, e ele define a cidade como “um lugar que só tem coisas ruins”. Ele relata que tem um péssimo relacionamento com seus pais, que paradoxalmente dizem que ele precisa sair de casa, mas nunca permitem que saia, nas raras vezes em que solicita autorização. Em virtude disso, só sai “da escola para casa e de casa para a escola”. Não tem amigos, nem no bairro nem na escola, e só conversa com sua namorada, que estuda com ele.

Entre os adolescentes do centro, os relatos de sofrimento emocional foram expostos por três adolescentes, duas entre as quais tinham sofrido vivências traumáticas: Rose (branca, 17 anos, do centro) e Zoe (parda, 15 anos, do centro). Rose afirma que “criou muito pânico” desde que foi abusada por seu professor do colégio. Em virtude disso, ela não sai mais de casa. O medo de Rose não é apenas de ser abusada, mas também de que diversas violências aconteçam com ela, como ser furtada ou assaltada, embora o medo da violência sexual perpassasse boa parte de seu discurso. Zoe, por sua vez, relata ter sido vítima de violências físicas e psicológicas em sua escola. Ambas, assim como os adolescentes da periferia, relataram uma grande dificuldade de confiar nas pessoas, o que evidencia uma correspondência entre a falta de confiança e o sofrimento de experiências traumáticas. As experiências traumáticas dos adolescentes da periferia se dão no próprio cotidiano de violência, sendo regra, e não exceção. Diferentemente do que ocorre com os adolescentes da periferia, para Rose e Zoe, a falta de confiança era vista como algo que elas percebiam como maléfico e que queriam superar, e não como defesa natural e necessária.

### **9.10 Considerações finais**

Conforme destacamos na revisão de literatura desta tese, estudos têm evidenciado o crescimento do medo, mesmo em localidades em que a violência vem diminuindo. Diversos autores, a exemplo de Glassner (2003) e Bauman (2008, 2009), têm demonstrado a existência de uma cultura de medo, na qual eventos com pequenas possibilidades de ocorrer têm gerado um clima de pânico social. Nesses casos, trazer à tona essas estatísticas e debatê-las com a sociedade ajuda a elucidar essas distorções. Mas de que maneira esses apontamentos podem ser úteis para refletir sobre as repercussões de uma cultura de medo, em locais que de fato têm índices altíssimos de violência? Acreditamos que um primeiro passo é problematizar explorações simplistas dessas estatísticas. Segundo o Anuário de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018), em 2017, Fortaleza foi a capital brasileira com mais Crimes Violentos Letais Intencionais, o que levou diversos jornais locais a atribuir à cidade a pecha de capital mais violenta do País, muitas vezes, sem problematizar o perfil das vítimas e as causas de sua morte, ampliando a sensação de ansiedade, mesmo em perfis populacionais pouco atingidos pelo aumento da violência.

Anualmente, logo após a divulgação do Anuário de Segurança Pública, especialmente quando os índices de violência crescem na cidade, diversos jornais trazem nos títulos de suas matérias manchetes que destacam o local ocupado pela cidade no “ranqueamento”

da violência. Tais notícias encontram eco nas ansiedades sociais da população da cidade, sendo, assim, compartilhadas e divulgadas, via de regra, com intuito de denúncia, mas acabam produzindo a sensação de que todos na cidade estão expostos a riscos semelhantes, o que é falso.

Como o “ranqueamento” é alterado ano a ano, diversos adolescentes associaram reiteradamente seus medos ao fato de a cidade de Fortaleza ser a “enésima” mais violenta do País (às vezes dizendo que era a primeira, quarta, sexta, etc.). Especialmente os adolescentes do centro, população predominantemente branca e de classe média e alta, atrelavam tal ranking à possibilidade de serem mortos em decorrência de assaltos. A despeito dos altos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais, a cidade de Fortaleza apresenta taxas relativamente baixas de latrocínio, em comparação com o restante do País: foram oito ocorrências no ano de 2019, uma taxa de 0,3 casos a cada 100 mil habitantes (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Verificamos mês a mês as ocorrências de CVLI da SSPDS-CE e pudemos constatar que apenas um (0,24%) dos 409 adolescentes assassinados no primeiro semestre de 2020 foi vítima de latrocínio<sup>85</sup>. Enquanto, na média, para cada 25 homicídios dolosos ocorre um latrocínio no País, em Fortaleza houve 111 homicídios para cada latrocínio em 2018 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), indicativo de que a ampliação dos homicídios na cidade não se relaciona com ocorrências de assalto, diferentemente do que imaginam os adolescentes do centro. Dos quatro tipos de Mortes Violentas Intencionais, o latrocínio é a única com taxas proporcionais à população total em relação aos aspectos étnicos, o que é um indicativo também de renda e território. O fato de os altos índices de homicídio não serem acompanhados pelos índices de latrocínio, indica que a população periférica tem sido a principal vítima da ampliação dos homicídios na cidade.

Conforme destacamos na introdução deste estudo, a “guerra” contra o tráfico de drogas realizada pela polícia e a “guerra” pelo comando do tráfico de drogas realizada entre as diferentes facções criminosas, oferecem uma grande contribuição para os elevados índices de homicídio em nossa cidade. Neste estudo, pudemos constatar que tais “guerras”, que têm contribuído para a morte de diversos adolescentes pobres, negros e periféricos, não têm causado preocupação nos adolescentes do centro da cidade. Estes, além de viverem realidades completamente diferentes das dos moradores da periferia, parecem completamente alheios a essas mortes, o que explicita a despreocupação social não apenas dos adolescentes, como

---

<sup>85</sup> Dados obtidos em vários documentos encontrados no endereço eletrônico das Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) (<https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais.pdf>).

também de toda a classe média e alta da cidade. A palavra facção (ou facções) apareceu 249 vezes no discurso dos adolescentes, sendo 247 vezes (99,20%) empregada pelos adolescentes da periferia, e apenas duas vezes (0,80%) pelos adolescentes do centro<sup>86</sup>. Mesmo quando questionados genericamente sobre os principais tipos de violência da cidade e suas causas, os adolescentes do centro, ou seja, a população majoritariamente branca, sequer mencionaram tal temática, enquanto praticamente todos relataram assaltos, identificando-os como a principal causa dos assassinatos.

Apenas os adolescentes da periferia relataram conhecer diretamente pessoas que haviam sido assassinadas, e grande parte desses homicídios estava ligada, de diferentes formas, à problemática do tráfico de drogas. A dinâmica das facções é o fator que mais gera mortes e não tem sido apontada como um problema. Eles simplesmente não precisam pensar sobre isso, o que de fato não fazem. A falta de sensibilidade e mesmo de percepção em relação a esse fenômeno, expõe que o imprescindível debate sobre o extermínio da juventude periférica e negra da cidade vem sendo extremamente negligenciado pela população branca e de classe média e alta. É imperativo que essa pauta seja levantada, não só entre os moradores da periferia como também do centro, posto que estes são parte de sua causa. Temos como hipótese que as discussões identitárias sobre opressões e privilégios étnicos e de gênero, que cada vez mais têm sido levantadas na classe média e que foram reiteradamente pontuadas por alguns adolescentes do centro, não têm sido suficientemente abordadas a partir de reflexões que considerem aspectos interseccionais como classe e território. Os preconceitos e violências enfrentados pelos moradores das periferias relacionam-se diretamente às fobias oriundas das classes privilegiadas. Os moradores do centro precisam se ver como parte integrante fundamental dos sofrimentos ocorridos na periferia, bem como olhar para suas próprias fobias, que distorcem a realidade e ampliam a violência.

Uma de nossas hipóteses iniciais era que adolescentes mais expostos a programas policiais tenderiam a ter mais medo, mas pudemos avaliar que esses programas não eram vistos pelos adolescentes do centro, que foram os que apresentaram medos mais ansiosos. Tais programas com viés moralizador eram voltados e consumidos especificamente pelos adolescentes das periferias. Assim, eram os noticiários jornalísticos tradicionais, incluindo as estatísticas criminais da cidade o que mais assustava os adolescentes do centro. Ideias simplificadas de que determinada cidade é a enésima mais violenta do País, ou sobre o crescimento das mortes em determinadas regiões, sem uma apreciação crítica de quem está

---

<sup>86</sup> Procuramos também a palavra “ganguê”, mas ela também esteve ausente dos discursos dos adolescentes do centro.

morrendo, como está morrendo e por que está morrendo, são contraproducentes e reprodutoras de uma cultura de medo, que só gera segregação e mais violência. Os sentidos contidos nessas narrativas jornalísticas são claros: “qualquer um pode ser vítima da violência”; “você e sua família podem ser vítimas da violência”; “algo precisa ser feito para conter a violência”. Embora essa ideia não seja tecnicamente equivocada, o silêncio sobre quais populações têm sido predominantemente atingidas produz avaliações de risco completamente distorcidas. Essas ideias reproduzem o medo das classes altas e médias e retroalimentam suas práticas segregacionistas.

Além disso, casos isolados de violência que atingem pessoas de classes mais altas são superexpostos, enquanto a morte cotidiana nas periferias é tratada com desdém e suspeição. Assim, no centro, a ansiedade social gerada por essas ideias associa-se a concepções ideologicamente distorcidas sobre esse “outro”, que não é visto como vítima e sim como perigo social. Essas ideias têm produzido, como vimos, um fenômeno que denominamos de “perifobia”. Essa ideologia-emoção é preconceituosa, posto que equivocadamente generaliza elementos não generalizáveis. Preconceitos são conceitos mal formados e distorcidos, ideias inadequadas, que se equivocam em relação à sua capacidade de apreender o real, formados por concepções ideológicas que contribuem para a manutenção de relações de opressão e submissão. Nesse caso, o desejo distorcido por segurança gera emoções que despotencializam o próprio sujeito, o outro e todo o conjunto da sociedade, ampliando o ciclo de violência e medo. Os preconceitos e estigmas em relação à periferia não assumem apenas a forma de medo, mas se relacionam a toda uma série de paixões tristes como desconfiança, suspeição, raiva, aversão, repulsa, desprezo, nojo, indiferença e, em alguns casos, ódio. A perifobia é um problema estrutural dos grandes centros urbanos brasileiros e, como todo problema dessa natureza, está assentada nas concepções ideológicas e nas emoções compartilhadas por todos nós de diferentes formas, mesmo as mais sutis.

Tais concepções que criminalizam as relações sociais periféricas mostraram-se substancialmente incorporadas pelo imaginário dos próprios adolescentes das periferias, e tanto a mídia como a família parecem operadores centrais para essa assimilação, produzindo desintegração dos laços sociais e inimizades. Para alguns, a produção de culpa e medo levava ao isolamento social, e se mostrou relacionada à produção de diversos tipos de sofrimentos emocionais, como crises depressivas e ansiosas, episódios de choro e raiva intensos, automutilação, pensamentos e tentativas de suicídio, desorganização mental e tristeza profunda.

Pudemos verificar, ainda, que esses diversos fenômenos e produções ideológicas vêm modificando os sentidos sociais da palavra “amigo” na periferia, associando-a a sentidos

de desconfiança, evidenciando que as transformações semânticas guardam um profundo elo com as modificações infraestruturais e demais aspectos superestruturais<sup>87</sup>, conforme aponta Bakhtin (2006/1929-1930). Esse fenômeno entrelaça uma série de questões materiais e culturais que se associam, tais como: a formação de um agrupamento de sujeitos que se encontram abaixo das classes sociais, considerados permanentemente não assimiláveis e perigosos, sendo, assim, descartáveis e matáveis; a produção de ideologias que associam pobreza a perigo, perpassadas pela produção coletiva de medo e, por vezes, de ódio; a produção de sentimento de revolta e humilhação nessa população marginalizada, e de desvalorização de sua própria condição de sujeito; a propagação de valores individualistas, que geram a ideia de que as saídas para a situação de vulnerabilidade em que esses sujeitos se encontram devem se dar no âmbito individual, e não do coletivo, jogando-os uns contra os outros; produções mútuas de desconfiança, que culminam com o genocídio da população jovem da periferia, em especial as populações não brancas.

Conforme discutido nos capítulos teóricos desta tese, Spinoza, opondo-se ao método cartesiano, ratificou a ideia aristotélica que defende que conhecer é “conhecer pelas causas”, argumentando que um dos maiores equívocos dos indivíduos é tomar efeitos como causas. Vygotsky parece seguir essa mesma tradição, buscando compreender os fenômenos de forma processual a partir de sua gênese. Para a compreensão dialética de um fenômeno, é necessário estabelecer relações complexas entre causa e efeito, entre parte e todo. Quando isso não é feito, tem-se como resultado a absurda lógica que impera no senso comum, em que a morte de um jovem passa a ser explicada como decorrência de suas relações sociais. Ou mesmo que busca explicar uma infinidade de mortes de jovens de uma mesma origem econômica, territorial e étnica a partir de causas individuais relacionadas às ações específicas desses jovens, como se esses milhares de mortes tivessem diferentes causas isoladas ou como se esses jovens estivessem predestinados para o crime e a morte, ignorando a causa eficiente da questão: estamos diante de um fenômeno político, econômico e social, que tem levado ao genocídio de parte específica de nossa população, aqueles considerados descartáveis pelos modos de produção econômica vigentes.

---

<sup>87</sup> Mais considerações acerca da temática serão tecidas no capítulo 11.

## **10 JUVENTUDES E SENTIDOS DE “POLÍCIA”: AS TESSITURAS DOS MEDOS URBANOS ENTRE (DES)PROTEÇÕES, DEMANDAS DE SEGURANÇA, AMEAÇAS E AUTORITARISMO**

Senhor delegado  
 Senhor delegado  
 Seu auxiliar está equivocado comigo  
 Eu já fui malandro  
 Hoje estou regenerado  
 Os meus documentos  
 Eu esqueci mas foi por distração (comigo não)  
 Sou rapaz honesto  
 Trabalhador, veja só minha mão (sou tecelão)  
 Se ando alinhado  
 É porque gosto de andar na moda  
 Se piso macio  
 É porque tenho um calo que me incomoda (na ponta do pé)  
 Se o senhor me prender  
 Vai cometer uma grande injustiça (na Lapa)  
 Amanhã é domingo  
 Tenho que levar minha patroa à missa (na Penha)  
 Ernani Silva / Antoninho Lopes

Neste capítulo analisamos os sentidos atribuídos à polícia pelos adolescentes da cidade de Fortaleza a partir de recortes territoriais (centro e periferia) e de gênero (meninos e meninas), atendendo aos componentes econômicos e étnicos. Nosso objetivo foi entender a relação entre a (des) proteção, as demandas de segurança institucionais e não institucionais e as dinâmicas dos medos urbanos, incluindo o medo da polícia. Destacamos quatro zonas de sentidos atribuídas à polícia: ameaça policial, proteção policial, desproteção policial e demandas por policiamento. A ameaça policial esteve ausente apenas entre os meninos do centro. Aspectos étnicos e componentes como a forma de andar, falar, trajar e o local de moradia foram expostos como fontes de estigma. A proteção policial foi avaliada como inconstante na periferia, onde os sentidos de desproteção foram mais constantes. A desproteção policial mostrou-se capaz de elevar diferentes medos, que variavam a partir dos marcadores sociais dos jovens. Foi possível estabelecer uma relação direta entre sentidos de desproteção, ampliação dos medos urbanos e demandas por segurança. Mesmo aqueles que manifestaram medo intenso da polícia, em especial os meninos da periferia, demandaram policiamento, mostrando que medo da polícia e demanda de policiamento são independentes (não correlacionados). Entre os adolescentes da periferia, sentidos ambíguos solicitavam tanto uma polícia mais cidadã e menos truculenta como uma polícia mais rígida, que atendesse aos anseios por segurança da população. Entre eles, as buscas por segurança não ficaram restritas a demandas institucionais, mas se ampararam em uma ordem comunitária que por vezes se confundia com as dinâmicas criminais

do bairro. Destacamos ainda a relação entre medo e autoritarismo, alertando para o risco de as periferias serem cooptadas por discursos políticos e ideológicos autoritários.

### 10.1 Introdução

Neste capítulo investigamos os sentidos atribuídos à polícia por adolescentes de Fortaleza, mediante análise de conteúdo temática de entrevistas semiestruturadas realizadas com 20 adolescentes (de 15 a 19 anos) do centro e 20 da periferia, sendo 10 de cada gênero. Nesta tese, inicialmente investigamos o medo da polícia apenas como um dos diversos medos da juventude urbana, constatando que são os jovens do gênero masculino, moradores da periferia e não brancos, os que mais enfrentam esse tipo de medo. Como esse grupo já tem sido apontado na literatura acadêmica como o mais vulnerável à violência policial, esse temor mostrou-se dentro do esperado. Contudo, chamou-nos a atenção que os meninos da periferia, mesmo mais atingidos pela violência policial, demandaram maior policiamento do que os meninos do centro, o que tornou relevante um estudo mais aprofundado dos sentidos atribuídos à polícia, na busca de compreender as dinâmicas entre demandas de proteção e produção de medos. A complexidade da questão se explica porque, diferentemente das demais fontes de medo como assalto, violência sexual, assassinato, etc., a polícia também é fonte de proteção. Por isso, a presença ou ausência de policiamento também se mostrou relevante na vivência dos demais medos urbanos pelos adolescentes. Com o aprofundamento da análise, compreendemos melhor o medo na relação dialética desproteção-demanda de segurança – reprodução de violência, mediante um entendimento cíclico dos fenômenos da violência e do medo.

Orientamos nossa investigação motivados pelo objetivo de compreender, a partir da análise dos sentidos atribuídos à polícia, como a presença/ausência policial amplia/diminui os medos urbanos, gerando demandas de proteção que paradoxalmente podem ampliar diversos medos. Os medos urbanos resultam em uma série de implicações, que têm promovido um *apartheid socioterritorial* em Fortaleza, produzindo criminalização, violência e estigma sobre as populações periféricas, efeitos que levam à reprodução de outras formas de segregação nesses territórios, como uma constante necessidade de diferenciação entre “cidadãos” e “envolvidos”.

Em virtude disso, nos adolescentes da periferia, a demanda por policiamento autoritário entrelaçou-se com a necessidade de policiamento cidadão, produzindo ambiguidades. Duas ordens discursivas distintas flutuavam nas narrativas, uma denunciando o racismo e autoritarismo policial e outra afirmando que a polícia era truculenta apenas com quem

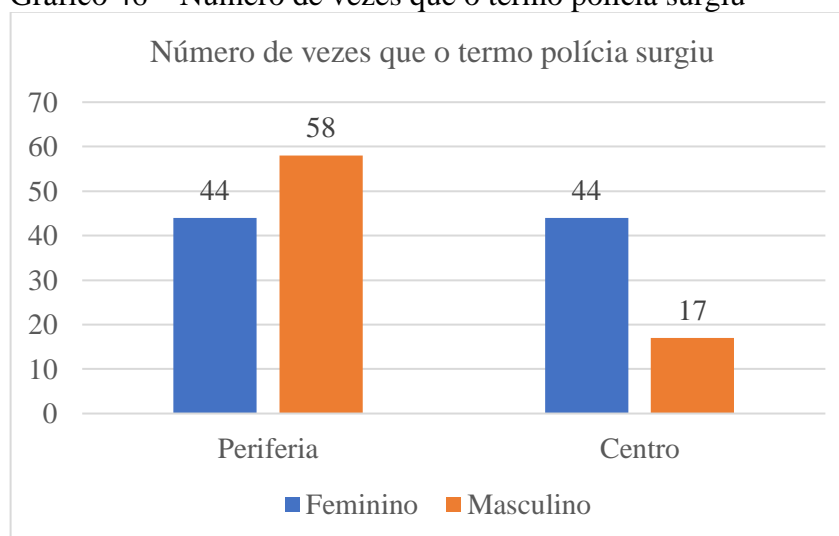


“merecia”. Essas vozes contraditórias por vezes estavam presentes na enunciação de um mesmo adolescente, evidenciando o que nos parece ser um conflito entre suas observações empíricas e a internalização de ideologias moralizantes sobre sua própria condição de jovem morador da periferia. Além disso, nesses territórios, as demandas de proteção não se relacionavam apenas à ampliação e rigidez da polícia, mas também à busca concomitante por “proteção” e “justiça” não institucional, fundada em uma ordem coletiva e comunitária da qual, por vezes, as facções criminosas eram a principal representante, organizando-se como um centro paralelo de poder.

Já nos adolescentes do centro, discursos mais polidos e refletidos de que o autoritarismo do Estado não é suficiente para gerar segurança, sendo necessária a implementação complementar de uma série de políticas públicas, contrastaram com o medo de que qualquer contato com a população periférica pudesse representar uma ameaça à sua vida. Se na periferia a ambiguidade se evidenciou nos discursos, no centro foi mais sutil, ficando explícita, entretanto, nas desconformidades entre narrativa e prática.

Os sentidos atribuídos à polícia foram investigados a partir de todas as vezes que o termo “polícia” e seus derivativos<sup>88</sup> apareceram nas entrevistas dos adolescentes. Além disso foram incluídas referências indiretas ao policiamento ou à proteção do Estado – a exemplo de narrativas sobre sistema de justiça -, bem como a práticas e demandas de segurança não institucionais, fossem pessoais, fossem comunitárias, fossem feitas pelas organizações criminosas. A palavra “polícia” surgiu 163 vezes, disposta da seguinte forma entre os grupos (Gráfico 46):

Gráfico 46 – Número de vezes que o termo polícia surgiu



Fonte: Pesquisa direta (2020).

<sup>88</sup> Polícia, policial, policiais, policiamento.

Pudemos classificar os sentidos atribuídos à polícia em quatro zonas de sentidos distintas: proteção policial, desproteção policial, demanda policial e ameaça policial. Utilizamos indiferentemente os termos “adolescentes” e “jovens” para nos referirmos ao conjunto dos sujeitos da pesquisa; os termos “meninos” e “meninas” para realizar uma diferenciação de gênero; e os termos “centro” e “periferia” para fazer uma diferenciação territorial.

## **10.2 Estigma, sujeição criminal e violência policial**

Misse (2010, 2015) utiliza a expressão “sujeição criminal” para explicar um intrincado processo de subjetivação, que se inicia pela rotulação de determinados grupos como “perigosos”, na expectativa de que realizarão ações compreendidas como criminosas pelo Código Penal (BRASIL, 1940). Em nossa pesquisa, meninos da periferia, pardos e negros, que compartilhavam determinados códigos de significados e sentidos comuns, como jeito de falar, de andar e de se vestir, sofriam processos discriminatórios e incriminações a priori como destacado por Misse (2010, 2015).

Goffman (2008) aborda os processos de estigmatização por uma dupla perspectiva: quando a característica estigmatizante não é evidente para o próprio sujeito, ele precisa lidar com as implicações de ser “desacreditável”; já quando o sujeito é consciente de sua própria estigmatização, precisa lidar com a posição de “desacreditado”, cada uma delas provocando implicações psicossociais distintas. Como podemos perceber, em ambos os casos, os sentidos de rotulação são exteriores ao sujeito estigmatizado, distinguindo-se a partir do nível de tomada de consciência do próprio sujeito sobre a condição de descrédito a ele imputada. Misse (2015) realiza uma diferenciação entre o conceito de estigma de Goffman (2008) e o seu conceito de sujeição criminal, afirmando que Goffman não se interessou pelos sentidos internos dos atributos desacreditadores, dirigindo-se mais ao seu uso na interação social, especialmente no tocante aos efeitos diretos dos contatos sociais com o sujeito. Assim, na obra de Goffman, o rótulo é compreendido como ação social arbitrária, e não como processo de subjetivação. Misse (2015, p. 84) destaca que “é preciso levar a sério o modo como, nesse processo social, constrói-se de fato um sujeito criminoso e como ele se diferencia de uma variedade de indivíduos que podem ser incriminados, mas que não são considerados ‘portadores do crime’, levando em conta a estabilização institucional do desviante em ‘criminoso’”.

Diferentemente do estigma, na sujeição criminal o sujeito não só tem consciência da expectativa social negativa como a toma para si, incorporando-a como parte constituinte de

sua subjetividade. Tal crença faz com que, em alguns casos, o crime habite o indivíduo transgressor e seu tipo social mais geral. Dessa forma, consideramos legítimo pensar que é possível que exista estigmatização sem sujeição criminal, mas não há sujeição criminal sem estigmatização. Para Misse (2010, 2015), a sujeição criminal é um processo que condensa determinadas práticas com seus agentes sob uma classificação social relativamente estável e recorrente. O autor (MISSE, 2010, 2015) explica que existe uma produção social da sujeição criminal, mas cada evento só é capturado nessa estruturação se fizer sentido para muitos indivíduos, incluindo o próprio sujeito estigmatizado. Dessa forma, para que o processo de sujeição criminal ocorra integralmente, é necessário que os grupos de referência do sujeito, assim como ele mesmo, atribuam sentidos a si que condensem significações de ruptura com representações de normas sociais de validade abrangente.

Misse (2015, p. 82, grifo do autor) destaca que:

Em meu primeiro trabalho sobre estigma, manifestei interesse em resgatar os conteúdos de sentido que comparecem nas relações sociais para compreender definições de situação que dependem da articulação entre interação e produção de sentido. Assim, procurei construir uma ponte entre a abordagem interacionista, a fenomenológica e a estrutural, à medida que concedi à abordagem estrutural a função de me prover conteúdos de sentido “estabilizados”, referenciais institucionalizados, conteúdos de sentido de longa duração, como em sistemas de pensamento, estruturas de crenças e ideologias, e sua presença constitutiva na interação social.

Em nossa compreensão, essa leitura se aproxima da concepção de Vygotsky (2001/1934; 2004/1930), bastante debatida nesta tese, que compreende a personalidade como a internalização de sistemas psicológicos construídos socialmente a partir de sentidos e significados culturalmente compartilhados. Os sentidos agem a partir de zonas de significação, inclusive sobre o próprio sujeito (autoconsciência), que podem ser mais ou menos restritas de acordo com as possibilidades do meio. No caso da sujeição criminal, a formação desse sistema psicológico se constrói apoiada nos discursos e vivências de estigmatização, que antecedem a existência do próprio sujeito e, em alguns casos, tornam restritas as possibilidades de construção de sentidos internos diferentes dos externamente determinados.

Misse (2015) defende que a sujeição criminal começa no plano da interação social contextual, mas já sob a referência estrutural do “criminal”, destacando que “o referente está dado não apenas nos códigos penais, mas na própria linguagem que – na interação – será empregada para distinguir a ruptura da normalidade ou a sua expectativa de um sujeito” (p. 22). Assim, o crime não existe nem no evento nem no seu autor, mas na reação ao evento e ao autor. Misse (2010) relata que vários pesquisadores retratam parte desse processo no plano da teoria

dos papéis sociais e de sua internalização pelo ator, como Frank Tenenbaum, quando se refere ao processo no qual a outra pessoa se torna aquilo que é descrita como tal, e Edwin Lemert, ao se referir ao indivíduo cuja percepção de si e de suas ações se conforma à imagem desviante que os outros têm dele. Na sujeição criminal, esses processos encontram-se potencializados por um ambiente de forte desigualdade social e privação de recursos de resistência à estigmatização, de forma que o rótulo de “criminoso” é de tal modo reificado no indivíduo, que restam poucos espaços para negociar ou refutar a identidade pública estigmatizada. Assim, no limite da sujeição criminal, o indivíduo é socialmente visto como alguém cuja morte é esperada ou até desejável.

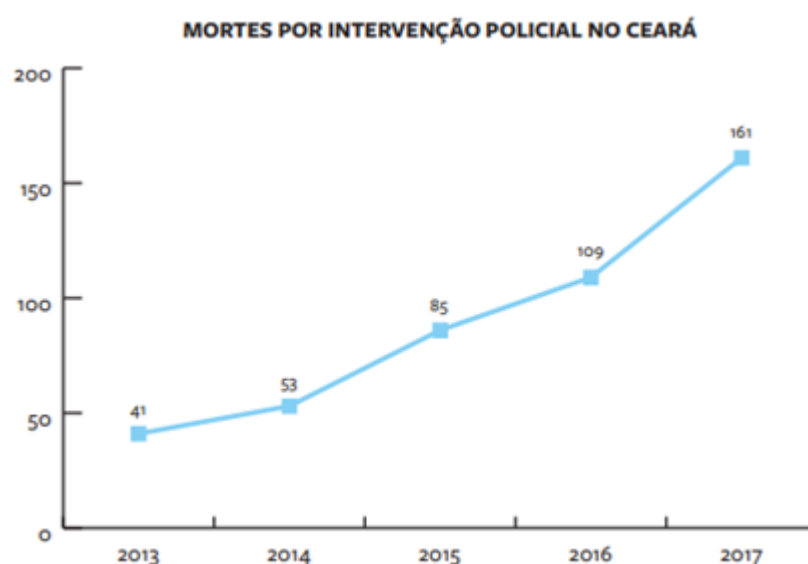
Misse (2010, 2015) alega que alguns fatores sociais se alimentam reciprocamente, em uma causação circular acumulativa, geradora de acumulação de desvantagens e de estratégias aquisitivas, partilhadas tanto por agentes criminais quanto pelos agentes de repressão do Estado, que ganham diferentes graus de legitimação em distintas camadas da sociedade. Entre 1900 e 1960, a demanda para que a polícia cumprisse a função normalizadora dos costumes elevou a pobreza urbana, as minorias étnicas e os comportamentos compreendidos como “imorais” ao topo da lista dos assuntos prioritários para a polícia, ampliando sua atuação em um gradiente de interpretações e representações mais abrangentes que a criminalidade legalmente sancionada. A polícia, no entanto, apenas condensou, em seu trabalho cotidiano, as representações dominantes que vinculavam comportamentos não normalizados à potencialidade criminal.

Como pudemos ver no decorrer desta tese, concepções criminalizantes sobre a juventude periférica, que se fundam na reprodução social do medo, são fundamentais para a formação de práticas de *apartheid*. Tais concepções estigmatizantes sobre os moradores da periferia são condensadas e incorporadas pela polícia, que, como discorreremos neste capítulo, funciona como executora de práticas de violências que acabam atendendo aos ambíguos desejos de *apartheid* provenientes do centro, fundados em uma cultura de medo, ao mesmo tempo que a reproduzem. Ambíguos pois revelam desfaçatez de classe, ao modo do que aponta Kowarick (2009), em que os que estão na parte de cima da pirâmide social se beneficiam dos que estão abaixo, com pouquíssima culpabilização ou remorso, apesar de reiterarem, de maneira ingênua (ou cínica), seus desejos de justiça social, desde que evidentemente isso não interfira em seus privilégios. Grande parte dessas concepções são absorvidas por parcelas periféricas que, jogadas umas contra as outras, passam de vítimas a algozes, seja pela própria sujeição criminal, seja pela violência simbólica, a partir da reprodução de ordens discursivas autoritárias que legitimam a violência policial e a justiça pelas próprias mãos.

### 10.3 Ameaça policial: preconceitos, racismo, tortura e o medo da polícia

Pensando a realidade de Fortaleza, Barros *et al.* (2019a) compreendem que a sujeição criminal é um dos processos de operação da necropolítica no Brasil, que promove a criminalização e o extermínio de adolescentes e jovens a partir da intersecção de diversos marcadores como raça, gênero e classe, na qual consideramos que o elemento territorial é primordial. No Brasil, 13,3% das Mortes Violentas Intencionais ocorridas em 2019 foram decorrentes de intervenções policiais, nas quais 74% das vítimas eram jovens, 99,3% homens e 74,3% negros (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Em 2018, 6220 pessoas morreram em decorrência de ações policiais, enquanto 87 policiais foram mortos em serviço, na proporção de um policial morto em confronto para cada 71 pessoas mortas em decorrência de intervenção policial, o que revela uma política de execução sumária. No Ceará, segundo uma pesquisa realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios (2017), uma das evidências de vulnerabilidade na adolescência é a relação de conflito entre o adolescente e a polícia, marcada por intimidação e violência. Essa mesma pesquisa apontou que em Fortaleza e Caucaia, segundo os familiares, 73% dos adolescentes vítimas de homicídios já haviam sido anteriormente vítimas de violência policial. O número de mortes decorrentes de intervenção policial vem crescendo no Ceará (Gráfico 47), muitas delas de adolescentes, embora não seja possível precisar o número, pois a SSPDS não detalha a idade das vítimas.

Gráfico 47 – Mortes por intervenção policial no Ceará



Fonte: CCPHA (2017).

Dentre as quatro zonas de sentidos apresentadas neste estudo, o medo da polícia revelou-se especificamente nos sentidos de ameaça, embora nem todos aqueles que a identificaram como tal se considerassem possíveis alvos e tivessem, assim, medo de que a polícia lhes fizesse mal. Tal zona de sentidos delineou uma representação de polícia corrupta, elitista, racista, que aborda de forma discriminatória os diferentes grupos sociais e atua de maneira particularmente violenta com um determinado perfil: o de jovens, periféricos, homens, pardos e negros, balizando-se em marcadores socioculturais como o modo de vestir, andar, falar, a presença de tatuagens, etc. A polícia foi retratada como institucionalmente racista e preconceituosa, tendo em vista que tais práticas são apontadas como regra, e não exceção. É possível destacar, todavia, que, tal como expõe Misse (2010), a polícia não cria a estigmatização. A instituição policial é um dos maiores representantes da política estigmatizante de um Estado racista, que não apenas aplica a lei, mas trata de maneira totalmente distinta os grupos sociais.

Entre os adolescentes do centro, apenas as meninas - duas brancas, uma parda e uma negra - relataram a violência policial como uma das principais violências que ocorrem na cidade. Nesse grupo, os sentidos de violência policial surgiram majoritariamente associados a elementos étnicos, mas em alguns momentos também se ligaram a aspectos de classe. Assim, as duas meninas brancas retrataram a violência policial como um tipo de violência que não as atingia diretamente, por conta de sua raça e classe social.

Eu acho que a polícia muitas vezes é muito agressiva porque, por exemplo, se o filhinho de papai for preso ele vai ser solto em 5 dias e uma pessoa que não tem dinheiro ela vai ficar na cadeia por muito tempo, entendeu? E a polícia, dependendo de quem for, tipo bate mesmo, mesmo que o cara esteja roubando comida. (July, branca, 16 anos, do centro)

Pinscher (branca, 15 anos, do centro) narrou um episódio ocorrido com o pai de uma amiga, professor universitário, negro, que sofreu uma abordagem policial violenta. A adolescente relata que os policiais desconfiaram que o carro era roubado, estranhando que um negro com dreadlock pudesse ter muitos livros em seu carro. Vale destacar que, para a polícia, embora suspeito, poderia até ser admissível que um negro fosse professor universitário, mas o fato de ter dreadlock ampliava a suspeição de tal forma que, mesmo apresentando os documentos do carro e a habilitação, os policiais continuaram perguntando: “se ele era professor universitário, por que tinha dreadlock?”

Domingues (2019) apresenta a categoria “branqueamento” para explicar uma modalidade de “racismo à brasileira”. O autor explica que uma miscelânea de concepções

eugenistas, no início do século XIX, criaram a expectativa de que o processo de miscigenação do Brasil, em conjunto com a imigração de populações europeias, promoveria o clareamento fenotípico da população, fazendo com que os negros deixassem de existir em aproximadamente um século, expectativa apresentada inclusive em documentos oficiais, como o Censo de 1920.

Percebemos que as expectativas de branqueamento incidem manifestamente dentro da narrativa de Pinscher sobre a abordagem policial do pai da amiga. Para a polícia, causou estranhamento e incompreensão que um sujeito negro tenha ascendido social e profissionalmente e, mesmo assim, tenha optado deliberadamente por manter atributos marcadamente da cultura negra, algo incompatível com o estereótipo do “professor universitário”. A desconfiança e o incômodo social, vinculados às ideologias hegemônicas em relação a um professor universitário com dreadlock são duplos, atingindo primeiramente o fato de ascender, depois o de afirmar componentes da identidade negra. Conforme bem adverte Fanon (2008, p. 47), “o negro que cita Montesquieu deve ser vigiado”. No tocante à ascensão, o mesmo comportamento de desconfiança da polícia pode ser visto em relação aos jovens que utilizavam roupas e adereços caros, “incompatíveis” com sua classe e raça. Nesse sentido, Mbembe (2017, p. 184) resume o pensamento do dominante da seguinte forma: “[...] que eles não sejam como nós, não vale. Mas que eles passem a ser como nós, também não é válido. Para o dominante, ambas as opções são insuportáveis e absurdas”. Pinscher reflete que tal ação policial jamais aconteceria com ela:

Eu, por exemplo, não tenho tanto medo da polícia, não me olham estranho se eu entro com uma mochila numa loja, não sou abordada sendo culpada de alguma coisa, eu não sofro desse tipo de preconceito, acho que eu por ser mulher, porque tem isso, é mais propício da gente sofrer algum tipo de agressão, algum tipo de violência porque sou mulher. Mas por conta da minha cor eu não sofro nada disso, então há uma diferença, entendeu?! Esse exemplo [do pai de sua amiga] é muito claro.

As duas adolescentes brancas do centro que alavancaram discussões sobre os atravessamentos da questão racial dentro da abordagem da polícia como um problema estrutural da cidade, apresentavam em seu discurso também fortes questões sobre como a violência era marcada por questões de gênero. Como podemos ver no trecho citado, as reflexões que Pinscher traça entre o medo da polícia e os aspectos étnicos se organizaram a partir de suas próprias vivências de medo relacionadas à ampliação dos riscos por conta de seu gênero. Nos últimos anos, os debates promovidos acerca das opressões de gênero têm se intensificado em nosso País, sendo mais recentemente entrelaçados com discussões étnicas, especialmente por influência do feminismo negro (GONZALEZ, 2019). É possível supor que a intensificação das

discussões de gênero tem possibilitado a mediação de processos de generalização de tomada de consciência em relação às questões raciais, mesmo de aspectos que atingem mais jovens do gênero masculino que do feminino, como a violência policial, fazendo com que entre os adolescentes brancos do centro, as meninas estejam mais sensíveis aos sofrimentos e privilégios raciais do que os meninos. Vale ressaltar que ambas não relataram ter visto episódios de violência policial pessoalmente, mas apenas pela mídia e de “ouvir falar”.

Apesar de as meninas do centro terem levantado discussões sobre ameaça policial, apenas as adolescentes negra e parda relataram medo da polícia, mostrando que a questão étnica foi central para a definição desse medo nas meninas do centro. O medo relatado por elas, apesar de nunca terem sido abordadas por policiais, sinaliza que o racismo institucionalizado de nossa polícia produz efeitos que transcendem as vivências de violência direta.

Curiosamente as duas adolescentes não brancas (uma parda e outra negra) do centro relataram mais medo da polícia que as adolescentes da periferia, mesmo entre as pardas e negras. Os motivos para isso não ficaram absolutamente perceptíveis neste estudo. Uma suposição é que os riscos intrínsecos a ser mulher na periferia tenham feito os sentidos de demanda policial suplantarem os medos de polícia. Essa hipótese, no entanto, parece frágil, pois foi comum a coexistência do medo da polícia com demandas de policiamento. Outra possibilidade é que o medo da polícia entre as adolescentes parda e negra do centro tenha sido ampliado pelo temor ansioso<sup>89</sup> em relação ao ambiente externo e aos medos atrelados a ele, justapondo aspectos de classe a étnicos.

Os sentidos de ameaça policial não estavam ligados a uma avaliação de risco pessoal (e assim de medo) entre as meninas da periferia, mas decorriam de narrativas de violências sofridas por amigos, familiares e namorados do gênero masculino, bem como do temor de que eles sofressem violência. Nossos dados corroboram as discussões alavancadas pela pensadora feminista Lélia Gonzalez (2019, p. 245), que enfatiza os efeitos violentos do sexismo e do racismo que incidem de forma preponderante no cotidiano da mulher negra brasileira:

É justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida [...] que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto da perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Que se veja também que é a maioria da população carcerária do país).

---

<sup>89</sup> Discutidos nesta tese especialmente nos tópicos 8.9 e 9.7.



Diferentemente das adolescentes do centro, que enfatizaram os aspectos étnicos relativos ao risco, as adolescentes da periferia salientaram que seus temores advinham da forma como eles (amigos, namorados e familiares) se vestiam, falavam, andavam, ou seja, interligavam-se a um conjunto de marcadores simbólicos estigmatizados, que se associavam a formas de ser de determinados grupos jovens periféricos. Enfatizaram ainda elementos territoriais como fundamentais para a violência.

Paiva, Barros e Cavalcante (2019) alertam para o fenômeno recente do aumento dos homicídios de mulheres na cidade de Fortaleza, em decorrência de conflitos entre facções criminosas, e destacam os altos índices de encarceramento feminino tanto em nível nacional como no estado do Ceará, em decorrência de uma “guerra às drogas”. A diretoria de Análises de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas constatou um aumento da população carcerária feminina de 700% entre os anos de 2000 e 2018 (LISBOA, 2018). Apesar desses elementos, justamente nos territórios com mais confrontos entre facções, as meninas não relataram medo direto da polícia. O fator gênero parece ainda estar conseguindo preservar em boa medida as meninas das abordagens policiais violentas, no entanto, diante dos números ora apresentados e do aumento da violência contra as mulheres nas dinâmicas faccionais é necessário estar alerta, pois esses elementos parecem um forte indicativo de crescimento da violência policial contra mulheres nos próximos anos, se medidas preventivas não forem tomadas.

Os adolescentes que mais expuseram sentidos de ameaça policial e sentimentos de medo da polícia foram os meninos da periferia. Apesar de a formação desse medo dispensar episódios de violência policial direta, tais vivências os levantaram a patamares superiores. Dentre os 40 adolescentes entrevistados, os 4 que incluíram o medo da polícia entre seus medos mais intensos sofreram algum tipo de violência policial direta. Também foram eles que mais retrataram a seletividade da violência na abordagem policial. Eles atribuíram a majoração dos riscos tanto a aspectos étnicos quanto aos caracteres simbólicos de determinadas formas de ser de juventudes periféricas, como forma de falar, trajar, etc. Quando falavam de riscos pessoais, evidenciavam a forma como se vestiam, quando se referiam a outros jovens, destacavam, além das roupas, a forma de falar e andar, demonstrando que era mais fácil reconhecer em outras pessoas que sua forma de falar e andar era estigmatizada que em si próprios.

Já fui abordado uma vez falaram que eu era traficante de um determinado local, me colocaram de joelho, me deram tapas, socos, aí depois me liberaram, né, puxaram minha ficha e viram que eu não tinha envolvimento com nada, aí me liberaram, mas me agrediram, né? (Chiquinho, pardo, 17 anos, da periferia)

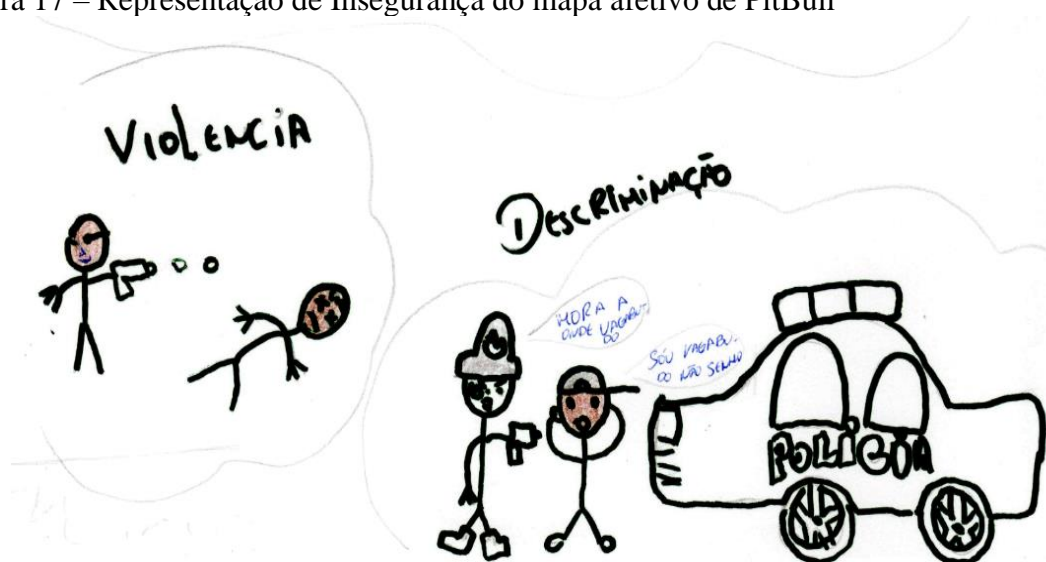
[...] os meus primo, que eles andam meio tipo... que a sociedade considera como pirangueiro, vestido assim... é... meu primo chegou em casa a tempos atrás todo machucado, por conta que a polícia bateu nele e foi tipo desnecessário, aí eu perguntando pra ele o porquê da polícia ter feito isso, aí ele disse “por nada”. Eu acho que a polícia faz isso por completa diversão e quando a pessoa tá sozinha ela desconta mesmo... (Mila, negra, 16 anos, da periferia)

Tenho medo da polícia, porque vê a gente e acha logo que é bandido, vai abordando, bate. (PitBull, negro, 17 anos, da periferia)

Dos 10 meninos da periferia, 7 narraram episódios que envolviam algum nível de violência policial, seja física, seja psicológica, e 5 deles foram as próprias vítimas. Vale ressaltar que alguns dos jovens que relataram episódios de abusos policiais, responderam negativamente à pergunta “Você já sofreu algum tipo de violência em seu bairro ou cidade? Qual?”, narrando-os apenas a partir do questionamento “Você se lembra de situações em que você teve medo na cidade? Quais?” Isso parece indicar que essa violência, de tão frequente, tem sido naturalizada pelos jovens da periferia, algo que também ocorreu em relação a assédios sexuais com as meninas.

A representação de Insegurança do mapa afetivo de PitBull (negro, 17 anos, da periferia) (Figura 17) trouxe duas imagens: na primeira um rapaz negro mata outro rapaz negro; e na segunda um policial branco aborda de forma violenta um jovem negro com um boné, perguntando “mora aonde vagabundo?”, ao que este responde “sou vagabundo não, senhor”. Os jovens reiteradamente relataram ter sido vítimas de abordagens policiais violentas que se iniciavam com o questionamento sobre onde residiam, o que expõe que o local de moradia tem sido uma fonte de estigma que diferencia o tratamento dispensado pela polícia ao adolescente.

Figura 17 – Representação de Insegurança do mapa afetivo de PitBull



Fonte: Pesquisa direta (2020).

PitBull relata que a polícia o aborda rotineiramente de maneira violenta, chamando-o de “nego” e de “vagabundo”, refletindo que tal humilhação acontece com outros jovens “como ele”. Ele fornece como exemplo o primo, que havia sido abordado na semana anterior, afirmando que “disseram que ele era vagabundo, porque ele é baixo e negro e entroncadim<sup>90</sup>, porque ele andava sem blusa e andava com um boné”, refletindo que “ele não é envolvido com nada, ele é só um jovem normal, que jogava bola que nem eu”. Vale ressaltar que, entre os adolescentes do centro, jovens “sem blusa” figuraram como uma das principais representações de perigo, que também se associam à imagem da periferia. Quase sempre que os adolescentes da periferia falavam sobre as abordagens policiais, referiam-se às roupas e acessórios que usavam, mesmo que fosse só para argumentar que a abordagem havia sido “desproporcional à indumentária”, mostrando que havia uma naturalização das abordagens violentas diante de determinadas formas de se vestir. Os adolescentes da periferia referiram-se a um “padrão baculejo”, designação utilizada para denominar um conjunto difuso de características que abrangiam os aspectos étnicos, as formas de falar, de trajar, o uso de adereços, entre outros comportamentos, que aumentavam a possibilidade de serem abordados pela polícia.

Contabilizamos 14 relatos de violência policial, sofridas ou presenciadas pelos meninos da periferia. Algumas histórias são tenebrosas: quebras de direitos fundamentais, invasão de propriedade sem mandado judicial, ameaças, injúrias, tortura física e psicológica, quase sempre sem sinal de ilícito na conduta dos jovens. Prática comum nos diversos relatos foi a exigência policial de que desbloqueassem seus celulares, vasculhando suas mensagens pessoais à procura de algo que os incriminasse. Outro procedimento habitual foi a ameaça de levar os jovens para territórios dominados por facções rivais, o que demonstra que a instituição policial é agente de instigação desses conflitos faccionais, estimulando a matança recíproca.

Porque [o policial] falou “ei man, vou levar vocês dois pro Miguel Arraes [bairro considerado inimigo] e tal”, e pegou ele pelo braço aqui, botou a algema e foi caminhando pra viatura, sendo que ele não estava com nada [ilícito], eu sei que ele não é envolvido com nada, foi só por ele estar perto do cara que era envolvido. (Rob, negro, 17 anos, da periferia)

Aí os homem [polícia] perguntaram “Tu acha que tu volta se a gente te levar pra passear lá no Miguel Arraes?” [território vizinho dominado por uma facção rival]. (PitBull, negro, 17 anos, da periferia)

Na impossibilidade de transmitir o conjunto desses relatos na íntegra, optamos por transcrever, na sequência, a narrativa completa de uma abordagem sofrida por Negão (negro,

<sup>90</sup> Expressão popular para expressar um conjunto de características físicas, incluindo ser baixo e corpulento.

17 anos, da periferia):

Eu estava de boné e com uma blusa verde. Estava eu, o primo do meu colega e outro amigo nosso. A gente estava indo rachar [jogar futebol], aí a polícia passou e falou “encosta aí, encosta aí e tal na estrada”. E logo quando ele desligou o farol da moto ele falou “aqui é onde o filho chora e a mamãe não vê”. Aí, a gente já ficou cabreiro [apreensivo, desconfiado]. Aí nosso amigo estava com a blusa daquele filme “Esquadrão suicida”, que tem uma coringa e tinha uma frase em inglês. Aí o policial fez que leu a frase em inglês dizendo “Eu não gosto de polícia” [E se referindo ao outro policial falou:] “Olha aqui o que eu achei. Eu não gosto de polícia”. E não tinha nada a ver a frase, era coisa do filme. Aí meu amigo [falou] “não é isso não, cidadão”. E o policial [falou] “Ah ele não gosta de policial”, falando para o outro policial lá. E a gente nervoso. Aí, não sei quem estava com uma caixa de fósforo no bolso, aí ele pegou a caixa e disse que ia estourar os dedos dele. “Vocês estão indo pra onde?” e a gente disse que estava indo pro Jerusalém bater um racha lá. Dava para ver que a gente tava indo rachar. Aí ele disse “abre as pernas” e deu um bicudo [chute] nas pernas dele para abrir, e elas já estavam tão abertas que ele ia caindo para frente. E segurando ele aqui colocou os fósforos que estava com a gente no dedo dele, uma pressão psicológica, pra ele pensar que aquilo era uma bomba. E eu [pensei] “puta que pariu, vão estourar os dedos do gordim aqui, uma bomba rasga-lata ia esbagaçar o dedo”. E o outro policial falando “não faz isso não, porque aquele neguin lá tu quebrou os três dedos dele”. E eu [pensei], “cara não acredito que eles vão fazer isso”. Aí, quando ele acendeu o fósforo e eu olhei pro lado e [durante o momento que eu olhei pro lado] um se virou pra mim e já falou assim “o que é que tu quer me encarando?” com um fuzil aqui, aí eu me virei pra frente de novo. Aí, o que estava com o gordim falou assim “é, ele está te encarando faz é tempo”, aí o policial foi e falou “não, eu sei que ele está me marcando, ele está doido pra puxar a minha arma”. Aí, [eu pensei] “se eu falar aqui vai ser pior, esse policial só pode estar louco”. Ele foi pra de trás de mim e foi e perguntou “tu vai continuar me marcando?”, aí eu fiquei calado porque pra mim ele estava tirando sarro da nossa cara ali. Aí ele foi e me deu um murrão nas costelas. “Eu estou falando contigo, pau no cu”. Aí, olhava a senha do celular aqui, e olhava tudo e perguntava quem era esse cara, achou um vídeo aqui e dizia que era o cara que estava do meu lado. Eu dei logo a minha senha. Aí um colega meu deu a senha também e o policial não acertou colocar, acho que foi de propósito. Aí ele falou “eu não gostei dessa tua senha” e tacou a quina do celular na cabeça dele pra colocar a senha de novo. E pra mim isso daí não tinha a mínima necessidade. E como eu falei no começo, eu estava de blusa verde e quando terminou a abordagem o gordim me disse que já no início da abordagem o policial estava falando no ouvido dele “eu sei que o de verde está com o flagrante [com drogas] entrega que é melhor. Se não vocês vão apanhar é muito”. [Aí o amigo falou] “Não cidadão, não tem flagrante não e tal”.

Com o relato podemos ver a sistemática violência policial à qual os adolescentes da periferia são submetidos, mesmo jovens que estudam em escola de ensino integral e não têm nenhum tipo de envolvimento com o crime, são cotidianamente criminalizados.

#### **10.4 Proteção policial: aspectos territoriais da (in)constância protetiva**

Entre os adolescentes do centro, os sentidos de segurança policial surgiram em comparações do próprio bairro com o restante da cidade, ressaltando que se sentiam relativamente seguros.

Eu sei que assim quem mora mais longe, em bairros sem muita polícia, aí tem mais perigo, não é como aqui, aqui é melhor. (Dante, pardo, 16 anos, da periferia)

Aqui [a violência] é menor por ter até uma quantidade de prédios comerciais, perto também da praia, o trânsito de polícia maior. (Rose, branca, 17 anos, do centro)

Na periferia, os sentidos de proteção policial surgiram a partir de comparações do próprio bairro realizadas em outros momentos considerados mais conflituos. Embora não tenha sido consensual, foi frequente a percepção de uma recente diminuição da violência, algumas vezes relacionada a um maior policiamento ostensivo da localidade. Mesmo quando o policiamento foi enunciado com sentidos protetivos, foi apresentado como estável no centro e instável na periferia.

No Canindezinho a violência cresceu muito, mas parou de crescer, também porque o policiamento está mais forte. (Negão, negro, 17 anos, da periferia)

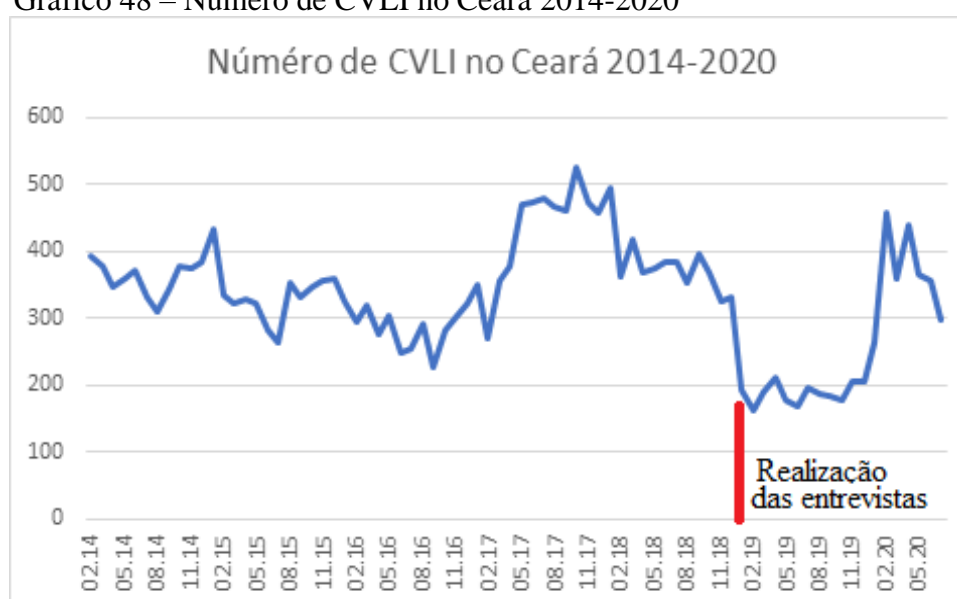
[A violência] tá menor por conta de muita polícia tá por lá agora, direto, quando não tá numa rua tá na outra, eles tão sempre rodando, tem um que fica parado lá de manhã quando eu to indo pra escola, quando eu to voltando também, aí tem gente que fica por lá também. Diminuiu bastante os assaltos, principalmente na parada onde eu fico, 5h o pessoal já tava assaltando. (Nana, parda, 16 anos, da periferia)

Para alguns adolescentes da periferia, a diminuição da violência tinha mais relação com as próprias dinâmicas de conflitos entre as facções que com a presença/ausência da polícia. Havia também “coincidências” que indicavam que a diminuição dos conflitos e o aumento do policiamento estavam correlacionados, sem ficar nítido que fenômeno era predominantemente causa do outro. Nesse caso, os sentidos de proteção e desproteção em relação à polícia eram oscilantes, pois havia a sensação de que a insegurança poderia aumentar a qualquer momento. Lanny (parda, 15 anos, da periferia) relata que “[A violência] às vezes aumenta, às vezes diminui, eu acho muito instável essa questão da segurança, tem hora que a gente está melhor, tem horas que a gente está pior. Depende se tão [as facções] assim querendo invadir e tal, essas coisas.” A visão de Trankino (pardo, 17 anos, da periferia) é semelhante, como podemos visualizar na transcrição de suas palavras, a seguir:

[A violência] vem diminuindo assim, mas é porque os caras dão um tempo. Às vezes passa um tempo assim mais tranquilo. [...] No meu bairro não tá acontecendo mais nada de morte, nem atentado, nunca mais teve esse negócio de assalto, mas como eu disse, né, as pessoas que são faccionada dão só uns tempo, depois começa a voltar, aí quando vem o meu bairro é o pior de todos, viu? Quando começar de novo é com força. [...] Porque os bairros bem dizer querem se amostrar, ser o maior, os bichão, aí aparece nas televisão, né? aí fica aparecendo nos outros canto e tal aí os cara ficam "olha, aquele bairro é perigoso e tal, teve atentado".

No Ceará, no final de 2015 e início de 2016, houve um acordo entre as facções de droga que agem no local que ficou conhecido como “pacificação”, o que diminuiu o número de crimes letais na cidade (BARROS *et al.*, 2018; PAIVA, 2019). Paiva (2019) destaca que o comando da Polícia Militar negou a existência da pacificação, e atribuiu a diminuição dos homicídios à eficiência da gestão do estado. Todavia, conforme apontam os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará (SSPDS-CE)<sup>91</sup>, no ano de 2017 os números voltaram a aumentar, quando Fortaleza passou a ocupar o posto de “capital mais violenta do País”, notícia muito propagada pela mídia. Em 2018 os números de mortes voltaram a cair, resultando em queda de mais de 50% em 2019. As entrevistas foram realizadas em dezembro de 2019, e o relato dos adolescentes já indicava uma ampliação dos conflitos e ameaças de invasão. Em fevereiro de 2020, uma greve da polícia militar parece ter intensificado os conflitos. Os números continuaram altos durante todo o primeiro semestre de 2020, com aumento de 160% nos homicídios de adolescentes quando comparados a 2019. Como podemos observar no Gráfico 48, no momento das entrevistas, os números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Ceará estavam relativamente baixos em relação aos anos anteriores. No entanto, vários adolescentes não se mostravam confiantes em uma estabilização, o que de fato não ocorreu. Além disso, vale destacar que, mesmo nesse período, pudemos testemunhar o relato de muitas mortes entre os adolescentes da periferia.

Gráfico 48 – Número de CVLI no Ceará 2014-2020



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos com a SSPDS-CE (2020).

<sup>91</sup> Dados obtidos em vários documentos encontrados no endereço eletrônico das Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) (<https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais.pdf>).

A forte e generalizada sensação de medo e os inúmeros casos de homicídios de que tomávamos conhecimento em várias das visitas que fizemos à escola não apenas eram representativos de uma situação normal para esses adolescentes, como também retratavam um cenário considerado “tranquilo”, quando comparado aos últimos anos, o que evidencia que esses adolescentes vivem em uma realidade de traumas cotidianos, que se assemelha a situações de guerra.

### **10.5 Desproteção policial: produção, ampliação e justaposição dos medos**

Os meninos do centro foram os que menos relataram sentidos de desproteção policial. Nos demais grupos, esses sentidos estiveram bastante presentes nos relatos. Nessa zona de sentidos, delineou-se uma polícia compreendida como insuficiente e ineficiente para gerar tranquilidade na cidade de Fortaleza. Questões como a falta de policiamento ostensivo e o baixo treinamento da polícia foram apontadas como razões que explicariam a sensação de desproteção manifestada pelos adolescentes. Outro relato constante entre os participantes da pesquisa foi a corrupção policial.

Além de a greve dos policiais militares comprometer a proteção cotidiana, o período em que ocorreu foi apontado pelos entrevistados como aquele em que a sensação de insegurança alcançou maiores patamares, provocando pânico em alguns adolescentes do centro. Quando a greve ocorreu (no final de fevereiro de 2020), as entrevistas na periferia já haviam sido concluídas, mas é provável que a ampliação do medo nesses territórios tenha sido ainda mais intensa, posto que particularmente o bairro onde realizamos a pesquisa foi palco de diversas disputas e homicídios.

De forma geral, o medo provocado pela ausência, insuficiência e ineficácia da polícia mostrou-se responsável por consideráveis acréscimos de vários medos, que se justapunham, tais como o medo de ser assaltado, o medo de sofrer abuso/assédio/estupro, o medo de ser atingido por uma bala perdida, o medo de ser assassinado, o medo de ser “confundido” com um “envolvido” com facções de drogas, entre outros. Os adolescentes mostraram-se suscetíveis a essa ampliação dos medos, de acordo com os mesmos princípios destacados no capítulo 8. Dessa maneira, entre os adolescentes do centro ampliavam-se os medos ansiosos, enquanto entre os adolescentes da periferia, por exemplo, ampliava-se o medo de ser atingido por uma bala perdida, já entre as meninas, a ampliação atingiu o medo de ser abusada/assediada e, entre todos os participantes, ampliaram-se os medos de assassinato e de

assalto. Em virtude disso, as meninas, de forma geral, e os meninos da periferia foram suscetíveis à ausência da polícia.

Policimento pra mim não aumentou quase nada, tem tiroteio do mesmo jeito, morte do mesmo jeito, violência tá igual. Aí é perigoso [...] a gente pode levar um tiro a qualquer momento. (Rob, negro, 17 anos, da periferia)

É porque pelo menos onde eu ando, na beira-mar, muitos lugares são escuros, porque está tendo uma obra, uma obra gigante na beira-mar e tem umas partes que fica bem escuro, e é pouco... é zero policiamento. Então ainda tenho mais medo disso [de ser abusada sexualmente]. (July, branca, 16 anos, do centro)

[...] eu fiquei com muito medo de ser assaltado durante essa greve que teve da polícia. (Sorridente, branco, 17 anos, do centro)

Os assassinatos que estão acontecendo eu tenho muito medo, eu fico muito nervosa e eu acho que as greves dos policiais também, eu chorei de tão nervosa que eu fiquei. (Mara, negra, 16 anos, do centro)

Outro fenômeno relevante em relação à problemática da (des) proteção policial, foi o relato de adolescentes de diferentes territórios afirmando que um excesso de policiamento era um indicativo de que o local objeto do aparato protetivo era perigoso, situação que fazia com que eles deixassem de frequentar alguns lugares. Desse modo, embora algum policiamento tenha sido evidenciado pelos adolescentes como positivo, o seu excesso passava a sensação de medo.

## **10.6 Demandas institucionais e não institucionais de segurança**

Os sentidos de demanda de policiamento foram apresentados por adolescentes dos quatro grupos de recorte da pesquisa, no entanto, assim como os sentidos de desproteção policial, foram menos relatados pelos meninos do centro. Eles estiveram mais presentes nos relatos das meninas, em nossa hipótese porque os medos provenientes das violências estruturais de gênero se entrelaçam e ampliam os demais medos urbanos. Entre os meninos da periferia, os sentidos de demanda policial também foram altos, o que evidencia que, mesmo que a polícia seja percebida por esses jovens como ameaça, ainda é bastante demandada. Dessa forma, os sentidos de demanda policial mostraram-se relacionados principalmente aos sentidos de desproteção e, mais especificamente, aos medos deles decorrentes, e não à sensação de ameaça policial.

As demandas por policiamento não foram homogêneas sob os aspectos socioterritoriais, ou seja, os desejos de maior policiamento expressaram-se de maneiras distintas. Nos discursos do centro, foi comum a ressalva de que apenas policiamento não era



suficiente para reduzir a violência, sendo necessário articulá-lo a outras estratégias, como a diminuição da desigualdade social, a ampliação de um sistema de educação de qualidade, geração de emprego e renda, programas de ressocialização e ampliação do lazer para os jovens. Esse discurso também esteve presente nos relatos dos adolescentes da periferia, embora de forma menos constante.

Acho que uma das coisas mais importantes em deixar os lugares seguros é trazer mais conhecimento. A base de tudo é meio que a escola. Se a pessoa tem escola, ela tem uma base, tem conhecimento, ela meio que vê mais oportunidade e acaba indo mais por esse lado. E a parte da polícia. Ter mais policiamento na cidade. (Durvan, branco, 17 anos, do centro)

Acho que colocar um monte de polícia, botar um monte de gente com arma não acho que isso resolva a situação, acho que no mínimo isso segura por um tempo. É importante, mas por um tempo. Precisa mais educação, emprego. (Bitu, branca, 15 anos, do centro)

Acho que a curto prazo mais policiamento. Mas tem que resolver também da origem que é a questão da desigualdade, tentar reduzir isso ao máximo e intensificar e dá importância ao sistema prisional, fazer com que as pessoas que entrem lá não saiam por qualquer motivo e quando saiam de lá que saiam pessoas diferentes. (Max, branco, 16 anos, do centro)

Quando questionados sobre quais imaginavam que fossem as causas da violência, os adolescentes do centro destacaram predominantemente aspectos sociais e políticos em seus relatos, enquanto na periferia mesclavam-se a essas concepções compreensões mais individualizantes, como as de “querer ser melhor que os outros”, “querer ser o bichão”, “ser ruim”, que decorriam de pontos de vista formados a partir de vivências práticas. Os jovens desses territórios eram dotados da compreensão de que as pessoas de bem - “cidadãos” como eles - deveriam ser bem tratadas pela polícia e, ao mesmo tempo, da naturalização (e em alguns casos até defesa) da ideia de que os outros - marginais, “piranguinhos” e “envolvidos” - deveriam ser tratados com truculência. Já entre os adolescentes do centro, as respostas tenderam a se posicionar mais distantes das vivências concretas de violência. Sorridente (branco, 17 anos, do centro), quando questionado sobre o que achava que poderia ser feito para a cidade ser mais segura, brincou afirmando que esse poderia ser um bom tema para a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), transparecendo, dessa forma, a existência de sentidos adquiridos em vivências de cunho mais reflexivo e intelectualizado com a temática que em vivências práticas. É preciso levar em consideração que os atravessamentos mais teóricos e polidos em relação ao problema da violência, podem ter levado esses adolescentes, com mais frequência, a apresentar em suas respostas aquilo que imaginavam que seria esperado que respondessem, como fariam em uma redação.

Os adolescentes do centro, em alguns casos, também solicitavam um estado mais punitivo, no entanto, utilizavam argumentos mais elaborados, que camuflavam as tendências autoritárias, como reflexões de que o sistema de justiça não funciona. Já na periferia, a demanda policial foi apresentada de forma bastante ambivalente, arraigada às vivências decorrentes de contato direto com a violência, em que o discurso de que era necessária uma polícia que tivesse maior respeito pelo “cidadão” se mesclava ao discurso da necessidade de uma polícia mais firme, que conseguisse se fazer respeitada, para fazer frente às violências cotidianas sofridas por eles. Assim, as demandas por policiamento por vezes ganhavam atributos mais autoritários. Os adolescentes desses territórios conviviam com um duplo problema, a ausência de policiamento provocava a ampliação de diversos medos que se sobrepunham, fazendo com que desejassem o aumento das forças repressivas que temiam, escolhendo o que lhes parecia ser o mal menor. A mesma violência evidenciada como problema era por vezes ofertada como solução, não raramente pelo mesmo sujeito, muitas vezes ele próprio vítima constante da violência policial. A entrevista de Mila (negra, 16 anos, da periferia) evidencia essa ambiguidade em seu discurso:

D: O que as pessoas da tua família te dizem sobre a violência?

M: Que tá ruim, que tá precária, que o governo não... que os policiais não respeitam a gente, que basicamente a gente tá conversando com uma pessoa na calçada, eles chegam e ferram com você, você tá esperando um ônibus e eles são agressivos.

D: A polícia?

M: É... mesmo se você for um cidadão eles vão e interroga você.

D: Tu costuma ver isso?

M: Sim. Não querem nem saber se é cidadão (pausa). Mas é mais quando é os meninos com cara de pirangueiro que é assim. Quando é cidadão mesmo eles perguntam o que tá esperando só. Faz mais com parte de pirangueiro mesmo.

D: Como são os pirangueiros?

M: Que se veste como pirangueiro, que usam boné, que ficam desse jeito [fazendo gestos posturais] são os pirangueiros. Assim, que eles [a polícia] já acha que é pirangueiro, né?

D: E eles são pirangueiros?

M: São. Mas nem todos são.

No seu discurso, Mila começa apresentando o pensamento de sua família, que logo em seguida se mescla ao seu, de que a polícia tem desrespeitado os cidadãos. No meio do discurso, no entanto, oscila e passa a justificar as ações policiais, dizendo que elas na verdade ocorrem mais com pessoas que são “pirangueiras”, indicando que estas fazem por merecer o tratamento dispensado a elas pela polícia. Depois reflete que não é possível dizer que essas

peçoas são de fato “pirangueiras” apenas pela forma como se vestem. Tudo isso em questão de segundos.

As demandas de segurança dos adolescentes estruturam-se a partir de suas vivências – que são atravessadas por diversos conteúdos semânticos e ideológicos - e se relacionam ao que compreendem serem as soluções possíveis para a violência que os atinge. Na periferia, as soluções para a violência alternavam-se de três formas: buscas complexas por soluções dentro do monopólio estatal do uso da força, evidenciando a necessidade de uma polícia que não fosse preconceituosa; busca de justificativas e legitimação do uso da violência policial em alguns casos, especialmente quando não se tratava de “cidadãos”; busca de soluções para a violência fora do monopólio estatal do uso da força e mais voltadas para a “justiça com as próprias mãos”, sejam mediadas pela “comunidade”, sejam a partir da “justiça” promovida pelas facções de drogas, sentidos que muitas vezes se confundiam. Neste último caso, os traficantes foram vistos como figuras que podiam coibir atos criminosos na comunidade, especialmente assaltos e abusos sexuais, bem como fazer frente às ameaças das facções predominantes nos bairros vizinhos. Carla (negra, 16 anos, da periferia), por exemplo, relatou que tem menos medo de ser abusada em seu bairro, pois sabe que, se algo ocorrer, “o bairro resolve”. Em alguns discursos, a palavra “bairro” perdia o sentido estritamente territorial, passando a se relacionar, ao mesmo tempo, tanto com a comunidade como um todo quanto com as próprias facções que dominam tal território.

Com isso evidencia-se o efeito corrosivo, na expectativa dos adolescentes, de que o estado seja um agente capaz de solucionar os problemas da segurança pública. Embora por vezes essa esperança ainda fosse depositada no estado, também se direcionava às facções de drogas, como centro de poder capaz de, em alguns casos, prover segurança.

Mas também o pessoal aqui desse bairro protege uns aos outros, mesmo sem se conhecer, eles protegem. Ah... nem todo mundo te conhece, mas se roubar aqui dentro vai morrer também... ah se assaltar aqui dentro vai morrer também, se matar aqui dentro vai morrer também. (Carla, negra, 16 anos, da periferia)

Não adianta esperar pela polícia não. É a comunidade fazer alguma coisa [...] Meter a peia em quem estiver roubando. (Lanny, parda, 15 anos, da periferia)

Lá na rua onde eu moro é mais tranquilo, porque lá é muito movimentado e tem... é... tem o filho de um traficante que mora do lado de casa. Aí ele "fala com meu tio, fala com meu irmão. Aí... se eu contar pro meu irmão, meu irmão vai lá e conta pro filho do traficante e dá um jeito. (Carla, negra, 16 anos, da periferia)

O sentimento que sinto é que eu já fui roubado e fiquei com muita, muita raiva, aí eu rezava pros cara pegar ele e dá uma pisa nele [...] dá raiva, né? aí quando nós recupera o pertence que foi roubado, aí tem que descontar, né? Quando os cara pega, né? [Quando as pessoas da facção do seu bairro conseguem pegar o ladrão] aí não pode deixar passar barato quem é faccionado. Aí quando consegue devolver os pertence pra nós, eu fico agradecido com eles, feliz, né? (Chiquinho, pardo, 17 anos, da periferia)

Nesse sentido, tanto o papel da polícia como o das próprias facções mostrou-se ambivalente, ora considerado fator de risco, ora de proteção, muitas vezes para um mesmo sujeito em momentos diferentes de seu discurso, mas ambos fundamentalmente incapazes de o proteger de fato. A ambivalente ideia de risco e proteção relacionada tanto à polícia como às facções criminosas encontra eco na história narrada por Nana (parda, 16 anos, da periferia) sobre o seu irmão:

Nesse dia ele tava com uma roupa, ele tava com um óculos baixo, né? Ele é modinha, sabe? Ele tava de bermuda, tênis, blusinha ajeitadinha, aí tava ele e outro pessoal dentro do ônibus, aí subiram uns caras da outra facção que não é a daqui do bairro. Aí fizeram ele gravar um vídeo da facção, e ele teve que fazer porque senão ia morrer ali, ameaçaram ele. Por conta da rota, o ônibus passa por outra facção. Aí no outro dia nós foi com a mãe na delegacia pra resolver isso. Aí o policial [disse] “não, resolva lá no seu bairro que aqui na delegacia tá tudo certo”, pra caso encontrassem ele no meio da rua não fazerem nada com ele achando que ele era envolvido. [...] Aí a mãe falou com o pessoal do bairro porque podia soltar [o vídeo] em algum canto e achar que ele era [envolvido], mas minha mãe deu um jeito de falar com o pessoal do bairro e eles disseram “não, tudo bem”, porque se perguntar pra ele quem é tal pessoa ele não conhece ninguém porque ele só conhece os amigos dele.

Para que seu filho não venha a sofrer nenhum mal, a mãe de Nana busca não apenas a polícia como também a facção que controla o seu bairro, posição legitimada e aconselhada pela própria polícia, que com isso admite que as facções de drogas são centros de poder paralelo aos quais não irão fazer frente. Merece destaque o absurdo da situação vivenciada cotidianamente pelos moradores da periferia a partir dessa situação. O irmão de Nana sofreu uma ameaça de morte, e sua mãe foi à delegacia não para retratar a violência que o filho sofreu, mas para explicar que ele não é bandido. O policial, por sua vez, não apenas naturaliza a violência sofrida como aconselha a mãe a se dirigir a um determinado grupo criminoso para explicar o fato.

Um dos discursos mais ambíguos em relação à violência policial foi proferido por Macal (branco, 16 anos, da periferia). Ele retratou em seu Mapa Afetivo uma imagem de Insegurança em que expunha uma cena de racismo policial (Figura 18), refletindo sobre a raiva que essa prática gerou nele, enfatizando que não é porque é branco que é racista e que em sua família há muitas pessoas “que são de pele mais escura”. Ele narra a história de seu primo, negro, que chorou muito, sentindo-se humilhado por ter sido barrado na entrada do Shopping RioMar por um segurança. Apenas quando o pai do garoto, também negro, que não havia sido visto pelo segurança, falou que o garoto estava com ele, sua entrada foi liberada, o que indica que o racismo sofrido pelo primo de Macal foi provocado por fatores interseccionados: etário e racial.

Figura 18 – Representação de Insegurança do Mapa Afetivo de Macal



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Durante a entrevista, Macal relata diversos tipos de violência em seu bairro, adotando um discurso autoritário como estratégia para a solução dos problemas. Quando questionado sobre o que acha que deveria ser feito para diminuir a insegurança na cidade, responde: “eu acho que de certa forma falta ordem, como eu falei antes, falta uma mão pesada [...] eu acho que eles [os policiais] poderiam de certa forma colocar mais ordem mesmo, mais moral, literalmente”. As vivências de Macal, embora tenham lhe possibilitado tomar consciência do racismo estrutural da polícia, não foram capazes de provocar generalizações suficientes para que tomasse consciência de que seu próprio discurso retroalimentava uma lógica policial punitivista racista.

Bento (2009), discutindo as reflexões de Janet Helms sobre a evolução de uma identidade racial branca não racista, aponta que é possível que o branco sinta desconforto, culpa, vergonha e, algumas vezes, raiva diante da identificação das próprias vantagens de ser branco. No caso de Macal, somava-se a isso o fato de participar de um meio social em que os adolescentes, em especial pardos e negros, sofriam bastante violência. Em uma das oficinas, Macal relatou de maneira animada que havia sofrido uma abordagem policial (não violenta), o que pareceu uma forma de dizer que também fazia parte desse mundo. Parece ter sido o desconforto com a própria identidade que o fez trazer de maneira tão explícita a temática do racismo, em uma busca de diferenciar-se dela, caindo, todavia, na contradição de por um lado expor o violento racismo da polícia e, por outro, solicitar que essa mesma polícia fosse mais rígida. Destacar que possui negros em sua família parece ser uma busca de relativizar sua branquitude. Embora na narrativa de outros adolescentes contradições semelhantes tenham se

evidenciado, foi em Macal que o discurso ganhou um contorno mais autoritário. Seria possível supor que aspectos dessa ambiguidade pudessem estar ligados a sentidos que se relacionam à intersecção de vulnerabilidades socioterritoriais com vantagens advindas de aspectos étnicos? Embora não de forma conclusiva, parece-nos possível inferir que as reproduções das opressões que tornam o oprimido em opressor, às quais Freire (1970) se refere na “Pedagogia do oprimido”, podem estar por trás desse processo.

Lecas (pardo, 16 anos, da periferia), com quem eu já tinha bastante contato das oficinas da escola, iniciou sua narrativa revelando-me um segredo que ninguém de sua escola sabia. Havia saído de seu bairro anterior por medo de ser assassinado pela facção local porque furtou um celular, quando estava trabalhando como ambulante em uma praia da cidade. A polícia rastreou o telefone e invadiu sua casa, mesmo sem mandado. O adolescente sintetiza a operação policial como um “filme de terror”: foi espancado e humilhado e afirma que só não apanhou mais porque o seu pai estava em casa. Lecas, quando questionado sobre quais os impactos da violência em sua vida, responde que “impacta porque em qualquer dia, em qualquer hora, podemos ser abordado pelos policiais e ser discriminado, eles podem chegar fazendo *bullying*, preconceito e a gente não pode fazer nada para se defender”. No entanto, quando questionei Lecas se ele costumava assistir a programas policiais locais (Cidade 190, Rota 22), respondeu-me que antes de estar na escola de tempo integral os acompanhava com frequência, afirmando que gostava porque poderia testemunhar os policiais “pegando os marginais, destruindo bocas de fumo [...] tentando incentivar nós a fazer o certo e não o errado, tentando tirar o errado da nossa vida”. Isso evidencia a força das estruturas ideológicas produzidas por tais programas, que fundamentam a violência policial e fazem com que Lecas veja a si mesmo como alguém que precisa ser disciplinado pela polícia para se direcionar para o caminho certo.

### **10.7 Medo e autoritarismo**

O Instituto Datafolha (2019) realizou uma ampla pesquisa em nível nacional para avaliar a adesão popular a um conjunto de propostas de endurecimento da legislação criminal apresentadas pelo governo federal, que ficou conhecido como “pacote anticrime”. Tomaremos dois itens específicos desse estudo para refletir sobre a relação entre “medo da polícia” e “demanda por policiamento”, e posteriormente retomaremos a temática do autoritarismo, antes de concluirmos este capítulo. Um dos itens do estudo avaliou se a população tinha “mais medo que confiança na polícia” ou “mais confiança que medo na polícia”, obtendo que 51% da

população brasileira declarou ter mais medo. Alguns dados sociodemográficos ampliaram as respostas de medo e diminuíram as de confiança: ser do gênero feminino (55% ante 46% do masculino); ser pobre (54% ante 41% entre os mais ricos); ser de grupos étnicos não brancos (em brancos o nível de medo foi de 47%, em indígenas de 60%, em amarelos de 56%, em negros de 55% e em pardos de 53%); ser morador de centros urbanos (57% ante 46% entre os moradores do interior).

Outro item da mesma pesquisa investigou se os respondentes consideravam suficientes ou insuficientes os números de viaturas e policiais nas cidades brasileiras, obtendo que 72% avaliaram o quantitativo como insuficiente. Na comparação entre os dois itens, pudemos constatar que os mesmos fatores que aumentavam o medo da polícia, ampliavam a avaliação de que a polícia era insuficiente: ser do gênero feminino (76% ante 69% do masculino); ser pobre (75% ante 70% entre os mais ricos); ser de grupos étnicos não brancos (em brancos, 69% avaliaram a polícia como insuficiente, em indígenas, 74%, entre amarelos e negros, 71%, e em pardos, 76%); ser morador de centros urbanos (80% ante 67% de moradores do interior). Isso reforça o que pudemos constatar em nosso estudo, que o temor da polícia e a demanda por policiamento afligem o mesmo grupo, sendo muitas vezes concomitantes.

Um estudo publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com 2087 sujeitos investigou, por meio de escalas, os índices de “medo da violência” e de “propensão ao apoio a posições autoritárias” da população brasileira. No detalhamento da pesquisa, podemos perceber que a adesão ao autoritarismo se mostrou inversamente proporcional à classe social<sup>92</sup>. Os autores destacam que a amostra revelou “uma população amedrontada [...] e, o mais complexo, quando cruzamos os índices de medo da violência e de propensão ao apoio de posições autoritárias, constatamos que **o grupo com mais medo tende a aderir com mais intensidade ao autoritarismo**” (2017, p. 22, grifo nosso). No estudo foi elaborado um índice de “propensão ao apoio à agenda de direitos civis, humanos e sociais”, incluindo valores como a laicidade do estado, a necessidade de práticas de mitigação do machismo, homofobia e racismo, a necessidade de redução da desigualdade, etc. Os autores concluíram que não existe oposição entre os dois índices, estando ambos fortemente presentes no discurso da população. Vale destacar, no entanto, que, em ambos os casos, os índices foram maiores nas populações de menor poder aquisitivo.

O estudo reflete a elevação de discursos autoritários no País, que procuram soluções que retiram a legitimidade do monopólio do uso da força pelo Estado. Associada a essa defesa

---

<sup>92</sup> Os índices de adesão aos discursos autoritários – sendo o máximo de adesão 10 e o mínimo 0 – foram de 7,0 na classe A; 7,5 na classe B1; 7,9 na classe B2; 8,0 na classe C1; 8,3 na classe C2; e 8,5 na classe D/E.

subjaz a ideia de uma separação da população em duas classes de pessoas, uma que tem a liberdade de matar, se julgar que foi ameaçada, e outra rotulada de perigosa e criminosa, que deve ser objeto de constante vigilância e neutralização, quando necessário (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017). Vale destacar que esses discursos, ao mesmo tempo que retiram a legitimidade do monopólio do uso da força pelo Estado, também solicitam do próprio Estado medidas mais duras para aqueles rotulados como perigosos. O estudo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017), no entanto, não aprofunda os aspectos que fazem justamente com que os grupos socioeconômicos mais rotulados criminalmente sejam os que mais defendem posições autoritárias.

Uma primeira perspectiva que ajuda a compreender esse fenômeno nos parece ser a reflexão de que as populações mais vulneráveis economicamente são submetidas cotidianamente a violências, compreendidas por eles como ainda mais ameaçadoras do que a própria violência policial. Isso evidencia a condição perversa à qual esses jovens são submetidos, desejando uma polícia que os massacra e humilha na busca de escapar com vida dos territórios de guerra que habitam, escolhendo entre os males o menor. Uma frase de PitBull parece sintetizar bem essa proposição: “Não é que eu confie na polícia, mas às vezes a polícia traz uma segurança pro cidadão.”.

No entanto, a escolha do mal menor em si não explica algumas demandas por policiamento autoritário encontradas no discurso dos adolescentes, nem as demandas de revanchismo amparadas em um senso de justiça “do bairro” e das facções que dominam seus territórios. As diferentes demandas de segurança dos jovens guardam relação com o sistema de crenças que compartilham sobre quais as possíveis soluções no nível prático e teórico para as situações de violência. Essas se estruturam de suas vivências, bem como do universo semântico que as compõe. Conforme evidencia Vygotsky (2004/1930), a estrutura dos sistemas psicológicos se forma como cópias de suas relações coletivas, daí o papel decisivo desempenhado pela socialização da linguagem. Em vivências marcadas por relações de violência e dominação, os sistemas psicológicos que atribuem significado e balizam as decisões terão a tendência de procurar, na própria violência, as saídas para ela, em um ciclo contínuo de reprodução. Uma vida marcada por diversos tipos de vivências violentas em uma ambiência permeada por medos, funda uma lógica semântica de respostas para a solução dos problemas cotidianos que também se amparam na violência e no medo. As respostas dos jovens refletem suas vivências e as concepções ideológicas que as atravessam.

A mesma lógica se desenvolve em relação às buscas institucionais ou não institucionais para os conflitos da segurança. Conforme vimos na história de Nana sobre seu



irmão, no momento em que sua mãe buscou a autoridade policial para solucionar a ameaça sofrida pelo filho, o próprio policial a aconselhou a procurar a organização criminosa dominante no bairro, para solucionar o imbróglio. No entorno de vivências como essas estrutura-se o pensamento de que o estado não é a solução mais eficaz para o problema da violência. Nesse processo fundam-se formas de pensar em que soluções para os problemas da violência deixam de ser buscadas dentro das instâncias oficiais.

Misse (2010) reflete que diferentes abordagens psicológicas e sociológicas têm tentado responder ao persistente paradoxo de pensar a ação reflexiva e a interação sem perder de vista suas determinações, especialmente para sujeitos em situação de opressão. O autor aponta uma tendência de se pensar o sujeito social que emerge da experiência de subordinação como revolucionário: “raramente o sujeito que emerge da experiência da subordinação é pensado como sujeito que subordina ou que subjuga, que produz outros assujeitamentos” (p. 79). A reflexão de Misse parece útil para pensar diversas formas de reprodução da opressão. A sujeição criminal é uma delas, e o autoritarismo nos parece uma outra, que obedece à mesma lógica de reprodução e multiplicação de opressões. A diferenciação entre pobres dignos (cidadãos) e viciosos (envolvidos) força os moradores da periferia a negar a cidadania alheia, na busca de afirmar a sua. Conforme evidencia Pinheiro-Machado (2019, p. 109), “não se pode esperar que brotem almas democráticas e contestadoras de pessoas cujo contexto, desde o espancamento que receberam dos pais até a lição que levaram da polícia, é marcado pela violência”.

Consideramos que essa tendência de pensar o sujeito social que emerge das experiências de subordinação como revolucionário, tem feito com que o crescimento das demandas autoritárias no Brasil tenha sido erroneamente interpretado como um fenômeno que se afilia exclusivamente às classes médias e altas. Além disso, o fato de as forças políticas que melhor têm conseguido capilarizar essas demandas autoritárias no País serem predominantemente apoiadas por classes sociais altas, parece colaborar com essa equivocada interpretação. Embora o autoritarismo sirva aos interesses da elite econômica de manutenção do *status quo*, o apoio às posições autoritárias não é prerrogativa de uma classe social, mas se ampara em concepções ideológicas que podem ser alimentadas por vivências de opressão.

Um estudo realizado por Barros, Torres e Pereira (2009) destaca que, diferentemente do que estudos anteriores apontaram, autoritarismo e tolerância são dois fatores completamente independentes entre si (não correlacionados). Assim, as pessoas podem ser simultaneamente intolerantes e autoritárias ou não intolerantes e não autoritárias. A pesquisa evidencia que constructos políticos (autoritarismo e democracia) devem ser estudados a partir

de uma perspectiva psicossocial, e não como atributos fixos de personalidade. O estudo indica ser bastante factível que pessoas que preferem a democracia como forma de governo, a depender da situação, aceitem um líder autoritário, ocorrendo (ou não) a adesão a depender do contexto político apresentado. A análise destacou ainda que os valores religiosos estão na base das atitudes intolerantes, que os valores materialistas (valorização financeira) estão na base de atitudes autoritárias, e que valores hedonistas contribuem tanto para o aumento da tolerância como para a diminuição dos autoritarismos.

A concomitância de sentidos democráticos e autoritários para a solução da violência pôde ser fartamente vista nos relatos dos adolescentes da periferia, embora seja possível supor que os adolescentes do centro tenham sido mais hábeis em disfarçar, no campo do discurso, sentidos autoritários. Ficou evidente que sentidos opostos podem se manter lado a lado. Vale destacar que concepções ideológicas moralizantes têm sido atribuídas aos moradores da periferia, provocando culpa, especialmente nos jovens, sempre que realizam quaisquer atividades por simples prazer que não estejam associadas ao estudo, trabalho ou religião, anulando qualquer valor similar ao hedonismo ou mesmo ao ócio como algo positivo. A própria religião, conforme destacamos, desempenha nesses territórios forte papel na produção de concepções moralizantes, que reproduzem medo e culpa.

Além disso, o desamparo e o medo decorrentes dos riscos concretos de violência aos quais são submetidas essas populações, e a sua necessidade de se diferenciar entre si (cidadãos *versus* envolvidos), gerada por sentidos estigmatizantes que lhes são atribuídos, tornam as periferias em campo perfeito para cooptação e disseminação de concepções ideológicas autoritárias, que jogam os moradores das periferias contra os moradores das periferias. O medo parece ser o terreno mais fértil para a construção do autoritarismo. Diante dessa conjuntura ideológico-emocional, não pode ser descartada a possibilidade de que, também no campo político-partidário, o avanço do autoritarismo no País tenha as periferias como um dos principais alvos de cooptação.

## 11 CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE PERIFÉRICA E AS DIFUSAS FRONTEIRAS ENTRE O “CIDADÃO” E O “ENVOLVIDO”

Haiti

Quando você for convidado  
 Pra subir no adro da Fundação Casa de Jorge Amado  
 Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos  
 Dando porrada na nuca de malandros pretos  
 De ladrões mulatos  
 E outros quase brancos  
 Tratados como pretos  
 Só pra mostrar aos outros quase pretos  
 E são quase todos pretos  
 Como é que pretos, pobres e mulatos  
 E quase brancos, quase pretos de tão pobres são tratados  
 E não importa se olhos do mundo inteiro possam  
 Estar por um momento voltados para o largo  
 Onde os escravos eram castigados  
 E hoje um batuque, um batuque  
 Com a pureza de  
 meninos uniformizados  
 De escola secundária em dia de parada  
 E a grandeza épica de um povo em formação  
 Nos atrai, nos deslumbra e estimula  
 Não importa nada  
 Nem o traço do sobrado, nem a lente do Fantástico  
 Nem o disco de Paul Simon  
 Ninguém  
 Ninguém é cidadão  
 Se você for ver a festa do Pelô'  
 E se você não for  
 Pense no Haiti  
 Reze pelo Haiti  
 O Haiti é aqui  
 Caetano Veloso / Gilberto Gil

Compreendendo as palavras como indicadores sensíveis das transformações sociais, neste capítulo analisamos alguns termos que surgiram nas entrevistas dos adolescentes, discutindo os sentidos coletivos apresentados por eles: “envolvido”, “cidadão” e “bairro”. A escolha dos termos deu-se por termos observado, ao longo desta tese, que os sentidos que essas palavras adquiriram trazem evidências semânticas da criminalização da população periférica. Tal criminalização passou a ocupar um papel relevante neste estudo, pois ela se mostrou a causa central dos medos da periferia, levando a uma diferenciação binária de seus moradores entre “cidadãos” e “envolvidos”. Tal processo tem gerado a consequência mais nefasta do processo cíclico de segregação, violência e medo que verificamos na cidade de Fortaleza: a desumanização de certos agrupamentos juvenis, que passam a ter a cidadania negada. Aprofundamos a análise das implicações psicossociais dos medos urbanos na periferia, a partir das narrativas de dois adolescentes, Chiquinho e Rob, com perfis muito semelhantes e, ao

mesmo tempo, dos mais vulneráveis à violência: meninos, um pardo e o outro negro, moradores de bairros violentos da periferia, ambos com 17 anos e intenso histórico de socialização no território. Em Chiquinho, o medo de ser “confundido” com um “envolvido” produziu uma dolorosa luta para modificar a própria forma de ser, incluindo a maneira de se vestir, movimentar, interagir e a própria linguagem, na esperança de passar a ser identificado como um “cidadão”. Já em Rob, a aquisição de certas habilidades advindas do domínio de uma linguagem mais institucional conferia-lhe certa passibilidade: enquanto a maior parte dos adolescentes era obrigada a escolher cotidianamente entre o risco da morte e o padecimento social, o fato de dominar tanto a linguagem mais utilizada por adolescentes de sua idade no “mundo das ruas” como também aquela utilizada pelos adolescentes do centro, mostrou-se capaz de ampliar relativamente sua liberdade.

### **11.1 Introdução**

Neste capítulo analisamos alguns termos que surgiram nas entrevistas dos adolescentes, discutindo os sentidos coletivos apresentados por eles: “envolvido”, “cidadão” e “bairro”. Essa escolha não se deu de maneira prévia, mas por termos observado, ao longo deste estudo, que os sentidos que essas palavras adquiriam traziam evidências semânticas da criminalização da população periférica. Tal criminalização passou a ocupar um papel relevante neste estudo, pois se mostrou a causa eficiente central do principal eixo dos medos da periferia: o de ser “confundido” com um “envolvido”. Além disso, aprofundamos a análise das vivências de medo da periferia a partir das narrativas de dois adolescentes, com perfis muito semelhantes e, ao mesmo tempo, dos mais vulneráveis à violência: meninos, um pardo e o outro negro, moradores de um violento bairro da periferia, ambos com 17 anos e com um intenso histórico de socialização no território. Buscamos, a partir desses dois protagonistas, aprofundar as discussões sobre as implicações psicossociais do medo na periferia e utilizamos, além das análises de conteúdo das entrevistas, também os seus mapas afetivos.

Debruçamo-nos sobre o que se revelou a consequência mais nefasta decorrente do processo cíclico de segregação, violência e medo que delineamos ao longo deste estudo: a desumanização e criminalização de certos grupamentos juvenis, aos quais a cidadania é negada. Realizamos, ainda, a partir do pensamento de Frantz Fanon em interlocução com reflexões de Bakhtin e Vygotsky, uma discussão sobre o papel da aquisição da linguagem dominante que, para Fanon, pode dar subsídio para a superação de determinadas condicionalidades impostas pelo meio.

Conforme debatido no capítulo 5 desta tese, Vygotsky (2001/1934) expõe um fenômeno que denomina de “predicatividade” e que ocorre de forma habitual em conversas cotidianas: a abreviação das orações em torno do predicado psicológico, omitindo todo o restante da oração. Nesse processo, em determinadas condições, as palavras desviam-se de seu significado habitual, adquirindo novos sentidos. Quanto mais as pessoas envolvidas no diálogo compartilham o mesmo contexto, maior a tendência de aglutinação e maior a facilidade de comunicação entre elas com menos palavras, ou mesmo por mera insinuação. Nesses casos, os sentidos passam a predominar sobre os significados, o contextual sobrepõe-se ao particular. Em virtude disso, Vygotsky (2001/1934) destaca que entre pessoas que compartilham o mesmo contexto de vida, surgem significados coletivos para as palavras, o que gera uma forma própria de se comunicar daquele grupo. Esse processo de aglutinação atinge seu apogeu na linguagem interior, posto que, nesse caso, o interlocutor é exclusivamente o próprio sujeito, que está sempre a par daquilo que pensa. Assim, na linguagem interior, observamos, mais que em qualquer outro processo, a predominância dos sentidos sobre os significados.

A discussão de que os significados das palavras não são fixos, mas variam de sentido a partir do contexto em que são empregadas encontra eco no filósofo russo Mikhail Bakhtin (2006/1929-1930, p. 100), contemporâneo de Vygotsky, que afirma que “O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. [...] há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis.” O sistema teórico de Bakhtin (2006/1929-1930, p. 29), que, assim como o de Vygotsky, também se baseia no materialismo histórico-dialético, define que tudo aquilo que possui uma dimensão semiótica é ideológico: “[...] tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”. Para o autor, o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: eles são mutuamente correspondentes. E define que a psicologia necessita se apoiar no estudo das ideologias, posto que a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais.

Lembremo-nos de que, para Marx e Engels (2001/1846), a superestrutura é determinada pela infraestrutura. A infraestrutura são as condições materiais objetivas: os meios de produção da sociedade, as disponibilidades de recursos, o seu controle, o conjunto das relações de produção. Já a superestrutura são os aspectos que se relacionam a componentes culturais como a arte, a cultura, a religião, o arcabouço jurídico, etc. De acordo com os preceitos marxistas, é a infraestrutura que define a superestrutura. Todo o sistema social se organiza tomando como base o sistema de valores que privilegia os donos dos meios de produção, que conseguem fazer impor o seu poder por meio de todo um aparato. No caso do Estado burguês,

uma série de instituições se encarregam de reproduzir as ideologias hegemônicas por meio da mídia, polícia, escolas, igrejas, famílias, partidos políticos, entre outras. Com isso naturalizam-se as concepções da classe dominante como se fossem do interesse de toda a sociedade, que posteriormente passam a ser reproduzidas como senso comum.

Para Bakhtin (2006/1929-1930), a realidade ideológica é uma superestrutura que se situa imediatamente acima da base econômica, sendo a palavra o fenômeno ideológico por excelência, o modo mais puro e sensível da relação social, devendo ser colocada em primeiro plano no estudo das ideologias. É na palavra que melhor se revelam as formas básicas, ou seja, as formas ideológicas gerais da comunicação. Isso ocorre porque a palavra é neutra de qualquer função ideológica específica, sendo o material flexível que permitiu o desenvolvimento da consciência. Para o autor, as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os seus domínios. A palavra é o indicador mais sensível das transformações sociais, sendo o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica totalmente acabada (BAKHTIN, 2006/1929-1930). É a partir dessa compreensão, de que os sentidos que as palavras assumem são reveladores das forças ideológicas em campo e indicadores sensíveis das transformações sociais, que realizamos nossa análise.

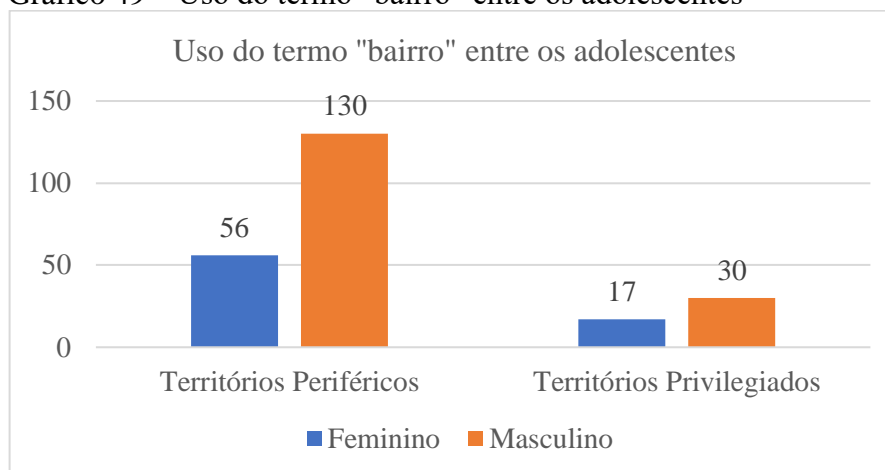
## **11.2 A criminalização dos bairros periféricos**

Neste tópico buscamos demonstrar, a partir das enunciações dos adolescentes entrevistados, que as recorrentes associações entre “pobreza” e “ameaça”, discutidas no capítulo 9, têm provocado modificações semânticas no uso do termo “bairro” nas periferias, atribuindo a esses territórios sentidos criminais. Conforme já discorremos, os adolescentes do centro eram, via de regra, desenraizados de seu bairro, estabelecendo poucas relações com seus vizinhos, enquanto para os adolescentes da periferia, o seu bairro era um dos poucos locais da cidade onde era possível ter uma relativa segurança. Como podemos ver no Gráfico 49, a seguir, a quantidade de vezes que os jovens fizeram uso do termo “bairro” para responder aos questionamentos das entrevistas, deixa evidente a relevância que o território de moradia ocupa em suas vivências. É possível perceber uma significativa diferença igualmente em relação a aspectos de gênero, posto que diversos fatores, também culturais e ideológicos, têm feito com que as meninas sejam excluídas dos espaços públicos<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Conforme explanado no tópico 8.8 desta tese.

Gráfico 49 – Uso do termo “bairro” entre os adolescentes



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Além do número de vezes que o termo “bairro” foi utilizado, os sentidos atribuídos a ele também variaram em relação aos aspectos socioterritoriais. Enquanto o termo “bairro” foi empregado no centro quase exclusivamente para se referir a uma delimitação geográfica, na periferia, além desse significado, a palavra ganhou outros dois sentidos, um que se refere à coletividade de pessoas que reside nessa delimitação geográfica e a compõe, e outro que associa o sentido geográfico e comunitário às dinâmicas criminais das facções que dominam aquele território. O sentido mais usual do termo nos dois territórios relacionou-se ao seu significado geográfico habitual, no entanto, mesmo nesses casos, enquanto os adolescentes do centro estabeleciam uma relação de distanciamento com seu bairro, para os adolescentes da periferia, as dinâmicas do seu local de moradia diziam respeito à sua vida cotidiana. Alguns exemplos desse primeiro sentido são:

A violência do meu bairro eu acho que ela vem diminuindo. (Caveirinha, branco, 16 anos, do centro)

Eu sinto que não sei bem como é [a violência] porque eu moro num bairro que é privilegiado, o Cocó. (Isabele, branca, 16 anos, do centro)

Diferentemente do centro, na periferia, a ideia de bairro não se associava apenas ao território, mas ao conjunto de seus moradores. Carla (negra, 16 anos, da periferia), por exemplo, reflete que “O pessoal aqui desse bairro protege uns aos outros, mesmo sem se conhecer”. Não encontramos nenhum relato entre os adolescentes do centro que destacasse um atributo coletivo dos seus moradores. Apesar de todos os conflitos e das práticas de desconfiança que pudemos observar nos relatos dos jovens da periferia, eles se referiam frequentemente ao “pessoal do bairro”, seja em um sentido elogioso, seja em um sentido neutro ou crítico, referencial

completamente alheio às vivências dos adolescentes do centro. A expressão “pessoal do bairro” foi utilizada 22 vezes nas entrevistas, todas por adolescentes da periferia. Em virtude dessa associação, na periferia, o significado geométrico (espacial) de “bairro” assumiu um sentido gradativo de comunidade, em que o termo muitas vezes era utilizado para se referir às pessoas do bairro.

Rob (negro, 17 anos, da periferia), por exemplo, afirma que conhece “o bairro todo. Tanto quem é cidadão como quem é envolvido”. Na frase de Rob, o termo “bairro” afasta-se do sentido geográfico e passa a ser sinônimo de pessoas do bairro, que são divididas em dois tipos de sujeitos. Já PitBull (negro, 17 anos, da periferia) nos conta que “Esse ano, umas 3 horas da manhã, vieram quatro carros e invadiram meu **bairro**, o pessoal da outra facção, aí nesse dia todo o **bairro** acordou mesmo em desespero.” (grifos nossos). Nessa frase, nas duas vezes em que PitBull usa a palavra “bairro”, refere-se a sentidos diferentes. Na primeira vez, o termo tem um sentido predominantemente geográfico; na segunda vez, a palavra assume um sentido predominantemente social, já que foram “as pessoas” do bairro que acordaram em desespero. A ideia de que os territórios contemplam sentidos comunitários, para além de um sentido espacial não é nova, e está muito presente, por exemplo, na obra do geógrafo Milton Santos (2007). Não à toa a palavra “comunidade” muitas vezes é utilizada pelo senso comum como sinônimo de bairro periférico.

Em nosso estudo, pudemos constatar um outro fenômeno: a ligação semântica promovida entre “bairro” e “facção criminosa”. Podemos ver a gênese dessa aproximação no discurso de Gabgol (negro, 17 anos, da periferia), quando relata que “Tem o grupo que comanda o bairro e chega outro que tenta invadir pra tomar o comando do bairro, aí fica tendo troca de tiroteios.”. No discurso de Gabgol, a palavra “bairro” possui um sentido predominantemente territorial, mas já é possível perceber que o território é “comandado” por uma associação criminosa, evidenciando um poder paralelo que se associa ao território.

A separação entre “comando criminal do bairro” e “aspecto geográfico do bairro” fica semanticamente mais difusa no discurso proferido por Macal de que “a gente sabe qual é o bairro e qual é a facção daquele bairro, e acho que **todo mundo costuma evitar andar naquele bairro que é uma facção rival** do bairro onde você mora” (grifo nosso). Embora tanto a primeira parte da frase como o discurso de Gabgol revelem uma diferença mais acentuada entre “facção” e “bairro”, a sentença em que destacamos o termo “bairro”, ao mesmo tempo que diz respeito ao sentido geográfico (local onde todo mundo costuma evitar andar) também contém um sentido de associação criminosa, tendo em vista que ele relata que o bairro é uma facção criminal.



Assim como a possibilidade de se utilizar o termo “bairro” como sinônimo de “pessoal do bairro” destaca o sentido comunitário que o termo adquire, a possibilidade de se utilizar o termo “bairro” como “associação criminosa que comanda o território” evidencia o sentido criminal que ele assume. Os jovens não diziam apenas, por exemplo, que o bairro vizinho era “comandado por outra facção”, ou mesmo que era “de outra facção”, mas passavam a enunciar que o bairro “era outra facção”, destacando sentidos geográficos atrelados às dinâmicas criminais. Rogério (negro, 17 anos, da periferia), por exemplo, para relatar que o bairro em que está (bairro da escola) e o bairro onde mora são dominados pela mesma facção, enuncia simplesmente que “aqui e meu bairro são a mesma facção”. Já Lecas (pardo, 16 anos, da periferia), para expor que as pessoas de um bairro não podem frequentar territórios dominados pela facção rival, profere apenas que “o pessoal daqui não pode andar em outro bairro que já é outra facção”.

O discurso de Trankino deixa ainda mais explícita a utilização do termo “bairro” no sentido de “facção”, “comando da facção” ou “pessoas da facção”. Ele relata que tem medo de “desandar do bairro” como sinônimo de desobedecer às ordens estabelecidas pelo comando do tráfico. E diz que “os bairros querem se amostrar” para se referir a como as facções praticam ações cada vez mais violentas e sensacionalistas para se destacar das demais.

Nana relata que seu irmão, dentro de um ônibus que passava por territórios de uma facção rival à do bairro onde mora, foi abordado, filmado e obrigado a fazer o sinal da facção local. Explicando a situação, ela relata que “o ônibus passa por outra facção” e, referindo-se a um colega, diz que “ele é da facção que a gente mora”, deixando explícito o sentido geográfico que o termo “facção” passa a assumir. Dessa forma, assim como o termo “bairro” passa a adquirir sentidos criminais, o termo “facção” passa a adquirir sentidos geográficos. A mãe de Nana, preocupada com o ocorrido, foi até a delegacia explicar a situação para que seu filho não sofresse retaliações, após o que ouviu do policial a orientação para que “resolv[esse] lá no seu bairro que aqui na delegacia tá tudo certo”. Como podemos ver, “bairro” e “facção” passam a ser sinônimos.

Nana relata, ainda, que depois do incidente ficou com medo de o “pessoal do bairro” invadir sua casa, mas que sua mãe falou com o “pessoal do bairro” e deu tudo certo. “Pessoal do bairro” significa, no discurso de Nana, o comando do tráfico de drogas. Assim, fecha-se o elo semântico associativo entre bairro periférico, moradores da periferia e crime. Assim como Nana, diversos adolescentes empregaram a expressão “pessoal do bairro” e “pessoal do outro bairro” para se referir especificamente às pessoas que fazem o crime nesses locais, mostrando

o entrelaçamento comunitário, geográfico e territorial que a palavra “bairro” passa a assumir nas periferias.

Sendo cultura e linguagem instâncias intrinsecamente relacionadas, o entrelaçamento entre os sentidos dos termos “bairro” e “facção criminosa” é a evidência semântica de um fenômeno social, que indica que a criminalização das formas de ser da juventude periférica e de suas relações sociais tem atingido o apogeu na criminalização do próprio ato de morar em um bairro periférico. Assim, todas as pessoas do bairro passam, de alguma forma, a ser associadas a essas dinâmicas nos discursos correntes do senso comum, da polícia, dos comandos criminosos rivais, da mídia, etc. O crime passa a se associar à identidade do bairro: “O Canindezinho é GDE” ou “Aqui é tudo 3<sup>94</sup>”. Cada bairro da periferia é associado a uma facção, e o conjunto da periferia ao crime de forma geral. Reforçam-se, assim, tanto as suspeições formadas por ideias topofóbicas e sociofóbicas das classes média e alta em relação à periferia como as desconfianças e inimizades dentro da periferia.

Na base desse processo encontra-se a predicatividade, que se relaciona com a própria estruturação da consciência, na qual prevalecem os sentidos sobre os significados, permitindo que as palavras possam incorporar toda uma diversidade de unidades semânticas, posto que, conforme aponta Vygotsky (2001/1934, p. 469), “os sentidos como que deságuam uns nos outros e como que influenciam uns aos outros”. Para Vygotsky (2001/1934), os processos de aglutinação semântica que ocorrem na linguagem cotidiana atingem o apogeu na linguagem interna, sendo fundamentais na estruturação da consciência. Os sistemas semânticos são compartilhados socialmente e orientam as percepções dos grupos sociais sobre os fenômenos que os rodeiam. No caso exposto, ao mesmo tempo que os sentidos que associam comunidade, território e crime são construídos socialmente, passam a orientar a percepção dos diferentes grupos sociais e, assim, a direcionar os sentidos estabelecidos nas vivências particulares.

A ligação associativa entre crime, periferia e seus moradores orienta os afetos e sentidos estabelecidos em cada vivência particular dos sujeitos, provocando, por exemplo, medo, sentimento de ameaça, desconfiança, inferioridade ou mesmo identificação com a facção, sentimento de pertencimento a ela, etc. Foi possível constatar que, em alguns casos, mesmo entre adolescentes não participantes de ações criminosas, formam-se sentimentos ambivalentes, em que a vergonha por morar em um bairro violento se mistura ao desejo de que a facção do bairro prevaleça sobre as demais. Assim como à vitória do “time” do bairro podem

---

<sup>94</sup> Referência ao código numérico da facção Guardiões do Estado (GDE).

ser atribuídos sentidos de vitória pessoal, mesmo por aqueles sem nenhum envolvimento com o time, o mesmo parece ocorrer com alguns adolescentes em relação à rivalidade estabelecida entre as facções/bairros.

### **11.3 O pobre digno e o vicioso: as difusas fronteiras entre o “cidadão” e o “envolvido”**

Coimbra e Nascimento (2005), avaliando os riscos de ser jovem e pobre no Brasil, relatam que ideias racistas, higienistas e eugênicas tiveram forte influência no País, reproduzindo no imaginário social que indivíduos advindos de “boa família” teriam naturalmente pendores para a virtude, enquanto os de “má família”, ou seja, os pobres, seriam portadores de degenerescências. As autoras discutem, a partir do diálogo com as pesquisas da socióloga Irene Rizzini, que o desenvolvimento dessas ideologias tem promovido a criminalização da pobreza, fazendo com que os moradores da periferia passem a ser tratados sempre como suspeitos, classificados a partir de uma escala de moralidade como “pobres dignos” ou “pobres viciosos”. Dependendo dessa classificação, passa-se a utilizar estratégias diferentes no tratamento desses sujeitos. Aos pobres dignos, que mantêm a família unida e conservam costumes religiosos, é necessário o fortalecimento dos valores, diante de sua frágil moralidade. Já os pobres viciosos, por viverem no ócio, representam um perigo social que deve ser erradicado. Assim, as autoras pontuam que os sujeitos periféricos são marginais pela sua condição geograficamente definida antes mesmo de nascerem: reprovados de imediato, são excluídos por excelência.

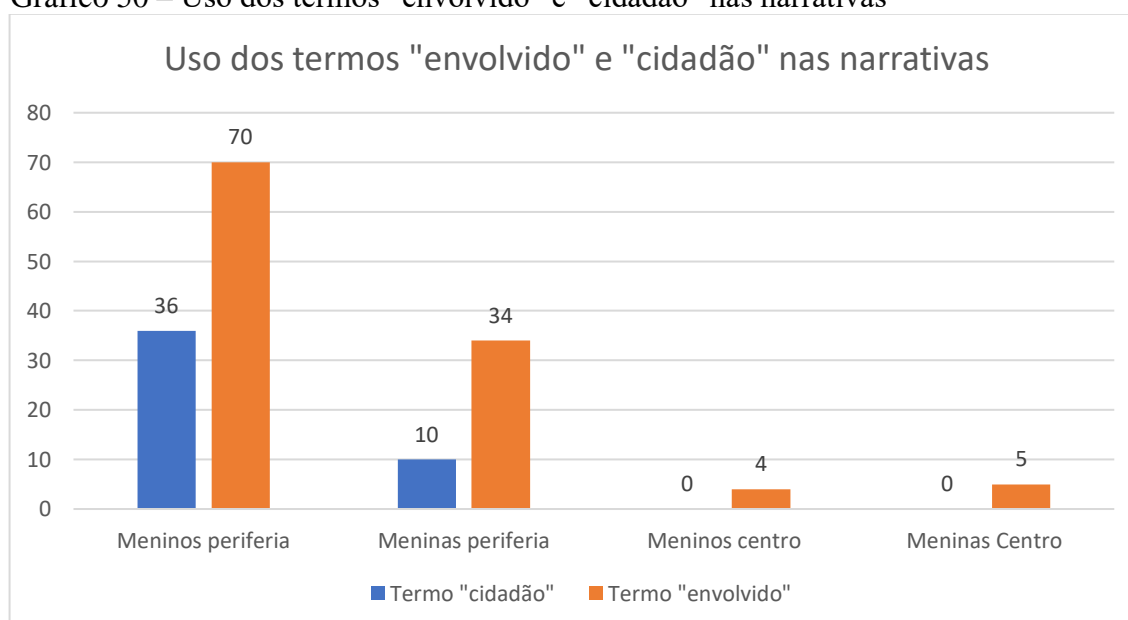
Coimbra e Nascimento (2005) refletem que, no capitalismo liberal, os jovens pobres foram recolhidos em espaços fechados para serem disciplinados e normatizados, na expectativa de se tornarem pessoas honestas e trabalhadores exemplares. As autoras defendem que, com o neoliberalismo, boa parte desses jovens deixaram de ser necessários, não servindo sequer como mão de obra excedente, fazendo com que suas vidas sejam consideradas supérfluas, o que tem originado uma política de extermínio. Hoje, em 2020, 15 anos depois da produção do texto de Coimbra e Nascimento, o aprofundamento das políticas liberais tem sido cada vez mais intenso, e um contingente cada vez maior de pessoas não se fazem mais necessárias, muitas definitivamente não absorvíveis.

Desde 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem trimestralmente mensurando o índice de “desalentados”, designação destinada às pessoas que gostariam de estar empregadas, mas desistiram de procurar emprego devido à falta de condição ou perspectiva. Tal número vem constantemente crescendo e em junho de 2020 atingiu

novamente a máxima histórica, chegando a 5,8 milhões de brasileiros. O Nordeste é a região mais afetada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua (IBGE, 2020). Diante desse fenômeno, o que parece estar ocorrendo é que as fronteiras entre os “pobres dignos” e os “pobres viciosos” estão cada vez mais difusas, o que vem contribuindo para o gradativo aumento do extermínio da população jovem, mesmo entre aqueles que têm procurado atender a todas as demandas morais da sociedade. Dessa forma, é possível estabelecer uma relação, embora evidentemente não linear, posto que existem outros fatores correlacionados, entre as demandas dos sistemas econômicos globais, a realidade local, e as políticas de extermínio e majoração dos medos.

Paiva, Barros e Cavalcante (2019) apontam que um dos principais operadores psicossociais de gestão de vidas e de mortes tem sido a divisão da população entre “cidadão” e “não cidadão”, destacando que o termo “envolvido” tem condensado uma série de outros termos tais como “vagabundo”, “bandido”, “menor”, “de menor”, “traficante”, “perigoso”, “alma sebossa”, “pirangueiro”. Nesse sentido, Barros, Benício e Bicalho (2019) apontam que “a figura fantasmagórica do inimigo interno reitera a divisão racista entre os semelhantes (cidadãos de bem) e os não semelhantes (não cidadãos)”. Em nossa pesquisa, pudemos confirmar o relatado pelos autores, acrescentando que as parcelas socioeconomicamente favorecidas, ou seja, os moradores do centro, sequer participam dessa classificação, tendo em vista que não só o termo “envolvido” como também o termo “cidadão” só estiveram presentes nos discursos dos adolescentes da periferia, e para se referir a esses mesmos moradores (Gráfico 50).

Gráfico 50 – Uso dos termos “envolvido” e “cidadão” nas narrativas



Fonte: Pesquisa direta (2020).

A palavra “envolvido”<sup>95</sup> e seus derivativos foi empregada 113 vezes nas entrevistas, sendo 104 nas entrevistas dos adolescentes da periferia e 9 nas entrevistas dos adolescentes do centro. Entre estes últimos, no entanto, a palavra não apresentou sentidos criminais. No Dicionário Online de Português, envolver significa: “cercar, permanecer, estar, implicar-se, participar” (ENVOLVER, 2020). Dessa forma, compreender os sentidos do uso dessa palavra em cada território dá uma pista do que tem sido compreendido como implicar-se e participar, nas periferias e no centro. No centro, a palavra “envolvido” sempre esteve relacionada a algo positivo. Ela foi, por exemplo, empregada por Léia (branca, 16 anos, do centro) para relatar o seu envolvimento com uma Organização Não Governamental (ONG), e por Caveirinha (branco, 16 anos, do centro) para explicar que é muito envolvido com os projetos de sua escola. Já das 104 vezes que a palavra apareceu nos discursos da periferia, em 96 esteve associada a sentidos criminais. Surgiram, no entanto, alguns sentidos potencializadores para o “envolvimento” na periferia, por exemplo no discurso de Negão (negro, 17 anos, da periferia), para expor que se sentia envolvido quando estava no reggae, e no de Chiquinho (pardo, 17 anos, da periferia), para dizer que era envolvido com o futebol da escola, o que simbolicamente indica que a arte e o esporte são algumas formas de envolvimento dos jovens nas periferias que escapam às concepções estigmatizantes das relações sociais.

Já a palavra “cidadão” foi empregada 46 vezes nas entrevistas dos adolescentes da periferia, não sendo utilizada nenhuma vez entre os adolescentes do centro. Diante desses dados, acreditamos ser possível definir que, na cidade de Fortaleza, e possivelmente não só nela, a separação entre “cidadão” e “envolvido” equivale à divisão entre “pobre digno” e “pobre vicioso”. Ou seja, “cidadão” tem sido utilizado como signo indicativo dos pobres dignos e “envolvido” como signo indicativo dos pobres viciosos, o que leva a um questionamento: então não seriam os cidadãos de classe média e alta, ou seja, os moradores do centro, cidadãos? Não no sentido utilizado pelos entrevistados em nossa pesquisa. Conforme destacamos, o sentido das palavras varia de acordo com o contexto e acaba revelando aspectos ideológicos que, neste caso, evidenciam uma contradição de nossos sistemas econômico e social: os que são chamados de cidadãos são aqueles a quem a cidadania não é dada como direito de nascimento, mas condicionada ao seu comportamento, aparência, forma de ser, etc.

No Dicio, o verbete cidadão significa: “Indivíduo que, por ser membro de um Estado, tem seus direitos civis e políticos garantidos.” (CIDADÃO, 2020). Se tomarmos como parâmetro exclusivamente a definição dicionarizada da palavra, concluiremos que todos os

---

<sup>95</sup> Envolvido, envolvida, envolvidos, envolvidas, envolvimento, envolver.

adolescentes do centro são cidadãos, o que não é verdadeiro para os moradores da periferia. Todavia, os sentidos nos quais a palavra “cidadão” foi utilizada sugerem o contrário, que o “cidadão” é aquele que não tem totalmente assegurados seus direitos. Isso ocorre porquanto um conceito surge de um processo de generalização e diferenciação de uma ampla gama de atributos (VYGOTSKY, 1995/1931), assim, se não há necessidade de generalização e diferenciação, o conceito torna-se desnecessário. Em um mundo idealizado em que todos de fato sejam cidadãos, tal termo simplesmente perde a utilidade, assim como a palavra “luz” não é necessária em um universo onde não exista nenhuma forma de escuridão. Em nossa pesquisa, esse pareceu ser precisamente o mundo em que vivem os adolescentes de classe média e alta, um mundo onde a cidadania nunca é negada, um universo, então, em que a palavra cidadão não se faz necessária. Dessa forma, foi possível constatar que, em Fortaleza, “cidadão” e “envolvido” são categorias que se opõem, mas se dirigem necessariamente a moradores da periferia. Assim, “cidadão” é o indivíduo da periferia definido como “não envolvido”, enquanto “envolvido” é o indivíduo de mesma origem que é definido como “não cidadão”.

Tal fato acaba gerando pelo menos três diferentes categorias de adolescentes: os **cidadãos de fato** – moradores do centro para os quais a cidadania não é relativa, o que dispensa a utilização da palavra “cidadão”; **os envolvidos** – moradores da periferia considerados viciosos e perigosos e, assim, explicitamente sem direito a cidadania; e **os ditos cidadãos** (supostos cidadãos) – moradores da periferia que têm a cidadania relativizada de acordo com o contexto, das três categorias, a mais instável.

Para fortalecer tal apontamento, gostaríamos de problematizar um vídeo que viralizou em âmbito nacional, e que foi matéria de diversos jornais relevantes (FISCAIS..., 2020). Em julho de 2020, no Rio de Janeiro, período crítico da pandemia da covid-19, um fiscal de vigilância sanitária solicitou o fechamento de um bar que não cumpria medidas de isolamento social. Um cliente descontente do estabelecimento foi chamado pelo fiscal de “cidadão”, ao que sua companheira protestou: “cidadão não, engenheiro civil, formado, melhor do que você”. O sentido implícito da interpelação intimidatória da esposa parece ser a de que o marido não é apenas um “pobre digno”, mas também um sujeito de uma casta superior, alguém supostamente da elite financeira e intelectual e, sendo assim, tal fiscal não lhe poderia dispensar o mesmo tratamento destinado a um “cidadão” qualquer.

Tanto a ideia de que existem cidadãos de primeira e segunda classe quanto a concepção de que estes últimos são viciosos não são recentes, sendo apenas reciclagens de concepções já bastante antigas. Em 1670, na obra “Tratado teológico-político”, Spinoza (2004/1670) reflete que a nobreza imagina serem inerentes ao vulgo diversos vícios que teme,

tal como a inconstância, a estupidez, a inveja, a desconfiança, a turbulência. Para a nobreza, se não for capaz de fazer a plebe servir humildemente, poderá vir a ser por esta dominada sobranceiramente. O filósofo critica a incapacidade da nobreza de perceber em si os vícios que pertencem a todos os humanos, de tal maneira que, quando um nobre e um vulgo cometem um mesmo ato, ao primeiro é lícito fazê-lo impunemente, concessão, no entanto, que não alcança o segundo. Toma-se por diferente o ato enquanto, na verdade, apenas o agente é distinto. Para o filósofo, a arrogância da nobreza é de tal maneira revestida de fausto e luxo, que vícios repugnantes e torpes, olhados um por um, acabam parecendo coisas honestas e dignas. O filósofo conclui que, na perspectiva da nobreza, “no vulgo não há meio-termo, se não teme, é temível, pois a liberdade e a servidão não se misturam com facilidade” (SPINOZA, 2004/1670, p. 80).

Tomando as reflexões de Spinoza sobre a nobreza a partir de uma concepção marxista, Chauí (2008) aponta que a estrutura da sociedade burguesa criou os proprietários dos meios produtivos como nobreza feudal, e os trabalhadores como servos da terra enfeudada. Assim, a filósofa defende que a burguesia segue a mesma estrutura de medo da nobreza, da qual se diferencia apenas porque enquanto na sociedade feudal, o vício atribuído à classe dominada era a covardia, hoje é a “vadiagem”. Para a filósofa (CHAUI, 2011), a classe média reproduz fielmente as ideias burguesas, do que se pode depreender que segue os mesmos padrões de temor. Assim, podemos pensar que o rótulo do “envolvido” encarna o medo das classes dominantes que, compreendendo as classes subalternas como viciosas, temem seu domínio sobranceiro, já o rótulo do “cidadão” encarna o desejo e a esperança das classes dominantes em manter o vulgo em sua humilde servidão. Não à toa o senso comum costuma se referir à população pobre como “os mais humildes”.

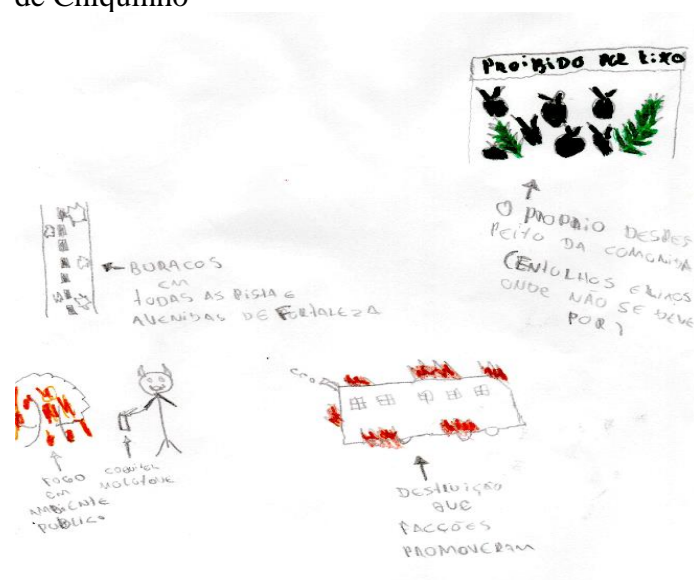
Apresentaremos a seguir a cidade descrita pelos olhos de Chiquinho (pardo, 17 anos, da periferia), que vivencia um sofrimento que intersecciona elementos étnicos, territoriais e de classe, e que explicita essa diferenciação entre “envolvidos” e “cidadãos” na periferia. Em sua entrevista, o adolescente afirma reiteradas vezes que é um cidadão, embora não seja reconhecido como tal, nem pela polícia, nem por outros jovens, ou mesmo pelo conjunto da sociedade de forma geral. A falta de reconhecimento faz com que ele mesmo duvide da própria cidadania: em um dos momentos, por exemplo, ele afirma que gostaria apenas de “parecer” um cidadão, em outro ele diz que é “um cidadão, ou coisa do tipo”. Nessa busca de se fazer alguém, o adolescente parece estar disposto a fazer diversos sacrifícios, como abrir mão de sua forma de falar, de sua forma de se vestir, de seus relacionamentos sociais, sua liberdade, em suma, de diversos elementos constitutivos de sua forma de ser.

#### 11.4 A cidade “palestina” de Chiquinho: “Eu sou de um bairro e não posso andar em outro. Mesmo eu sendo um cidadão ou coisa do tipo”

Chiquinho utilizou como metáfora da cidade de Fortaleza “a Palestina, ou um país em guerra”, segundo ele, “guerra que os governantes tentam esconder, mas está bem debaixo dos nossos olhos”, avaliando que se corre mais riscos de sofrer violência em seu bairro que em um país que está em conflito bélico com outro. A metáfora do adolescente não poderia ser mais precisa, porquanto desvela de uma só vez dois dados reais: Entre 2011 e 2017, auge da guerra da Síria, houve mais homicídios no Brasil que os provocados por esse conflito (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017); e o governo do estado do Ceará vem constantemente minimizando a influência da dinâmica de conflito/pacificação entre as facções de drogas no crescimento/diminuição do número de homicídios no estado (PAIVA, 2019).

Em seu desenho (Figura 19), Chiquinho retratou uma Imagem que exterioriza tanto a displicência da própria população que “coloca lixo onde não se deve” como a devastação realizada a mando das facções de drogas da cidade que, segundo o adolescente, promovem “queimações de ônibus e patrimônios públicos”, evidenciando uma Imagem de Destruição provocada pela Insegurança. O adolescente relata que o medo é o principal sentimento que seu desenho lhe desperta, afeto que em todo o seu discurso se mostra atrelado aos conflitos relacionados às facções de tráfico de drogas, e que vem alterando sua dinâmica de vida, limitando seu deslocamento e sua vivência na cidade e fazendo-o perder sua liberdade.

Figura 19 – Representação da “Fortaleza Palestina” de Chiquinho



Fonte: Pesquisa direta (2020).



Chiquinho atraiu minha atenção desde antes da entrevista, quando estávamos realizando ainda as oficinas preliminares da pesquisa, pois, diferentemente de todos os outros garotos, ao chegar e ao sair, Chiquinho sempre cumprimentava um a um todos os facilitadores. Apenas na entrevista pude perceber que tal atitude, na verdade, fazia parte de seus esforços para tentar “parecer” um cidadão. O discurso de Chiquinho na entrevista revelou um esforço constante de se afastar da imagem de “envolvido” e de se aproximar da imagem de “cidadão”. Tal empenho é um forte subtexto de seu Mapa Afetivo, em que busca diferenciar-se ao mesmo tempo dos “envolvidos” e da parcela populacional que não cumpre seu dever cívico de manter a cidade limpa. Pode-se perceber, de forma bastante marcada, a necessidade de retratar a si mesmo como “cidadão de bem”, em uma busca de se afastar de estigmas fortemente atrelados à sua condição territorial, econômica e étnica. A recente conversão de Chiquinho a uma igreja neopentecostal também parece parte dessa busca. Questionado sobre sua rotina, Chiquinho responde que:

Passo o dia na escola, sou atleta da escola, treino judô, ajudo todo mundo, tenho uma relação boa com todos os professores também. O meu dia a dia é vir pra escola, é ir pra igreja, ir treinar, é essa rotina agora [...] Parei de andar em um monte de canto por causa da violência que está muito grande, por mais que eu não seja “envolvido”, mas eu não confio.

Entre os lugares que Chiquinho parou de frequentar estão praias, areninhas<sup>96</sup>, polos de lazer, festas de reggae. Quando relata seu passado, Chiquinho chega a se justificar por se divertir, relatando que fazia essas atividades apenas para “desopilar” da forte carga de estudos da escola de tempo integral. Chiquinho narrou que a violência em seu bairro é fonte de estigma e vergonha para ele, relatando sofrer preconceito em virtude do seu local de moradia. Ele conta que “quando você fala que é do bairro Bom Jardim, o povo fala [ironizando] ‘vixe, lá no Bom Jardim, bem calmozinho, não tem índice de nada’, aí que podemos dizer que isso é um *bullying*, aí isso me constrange muito”. “Não ter índice de nada” é uma referência irônica às altíssimas taxas de homicídio do conjunto de bairros. Por conta do constrangimento, quando conhece ou se interessa por uma garota em outro local e quer impressioná-la, não costuma dizer onde mora.

A preocupação de Chiquinho em relação ao seu bairro não se restringe ao estigma social, abrangendo também especialmente as violências e ameaças. Ele relatou diversas situações, em praias e pracinhas, em que ele ou seus amigos foram abordados por outros jovens perguntando onde moravam e, dependendo de sua resposta, foram expulsos ou ameaçados. Em

<sup>96</sup> Espaços de lazer com campos de futebol com gramado sintético, normalmente com boas estruturas físicas, instalados pela Prefeitura de Fortaleza em bairros com baixos IDH.

uma determinada situação, Chiquinho mentiu sobre o lugar em que morava para se proteger, mas se retirou logo em seguida, com medo de ser descoberto. Em outra, um jovem o abordou em uma rua que ficava próxima de sua casa, acusando-o de ser envolvido com facção, perguntou onde morava, deu-lhe um chute e o ameaçou de morte. Sobre o fato, relata que “falei que não era de facção nem nada, que não era envolvido. Mas mesmo assim eles não acreditam, né? Eu sou de um bairro e não posso andar em outro. Mesmo eu sendo um cidadão ou coisa do tipo, não dá em nada.” Nessa passagem se releva a maior dor e anseio de Chiquinho no decorrer da entrevista: querer ser um cidadão, ou pelo menos não ser visto como um “envolvido”.

Reiteradas vezes Chiquinho destacou em sua entrevista que temia inclusive por sua vida, por conta das violências tanto das facções quanto da polícia, apesar de “não ser envolvido”, apesar de “ser um cidadão”. Dentre suas diversas perdas estão seus relacionamentos sociais. Ele afirma que tem muitos amigos que não pode mais ver, por morarem em bairros vizinhos, dominados por facções rivais das que comandam seu bairro.

Por exemplo, eu to aqui e não posso ir pra canto B, porque lá é de facção e se eu for pra lá posso ficar por lá, podem fazer o que quiserem comigo. Aí a pessoa fica mesmo com medo, mesmo não sendo envolvido nem nada, é melhor ser um medroso vivo do que um corajoso morto. Aí, eu penso duas vezes e fico em casa, perco muita coisa. Já perdi muitas amizades também. Mas é nossa realidade, né?

Na frase “é melhor ser um medroso vivo que um corajoso morto” fica evidente que Chiquinho muitas vezes necessita realizar escolhas, já que a ampliação da liberdade pode constituir um risco concreto de morte. Chiquinho relata que não perdeu amigos só por conta do distanciamento provocado pela violência, explicando que, desde 2015, calcula que entre 15 e 20 amigos, conhecidos ou familiares foram assassinados, citando o nome de vários. Quando perguntei o que sentia em relação a isso, respondeu que “A primeira coisa que eu penso é não seguir o caminho que eles seguiram, o ponto crucial que eu penso é nisso, também bate lembranças, vem a tristeza, mas eu não gosto de chorar não, eu aguento firme.”. A busca de se portar e parecer um “cidadão” reflete o desejo de Chiquinho de permanecer vivo. Ele narrou a morte de seu primo, que “era como um irmão” e foi executado na sua frente, definindo o fato como um dos momentos mais tristes de sua vida. Esse parece ter sido um momento crucial, em que Chiquinho decidiu que precisava fazer algo para não ter o mesmo destino de seu primo.

Chiquinho conhece de forma extensa os conflitos que envolvem as facções em seu bairro, dá explicações especialmente sobre o conflito entre os Guardiões do Estado (GDE), facção fundada em Fortaleza em 2016, que dominava o seu bairro de moradia, e o Comando Vermelho (CV), facção que teve origem no Rio de Janeiro em 1979, e que dominava parte do

território de sua vizinhança. Esse é, segundo Paiva (2019), o conflito mais sangrento no estado nos dias atuais. Chiquinho aponta entre as consequências dessa rivalidade, a impossibilidade de alguns alunos estudarem em determinadas escolas.

Porque o Grande Bom Jardim é dividido entre essas duas facções, né, o CV e a GDE. Ali no Conjunto Miguel Arraes, Rachel de Queiroz, antigamente tinha muito aluno que estudava aqui e hoje em dia não pode estudar mais por causa disso, eles não deixam. Também tive amigos que foram expulsos daqui por outros alunos mesmo, sendo a facção que predomina aqui no bairro. Foram ameaçados com pedaço de madeira, com armas, sendo até mesmo violentados ao sair da escola.

Além de Chiquinho, diversos adolescentes citaram como consequências do medo a necessidade de mudar de escola e a impossibilidade de conseguir estágio ou emprego. Sobre as expulsões de seus colegas da escola, Chiquinho afirma que “A pessoa não precisa nem ser envolvida, só ela não sendo de onde a gente mora, onde ela mora não sendo da mesma facção que a nossa, já não é bem-vindo”. Ele explica que alguns territórios da vizinhança são mais calmos que outros, e dá como exemplo o local onde mora, afirmando que está mais calmo porque “os traficantes de lá tem muita moral, aí eles fazem ronda lá de moto, de carro, não tem muito índice de roubo, nem de morte”.

Diante dessa afirmativa, questionei se isso tornava o bairro um pouco mais calmo que os demais, teoria defendida por outros adolescentes entrevistados. Chiquinho transparece que os custos dessa “tranquilidade” são muito altos, apresentando um outro lado desse fenômeno: “Eles ostentam isso e impõe medo na própria população, como pichações falando que se roubar na área e tal vai morrer, então é calmo entre aspas.”. O crescimento da hegemonia de uma facção, ou mesmo os acordos de pacificação entre elas diminuem os assaltos e assassinatos, mas aumentam o medo de desandar<sup>97</sup>, e criam nos adolescentes a sensação de ameaça e desejos de retaliação.

Quando questionado se fazia algo para aumentar a sua liberdade, a resposta foi: “Ah, tem sim. Ser cidadão, que é uma das coisas que eu tento, tem uma matéria aqui na escola que a gente vê muito isso, que é o NTPPS<sup>98</sup>, que ajuda a gente a se comportar como cidadão.”. Novamente Chiquinho não parece totalmente convencido de que é um cidadão, mas parece não medir esforços para conseguir se tornar em um. Ele afirma que tem aprendido a se portar como cidadão, em boa parte, com seus professores. Uma das estratégias para diminuir o risco apontada por Chiquinho consiste na busca de apreender novas formas de se comunicar, que se

<sup>97</sup> Medo de desobedecer às leis estabelecidas pelo comando da facção de drogas que domina o bairro.

<sup>98</sup> Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais - A escola informou que a matéria tem como finalidade o desenvolvimento de competências socioemocionais.

aproximem de uma linguagem mais formal e o afastem da linguagem cotidiana de seus amigos do mesmo contexto social.

Ele explicou que, além dos seus professores, tem aprendido a ser cidadão com seu pai, que mora em outro bairro, de quem se reaproximou recentemente após anos sem contato. Chiquinho afirma que vem aprendendo a falar e a se vestir como cidadão e que, com isso, alguns lugares normalmente ameaçadores, especialmente aqueles fora de seu bairro, podem se tornar um pouco menos arriscados. Ele relata que está procurando emprego para comprar uma moto, na crença de que essa iniciativa o tornará ainda mais parecido com um cidadão, o que denuncia a relação entre capacidade de consumo e concessão de cidadania de nosso sistema econômico e político. Todos esses elementos dão mais liberdade para Chiquinho, pois aumentam sua capacidade de convencer as pessoas de que de fato é um cidadão. Ele relata que “Por exemplo, as gírias, o pessoal tem que deixar um pouco, né? No dia que eu fui procurar emprego é importante você falar formalmente, ser educado e, assim, falar formalmente ajuda muito a **parecer** cidadão. Traz liberdade de andar em determinados locais.” (grifo nosso). No entanto, em diversos momentos da entrevista pudemos ver a frustração de Chiquinho quando nos relatava que tentava mostrar tanto a jovens “envolvidos” quanto à polícia que era um cidadão, sem conseguir.

Quando questionado sobre seus maiores medos, Chiquinho assim os classifica: “Medo de ser confundido com outra pessoa e estar na hora errada, porque eu já estive, né? O segundo medo é não confiar mais, a pessoa chega pra mim pra fazer amizade eu descarto, porque não dá para confiar em ninguém, já escapei por pouco muitas vezes.”. Vemos que o medo de confiar em alguém e correr riscos por isso e o medo de não poder mais confiar em ninguém se misturam no discurso de Chiquinho. Diversos jovens da periferia, de ambos os gêneros, relataram falta de confiança e vivências terríveis de conhecidos e familiares que morreram por “confiar demais”, mostrando a relação intrínseca entre a desintegração dos laços sociais e a produção de medos. Quando questionado sobre suas relações na vizinhança, Chiquinho relata que hoje não senta mais com os vizinhos para conversar como antes, pois é difícil saber em quem confiar, afirmando que podem “malدار” algo que ele falou. Chiquinho relata ainda um terceiro medo:

Meu outro medo é que já aconteceu com alguns colegas meus, por causa da aparência, jeito de falar, por causa do andar deles, que os nossos **homens que fazem a segurança desacatam eles**, batem, medo de abordagem policial, eles chegarem meio bravo, chegar no tapa, pontapés e ameaças dizendo que vai levar pra determinado local, diz que a facção [do bairro rival] vai pegar a gente e tal. (Grifo nosso)

Nesse trecho, a escolha de palavras de Chiquinho, substituindo o termo “policiais” por “homens que fazem a segurança”, parece estar associada ao seu esforço de falar formalmente, especialmente diante da polícia, ou da simples ideia dela. O termo “desacatar” é utilizado por Chiquinho por diversas vezes, no decorrer da entrevista, com um sentido diferente do significado original do termo. Para Chiquinho, o termo “desacatar” significa xingar, humilhar. Vygotsky (2001/1934) afirma que, no processo de apropriação da linguagem ou quando não possui familiaridade com ela, é comum que o indivíduo faça uso de determinadas palavras sem compreender completamente o que significa seu conceito. Parece ser exatamente isso que Chiquinho busca fazer, apropriar-se de formas de comunicação que o aproximem do status de “cidadão” e o afastem do de “envolvido”. A palavra “desacatar” é uma delas. Ele narra uma situação em que foi abordado pela polícia. Disseram que ele era traficante de um determinado local, colocaram-no de joelhos, deram-lhe tapas, socos, e quando Chiquinho buscou argumentar que não era envolvido, a resposta do policial foi: **“Olha o jeito que tu anda, olha o jeito que tu fala, olha o jeito que tu se veste, tu é de facção que eu sei, tu vai queimar ônibus<sup>99</sup> que eu sei.”** (grifo nosso). O policial se apropria de diversos signos que nada apresentam de ilícito (vestimenta, forma de falar, andar) para concluir, de forma categórica, que Chiquinho é culpado pela prática de um crime que ainda não chegou a ocorrer, a queima de um ônibus que sequer foi queimado. Depois de muita argumentação, o policial verificou seus antecedentes criminais e, vendo que nada constava, liberou-o. A maior revolta de Chiquinho é que a polícia “chega oprimindo”, enquanto o correto para ele deveria ser “primeiro puxar a ficha antes de oprimir”.

A queixa de Chiquinho em relação à polícia é a mesma que expressa em relação aos jovens de outras facções, de que o julgavam pela sua forma de se vestir e de falar, e, dessa forma, concluiu que era necessário mudar esses dois elementos. Sobre as vestimentas, Chiquinho explica que:

Eu gosto de me vestir com roupas bonitas, de marca, que podem ser confundido também. Por exemplo, tem determinadas roupas que muita gente fala que pirangueiro usa. Você vai ser confundido pelos policiais de usar, eles vão maldar de ti por causa da roupa. Uns calções finos, pequenos, da marca MR2, blusas gola polo, coloridas, esse tipo de coisa. Aí já falaram muito comigo pra parar de me vestir como eu me vestia antes, parar de usar determinadas pulseiras, anéis. Aí, o meu medo é não poder usar o que gosto porque eu posso ser confundido com outra pessoa que está sendo procurada, ou até mesmo só pelos policiais maldar em mim. Aí, eu já parei de usar umas roupas, já coloquei no lixo. Porque hoje a gente tem que seguir algumas regras do sistema.

<sup>99</sup> Diversos ônibus foram queimados em atentados ocorridos no Ceará em retaliação a novas políticas de segurança implementadas nos presídios.

Assim, a estratégia de Chiquinho para sobreviver era seguir as regras, comportar-se de maneira exemplar, ser humilde. Suas experiências deixaram explícito que roupas e adereços caros, de marca, da moda, não podem ser usados por adolescentes como ele. Chiquinho estava implicado em forçar esse processo de mudança de sua forma de ser. Sua dolorosa busca parecia ser de performar para se transformar. As diversas vivências de violência sofridas por Chiquinho, bem como a morte do seu primo parecem ter sido um marco fundamental para que compreendesse como urgente a necessidade de realizar uma série de mudanças em sua vida, tais como cortar suas relações sociais, restringir ao máximo os lugares que frequentava, passar a ir à igreja, mudar sua forma de se vestir e lutar para transformar sua forma de falar, de andar, de se portar, em suma, mudar sua forma de ser, constituindo-se em outro.

A maior frustração de Chiquinho era muitas vezes não lograr êxito em sua deliberada busca de modificar sua forma de se vestir, comportar, movimentar, interagir e falar, continuando a ser recorrentemente identificado como alguém que não era um cidadão. O *apartheid socioterritorial* da cidade, que apresentamos no capítulo 7, somado a diferenças educacionais contribuem para que a linguagem dos adolescentes da periferia seja muitas vezes distinta da dos adolescentes do centro, o que, no caso de Chiquinho, era um dos principais fatores de “reconhecimento”. Diferentemente da mudança em sua forma de vestir, a linguagem não podia ser facilmente transformada e frequentemente o denunciava. A alteração não se limitava à supressão de gírias, incluía toda uma reelaboração semântica: a escolha de determinadas palavras, a busca por uma fala menos abreviada e mais formal, mudança na entonação, etc.

### **11.5 Territorialidade, etnia e classe social: justaposições de uma herança colonialista**

Para compreender o sofrimento de Chiquinho, que na busca de reconhecimento passou a se empenhar para modificar diversos aspectos basilares de sua forma de ser, incluindo sua imagem e linguagem, chegamos até a obra do psiquiatra, psicanalista e filósofo marxista Frantz Fanon. Tal autor reflete sobre sua própria angústia de perceber-se negro em um mundo dominado por brancos, expondo que a dominação colonialista fez com que o negro perdesse sua condição de humanidade, por isso, segundo ele, “o negro não é homem”. Fanon (2008, p. 106) afirma que “queria simplesmente ser um homem entre outros homens”, mesmo desejo de Chiquinho, que gostaria apenas de ser reconhecido como um cidadão entre outros cidadãos. Tal sofrimento foi encontrado em diversos adolescentes da periferia, de ambos os gêneros,

construído a partir de uma justaposição de fatores territoriais, de classe e étnicos. Embora o correspondente feminino da palavra “cidadão” tenha sido ausente na pesquisa, as meninas da periferia também evidenciaram os mesmos sentidos de necessidade de reconhecimento e de tratamento como seres humanos, ou seja, como “gente”.

Fanon nasceu em 1925, em um conjunto de ilhas na América Central denominado de Antilhas, em Martinica, colônia francesa até 1946, e morreu precocemente aos 36 anos. Fanon (*apud* FAUSTINO, 2015, p. 27) enfatizava que “o corpo é o homem e o homem seu corpo”, explicitando que esse corpo, quando negado pelas adversidades coloniais, passa a ser uma presença negada, e acaba se tornando um ente que não chega a ser humano. Na obra “Peles negras, máscaras brancas”, Fanon (2008) discute o local do negro na sociedade, especialmente aquele que saiu da colônia e partiu para o mundo do colonizador, de forma provisória ou definitiva, e seu angustiante desejo de reconhecimento. A busca por ser reconhecido o leva a vestir “máscaras brancas”, ou seja, a tentar incorporar os modos de vida e formas de ser da cultura dominante, o que via de regra não é capaz de restabelecer sua humanidade. Tal obra foi escrita para ser sua tese de doutorado, mas, segundo Noguera (2018), não foi aprovada por vários motivos, sobretudo o racismo, sendo publicada apenas três anos após.

Nela Fanon (2008) reflete, entre outras coisas, sobre psicopatologia e racialidade, defendendo que o fim do sofrimento psíquico do colonizado só será integral por meio da tomada de consciência das realidades econômicas e sociais, ou seja, de um processo de desalienação. Fanon atribui a Freud o mérito de substituir, na ciência psicológica, a perspectiva exclusivamente filogenética pela ontogenética, mas defende que a libertação do colonizado não é individual e que, para pensá-la de forma profunda, é preciso que ao lado da filogenia e da ontogenia se coloque a sociogenia. Tal crítica aos méritos e limitações de Freud é muito semelhante à de Vygotsky (1998/1932). Ambos acusam Freud de ter generalizado aspectos de um seletivo grupo cultural (europeus, brancos, de classe média/alta) como se fossem atributos de toda a sociedade.

Fanon (2008) rebate argumentações que particularizam o racismo e biologizam o sofrimento do colonizado. O autor evidencia seu viés marxista por meio da defesa de que o racismo é um problema que está intrinsecamente relacionado com a infraestrutura econômica, e que recai sobre o negro a partir da conjuntura histórica da colonização. Sendo assim, defende que não existe sociedade mais racista ou menos racista, evidenciando que “Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo ‘objeto’: o ser humano. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou de outra exploração, mascara-se o problema capital, que é repor o homem no seu lugar.” (FANON, 2008, p. 87). Por exemplo, diante do

antissemitismo que imperava em seu tempo, o martinicano reflete que tudo aquilo de mal que se fala de um judeu, na verdade se refere também ao negro, e vice versa. Sobre isso, Mbembe (2017, p. 72) reflete que “hoje, negros e judeus têm outros nomes – o islão, o mulçumano, o árabe, o estrangeiro, o imigrante, o refugiado, o intruso, apenas para citar alguns”. Em nossa pesquisa, esse sujeito do qual a humanidade é retirada não obedece a preceitos meramente binários, mas intersecciona aspectos étnicos, de classe social, territoriais e etários que, de modo genérico, representam o conjunto dos moradores da periferia, em especial os jovens. Ele representa esse estranho outro, olhado com temor pelos adolescentes do centro.

Pudemos apreciar que, nas periferias da cidade, vestir tais máscaras por vezes é uma questão literalmente de vida ou morte para os adolescentes. Retiramos da tese de Faustino (2015), sobre a relevância contemporânea da obra de Fanon, uma imagem sintética da aplicação do pensamento fanoniano à realidade contemporânea das periferias brasileiras (Figura 20).

Figura 20 – Pele negra, máscaras brancas



Fonte: Faustino (2015, p. 56).

Segundo Fanon (1968, p. 29), nas colônias, “a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico”. Assim, quando Fanon (2008) fala de raça também está falando de classe, quando fala de classe também está falando de raça, e em ambos os casos está falando de território. Ele expõe que os guadalupenses desprezavam os senegaleses por serem mais negros que eles, e queriam ser como os martinicanos, para serem mais brancos. Por sua vez, os martinicanos desprezavam os guadalupenses por serem mais negros que eles, querendo ser



como os franceses, em uma busca que sempre envolvia por um lado a repulsa à matriz africana e, por outro, a identificação subserviente à europeia. A principal maneira que os antilhanos encontravam de “embranquecer” era se vestindo e se adornando como europeus e buscando se apropriar o máximo possível do idioma francês. Vale ressaltar que não havia, por parte de Fanon, uma crítica moralizante em relação à conduta dos antilhanos, embora o autor não acreditasse que essa era a melhor maneira de eles se libertarem.

### **11.6 Estigmatização e linguagem**

Fanon (1968, p. 33) afirma que “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. O autor expõe que o negro antilhano será tanto mais branco, ou seja, aproximar-se-á mais do “homem” verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa. Ele lembra que todo indivíduo, como ser social, é integrado, enquadrado culturalmente, porém os recursos que adquire aumentam o seu poder de intervenção. A ideia se fundamenta em princípios semelhantes aos defendidos por Vygotsky, em boa medida inspirado em Spinoza, que conectam conhecimento e linguagem à capacidade de ação e ampliação da liberdade, conforme discutimos nos capítulos teóricos desta tese. A perspectiva de Fanon, no entanto, ganha outro contorno, à medida que permite pensar na aquisição de uma linguagem diferente da materna, e que tem uma valoração social distinta dessa. Fanon (1968, p. 33) defende que “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito [...] existe na posse da linguagem uma extraordinária potência”. O domínio da linguagem é o domínio da realidade organizada por aquela linguagem. Desse modo, dominar a língua dominante é se afastar da condição de objeto e animal que o opressor impõe ao oprimido. Chiquinho parece perceber essa condição, e encontra-se aí sua motivação em abandonar a própria forma de falar e se inspirar na forma utilizada pelos seus professores e pelos policiais.

Para Fanon (1968), todo povo colonizado, assim considerado aquele no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade, em consequência do sepultamento de sua originalidade cultural, toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Subjaz aí a compreensão marxista de alienação. As ideias daqueles que dominam os meios de produção se impõem aos que não os dominam. Fanon (1968, p. 34) afirma que nos regimentos senegaleses de infantaria do exército colonial, os oficiais nativos são, antes de tudo, intérpretes: “Servem para transmitir as ordens do senhor aos seus congêneres, desfrutando por

isso de uma certa honorabilidade”. Esse nos parece exatamente o mesmo papel da polícia nas abordagens feitas a Chiquinho, e a tantos outros adolescentes.

Diante disso, alteraríamos a charge da Figura 17, utilizada na tese de Faustino (2015). Ela passa a ideia de que os policiais e os adolescentes são de segmentos sociais e étnicos distintos, o que quase nunca é verdadeiro. Sem cair em maniqueísmos, os policiais se aproximam muito mais dos colonizados que dos colonos, sobre os quais a suspeição também recai de forma tenaz, que supõem, em virtude de terem adquirido alguns privilégios, serem aquilo que não são. É preciso fazer uma distinção entre “policiais” e “polícia”. A opressão é institucional, não pessoal. A música de Caetano Veloso e Gilberto Gil “O Haiti é aqui”, que epigrafa este capítulo, parece exprimir tudo isso de forma triste e bela, sintetizando os entrelaçamentos entre a intersecção territorial, racial e social da opressão; a violência policial e a retirada de cidadania; e a semelhança das opressões entre as nações colonizadas.

Se a polícia é a “intérprete” dos colonos em sua comunicação com os colonizados, nada mais natural que Chiquinho tenha utilizado a linguagem policial como referencial de inspiração em sua busca de ser um “cidadão”. É possível, no entanto, supor que a polícia, nascida no mesmo berço que Chiquinho, e dessa forma também suspeita, tendo uma linguagem também violenta, não revestida de fausto e luxo como a dos dominantes, reconhece na incorporação da linguagem policial de Chiquinho elementos que ampliam sua suspeição. Tanto Chiquinho quanto o policial que o oprime são apenas ditos cidadãos. O Haiti é aqui para ambos, a Martinica é aqui para ambos. A França também é aqui, mas não para qualquer deles. O policial é o intérprete, por isso sua fala condensa tanto elementos da linguagem das ruas como da linguagem institucional.

Fanon (1968) relata que a burguesia das Antilhas não fala o crioulo, salvo nas suas relações com domésticos. Fala-se do crioulisto com desdém, e as mães muitas vezes proíbem seus filhos de falar o dialeto. Fanon (1968, p. 36) afirma que “É preciso que eu vigie minha alocação, pois também é através dela que serei julgado.”. Como podemos perceber, essa alegação é muito semelhante à de Chiquinho e de alguns outros adolescentes da periferia entrevistados. Fanon (1968) expõe que em um grupo de antilhanos, é preciso tomar cuidado com aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua, pois ele é um “quase-branco”, ou seja, ele consegue fugir dos domínios impostos pelas questões sociais e culturais. Essa parece ser a busca de Chiquinho para conquistar um pouco mais de liberdade, embora ele ainda não tenha muito domínio desse dialeto de que tenta se apropriar.

Fanon, destacando as raízes infraestruturais da questão, reflete que o negro que entra na França muda não porque de lá vieram grandes intelectuais, mas porque é de lá que vêm

os médicos, os chefes administrativos, e diversos pequenos potentados. Eles agem motivados pela esperança de ser “alguém” e pelo seu duplo: o medo de não ser ninguém. Em Fortaleza, não é apenas o medo simbólico que opera o uso das máscaras, mas também o medo da morte concreta. Novaes (2006) evidencia que quando se pergunta aos jovens qual o maior problema do País, eles mencionam o “desemprego” e a “violência”, ou seja, o medo de sobrar e o medo de morrer, que podemos entender também como a esperança de não padecer nem física nem simbolicamente.

Fanon (1968) reflete que deveria haver um estudo para analisar o antilhano que retorna às ilhas depois de uma temporada na França, defendendo que esse já não é o mesmo. Então questiona: “De onde provém esta alteração da personalidade? De onde provém esse novo ser? Todo idioma é um modo de pensar” (p. 39). Conforme explicitamos, Vygotsky (2004/1930) expõe que a estrutura da consciência se forma a partir da aquisição da linguagem. Fanon, entretanto, defende que quando o antilhano domina o francês, ocorre “um deslocamento, uma clivagem” que modifica essencialmente sua consciência. O autor destaca que as conclusões às quais chegou só são rigorosamente válidas para as Antilhas francesas, mas que o mais provável é que comportamentos dessa natureza possam ser encontrados em todo povo que foi colonizado. E acrescenta que nem em todos os países que possuem outros dialetos além do idioma oficial o mesmo fenômeno ocorre, mas apenas naqueles em que existe uma relação de submissão.

Fanon relata que quando um antilhano volta da França, logo no porto, diversos compatriotas o esperam não apenas para recebê-lo, mas também para matar a curiosidade de saber se quem volta é ainda antilhano ou fez-se europeu, acrescentando que em apenas um minuto pode-se fazer o diagnóstico. Sobre esse sujeito que aprende o francês e depara com o desejo de ser e a angústia de não ser, podemos destacar na narrativa de Fanon (1968) três diferentes posicionamentos: um reativo, um passivo e um ativo. Respectivamente o primeiro posicionamento é o de buscar ser branco, apropriar-se da língua francesa e esquecer o crioulo, alienando-se de si mesmo e dos seus; o segundo, por força das pressões de deboches de seus conterrâneos que ficaram, de abandonar o dialeto francês, o que acaba levando-o a assumir perante a comunidade um papel de fracasso; e um terceiro caminho é o de encontrar uma síntese que lhe permita dominar a linguagem do colonizador, sem abrir mão de sua própria cultura e de seu povo, utilizando-a como forma de resistência, pessoal ou coletiva. Apesar disso, Fanon (1968) diz que não cabe a ele apontar o melhor caminho a ser seguido, mas só elucidar o fenômeno, para que os indivíduos possam escolher a melhor conduta.

Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais. Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante desse dilema, branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos expressões de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem de seu conflito, isto é, as estruturas sociais. (FANON, 1968, p. 95-96)

Ainda refletindo sobre o antilhano que retorna às ilhas colonizadas após uma temporada na França, Fanon (1968, p. 48) destaca:

Compreende-se que a primeira ação do negro seja uma **reação**, e, uma vez que é avaliado segundo seu grau de assimilação [da língua francesa], compreende-se também que o recém retornado a Martinica só se exprima em francês. É que ele tende a salientar a ruptura que está se produzindo. (Grifo do autor)

A diferenciação que Fanon (1968) faz sobre a utilização dos termos “ação” e “reação” nos parece congruente com as discussões realizadas na parte teórica deste estudo, a partir de Spinoza e Vygotsky, promovidas pelo desenvolvimento do conhecimento de terceiro gênero no caso do primeiro autor, e pelo progressivo desenvolvimento dos signos terciários a partir da aquisição da linguagem, no caso do segundo. Entende-se por ação a capacidade humana de, na sua relação com o meio, superar algumas condicionalidades mediante retribuições de sentidos que permitam diferentes níveis de emancipação. Simplesmente reproduzir a linguagem do colonizado, para Fanon (1968), parece ser uma resposta ainda não madura de busca por liberdade, que muitas vezes não consegue romper com a mera reprodução. O autor fala que essa busca acaba fazendo com que o antilhano frequentemente force o uso de palavras e pronúncias da língua francesa, de forma tão estereotipada, que acaba denunciando sua falta de familiaridade com a língua, muitas vezes motivo para ridicularização.

Acreditamos que podemos estabelecer alguns paralelos entre os relatos do antilhano recém-chegado, apresentados por Fanon e a narrativa de Chiquinho não apenas na busca pelo reconhecimento de sua humanidade como também na sua relação com a linguagem. Em ambos conflitam diferentes formas de se expressar, dois dialetos distintos: o dialeto apreendido na coletividade, fonte de estigmatização, símbolo da negação do sujeito; e a língua oficial, ou institucional, vista como caminho para ser “homem”, no caso do antilhano analisado por Fanon ou ser “cidadão”, no caso de Chiquinho e outros moradores da periferia. No primeiro caso, o crioulo, no segundo, uma justaposição de significados e sentidos coletivizados que vão sendo

desenvolvidos nas periferias, e vão constituindo um dialeto periférico. Vimos, em nossa pesquisa, que em suas enunciações sobre suas vivências e medos, os adolescentes da periferia utilizaram um universo vocabular bastante distinto do empregado pelos adolescentes do centro. Mas como uma mesma cidade pode produzir dois dialetos distintos? Parte dessa resposta se encontra no *apartheid socioterritorial*: a cidade de Fortaleza é cindida em duas metades completamente distintas, uma zona de exclusão e outra de privilégios. Tal segregação é, ao mesmo tempo, causa e consequência da existência de pelo menos duas zonas de linguagens distintas, dois dialetos, um usado pelos jovens de classe média e alta, que se aproxima mais da língua oficial, e outro usado pelos jovens da periferia.

Evidentemente essas duas maneiras de se comunicar não são binárias. Várias formas de dialetos formam diferentes tipos de interação, que estruturam a maneira como o indivíduo se constrói e pensa sobre o mundo e sobre si. Vygotsky (2001/1934, p. 471) afirma que “entre pessoas que levam a mesma vida surgem facilmente significados convencionais de palavras, um **dialeto** específico, um jargão só entendido por aqueles que participaram do seu nascimento” (grifo nosso). Esse sentido apresentado por Vygotsky para dialeto é o que estamos tomando como referência. Os dialetos surgem a partir de diferentes necessidades de expressão, que dizem respeito ao seu contexto, e estruturam as formas de ser dos indivíduos, ou seja, o que Vygotsky (2006/1931) entendia como “personalidade”. Como defendemos anteriormente, compreendemos que tal estruturação não se dá apenas por sistemas conceituais, mas também por campos de sentidos que orientam coletivamente as consciências, muitos deles extremamente sutis.

Assim, um evangélico ou um católico, por exemplo, pode ir desenvolvendo e fazendo uso de um dialeto religioso, um advogado de um dialeto jurídico, um profissional da saúde de um dialeto médico, todos a partir de suas necessidades de expressão para operar no mundo real. Embora esses sujeitos utilizem esse dialeto de forma mais frequente entre os seus, ele ganha vida, e acaba sendo usado também em outros contextos, estruturando a forma de pensar dos sujeitos. As diferentes faixas etárias, a partir de suas necessidades específicas, também compõem diferentes formas de comunicar-se entre si e com os outros. Os dialetos reproduzidos pelos jovens do centro parecem se aproximar mais da língua oficial por três motivos que se retroalimentam: esses, via de regra, têm melhores condições educacionais para dominar a linguagem oficial; é o universo das classes sociais privilegiadas que determina a língua oficial, incorporando de tempos em tempos os novos significados surgidos e compartilhados por essas classes; em virtude disso, a linguagem formal é mais utilizada nos lares dos moradores do centro.

Assim, a convivência e as distintas necessidades de comunicação vão constituindo esses dialetos, que não são únicos, mas se justapõem de diferentes formas. Alguns desses dialetos podem conferir status, a exemplo do dialeto acadêmico, ou, pelo contrário, ser fonte de estigmatização. Em 2018, por exemplo, uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) explanou a existência do “pajubá”, um dialeto usado pela população LGBTQI e que possui elementos da cultura africana. A simples menção ao “pajubá” na introdução da questão do Enem, com fins exclusivos de exemplificação, foi usada por grupos políticos como justificativa para uma busca moralista de anulação da questão. A busca da anulação da questão, em nossa compreensão, possui um sentido simbólico: evidencia o desejo de destruição do próprio sujeito estigmatizado, ou melhor, não dele mesmo, mas da ameaça que imaginam que ele representa. O que explica o porquê de os indivíduos estigmatizados se verem obrigados a monitorar constantemente a forma como falam.

Lima e Barros (2017) destacam que um dialeto, mais que os traços linguísticos de uma comunidade, carrega sentidos para os usuários da língua, podendo ser lugar de reafirmação da identidade cultural. Conforme vimos com Fanon (1968), percebendo-se expoente de uma identidade estigmatizada, condenada, negada, o contrário pode ocorrer, com o sujeito buscando se afastar dessa identidade cultural, em uma busca de se afastar assim de sua própria linguagem. É possível, no entanto, ter como hipótese que, mesmo os dialetos marginalizados, são estigmatizados apenas em certos contextos, sendo em outros fonte de identificação, reconhecimento e provavelmente até status, por isso eles se mantêm vivos e pulsantes. Novaes (2006) expõe, por exemplo, que jovens de regiões periféricas do Rio de Janeiro possuem suas próprias estratégias para usar “favela” ou “comunidade”, a depender de quem são seus interlocutores. Apresentaremos um outro adolescente do mesmo bairro e em muitos aspectos semelhante a Chiquinho, mas que parece mais hábil no jogo com esses diferentes dialetos.

### **11.7 A cidade “batalha” de Rob: “O pessoal do Canindezinho tem muito medo de sair daqui. Do meu tipo é a minoria que não fica cabreiro”**

Rob (negro, 17 anos, da periferia) é morador de um bairro vizinho ao de Chiquinho, dominado pela mesma facção, e assim como ele teve uma vida marcada pela violência. Enquanto Chiquinho comparou a cidade com uma guerra, Rob comparou-a com uma batalha. Metáforas semelhantes, sentidos distintos. Ele explica que “compararia [a cidade] a uma batalha. As pessoas nos ônibus indo trabalhar, que nem minha mãe, que é uma guerreira. Deixo ela 4:50 na parada, trabalha de doméstica, só chega à noite. As pessoas também querendo

escapar da violência. Fortaleza é uma batalha por dia”. Rob retratou uma quadra de futebol e explica que quis retratar seu bairro, o Canindezinho (Figura 21).

Figura 21 – Representação da “Fortaleza batalha” de Rob



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Quando questionado sobre o significado do desenho, Rob demonstra um profundo sentimento de nostalgia, de uma época em que todos os seus amigos podiam brincar juntos: “Eu vejo a cidade dividida por esse negócio de facção. Antes vinha gente de todos os cantos, brincava e não dava em nada e os jovens não tinham esse medo todo. Agora o pessoal do São Vicente, do Miguel Arraes<sup>100</sup> quase nenhum anda para cá, e vice-versa.”. Ele relata que “O Canindezinho tem um pouco de lazer, né, pra jovens, tem quadra. Mas o outro bairro aqui [apontando], que já não é a mesma facção desse bairro, os jovens já não podem vir pra cá. E lá não tem lazer, não tem a quadra, não tem nada.”. Rob se mostrou bastante preocupado com os amigos que poderiam estar sem lazer, mostrando que mesmo em meio a tanta violência não falta espaço para uma narrativa solidária. Isso evidencia, tal como aponta Sawaia (2010a, p. 115), que:

[...] o homem da necessidade não é antagônico ao homem da ética, e não é necessário superar um patamar mais alto de conforto material para pensar e agir eticamente como sugerem algumas teorias, como se fosse preciso ter bens para ser ético e ter sutilezas emocionais.

<sup>100</sup> Bairros fronteiriços ao Canindezinho, dominados por facções de drogas diferentes.

Questionado sobre os sentimentos que se relacionam ao desenho, Rob relatou que, apesar da tristeza, prevalecem sentimentos de união, amor pelo futebol, amizade e segurança, o que nos permite classificar sua imagem como de Pertencimento. A segurança relaciona-se especificamente ao seu bairro. Rob relata que “o meu bairro é meu porto seguro. Eu conheço o bairro todo, tanto quem é cidadão como quem é envolvido. Aqui pra mim é tranquilo. Mas se eu sair dele já é para mim ficar mais atento”. Isso evidencia, tal como expusemos, que as categorias “envolvido” e “cidadão” são utilizadas como um marcador que categoriza, de forma binária, os moradores desse território periférico, discurso impensável no centro.

Pedi que Rob falasse mais sobre a quadra e o que ela significava para ele. Ele relatou que ela lhe lembrava seu irmão mais velho, que o levava lá para jogar bola quando ele era pequeno, expondo ter sido nesse local que ele foi assassinado em 2016. Ele reflete que “até hoje, eu não sei bem dizer porque mataram ele. Ele tinha envolvimento com algumas coisas, mas até onde eu sei ele não vendia droga, roubava. Ele trabalhava, tinha o emprego dele. E o que eu mais escuto, é que ele foi enganado, por causa das amizades”. O envolvimento a que Rob se refere é o uso de maconha e o estabelecimento de relações pessoais com pessoas que vendiam drogas. Ele expressa que o motivo da morte é um grande mistério, e que seu primo, que é traficante, procurou saber o que houve, mas nunca descobriu nada. As pessoas sempre lhe dizem que seu irmão nunca pegava maconha fiado, nem que fosse para pagar cinco minutos depois.

Pudemos encontrar nos discursos dos adolescentes concepções ambivalentes para os motivos das mortes de seus conhecidos, fundadas em duas ideias que se contrapõem: uma formada por construções ideológicas que reiteram que aqueles que morrem devem, em algum nível, ser culpados; e outra formada pela observação da realidade, que demonstra que não é necessário estar envolvido para correr risco de morrer na periferia. Assim, muitos discursos oscilavam entre dizer que não era preciso ser envolvido para morrer, e procurar uma explicação nas mortes relacionada a qualquer elemento que pudesse ser um indício de “envolvimento”. As reflexões de Rob sobre a morte de seu irmão também oscilavam entre esses dois polos. Se por um lado a lógica de buscar relacionar as mortes a um “envolvimento” criminaliza a vítima, por outro, serve de consolo e esperança para esses jovens que não se consideram envolvidos, de que não terão o mesmo destino, permitindo que possam prosseguir sua vida em um contexto de violência estrutural intensa.

Rob supõe diversas causas para a morte do irmão, a principal delas é ele ter sido confundido com um amigo que era “envolvido”. Como os dois eram “parecidos de corpo” e o irmão foi assassinado “por trás”, essa lhe parece uma explicação plausível. Relata que esse



amigo do irmão sumiu por uns tempos depois do homicídio. Tal suspeita faz com que Rob o culpe pela morte de seu irmão, apesar de ele não ser o suposto executor, mas outra possível vítima que escapou com vida. O que torna o amigo de seu irmão culpado é o fato de ele ser “envolvido”, supostamente merecendo a morte que acabou vitimando seu irmão.

Segundo Rob, seu irmão “conhecia muitos caras, falava com todo mundo, **do mesmo jeito que eu conheço e falo com os caras aqui**” (grifo nosso). Rob revela que de todas as hipóteses que imagina, a pior delas seria o irmão “ter feito algo errado, que tenha merecido a morte”. Compreendendo que fazer algo errado é merecer morrer, a narrativa de Rob parece conduzi-lo a um impasse: ou ele supõe que o irmão era “envolvido”, ou seja, fazia coisas erradas e por isso merecia morrer, o que é fonte de sofrimento para Rob; ou que simplesmente foi confundido, o que implicaria a ideia de que o mesmo fim pode ocorrer com ele, e poderia tornar necessário que se comportasse diferentemente do irmão e restringisse suas relações sociais e liberdade. Rob oscila entre as duas hipóteses e, embora não chegue a nenhuma conclusão sobre a morte de seu irmão, parece resolutivo na crença de que as chances de que algo semelhante ocorra a ele mesmo são pequenas, e que não é necessário abrir mão de seus hábitos sociais e de sua liberdade. Essa atitude de Rob não nos parece uma mera minimização do problema, mas uma escolha de exercer a liberdade, mesmo compreendendo os riscos que isso implica para sua vida, e, para evitar o sofrimento, procura não pensar no assunto.

Rob relata que já o convidaram várias vezes para participar de atividades criminosas, e que ele cogitou entrar no crime, até porque, segundo ele, “os caras tenta iludir mesmo com as palavras. Tenta entrar na mente”. No entanto alguns amigos o aconselharam, dizendo que ele não precisava disso, não passava fome, não andava descalço, etc. Ele fala que ficou com isso na cabeça e hoje não “dá mais conversa” para esse tipo de proposta. Além disso, resolveu não entrar no crime para não ter que ficar permanentemente com medo de ser “preso”, mesmo que por poucos meses (por ser menor de idade), o que evidencia que para ele a liberdade tinha um valor imprescindível. O conflito de entrar ou não no crime nos foi relatado não apenas por ele e, em todos os casos, foram conversas com amigos que dissuadiram os jovens, mostrando que tal mediação pode ser determinante nessa tomada de decisão.

Quando interrogado sobre a que lugares deixava de ir e por que, Rob respondeu que a única coisa que o impedia de ir para algum lugar era não ter dinheiro, e fez questão de enfatizar, mesmo antes de ser questionado, que diferentemente da maioria de seus amigos, não deixava de fazer nada por conta dos conflitos entre as facções. De fato, o discurso de Rob foi uma exceção. Entre os adolescentes da periferia, ele foi um dos que mais se percebia livre. Apesar da contundência do discurso, Rob não era totalmente imprudente, e relatou que desde a

intensificação dos conflitos não tem frequentado mais os “bairros rivais”, por não se sentir completamente bem-vindo por causa de algumas pessoas, e pela própria quebra dos laços sociais das “turmas”, que ficaram “desunidas”.

Rob relatou diversas vezes na entrevista que procurava não pensar na questão da violência, e não se preocupava quanto a isso. A escolha de procurar não pensar não era propriamente irrefletida, pelo contrário. Se para Chiquinho “é melhor ser um medroso vivo do que um corajoso morto”, Rob parecia haver ponderado que mais riscos valiam a pena em nome da liberdade. Divididos entre a difícil escolha que lhes é imposta, entre ampliar os riscos de padecer concretamente ou levar uma vida de padecimentos simbólicos e de isolamento social, cada um deles adotou posicionamentos distintos. Vale ponderar que essas escolhas não são duais, mas múltiplas, e se relacionam com negociações internas que eles vão tecendo com os sentidos que vão atribuindo às suas vivências, às suas percepções de segurança/risco, aos seus medos, aos seus desejos, etc. Esses sentidos, por sua vez, relacionam-se, entre outras coisas, com os recursos que vão adquirindo ao longo de sua vida - ou a impossibilidade de adquirir esses recursos -, que podem ampliar/diminuir sua potência de ação/padecimento e, como veremos, envolvem o próprio domínio da linguagem.

Rob criava estratégias para não se contaminar pelo medo e, assim, não perder sua liberdade, mas isso não o alienava da realidade. Quando questionamos se, em sua percepção, a insegurança estava aumentando, diminuindo ou permanecendo estável, Rob fez questão de não se limitar a suas impressões e trouxe dados concretos, muito bem situados, sobre os índices de homicídios não só na cidade como no bairro. Apesar disso, em relação aos demais adolescentes da periferia, mostrou-se pouco disposto a abrir mão de sua liberdade e um dos mais conscientes de sua própria indisponibilidade para isso. Ele relata que:

E eu sei que do mesmo jeito que os caras falam que sai pra “engomar”, que é como eles chamam que é passar a visão nas áreas dos inimigos, eles rodam por aqui. Tipo, de trás de um vidro fumê ninguém sabe quem é quem. Vai que eu esteja caminhando aqui de boa e aí [alguém de uma facção rival de seu bairro diga] “aí é o fulano que fala com fulano, pega ele aí e tal”. **Mas isso daí é uma das últimas coisas que eu penso.** (Grifo nosso)

Quando questionado se fazia algo para aumentar sua segurança, ele responde: “eu procuro está sempre atento, se eu saio do Canindezinho mais ainda. Mas não vou parar [de sair por conta disso] Até porque, como o povo fala, a morte só quer um pretexto, tá aí o Gugu

[Liberato]<sup>101</sup>, que nem saiu de casa e morreu”. Rob buscava se apegar ao máximo a racionalizações que reforçassem a ideia de que não valia a pena viver com medo e abrir mão de sua liberdade. Diante de vivências muito semelhantes, Chiquinho e Rob atribuíam sentidos distintos para as violências que os cercavam, o que modificava sua relação com o medo. Quando questionado se se sentia livre, Rob respondeu que, embora não pudesse dizer que sua liberdade era total, ele se considerava bem mais livre que seus amigos, especialmente porque sabia dos direitos e deveres que tinha como cidadão, fornecendo como exemplo o fato de saber que havia leis que proibiam a polícia de vasculhar seu celular. Além da consciência dos direitos, ele relatou que a forma como ele se vestia, e especialmente a forma como ele falava eram capazes de diminuir os estigmas e ampliar sua liberdade. Ao contrário de Chiquinho, que, como vimos, encontrava-se em uma batalha pessoal para dominar outra forma de linguagem, Rob relata que sabia usar uma linguagem mais formal quando se fazia necessário ou mesmo possível, e atribuía a isso o fato de ter mais liberdade que a maior parte de seus amigos. Diferentemente de Chiquinho, Rob parecia até mais à vontade usando uma linguagem mais formal que a de seus amigos do bairro, conforme exporemos no próximo tópico.

### **11.8 Liberdade e linguagem**

Na busca de articular as reflexões sobre as vivências de Chiquinho e Rob e os sentidos atribuídos a elas, iremos retomar a discussão do tópico anterior sobre a linguagem. Fanon (1968) destaca que nada é mais sensacional do que um antilhano que consegue dominar e se exprimir corretamente também no idioma da cultura dominante, posto que assume o mundo verdadeiro, o mundo que lhe é negado. Todavia, quando isso ocorre, o indivíduo sofre dupla pressão, primeiro por parte da cultura dominante, que nunca irá aceitá-lo completamente, e tornará esse sujeito sempre suspeito, depois por parte do seu grupo social, que o acusará de tentar ser superior. Fanon (1968) considera que ceder à primeira pressão é alienação, enquanto realizar a segunda é “ausência de discernimento”. O autor relata que, muitas vezes, quando um antilhano, em Paris ou em alguma cidade universitária, utilizando o idioma francês, “tenta considerar com seriedade um problema, acusam-no de se julgar importante, e o melhor meio de desarmá-lo é fechar-se no mundo antilhano, brandindo o patoá crioulo” (FANON, 1968, p. 49).

---

<sup>101</sup> Famoso apresentador de televisão brasileira que faleceu em virtude de uma queda em sua residência ao fazer um reparo em um ar-condicionado.

Pudemos perceber fenômenos semelhantes em nossa pesquisa. Um diálogo de nossa entrevista com Rob, no qual ele apresenta suas hipóteses sobre as razões pelas quais sente menos medo e mais liberdade que a maior parte de seus amigos, ilustra isso:

V: O pessoal do Canindezinho tem muito medo de sair daqui. Do meu tipo é a minoria que não fica cabreiro com isso.

D: E por que tu acha que é diferente em relação a isso? Por que tu não fica cabreiro?

V: Porque eu não tenho o cabelo pintado, eu não tenho orelha furada, não tenho tatuagem, e nem pretendo fazer esses tipos de coisa. As roupas também. E não é generalizando que quem é assim é envolvido e tal, porque nem é. Mas acaba se enquadrando naquele grupo, todo mundo acaba achando que é. E o linguajar, né? Os caras só falam nas gírias.

D: E o teu linguajar, como é? Tu não usa tanta gíria?

V: É porque eles querem encurtar o diálogo falando poucas coisas. Deixa eu te dar um exemplo. Se está chegando alguém que eles não querem entrosamento, assim, não querem conversar, porque é amigo de fulano, sei lá, diz só “pouca ideia”. Pra perguntar quem vai comprar uma pizza que a gente vai interar<sup>102</sup>, [eles dizem apenas] “quem vai no corre<sup>103</sup>?”. Aí com eles, tenho que falar assim também, porque é assim que eles falam, né? [Mas] tipo aqui contigo, eu sei que eu posso usar o linguajar formal. Mas se eu for conversar com o cara [amigo da periferia] falando assim, uma coisa mais explicada, umas ideias mais explicadas. Eles até ficam frescando [zoando]. “Tá bom, Rob, tu quer explicar tudo”. Aí eu [digo] “Não, eu só quero deixar esclarecido”.

Na explicação de Rob sobre o encurtamento do diálogo está a própria definição de Vygotsky (2001/1934, p. 471) da predicatividade psicológica do discurso, que acaba produzindo um dialeto específico entre sujeitos que “levam a mesma vida”, ou seja, entre pessoas de um mesmo grupo, no caso, os jovens da periferia, que têm uma vida social ativa no bairro com outros jovens. Vygotsky (2001/1934), em interlocução com a obra de Tolstói, fornece como exemplo os meninos de rua, que passam a se comunicar de forma bastante particular, mas, como discutimos, grupos profissionais, religiosos, territoriais também vão construindo formas particulares de comunicação, dialetos específicos.

Conforme debatido nos capítulos 3 e 5, as tomadas de consciência que ampliam a liberdade e a capacidade de agir do sujeito, referem-se à percepção desses sujeitos sobre os próprios processos mentais e emocionais. A capacidade de Rob de perceber e descrever o fenômeno da predicatividade psicológica nos diálogos de seus colegas, indica sua tomada de consciência do uso da linguagem, de si e do seu grupo, e das implicações sociais desse uso. Isso

<sup>102</sup> Comprar algo dividindo entre todos o seu valor.

<sup>103</sup> A expressão “corre” inicialmente significava realizar uma incumbência ou serviço relacionado ao tráfico, como por exemplo pegar, entregar ou vender drogas, mas depois foi generalizada, especialmente entre jovens da periferia, passando a ser utilizada para qualquer incumbência ou serviço, como no exemplo dado, para o ato de ir comprar uma pizza e trazer de volta para os colegas.

permite que ele tenha discernimento de que sua habilidade no uso da linguagem formal lhe confere uma maior “passabilidade periférica”, em comparação com a maior parte de seus amigos, e que serve como elemento protetivo para ele. Ou seja, Rob não é reconhecido como alguém descartável tanto quanto a maior parte dos adolescentes semelhantes a ele, de mesma matriz étnica, idade, bairro, classe social, etc. Diferentemente de Chiquinho, que buscava suprimir sua linguagem habitual para desenvolver uma linguagem formal, Rob conseguia se comunicar bem tanto na linguagem informal e abreviada utilizada por jovens considerados “suspeitos” ou “envolvidos” quanto no linguajar formal, uma linguagem menos abreviada.

Para Vygotsky (2001/1934), a tendência para a predicatividade psicológica e a consequente predominância dos sentidos sobre os significados é mais rara na linguagem escrita; frequente na falada; e atinge seu apogeu na linguagem interna. Não à toa Fanon (1968) relata que, enquanto na França, para se referir a grandes oradores usa-se a expressão “falar como um livro”, na Martinica usa-se “falar como um branco”. Como em qualquer língua, o francês escrito tem menos tendência à predicatividade que o francês falado. E a tendência à predicatividade do crioulo fica mais explícita que a do francês, posto que o francês, sendo a língua oficial na Martinica, é tomado como referencial, e é ele que estrutura o mundo dominante ao qual Fanon se refere. Assim como o martinicano buscava assumir a posição da língua francesa, o adolescente periférico precisa assumir a posição da língua corrente do centro, do cidadão de fato, por isso Chiquinho buscava assimilar a linguagem dos seus professores e dos facilitadores dos cursos de sua escola. Por esse mesmo raciocínio é possível refletir ainda que, no Brasil, por exemplo, especialmente em setores e profissões de classe média e alta, é usual a “americanização” de diversos termos, que obedece a esse mesmo princípio: assume-se a posição da linguagem dominante.

Nas periferias, quanto menos o sujeito abrevia as palavras ou faz uso de gírias, e menos se comunica por sentidos próprios desse território, mais se aproxima da linguagem formal, assumindo a forma de falar do “cidadão” legítimo, reduzindo o estigma que recai sobre si e ganhando mais “passabilidade periférica”. O termo “passabilidade” vem sendo adotado para se referir à capacidade do sujeito de “passar” por identidades que não são originariamente as suas, por exemplo, indivíduos trans que podem “passar” por cis (PONTES; SILVA, 2017-2018). Utilizamos o termo “passabilidade periférica” para nos referirmos a pessoas de origem periférica que, por inúmeros fatores, incluindo desde aspectos étnicos até a maior habilidade de uso de uma linguagem mais próxima à das classes sociais mais abastadas, podem diminuir os preconceitos que recaem sobre elas.

Assim, para Rob, não abreviar, ou seja, aproximar-se da linguagem formal diminuía os riscos de sofrer violências e ampliava sua liberdade, conferindo-lhe uma passabilidade que o fazia parecer menos “envolvido” e mais “cidadão”. Por exemplo, Rob, diferentemente da maior parte dos adolescentes que estabeleciam relações sociais, não tinha medo de ir ao centro comercial da cidade. A forma como se vestia, a ausência de marcas corporais como tatuagens ou pintura no cabelo, e uma maior capacidade de falar como alguém de classe média diminuía a suspeição que recaía sobre ele e aumentavam a sua liberdade. Apesar disso, Rob conseguia manter seu status social também com os jovens “envolvidos” ou suspeitos. Embora não tenhamos nos aprofundado na temática, foi notório que, para alguns adolescentes da periferia, não dominar a linguagem do “mundo das ruas<sup>104</sup>” estava atrelado a uma restrição de contato social e de status perante certos grupos. No caso de Rob, apesar da “zoação” dos colegas em virtude de seu maior formalismo linguístico, o fato de ele também conseguir se comunicar bem em ambientes mais marginais associava-se ao fato de ele ser respeitado inclusive pelo “crime”, sendo convidado de forma reiterada a integrá-lo. Conforme ele mesmo destaca, era “considerado” (respeitado) por todo mundo no bairro.

Guerra (2018), no livro de contos “Perifobia”, apresenta as periferias como locais que têm dialetos próprios, o que não significa uniformizá-las e homogeneizá-las, mas apenas destacar que nelas existem formas de falar distintas das empregadas nos centros. Um dos contos, intitulado “bilingue,” parece capturar um fenômeno semelhante ao que observamos: seu protagonista desenvolve uma ótima habilidade para se comunicar tanto em uma linguagem mais formal como na linguagem do “mundo das ruas”, e até mesmo do “mundo do crime”, o que lhe confere passabilidade em territórios distintos. De forma semelhante, o principal recurso de Rob para sentir-se livre parecia ser o de conseguir dominar bem essas duas estruturas de linguagem distintas, ampliando sua capacidade de atuação sobre dois mundos paralelos que se encontravam em sua vivência cotidiana. Os adolescentes da periferia, por vezes, sofrem dupla opressão por um lado da violência direta do Estado e, por outro, da reprodução das violências na própria periferia, cada uma delas realizada a partir de determinados elementos culturais, que se estruturam a partir de signos particulares, e dominá-los ajuda em sua capacidade de proteção.

A tese de doutorado de Silva (2003), que resultou no livro “Por que uns e não outros?: Caminhada de jovens pobres para a Universidade”, que avalia a trajetória de jovens pobres da favela da Maré, no Rio de Janeiro, e discute as razões pelas quais alguns trilham o caminho para a universidade e outros não, colabora com a compreensão desse fenômeno. O

---

<sup>104</sup> Termo utilizado por Silva (2003) como oposição a “mundo do trabalho” e “mundo do estudo”.

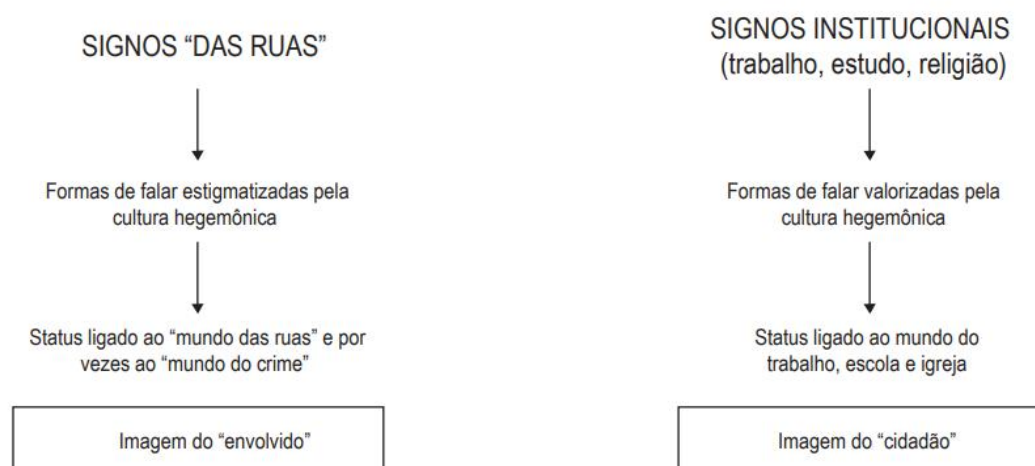
autor defende que a permanência de um jovem da periferia na escola é fruto de uma série de variáveis, que vão desde seu carisma até sua capacidade de jogar com as normas disciplinares, assim como as notas conseguidas nas disciplinas. Ele defende que o elemento fundamental para a conquista dessa posição, é o desenvolvimento de um tipo de habilidade que denomina de “inteligência institucional”. Para Silva (2003), essa inteligência se estrutura por um lado pelo desenvolvimento de uma aguda sensibilidade para lidar com as regras dos campos institucionais e, por outro, pelo desenvolvimento de interesses promovidos por uma série de identificações. O autor analisa que, em uma mesma família, os filhos que estiverem mais voltados para os mecanismos de socialização do “mundo da rua” e/ou do campo profissional, buscando ser aprovados neles ou conquistar uma posição de destaque, tenderão a adquirir menos interesse pela escola, o que amplia suas chances de evasão. Já a identificação com professores ou amigos que circulam em outros espaços sociais de outras localidades, acaba influenciando os gostos dos jovens para músicas, vestuário, filmes e certas formas de ser, que retroalimentam o interesse pelo estudo.

Embora Silva (2003) não se refira diretamente à linguagem, ao falar de uma “inteligência institucional”, está se referindo ao desenvolvimento de uma habilidade no uso de determinados signos, ou seja, de uma linguagem que vai além das palavras e diz respeito ao compartilhamento de sentidos que influenciam, como diria Vygotsky (2001/1934, p. 479), “os nossos pendores e necessidades, os nossos interesses e motivações, os nossos afetos e emoções”. Conforme evidenciam Vygotsky (2001/1934) e Fanon (1968), a linguagem estrutura as formas de pensamento e, como vimos, a própria consciência. A habilidade a que Silva (2003) se refere em seu estudo distingue dois campos: coloca de um lado aqueles que valorizam o “mundo do estudo”, os quais desenvolvem mais o que ele denomina de “inteligência institucional”, e do outro os que valorizam tanto o “mundo do trabalho” quanto o “mundo da rua”.

As duas linguagens que observamos em nosso estudo, que indicam um maior ou menor nível de estigmatização, também se diferenciam em dois campos, que são, no entanto, um pouco distintos dos abordados por Silva (2003): a primeira é predominantemente composta por signos que estruturam o “mundo da rua”, relacionados a uma inteligência prática para solucionar os problemas que se desenvolvem nesse ambiente, sendo sua utilização fonte de estigma, aproximando os adolescentes que os utilizam da imagem de “envolvido”; a segunda é composta predominantemente por uma mescla de signos que estruturam o “mundo do trabalho”, o “mundo do estudo” e o “mundo religioso”, aproximando os adolescentes que os utilizam da imagem de “cidadão”. Vale ressaltar que, na prática, não existe uma diferenciação dual entre

essas linguagens, apenas as conceituamos para melhor compreendermos o fenômeno aqui explanado. Alguns adolescentes, como Rob, dominam melhor as duas linguagens, sendo nesse sentido cidadãos bilingues, o que lhes confere uma maior possibilidade de adaptação e, assim, de liberdade (Figura 22).

Figura 22 – Signos valorizados/estigmatizados pela cultura hegemônica



Fonte: Pesquisa direta (2020).

O maior domínio de cada uma dessas linguagens vai compondo os sistemas psicológicos<sup>105</sup> semioticamente produzidos, formados inicialmente a partir do meio, e que posteriormente vão criando novas condicionalidades. Tais sistemas vão formando a maneira como o adolescente passa a se aproximar/afastar dos múltiplos e inesgotáveis referenciais que o potencializam/despotencializam - sua família, seus amigos, a mídia, as figuras de autoridade local como professores, comerciantes, traficantes, etc. - e que retroalimentam a própria aproximação/distanciamento de determinados sistemas de signos.

Silva (2003) aponta que em alguns jovens da periferia que adentram no ambiente universitário pode ocorrer uma ruptura decorrente de uma total desidentificação com o espaço de origem, que normalmente ocorre de forma traumática. Em alguns casos, pode ocorrer o que denomina de “desenraizamento<sup>106</sup>”. Ele utiliza como metáfora a história de um corvo que, insatisfeito com sua condição, queria ser pombo. Certo dia o corvo pega uma lata de tinta branca e pinta-se inteiramente, misturando-se aos pombos. Os pombos identificam o intruso e o expulsam, todavia, os seus irmãos corvos também já não o reconhecem e não o aceitam de volta, deixando-o em uma lamentável situação. A mesma metáfora poderia ter sido usada por

<sup>105</sup> Conforme discussão realizada nos capítulos 3 e 5.

<sup>106</sup> O termo “desenraizamento” discutido por Silva (2003) em nada se relaciona com a noção de “desenraizamento” de Kowarick (2009) apresentada no capítulo 9.



Fanon ao se referir à dupla pressão sofrida pelo antilhano que se apropria do francês, tanto da cultura dominante quanto dos próprios compatriotas, que acusam aqueles que passam a se expressar de outra maneira de tentar ser superiores.

Tomando essa alegoria, podemos concluir que a situação do corvo é inversa à de Rob que, embora se dê muito bem entre os seus, parece conseguir passibilidade para se estabelecer com certo conforto em outros grupos, sendo esse um diferencial em relação à sua liberdade. Embora seja possível supor que Rob tenha mais liberdade que a maior parte de seus amigos, vale ressaltar que, à medida que jovens estão sendo mortos em chacinas a céu aberto, os riscos de morte de qualquer adolescente da periferia da cidade não podem ser minimizados, ainda mais quando se trata de indivíduos de matrizes étnicas não brancas. Além disso, é relevante destacar que é inaceitável que os adolescentes da periferia sejam submetidos a uma imposição de medo tão nefasta, que busquem abrir mão de suas formas de ser e se comunicar, sendo obrigados a usar “máscaras” para não desaparecer, como no caso de Chiquinho.

### **11.9 Considerações finais**

Ao longo deste capítulo, tivemos como premissa que, tal como evidencia Bakhtin (2006/1929-1930), as mudanças de sentido das palavras são indicadores sensíveis da realidade material e das composições ideológicas. Pudemos destacar que a palavra “envolvido” tem sido cada vez mais utilizada como substitutiva da palavra “criminoso” ou “bandido”. Quando se trata da população periférica, em especial a juventude negra, “se envolver” é ao mesmo tempo sinônimo de “se relacionar socialmente” e de “ser criminoso”, indício semântico da criminalização das suas relações sociais. Se antes, por exemplo, para justificar a morte de determinado jovem periférico podia-se utilizar como argumento o fato de ele ser “bandido”, apresentando para isso seus antecedentes criminais, com essa substituição, tais antecedentes não se fazem mais necessários, posto que mesmo que esse sujeito não tenha comprovadamente cometido crimes, é possível valer-se da “denominação” de envolvido como possibilidade de suspeição. Como demonstramos, sendo morador da periferia, nunca é possível se esquivar completamente desse rótulo. A ampliação léxica do termo criminaliza não só as relações em si, mas também tudo que remete a formas de ser de alguns segmentos jovens da periferia: formas de falar, vestir, andar, se comportar. Assim o sujeito pode se vestir como “envolvido”, falar como “envolvido”, etc. Tal fenômeno tem alimentado desconfianças recíprocas na periferia e resultado na culpabilização do próprio comportamento dos jovens.

Pudemos destacar ainda que tal processo atinge seu apogeu na criminalização do ato de morar em determinados territórios periféricos. A palavra “bairro”, na periferia, passou a assumir sentidos híbridos, que interconectam territórios periféricos, população periférica e criminalidade. Esse sentido difuso que a palavra “bairro” passa a adotar evidencia uma aproximação semântica entre “morar no bairro” e “pertencer à facção”. Tais fenômenos implicam produções de sentidos que criminalizam as relações sociais estabelecidas nas periferias, perpassando por toda a sua cultura e atingindo inclusive o simples ato de morar em um bairro periférico.

Chauí (2008) explica que as ideologias hegemônicas promovem distorções da realidade, na qual as ideias perdem sua conexão com o real. A autora exemplifica que quando dizemos que “o trabalho dignifica o homem”, e não analisamos as condições reais de trabalho que brutalizam, entorpecem e exploram as pessoas, estamos diante apenas da ideia de “trabalho”, e não de sua realidade histórico-social. Pudemos constatar, ao mesmo tempo, que quando dizemos que alguém é “cidadão”, e não analisamos as condições reais de direito desse indivíduo, também estamos diante apenas de uma ideia de cidadania, que não encontra eco na realidade material. Existe uma incongruência entre ideia e fato, um abismo, que faz com que justamente aqueles que têm a cidadania relativizada, ou seja, os moradores da periferia, sejam permanentemente denominados de cidadãos.

As ideologias hegemônicas generalizam concepções distorcidas que atendem ao interesse exclusivo das classes dominantes, dos moradores dos centros privilegiados, da população branca, e passam a ser reproduzidas por todo o corpo social. Chauí (2008) aponta que tal fenômeno ocorre pois os ideólogos são predominantemente de classe média e alta. Destacaríamos, no entanto, que, para além disso, o sucesso de difusão das ideologias nos parece resultado de sua eficácia/ineficácia em produzir emoções mobilizadoras. Neste estudo, a cruel diferenciação entre pobres dignos e viciosos, entre cidadãos e envolvidos, parece-nos resultado de uma cultura de medo. A construção de uma ideologia segregacionista, que reproduz a ideia de que a população periférica é perigosa e justifica o seu massacre, só se consolida pela transmissão dessa emoção. No cerne das contradições ideológicas, tudo aquilo que segrega e acaba produzindo mais violência é “vendido” como segurança: condomínios privados, veículos particulares, cercas elétricas, encarceramento, chacina, violência policial. Além do medo, outras ideias-afetos são transmitidas para alimentar tal ciclo, especialmente a esperança individualista.

## 12 SÍNTESE INTEGRATIVA E ANÁLISES FINAIS

Este estudo teve como propósito compreender quais os medos urbanos dos adolescentes da cidade de Fortaleza, de que maneira eles se conjugam em suas vivências e produções de sentido, bem como quais as implicações psicossociais que provocam. Tomamos como referencial a psicologia histórico-cultural, que, como delineamos, compreende que as emoções não são apenas manifestações biológicas derivadas de vivências sociais, sendo elas mesmas socioculturalmente estruturadas, refletindo todo um conjunto de elementos econômicos, políticos e ideológicos que se manifestam e repercutem de forma distinta nos diferentes grupos sociais. Propusemo-nos a fazer uma análise dialética que não fosse apenas descritiva, mas buscasse revelar, mesmo que parcialmente, as relações dinâmicas e causas, ou seja, as condições de formação originárias dos medos urbanos dos adolescentes. Retomaremos e sintetizaremos alguns tópicos já apresentados para conectar partes distintas da análise e, assim, realizar o fechamento deste estudo.

### 12.1 As composições dos medos

A pesquisa foi realizada a partir de recortes de gênero e território, que dividiram os adolescentes em quatro grupos: meninos da periferia, meninas da periferia, meninos do centro, meninas do centro. Na busca de compreender os medos a partir de conexões mais amplas, um primeiro passo foi situá-los nos demais sentidos e emoções dos jovens em relação à cidade, o que foi realizado a partir da aplicação do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos. O resultado expôs uma cidade cindida em duas, revelando um *apartheid socioterritorial* que conjugava elementos raciais, econômicos e territoriais, permeado por um forte sentimento de injustiça. Essa divisão representou, em boa medida, o próprio recorte territorial da pesquisa: no centro predominaram adolescentes brancos de classe média e alta, na periferia adolescentes pardos e negros extremamente pobres.

Nesse sentido concordamos com Fanon (1968, p. 29) quando defende que a colonização é uma marca fundamental em determinados países de herança colonial, que conectam infraestrutura e superestrutura, causa e consequência, assim “o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico”. Acrescentaríamos a essas reflexões que, na cidade de Fortaleza e em outros centros urbanos brasileiros, também em virtude desses fatores, o indivíduo é do centro ou da periferia, o que fez esses três marcadores sociais se entrelaçarem em nossa pesquisa, evidenciando o duradouro impacto do processo de colonização de nosso

País. Conforme debatemos, o conjunto das relações sociais e os sentidos e significados compartilhados são o que estrutura os sistemas psicológicos, orientando não apenas as formas de pensar como de vivenciar as emoções. Assim “centro” e “periferia”, além de entrelaçarem diferentes marcadores sociais em sua composição, produzem diferentes formas de se relacionar e distintos modos de ser, viver, sentir e, conseqüentemente, de temer.

Foi possível constatar que, em virtude desse *apartheid socioterritorial*, os encontros entre adolescentes do centro e da periferia eram raros, muitas vezes limitados ao olhar, produzindo medo nos adolescentes do centro e sentimentos de inferioridade, tristeza e especialmente raiva nos adolescentes da periferia, derivados da sensação de injustiça. Em ambos os casos, entrelaçavam-se a essas emoções diversas outras paixões tristes. O medo ansioso dos adolescentes do centro, o medo das populações brancas, mostrou-se uma das causas originárias (eficiente) desse *apartheid*, provocado por uma desmedida procura por segurança, produtora de violência física e simbólica na periferia, entre jovens predominantemente negros, tanto pela estigmatização social e violência policial, como por reproduções das violências geradas pelos jovens entre si. Essa violência, embora atinja predominantemente a periferia, tem bastante destaque na mídia, gerando para os moradores do centro a sensação de que estão gravemente ameaçados, levando-os a ampliar movimentos de autodefesa que maximizam o *apartheid*. Nos raros encontros desses adolescentes de universos desconectados predominava, de um lado, o medo do diferente e, do outro, a raiva da injustiça.

Identificamos dois diferentes gêneros de medo: os medos particulares – direcionados a riscos específicos; e os medos ansiosos - sentimentos difusos que se ampliavam em dadas situações. Os medos particulares predominaram entre os adolescentes da periferia, e os medos ansiosos prevaleceram nos relatos dos adolescentes do centro. Ambos foram maiores entre as meninas que nos meninos. Evidenciou-se um caráter fortemente associativo nos medos: tanto em sua capacidade de contágio - por exemplo, o medo familiar e as emoções produzidas pela mídia mostraram-se de grande impacto para os adolescentes - quanto no caráter de retroalimentação dos diferentes medos - por exemplo, o medo de ser abusada mostrou-se capaz de ampliar o medo de ser assaltada, mesmo em ambientes considerados bastante seguros, assim determinados medos são capazes de ampliar outros. Aspectos territoriais, de gênero, étnicos e econômicos mostraram grande influência sobre a forma como os medos se conjugavam nas vivências cotidianas, de forma que medos individuais não remetiam apenas às experiências pessoais, mas condensavam riscos e concepções de seus grupos sociais, o que foi exposto de maneira mais pormenorizada a partir da análise das vivências e sentidos da adolescente Zoe.

Como podemos ver no Gráfico 51, os medos particulares variaram não apenas em intensidade, mas também em tipo. Todos sentiram medo de ser assaltados e assassinados, que foram os únicos medos predominantemente apresentados pelos meninos do centro. Nas meninas do centro, além desses medos havia outros, como um entrelaçamento de temores de diferentes matizes de violência verbal, física e sexual, abrangendo desde “cantadas” invasivas a estupro. Nos meninos da periferia, além dos medos gerais, surgiram: medo de ser confundido com um envolvido com facções criminosas, medo de bala perdida, medo de desandar, medo da polícia e medo de que alguém fizesse mal a algum de seus familiares. As meninas da periferia, por sua vez, acumularam todos os medos das meninas do centro e uma parcela dos medos dos meninos da periferia, não apresentando, no entanto, nem medo da polícia nem de desandar.

Gráfico 51 – Intersecções dos medos intensos por gênero e território



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Assim, os medos urbanos foram pouco diversificados entre os meninos do centro, mais matizados entre as meninas desse território, e ainda mais diversificados tanto entre meninos quanto entre meninas da periferia.

## 12.2 Medos ansiosos do centro e a perifobia

De forma geral, os adolescentes da periferia presenciaram ou sofreram bem mais episódios de violência que os adolescentes do centro. Enquanto entre os adolescentes da

periferia foram constantes os relatos de pessoas conhecidas, amigas ou familiares vítimas de homicídio, nenhum dos adolescentes do centro conhecia ninguém que houvesse sido assassinado. As vivências traduziram-se em seu universo semântico, por exemplo, das 249 vezes que a palavra “facção” apareceu nas entrevistas, 247 (99,20%) foram em enunciações dos adolescentes da periferia, e apenas 2 vezes (0,80%) em relatos dos adolescentes do centro. O fato de as vivências de violência terem sido mais constantes e acentuadas na periferia, explica a maior diversidade e intensidade dos medos particulares nesses territórios. No entanto, paradoxalmente, os medos ansiosos foram predominantemente maiores entre os adolescentes do centro, a exemplo do medo de andar a pé ou de usar transporte coletivo. Eles estiveram relacionados principalmente à fobia de ambientes urbanos públicos. Alguns adolescentes relataram nunca sequer terem caminhado uma quadra sozinhos, por vezes apresentando medo mesmo em ambientes semiprivados, como quando avistavam alguém “estranho” no shopping, ou iam receber uma encomenda na portaria do condomínio.

Os medos ansiosos mostraram-se fortemente associados a um medo comum, de raiz semelhante à xenofobia, que denominamos de “perifobia”, e analisamos ser originário da assimilação de concepções ideológicas preconceituosas sobre as periferias e seus moradores, que se formam por generalizações distorcidas da realidade, que associam pobreza a perigo. O termo foi tomado de empréstimo de uma obra literária de contos da autora Lilia Guerra (2018), e foi construído a partir de uma discussão sobre a relação entre ideologia e emoção, com reflexões sobre desigualdade social e estigmatização, à luz de teóricos como Bauman (2008, 2009), Castel (2011a), Coimbra e Nascimento (2005), Delumeau (2007), D’Incao (1992), Kowarick (2009), Novaes (2006), Sawaia (2010a), Spinoza (2009/1677, 2013/1675) e Vygotsky (2001/1934, 2004/1930, 2017/1932).

A perifobia nem sempre foi explicitamente exposta pelos adolescentes do centro, sendo nossa hipótese que boa parte dos adolescentes temessem os moradores da periferia mesmo sem ter uma ideia adequada (nítida e distinta) sobre esse medo. Adotamos os termos “consciência” e “tomada de consciência” da psicologia histórico-cultural para estabelecer essa diferenciação. Os adolescentes, via de regra, tinham consciência de que haviam sentido medo em diversas vivências em que tiveram contato com alguém que supunham ser perigoso. No entanto, não estabeleciam uma conexão entre essas diferentes vivências isoladas por meio de uma associação capaz de generalizar o medo como específico de “moradores da periferia”, e assim não tomavam consciência plena dele. Isso dificulta a tomada de consciência de que esse medo tem se baseado em ideias inadequadas e distorcidas sobre os moradores da periferia. A compreensão sobre as próprias emoções pode permitir a produção de generalizações mais

adequadas sobre elas. A partir do momento em que os afetos passam a se basear em conexões da própria realidade, e não de ideias imaginativas, pode-se atribuir novos sentidos às emoções, o que tem potencial de produzir ações diferentes das até então estabelecidas. Inspirados em Vygotsky, denominamos esse processo de “tomada de consciência afetiva”.

Apenas um adolescente referiu-se explicitamente a um conjunto de vivências cotidianas identificando o elemento “morador da periferia” como a causa comum de medo dessas diversas vivências, o que o fez tomar consciência, durante a própria entrevista, de que tais ideias são preconceituosas (ideias inadequadas, falsas, distorcidas). Muitos adolescentes, no entanto, só foram capazes de associar suas vivências de medo ao fato de estarem em ambientes públicos que consideravam próximos da periferia. Além disso, frequentemente, em suas narrativas sobre seus medos cotidianos, referiam-se a pessoas específicas que lhes tinham provocado medo e, ao serem questionados sobre as causas que os levavam a temer especificamente **aquele sujeito**, frequentemente ficavam hesitantes e apresentavam dificuldade de descrever tais motivos. Nesses casos, muitas vezes imputavam seu medo à forma como o **outro** os olhava, andava, se mexia, ou simplesmente ao fato de ser “estranho”.

Conforme bem evidencia Spinoza (2013/1675, p. 131), as pessoas “frequentemente julgam as coisas apenas por seu afeto”, imaginando a partir dele que algo é bom ou mal, perigoso ou inofensivo, confundindo os efeitos com suas causas. Para o filósofo, quando ignoramos as causas de nossos afetos, não dominamos nossas ações e, embora possamos imaginar que temos tal controle, estamos nos comportando apenas reativamente, sendo o medo o afeto que tem maior poder de levar ao engano. Spinoza (2013/1675) reflete que é comum que o medo seja contagiante, ou seja, ao vermos outras pessoas temendo algo, imaginamos que estamos correndo risco, o que leva à imitação dos afetos. Dessa forma, é o sentido socialmente formado em relação ao morador da periferia, transmitido por vezes de maneira sutil pela mídia, família, etc., que leva à imitação do medo, sendo o fator cultural sua causa eficiente, e não necessariamente o risco real.

Consideramos que a perifobia não está presente apenas em uma minoria de sujeitos, não sendo uma questão individual, mas estrutural, formada por concepções ideológicas que acabam sendo compartilhadas de diferentes formas pela sociedade, das mais sutis às mais notórias. A perifobia conjuga afetos e ideias, reproduzindo concepções ideológicas hegemônicas, que distorcem a realidade e dirigem a ação humana, tendo o medo como o seu principal veículo reprodutor, e por ele se ligando a diversas outras paixões tristes.

A perifobia não se resume ao medo, referindo-se também a uma série de discriminações e desconfianças de tudo que de alguma maneira remete a modos de agir e ser

distintos das formas dos centros. Elas estão na base da promoção de uma criminalização das relações periféricas e do próprio ato de morar na periferia. Em nossa pesquisa, esses preconceitos ganharam diferentes contornos: o julgamento social em relação à roupa dos adolescentes, sua forma de falar, de andar ou se movimentar; suspeições e violência da polícia; piadas e brincadeiras de outros jovens quando esses relatavam onde moravam; desconfianças quando iam procurar emprego. Estas eram internalizadas, produzindo desdobramentos distintos na própria periferia: intensa preocupação dos familiares com o estabelecimento de amizades dos adolescentes e reprodução de concepções que consideravam que estabelecer laços de confiança era prejudicial; desconfianças recíprocas entre os jovens que ampliavam os conflitos e as mortes; concepções moralizantes sobre suas próprias condutas, bem como as de outros jovens de mesma origem quando, de alguma forma, afastavam-se do mundo do trabalho, do estudo ou da religião. Esse processo leva à produção e à reprodução de uma diversidade de paixões tristes além do medo, como culpa, tristeza, desconfiança, raiva, ódio, etc.

Bauman (2009) destaca que o medo contemporâneo em demasia não deriva da perda da segurança, mas da convicção de que, com capacidades e esforços necessários, pode-se obter segurança completa. Isso se mostrou verdadeiro apenas para os adolescentes do centro, o que os fazia evitar a todo custo os espaços públicos. A supervalorização de algumas vidas pressupõe a desvalorização de outras, assim, na periferia ocorre um fenômeno contrário ao destacado por Bauman (2009), no qual a banalização da morte tem obrigado os adolescentes a realizar uma perversa escolha: cruzar limites que representam riscos iminentes para a sua vida, na busca de experimentar um mínimo de liberdade, ou se isolar completamente nos limites do seu bairro e, em alguns casos, só sair de casa para a escola. Isso escancara que têm sido atribuídos valores completamente distintos a essas vidas. A concepção de que os medos urbanos se restringem ao medo do crime mostrou-se verdadeira apenas para os meninos do centro, estando outras formas de medo não diretamente associadas a sentidos criminais presentes em meninas de ambos os territórios (por exemplo, de olharem para seus corpos) e em adolescentes de ambos os gêneros na periferia (por exemplo, de imaginarem que são criminosos).

### **12.3 Condições de formação e a gênese dos medos periféricos: aspectos ideológicos, semânticos e infraestruturais**

Embora de forma bem menos frequente que os adolescentes do centro, os adolescentes da periferia relataram um medo semelhante à perifobia, ainda que neste caso se relacionasse a estereótipos mais precisos e nomináveis. Os adolescentes da periferia temiam o



que eles intitulavam de “pirangueiros” ou “padrão baculejo”: adolescentes que possuíam determinados padrões fenotípicos que se revelavam em sua forma se vestir, uso de adereços, tatuagens, forma de andar, corte de cabelo, etc. Esses apontamentos direcionam a um reconhecimento na periferia de dois “tipos” de sujeitos: “cidadãos” e “envolvidos”. Parecem incorporações de antigas classificações higienistas de controle social, evidenciadas por Coimbra e Nascimento (2005), que dividem a população periférica em pobres dignos e viciosos (ou perigosos), adotando estratégias moralizantes para os primeiros e violentas ou exterminatórias para os segundos.

A ampliação do *apartheid socioterritorial* tem gerado nos adolescentes do centro um olhar uniformizante em relação a esse desconhecido “outro” que é o morador da periferia, ampliando a generalização da estigmatização para além da diferenciação entre pobres dignos (cidadãos) e viciosos (envolvidos) hoje utilizada nas periferias. Compreendendo que a polícia não cria a estigmatização (MISSE, 2010), mas atua como intérprete das ideologias sociais, em especial as dominantes, parece-nos congruente levantar a hipótese de que a polícia tem incorporado lentamente essas ideias, que vão sendo fortalecidas socialmente no âmago da elite e classe média, que, guiadas pelo medo, cada vez mais uniformizam e criminalizam a população jovem periférica. Não à toa os adolescentes da periferia se queixaram de que a polícia cada vez mais tratava “cidadãos” como “envolvidos”. Não é necessário um desejo real de extermínio dos moradores do centro para colaborar com essa prática, mas a simples instigação do medo, sua reprodução cultural, leva a esse resultado.

A reflexão de Fanon (2020) de que o desemprego, mais que um problema humano, é uma reserva perpétua para o sistema econômico ajuda na reflexão sobre a raiz infraestrutural da ampliação da criminalização da periferia e da necropolítica. Atualmente tem se ampliado a formação de conglomerados populacionais permanentemente não assimiláveis (BAUMAN, 2009; CASTEL, 2011a; KOWARICK, 2009), o que faz com que alguns grupos percam até mesmo a função de exército de reserva econômica. Essa parece ser uma das principais raízes infraestruturais da ampliação da política de morte de jovens negros e periféricos, que explica porque se tornam cada vez mais difusas as fronteiras entre “cidadãos” e “envolvidos”. Como vimos, corrobora essa hipótese o constante crescimento não apenas do desemprego, no País, como do número de “desalentados”, ou seja, pessoas que gostariam de estar empregadas, mas desistiram de procurar trabalho por falta de perspectiva (VILLAS BÔAS, 2020). Evidentemente não podemos atribuir, de forma linear e unilateral, a ampliação da política de mortes ao crescimento das populações “fora das classes”, posto que outros fatores precisam ser levados em consideração, mas apenas destacar que esses dois fatores estão inter-relacionados.

Compreendendo que, tal como aponta Bakhtin (2006/1929-1930), imediatamente acima da base infraestrutural encontram-se os aspectos ideológicos e semióticos, e que as palavras são os indicadores mais sensíveis das transformações sociais, ao longo desta tese investigamos os sentidos coletivos adquiridos por quatro palavras: “bairro”, “amigo”, “cidadão” e “envolvido”. Essa escolha não se deu de maneira prévia, mas por termos observado, ao longo deste estudo, que os sentidos dessas palavras traziam evidências semânticas da criminalização da população periférica. Tal criminalização passou a ocupar um papel relevante neste estudo, pois se mostrou o ponto de encontro dos medos dos adolescentes dos dois territórios, posto que, ao mesmo tempo que é em grande parte consequência dos medos periféricos do centro, é causa do principal medo da periferia, o de ser confundido com um “envolvido”.

Em relação à palavra “bairro”, os resultados apontaram que, quando ela era utilizada para se referir a territórios periféricos, por vezes perdia o sentido restritamente territorial, passando a se referir de maneira sincrética tanto ao conjunto dos seus moradores quanto às facções criminosas que os dominam. Não à toa, via de regra, a primeira pergunta realizada aos adolescentes tanto nas abordagens policiais quanto nas promovidas por jovens faccionados era qual seu bairro de moradia, posto que morar em um bairro periférico era diretamente associado a pertencer a uma facção, criminalizando o adolescente em virtude de sua moradia.

A suspeição passa a ser internalizada pelos adolescentes, o que tem poder corrosivo sobre as relações sociais e pode ser observado pelos sentidos adquiridos pela palavra “amizade”, que por vezes passou a apresentar um sentido pejorativo indicativo de desconfiança. A essas concepções ligam-se ideias moralizantes de que toda atividade social que não inclua trabalho, religião ou estudo não deve ser realizada, o que resulta em culpa em relação à própria forma de ser e reforça estigmatizações sobre as formas de ser de outros jovens periféricos. A concepção de que não é possível confiar nos amigos mostrou-se capaz de alimentar ideias distorcidas que se transformam em profecias autorrealizadoras, ou assim parecem, nas quais a culpa por mortes com causas confusas passa a ser imputada “às amizades”. O fato de o Ceará ser um dos estados que tem maiores taxas de crimes não esclarecidos amplia o problema, gerando um clima de paranoia que multiplica a desintegração social.

Já as palavras “envolvido” e “cidadão” foram empregadas como um signo diferenciador dos moradores da periferia, a primeira utilizada com sentidos criminais, e a segunda para se referir a pessoas dignas cujo comportamento as tornava merecedoras de direitos. Diferentemente dos moradores do centro, os “cidadãos” periféricos não eram dotados de direitos por nascimento, em especial os jovens negros, sendo suspeitos até que se prove o

contrário, tendo a concessão da cidadania condicionada a seu comportamento e aparência. Isso evidenciou a existência de pelo menos três categorias de jovens: os **cidadãos de fato** – moradores do centro para os quais a cidadania não é relativa, o que dispensa a utilização da palavra “cidadão”; **os envolvidos** – moradores da periferia considerados viciosos e perigosos e, assim, explicitamente sem direito a cidadania; e **os supostos cidadãos** – moradores da periferia ditos cidadãos, mas que tinham a cidadania relativizada de acordo com o contexto, das três categorias a mais instável.

A criminalização da população periférica - como todo o conjunto legal - passa do plano infraestrutural para o ideológico e dele busca se firmar no jurídico. Misse (2010, p. 22) aponta que “o crime é definido primeiramente no plano das moralidades que se tornaram hegemônicas e cuja vitória será inscrita posteriormente nos códigos jurídicos”. Nesse sentido, conforme destaca Castel (2011a, p. 48), é difícil que qualquer sociedade que tenha guardado um mínimo de referências democráticas possa pura e simplesmente suprimir seus indesejáveis. Para ele, “a exclusão não é nem arbitrária nem acidental. [...] ela é ‘justificada’ [...] e passa por procedimentos cuja legitimidade é atestada e reconhecida”. Nesse sentido, uma primeira mudança no plano legal foi a alteração do artigo 288 do Código Penal brasileiro realizada pela Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), que substituiu o termo “quadrilha ou bando” por “associação criminosa”, tornando a tipificação criminal mais difusa, já que a noção de “associação” pode dizer respeito a qualquer forma de relação. Essa mudança não se presta apenas a ampliar o encarceramento da população periférica, sendo útil também na legitimação das mortes, não apenas as cometidas diretamente pela polícia como todas as demais, posto que o Estado passa a ser também desresponsabilizado pela proteção dos indivíduos, já que esses são os culpados pela própria morte.

Outro passo no sentido de dar um aspecto de legalidade à necropolítica foi a tentativa de ampliação do “excludente de ilicitude” em outubro de 2019, que permitiria que o policial que cometesse excesso culposos ou mesmo doloso, sob estado de “medo, surpresa e violenta emoção”, pudesse não ter a pena aplicada (SOUZA, 2019). Vale ressaltar que em 2018, 6220 pessoas morreram em decorrência de ações policiais, enquanto 87 policiais foram mortos em serviço, um percentual de 1 para 71 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Isso explicita que uma política de execução sumária já vem sendo estabelecida e coordenada pelo Estado, e tal proposta apenas daria maior legitimidade a ela. Embora a proposta não tenha sido aprovada, segue sendo defendida pelo governo federal. A busca de se colocar na legislação a legitimidade da morte pela polícia quando teme, escancara o papel dessa emoção como operador necropolítico. O medo ao qual os legisladores se referem,

em nossa compreensão, tem um sentido simbólico, porquanto representa, em essência, não o medo do policial em si, mas de toda a sociedade e, em primeira instância, o medo das classes privilegiadas (no sentido econômico, étnico e territorial), o medo do branco, do morador das zonas nobres, que parece se basear em ideias imaginativas e equivocadas de que a ampliação do medo da periferia pode produzir paz no centro.

Na periferia, de todos os medos, o de ser confundido com um envolvido foi o mais elevado – atingindo um patamar de 9,2 pontos na escala de 0 a 10 - e o mais presente nas narrativas dos adolescentes da periferia. Ele agrega o medo da polícia, o medo das facções criminosas e o medo do julgamento social. Mais que um simples temor de ser “confundido”, mostrou-se relacionado ao medo de ser **identificado** como um sujeito sem valor, apêndice inútil de nossa sociedade, alguém que não tem direito à cidadania, à dignidade, e é, ao mesmo tempo, uma ameaça, sendo assim matável.

Sawaia (2010a) define que a gênese do sofrimento ético-político está relacionada ao sentimento de desvalor, de deslegitimação social de determinados grupos, e do conseqüente desejo de ser “gente”, em nossa pesquisa exposto como desejo de ser “cidadão”. Este se mostrou o aspecto fundamental do medo de ser confundido com um envolvido, seu caráter ético-político, o que explica sua centralidade nos sofrimentos periféricos, evidenciando a relação causal entre os medos da periferia e os medos do centro. A perifobia, por uniformizar todos os moradores da periferia sob o rótulo de perigosos, em especial os jovens e negros, criminaliza e desumaniza esses indivíduos. O medo de ser confundido com um envolvido, ou seja, o medo de ser identificado como alguém descartável tem sua gênese na perifobia e em tudo que a ela se relaciona, como o racismo, a exploração, a objetificação do outro, a necropolítica, a segregação, o *apartheid*. Em resumo: **A perifobia está na gênese da criminalização e desumanização da população periférica, em especial jovem e negra, causa eficiente do medo de ser confundido com um envolvido.** Retirar simbolicamente a humanidade de alguém é o primeiro passo para sua morte real. Esses dois medos, que se mostraram pilares fundamentais das vivências cotidianas de medo dos adolescentes, parecem-nos muito pouco investigados pelas pesquisas científicas, sendo relevantes mais investigações específicas sobre eles.

#### **12.4 Medo e outras paixões na reprodução da violência e segregação**

Conforme observa Misse (2010, 2015), expectativas sociais criminalizantes podem conduzir a um processo de sujeição criminal – abrangendo assimilação e estabilização de sentidos estigmatizados sobre si –, que de fato direciona os indivíduos ao crime em um processo

de “causação circular acumulativa”. A segregação socioterritorial e a estigmatização que se originam no centro são reproduzidas dentro da periferia, de forma intrinsecamente vinculada ao medo de ser confundido com um envolvido, e têm o poder de se transformar em outras formas de segregação, das quais podemos destacar pelo menos três.

A **primeira forma de segregação** nas periferias decorre de uma reprodução da violência causada por disputas fundadas pela própria sujeição criminal, que tem originado em Fortaleza um *apartheid* entre os bairros da periferia, cada um deles associado a determinadas facções criminosas, que impedem os jovens de circular em territórios distintos dos que moram. Nesse caso, a periferia vira um grande gueto de segregação, tão bem estruturado, que nem mesmo determinadas circulações internas são permitidas, o que acaba atendendo aos anseios de *apartheid* que se originam do medo dos moradores do centro, embora não se aproxime nem de longe de amenizar a ansiedade social proveniente desse território. O *apartheid socioterritorial* produz um *apartheid intraperiférico* ainda mais literal e violento, e com ainda mais potencial de gerar medo, tendo em vista que possíveis descumprimentos são frequentemente punidos com a morte.

Pudemos ver esse caráter de reprodução em diversos exemplos nas narrativas dos adolescentes da periferia:

- Muitos relataram ter sido abordados quando estavam em bairros diferentes do seu, por jovens que lhes diziam: “você sabe que não pode andar aqui”. Mesmo adolescentes não faccionados por vezes passavam a reproduzir tal sentença para outros jovens, quando esses adentravam seu bairro, gerando uma cadeia de medo. Tal frase nos parece ter um sentido originário simbólico: reproduz o que é dito aos adolescentes da periferia de diferentes formas, desde olhares até a violência física, quando adentram territórios não periféricos, a exemplo do adolescente negro impedido de entrar em um shopping center.

- Mais de um adolescente utilizou o termo “criar maldade na mente” sempre que, após uma violência policial ou faccional, sentiam-se revoltados e desejosos de vingá-la ou simplesmente reproduzi-la com outrem, o que parece ser o caminho para a sujeição criminal, quando outros sentidos potencializadores não se fazem presentes. Quando ameaçados por outras facções, também manifestaram desejos de se “batizar” na facção do bairro, para se proteger, o que evidencia o papel do ódio e do medo nesse processo.

- Outro exemplo de reprodução pode ser observado quando jovens assaltantes da periferia, ao abordar a vítima, chamavam-na de “vagabundo”, mesmo termo recorrentemente utilizado pela polícia. Para Chauí (2011), a ascensão burguesa e a ética protestante transformaram o trabalho em suprema virtude e, conseqüentemente, a vadiagem no pior dos

vícios. É desse campo moral, absorvida e disseminada pela polícia (e não só por ela), que vem o sentido da expressão “vagabundo”, que, na ponta mais vulnerável das reproduções ideológicas e de violência, faz um jovem da periferia adotá-la para assaltar outro jovem da periferia.

- Por fim, a reprodução da violência também é incentivada de forma direta pela polícia, como na instigação aos conflitos faccionais pelas ameaças (e práticas) de levar os adolescentes de um bairro dominado por uma facção para outro, e mesmo na diminuição do efetivo policial em momentos nos quais os conflitos entre facções se intensificam.

Enquanto a primeira forma de reprodução de segregação remete à estabilização de sentidos estigmatizantes, tanto em relação a si mesmo (sujeição criminal) quanto ao outro, produzindo um *apartheid intraperiférico*, a **segunda forma de reprodução da segregação** na periferia relaciona-se à luta para criar sentidos não criminais para si, preservando-os para os outros. Diferentemente dos que internalizaram os sentidos criminais, os adolescentes investigados nesta pesquisa seguem lutando, por vezes insistentemente, para se desvencilhar desses rótulos. Estar na escola, a despeito de tudo, ainda mais em uma de tempo integral, é um evidente sinal dessa luta. Em algumas vezes, nesse processo, em virtude do medo de não serem vistos como cidadãos, os adolescentes criam fortes sentidos de diferenciação, que acabam reforçando uma segregação que polariza “cidadãos” e “envolvidos” na periferia. Ocasionalmente essa diferenciação associa-se a discursos autoritários em relação aos outros. Nesse caso, não é a reprodução da violência física que acontece, mas da simbólica. Ambos os processos acabam reforçando uma lógica de inimizade na periferia, que vem restringindo os vínculos de confiança dos adolescentes. Enquanto em muitos países de primeiro mundo o outro ameaçador é o estrangeiro, para o morador do centro o outro ameaçador é o morador da periferia, para o estereótipo do “cidadão” da periferia o outro ameaçador é o “envolvido”, e para o estereótipo do “envolvido” o outro ameaçador é o morador do bairro “rival”, visto como inimigo. Em todos os casos, o medo (e outras paixões tristes que a ele se ligam) retroalimenta preconceitos e violências.

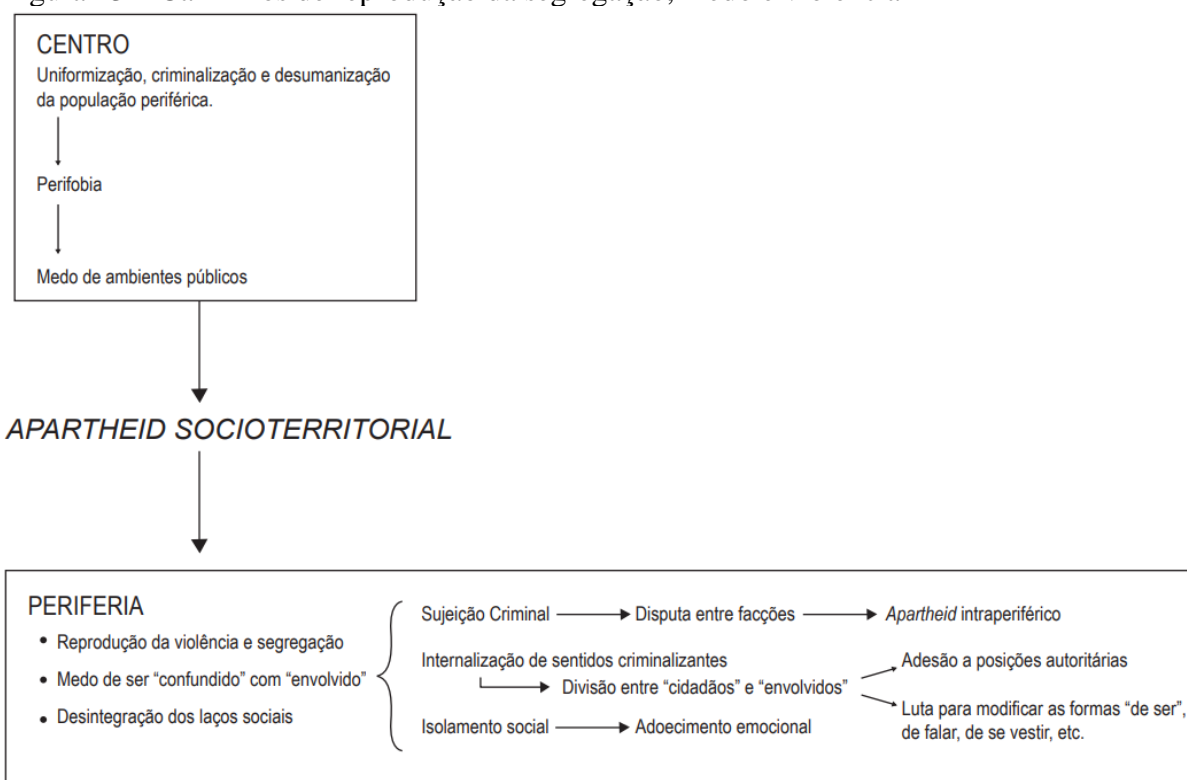
O adolescente da periferia não passa emocionalmente impune por esse violento processo de busca de fugir de sentidos estigmatizantes sobre si. Em muitos casos, o angustiante desejo e esperança de ser aceito como legítimo outro é fonte de muito sofrimento, levando-o a tentar se livrar de elementos que denunciem a origem periférica, mas que ao mesmo tempo são componentes fundamentais da própria forma de ser do adolescente, marcas de sua identidade. Essa perversa implicação psicossocial do medo de ser confundido com um envolvido, foi explorada especialmente no capítulo 11, a partir das narrativas de Chiquinho. A maior frustração de Chiquinho era que, em sua deliberada luta para mudar a sua forma de se vestir,

andar, interagir e falar normalmente não lograva êxito, e recorrentemente continuava sendo identificado como cidadão inferior. O *apartheid socioterritorial* da cidade contribui para que a linguagem dos adolescentes da periferia muitas vezes seja bastante distinta da dos adolescentes do centro, o que no caso de Chiquinho era um dos principais fatores de “reconhecimento”.

No entanto, em alguns casos, a exemplo do de Rob, a aquisição de certas habilidades advindas do domínio de uma linguagem mais institucional, mostrou-se capaz de conferir ao adolescente uma certa “passabilidade periférica”. Enquanto a maior parte dos adolescentes eram obrigados a escolher cotidianamente entre o risco da morte e o padecimento social, o fato de dominar dois “dialetos”, ou seja, ser bilingue territorial, parecia conferir a Rob uma relativa possibilidade de ampliar sua liberdade com um menor acréscimo de risco. Nesse sentido, Fanon (1968, p. 33), refletindo sobre a aquisição da língua do colono pelo colonizado, afirma que “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito [...] existe na posse da linguagem uma extraordinária potência”. Isso nos parece consonante com a perspectiva de Vygotsky de que é a partir da linguagem que é dada ao sujeito a capacidade de se libertar de determinações puramente externas a esse. Os adolescentes de periferia sofrem dupla opressão por um lado da violência direta do Estado e, por outro, da reprodução das violências na própria periferia, cada uma realizada por determinados elementos culturais, estruturados também semanticamente. Parece-nos que o domínio de ambas acaba ampliando relativamente a liberdade dos adolescentes, ou seja, potencializa-os, embora sejam necessárias mais investigações para se compreender melhor esse fenômeno.

Por fim, evidenciou-se ainda uma **terceira forma de segregação na periferia**: a autosegregação ou a segregação imposta pela família, que muitas vezes se confundiam, pois em determinados casos os adolescentes incorporavam os sentidos e ansiedades familiares. Esta, ainda mais que as demais formas de segregação, tem o poder de despotencializar e produzir apatia. Nesse caso, o medo de ser confundido com um envolvido é reforçado pelo medo ansioso da família de que o adolescente se “desencaminhe”, fazendo-o manter-se o máximo possível em casa, na escola ou na igreja. Enquanto a violência física recaía especialmente sobre os meninos, a autosegregação pode ser observada de forma mais recorrente nas meninas. Algumas não saíam de casa para nenhum outro local que não fosse a escola, em alguns casos sem nunca ter ido à praia ou ao cinema, ou mesmo a passeios oficiais escolares. Foi esse grupo que mais relatou problemas emocionais como crises de ansiedade, depressão, choro constante, sensação de perda de controle emocional, automutilação, pensamentos e tentativas de suicídio, desorganização mental, tristeza profunda e, especialmente, crises de raiva (Figura 23).

Figura 23 – Caminhos de reprodução da segregação, medo e violência



Fonte: Pesquisa direta (2020).

Refletindo sobre a violência reprodutiva que surge entre grupos populacionais subjugados, Fanon (1968) aponta que se trata de uma intuição que as massas possuem de que sua libertação só pode se efetuar pela força. No entanto, o fortalecimento de um ideário cada vez mais liberal e individualista (BAUMAN, 2001, 2008, 2009; CASTEL, 2011; KOWARICK, 2009) e o enfraquecimento das teses socialistas (KOWARICK, 2009) parecem nos afastar cada vez mais de uma violência revolucionária, fazendo com que a violência venha sendo utilizada apenas para reproduzir a submissão, de si e do outro. Conforme destaca Sartre (1968, p. 12), a fúria da população subjugada “não se extravasa, anda à roda e destroça os próprios oprimidos” e faz com que, na impossibilidade de atacar de frente o verdadeiro inimigo, irmão acabe empunhando a faca para irmão, ou, como diria Freire (1970), que os oprimidos passem a ser hospedeiros do opressor.

Nessa perspectiva, diferentes autores que retratam a desalienação como um caminho para a liberdade têm apontado que a violência, a opressão e a desumanização têm um viés reprodutivo, que vem do opressor para o oprimido (FREIRE, 1970), do colono para o colonizado (FANON, 1968; SARTRE, 1968), do branco para o negro (FANON, 1968) e, acrescentaríamos, do centro para a periferia. Adicionaríamos ainda mais um elemento à lista dos autores, que enfatizamos nesta tese e consideramos fundamental: o papel das emoções e,



em especial, do medo na ampliação da estigmatização, segregação e violência, que se retroalimentam. Encontramos na filosofia spinozana o fundamento da instabilidade produtora desse ciclo, que coloca não apenas a violência como em especial o medo no centro desse processo.

## 12.5 Últimas reflexões

Para Spinoza (2004/1670, p. 44), uma cidade que busca estabelecer a ordem impondo medo a seus cidadãos jamais será verdadeiramente segura. Nas palavras do filósofo, “da cidade cujos súditos, transidos de medo, não pegam em armas, deve antes dizer-se que está sem guerra do que dizer-se que tem paz”. Uma cidade verdadeiramente democrática, em que o interesse é o da multidão, e não apenas de um pequeno grupo, a obediência não se impõe pelo medo, mas se estabelece a partir da compreensão e vontade de seguir as leis. Assim, os pactos legais estabelecidos só são efetivos enquanto seus cidadãos se sentirem representados por eles; na ausência disso, a insegurança faz morada.

Para o filósofo, embora o verdadeiro poder advenha da multidão, a plebe é tomada por ideias imaginativas (distorcidas) que a fazem crer em um poder transcendente religioso e do Estado. São essas imaginações, ou seja, a estabilização dessas ideologias que se tornaram hegemônicas, que fazem a plebe temer e a levam a servidão. Parece-nos que atualmente também são ideias falsas que fazem com que aqueles que pegam em armas nas periferias, com cristalizações de sentidos sobre si e sobre o mundo completamente distorcidas, empunhem-nas entre si, imaginando inimigos onde não os há.

Já a nobreza, no entendimento de Spinoza (2004/1670, p. 44), teme por dois motivos. Primeiro por enxergar na plebe uma diversidade de vícios que na verdade possuem, imaginando que a plebe “se não teme, é terrível, pois liberdade e servidão não se misturam com facilidade”. Chauí (2011, p. 141) defende que tal imagem da plebe servil e sediciosa foi herdada pela burguesia e copiada pela classe média, que enxerga na plebe um risco permanente de tumulto: “perigo contínuo de subversão da ordem o medo da plebe (a plebe temerosa) engendra um imaginário político às avessas: o medo à plebe (a temível)”. Se a nobreza julga como vícios da plebe a covardia e o medo, a burguesia e a classe média, predominantemente brancas, enxergam nas classes periféricas, predominantemente negras, a vadiagem, o que também é sinal de perigo iminente. Nesse sentido, consideramos digna de destaque a exposição de Mbembe (2017, p. 183-183) sobre as ideias imaginativas que os dominantes abrigam em relação à violência:

Os dominantes têm uma relação com sua própria violência, aquela de que são autores, que passa geralmente pela mitologização, isto é, pela construção de um discurso desvinculado do real, desenraizado da história. A função do mito é, então, responsabilizar as vítimas pela violência, da qual são precisamente as vítimas. Na base desse mito não se encontra apenas uma separação originária entre “nós” e “eles”. O verdadeiro problema é: que eles não sejam como nós, não vale. Mas que eles passem a ser como nós, também não é válido. Para o dominante, ambas as opções são insuportáveis e absurdas.

Já o segundo motivo que, de acordo com Spinoza (2004/1670), faz as classes dominantes temerem é o próprio fato de o poder genuinamente se encontrar na multidão, sendo toda segurança que não se funda no interesse comum extremamente instável. Esse nos parece ser o mesmo princípio no qual se funda o medo dos moradores do centro. Embora os adolescentes do centro associem seu medo aos perigos que enxergam nos jovens da periferia, em especial os negros e apropriados de culturas forjadas nos signos das ruas, sua raiz mais profunda advém de uma difusa compreensão de que vivemos em uma sociedade colapsada, injusta e instável, e que a parte a quem nada é ofertado pode, a qualquer momento, exigir, pela força de sua potência, o seu quinhão. Uma sociedade injusta, por mais sofismas ideológicos que tente impor para aparentar legitimidade, como a falaciosa meritocracia que entrou na pauta do dia, acaba inevitavelmente provocando instabilidade e medo. Não à toa a maior parte dos adolescentes da cidade representaram-na por meio de Imagens de *Apartheid*. Contribui para essa conclusão um amplo estudo realizado por Fajnzylber, Lederman e Loayza (1998) que, utilizando dados de 1970 a 1994 de mais de 50 países, constataram que a desigualdade social é um fator bem mais relevante que a pobreza na produção da violência. Não é a pobreza que causa violência e sim a desigualdade social que, gerando injustiça, produz desintegração social, medo e diversas outras paixões tristes que servem como combustível para a produção cíclica da violência, por isso qualquer esperança individualista de segurança é infrutífera a longo prazo.

Isso mostra, no plano prático, boa parte do que foi discutido na parte teórica deste estudo, que destaca a significativa relevância das emoções no campo das práticas sociais. Conforme salientamos, para Vygotsky (2004/1931-1933), o mais substancial propósito da psicologia deveria ser desvendar os sentidos e os significados vitais dos sentimentos humanos a partir de suas causas, o que em parte é sinônimo de compreendê-los a partir de sua gênese material, social e cultural. As emoções são para o autor a raiz genética mais profunda do pensamento e comportamento (VYGOTSKY, 2001/1934). Dessa forma, para Vygotsky (2017/1932), é fundamental estudar as emoções, não como função da vida pessoal, mas como fenômeno que serve de etapa transitória entre a psicologia e a ideologia, o que buscamos realizar neste estudo, investigando as vivências e sentidos dos medos nos diferentes grupos sociais de

adolescentes, sem perder o foco em como as bases infraestruturais, ideológicas e culturais atravessam e orientam essas emoções e, assim, influenciam o comportamento.

Pudemos delinear, ao longo desta tese, que a manutenção das estruturas de dominação de nosso sistema social, econômico e político, sustentado pelas ideologias hegemônicas, encontrou na soberba, no desprezo, na raiva, no ódio, na culpa e, especialmente, na esperança individualista e no medo, componentes fundamentais para a reprodução cíclica da violência. Os resultados deste estudo evidenciaram, tal como aponta Pinheiro (2003), que o sucesso na difusão do medo depende não somente da forma como ele é expresso, mas também da eficácia em exprimir ansiedades culturais profundas, o que é capaz de ampliar consideravelmente os índices de ansiedade das populações menos vulneráveis, conforme vimos em relação aos adolescentes do centro.

O fato de os adolescentes brancos e do centro, quando questionados sobre as causas da violência da cidade, terem superdimensionado os assaltos, e nenhum deles ter sequer citado os conflitos entre facções, deixa explícito que todo o entorno desses adolescentes está completamente alheio a quem são as verdadeiras vítimas de homicídio. Conforme evidenciamos, a despeito do grande número de assassinatos, a cidade de Fortaleza possui taxas relativamente baixas de latrocínio em comparação com outros centros urbanos. Das 409 vidas de adolescentes ceifadas no primeiro semestre de 2020, “apenas” 1 (0,24%) foi decorrente dos tão temidos latrocínios<sup>107</sup>. Dos quatro tipos de Mortes Violentas Intencionais (MVI), o latrocínio é o único com taxas proporcionais à população total em relação aos aspectos étnicos, o que é um indicativo também de renda. Pode-se inferir que os elevadíssimos índices de homicídios na cidade, ainda mais que em outros locais do País, têm atingido predominantemente a população periférica em Fortaleza.

Deixemos claro: estamos diante de um sistema político e econômico que tem levado ao genocídio de adolescentes da periferia, predominantemente negros, algo naturalizado e ignorado por grande parte da população. Em 2017, enquanto houve bairros com mais de 100 homicídios, sempre com baixíssimos índices de IDH, vários bairros de classe média e alta não tiveram ocorrências (CCPHA), o que deixa explícito quem de fato está morrendo. A narrativa dos moradores da periferia explicitou que a maior parte das mortes se deve a disputas que envolvem as facções de drogas ou outros conflitos locais, por vezes extremamente insignificantes, como por exemplo a briga pela posse de um cadeado. Isso evidencia a

---

<sup>107</sup> Dados obtidos em vários documentos encontrados no endereço eletrônico das Estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) (<https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais.pdf>).

banalização da morte na periferia e torna evidentes os abismos que separam o valor das vidas do centro e da periferia. Castel (2011a) aponta três subconjuntos que destacam a existência da exclusão em determinadas sociedades: a supressão populacional por meio de práticas como expulsão e genocídio; o *apartheid* e formação de guetos; e a privação de certos direitos e participação em dadas atividades sociais. Compreendendo que as práticas de genocídio contemplam também extermínios parciais, como delineamos ao longo desta tese, encontramos em nossa pesquisa as três formas de exclusão.

Apesar de todo esse sistema de opressão ao qual os adolescentes da periferia vêm sendo submetidos, chama a atenção a manutenção da esperança em muitos discursos, que apareceu como uma forma de resistência, de perseverança do *conatus*, embora quase sempre com atuação limitada à esfera individual. Chiquinho (pardo, 17 anos, da periferia) mantinha-se em sua luta, entre derrotas e vitórias, de ser visto como um cidadão, para assim ampliar sua liberdade. Rob (negro, 17 anos, da periferia), seguia firme em sua convicção de que sua liberdade não era negociável, desenvolvendo muito bem instrumentos para expandi-la, e sempre que possível saindo em defesa dos seus. Marta (parda, 16 anos, da periferia), apesar de todos os empecilhos, segue em sua busca de ser uma jogadora de futebol de destaque ou, ante essa impossibilidade, de ter um futuro diferente de sua realidade presente. Nesse mesmo sentido, Nana (parda, 16 anos, da periferia), que vive em um ambiente devastado pela exclusão e violência, trouxe em seu mapa afetivo uma projeção do futuro que deseja: “um pedacinho do céu”, onde ela é médica e no qual “as pessoas vão poder viver em paz, sem violência, nem roubo, nem matança”. Ana (parda, 15 anos, da periferia), vinda do interior, consegue ressignificar toda a violência que encontrou na capital, relatando que é possível ser feliz mesmo no perigo. Trankino (pardo, 17 anos, da periferia) segue tecendo diversas negociações com sua mãe, e consigo mesmo, para se permitir experimentar sua liberdade sem colocar completamente em risco sua vida. Lecas (pardo, 16 anos, da periferia) mantém acesa a esperança de se sentir novamente seguro em seu bairro, para novamente estar perto de seus amigos e familiares, de onde saiu com medo de sofrer retaliações do tráfico local. Genius (negra, 16 anos, da periferia) tem esperança de em breve conhecer a praia, de ir ao cinema e de que, no futuro, não apenas os burgueses, mas também pessoas “como ela” possam usufruir da “terra do Sol”.

É necessário alimentar não só esperanças individuais como coletivas posto que como pontua Chauí (2011), a astúcia da razão se faz valer de tal paixão para dar força operante à potência das noções comuns. A chave para que passemos do medo à esperança e dela à segurança, ainda mais neste momento histórico, depende da potência e capacidade de articulação de multidões plurais, que necessitam se unir em defesa dos ideais democráticos e

congregar esforços para diminuir os abismos do apartheid social expostos nessa tese. Nesse sentido, quaisquer ameaças às instâncias democráticas precisam ser duramente combatidas, por isso, mais que conservar as instituições, precisamos lutar coletivamente pela construção de uma democracia não apenas de direitos, mas de fatos, onde verdadeiramente, todos sejam cidadãos plenos. É necessário lembrar que o caminho para a passagem da esperança à fortaleza é construído na intersecção entre a generosidade empática, assentada em valores e desejos menos individualistas, e firmeza na defesa da mitigação da injustiça social.

Algumas iniciativas têm sido tomadas no sentido de dar rosto e fazer frente às violências e mortes sofridas pelos jovens da periferia, como as publicações e discussões promovidas pelo CCPHA. É preciso que esses debates sejam ampliados e consigam chegar a toda a população, incluindo a economicamente privilegiada, não apenas para denunciar a banalização da morte, mas também para desmistificar as crenças dos moradores do centro em relação à violência na cidade e, com isso, mitigar essa segregação. Uma das recomendações mais enfáticas deste estudo é a necessidade de desmistificar a ideia de que os altos índices de homicídio na cidade guardam intrínseca relação com ocorrências de assaltos, fantasia que tem sido alimentada pelos moradores do centro, pela população predominantemente branca, completamente dissonante dos dados do SSPDS-CE, e que serve apenas para ampliar o pânico e, com ele, a segregação.

Diversos autores (BAUMAN, 2008, 2009; CONNELL, 2018; DI NAPOLI, 2016; FOX; ASQUITH, 2018; GLASSNER, 2003) têm apontado que a ampliação da insegurança tem prosperado mesmo em locais com índices insignificantes de riscos. No entanto, o fato de Fortaleza ser uma cidade realmente insegura torna a reflexão de que os riscos têm sido superdimensionados em alguns territórios e classes sociais ainda mais delicada e desafiadora, especialmente diante dos níveis de ansiedade dessa população.

Não se trata de negar riscos, mas problematizar simplificações grosseiras que apenas levam ao pânico, e que têm alimentado o imaginário dos moradores do centro. O fato de alguns desses adolescentes terem relatado que simplesmente a prática de caminhar alguns trechos ou pegar transporte público diminuiu consideravelmente seus medos, torna ainda mais consistente o argumento de que a gênese de suas ansiedades se encontra mais na cultura de medo que nos riscos em si. Consideramos ainda que aprofundar e problematizar o debate sobre a estigmatização e medo em relação aos moradores da periferia também se faz urgente. O território tem cada vez mais ocupado um papel central nos estigmas e preconceitos de nossa sociedade, o que em nossa compreensão tem sido pouco discutido.

Nesse sentido, consideramos úteis à classe média e alta dos centros urbanos, população predominantemente branca, as observações de Delumeau (2007) de que devemos nos defender da utopia de uma segurança generalizada, de uma assepsia universal, uma imunização contra todos os perigos e incertezas. Concordamos com Spinoza (2004/1670) que a construção da paz só pode ser conquistada de forma coletiva, por meio da construção social e política de uma ordem democrática, que será estável apenas à medida que atenda aos interesses comuns de toda a sociedade, na qual devemos concentrar nossos esforços. Enquanto isso não ocorre, é urgente encontrar um equilíbrio entre risco e precaução, liberdade e segurança, acolhendo as incertezas por meio da compreensão de que existe um determinado ponto em que o excesso de proteção não é capaz de tranquilizar, servindo apenas para retroalimentar o medo, a segregação, a desumanização e a violência, e todas as paixões tristes que, como vimos, acompanham esse ciclo.

## REFERÊNCIAS

- ALCHAZIDU, Athena. El imaginario de la violencia: entre el miedo y la fascinación. Consideraciones en torno a Perra brava de Orfa Alarcón. **Colindancias-Revista de la Red de Hispanistas de Europa Central**, República Checa, v. 6, p. 81-100, nov. 2015. Disponível em: <https://colindancias.uvt.ro/index.php/colindancias/article/download/127/103>. Acesso em: 18 maio 2020.
- ALENCAR, Helenira Fonseca da. **Participação social e estima de lugar**: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da cidade de Fortaleza pelos Mapas Afetivos. 2010. 239f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2231/1/2010\\_dis\\_HFDAlencar.PDF](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2231/1/2010_dis_HFDAlencar.PDF). Acesso em: 15 fev. 2020.
- ALITAVOLI, Rayekeh; KAVEH, Ehsan. The US Media's effect on public's crime expectations: a cycle of cultivation and agenda-setting theory. **Societies**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-4698/8/3/58/pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- ANDRADE, Dominique de; HOMEL, Ross; MAZEROLLE, Lorraine. Boozy nights and violent fights: perceptions of environmental cues to violence and crime in licensed venues. **Journal of Interpersonal Violence**, [s. l.], v. 34, n. 9, p. 1820-1842, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260516657910>.
- BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006. (Obra original publicada em 1929-1930).
- BARREIRA, César. **Ligado na galera**: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: Unesco, 1999.
- BARREIRA, César. Representaciones sobre la violencia entre jóvenes: estigma, miedo y exclusión. **Espacio Abierto**, Caracas, v. 18, n. 2, p. 219-234, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/122/12211826002.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 3-24, jul. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.30>. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/28/11>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A cidade e o medo. In: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio (org.). **(In)segurança e sociedade**: treze lições. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2011. p. 87-103.
- BARRÍA, Sandra Navarrete. Miedos al margen: representaciones de la violencia y la precariedad en Fuerzas Especiales de Diamela Eltit. **Amérique Latine Histoire et Mémoire**.

**Les Cahiers ALHIM**, [s. l.], v. 34, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/5777>. Acesso em: 28 maio 2020.

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 117-128, 2018. ISSN 2179-1740.

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Rev psicol polít.**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488, dez. 2019a. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 ago. 2020.

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* Quanto importa cada vida? Problematizações éticas sobre violência contra populações infantojuvenis no Ceará. In: FREITAS, Raquel Coelho de *et al.* (org.). **Juventudes, linguagens e direitos**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2019b. p. 19-52.

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* Psicologia social e o estudo da violência contra segmentos infantojuvenis: política de morte, precarização da vida e seus aspectos psicossociais. In: BARROS, João Paulo Pereira; ANTUNES, Deborah Christina; MELLO, Ricardo Pimentel (org.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos [livro eletrônico]**: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: Imprensa universitária UFC, 2020. p. 125-153.

BARROS, João Paulo Pereira; ACIOLY, Lilith Feitosa; RIBEIRO, Júlia Alves Dias. Retratos da juventude na cidade de Fortaleza: direitos humanos e intervenções micropolíticas. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 115-128, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/3677>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luis Fernando de Souza. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 34-43, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27971>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luis Fernando de Souza; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia? **Psicol cienc prof.**, Brasília, v. 28, n. spe2, e225580, p. 33-44, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225580>.

BARROS, Thaís Santiago; TORRES, Ana Raquel Rosas; PEREIRA, Cícero. Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. **Psico-USF**, São Francisco, v. 14, n. 1, p. 47-58, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100006>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 mar. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil**. São Paulo: Instituto de Economia Unicamp, 2015. (Texto para discussão, n. 257). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3410/TD257.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.



BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BENICIO, Luis Fernando de Souza *et al.* Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 192-207, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932018000600192&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600192&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 jul. 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 25-57.

BERTINI, Fatima Maria Araujo. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Psicol Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 60-69, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600007>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000600007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 mar. 2020.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza; CARVALHO, Alba M. Pinho. Pobreza e territórios urbanos estigmatizados no Brasil contemporâneo: esboços de uma interpretação. In: BARREIRA, César; AQUINO, Jânia Perla de; SÁ, Leonardo Damasceno de (org.). **Violência, ilegalismos e lugares morais**. Campinas: Pontes Editores, 2014. p. 353-373.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A gestão social do medo na política da insegurança absoluta. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], ano 15, n. 174, p. 1-13, nov. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/29465/15511/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo. Fortaleza: UFC, 2010.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz *et al.* Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: GARCIA-MIRA, Ricardo; DUMITRU, A. (ed.). **Urban Sustainability**: innovative spaces, vulnerabilities and opportunities. Coruña: Deputación da Coruña; Instituto de Estudos e Investigación Psicosocial Xoan Vicente Viqueira, 2014. p. 131-148.

BORELLI, Fernanda Chagas; HEMAIS, Marcus Wilcox; DIAS, Pedro Ivo Rogedo Costa. Sandálias Kenner. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 157-171, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552012000100010>. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/920>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRANAS, Charles C. *et al.* Citywide cluster randomized trial to restore blighted vacant land and its effects on violence, crime, and fear. **PNAS**, Brasília, v. 115, n. 12, p. 2946-2951, mar. 2018. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/pnas/115/12/2946.full.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRANDÃO, Israel Rocha. **Afetividade e participação na metrópole**: uma reflexão sobre dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17310/1/Israel%20Rocha%20Brandao.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2007. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm). Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm). Acesso em: 15 jul. 2020.

CABRAL, Daniel Welton Arruda *et al.* Vygotsky e Freire: os conceitos de “consciência” e “conscientização”. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 412-422, jul./dez. 2015. Disponível em: [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_pp/article/view/Cabral%2C%20Ribeiro%2C%20Silva%2C%20Bomfim/1060](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_pp/article/view/Cabral%2C%20Ribeiro%2C%20Silva%2C%20Bomfim/1060). Acesso em: 13 ago. 2020.

CABRAL, Daniel Welton Arruda. Relação afetiva pessoa-ambiente na Prainha do Canto Verde: processos de participação comunitária. 2015. 236 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14633/1/2015\\_dis\\_dwacabral.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14633/1/2015_dis_dwacabral.pdf). Acesso em: 5 mar. 2020.

CAPDEVIELLE, Julieta María. Miedo, (in)seguridad y violencia em el entramado social. **Question**, Córdoba, v. 1, n. 24, p. 1-7, 2009. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/844>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARMO, Francisca Maurilene do; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Em busca das bases ontológicas da psicologia de Vygotsky. **Psicol estud.**, Maringá, v. 18, n. 4, p. 621-631, dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000400005>.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2011a. p. 21-54.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2011b. p. 277-305.

CASTRO, Rafael Fonseca de; ALVES, Clarice Vaz Peres. Consciência em Vygotsky: aproximações teóricas. In: ANPED SUL: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul, **Anais [...]**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1-13. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/744/375>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. SSPDS. **Mapa das Áreas Integradas de Segurança (AIS) da Capital**. 2020. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/ais/>. Acesso em: 26 maio 2020.

CEARÁ. Governo do Estado. Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública. Estatística mensal: dezembro de 2020. **Crimes violentos letais e intencionais – CVLI**. Fortaleza: SSPDS, 2021. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. “BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792018000100007>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792018000100099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000100099&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 jan. 2020.

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. Envolvido (a)-com o crime: tramas e manobras de controle, vigilância e punição [Dossiê Etnografias sobre justiça e criminalidade em perspectiva]. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 108-140, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.19092/reed.v7i2.454>.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência**: retratos dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190802\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019\\_municipios.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190802_atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

CHAUI, Marilena. **A nervura do real**: imanência e liberdade em Espinosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHAUI, Marilena. **Política em Spinoza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHAUI, Marilena. **Desejo, paixão e ação na ética de Spinoza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CIDADÃO. *In*: DICIO Dicionário online de português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidadao/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. O assassinato de Trotsky à luz da história. **Revista de História**, São Paulo, n. 141, p. 101-139, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i141.p101-139>.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud**, México, ano 9, n. 22, p. 338-355, jan./jun. 2005.

COLE, Michael; SCRIBNER, Sylvia. Introdução. *In*: VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. 6. ed., 6. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-19.

COMITÊ Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. **Cada vida importa**: Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2017. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CONNELL, Nadine Marie. Fear of crime at school: understanding student perceptions of safety as function of historical context. **Youth violence and juvenile justice**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 124-136, 2018. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1541204016680407>.

CONTE, Daniel; CABRAL, Éderson; FREITAS, Ernani César de. Alguém chamado Pedro Vicente: exílio e deslocamentos na narrativa contemporânea. **Nau literária**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 137-153, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/173794>. Acesso em: 25 jun. 2020.

COSTA, Áurea Júlia de Abreu; PASCUAL, Jesus Garcia. Análise sobre as emoções no livro Teoría de las emociones (Vigotski). **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 628-637, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000300016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000300016&script=sci_arttext). Acesso em: 15 mar. 2020.

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 15-37, jan./abr. 2018.

COSTA, Sérgio. Amores fáceis: romantismo e consumo na modernidade tardia. **Novos estud. Cebrap**, São Paulo, n. 73, p. 111-124, nov. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300008>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002005000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2020.

- COSTA, Liana Fortunato; BRANDÃO, Shyrlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicol Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 33-41, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27042.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- CUSTERS, Kathleen; VAN DEN BULCK, Jan. The association between soap opera and music video viewing and fear of crime in adolescents: exploring a mediated fear model. **Communication Research**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 96-116, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0093650215605152>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- DAMASIO, António. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto (org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edições Sesc SP, 2007. p. 39-52.
- DESCARTES, Renê. **As paixões da alma**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores). (Obra original publicada em 1649).
- DESCARTES, Renê. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Obra original publicada em 1637).
- DI NAPOLI, Pablo. La juventud como objeto de temor y estigmatización: sentimientos desde y hacia los jóvenes de los países del Cono Sur. **Revista de Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 29, n. 38, p. 123-144, jul. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382016000100007&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382016000100007&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 15 abr. 2020.
- D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo social**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 95-109, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v4i1/2.84913>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84913>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2019.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. [S. l.]: Ed. Ridendo Castigat Moraes, 1999. (Obra original publicada em 1876). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ENVOLVER. In: DICIO Dicionário online de português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/envolver/#:~:text=Significado%20de%20Envolver,o%20poste%20com%20os%20bra%C3%A7os>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- ERIKSON, Erik Homburger. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

FAJNZYLBBER, Pablo; LEDERMAN, Daniel; LOAYZA, Norman. **Determinants of crime rates in Latin America and the world: an empirical assessment**. Washington, DC: The World Bank, 1998.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. [S. l.]: Ubu, 2020. *E-book*.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **“Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7123/TeseDMF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FEITOSA, Maria Zelfa de Souza. **Afetividade na residência integrada em saúde: o psicólogo no território de form"ação"**. 2014. 206f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8709?locale=pt\\_BR](http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8709?locale=pt_BR). Acesso em: 15 jul. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, São Paulo, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo; MARQUES, Sônia. Privado e público: inovação espacial ou social? **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 69, n. 20, ago. 2000. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-20.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

FIGUEIREDO, Eugenia Bridget Gadelha; SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 659-670, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p659-670>.

FIRMINO, Gustavo Casasanta. Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes. **Política & Trabalho**, Revista de Ciências Sociais, São Paulo, n. 47, p. 209-227, jun./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2017v1n47.30466>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30466>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FISCAIS sofrem ataques ao reprimir aglomerações em bares do Rio; veja flagrantes. **G1: Fantástico**, 5 jul. 2020. Podcast (8 min.). Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/07/05/fiscais-sofrem-ataques-ao-reprimir-aglomeracoes-em-bares-do-rio-veja-flagrantes.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Desenvolvimento Humano, por Bairro, em Fortaleza**. 2010. Disponível em: <https://dados.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2016. Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil**: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança pública, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. 2018 (Edição Especial). Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP\\_ABSP\\_edicao\\_especial\\_estados\\_faccoes\\_2018.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A violência contra negros e negras no Brasil**. 2019. (Infográfico). Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/11/infografico-consicencia-negra-2019-FINAL\\_site.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/11/infografico-consicencia-negra-2019-FINAL_site.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FOX, Christopher; ASQUITH, Nicole L. Measuring the tangible fear of heterosexist violence. **Journal of Interpersonal Violence**, [s. l.], v. 33, n. 6, p. 980-1007, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260515614279>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, Flávio Luiz de Castro. Pressupostos espinosanos da crítica histórico-psicológica. **Conatus: Filosofia de Spinoza, Fortaleza**, v. 7, n. 13, p. 33-44, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4451111.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

GADOTTI, Moacir. A dialética: concepção e método. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Concepção dialética da educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. p. 15-38.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, [s. l.], ed. 18, n. 7, p. 178-200, 1º sem. 2009. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

GAVIRIA, Margarita Rosa. Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 72-107, jul./dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222008000200005>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/viewFile/22164/12880>. Acesso em: 15 maio 2020.

GLASSNER, Barry. **Cultura de medo**: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.

GLEIZER, Marcos André. **Spinoza e a afetividade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. [reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação de contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-258.

GRUPO GAY DA BAHIA. GGB. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil**: Relatório 2018. 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

GUEDES, Inês; CARDOSO, Carla; AGRA, Cândido da. Medo do crime: revisão conceitual e metodológica. *In*: AGRA, Cândido da (ed.). **A Criminologia**: um arquipélago interdisciplinar. Porto, Portugal: Universidade do Porto Editorial, 2012. p. 213-248.

GUERRA, Lilia. **Perifobia**. São Paulo: Patuá, 2018.

GÜNTHER, Hartmut.; ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José de Queiroz. Multimétodos. *In*: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. v. 1. p. 239-249.

HALLGARTH, Jacob. G. **A framework for violence**: clarifying the role of motivation in lone-actor terrorism. 2017. 87 f. Thesis (Master of Arts in Security Studies) - Naval Postgraduate School, Monterey Ca, Monterey United States, 2017. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/1045864.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

HANFMANN, Eugenia; VAKAR, Gertrude. Prefácio à tradução inglesa. *In*: VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. XVI-XVII.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores). (Obra original publicada em 1651).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pnad Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jun. 2018.

INSTITUTO DATAFOLHA. **Pacote anticrime**. 2019. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/04/11/3100581ecc8a17a619af6189cd665777pac.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Atlas da violência**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO IPSOS. **Relatório Pulso Brasil**. 2016. Disponível em: [https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/PulsoBrasilSumarioJUL\\_2016.pdf](https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/PulsoBrasilSumarioJUL_2016.pdf). Acesso em: 15 jul. 2017.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O que é medo? Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba. **Psicol Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 402-410, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300014>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 abr. 2020.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Soc estado.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 471-486, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300003>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922011000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 6 set. 2020.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

KRISTENSEN, Christian Haag; FLORES, Renato Zamora; GOMES, William Barbosa. Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual em meninos. *In*: BRUNS, Maria Alves de Toledo; HOLANDA, Adriano Furtado (org.). **Psicologia e pesquisa fenomenológica**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Ômega, 2001. p. 109-142.

LANE, Sílvia Tatiane Maurer; CAMARGO, Denise de. Contribuições de Vygotsky para o estudo das emoções. *In*: LANE, Sílvia Tatiane Maurer; SAWAIA, Bader Burihan (org.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 115-131.

LARSSON, Sebastian. A first line of defence? Vigilant surveillance, participatory policing and the reporting of 'suspicious' activity. **Surveillance & Society**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 94-107, 2016. Disponível em: <https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/download/firstline/first>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LIMA, Abili Lazaro Castro de; MILKEVICZ, Guilherme. A produção social do inimigo: o Direito como discurso legitimador da violência simbólica. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2015. e-ISSN: 2526-0065. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/31>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LIMA, Daniele dos Santos; BARROS, Isabela Rêgo. O homem na língua: o dialeto como índice de subjetividade e identidade cultural. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 19-37, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5335/rdes.v13i1.6799>. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6799/4197>. Acesso em: 13 maio 2020.

LISBOA, Vinícius. População carcerária feminina no Brasil é uma das maiores do mundo. **Agência Brasil**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/>

[2018-11/populacao-carceraria-feminina-no-brasil-e-uma-das-maiores-do-mundo](#). Acesso em: 16 ago. 2020.

LOPES JÚNIOR, Wilson Martins. **Centro, periferia e novas centralidades em cidade média: o caso de Bauru - SP**. 2007. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287089>. Acesso em: 9 ago. 2020.

LÓPEZ, Edith Hernández. Turismo y miedo al delito-violencia: el caso de la ciudad histórica de Guanajuato (México). **Estudios y perspectivas en turismo**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 805-830, 2018. ISSN 0327-5841, ISSN-e 1851-1732. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/1807/180757663004/html/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LÓPEZ, Laura Raquel Amaya. **Relaciones entre el miedo al delito y el autoritarismo de derecha en una muestra de universitarios de Lima Metropolitana**. 2011. 59 f. Tesis (Licenciatura en Psicología con mención en Psicología Social) - Facultad de Letras Y Ciencias Humanas, Lima, 2011. Disponível em: [http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/655/AMAYA\\_LOPEZ\\_LAURA\\_RELACIONES%20ENTRE%20EL%20MIEDO%20AL%20DELITO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/20.500.12404/655/AMAYA_LOPEZ_LAURA_RELACIONES%20ENTRE%20EL%20MIEDO%20AL%20DELITO.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 jun. 2020.

LÓPEZ, Oliva; LÓPEZ, Guadalupe. Redes de periodistas para vencer el miedo: comunidades emocionales ante la violencia de Estado. El caso de México. **Revista de Estudios Sociales**, [s. l.], v. 62, p. 54-66, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/1003>. Acesso em: 12 maio 2020.

LURIA, Alexander Romanovich. Vigotskii. In: VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2010. p. 21-38. (Coleção Educação Crítica).

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. Social fear and tourism in Rio de Janeiro. **Tourism & Management Studies**, Algarve, n. 8, p. 48-54, 2012. Disponível em: <http://tmstudies.net/index.php/ectms/article/download/362/619>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 24-44, mar. 1996. Disponível em: <https://laboratorio1historiadaarte.files.wordpress.com/2017/09/neopentecostais-e-teologia-da-prosperidade-mariano.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARQUES, David; BARROS, Betina Warmling. O impacto da pandemia no crime e na violência no Brasil: análise do primeiro semestre de 2020. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. p. 26-30. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Obra original publicada em 1846).

MATOS, Fábio de Oliveira; GONÇALVES, Tiago Estevam. O shopping e a formação de novas centralidades no espaço urbano de Fortaleza/CE. **Bol geogr.**, Maringá, v. 31, n. 1, p. 31-39, jan./abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v31i1.13125>.

MATOS, Tereza Glauca Rocha; NASCIMENTO, Veronica; PETROLA, Domingos Arthur (org.). **Educação e liberdade**: a tessitura de saberes pela práxis. Fortaleza: Premius, 2010.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, Eunice Maria das Dôres Vaz de. Reflexões sobre a cultura de medo: um retrato do desenvolvimento da violência urbana na atualidade. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 72-83, dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.15601/1983-7631/rt.v1n1p72-83>.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins; JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. Nojo de pobre: representações do popular e preconceito de classe. **Contemporânea (Título não-corrente)**, Santa Catarina, ano 12, v. 1, n. 23, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/contemporanea.2014.10094>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/10094>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452010000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 maio 2020.

MISSE, Michel. Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. *In*: BIRMAN, Patrícia (org.). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 77-92.

MORAIS, João Francisco Regis de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 2017. (Coleção Primeiros Passos, 42).

MORALES, Luciana Pinho; AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Mídia, estética e violência: o caso do Programa Barra Pesada. 2012. *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 4-7 set. 2012, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: UFPI, 2012.

MOREIRA, Ana Cleide Guedes *et al.* Quem tem medo do lobo mau? Juventude, agressividade e violência. **Rev Latinoam Psicopat Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 677-697, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n4/v12n4a05>. Acesso em: 15 maio 2020.

MOURA, Elaine Andrade *et al.* Os planos genéticos do desenvolvimento humano: a contribuição de Vigotski. **Unitau**, Taubaté/SP, v. 9, n. 1, ed. 16, p. 106-114, jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2016.v9.n1.a298>.

NOGUERA, Renato. Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. **Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia**, Valparaíso, n. 3, p. 59-73, 2018. Disponível em: <http://www.revistalatinamerica-na-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIF-3-Dos-condenados-da-terra.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Almeida (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

OFICINA DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA LA DROGA Y EL DELITO. UNODC. **Informe mundial sobre las drogas 2012**. Vienna: UNODC, 2018. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics\\_drugs/WDR/2012/WDR\\_2012\\_Spanish\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_drugs/WDR/2012/WDR_2012_Spanish_web.pdf). Acesso em: 26 maio 2020.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OZELLA, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. *In*: CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; KOLLER, Sílvia Helena; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos (org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24.

PACHECO, Fábio Pinheiro. **Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação em Fortaleza**. 2018. 231 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PAIVA, Luiz Fabio Silva. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n85/0103-4979-ccrh-32-85-0165.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PAIVA, Luiz Fabio Silva; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 73-98, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2109/1807>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PALACIOS, Simón Pedro Izcara. Violencia postestructural: migrantes centroamericanos y cárteles de la droga en México. **Revista de Estudios Sociales**, [s. l.], n. 56, p. 12-25, abr./jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7440/res56.2016.01>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9796>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PAVONI, Andrea; TULUMELLO, Simone. What is urban violence? **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 49-76, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0309132518810432>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. Tradução: Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1986. (Obra original publicada em 1923).

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Medo em todo lugar e em lugar nenhum. *In*: GLASSNER, Barry. **Cultura de medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos**. São Paulo: Francis, 2003. p. 11-18.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual.** São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

PONCZEC, Roberto Leon. **Deus ou seja a natureza: Spinoza e os novos paradigmas da física.** Salvador: EDUFBA, 2009.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, p. 396-417, nov. 2017/abr. 2018. Disponível em: <http://www.portal.seer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em: 13 maio 2020.

REGUILLO, Rossana. Jóvenes y medios: la construcción del enemigo. **Chasqui, revista latinoamericana de comunicación**, [s. l.], v. 60, p. 16-19, 1997. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/download/1148/1177>. Acesso em: 25 maio 2020.

RESTREPO, Carlos Mario Perea. El frío del miedo: violencia y cultura en México. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, [s. l.], n. 81, p. 17-43, 2008. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/download/86850/111864>. Acesso em: 25 maio 2020.

ROCHA, Ruth. **Marcelo, marmelo, martelo e outras histórias.** Ilustrações: Adalberto Cornavaca. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999.

ROSA, Edinete Maria *et al.* Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas. **Psicol ciênc prof.**, Brasília, v. 32, n. 4, p. 826-839, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400005>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282025530005.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

ROSA, Gabriel Artur Marra e; SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Facebook: negociação de identidades e o medo da violência. **Arq bras psicol.**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 18-32, 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672014000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 set. 2020.

ROSENTHAL, Robert. **Experimenter effects in behavioral research.** New York: Appleton; Century; Crofts, 1966.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUALES, Enrique Alejandro Barbachán *et al.* Representaciones sociales de la seguridad ciudadana en estudiantes universitarios de Lima-Perú. **Opción**, [s. l.], v. 33, n. 84, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/310/31054991025/html/index.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **A emergência da concepção moderna da infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexões sobre as principais teorias.** 1996. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em

Uberlândia/MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 131-145, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n1/v21n1a09>. Acesso em: 15 maio 2020.

SANTOS, Milton. **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SARTRE, Jean Paul. Prefácio à edição de 1961. In: FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 3-21.

SAWAIA, Bader Burihan. A emoção como locus de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL: CULTURA A DIMENSÃO PSICOLÓGICA E A MUDANÇA HISTÓRICA E CULTURAL, 3., 2000, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan (org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010a. p. 119-128.

SAWAIA, Bader Burihan. Identidade – uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader Burihan (org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010b. p. 129-140.

SCORGIE, Fiona *et al.* From fear to resilience: adolescents' experiences of violence in inner-city Johannesburg, South Africa. **BMC public health**, [s. l.], v. 17, n. 441, 2017. DOI: [https://bmc\\_publichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-017-4349-x](https://bmc_publichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-017-4349-x).

SILVA, Jailson de Souza. **Porque uns e não outros?**: Caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

SILVA, Maria do Socorro Rocha. **Medo na cidade**: um estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém/PA. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/4338>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVEIRA, Antônio Paulo Soares Lopes da. **O papel da mídia na expansão do medo e consolidação da demanda punitiva**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6702>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. [S. l.]: Elefante, 2019.

SOUSA, Manoel Johnson Sales. **As peculiaridades da violência no Ceará**: aventuras e maneiras de fazer o crime. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2019.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Mortalidade por homicídios na década de 80: Brasil e capitais de regiões metropolitanas. In: BARRETO, Maurício Lima *et al.* (org.). **Epidemiologia, Serviços e Tecnologias em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 1998. p. 187-205.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da *et al.* (org.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 135-146.

SOUZA, Murilo. Grupo de trabalho rejeita proposta de Moro de ampliar o excludente de ilicitude. **Agência Câmara de Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/590538-grupo-de-trabalho-rejeita-proposta-de-moro-de-ampliar-o-excludente-de-ilicitude/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SPINOZA, Baruch. **Tratado da correção do intelecto**. Pará de Minas: Virtualbooks, 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/347242655/Spinoza-Tratado-da-correcao-do-Intelecto-pdf>. (Obra original publicada em 1662).

SPINOZA, Baruch. **Tratado teológico-político**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004. (Obra original publicada em 1670).

SPINOZA, Baruch. **Tratado político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Obra original publicada em 1677).

SPINOZA, Baruch. **Ética**: demonstrada à maneira dos geômetras. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Obra original publicada em 1675).

STERN, Ana Luiza Saramago. **Imaginação no poder**: obediência política e servidão em Spinoza. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.

SUDBRACK, Shana. **Desordens informativas e bolhas ideológicas na campanha eleitoral 2018**: os impactos do uso do Facebook no comportamento eleitoral. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/207752/001113045.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TOASSA, Gisele. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 59-83, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a04.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2020.

TOASSA, Gisele. **Emoções e vivências em Vigotski**: investigações para uma perspectiva histórico-cultural. 2009. 348 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19032009-100357/publico/GTOAS SA Tese 2009.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

TOASSA, Gisele. Vigotski contra James-Lange: crítica para uma teoria histórico-cultural das emoções. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 91-110, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42165/45838>. Acesso em: 12 fev. 2020.

TOASSA, Gisele. Há um “Materialismo Vygotskyano?” Preocupações ontológicas e epistemológicas para uma psicologia marxista contemporânea (Parte I). **Dubna Psychological Journal**, Dubna, n. 3, p. 81-93, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/15925911/H%C3%A1\\_um\\_Materialismo\\_Vygotskyano\\_Preocupa%C3%A7%C3%B5es\\_ontol%C3%B3gicas\\_e\\_epistemol%C3%B3gicas\\_para\\_uma\\_psicologia\\_marxista\\_contempor%C3%A2nea\\_Parte\\_I](https://www.academia.edu/15925911/H%C3%A1_um_Materialismo_Vygotskyano_Preocupa%C3%A7%C3%B5es_ontol%C3%B3gicas_e_epistemol%C3%B3gicas_para_uma_psicologia_marxista_contempor%C3%A2nea_Parte_I). Acesso em: 12 mar. 2020.

TOASSA, Gisele. "Atrás da consciência, está a vida": o afastamento teórico Leontiev-Vigotski na dinâmica dos círculos vigotskianos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 445-462, jun. 2016a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016144457>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000200445&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200445&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 mar. 2020.

TOASSA, Gisele. Nem tudo que reluz é Marx: críticas stalinistas a Vigotski no âmbito da ciência soviética. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 553-563, 2016b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-65642014013>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/133137/129229>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TOASSA, Gisele. Um estudo sobre o conceito de sentido e a análise semântica da consciência em L. S. Vigotski. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 40, n. 111, p. 176-184, ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/cc.225902>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622020000200176&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622020000200176&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 mar. 2020.

TOASSA, Gisele; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642010000400007>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642010000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000400007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 mar. 2020.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. UNODC. **Global Study on Homicide**. Vienna: UNODC, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18356/c1241a80-en>.

VAN DER VEER, Rene; VALSINER, Jaan. **Vygotsky: uma síntese**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

VARSHAVA, B. E.; VIGOTSKI, L. S. **Psikhologicheskij slovar** [Dicionário Psicológico]. Moscow: Gosudarstvennoe Utchebno-Pedagogicheskoe Izdatel'stvo, 1931.

VILHENA, Junia de *et al.* Medos infantis, cidade e violência: expressões em diferentes classes sociais. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 171-186, 2011. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652011000200011>.

VILLAGRÁN, Paula Soto. El miedo de las mujeres a la violencia en la ciudad de México: una cuestión de justicia espacial. **Revista Invi**, [s. l.], v. 27, n. 75, p. 145-169, ago. 2012.



DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-83582012000200005>. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-83582012000200005&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582012000200005&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 23 mar. 2020.

VILLAS BÔAS, Bruno. Desalento bate recorde e 5,4 milhões de trabalhadores ‘desistiram’ de buscar emprego. **Valor investe**, 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/06/30/desalento-bate-recorde-e-54-milhoes-de-trabalhadores-desistiram-de-buscar-emprego.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2020.

VOX POPULI. **Satisfação de morar em Fortaleza**. 2014. Disponível em: <https://infogram.com/satisfacao-de-morar-em-fortaleza-1g3qnmxxg6xemlw>. Acesso em: 15 mar. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. **Obras Escogidas**: Tomo III. Madrid: Visor Distribuciones, 1995. (Texto original de 1931).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Texto original de 1932).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Texto original de 1925).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Texto original de 1934).

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. 6. ed., 6. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A consciência como problema da psicologia do comportamento. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Texto original de 1925).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Texto original de 1927).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Sobre os Sistemas psicológicos. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Texto original de 1930).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Teoría de las emociones**: estudio histórico-psicológico. Madrid: Akal, 2004. (Texto original de 1931-1933).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Paidología del adolescente. **Obras Escogidas**: Tomo IV. Madrid: Aprendizaje Visor, 2006. (Texto original de 1931).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Problemas de la psicologia infantil. **Obras Escogidas**. Tomo IV. Madrid: Aprendizaje Visor, 2006. (Texto original de 1933).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. The Teaching about Emotions: historical-psychological studies. **The collected works of LS Vygotsky: scientific legacy**. Berlin: Springer Science & Business Media, 2012. (Texto original de 1933).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Acerca de la psicología de la creatividad del actor. **Obras Escogidas**: Tomo VI. Madrid: Machado Nuevo Aprendizaje, 2017. (Texto original de 1932).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Investigación histórico-psicológica. **Obras Escogidas**: Tomo VI. Madrid: Machado Nuevo Aprendizaje, 2017. (Texto original de 1933).

WASELFISZ, Julio Jacobo (coord.). **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília: Unesco, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: Caderno complementar 1: Homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2012/mapa2012\\_mulher.pdf](https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Flacso Brasil, 2016.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1967.

WORTMEYER, Daniela Schmitz; SILVA, Daniele Nunes Henrique; BRANCO, Angela Uchoa. Explorando o território dos afetos a partir de Lev Semenovich Vigotski. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 285-296, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-737223446011>.

YUAN, Yue; DONG, Beidi; MELDE, Chris. Neighborhood context, street efficacy, and fear of violent victimization. **Youth violence and juvenile justice**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 119-137, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1541204015620283>.

ZANELLA, Andréa Vieira. A psicologia de Vygotski: resgatando a história de uma contribuição atual. **Revista de Ciências Humanas**, São Paulo, v. 12, n. 16, p. 43-61, 1994. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>.

ZANELLA, Maria Nilvane. A incidência do trabalho no desenvolvimento do homem historicamente determinado. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013. p. 1-8.